Título: Tópicos
Autor: Aristóteles
Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
Concepção gráfica: Branca Vilallonga
(Departamento Editorial da INCM)
Revisão do texto: Levi Condinho
Tiragem: 800 exemplares
Data de impressão: Março de 2007
ISBN: 978-972-27-1485-3
Depósito legal: 256 076/07

Projecto promovido e coordenado pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa em colaboração com o Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, o Instituto David Lopes de Estudos Árabes e Islâmicos, o Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa e os Centros de Linguagem, Interpretação e Filosofia e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
Este projecto foi subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

NOTA PRÉVIA

A presente tradução foi feita sobre a edição de W. D. Ross para a série dos Oxford Classical Texts; para os primeiros quatro livros utilizámos ainda a edição da Collection des Universités de France, da editora Les Belles Lettres, da autoria de Jacques Brunschwig; sempre que nos pareceu necessário atender a outras opiniões, recorremos ainda às traduções latinas de Boécio e do tradutor anónimo publicadas na colectânea *Aristoteles Latinus,* bem como às restantes obras indicadas na bibliografia.

O estilo de Aristóteles, sobretudo em certos passos mais elípticos, não prima pela transparência, pelo que com frequência nos vimos confrontados com a necessidade de suprir na tradução certos termos e expressões subentendidos no texto grego: quando isso acontece, os termos, ou expressões, que não têm correspondência explícita no original são impressos em itálico.

A respeito da tradução ainda queremos chamar a atenção para os pontos que seguem:

Um dos termos subentendidos que ocorrem com bastante frequência é o que refere a presença do chamado «oponente»; no texto grego essa referência nunca é explícita, pelo que a presença do «oponente» tem de ser deduzida das formas verbais na terceira pessoa do singular (p. ex., «ele disse», «se ele afirmar»), ocasionalmente de algum pronome que a denuncie;

No que respeita ao uso dos parênteses há que notar: os parênteses redondos são da responsabilidade do editor do texto grego, W. D. Ross; os parênteses

angulares identificam algum passo do texto resultante de conjectura; os parênteses rectos assinalam a presença de alguma expressão eliminada por Ross, ou, eventualmente, algum outro editor;

Um traço característico da língua grega é o uso frequente de adjectivos no género neutro, sobretudo no plural, substantivados pelo artigo definido; habitualmente essas expressões são traduzidas por «coisas… x…» (*u. g.* τὰ ἀγαθά «as coisas boas», τὰ χαλεπά «as coisas difíceis», etc.); no caso de adjectivos neutros no singular substantivados pelo artigo na tradução ocorre um adjectivo português substantivado (p. ex., δίκαιος adj. «justo»; τὸ δίκαιον adj. nt. substantivado «o justo», «o justo em si»);

No texto dos *Top.* são muito frequentes as repetições de expressões como «por exemplo» (οἷον), ou outras, do género «deve verificar-se… se…», «deve observar-se… se…», «deve estabelecer-se… que…», etc.; pese embora a monotonia que tais repetições por vezes ocasionam, entendemos que não cabia ao tradutor a tarefa de tentar «embelezar» um texto cujo motivo de interesse não está propriamente na sua qualidade estética.

ABREVIATURAS

Obras de Aristóteles:

Anal.	*Analíticos*
An. Po.	*Segundos Analíticos (= Analytica posteriora)*
An. Pr.	*Primeiros Analíticos (= Analytica priora)*
Ath. Pol.	*Athenaiôn Politéia (= Constituição de Atenas)*
Cat.	*Categorias*
de an.	*de Anima*
de int.	*de Interpretatione*
EE	*Ethica eudemia*
EN	*Ethica nicomachea*
Met.	*Metaphysica*
Phys.	*Physica*
Pol.	*Politica*
Rhet.	*Ars rhetorica*
SE	*Sophistici elenchi*
Top.	*Topica*

Outras:

A.	autor
AA.	autores
ad loc.	*ad locum*
adj.	adjectivo
adv.	advérbio
al.	*alii* (= e outros)
al.	alemão/ã
ant.	antónimo
Arist.	Aristóteles
art.	artigo
bras.	brasileiro/a
cap.	capítulo

cast.	castelhano/a
cf.	confira
col.	colecção
col.	coluna
comp.	comparativo
de soph. el.	*(= SE)*
DL	Diógenes Laércio
ed.	edição, editor
e. g.	*exempli gratia* (= por exemplo)
fem.	feminino
fr.	francês/a
gr.	grego
gr. mod.	grego moderno
hrsg.	*herausgegeben* (= editado)
Hrsg.	*Herausgeber* (= Editor)
i. e.	*id est* (isto é)
ing.	inglês/a
it.	italiano/a
lat.	latim
lit.	literal, à letra
LSJ	Liddell-Scott-Jones, *Greek Dictionary*
masc.	masculino
mss.	manuscrito(s)
n.	nota(s)
nt.	neutro
o. c.	obra citada
o. l.	*opus laudatum* (= *o. c.*)
p.	página
part.	particípio
pass.	passado
port.	português/a
pp.	páginas
PW	Pauly-Wissowa (= *RE*)
RE	*Realencyclopädie der klassischen Altertumswissenschaft*
rep.	reimpressão
sc.	*scilicet* (a saber, quer dizer)
sin.	sinónimo
ss.	seguintes
sub.	substantivo
s. u.	*sub uerbo* (= no vocábulo)
SVF	*Stoicorum Veterum Fragmenta* (ed. von Arnim)
trad.	tradução
v.	*uide* (veja)
u. g.	*uerbi gratia* (= por exemplo)
VOC	B. Cassin, *Vocabulaire européen des philosophies*
vol.	volume
vv.	versos

INTRODUÇÃO

Os *Tópicos* na obra de Aristóteles

O Órganon

§ 1 *O chamado* Órganon *é um conjunto de seis textos aristotélicos que, no seu conjunto, abarcam a contribuição de Aristóteles para a história da Lógica, de que ele pode, com razão, ser considerado o fundador.*

A designação de Órganon, *palavra grega que literalmente significa «instrumento, utensílio», aplicada a esses textos não é da responsabilidade do Estagirita* [1]; *também não é da sua responsabilidade, mas sim de I. Bekker, a ordenação que hoje conhecemos e que, por comodidade, praticamos* [2]. *A razão de ser deste tardio título comum*

---

[1] V. *RE*, art. «Aristóteles»: o filósofo nunca emprega a palavra *órganon* como título, nem se refere aos seus escritos lógicos como formando uma unidade. De resto poucas vezes Arist. se refere a esses seus escritos: não cita as *Cat.* embora empregue o termo, como nome comum, em *Top.* 103b20, 29, 39, 107a3, 178a5 *(de soph. el.);* nunca se refere ao *de int.;* remete para os *Anal.* mas sem distinguir se se trata dos *Primeiros* ou dos *Segundos,* em *Top.* 162a11, b32, 165b9; *de int.* 19b31; cita os *Top.* (inclusive o *de soph. el.*) em *de int.* 20b26 e *Anal.* 24b12, 64a37, 65b16.

[2] A edição de referência segundo a qual são citadas as obras de Arist. (a de I. Bekker) apresenta-as com a ordenação seguinte: *Categorias*

prende-se com o facto de os escritos lógicos do Filósofo serem por este considerados como, por assim dizer, propedêuticos a toda a investigação filosófica e científica. Veja-se, a propósito, o que Aristóteles escreve num passo da Metafísica:

> *As tentativas de alguns [pensadores] que se pronunciam acerca da verdade e do modo como a devemos reconhecer são realizadas na completa ignorância dos [meus]* Analíticos*; ora todas estas matérias só devem ser abordadas por quem tenha um conhecimento prévio [desses textos], e não por quem busca a verdade sem ter sequer ouvido falar deles.* [3]

(κατηγορίαι), pp. 1-15b; *Da Interpretação* (περὶ ἑρμηνείας), pp. 16a-24b; *Analíticos Primeiros e Segundos* (Ἀναλυτικὰ πρότερα καὶ ὕστερα), pp. 24a-70b--71a-100b, respectivamente; *Tópicos* (Τοπικά), pp. 100a-164b; *Refutações Sofísticas* (περὶ τῶν σοφιστικῶν ἐλέγχων), pp. 164a-184b.

[3] Arist., *Met.* 1005b2-5. Este passo, de resto, é posto entre parênteses rectos por W. Jaeger por entender que é alheio ao contexto em que figura, muito embora o mesmo editor anote no aparato crítico que parece tratar-se de um acrescento tardio do próprio Arist. Cf. Mesquita, *Introdução*, p. 285, e n. 16. — Se bem que, como observa Max Pohlenz (*Die Stoa,* I, p. 33), os grandes sucessores de Arist. no domínio da Lógica, os Estóicos, não consideravam que «die Logik […] bloss Werkzeug der Philosophie sei, sondern nach Stoff, Zielsetzung und Methode als selbständiger

Se, portanto, a ordenação de Bekker, que, aliás, depende da tradição manuscrita, carece de autoridade, põe-se o problema de situar no tempo os textos do Órganon, *por um lado no conjunto da obra de Aristóteles, por outro nas relações entre eles.*

Antes de mais, devemos acentuar o carácter dos escritos que compõem o corpus aristotelicum, *nomeadamente os seis textos consagrados à lógica. É consensual, ou quase, que estes textos têm a sua justificação no ensino de Aristóteles, seja no Liceu, seja durante a estadia em Asso, pelo que não podemos entendê-los como obras escritas num determinado momento histórico, publicadas logo de seguida, e mantidas intocáveis ao longo da tradição manuscrita. Pelo contrário,*

Teil neben Physik und Ethik stehe», ao contrário do que entendia a escola peripatética, nem por isso deixa de merecer referir-se que alguns autores antigos (Sexto Empírico, Diógenes Laércio), fazem-se eco de certos símiles com que Crisipo ou outros simbolizavam a relação recíproca entre as três partes fundamentais da Filosofia, ou seja, a Lógica, a Física e a Ética. Num desses símiles a Filosofia é comparada a um jardim, em que a copa das árvores é equiparada à Física, a produção frutícola à Ética e o muro de protecção à Lógica; noutro a Filosofia é comparada a um ovo, em que a gema representa a Ética, a clara a Física, e a parte exterior, a casca, a Lógica (*SVF*, II, 38; cf. *ibid.*, 49 e 49a). Aparentemente, portanto, a Lógica, conquanto de pleno direito uma parte autónoma da Filosofia, tem um papel, por assim dizer, protector dos outros dois, na medida em que fornece as leis segundo as quais é possível investigar, através da linguagem, e atingir eventualmente a verdade tanto em Ética como em Física.

estes textos são essencialmente «cadernos de curso», textos preparados pelo Filósofo para as suas lições, e, portanto, objecto de contínuos acrescentos, emendas, refundições, de que por vezes se detectam indícios no texto que chegou até nós. Por isso mesmo será arriscado entrar em linha de conta com uma hipotética cronologia para sobre ela construir uma teoria da evolução do pensamento aristotélico, como tentaram fazer W. Jaeger e os seus seguidores [4]*. E se pensarmos que*

---

[4] Sobre os problemas levantados pela questão da cronologia leia-se Mesquita, 2005, pp. 441-466 (em especial os resultados sumariados a pp. 451-463). Segundo este autor, da vasta literatura que tem sido consagrada à questão resultam algumas conclusões: «A primeira é a evidência de que nenhuma cronologia permite *definir* a evolução do pensamento aristotélico. […] A segunda é a de que […] de modo algum deve o estudo do pensamento aristotélico, em qualquer domínio, ficar refém do estabelecimento da cronologia dos tratados que estruturam esse domínio. […] A terceira é a necessidade de prudência e bom senso neste exercício, de modo a que a obsessão indiscriminada com a evolução não leve a fragmentar temporalmente as obras aristotélicas até à exaustão» (*o. l.*, pp. 451-452). Um bom exemplo de que as coisas de facto têm de ser objecto de cuidadoso bom senso é o que se passa com a tese extrema de Jaeger; não se justifica proceder aqui a uma crítica dessa posição, mas não queremos deixar de sublinhar um pormenor curioso: na p. 46, n. 3, da edição inglesa do seu estudo sobre «a evolução do pensamento aristotélico» pode ler-se a frase seguinte: «The Categories **cannot be an early work** because the Lyceum is given as an example of the category of place; and this

em Top. *105b20-21 Aristóteles divide todas as proposições em «éticas, físicas e lógicas»* [5] *e que, conforme nota Düring* [6]*, o adjectivo* λογικός *significa para Aristóteles que* «etwas formal-sprachlich diskutiert wird»*, parece dever pensar-se que, independentemente de este ou aquele texto ter sido redigido antes, simultaneamente ou depois de aquele outro texto, o conjunto surgiu de um idêntico estádio conceptual, na medida em que são mais as afinidades que unem os vários textos entre si do que as divergências que os separam.*

As *Categorias* e os *Tópicos*

§ 2 *No seu artigo da RE, Düring enuncia vários pontos importantes que aproximam as* Categorias *dos* Tópicos*, quer se trate de*

---

undoubtedly refers to the school, which also provided several other examples of logical conceptions.» No entanto, na p. 369, o A. escreve: «Modern research has successfully attempted to show that a large number of logical propositions occurring **in undoubtedly early works such** as the Topics **and the Categories**…» A menos que o lapso seja devido ao tradutor inglês, o que parece muito pouco provável, ficamos sem saber se as *Categorias* são uma obra precoce ou uma obra tardia. Sem qualquer dúvida!

[5] Αἱ μὲν γὰρ ἠθικαὶ προτάσεις εἰσίν, αἱ δὲ φυσικαί, αἱ δὲ λογικαί.

[6] Art. «Aristoteles», *RE*, Suppl. Bd. XI, col. 203.

casos de paralelismo linguístico mais ou menos nítido, quer de aspectos teóricos em que os dois textos se mostram coincidentes. Não será necessário enumerar todos esses pontos, que o leitor interessado poderá encontrar com facilidade na bibliografia pertinente, mas entendemos dever chamar a atenção pelo menos para os que nos parecem mais significativos.

Como casos de coincidências linguísticas é de realçar a presença, tanto nas Cat. *como nos* Top., *de alguns paralelismos frásicos, bem como do emprego característico de certos vocábulos individuais.*

Encontra-se paralelismo frásico quando nos Top. *146b2-4 Aristóteles se pronuncia sobre o carácter relativo da essência de um termo relativo: «A essência de uma coisa relativa é também relativa a qualquer coisa outra, dado que o ser de uma coisa relativa não é mais do que estar numa relação qualquer.» Ora esta formulação é praticamente idêntica à que encontramos nas* Cat. *8a31 e segs.: «Se (esta definição de termo relativo) não for suficiente, e se coisas relativas são aquelas para as quais o ser (respectivo) não é outra coisa senão estar numa relação qualquer com algo…, etc.» O paralelismo torna-se mais nítido se considerarmos as frases no original grego:*

Cat. *8a31 e segs.:*

ἀλλ᾽ ἔστι τὰ πρός τι οἷς **τὸ** εἶναι **ταὐτόν** ἐστι τῷ **πρός τί πως ἔχειν**

Top. *146b3-4:*

… **ταὐτόν** ἣν ἑκάστῳ τῶν πρός τι **τὸ** εἶναι ὅπερ **πρός τί πως ἔχειν**.

Não menos significativa é a frase de Cat. *1a20-22: «Há coisas que se dizem de um determinado sujeito sem que sejam inerentes a esse sujeito, por exemplo, 'homem'* ***diz-se de um determinado sujeito*** *a respeito de qualquer homem, mas não é* ***inerente a nenhum sujeito****», a qual se pode pôr em paralelo com* Top. *127b1-4: «Verificar também se o que se postula como género não é antes* ***algo de inerente à espécie tomada como sujeito****…; (no exemplo dado) é evidente que não se trata de um género, porque o género apenas* ***se diz*** *de uma espécie a título de atributo* ***do sujeito****.» Em ambos os passos o que está em jogo é a distinção entre «aquilo que se pode dizer de um dado sujeito» e «aquilo que é inerente a (lit. que está em) um dado sujeito». Tanto nas* Cat. *como nos* Top. *a oposição é formulada por uma expressão linguística idêntica: «dizer-se de um sujeito»* (καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) *em contraste com «existir em um sujeito»* (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι)*, o que demonstra que, não só linguística como conceptualmente, os dois textos provêm de uma mesma matriz e devem ter sido* pensados *em conjunto, ainda que* redigidos *em tempos diferentes* [7].

---

[7] Sobre a interpretação assaz controversa deste passo, v. Klaus Oehler (ed. das *Cat.*), pp. 216-229, e bibliografia citada.

§ 3 *Quanto a casos de terminologia que denotam coincidências teóricas, merece referência a inclusão do «incremento»* (αὔξησις) *e da «diminuição»* (μείωσις) *entre as formas possíveis de «movimento» que Aristóteles toma em consideração; os vocábulos citados figuram em contextos paralelos tanto nas* Cat. *como nos* Top., *em contraste com uma outra forma de movimento que é «a mudança de lugar», mencionada nas* Cat. *pela expressão* (ἡ) κατὰ τόπον μεταβολή, *enquanto nos* Top. *figura representada pelo vocábulo* φορά, *de resto mais correspondente à noção de «transporte», que afinal também é uma «mudança de uma coisa de um lugar para outro».*

§ 4 *Se considerarmos em bloco a estruturação do pequeno tratado das* Cat. *poderemos verificar como praticamente todos os pontos nele aflorados igualmente figuram nos* Top. *É o caso das definições de palavras «homónimas», «sinónimas» e «parónimas» com que se iniciam as* Cat. [8], *e que igualmente desempenham papel de relevo nos* Top., *já que entre os problemas que os participantes do debate dialéctico têm de resolver estão ou a questão das «ambiguidades» ou a dos «paradigmas» vocabulares.*

Depois destas questões terminológicas e de uma ou outra observação casual (como é o caso da distinção entre «dizer-se de» e «existir em» um sujeito), Aristóteles passa a referir em pormenor aquela matéria que dá o nome ao tratado: as dez «categorias», ou seja, os

---

[8] *Cat.* 1a1-15.

predicados que podem «dizer-se» dos termos individualmente considerados, isto é, não inseridos em sintagmas, ou frases, κατὰ μηδεμίαν συμπλοκήν *«sem estarem inseridos em nenhuma concatenação», para usar as próprias palavras do Filósofo. Cada uma dessas «categorias» significa* (σημαίνει) *uma substância* (οὐσία), *uma quantidade* (ποσόν), *uma qualidade* (ποιόν), *uma relação* (πρός τι), *um lugar* (πού), *um tempo* (ποτέ), *um estar* (κεῖσθαι [9]), *um ter* (ἔχειν [10]), *um fazer* (ποιεῖν [11]) *ou um sofrer* (πάσχειν [12]). *Uma enumeração similar, apenas com uma diferença, ocorre nos* Top.: *as «categorias», em número de dez* (δέκα), *designam em primeiro lugar uma essência* (τί ἐστι [13]); *seguem-se, pela mesma ordem, as restantes nove, já conhecidas do outro texto.*

---

[9] Lit. «estar deitado, jazer».

[10] O verbo ἔχειν, além de «ter», pode também corresponder ao nosso «estar» em frases como «estou bem», estou mal», etc.

[11] «Fazer», «realizar», «criar».

[12] Sem conotações «passionais», já que, como «categoria», o verbo apenas significa que o sujeito «sofre a acção», como é o caso dos nossos verbos na voz passiva.

[13] Esta a única diferença entre a presente lista e a das *Cat.,* onde o termo correspondente é οὐσία (que atrás traduzimos por «substância»). Τί ἐστι lit. «o que é», parece dar razão a uma ideia de Bodéüs (ed. das *Cat.*), segundo o qual Arist. distinguiria não *dez* mas sim *vinte* categorias. Sobre esta questão cf. infra, § 11.

§ 5 *Não nos parece relevante referir a este propósito o problema de cronologia relativa existente entre os dois textos, embora, naturalmente, os estudiosos não se tenham eximido a aflorar a questão. Parece-nos incongruente imaginar que Aristóteles tenha um dia imaginado estas «formas possíveis de predicação», tenha redigido um dos textos em causa, e algum tempo mais tarde tenha resolvido retomar no outro texto a mesma matéria, noutro contexto. Por outras palavras, estamos antes em crer que a ideia das categorias tenha encontrado o seu lugar nas* Cat. *e nos* Top. *por razões intrínsecas, ou seja, que a sua presença nestes dois textos carece de capacidade para privilegiarmos a anterioridade de um ou do outro, pois ambos, como acima dissemos, teriam sido* pensados *em simultâneo. Se razões há (e cremos que as há) para atribuirmos uma data um pouco anterior a um deles em relação ao outro, elas não terão nada a ver com o problema das «categorias».*

§ 6 *A parte final das* Cat. [14] *vai, por sua vez, ocupar-se de um outro tipo de predicações, aquele a que os Escolásticos deram o nome latino de* postpraedicamenta, *entre os quais se compreendem as várias formas de oposição* (ἀντικείμενα), *como a relação, a privação e*

---

[14] 11b10-16, fórmula bastante inábil de ligação com o texto precedente, e que se crê não provir de Arist., como nota Minio-Paluello, ed. p. v: «totus (*sc.* libellus de categoriis) Aristotelem praedic(i)t auctorem si septem lineas 11b10-16 […] excipias».

a posse, a afirmação e a negação, a identidade e a alteridade, as várias formas de movimento, e os vários sentidos ou empregos do verbo ἔχειν *«ter».*

O que se verifica quanto a esta questão é que todos estes tipos de predicação encontram também o seu lugar nos Top., *texto em que se fala, por exemplo, de «opostos» em 105b33, 135b7, 142a24, 146a27, de «formas de movimento» em 122a25, 26, 29, 30, 153b31, 139b20, de sentidos de «ter» em 106b21, 114a8-13, 121b38, de «disposição» em 121b38, 145a34, de «privação» em 106b21, 114a7, etc.*

§ 7 *Em contrapartida os* Top., *logo no cap. 5, sublinham a necessidade de definir os quatro «predicáveis» que são a «definição»* (ὅρος, *ou também* ὁρισμός), *a «propriedade»* (ἴδιον), *o «género»* (γένος) *e o «acidente»* (συμβεβηκός) [15]. *A parte central dos* Top., *aliás, como veremos, é o estudo de formas de argumentação conduzidas a partir de cada um dos quatro «predicáveis». Ora, assim como os* Top. *implicam o conhecimento das matérias das* Cat., *também estas pressupõem o conhecimento das matérias desenvolvidas nos* Top., *já que nelas se encontram referências mais ou menos abundantes a cada um desses predicáveis. Assim é que o «género» figura em* Cat. *11a38, 11b35, 11a24, 9a14, 28, 10a11, 1b21, 22, 1b16, 6a17 e*

---

[15] *Top.* 101b37-38: τί ὅρος, τί ἴδιον, τί γένος, τί συμβεβηκός. A menção do «género» implica, naturalmente, as definições de «espécie» (εἶδος) e de «diferença específica» (διαφορά).

segs., 14a15-25, 15a4 e segs. [16]*; a «propriedade» em 3a21, 3b27, 4a10, 4b2, 17, 6a26, 35, 11a15, 13b33; a «definição» em 5b18, 22, 6b8 e segs.* (ὅρος) *e 6a16, 8a29, 33* (ὁρισμός)*, e o «acidente» apenas em 7a27, 7a32, 36, e 5b10. Uma diferença, contudo, é de realçar, embora dela não creiamos dever tirar nenhuma conclusão especial: é que as* Cat.*, por definição, referem-se a termos isolados, a palavras de diversas classes gramaticais (nomes, verbos, adjectivos, etc.) que são utilizadas como predicados, enquanto os* Top.*, também por definição, centram a sua atenção menos nos termos e mais nas proposições em que tais termos figuram, pelo que este último texto tem uma preocupação que as* Cat. *não precisam de ter, qual seja a da articulação das duas séries de predicações, a das categorias e a dos predicáveis* [17].

§ 8 *Não podemos terminar esta secção sem referir uma hipótese levantada por R. Bodéüs na sua edição das* Cat.*: a de que este peque-*

---

[16] As noções correlativas do «género», ou seja, a «espécie» (εἶδος) e a «diferença específica» (διαφορά), figuram, a primeira, em 2a14-18, 2b5--14, 2b17-26, 3a39, 3b3 e segs., 21-3, 3b20, 3b1, 1b17, 15a13, 8b27, 23a6, 14a15, 15a1 e segs., e a segunda em 3a21-b9, 1b16-24.

[17] V., a este respeito, *Top.* 103b20-104a1: «Quer o acidente, quer o género, a propriedade ou a definição situam-se sempre numa qualquer destas categorias; todas as proposições formadas a partir dos predicáveis denotam a essência, a quantidade, a qualidade, ou qualquer outra das referidas categorias.»

no tratado tivesse sido concebido como uma espécie de «introdução» aos Top.*, ou, pelo menos, a uma parte deles.*

A atenção de Bodéüs parece ter sido despertada pelo facto de em alguns comentadores antigos este escrito aristotélico ser referido por uma grande variedade de títulos (além do título mais geralmente aceite — Κατηγορίαι *—, que é o utilizado por Alexandre de Afrodisíade* [18]*): de entre eles, o que mais apelou ao interesse de Bodéüs, foi o de* Πρὸ τῶν τόπων*, ou* Πρὸ τῶν τοπικῶν*, usado entre outros por Simplício, Porfírio e Amónio* [19]*. Tanto assim foi que, na sua edição para as Belles Lettres, Bodéüs usa como título reconstituído do texto grego precisamente* Πρὸ τῶν τόπων *«Antes dos Lugares» (*i. e.*, «Introdução ao livro dos lugares», quer dizer, os* Tópicos*), escrevendo* Κατηγορίαι *apenas como subtítulo e entre parênteses rectos* [20].

---

[18] Alexandre de Afrodisíade, *On Aristotle Topics 1,* p. 104.

[19] Sobre esta questão, cf. K. Oehler, ed. das *Cat.*, pp. 136 e segs.

[20] Não nos parecem convincentes as razões por que Bodéüs afastou a hipótese de o título ser Πρὸ τῶν τοπικῶν, que igualmente figura em alguns mss., nem aquelas por que desvaloriza o testemunho de Alexandre de Afrodisíade, segundo o qual Πρὸ τῶν τόπων seria o título do primeiro livro dos *Top.*, o qual, de facto, é um livro introdutório à matéria desenvolvida nos livros II a VII (v. Alexandre, *o. c.*, p. 7: «Some postulate that the first book should not be entitled *Topics* but *Preliminary to the Topics*…»).

Do trabalho de Bodéüs entendemos que merece ser considerada a lista de paralelismos que aponta entre as Cat. *e os* Top., *nomeadamente o facto de certas «lacunas» desta última obra serem colmatadas no texto das* Cat. [21], *a necessidade de, para definir a noção de* ἕξις, *recorrer ao significado exacto de* τοῦ ἔχοντος [22], *a relativa superficialidade com que nos* Top. *é referida a questão dos relativos, e ao pressuposto de que todo o termo relativo possui um termo recíproco em contraste com a maior profundidade com que a questão é colocada e analisada nas* Cat. [23], *e outros pontos ainda a alguns dos quais já anteriormente nos referimos* [24]. *As conclusões que o A. tira desta constatação deixa-nos em parte razoavelmente perplexos: por uma lado Bodéüs declara que «il ne fait guère de doute que les deux ouvrages s'inscrivent dans le même genre de recherche, qu'ils participent […] de préoccupations utiles à la méthode dialectique»* [25], *observação com que estamos inteiramente de acordo; que «les données exposées en préliminaires sont visiblement inspirées d'idées précises que contient*

---

[21] Por exemplo, a falta nos *Top.* de uma análise aprofundada quer «des distinctions catégoriales» quer dos termos opostos (*o. c.*, p. LXX).

[22] Lit. «daquele que tem (alguma coisa), que está (de uma determinada maneira)» (*o. c., ibid.*).

[23] Cf. *Top.* 149b4 e segs. e *Cat.* 6b28 e segs.

[24] V. Bodéüs, *o. c.*, pp. LXXIII-LXXIX.

[25] *O. c.*, p. LXXIX.

cette ouvrage [i. e., *os* Top.] *et que l'auteur de C* [i. e., *as* Cat.] *synthétise fidèlement de façon scolaire»* [26], *e que «l'enseignement des* Topiques *a servi de point de départ à l'auteur* [*das* Cat.] *pour amorcer un exposé original sur la substance»* [27]. *Ora destas observações parece que deveria deduzir-se, quando muito, uma posterioridade das* Cat. *relativamente aos* Top. [28], *quando a tese que ele se propõe defender é a de que as* Cat. *são uma espécie de «introdução aos* Top.». *Para conciliar estes dois pontos contraditórios Bodéüs imagina que as* Cat. *seriam de facto uma introdução aos* Top., *mas não aos* Top. *na sua totalidade tal como hoje os conhecemos, e sim apenas a uma parte deles, ou talvez até a um tratado centrado sobre um ponto único que seria o predicável «definição». Sobre esta tese, veja-se o desenvolvimento contido nas pp.* LXIV-LXXIII; *quanto a uma conclusão definitiva, limitamo-nos a reproduzir as palavras do A: «On ne peut évidemment le prouver.»* [29]

---

[26] *O. c., ibid.*

[27] *O. c., ibid.*

[28] Posterioridade apenas relativa, já que os dois textos, de acordo com a primeira observação de Bodéüs que citámos, e para usar uma expressão já anteriormente empregada, teriam sido «pensados ao mesmo tempo».

[29] *O. c.*, p. LXXIII. A explicação dada na p. LXII, quanto a nós, não parece explicar grande coisa: «l'hypothèse d'une introduction à quelque

§ 9 *Não é esta a ocasião de desenvolver detidamente a questão das «categorias», de qual o seu estatuto, de qual o contexto em que elas devem ser entendidas* [30]. *Mas a propósito do ponto que estamos a tratar,* i. e., *das relações entre o livro das* Cat. *e o dos* Top., *não devemos passar em claro um problema que se nos afigura pertinente: a importância para a determinação das dez categorias aristotélicas da própria estrutura da língua grega. Queremos com isto dizer que não aceitamos a observação de Bodéüs quando ele declara irrelevante a interpretação linguística das categorias: «On a dit notamment que les distinctions catégoriales étaient de simples distinctions linguistiques, qui plus est, inspirées, dans la langue grecque, par des différences grammaticales, allant du substantif* (οὐσία) *à la voix passive* (πάσχειν).

---

topique définitionnelle serait de nature à expliquer pourquoi notre traité commence par regrouper et analyser les principales distinctions catégoriales. C'est que la définition est toujours celle d'une réalité appartenant à l'une de ces 'catégories'.» Esse livro hipotético intitular-se-ia, segundo Bodéüs, Τοπικῶν πρὸς τοὺς ὅρους, isto é, um volume «De Tópicos relativos às definições». Cremos que este volume deve corresponder àquele que, no catálogo de Diógenes Laércio, tem o número 60, com o título Τοπικὸν πρὸς τοὺς ὅρους β' (com ligeiras variantes em outros catálogos), cf. Mesquita, p. 544 (que identifica este título com os livros VI e VII dos *Top.*, o que nos parece mais provável).

[30] Sobre estas matérias v., por todos, K. Oehler, ed. das *Cat.*, «Einleitung» (pp. 96 e segs.).

Cette thèse est insoutenable et personne, aujourd'hui, ne la prend plus au sérieux. *L'homme* (ἄνθρωπος), *le nombre* (ἀριθμός), *l'esclave* (δοῦλος) *et la justice* (δικαιοσύνη), *qui se classent respectivement dans chacune des quatre premières 'categories', sont, grammaticalement, quatre substantifs.*» [31]

---

[31] Bodéüs, *o. c.*, pp. LXXX-LXXXI (o destacado é de nossa responsabilidade). — Dizer que estes quatro substantivos se integram nas quatro primeiras categorias (substância, quantidade, relação e qualidade) e que, pelo facto de serem todos substantivos, todos eles deveriam significar «substâncias» não passa de um jogo de palavras: primeiro, porque um mínimo de sensibilidade linguística basta para mostrar que as classes gramaticais não são fixas (em grego, nomeadamente, graças à flexibilidade do artigo definido, qualquer palavra pode passar para a classe dos substantivos sem problemas); segundo, porque dizer que a inspiração gramatical para a determinação das categorias existe não significa que seja a única; terceiro, porque o cunho imprimido por uma língua sobre o modo de pensar nessa língua é evidente, como Benveniste demonstra através da análise comparativa entre os usos do verbo εἶναι «ser» em grego e os vários verbos que na língua *ewe* (África ocidental) podem corresponder ao que para nós é o verbo «ser», ou como qualquer pessoa pode comprovar comparando as múltiplas traduções existentes em diversas línguas ocidentais do texto chinês conhecido como o «Livro do TAO» *(Tao te-ching),* as quais, em certos passos mais difíceis, quase parecem traduções de textos diversos (pense-se que uma palavra como *Tao,* que muitas vezes se traduz por «via, caminho», mas que é susceptível de muitos outros valores semânticos

Decerto ninguém hoje levará a sério a teoria da interpretação linguística das categorias aristotélicas se ela for entendida na forma extrema e simplificada como Bodéüs parece tê-la entendido. Ora uma consulta ao artigo de E. Benveniste que Bodéüs menciona na nota 1 da p. LXXX [32] *tê-lo-ia impedido de fazer uma aprecição tão drástica. Sem dúvida que as categorias aristotélicas não são* ***apenas*** *categorias gramaticais; mas cremos que Benveniste tem toda a razão quando diz que «inconsciemment [Aristóteles] a pris pour critère [para a determinação de todos os predicados possíveis numa proposição] la nécessité empirique d'une expression distincte pour chacun des prédicats. Il était donc voué à retrouver sans l'avoir voulu les distinctions que la langue même manifeste entre les principales classes de formes, puisque c'est par leurs différences que ces formes et ces classes ont une signification linguistique.»* [33] *Não podemos esquecer que a língua já existe antes de cada homem começar a pensar, pelo que é inteiramente razoável entender que o pensamento sofra a influência da língua materna do sujeito pensante. Não podemos, evidente-*

---

possíveis, não tem em si nada que a distinga como substantivo ou como verbo, o que torna a interpretação dos clássicos chineses e a sua transposição para uma língua ocidental particularmente trabalhosa).

[32] E. Benveniste, «Catégories de pensée et catégories de langue», in *Problèmes de linguistique générale,* pp. 63-74.

[33] Benveniste, *o. l.,* p. 70.

mente, é postular que foi essa a única influência que o pensador recebeu: como observa Oehler [34], *«Unterscheidungen, die die Grammatik macht, haben zweifellos eingewirkt. Aber nicht nur diese», até porque, como nota o mesmo A., «es ging Aristoteles als Philosoph in keinem seiner Werke primär um die Sprache als Sprache»* [35].

§ 10 *Este facto é tanto mais importante quanto nos* Top. *muitos dos «lugares» analisados e exemplificados por Aristóteles dizem respeito a distinções de ordem linguística, de natureza essencialmente semântica, embora muitas vezes a semântica se cruze com a morfologia. A título de exemplo vejam-se as reflexões de Aristóteles sobre os «lugares» derivados das noções de «mais» e de «menos»* [36], *em correlação com as «categorias» gramaticais de «comparativo» e de «superlativo». Ou as suas análises dos termos opostos segundo a «privação» ou a «posse» de certos atributos* [37]: *independentemente da sua relação com a «realidade», a oposição entre* ὄψις *e* τυφλότης, *por exemplo, não deixa por isso de ser uma oposição de natureza semântica. Não podemos ainda deixar de notar que as palavras só adquirem valor, nomeadamente valores de verdade, quando integradas em sintagmas ou em frases, dado que isoladamente toda a palavra é, por*

---

[34] *O. l.*, p. 100.
[35] *O. l.*, p. 102.
[36] *Top.* 137b14 e segs.
[37] *Top.* 106b21 e segs., 114a7 e segs.

natureza, ambígua [38]: ἄνθρωπος, *por exemplo, se a pronunciarmos ou escrevermos isoladamente, tanto pode designar o «homem» como «ser vivo», como representação pictórica ou escultórica, como indivíduo (= «este homem que aqui está»), como conceito intelectual ou entidade metafísica, e somente a sua integração num contexto gramatical é susceptível de levantar a ambiguidade.*

Se o papel desempenhado pelas estruturas linguísticas pode ter em certos textos aristotélicos um significado mais diminuto, como é o caso dos Primeiros Analíticos, *em que na análise do silogismo figuram letras em vez de palavras, noutros, e é esse precisamente o caso dos* Top., *esse papel surge consideravelmente acrescido. Lembremo-nos dos casos em que Aristóteles se refere às palavras que têm entre si uma relação paronímica, como é o caso das séries vocabulares derivadas de um mesmo radical* (*por exemplo,* δίκη, δικαιοσύνη, δίκαιος, τὸ δίκαιον, δικαίως), *as «flexões» de uma mesma palavra* (*por exemplo,* δίκαιος, δικαίου, δικαίῳ), *e tantos outros casos. Como entender este último exemplo a propósito de uma língua que não te-*

---

[38] Arist., *Cat.* 2a7-10: *É consensual entender-se que toda a frase declarativa* (κατάφασις) *ou é verdadeira ou é falsa, ao passo que das palavras que não vêm inseridas em nenhuma combinação* (*i. e.,* que não fazem parte de um sintagma ou de uma frase) *nenhuma há que seja verdadeira ou falsa, por exemplo, «homem»* (ἄνθρωπος), *«branco»* (λευκόν), *«(ele) corre»* (τρέχει), *«(ele) triunfa»* (νικᾷ).

nha declinações? Como tornar sensível este pormenor a um chinês, cuja língua é basicamente constituída por monossílabos invariáveis?

E não podemos esquecer ainda que os Top. *se ocupam fundamentalmente das discussões dialécticas resultantes do tipo de proposições a que Aristóteles chama* ἔνδοξοι *«aceitáveis, plausíveis», por oposição àquelas que possuem um valor definido em termos de verdade ou falsidade. Na análise deste tipo de proposições, e das suas combinações em argumentos complexos, ou seja, nas estruturas lógico-linguísticas a que o Filósofo chama «silogismos dialécticos», mais do que nos «silogismos apodícticos», os participantes no debate devem estar o mais possível atentos aos valores possíveis das palavras e das frases, sensíveis aos matizes semânticos que as separam, aos contextos gramaticais em que podem surgir, sem falar das conotações retóricas que os termos podem ter, como sucede, por exemplo, quando as palavras são usadas metaforicamente* [39].

§ 11 *Apenas uma breve referência a uma outra ideia de Bodéüs a respeito do número e do significado das «categorias» no texto das* Cat. *e na versão alternativa contida nos* Top. *Conforme vimos no § 4, Aristóteles, em ambos os textos, enumera um total de dez «categorias», numa lista em que somente a primeira categoria é distinta.*

---

[39] Talvez não seja uma questão de grande importância, mas mesmo assim vale a pena referi-la: a distinção entre «proposição» e «problema» é predominantemente de estrutura linguística (v. *Top.* 121b29 e segs.).

Assim, enquanto nos Top. *a lista é encabeçada pela «essência»* (τί ἐστιν), *nas* Cat. *a primeira da lista é a «substância»* (οὐσία). *As demais conservam o mesmo nome em ambas as listas. A hipótese de Bodéüs consiste, portanto, em postular a existência, não de* dez, *mas sim de* vinte *categorias, todas, salvo a primeira, com nome idêntico, independentemente de serem categorias «essenciais»,* i. e., *aplicáveis à essência, ou não essenciais. As duas listas apresentariam, por conseguinte, o seguinte aspecto:*

1.ª cat. (essência)	τί ἐστιν	*(substância)*	οὐσία
2.ª e segs.	ποσόν 1		ποσόν 2
	ποιόν 1		ποιόν 2
	etc.		etc.

Uma consequência desta ideia é que na lista dos Top. *as nove categorias não essenciais seriam predicadas das subdivisões da essência, de que representariam outros tantos acidentes, ao passo que na lista das* Cat. *teríamos na realidade* dez categorias, que representariam assim os dez géneros universais, *em contraste com a lista dos* Top., *composta de facto de um género universal, a essência, e de nove predicações possíveis desse género. Uma segunda consequência vem precisar a hipótese aventada também por Bodéüs de as* Cat. *serem uma «introdução» aos* Top. *(cf. § 8): tal introdução teria por objecto, não os* Top. *na totalidade, mas apenas aquela parte do tratado que estuda o predicável «definição», por outras palavras, as* Cat. *seriam uma in-*

*trodução aos «*τόποι *relativos apenas à definição». Esta conclusão não deixa de ser algo estranha, se pensarmos que é na linguagem quotidiana, ou mesmo nos debates dialécticos, que têm por tema questões sobretudo práticas (por oposição aos debates científicos), que mais frequentemente ocorrem as predicações não essenciais,* i. e., *acidentais.*

Não podemos deixar de considerar engenhosa toda esta construção de um duplo elenco de categorias, mas não podemos também deixar de considerar curioso que, se porventura essa «duplicidade» fosse assim tão importante para Aristóteles, o Filósofo não tivesse tido o cuidado de a explicitar de forma evidente e concludente, em vez de, pelo silêncio sobre a matéria, ter deixado que durante vinte e quatro séculos os seus comentadores vivessem na ilusão de que as categorias eram apenas dez [40].

O *Da Interpretação* e os *Tópicos*

§ 12 *O pequeno tratado* Da Interpretação [41] *é o resultado do interesse dado pelos Atenienses às especulações linguísticas que en-*

---

[40] Sobre os argumentos de Bodéüs em apoio desta ideia, v. pp. LXXX e segs., da edição das *Cat.*

[41] Em grego περὶ ἑρμηνείας, título não autorizado por Aristóteles, que nunca o cita em outras obras suas. Também é conhecido como a

contramos documentado na obra de Platão, nomeadamente nos diálogos Crátilo, Teeteto *e* Sofista. *A cronologia, como sempre sucede com as obras de Aristóteles, é discutida: a referência a* de an. *III, 3-8 não implica necessariamente que seja posterior a este tratado, porque pode tratar-se apenas de uma nota introduzida mais tarde durante uma revisão do* de int. [42].

O presente texto tem por função essencial fazer uma série de considerações sobre o alcance a dar às frases, dado que apenas as frases, e não as palavras isoladas, são susceptíveis de receberem um valor de verdade, como se pode ler na n. 38. Mais concretamente, Aristóteles vai centrar-se sobre as frases ditas «declarativas» [43]*, e daí a sua*

«Hermenêutica» de Aristóteles; habitualmente, é designado pelo título latino *De interpretatione* (abreviadamente *de int.*).

[42] Düring, em *RE*, col. 206.

[43] *De int.* 17a2-3: «nem toda a frase é declarativa (ἀπόφανσις, ou λόγος ἀποφαντικός), mas apenas aquela que pode considerar-se verdadeira ou falsa»; os outros tipos de frases (exclamativas, imperativas, etc.), Aristóteles reserva-os para a retórica ou para a poética: «um pedido (uma súplica) é, sem dúvida, uma frase, mas não pode dizer-se que é (uma frase) nem verdadeira, nem falsa» *(ibid.* 17a3). As frases não declarativas são estudadas na linguística num capítulo conhecido como «pragmática», *i. e.*, «the aspect of semiotic concerned with the origin, uses, and effects of signs» (Ch. Morris, *Signification…*, p. 44). Sobre esta matéria, cf. J. L. Austin, *How to do Things with Words,* 1962; John Searle, *Speach Acts,* 1974, ou mais recentemente, L. Cummings, *Pragmatics,* Edinburgh University Press, 2005.

preocupação em iniciar o texto com a definição do que é o «nome» (ὄνομα) *e do que é o «verbo»* (ῥῆμα).

Importante notar, como faz I. Düring, que logo nas frases iniciais do de int. *Aristóteles não deixa de acentuar a sua divergência em relação a Platão, quando declara que os nomes têm cada um o seu significado apenas «por convenção»* (κατὰ συνθήκην) [44]; *um pouco adiante ainda é mais explícito quando esclarece: «(quando digo) 'por convenção' quero dizer que nenhuma palavra significa o que quer que seja por natureza, mas apenas quando é utilizada como símbolo»* [45]. *Ora no* Crat., *ao contrário de Hermógenes, que no início do diálogo declara peremptoriamente: «tenho dialogado frequentemente (com Crátilo) e com muitos outros, mas não consigo persuadir-me de que a correcção no emprego dos nomes deriva de mais alguma coisa além da convenção e do acordo»* [46] *entre os utentes da língua, Sócrates (e Platão através deste), sustentando a posição de Crátilo, vai procurar provar que a relação entre significante e significado é orgânica e não convencional* [47]. *É, portanto, inegável que o* de int., *seja qual for a*

---

[44] Arist., *de int.* 16a19.

[45] Arist., *de int.* 26-28.

[46] Καὶ μὴν ἔγωγε […] πολλάκις δὴ καὶ τούτῳ διαλεχθεὶς καὶ ἄλλοις πολλοῖς, οὐ δύναμαι πεισθῆναι ὡς ἄλλη τις ὀρθότης ὀνόματος ἢ συνθήκη καὶ ὁμολογία (Platão, *Crat.* 384d).

[47] «Segundo aqui (o nosso Crátilo), a correcção dos nomes consiste em cada ente ter o nome que a natureza lhe determinou» (Platão, *Crat.*

data da sua composição, deve ter sido concebido como réplica [48] *às teses «naturalistas» da linguagem documentadas no* Crat., *o que cremos ser claramente comprovado pela presença em ambos os textos da palavra* συνθήκη *«convenção», o que só por si não provaria grande coisa, mas sobretudo pela estrutura inicial da frase de Aristóteles:* τὸ δὲ κατὰ συνθήκην, *que poderíamos traduzir como: «Quanto à (questão da) convenção», modo de dizer que nos parece implicar um contexto de resposta a alguma observação feita por outrem (Platão, no caso vertente).*

§ 13 *Todo o interesse de Aristóteles vai, assim, para o* λόγος ἀποφαντικός, *o «juízo declarativo, ou assertórico», ou seja, a frase do tipo esquemático:* S é P [49]. *Este esquema, como se compreende, deve ocorrer com enorme frequência nos debates dialécticos, em que a discussão se inicia com a pergunta: «O que é isto?», feita por um dos intervenientes, a que se segue a resposta: «Isto é tal ou tal»* (i. e., *S é P*). *O tipo de frase em questão é particularmente importante, por-*

383a). — Sobre esta questão linguística (o problema do que Saussure chamava «a arbitrariedade do signo linguístico»), v. L. Bloomfield, *Language,* pp. 4 e segs., J. Lyons, *Linguistique générale,* Paris, Larousse, pp. 7-9.

[48] O que não significa necessariamente «polémica» (Düring, *RE*, col. 207).

[49] *S* marca a posição do «sujeito», *P* a do «predicado», enquanto a forma «é» apenas serve para representar a noção do tempo.

tanto, para a dialéctica, e não apenas para esta, mas também para a gramática e a lógica: para a gramática, na medida em que obriga a passar em revista todos os valores possíveis do verbo «ser», quer do ponto de vista semântico, quer do ponto de vista sintáctico, sem esquecer as implicações ontológicas que tal análise possa ocasionar [50]; *para a lógica, por um lado porque, como acima dissemos, só ao nível da frase é possível pôr a questão do valor de verdade* (i. e., *só do enunciado — λόγος — se pode perguntar se é verdadeiro ou falso*), *por outro, porque uma estrutura aparentemente única — S é P — pode ocultar uma grande variedade de relações lógicas* (u. g. *identidade, inclusão, relação*).

§ 14 *No* de int. *Aristóteles debate ainda uma outra questão importante, conforme declara logo na frase com que abre o texto: «(Comecemos por estabelecer o que é um nome e o que é um verbo), e, seguidamente, o que é uma* negação (ἀπόφασις), *uma* afirmação (κατάφασις), *uma* declaração (ἀπόφανσις) *e um* enunciado (λόγος, i. e., *uma sequência de palavras sintacticamente combinadas*).» [51] *Do facto de uma frase poder ser ou afirmativa ou negativa vai decorrer o estabelecimento do célebre quadrado lógico das proposições, em que são analisadas todas as relações possíveis entre estas: universais afir-*

---

[50] Cf. infra, §§ 14-15.

[51] *De int.* 16a1-2.

mativas (A), universais negativas (E), particulares afirmativas (I) e particulares negativas (O); o caso das proposições contraditórias (A/O; E/I), o caso das contrárias (A/E), o das que foram depois de Aristóteles chamadas subcontrárias (I/O) e subalternas (A/I; E/O) [52]*. Também os casos das proposições que se opõem entre si pelo facto de a forma «é»* (ἐστί) *desempenhar, ou não desempenhar a função de cópula* (*recorde-se o caso dos múltiplos valores que «ser» pode ter na língua grega* [53]) *merece análise pormenorizada. Sobretudo é detidamente contemplado o problema da colocação do «operador de negação»* [54]*, e a variedade de contextos frásicos que de tal colocação pode resultar (nomeadamente quando o operador «não» se aplica a um termo que já de si pode conter uma negação, como é o caso de «impossível»* (*em grego* ἀδύνατον), *em que figura o prefixo negativo* im- *(= in-, em grego* ἀ-*)* [55].

§ 15 *Particularmente interessante do ponto de vista lógico é o cap. 9, em que Aristóteles levanta o problema das frases declarativas com o verbo no futuro. Partindo do princípio de que é aceitável*

---

[52] *De int.* caps. 4-9.

[53] Cf. E. Benveniste, *o. c.*, pp. 70 e segs.; no mesmo volume v. ainda os artigos «La phrase nominale» (pp. 151-167) e «'Être' et 'avoir' dans leurs fonctions linguistiques» (pp. 187-207).

[54] Οὐ e μή em grego, «não» em português.

[55] V. *de int.* cap. 13 (22a14 e segs.).

concordemente a chamada «lei do terceiro excluído» [56], *o que se passa com uma proposição como «Amanhã ocorrerá uma batalha naval»? A este respeito eis o que diz Aristóteles: «O que eu pretendo dizer é que necessariamente amanhã haverá, ou não haverá, uma batalha naval* [57]; *mas, por outro lado, não é necessário nem que haja, nem que não haja amanhã uma batalha naval* [58], *e no entanto é necessário ou que haja ou que não haja (essa batalha).»* [59] *A questão surge por causa da notação temporal* (amanhã haverá, ou não haverá) *que remete para o futuro, uma vez que se a referência for feita ao presente* (hoje está havendo, ou não está havendo uma batalha naval) *ou ao passado* (ontem houve, ou não houve uma batalha naval) *o problema já não se coloca, pois é sempre possível verificar qual das duas proposições em alternativa* (P = está havendo, houve uma batalha naval *ou* ~P = não está havendo, não houve uma bata-

---

[56] Uma proposição, necessariamente, ou é verdadeira ou é falsa (simbolicamente, ou temos *P*, ou temos ~*P*); independentemente do conteúdo de cada proposição, uma disjunção do tipo $P \vee \sim P$ é uma tautologia, *i. e.*, é sempre verdadeira (Tarski, *Introduction*, p. 43).

[57] *I. e.*, amanhã teremos uma situação em que $P \vee \sim P$.

[58] *I. e.*, amanhã não teremos necessariamente *P*, nem teremos necessariamente ~*P*, mas apesar disso teremos necessariamente a situação $P \vee \sim P$.

[59] *De int.* 19a29-32.

lha naval) *é verdadeira e qual é falsa, o que já não se verifica quando a referência temporal é feita ao futuro. O problema não pode resolver-se, como é evidente, dentro do quadro da lógica clássica bivalente* [60]*, mas terá o seu lugar no quadro das lógicas modais* [61]*. Um dos grandes méritos do* de int. *aristotélico consiste precisamente em ter chegado ao limiar de um desenvolvimento da lógica que só no nosso tempo viria a ser devidamente tomado em consideração.*

As *Refutações Sofísticas* e os *Tópicos*

§ 16 *Ao contrário do que sucede com os livros* II *a* VII *dos* Tópicos, *que, embora tratando cada um deles de matérias distintas* [62]*, não são em geral conhecidos por títulos que os individualizem, as* Refutações Sofísticas *são conhecidas, e transmitidas textualmente, sob*

---

[60] *I. e.,* que só admite como valores de verdade o *verdadeiro* e o *falso.*

[61] Em que entram em jogo outros valores de verdade, como o *necessário,* o *possível,* etc. (v. R. Blanché, *Introduction,* pp. 83 e segs.).

[62] O que para certos comentadores modernos é indício de discrepância cronológica entre eles, de publicação eventualmente autónoma, numa palavra, de uma total (ou pouco menos) falta de unidade do conjunto de toda a obra.

um título próprio. Aristóteles parece, até, por vezes conferir uma certa individualidade a este seu trabalho, por exemplo quando, em 164a20-22, escreve: «Vamos tratar agora das refutações sofísticas e das refutações aparentes, que na realidade não são refutações, mas meros paralogismos [63]*, começando por aqueles pontos que, por natureza, devem ser referidos em primeiro lugar.» Ou ainda quando, em 172b5, conclui um desenvolvimento dizendo: «São estes, portanto, os modos referentes às refutações sofísticas…»*

Apesar deste pormenor, outros indícios levam a pensar que este texto não é, afinal, senão o último livro dos Tópicos, *ou seja, o livro IX desta obra, e como tal é considerado por autores como, apenas para exemplo, I. Düring. Entre esses indícios, e sem sequer mencionar a circunstância de* SE *se situar no mesmo universo dialéctico dos oito livros dos* Top., *recordemos os seguintes: um, o facto de Aristóteles citar como pertencendo aos* Top. *um passo das* SE [64]*; dois, o facto de no início do livro I dos* Top., *que funciona como um livro introdutório a todas as matérias tratadas no conjunto dos livros dedicados à dialéctica, serem mencionados assuntos que terão o seu lugar próprio nas* SE [65]*;*

---

[63] Falsas conclusões, cf. *Top.* 101a5 e segs.

[64] Em *An. Pr.* 65b16 Aristóteles remete para os *Top.* (ὅπερ εἴρηται καὶ ἐν τοῖς Τοπικοῖς) quando o passo a que se refere figura nas *SE* 167b21 e segs.

[65] V. *Top.* 100b23-101a17.

três, a circunstância de Aristóteles, ao concluir um desenvolvimento em SE *172b25-28, remeter para um lugar onde essa matéria já fora devidamente tratada* (καθάπερ ἐλέχθη πρότερον): *tal passo figura em* Top. *11b32 segs. Este último é particularmente significativo, não só pela repetição da mesma ideia, mas também pela transcrição quase* ipsis uerbis *do passo referido, como se pode comprovar:*

SE:

> Πρὸς δὲ τὸ ψευδόμενον δεῖξαι ἴδιος τόπος **ὁ σοφιστικπός**, **τὸ ἄγειν** πρὸς τοιαῦτα πρὸς ἃ εὐπορεῖ λόγων· *(o «lugar» adequado para mostrar que [o oponente] está a faltar à verdade é o sofístico, o qual consiste em levá-lo a admitir posições em que se vê desprovido de argumentos);*

Top.:

> Ἔτι **ὁ σοφιστικὸς** τρόπος, **τὸ ἄγειν** εἰς τοιοῦτον πρὸς ὃ εὐπορήσομεν ἐπιχειρημάτων. *(há ainda o «lugar» sofístico, que consiste em levar [o oponente] a uma situação em que nós dispomos de grande número de argumentos).*

Damos, por conseguinte, como ponto assente que as SE *foram pensadas e escritas por Aristóteles para serem inseridas no conjunto*

dos livros dedicados à dialéctica, ou seja, os Tópicos [66]*, embora, em obediência a uma tradição que remonta à Antiguidade tardia* (*Boécio, e outros traduzem as* SE *como texto independente, não parte dos* Top.)*, consideremos formalmente esta obra como composta apenas de oito livros. Como tal, as* SE *terão o seu lugar à parte nesta colecção das Obras Completas de Aristóteles.*

§ 17 *As* SE*, o livro* IX *dos* Top.*, não parece ter sido escrito como um todo, dado que é susceptível de ser repartido em várias unidades. Uma primeira parte, que abarca os caps. 1-11, após dar uma panorâmica do que seja a sofística, dos seus objectivos afastados da investigação da verdade, é dedicado aos diversos tipos de sofismas,* i. e.*, de conclusões falsas sob forma de raciocínios que apenas parecem ser*

---

[66] Recorde-se que Arist. não se mostra particularmente rigoroso no modo como cita os seus próprios escritos: assim, os *Top.*, além de serem citados frequentemente sob o título corrente (Τοπικά), podem ainda ser mencionados como διαλεκτικά (*Rhet.* 1356a36 e 1402a5), cf. διαλεκτική em *Rhet.* 1354a1, 1355a7 e 1359b11, e μεθοδικά, *Rhet.* 1556b20. — Os títulos terminados em -ά (ἀναλυτικά, τοπικά, διαλεκτικά, μεθοδικά) são formas adjectivais usadas no plural neutro, pelo que em rigor a respectiva tradução deveria ser algo como «coisas analíticas, tópicas, dialécticas, metódicas, *i. e.*, matérias relativas à análise, aos lugares *(tópoi)*, à dialéctica, ao método» (note-se a propósito deste último caso que os *Top*. se iniciam com a indicação do A. de que o seu propósito é encontrar um certo *método* para conduzir o raciocínio).

correctos, sem de facto o serem, já que o fim que o sofista pretende atingir não é outro senão confundir o interlocutor e levá-lo a tirar conclusões absurdas de toda a argumentação produzida [67].

§ 18 *Segue-se a consideração das várias formas por meio das quais o sofista pretende levar o adversário a um impasse ou a uma situação disparatada e, em contrapartida, dos recursos de que é possível dispor para contrariar esses propósitos, quer a nível das perguntas quer a nível das respostas. São ainda analisadas as diversas espécies de falsas argumentações (falácias e sofismas) decorrentes quer de factores linguísticos (por exemplo, os erros de raciocínio derivados da homonímia, ou ambiguidades da linguagem, da polissemia, ou de outros mais factores), quer decorrentes de factores extralinguísticos, ou, ainda que de ordem linguística, de carácter algo marginal* [68].

---

[67] Por exemplo, concluir que o número *cinco* é simultaneamente par e ímpar, uma vez que, como é do conhecimento geral, *cinco* ἐστὶ δύο καὶ τρία «é dois e três». O sofisma resulta de se interpretar καί «e» como pretendendo significar que «cinco é dois» e «cinco é três», logo é ao mesmo tempo par e ímpar, quando neste sintagma «e» tem o valor de «mais», *i. e.*, «cinco» é igual a «dois mais três» (é igual à soma de dois mais três).

[68] Um exemplo dado por Arist.: a confusão, que de resto apenas se verifica a nível da escrita, entre o genitivo do pronome relativo (οὗ) e a negação (οὐ), dado que no tempo de Aristóteles nem espíritos nem acentos tinham expressão gráfica; na linguagem oral esta ambiguidade já não se dá, uma vez que a pronúncia dos dois monossílabos é diferente, [/hoû/] no primeiro caso, [/u/] no segundo.

Várias questões, como o modo de lidar com dificuldades de ordem ao mesmo tempo sintáctica e semântica, por exemplo, quando se emprega um pronome neutro para nos referirmos a uma pessoa do sexo masculino ou feminino, ou pronome de género animado para aludir a uma coisa (em princípio do género neutro), preenchem os capítulos finais do texto.

§ 19 *O cap. 34, com que finalizam as* SE, *é especialmente importante, e interessante, por várias ordens de razões.*

Por um lado porque Aristóteles, como forma de conclusão, resume, por assim dizer, o conjunto de matérias que foi sucessivamente tratando ao longos dos nove *livros que constituem a «teoria da dialéctica», prática que se originou no hábito socrático de conduzir a investigação de qualquer problema por meio de perguntas e respostas, em vez de por meio da composição de vastos discursos. Nesta síntese Aristóteles toca em todos e cada um dos pontos que podemos encontrar no decurso da leitura dos nove livros* (Top. + SE): «*Tínhamos fixado como nosso objectivo encontrar uma forma de raciocinar sobre qualquer problema que nos fosse colocado a partir de premissas o mais possível verosímeis. É essa a tarefa da dialéctica enquanto tal, e também do método de tentativa e erro. Mas como há que entrar em linha de conta com a proximidade desta matéria em relação à sofística, atendemos também não só ao processo dialéctico de tratar o tema, mas ainda procedemos como quem conhece a solução, e, por isso, pomos como finalidade desta exposição o anteriormente dito, isto é, a capacidade de 'agarrar' no argumento* dos *oponentes, e igualmente, quan-*

do nos couber defender alguma tese, podermos fazê-lo também através do recurso a premissas o mais possível verosímeis. A origem deste processo já o dissemos, está no hábito que Sócrates tinha de interrogar os outros, sem ele próprio responder, confessando assim que não conhecia a solução do problema. *Nos livros precedentes expusemos em relação a quantos problemas, e por meio de quantos recursos, podemos levar a cabo esta tarefa, onde é que podemos encontrar recursos suficientes* para o conseguir, *como é que se deve interrogar e qual a ordenação a dar a cada pergunta, e também o modo de dar as respostas e encontrar as soluções para os raciocínios* do oponente. *Expusemos ainda tudo o mais que tem a ver com esta nossa teoria da dialéctica, sem omitirmos a consideração dos paralogismos, conforme já havíamos dito atrás.»* [69]

Como é evidente a partir da leitura destas linhas, Aristóteles, no termo das SE, *passa em revista não só o que expôs neste trabalho, mas ainda tudo sobre que dissertou ao longo dos oito livros dos* Top., *sem estabelecer qualquer solução de continuidade entre os* Top. *propriamente ditos, e as assim chamadas* SE, *facto que mostra ser este último escrito, para o seu autor, parte integrante do conjunto. Na realidade, se a dialéctica foi «inventada» por Sócrates para proceder à refutação dos sofistas, que privilegiavam os grandes discursos em vez do jogo de pergunta e resposta, não é menos verdade*

---

[69] *SE* 183a37-183b15.

que, tanto em muitos dos diálogos platónicos, sobretudo da primeira fase, como também na «tópica» aristotélica, quer os jogos de palavras quer muitos outros artifícios de origem sofística deixaram também a sua marca.

§ 20 *Há, porém, algo de mais importante a reter na leitura das páginas finais das* SE. *Como o Filósofo recorda, com orgulho não de todo disfarçado, enquanto outras «artes» (por exemplo, a retórica) já haviam sido inventadas mais remotamente, sofrendo contínuos aperfeiçoamentos ao longo do tempo por parte dos sucessivos cultores que as praticavam, no caso das matérias tratadas nestes livros não havia nenhum precedente em cuja obra Aristóteles se pudesse apoiar: «No que diz respeito à retórica havia, pois, muitos escritos, antigos e em abundância. Em relação a esta arte de raciocinar* [70] *não encontrámos, de anterior a nós, absolutamente nada que pudéssemos referir, pelo que que tivemos de buscar* algo *por nós com grande esforço e dispêndio de tempo. E se a vós, ao contemplar a obra realizada, vos parecer que esta disciplina, apesar do seu carácter pioneiro, já constitui um método suficientemente trabalhado, pronto a tomar o seu lugar junto daquelas que se desenvolveram a partir de uma tradição, a vós, que seguistes as nossas lições, não*

---

[70] *I. e.*, a Lógica, mesmo que na versão menos abstracta que é a dos *Top.*, e dos escritos vizinhos (*Cat.*, *de int.*, *SE*), em confronto (mas não em oposição) com a dos *An. Pr.*

resta outra coisa a fazer senão desculpar as insuficiências do meu estudo e mostrar-vos gratos pelo que de válido nele se encontra.» [71] *Não deve, portanto, restar dúvida alguma de que Aristóteles, pese a todas as insuficiências que a sua* Lógica *possa ter, merece de pleno direito o título de seu «criador».*

§ 21 *A formalização que, dentro de certos limites, Aristóteles deu à análise dos raciocínios dedutivos não deve fazer esquecer uma certa degradação que rapidamente se fez sentir na prática da dialéctica desde Sócrates até ao seu tempo. Indício desse estado de coisas é o que pode extrair-se da necessidade que o Filósofo tem de definir exaustivamente o que deve entender-se por «refutação»: a refutação deve visar apenas um ponto, e não vários, do problema em discussão e, sobretudo, há que ter em conta que se refere a uma coisa, a um facto, e não a um nome, o que faz pressupor que na prática corrente das «argumentações erísticas» deviam abundar as «falsas refutações» baseadas em jogos de palavras mais ou menos inofensivos, como os que o próprio Aristóteles dá como exemplos. Argumentar, por exemplo, que não é o mesmo uma coisa «ser algo»* (εἶναί τι) *ou «ser em absoluto»* (εἶναι ἁπλῶς) *e que, por isso, da proposição «o que não é opinável não é [= não existe]» deve inferir-se que «o que não é não é» não parece ser outra coisa senão uma brincadeira com as palavras,* i. e., *aquilo a que Woods-Irvine chamam «usos patológicos» da lin-*

---

[71] *SE* 184a9-184b8.

guagem [72]. *Segundo estes autores, um dos grandes contributos de Aristóteles para a história da lógica consistiu em partir da análise da linguagem, e dos seus usos desencontrados, para criar uma linguagem submetida a certas regras que pusessem termo, precisamente, a esses usos patológicos. A este respeito, os primeiros quatro textos do* Órganon *assumem especial significado: «The importance of these books consists primarily in Aristotle's insight that there exists a model of correct argument which has a wholly general application.»* [73] *Mesmo certas afirmações de pensadores tão famosos (e tão respeitados por Platão e Aristóteles) como Parménides e Heraclito são vistos por Woods e Irvine como autores de filosofemas que não passam de malabarismos linguísticos: uma proposição de Heraclito como, por exemplo, «a água do mar é a mais pura e a mais infecta»* [74] *satisfaz a análise de Woods-Irvine, segundo os quais os repetidos equívocos de Heraclito obedecem ao esquema: «Se n é* **Φ** *num dado sentido e não-***Φ** *em outro sentido, então n é ao mesmo tempo* **Φ** *e não-***Φ**.» [75] *Ora um paradoxo similar é discutido e explicado por Aristóteles em 165b38: «(Veja-se o paradoxo que consiste em dizer que) o mesmo*

---

[72] Woods-Irvine, «Aristotle's early logic», *in* D. M. Gabbay-J. Woods, *Handbook…,* p. 29.

[73] *O. c.,* p. 30

[74] Kirk-Raven-Schofield, 199 (= B 61 D-K = Lami 218).

[75] Woods-Irvine, *o. c.,* p. 29.

indivíduo está sentado e está em pé, está doente e está são. De facto, o mesmo (indivíduo) que se levantou está (agora) de pé, o mesmo que se curou está (agora) são; ora quem se levantou é o (que estava) sentado e o que está são foi o doente.» [76] *Um símile permite concluir o que Aristóteles pensa sobre estas questões: «Assim como numa competição* [77] *uma falta assume uma certa forma que a torna numa espécie de combate sem regras* [78]*, assim também num debate dialéctico* [79] *o (raciocínio) erístico assume a forma de um combate sem regras.»* [80]

---

[76] O paradoxo é mais evidente em grego do que em português; à letra, as expressões em que se situa o paradoxo deveriam traduzir-se como segue: «o sentado está em pé, o doente está são»; graças ao emprego do artigo definido, os dois particípios (καθήμενος, κάμνων) tornam-se substantivos, e, como tal, são sintacticamente os sujeitos dos dois verbos ἀνίστατο, ὑγιάζετο, pelo que a leitura imediata das frases sugere que a mesma pessoa está, **ao mesmo tempo,** sentada e de pé, sã e doente.

[77] Ἐν ἀγῶνι «numa competição», pode entender-se em mais do que um sentido: pode tratar-se de uma competição desportiva (que é o mais provável neste contexto), mas pode tratar-se igualmente de uma competição em tribunal, ou seja, «num julgamento», e «num processo judicial», em que os adversários também fazem tudo o que podem para sair vencedores.

[78] Ἀδικομαχία, lit. «luta sem justiça».

[79] Ἀντιλογία, lit. «controvérsia».

[80] *SE* 171b22-25.

§ 22 *Outro aspecto em que Aristóteles critica os seus contemporâneos é na manifesta falta de habilidade como são colocadas as perguntas. Uma pergunta bem formulada, sem ambiguidades, sem possibilidade de ser deficientemente interpretada, é aquela que apenas admite como resposta ou «sim» ou «não»: «Se a pergunta feita (ao oponente) é clara e sem ambiguidade, a única resposta possível ou é 'sim' ou é 'não'.»* [81] *Ora o que se verifica no tempo de Aristóteles, a julgar pela suas palavras, é a frequência com que os interrogados, antes de responderem «sim» ou «não», exigem do interrogador uma série de esclarecimentos destinados a «corrigir as deficiências de formulação» da pergunta feita* [82].

§ 23 *Neste contexto merecem ainda uma referência as alusões de Aristóteles à tese eleática da impossibilidade do movimento. Sobre esta matéria é muito significativo que seja Aristóteles a nossa principal fonte de informações sobre os chamados «paradoxos de Zenão». Esses paradoxos, em número de quatro* [83], *constituem ou-*

---

[81] *Top.* 160a33-34.

[82] *SE* 175b12.

[83] *Phys.* 239b9-11. Os paradoxos são popularmente conhecidos como o «paradoxo da dicotomia» (Lami, p. 301, n. 7), «Aquiles e a tartaruga», a «flecha» e os «atletas (ou soldados) no estádio». Estes quatro paradoxos são expostos e discutidos por Aristóteles, respectivamente, em *Phys.* 233a21 e segs., 239b14 e segs., 239b30-33, 239b33-240a18. Embora a composição da *Física* seja geralmente considerada como posterior à do con-

tros tantos exemplos de «vícios de observação» (traduzidos em distorção de linguagem), como é matematicamente demonstrável e empiricamente comprovado, já que não é preciso ser Aquiles para agarrar a tartaruga.

§ 24 *Cremos dever assinalar aqui, tomando em conjunto as* SE *com os* Top., *a quantidade de ideias tipicamente aristotélicas que se encontram abundantemente documentadas nestes dois textos ou, se quisermos, neste único texto publicado como se de dois textos distintos se tratasse. Esses traços distintivos encontram-se compendiados e comodamente arrumados no artigo de Düring, cols. 214-215, onde o leitor interessado os poderá encontrar. Chamamos a atenção apenas para os que, da leitura dos textos, se nos afiguraram ser os mais importantes.*

Registe-se a começar a posição contrária a algumas das teses mais conhecidas de Platão, como é o caso da «teoria das Formas», à qual Aristóteles já havia dedicado um trabalho sob o título Περὶ ἰδεῶν, *de que temos alguns excertos importantes de comentadores*

---

junto do *Órganon*, deve notar-se que neste, tanto em *Top.* 160b8 e segs. como em *SE* 179b20-21, Aristóteles já denota estar perfeitamente familiarizado com eles. E chamamos a atenção ainda para o facto de Arist., a certa altura da discussão sobre os problemas do movimento tal como Zenão os colocava, exclamar: Ζήνων δὲ παραλογίζεται «Zenão está a construir paralogismos»: ora os «paralogismos», ou «raciocínios deslocados», é questão a que Arist. alude em *Top.* 101a6 e segs. e que desenvolve mais tarde em *SE* 166b20-27 e segs.

antigos como Alexandre de Afrodisíade, e outros. Nesse estudo o Filósofo apresenta já uma série de sólidos argumentos teóricos [84] *contra as «Formas» platónicas; nos* Top., *em contrapartida, oferece aos seus leitores vários argumentos, ou melhor, vários «lugares» argumentativos «úteis para refutar aqueles que postulam a existência das Ideias», isto é, das Formas* [85]. *Logicamente, rejeita também a ideia dos «géneros supremos»* [86] *que tudo abrangem, como se pode verificar em* Top. *121b4-7: «Também há que ver se tanto a espécie como o género se aplicam a um número idêntico de coisas, por exemplo, se daqueles atributos que são comuns a todas as coisas um é usado como espécie e outro como género, por exemplo* no caso dos predicados *'ente' e 'uno': toda e qualquer coisa é um 'ente' e é 'una', pelo que nenhum destes* predicados *pode ser género do outro, visto que se aplicam a igual número de sujeitos.»* [87]

---

[84] V., sobre este ponto, o livro de G. Fine, *On Ideas, passim*.

[85] Ἔστι δ᾽ ὁ εἰρημένος τόπος χρήσιμος πρὸς τοὺς τιθεμένους ἰδέας εἶναι «este 'lugar' é útil contra aqueles que postulam a existência das ideias» *Top.* 143b23-24. Outros passos similares são: 147a6, 148a14, 154a19.

[86] Trata-se dos chamados μέγιστα γένη, introduzidos por Platão no *Sofista* 254d e segs.: o Ser (τὸ ὄν), o Movimento (κίνησις), o Repouso (στάσις), o Mesmo (ταὐτόν) e o Outro (τὸ ἕτερον). Sobre esta matéria, e em especial sobre a sua possível relação com as categorias de Arist., v. G. Böhme, *Platons theoretische Philosophie,* pp. 244-283.

[87] Cf. ainda, sobre o mesmo tema, *Top.* 127a26 e segs.

§ 25 *Entre as ideias importantes da filosofia de Aristóteles que já se encontram presentes nos* Top. *podemos ainda mencionar a afirmação da importância que tem a «opção»* (προαίρεσις) *para a classificação ética do agir humano: por exemplo, o sofista, o caluniador e o ladrão não merecem a qualificação de* φαῦλοι *«vis» por cometerem alguma má acção sem serem detectados, mas sim por escolherem a prática de actos desonestos como forma de vida* [88]; *ou a afirmação de que o todo não é apenas a soma das partes* (οὐ ταὐτόν ἐστι τὰ μέρη καὶ τὸ ὅλον) [89]; *ou ainda a distinção, em certos aspectos um tanto estranha para nós, das múltiplas formas de movimento existentes* [90]; *ou a utilização dos conceitos de «acto»* (ἐνέργεια) *e de «potência»* (δύναμις) *num sentido já muito próximo daquele que terá depois na ontologia aristotélica* [91], *sem prejuízo de, em outros passos,* δύναμις *dever ser traduzido por «capacidade» ou «possibilidade»* [92].

---

[88] *Top.* 126a30 e segs. Cf. o mesmo tópico, por exemplo, em *EN* 1105b28 e segs. ou *EE* 1223a9 e segs. (os exemplos poderiam multiplicar-se).

[89] *Top.* 150a15-16.

[90] V., por exemplo, *Top.* 120b1, 121a31, 122a28 (entre as formas de «movimento» possível encontramos o «transporte», a «marcha», a «alteração», o «incremento», a «diminuição», etc.).

[91] V. *Top.* 126a30-126b3. — Sobre o valor destes termos, cf. Mesquita, 2005, pp. 499-501.

[92] Cf. *Top.* 139a4-8.

§ 26 *Uma menção especial merecem ainda os termos ou as expressões que Aristóteles introduziu, ou adaptou, como terminologia técnica da lógica* [93]; *o seu número é apreciável, a sua fortuna na linguagem filosófica, ou directamente, ou através das suas versões latinas, ainda hoje perdura. Pelos problemas linguísticos e conceptuais que apresenta, e também pela oportunidade que proporcionou a muitos comentadores de exercitarem o seu* ingenium, *salientamos a expressão* τὸ τί ἦν εἶναι.

§ 27 *Comecemos por apresentar algumas das traduções de que a expressão tem sido objecto, exemplificando com o passo* Top. *101b38.*

No início do cap. 5, Arist. declara o seu propósito de ir falar dos quatro predicáveis, «definição», «propriedade», «género» e «acidente», começando por explicitar o que deve entender-se por «definição»:

ἔστι δ᾽ ὅρος μὲν λόγος ὁ τὸ τί ἦν εἶναι σημαίνων.

Esta frase é traduzida de variadas maneiras por alguns dos muitos tradutores que se têm ocupado do texto: «Est autem terminus [94] *quidem oratio* ***quid est esse*** *significans» (Boécio); «est vero terminus quidem oratio* ***quid est esse rei*** *demonstrans» (trad. anónima);* «Definición *es un enunciado que significa el* ***qué es ser****»*

---

[93] Sobre este tema, v. Mesquita, 2005, pp. 479-534.

[94] O lat. *terminus* não é mais do que a tradução literal do grego ὅρος.

(Sanmartín); «Definition ist eine Rede, die ***das Wesen*** *anzeigt» (Rolfes); «a* definition *is a phrase indicating* ***the essence*** *of something» (Foster); «une définition est une formule qui exprime* ***l'essentiel de l'essence*** *d'un sujet» (Brunschwig)* [95].

Podemos sintetizar o que dissemos sob forma de um quadro:

Versões literais	*Quid est esse*
	Quid est esse rei

---

[95] Cf. ainda outras versões possíveis propostas em obras que não são traduções dos *Top.:* «a definition is defined as 'a set of words (logos) which indicates the essence (ti ên einai)'», Evans, p. 105; «wenn das Was--es-ist-dies-zu-sein (τὸ τί ἦν εἶναι)», W. Detel, *Aristoteles, An. Po.* (tradução do passo *An. Po.* 82b38); «a definition is the phrase which signifies the what-it-was-to-be (this or that)» na versão inglesa de Ophuijsen do comentário ao liv. I dos *Top.* por Alexandre de Afrodisíade (o tradutor comenta assim o que se deve entender pela expressão «what-it-was-to--be»: «The essence or form subsisting independently of any particular instance of it — and so perhaps prior to it», *o. c.,* p. 154, n. 327). Consideramos este comentário bastante infeliz, já que: 1] *essence or form* pressupõe que estes dois termos significam a mesma coisa, pelo que seria indiferente empregar um ou outro, o que é incorrecto; 2] o termo *form* é a tradução actualmente corrente no mundo anglo-saxónico para referir as ἰδεάι de Platão, pelo que o seu emprego poderia levar a pensar que Aristóteles adere à chamada «teoria das ideias», ou «teoria das formas», quando precisamente o Filósofo, em vários passos dos *Top.* sugere vários «lugares» como sendo úteis para refutar tal teoria.

	Quod quid erat esse [96]
	Was-es-hieß-dies-zu-sein
	Die [Vernunfterkenntnis] des Wesens und des Soseins [97]
	Die [Erkenntnis] auf das Wesen des Dinges bezogene [98]
	What-it-was-to-be (this or that)
	Qué es ser
Versões pelo sentido	*Das Wesen*
	The essence (of something)
	L'essentiel de l'essence

§ 28 *Consideremos agora a expressão original usada por Aristóteles* [99]*, ou seja,* (τὸ) τί ἦν εἶναι*, e vejamos os problemas de vária ordem que ela suscita.*

Notando que a expressão τὸ τί ἦν εἶναι *se afigura como equivalente a uma outra expressão aristotélica,* τί ἐστιν*, e chamando ainda*

---

[96] Esta versão latina, a mais literal de todas, é a proposta por S. Tomás de Aquino em *De ente et essentia,* (p. 17 da ed. utilizada).

[97] Tradução da expressão ὁ τοῦ τί ἐστι κατὰ τὸ τί ἦν εἶναι num passo do *De anima* (430b26-29), na tradução alemã de Willy Theiler-Horst Seidl, *Aristoteles Philosophische Schrifte*, Bd. 6, «Physik — Über die Seele», p. 78 deste último tratado).

[98] Tradução de Willy Theiler do mesmo passo do *De anima* referido na nota precedente na tradução alemã da Akademie Verlag.

[99] A expressão teria sido «forgée, semble-t-il, par Aristote, mais jamais justifiée ni explicitée comme telle» (Courtine-Rijksbaron, in *VOC, s. u.* «To ti ên einai», p. 1299).

a atenção para o facto de ela ocorrer associada ao predicável «definição», Courtine-Rijksbaron sugerem que a sua função teria consistido inicialmente em desambiguar a pergunta, que já vem, como é sabido, dos diálogos platónicos, e que visa determinar a essência de uma coisa: «τί ἐστιν;», *«O que é (isto)?» Do contexto do diálogo platónico,* τί ἐστιν; *passa para a dialéctica aristotélica associada, como dissemos, à definição; mas além de ser uma pergunta, a fórmula aparece substantivada na enumeração das categorias que encontramos em* Top. *103b21 e segs.: as categorias são em número de dez, das quais a primeira é precisamente* τί ἐστι, *a que se seguem as restantes nove. Se continuarmos um pouco a leitura verificamos que aquela predicação (categoria) que «significa o que a coisa é* [100]*» remete umas vezes para a* οὐσία, *outras para a quantidade, a qualidade, ou qualquer outra das demais categorias. Daqui se pode concluir haver uma identidade pelo menos parcial entre as denotações de* τί ἐστιν ε (τὸ) τί ἦν εἶναι. *Tal como a antiga pergunta* τί ἐστιν, *«O que é isto? Qual a essência disto?», pode ser substantivada sob a forma* τὸ τί ἐστιν *«O que isto é», ou «a essência disto (é)* [101]*», também antepondo à expressão* τί ἦν εἶναι *a forma neutra do artigo definido podemos obter uma expressão substantivada, ou, como escrevem os dois autores mencionados, «une surdétermination de* to ti esti, *c'est-à-dire comme*

---

[100] Ὁ τὸ τί ἐστι σημαίνων.

[101] Cf. *Met.* 1027b28.

une substantification de la question qui porte sur la 'définition', sur le kath' hautó [καθ' αὑτὸ] [102], *par soi, de l'*eidos [εἶδος]» [103].

Na sequência do que acima ficou dito, compreende-se que Courtine-Rijksbaron não possam fazer outra coisa senão aceitar a proposta de tradução sugerida por Brunschwig acima mencionada: τὸ τί ἦν εἶναι = l'essentiel de l'essence, *ou seja, com esta expressão aplicada à essência de uma coisa, Aristóteles pretenderia significar a eliminação de todo e qualquer predicado que pudesse «dizer-se»* acidentalmente *do sujeito. Recorde-se que ao iniciar a exposição sobre os predicáveis Aristóteles havia notado que «toda a proposição e todo o problema apontam para uma propriedade, um género ou um acidente», mas que, de entre as propriedades, umas há que indicam a «essência»* (τὸ τί ἦν εἶναι) *do sujeito, enquanto outras se referem a atributos acidentais, o que o leva a distinguir os dois tipos, chamando «definição»* (ὅρος) *àquela propriedade que remete para a essência do sujeito, e reservando o termo «propriedade»* (ἴδιον) *para designar as propriedades acidentais (não essenciais)* [104].

---

[102] Ἐστὶ τὸ τί ἦν εἶναι ἑκάστῳ ὅ λέγεται (*Met.* 1029b13).

[103] *O. c.*, p. 1299.

[104] Courtine-Rijksbaron referem no seu artigo que, anteriormente a Brunschwig, já Léon Robin havia proposto uma tradução aproximada para τὸ τί ἦν εἶναι: «le total unifié des éléments de la définition», embora não se mantivesse absolutamente fiel a esta versão.

Vejamos agora, sucintamente, algumas das dificuldades de ordem linguística que na expressão estão contidas.

§ 29 *Que* τὸ τί ἦν εἶναι *é uma expressão substantivada, graças à presença do artigo neutro* τό, *é um ponto inteiramente consensual. Se dúvidas restassem, bastaria tomar em consideração os exemplos aduzidos por Courtine-Rijksbaron para as dissipar: a expressão pode ser usada (melhor diríamos, «declinada») no plural, como se vê em* An. Po. *93a12-13, em que ocorre no genitivo do plural —* **τῶν** τί ἦν εἶναι *(que teríamos de traduzir por: «das essências»); pode ser usada predicativamente* [*v.* Met. *1031b28-32: «Pareceria absurdo que alguém desse a cada coisa o nome correspondente à sua essência* (τῶν τί ἦν εἶναι), *pois a par desse teria de haver um outro nome, por exemplo, para designar a essência de 'cavalo'* (οἷον τῷ τί ἦν εἶναι ἵππῳ) *teria de haver um outro nome além deste* (τί ἦν εἶναι ἕτερον) [105]. *O que impede, no entanto, que alguns (nomes) remetam de imediato para a essência, uma vez que 'substância'* (οὐσία) *é (o mesmo) que 'essência'* (τὸ τί ἦν εἶναι)?»]; *pode aparecer em coordenação sintáctica com uma palavra que, morfologicamente, é um substantivo:* τὴν οὐσίαν καὶ τὸ τί ἦν εἶναι [106]. *Já não há, porém, acordo total quanto à expressão realmente substantivada, se todo o conjunto*

---

[105] *I. e.*, além do nome «cavalo», que se pode aplicar ao cavalo individual.

[106] *Met.* 983a27-28.

τί ἦν εἶναι, *ou se apenas o infinitivo* εἶναι. *Dados os exemplos que acabaram de ser referidos, inclinamo-nos para a interpretação de Courtine-Rijksbaron, considerando que é toda a expressão e não apenas* εἶναι *que sofre a substantivação por meio do artigo definido.*

§ 30 *Resta considerar a circunstância de na expressão em causa haver duas ocorrências do verbo «ser», ou seja, o imperfeito do indicativo,* ἦν, *e o infinitivo presente,* εἶναι.

O problema reside apenas no uso da forma verbal no imperfeito, dada a circunstância de, na complexa morfologia do verbo grego, predominar de longe a categoria do «aspecto» sobre a categoria do «tempo», a qual só é assinalada por um morfema conhecido como «aumento» em apenas três casos: no imperfeito, no aoristo e no mais-que-perfeito, todos do indicativo. A função desse morfema[107] *consistia em exprimir o tempo passado, pelo que, no caso da nossa expressão, se pode pôr a pergunta: porquê* ἦν *(imperfeito, passado) em contraste com* εἶναι *(infinitivo, presente)?*

O problema já foi sentido na Antiguidade: Alexandre de Afrodisíade sente a obrigação de dar conta do caso, explicando que (Aris-

---

[107] O chamado «aumento» traduz-se na prática, ou pela anteposição ao radical do verbo de um morfema ε- (dito aumento silábico) quando o radical começa por consoante, ou pelo alongamento da vogal inicial (dito aumento temporal), nos outros casos, como sucede com o verbo «ser», cujo radical é ἐ(σ-), alongado no imperfeito para ἦ-(ν).

tóteles) «does not use the verb 'was' as bringing out the past, but instead of 'is'. This is common usage…» [108] *A ser assim, se* τί ἦν *pode ser substantivado como* τὸ τί ἦν, *por que razão não o poderia ser a expressão com o verbo no presente? Ora o facto é que essa expressão substantivada com o verbo no presente ocorre em Aristóteles, por exemplo em* Top. *120b21:* ἐν τῷ τί ἐστι. *A explicação de Alexandre, portanto, não colhe. Teremos, assim, de buscar uma outra explicação para a oposição* passado/presente *verificada nas duas formas verbais.*

Courtine-Rijksbaron aceitam a informação de Alexandre de Afrodisíade de que, nesta expressão, o imperfeito ἦν *não denota um oposição temporal de pleno direito com o presente* εἶναι, *mas encontram uma justificação para a sua escolha: segundo estes autores «bien que* ên [= ἦν] *dans cette nouvelle tournure ne se réfère pas au passé, l'imparfait* ***évoque néanmoins*** *le fait que l'*eidos [= εἶδος] *précède sa réalisation dans la matière»* [109]*, e teria por resultado tornar sensível ao leitor (ou ao auditório do Liceu) que Aristóteles não pretendia dar a impressão de estar a empregar* εἶδος *em sentido platónico* [110].

---

[108] Alex, p. 45 da trad. inglesa. — O «common usage» consistiria em que, na linguagem quotidiana, seria frequente, por exemplo, ao ouvir-se alguém a bater à porta, fazer-se a pergunta: «Quem era?» em vez de «Quem é?».

[109] *O. l.*, p. 1302 (o negro é de nossa responsabilidade).

[110] Conforme já acima observámos, os AA. manifestam a sua preferência pela tradução de Brunschwig, «l'essentiel de l'essence». Não pode-

§ 31 *Em nosso entender, porém, a chave para o entendimento correcto da expressão* τὸ τί ἦν εἶναι *encontra-se num passo bem conhecido da* Met. *em que o Filósofo explicita os vários sentidos em que pode ser empregado o particípio substantivado* τὸ ὄν *«o ente», «o ser»* [111]. *Vejamos o passo:*

> *Uma vez que* τὸ ὄν, *usado absolutamente* [112], *pode empregar-se em vários sentidos, nuns casos para denotar um (atributo) acidental, noutro para denotar uma coisa verdadeira, já que o «não ente» é uma falsidade, e ainda, além destes usos, segundo o esquema das categorias (denotanto, por exemplo, uma substância, uma qualidade, uma*

---

mos deixar de reconhecer uma considerável habilidade por parte de Brunschwig, mas achamos inevitável pôr a questão: então a essência pode conter em si algo que não seja essencial? Por outras palavras, não será esta tradução uma espécie de metáfora que, mais do que esclarecer, torna a matéria ainda mais confusa? Sem dúvida que «l'essentiel de l'essence» é um «achado» linguístico, e, pelo menos à primeira vista, parece mais aliciante do que uma versão literal como alguma das que introduzimos no quadro das pp. 60-61, mas não nos parece que seja mais do que isso. Aliás, se tivéssemos de optar, escolheríamos antes a versão de Léon Robin recordada na n. 104, pelas razões que aduziremos em seguida.

[111] No sentido do alemão *das Seiende.*

[112] *I. e.*, sem qualificativos.

> *quantidade, um lugar, um tempo, ou algum outro predicado do mesmo tipo),* **e para além disto, ainda, que todas as coisas (existem) ou em potência ou em acto,** *como* τὸ ὄν, repetimos, *se pode dizer em muitos sentidos, comecemos por esclarecer o que é* (τὸ ὄν) *por acidente, já que este emprego não serve de fundamento a nenhuma ciência.* [113]

Em primeiro lugar, recordemos que τὸ ὄν, *do ponto de vista linguístico, não é outra coisa senão o particípio presente do verbo «ser», pelo que, literalmente, deveria ser traduzido por «aquilo que é, aquilo que existe»* [114].

Em segundo lugar observemos como funciona, de acordo com o que diz o Filósofo no passo citado, a polissemia de τὸ ὄν:

1) *O primeiro uso de* τὸ ὄν, *ou do verbo «ser» em geral, consiste em acompanhar um predicado de natureza acidental* (κατὰ συμβεβηκός); *ou seja, a função de «ser» é apenas a de cópula verbal, de suporte das noções de*

---

[113] *Met.* 1026a32-b4.

[114] V., a este propósito, as reflexões de Séneca, *Cartas a Lucílio*, 58, 6 e segs.: entre outros problemas, Séneca debate-se com a dificuldade de traduzir para latim a expressão τὸ ὄν.

«tempo» e «aspecto», de «modo», «pessoa», «número», etc., ou seja, de todas aquelas noções que os verbos «normais» explicitam por meio de variados morfemas e que os predicados nominais não podem obviamente ter;

2) *O segundo uso de «ser» tem por função introduzir na proposição o que podemos chamar «valor de verdade»,* i. e., *assinalar como verdadeiro «aquilo que é» e como falso «aquilo que não é»* (τὸ [ὂν] ὡς ἀληθές, καὶ τὸ μὴ ὂν τὸ ὡς ψεῦδος);
3) *O terceiro uso respeita à aplicação na proposição dos «esquemas das categorias»* (τὰ σχήματα τῆς κατηγορίας), *isto é, introduzindo as categorias de «substância», de «qualidade», etc.;*
4) *O quarto e último uso referido por Aristóteles consiste em denotar a existência segundo o ponto de vista das noções de «potência» e «acto»* (ἔτι παρὰ ταῦτα πάντα **τὸ δυνάμει καὶ ἐνεργείᾳ**).

Este ponto parece-nos decisivo para entender o uso do imperfeito na expressão τὸ τί ἦν εἶναι: *o contraste entre o imperfeito* (ἦν) *e o presente* (εἶναι) *será correspondente ao que se verifica entre o «existir em potência» — que é prévio à plena actualização do ente — e o «existir em acto» — que é a respectiva actualização como ente. Por outras palavras, o* εἶναι *agora, no presente, não é mais do que aquilo que a coisa já «era»* (ἦν) *potencialmente mas ainda não tinha sido*

actualizado. Em conclusão, parece-nos que é tudo menos indiferente o emprego do imperfeito nesta expressão, ao contrário do que pensava Alexandre de Afrodisíade, para quem esse imperfeito apenas reflectia um uso próprio da Umgangsprache *e, em última análise, seria perfeitamente substituível pelo presente* ἐστί.

§ 32 *A aceitação desta hipótese tem duas consequências fundamentais:*

— *por um lado, implica um conceito de «ser» que combina em si o «devir» heraclitiano com a «permanência» de Parménides, isto é, proporciona um conceito de «ser»* dinâmico *muito mais próximo das concepções científicas modernas do que da imutabilidade das «Formas» platónicas;*

— *por outro, significa que, quando Aristóteles compôs os* Top. *já havia concebido, pelo menos nas suas linhas gerais, a teoria da distinção entre o «existir em potência» e o «existir em acto», ainda que em alguns passos da obra elaborados menos rigorosamente possa parecer não ter formulado de forma completa essa dicotomia* [115].

---

[115] Cf., a este propósito, as reflexões de B. Cassin, *VOC, s. u.* «Force», pp. 458-459, enquadrado 1, e, sobretudo, Francisco J. Soler Gil, *Aristóteles en el mundo cuántico*, 2003, *passim.*

Os *Analíticos* e os *Tópicos*

§ 33 *Os quatro livros dos* Analíticos [116] *contêm as matérias consideradas como essenciais no domínio da Lógica, conforme Aristóteles explicita nas primeiras linhas dos* An. Pr.: *«Antes de mais há que explicar qual o objecto da nossa investigação e qual a ciência em que se insere:* o objecto *é a demonstração,* a ciência *é uma ciência demonstrativa. Em seguida há que discriminar o que é uma 'premissa', um 'termo' e um 'silogismo', e distinguir o silogismo 'perfeito' do 'imperfeito'* [117]*; seguidamente o que significa uma coisa estar contida num conjunto ou não estar contida num conjunto; finalmente, o que queremos dizer por 'predicar uma coisa de todos os entes' ou de 'nenhum* ente'.*»* [118]

Neste parágrafo está, por assim dizer, resumida toda a lógica aristotélica: a silogística como ciência dedutiva (demonstrativa), a estrutura do silogismo (premissas, termos, conclusão), silogismo completo e incompleto, Lógica de classes [119]*, predicação universal, afir-*

---

[116] Dois dos chamados *Primeiros Analíticos (An. Pr. = Analytica Priora)* e outros dois dos *Segundos Analíticos (An. Po. = Analytica Posteriora).*

[117] Em grego τέλειος e ἀτελής, lit. «completo, que chegou ao fim» e «incompleto, que não atingiu o seu fim»; a mesma ideia encontra-se nos dois adjectivos (antigos particípios) latinos.

[118] *An. Pr.* 24a10-15.

[119] Cf. A. Virieux-Reymond, *La logique formelle,* pp. 33-35.

mativa e negativa [120], *e por isso os estudiosos situam apenas, ou predominantemente, nos* Analíticos *o essencial da contribuição aristotélica no domínio da Lógica. Não é este, naturalmente, o lugar adequado para discutir esta questão, pelo que nos limitaremos a sublinhar os pontos que aproximam o pensamento de Aristóteles nos* Anal. *da exposição contida nos* Top., *ou aqueles em que, pelo contrário, as duas obras divergem.*

§ 34 *Uma divergência salta imediatamente à vista: enquanto nos* Top. *Aristóteles expõe a sua teoria do silogismo recorrendo a exemplos concretos, tirados da vida quotidiana na sua maior parte, nos* Anal. *utiliza letras para simbolizar os termos proposicionais cujas funções e relações dentro das premissas analisa, e bem assim no conjunto do silogismo. É evidente que o uso de letras permite ao Filósofo atingir na sua exposição um grau de abstracção e formalismo consideravelmente superior ao que se verifica nos* Top. *Não podemos, no entanto, esquecer que o papel de cada tratado na prática filosófica não é idêntico, como idêntico não é o público a que se destina: enquanto os* Top. *se dirigem a um público formado pelos «dialécticos»,* i. e., *pelos participantes nos debates, em público ou em privado, em que o objectivo é fazer vingar*

---

[120] Um pouco adiante, ao definir o que entende por «premissa» (πρότασις), Arist. introduz a distinção entre a premissa (ou proposição) universal (καθόλου), particular (ἐν μέρει) e indefinida (ἀόριστος), exemplificando esta última com a frase «o prazer não é um bem».

uma posição, uma tese, de preferência a outra, melhor dizendo, a refutação por um dos adversários da tese proposta pelo outro, ou a defesa e confirmação dessa tese ante as tentativas de refutação, o que se procura nos Anal. *é o estabelecimento de regras que, por assim dizer, disciplinem os comportamentos aberrantes da linguagem vulgar e permitam, através da linguagem simbólica utilizada, alcançar a verdade sobre o problema em debate, não como uma espécie de combate entre dois contendores, mas sim como uma colaboração entre dois pensadores na análise de um problema que a ambos interessa* [121].

§ 35 *Se, porventura, houvesse uma grande diferença de nível entre a Lógica existente nos* Top. *e a presente nos* Anal. *seria natural que o Filósofo, numa fase mais elaborada das suas investigações neste domínio, pouco se preocupasse em remeter para a sua obra mais antiga, e presumidamente menos elaborada; isto, porém, não acontece, como se comprova com o facto de os* Top. *serem ocasionalmente referidos nos* Anal., *não só como remissão directa* [122], *mas também indirecta* [123].

---

[121] Um exemplo claro do que entendemos por colaboração é o diálogo de Platão *O Sofista,* em que o Estrangeiro de Eleia recorre à colaboração interessada de Teeteto para proceder à análise do Ser.

[122] *An. Pr.* 24b2 (ἐν τοῖς Τοπικοῖς — remissão para *Top.* 100a29, 104a8), 64a37 (ἐν τοῖς Τοπικοῖς — para *Top.* liv. 8, cap. 1), 65b16 (ἐν τοῖς Τοπικοῖς = *SE* 167b21-36).

[123] Entendemos por «remissão de forma indirecta» a existência nos *Anal.* de passos em que se empregam formas etimologicamente relaciona-

Não devemos esquecer que no início dos Top. *Aristóteles distingue com cuidado vários tipos de «silogismo»* [124]*, nomeadamente o silogismo apodíctico, derivado de proposições verdadeiras e primordiais* (*que será objecto de estudo nos* An. Pr.), *e cujo fim é obter um conhecimento, e o silogismo dialéctico, baseado em proposições meramente verosímeis, e cuja finalidade consiste em produzir uma opinião igualmente aceitável* (*o qual será o objecto de estudo dos* Top.). *Em suma, no primeiro tipo de raciocínio a conclusão visa atingir a verdade,* κατ᾽ ἀλήθειαν, *ao passo que no segundo o fim visado é a opinião,* κατὰ δόξαν [125].

§ 36 *Sucede também que nos* Anal. *Aristóteles exime-se de dar certas explicações, alegando que elas já foram suficientemente dadas*

---

das derivadas do radical διαλεγ-, tais como διαλεκτική, διαλεκτικῶς, διαλέγεσθαι, nomeadamente em *Anal.* 24a22, 25, em que se define o que é uma «proposição dialéctica», em 46a9 e 65a37, em que se diz o que são «silogismos dialécticos», em 77a29, 31-4, em que se fala da «dialéctica», e, sobretudo, em 46a30, em que ocorre a expressão πραγματεία ἡ περὶ τὴν διαλεκτικήν, que não pode designar outra coisa senão o volume dos *Top.* (cf. *Top.* 100a1, em que esta obra é definida como uma πραγματεία).

[124] Empregamos a transcrição «silogismo», embora a versão mais correcta (que empregamos quando entendemos estar em causa o tipo de raciocínio, e não a estrutura clássica do que entendemos por «silogismo», *i. e.*, conjunto de duas premissas de que se extrai uma conclusão) devesse ser «raciocínio dedutivo».

[125] *An. Pr.* 64a36-7.

nos Top., *como é o caso em* An. Pr. *46a28-30, em que um desenvolvimento metodológico é concluído com estas palavras: «Fica assim explicada sinteticamente a maneira como convém fazer a escolha das premissas; deste assunto falámos com mais pormenor na exposição consagrada à dialéctica.»* [126]

E que as duas obras foram pensadas, em larga medida, a par uma da outra, mostra-o a quase coincidência verbal da definição de «raciocínio dedutivo» («silogismo») que Aristóteles dá nos Top. *e a que dá nos* An. Pr.:

> Ἔστι δὴ συλλογισμὸς λόγος (Top. *100a25*) =
> = Συλλογισμὸς δέ ἐστι λόγος (Anal. *24b18*)
>
> ἐν ᾧ τεθέντων τινῶν ἕτερόν τι τῶν κειμένων ἐξ ἀνάγκῃ συμβαίνει (Top. = Anal.)
>
> διὰ τῶν κειμένων (Top. *100a26*) =
> = τῷ ταῦτα εἶναι (Anal. *24b20*).

Poderá, decerto, argumentar-se que esta definição de «silogismo» se encontra, no caso dos Top., *no livro* I, *o qual é consensualmente*

---

[126] A «exposição consagrada à dialéctica» não é, evidentemente, outra coisa senão os *Top.* Cf., nesta última obra, 101b15, 17, 29-35, 104a8, etc.

interpretado como servindo de introdução ao conjunto da obra e, como tal, teria sido o último a escrever. Haverá, sem dúvida, passos dos Top. *que possuem um grau de elaboração aparentemente menor do que a teoria da Lógica que encontramos desenvolvida nos* Anal., *mas não cremos que haja uma diferença de princípio entre a teoria dos* Top. *e a dos* Anal. *A diferença está, basicamente, em que, na primeira obra, Aristóteles serve-se de exemplos concretos, tirados das circunstâncias reais dos debates dialécticos, exemplos que certamente terão ocorrido em algum, ou alguns, debate(s) a que o Filósofo terá assistido ou em que até terá participado. Essa diferença decorre das finalidades dos dois tipos de raciocínio dedutivo que constituem a matéria das duas obras aristotélicas. Não é senão natural que o Filósofo tenha começado por experimentar os seus métodos de raciocínio a partir de casos concretos, da vida real, e, depois, tenha esquecido o concreto para traçar em abstracto a forma geral do raciocínio. Podemos talvez dizer que se trata de uma diferença similar à que separa a aritmética da álgebra: difere a matéria sobre que se trabalha (números concretos num caso, letras — linguagem simbólica — que representam qualquer número em abstracto, no outro), mas o tipo de raciocínio é o mesmo.*

§ 37 *A oposição* ἀλήθεια ↔ δόξα *[verdade-opinião], no entanto, implica que Aristóteles tenha nos* Anal. *certas preocupações que podia dispensar-se de explicitar tão rigorosamente nos* Top., *dado que, recordemos uma vez mais, nos* Top. *serve-se de proposições apenas aceitáveis* (ἔνδοξοι), *enquanto nos* Anal. *lida com proposições que se*

pretendem ἀληθεῖς *(verdadeiras). Quer isto dizer que para o Aristóteles que está a pensar e a redigir os* Anal. *o problema teórico do conhecimento assume uma importância não totalmente presente nos* Top. *Na construção da teoria do conhecimento Aristóteles aceita os postulados da gnosiologia platónica, nomeadamente a sua fundamentação em «princípios»* (ἀρχαί), *a sua estrutura axiomática e o emprego do método dedutivo. Todavia mostra-se contrário à «teoria das Formas» de Platão, e bem assim à ideia do conhecimento como rememoração* (ἀνάμνησις), *mas esta dupla recusa já figura claramente nos* Top., *e não é nada que o Filósofo não tivesse já pensado quando redigia esta obra, antes da composição dos* Anal.

§ 38 *Em ambos os textos Aristóteles sustenta a ideia da impossibilidade de aquisição de algum conhecimento sem ser a partir de algum conhecimento outro já existente, conforme afirma no início dos* An. Po.: *«Todo o ensino e toda a aprendizagem de ordem racional* [127] *provêm de algum conhecimento preexistente.»* [128] *Em última análise, todo o conhecimento decorre axiomaticamente daqueles princípios auto-evidentes e, portanto, indemonstráveis, a que o Filósofo chama as* ἀρχαί, *princípios de base, «proposições primordiais, verdadeiras»* [129]*, cada uma das quais é por si mesma digna de*

---

[127] Διανοητική, isto é, que se serve do pensamento racional.

[128] *An. Po.* 71a1-2.

[129] Ἀληθῆ καὶ πρῶτα (*Top.* 100b18).

crédito [130]. *Deste modo é possível dizer-se, como I. Düring, que «a ciência axiomática tal como a concebe Aristóteles é um sistema em que todas as proposições, excepto as* ἀρχαί*, podem ser deduzidas das* ἀρχαί *mantendo (sempre) uma absoluta verdade»* [131]. *Por outras palavras, as* ἀρχαί *constituem aquele conhecimento primordial de que deriva todo e qualquer outro conhecimento, numa escala que procede do nível mais básico, mais fundamental* (as ἀρχαί), *ou seja, o conjunto daquelas proposições de cuja verdade não é possível duvidar, através de outras proposições tais que as de cada nível serão sempre «mais conhecidas» (e, por conseguinte, mais dignas de crédito) do que as proposições do nível imediatamente posterior. É neste sentido que devemos entender estas palavras que Aristóteles escreve nos* Top., *no livro consagrado àquele dos quatro predicáveis cuja função é explicitar a essência de cada coisa, ou seja, a «definição». No caso das proposições que se pretende constituam a* definição *de um qualquer sujeito,*

---

[130] «São verdadeiras e primordiais *aquelas proposições* que merecem crédito, não por recurso a outras *proposições*, mas sim por si mesmas (pois no que respeita aos princípios científicos não é pertinente perguntar porque são credíveis, uma vez que cada um desses princípios em si e por si deve ser credível» (*Top.* 100b19-21).

[131] I. Düring, *RE*, art. «Aristoteles», col. 219: «Die aristotelische axiomatische Wissenschaft ist ein System, in dem alle Sätze auβer den ἀρχαί mit absoluter Wahrheit aus den ἀρχαί hergeleitet werden können.»

a primeira coisa a analisar é se elas estão ou não formuladas com correcção, e para tal «deve verificar-se se a definição foi, ou não, construída a partir de ***noções prévias e mais bem conhecidas*** [132]. *Uma vez que uma definição tem por finalidade esclarecer o sentido de um dado termo* [133], *e como não ficamos a conhecer esse sentido a partir de palavras ao acaso, mas sim a partir* ***de noções prévias e mais bem conhecidas,*** *como sucede nas demonstrações (assim procede, de facto, todo o ensino e toda a aprendizagem), é claro que quem não constrói a definição a partir de tais noções não está a definir nada.»* [134] *De forma mais sintética* (*como a frase citada dos* Anal.) *ou mais discursiva (como o passo dos* Top. *acabado de citar), a ideia é a mesma: quer as noções de que se parte sejam verdadeiras (como será o caso das* ἀρχαί *ou das proposições logicamente delas derivadas), quer sejam apenas* ἔνδοξοι *(como são as opiniões correntes do*

---

[132] Διὰ προτέρων καὶ γνωριμωτέρων; o negro é, evidentemente, de nossa responsabilidade.

[133] Lit., «a definição é apresentada para se ficar a conhecer aquilo que foi dito».

[134] *Top.* 141a26-31. — Note-se a coincidência verbal entre o passo dos *Anal.* e o dos *Top.* em que se fala de «ensino e aprendizagem»; em ambos o Filósofo fala de διδασκαλία e de μάθησις, e em ambos se sublinha que o que delas se diz é universalmente verdadeiro: οὕτω γὰρ πᾶσα διδασκαλία καὶ μάθησις ἔχει, lê-se nos *Top.*, πᾶσα διδασκαλία καὶ πᾶσα μάθησις, lê-se nos *Anal.* Pensamento igual, expressão linguística igual.

homem comum), o processo de dedução partirá sempre do mais conhecido para o menos conhecido, pelo que haverá sempre aquisição de algum conhecimento, seja este um conhecimento verdadeiro, seja um conhecimento apenas verosímil. A diferença não está na condução formal do raciocínio, mas sim nas proposições de que se parte, e é por conseguinte a natureza destas proposições que faz a diferença. Aliás, isso mesmo nos diz Aristóteles na primeira página dos Top.: *«uma demonstração é um raciocínio* (συλλογισμός) *que parte de proposições verdadeiras e primordiais* (ἐξ ἀληθῶν καὶ πρώτων), *um silogismo dialéctico* (διαλεκτικὸς συλλογισμός) *é um raciocínio que assenta em proposições verosímeis* (ἐξ ἐνδόξων)» [135].

§ 39 *Subsistem ainda diversos problemas de considerável relevância para o estudo da filosofia aristotélica, mas a que por motivos óbvios não podemos, nem sequer devemos consagrar a atenção devida: o problema das* ἀρχαί, i. e., *como é que nós chegamos ao seu conhecimento, o problema da indução,* i. e., *como é que nós passamos do particular para o geral, o problema das causas, a distinção entre o conceito de* ὕλη *«matéria»* (*termo que não ocorre no* Órganon), *e o de* ὑποκείμενον, *que no mesmo apenas ocorre com o sentido de «sujeito» e nunca com o de «substância» (= «matéria»). Limitamo-nos por isso a chamar a atenção para a circunstância de*

---

[135] *Top.* 100a27-30.

nos Top. *também terem alguma importância estas noções que acabamos de referir, ou seja, a questão dos «princípios», o problemas das causas, a ausência da noção de «matéria», o tratamento da indução, etc., o que significa que as duas obras,* Top. *e* Anal., *não representam necessariamente dois degraus na evolução do pensamento de Aristóteles, parecendo-nos antes que elas são dois painéis de um mesmo conjunto. Aristóteles define mesmo a retórica como sendo «a outra face da dialéctica»* [136], *afirmação que se nos afigura inteiramente correcta. De facto, retórica e dialéctica partilham o mesmo objectivo (obter um efeito de persuasão sobre o auditório, no primeiro caso, sobre o oponente no debate, no segundo) mas diferem pelo método que empregam para o atingir (o entimema e o exemplo, no primeiro caso, o raciocínio dedutivo — «silogismo dialéctico» —, no segundo). Usando uma frase similar à acima citada do Filósofo, estamos em crer que poderíamos definir Analítica e Dialéctica também como «duas faces» de um mesmo método argumentativo que procede a partir de material semelhante, ou seja, de conjuntos de proposições encadeadas de forma que delas se obtenha alguma conclusão logicamente válida; tais conjuntos apenas diferem entre si pela «qualidade» das proposições que cada uma das duas «artes» toma como ponto de partida: as proposições verdadeiras da Analíti-*

---

[136] *Rhet.* 1354a1 (p. 89 da trad. port.).

ca, em confronto com as proposições aceitáveis da Dialéctica. Um quadro resumirá melhor aquilo que pretendemos dizer:

	Retórica	Dialéctica	Analítica
Finalidade a atingir	Persuasão	Persuasão	Demonstração
Ponto de partida	Verosímil	Verosímil	Verdadeiro
Apresentação formal	Discurso longo	Pergunta/Resposta	Pergunta/Resposta
Estrutura formal	Entimema/Exemplo	Silogismo (dialéctico)	Silogismo (apodíctico)

A observação do quadro torna perceptível o que aproxima e o que distingue entre si as três «artes» da Retórica, da Dialéctica e da Analítica: por ele podemos verificar como a Dialéctica constitui, por assim dizer, uma «arte» que partilha com a Retórica a finalidade (conseguir um efeito de persuasão) e o ponto de partida (o uso de proposições de base não necessariamente verdadeiras, mas apenas verosímeis), e distingue-se dela na apresentação formal (discurso longo no caso da Retórica, método de inquirição por pergunta e resposta, no caso da Dialéctica); por outro lado, a Dialéctica distingue-se da Analítica pela finalidade e pelo ponto de partida, mas assemelha-se a ela na apresentação e na estrutura formal, dado que tanto uma como a outra praticam o método de pergunta e resposta e utilizam o «silogismo» (que se distingue por a Dialéctica partir de premissas verosímeis, mas que, naturalmente, podem ser verdadeiras, ao passo que a

Analítica recorre a premissas sempre verdadeiras). Das três «artes», portanto, apenas a Retórica e a Analítica divergem por completo uma da outra, dado que não partilham de nenhum dos traços distintivos que enumerámos na coluna da esquerda [137].

Sumário e estrutura dos *Tópicos*

Livro I (Introdução geral)

Caps. 1-3: Objectivos da obra; o método dialéctico; tipos de raciocínio («silogismo»); utilidade e finalidade da dialéctica

§ 40 *As primeiras palavras dos* Tópicos *são para explicitar os objectivos, a utilidade e a finalidade da exposição que Aristóteles vai iniciar: encontrar um método que permita deduzir uma conclusão a partir de certas premissas apenas verosímeis. Para tanto é necessário*

---

[137] Sobre as matérias que referimos mas não analisámos remetemos para a bibliografia correspondente, nomeadamente os livros de Irvin, G. Fine, G. Böhme, W. Detel (especialmente as páginas consagradas à teoria da ciência em Aristóteles).

especificar o que é um raciocínio dedutivo (=«silogismo»), e em quantas espécies se subdivide.

Salientemos uma vez mais que as premissas de que é formado o tipo de «silogismo» analisado nos Tópicos *são apenas «verosímeis»* (ἔνδοξοι), *e não premissas «verdadeiras»* (ἀληθεῖς). *Aristóteles sabe perfeitamente que as conclusões resultantes de premissas verosímeis não possuem a validade das obtidas de premissas verdadeiras, e por isso distingue com clareza a «demonstração»* (ἀπόδειξις), *que resulta de premissas verdadeiras, e o «silogismo dialéctico» que se baseia em premissas meramente aceitáveis. Podemos ver que a distinção existe no espírito do Filósofo pelo facto de a definição que Aristóteles dá nos* Top. *concordar, quase* ipsis uerbis, *com a que podemos ler nos* Primeiros Analíticos *(24b18-20): «Silogismo é um enunciado em que, dadas certas premissas, destas decorre necessariamente uma proposição diferente das primeiras* pelo facto de estas serem como são.»

As premissas (ou proposições) verosímeis são aquelas que ocorrem em situações correntes na vida quotidiana, por oposição às que surgem da discussão (ou da investigação) científica, nomeadamente naquelas situações que Aristóteles chama ἐντεύξεις, *termo que recobre grande variedade de casos, desde o «debate dialéctico» até às discussões na Assembleia ou nos tribunais, em que, como veremos, assumem particular importância. O estudo destas proposições, das suas combinações e das conclusões que delas podem tirar-se tem, segundo Aristóteles, grande interesse de natureza* prática, *em confronto com o interesse* teórico, científico *das que podem ser tomadas como verdadeiras.*

§ 41 *O que é então um «debate dialéctico»?*

O termo «dialéctica» (διαλεκτικὴ τέχνη) *entrou na linguagem filosófica para designar o método de «pergunta e resposta» empregado por Platão nos primeiros diálogos socráticos: em quase todos esses diálogos assiste-se a uma discussão entre Sócrates e outra personagem sobre variadas matérias, em geral estruturada sobre a resposta a dar a uma questão do tipo: «o que é isto?» (por exemplo, o que é a beleza?… a amizade?… a coragem?… a reverência perante os deuses?, etc.). O interlocutor de Sócrates atreve-se a sugerir uma possível resposta a essa questão, resposta sempre insatisfatória, pelo que o Filósofo começa a interrogá-lo sobre o sentido da resposta dada, acabando por mostrar que esta conduz necessariamente a uma* aporia, *ou seja, a um impasse, a uma conclusão não só indesejável, como absurda. Por outras palavras, Sócrates vai refutando sucessivamente todas as tentativas do antagonista de esclarecer o sentido da sua «tese» inicial, quase diríamos pondo em acção o teste da «falsifiability» de Popper, sem, no entanto, chegar a propor uma solução adequada ao problema discutido.*

Se nos primeiros diálogos Platão praticava o que poderíamos chamar «negative knowledge» [138]*, à medida que progredia nas suas*

---

[138] Woods-Irvine, in *Handbook of the Hist. of Logic,* p. 33, n. 12: para poder chegar a saber *o que uma coisa é,* está longe de ser inútil determinar (previamente?) *o que essa coisa não é.*

investigações ia apurando o método, até atingir o método rigoroso da divisão que podemos ver praticado nos diálogos Sofista *e* Político. *Nestes diálogos cada termo é decomposto em todas as suas possíveis unidades de significação, que por sua vez são igualmente decompostas num processo que prossegue até que seja possível exclamar, como faz o jovem Sócrates no fim do* Político: Κάλλιστα αὖ τὸν βασιλικόν ἀπετέλεσας ἄνδρα ἡμῖν, ὦ ξένε, καὶ τὸν πολιτικόν. [139]

§ 42 *A situação altera-se quando passamos de Platão para Aristóteles. Para o Estagirita a dialéctica volta em certa medida ao que era no modelo do primeiro Platão dos diálogos socráticos: um debate entre dois participantes, em que raramente se conclui por uma solução aceitável para ambos* [140].

---

[139] Platão, *Político,* 311c: «Ó estrangeiro, acabaste de explicar para nós de uma forma perfeita o que é um monarca e o que é um estadista.»

[140] Devemos ter presente que διαλεκτική *dialéctica* deriva do verbo διαλέγεσθαι, que significa precisamente «dialogar», «debater». A dialéctica, como diálogo, opunha-se ao discurso longo de que se ocupava a retórica, como o próprio Aristóteles notara num diálogo perdido com o título de *Sofista.* Nesse diálogo, segundo o testemunho de Diógenes Laércio, Aristóteles informava que as duas práticas, a retórica e a dialéctica, tinham sido «inventadas», respectivamente por Empédocles de Agrigento e Zenão de Eleia (Arist. fr. 65 Rose, v. Aristotelis, *Fragmenta selecta*, p. 15: *ΣΟΦΙΣΤΗΣ*, fr. 1).

Mais do que isso, porém, devemos imaginar o alargamento da prática do diálogo socrático a ponto de tornar-se uma actividade autónoma de pleno direito, isto é, cujo objectivo não era de ordem propriamente filosófica (descoberta da verdade sobre algum problema), mas antes o de revelar habilidade no manejo da linguagem e agilidade na troca de perguntas e respostas. A esses «encontros» (ἐντεύξεις) *assistia eventualmente um grupo de espectadores, interessados na questão em debate ou, pelo menos, na observação da habilidade dos contendores, como se de uma competição desportiva se tratasse* [141]. *Tal interesse, aliás, situa-se na linha da preferência que os Atenienses demonstravam pelas diversas espécies de exibições da arte da palavra, fosse em diálogo ou em discurso longo, como se deduz da paixão com que assistiam aos espectáculos teatrais, e à não menos intensa paixão com que frequentavam os tribunais* [142] *para seguir os confrontos entre oradores.*

É para esses «dialécticos», para esses praticantes da arte do diálogo, que Aristóteles escreve os Tópicos [143]. *A consequência deste*

---

[141] Cf. Kneale-Kneale, *Desenvolvimento…*, pp. 34-5: «Os *Tópicos* […] são declaradamente um manual para guiar aqueles que tomam parte em *competições públicas* de dialéctica ou de discussão» (itálico nosso).

[142] Sobre a paixão pelos tribunais, v. a comédia *As Vespas*, de Aristófanes.

[143] Cf. Brunschwig, pp. X-XI.

facto é que, enquanto para Platão a dialéctica era uma actividade científica (ἐπιστήμη) *tendo por fim a descoberta da verdade, torna-se para Aristóteles uma «arte criativa»* (τέχνη ποιητική) *que, conquanto pretenda chegar a conclusões sobre questões diversas, o faz a partir de premissas apenas* verosímeis, *pelo que o seu valor científico é algo reduzido.*

Nestes termos, e conforme Aristóteles não ignora, a dialéctica torna-se uma disciplina afim da retórica nos seus objectivos, já que ambas têm por finalidade mais a «opinião» (δόξα) *do que o «saber»* (ἐπιστήμη), *mas ao mesmo tempo distinguem-se pelo seu modo de actuar, na medida em que uma pratica o diálogo e a outra o discurso, e mesmo que ambas recorram ao uso dos «lugares-comuns»* (τόποι), *é diferente o que para cada uma significam esses «lugares»* [144].

§ 43 *No cap. 2, Aristóteles enuncia três utilidades diferentes para o estudo da dialéctica e da utilização dos «lugares». Este estudo, escreve, é útil «para o exercício mental», «[para] os encontros com o público», «para a obtenção de conhecimentos de ordem filosófica». A utilidade desta prática para «o exercício»* (πρὸς γυμνασίαν), *que temos de entender como exercício «mental», ou «intelectual», é, segundo Aristóteles, só por si evidente* (καταφανές): *tal como o atleta se treina para as competições desportivas, assim deverá o «dialéctico»*

---

[144] V. infra, §§ 57 e segs. e §§ 88 e segs.

exercitar-se para as competições «dialógicas» em que participa. Devemos, portanto, entender esta utilidade de forma circular: o estudo da dialéctica é útil para a prática da dialéctica [145]*, como nota o próprio Aristóteles, pois quem domina o método para tratar as questões que podem vir a ser colocadas nos debates terá mais facilidade em encontrar os argumentos adequados a cada caso.*

Esta ideia da necessidade do exercício dialéctico tornou-se igualmente um «tópico» habitual na prática dos oradores, muito em especial na área da oratória judicial: muitos dos discursos dos oradores áticos não deixam de salientar a inexperiência do orador, devida ou à juventude, ou à educação insuficiente, ou à ignorância dos hábitos judiciais, etc. Sirva, por todos, de exemplo este passo do exórdio do primeiro discurso pronunciado pelo jovem Demóstenes contra o seu desonesto tutor Áfobo:

> *Sei muito bem, dignos juízes, como é difícil para mim, totalmente inexperiente* (ἄπειρος) *que sou devido à idade em matéria de acções civis, bater-me neste processo pela posse de todos estes bens contra homens hábeis como ora-*

---

[145] É corrente dizer-se que o jogo do xadrez é muito útil para «desenvolver as capacidades intelectuais» dos seus praticantes; segundo os mestres deste jogo, porém, jogar xadrez apenas desenvolve a inteligência… para jogar xadrez.

dores e capazes de argumentar eficazmente. […] Peço-vos por isso, dignos juízes, que oiçais com benevolência as minhas palavras… [146]

§ 44 *Mais difícil de entender é a «segunda utilidade» apontada por Aristóteles para o estudo da dialéctica, ou melhor, para o estudo dos «lugares»* (τόποι) *a que é consagrada a presente exposição. De acordo com o Filósofo, a obra que dá pelo nome de* Tópicos *é útil* πρὸς τὰς ἐντεύξεις, *lit. «para os encontros»* [147]. *Mas em que espécie de «encontros» estará o A. a pensar quando escreve esta expressão? Não se trata decerto dos meros encontros casuais entre pessoas que se cruzam na ágora ou nalguma rua, e que eventualmente podem parar alguns minutos a trocar impressões sobre qualquer questão de*

---

[146] Demóstenes, XXVII, κατ᾽ Ἀφοβον, 2-3. Outro exemplo em Antifonte, I, κατὰ τῆς μητρυιᾶς (contra a madrasta), em que igualmente figura o mesmo adjectivo «inexperiente» (ἄπειρος) que ocorre em Demóstenes. Desta prática derivou aquele tópico retórico que é costuma designar com a expressão latina *captatio beneuolentiae.* V. ainda Andócides, I, *Sobre os Mistérios,* 1, e Lísias, *Sobre os Bens de Aristófanes,* 1-2.

[147] Notem-se algumas das traduções propostas para esta expressão: «para las conversaciones» (Sanmartín), «conversations» (Forster), «les contacts avec autrui» (Brunschwig), «für den Gedankenaustausch» trocas de opiniões (Rolfes), ou, recuando no tempo, «ad obviationes» ou «ad intercessiones», conforme traduzem Boécio e a trad. anónima.

actualidade. A este tipo de encontros chamaríamos sem dúvida «des contacts avec autrui», mas não cremos que fosse essa a ideia de Brunschwig ao propor tal tradução. «Troca de impressões», como sugere Rolfes? Mas em que contexto, e sobre que matérias? E ainda em que espécie de «conversações» estariam a pensar Forster ou Sanmartín ao proporem as suas versões?

O facto é que não nos parece que a leitura e o estudo dos Tópicos *sejam assim tão úteis para estas conversas de rua, para estes «contactos» ocasionais que parecem desprender-se das traduções mencionadas.*

Vejamos agora como entende o passo Alexandre de Afrodisíade no seu comentário [148]:

> *Por «encontros»* [149] *ele (= Aristóteles) pretende referir-se a «cruzamentos»* [150] *com a multidão, ao encontro da qual devemos ir com espírito de comunidade e de compreensão humana, e de um modo que seja benéfico* [151]. *Ora*

---

[148] Traduzimos da tradução inglesa indicada na «Bibliografia».

[149] «Encounters» está aqui a traduzir ἐντεύξεις.

[150] Na versão inglesa lê-se «meetings», que vertemos por «cruzamentos» (a contragosto) para evitar usar um mesmo termo português («encontros») como equivalente de dois termos ingleses («encounters» e «meetings»).

[151] «Benéfico» para quem? Para a multidão, ou para os que vão ao encontro dela? Alexandre não é explícito a este propósito, embora o se-

com as massas não é possível comunicar recorrendo a linguagem verdadeira e demonstrativa [152]*; para começar, as massas não são sequer capazes de entender nenhuma dessas coisas, e nem sequer estão dispostas a deixar-se ensinar acerca delas, e assim não são capazes de tirar proveito de ouvir falar de matérias que começam por nem sequer entender de que se trata. Mas se nós* [153] *conduzirmos os nossos encontros* [154] *com elas recorrendo a matérias de aceitação geral, e que as próprias massas como tal consideram, elas conseguirão acompanhar as nossas palavras e serão*

---

guimento da frase pareça implicar que os encontros em causa são benéficos para a multidão, certamente porque quem fala diante dela é um homem sabedor, com o qual as massas terão muito a aprender. A ser assim, estes encontros seriam uma espécie de «conferências» como aquelas que faziam os Sofistas e outros «intelectuais», e de que encontramos ecos em Platão (*u. g. Hípias Menor, Protágoras, Górgias, Íon,* etc.).

[152] Na versão inglesa lê-se: «Through things true and demonstrative.» Dada a vaguidade de termos como «things» (ou πράγματα em grego), estamos em crer que Alexandre tenha em vista, não propriamente as «coisas», a matéria de que se fala, mas sim a «linguagem» que se usa para falar dessas «coisas».

[153] Entenda-se: «os homens sabedores» (σοφοί), os «filósofos» (φιλόσοφοι).

[154] «Meetings».

> *facilmente reencaminhadas por meio delas no caso de terem postulado incorrectamente alguma coisa.* [155]

Parece, em suma, que Alexandre está a pensar em situações em que um «letrado» tem ocasião de falar perante um número relativamente importante de pessoas, talvez uma espécie de conferência [156]*, ou um discurso do género epidíctico, como o «discurso fúnebre» de Péricles* [157]*. Em qualquer caso deve notar-se que perante uma multidão nunca deverá empregar-se uma linguagem e um estilo demasiado elaborados, nem recorrer a um vocabulário e a uma sintaxe dificilmente compreensíveis, como é o caso do estilo de Tucídides, nada apropriado «para os debates políticos»* [158]*, nem «para as conversações particulares»* [159]*, conforme Dionísio de Halicarnasso comenta a propósito. Note-se, porém, que, um pouco adiante no mesmo contexto, Dionísio acrescenta que um tal tipo de discurso igualmente não é adequado «aos oradores que argumentam nos debates perante a multidão»* [160]

---

[155] Alexandre de Afrodisíade, p. 31.

[156] Cf. n. 151.

[157] Tucídides, II, 35 e segs.

[158] Εἰς τοὺς πολιτικοὺς ἀγῶνας, Dionísio de Halicarnasso, *Tucídides*, 50.

[159] Εἰς τὰς ὁμιλίας τὰς ἰδιωτικάς, *id., ibid*.

[160] Πρὸς τὰς ὀχλικὰς ἐντεύξεις, *id., ibid*.

ou que «falam nos tribunais» [161]. *Ora para estes «debates perante a multidão» Dionísio emprega a expressão* ὀχλικὰ ἔντευξις, *a qual, dado que figura noutro contexto, não pode significar o mesmo que* πολιτικοὶ ἀγῶνες *[debates políticos], que apareceram pouco antes, nem igualmente* ὁμιλίαι ἰδιωτικαί *[conversações particulares]. O que serão então para Dionísio as* ὀχλικαὶ ἐντεύξεις?

Vejamos ainda outros casos. Na exortação a Demonico, Isócrates aconselha este a «não ter encontros frequentes com os mesmos interlocutores sobre os mesmos assuntos, porque assim estes acabarão por saturar» [162]. *A situação aqui é um pouco diferente: Isócrates aconselha Demonico a não tomar a iniciativa de promover tais encontros, o que faz pressupor que estes seriam de carácter particular, algo à maneira das* ὁμιλίαι ἰδιωτικαί *de que falava Dionísio.*

Finalmente, Aristóteles, cujo testemunho será decisivo, emprega o termo ἐντεύξεις *no seguinte passo da* Retórica:

> *[…] [é] necessário que as provas por persuasão e os raciocínios se formem de argumentos comuns, como já tivemos ocasião de dizer nos* Tópicos *a propósito da comunicação com as multidões.* [163]

---

[161] Τὰ δίκαια λέγουσιν, *id., ibid.*

[162] Isócrates, I, πρὸς Δημόνικον, 20. Neste passo a expressão que traduzimos por «encontros frequentes» é ἐντεύξεις… πυκνάς.

[163] Arist., *Rhet.* 1355a27-29. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, p. 93.

O Filósofo defende aqui o uso de «argumentos comuns», ou, dito por outras palavras, o recurso «a premissas verosímeis», em duas situações diferentes: uma para a obtenção das «provas por persuasão» [164]*, outra para o desenvolvimento dos «raciocínios»* [165]*. Sabendo nós, desde o* Górgias*, que a obtenção da* πίστις*, da «persuasão», é tarefa da retórica, não será errado concluir que ao falar na utilidade que a dialéctica tem para as* ἐντεύξεις *Aristóteles esteja principalmente a pensar nos debates dialécticos que se travam perante um público mais ou menos interessado, o que justifica que o participante nos debates ponha todo o empenho em se apresentar na liça com a melhor preparação possível. Este, como refere Brunschwig, um dos objectivos fundamentais dos* Tópicos*: formar bons dialécticos, suficientemente hábeis para captar a atenção e, eventualmente, os aplausos do público* [166].

§ 45 *Resta a terceira das utilidades postuladas por Aristóteles para o seu trabalho: «(a obtenção de) conhecimentos de ordem filosófica»* [167]*. Dada a presença na expressão do vocábulo* ἐπιστήμη*, que*

---

[164] Πίστεις, lit. «crenças, convicções».

[165] Λόγους, lit. «argumentos, raciocínios»

[166] Como resultado do exposto decidimos traduzir a expressão, tal como ocorre no passo que temos estado a comentar, por «encontros com o público».

[167] Πρὸς τὰς κατὰ φιλοσοφίαν ἐπιστήμας, lit. «para, ou em relação às ciências (ou: aos conhecimentos científicos) segundo a filosofia (= de or-

pode (e, segundo alguns, deve) ser traduzido por «ciência» [168]*, e dado também que as «ciências» em causa têm de ser «harmonizadas» com a filosofia* (κατὰ φιλοσοφίαν)*, cremos que a melhor maneira de entender o passo será recorrer de novo a Alexandre de Afrodisíade. Diz a propósito o comentador dos* Tópicos:

> *A terceira razão por que Aristóteles considera benéfico o estudo da dialéctica reside na sua aplicação* à filosofia e ao discernimento científico*, isto é, no processo de encontrar e de discernir a verdade. Por «ciências* que constituem a filosofia*» ele entende* a *física*, a *ética*, a *lógica* e a *metafísica*. [169]

Este último ponto é importante: nos Tópicos*, através do (exaustivo) estudo do «raciocínio dialéctico», da análise dos vários «predi-*

---

dem filosófica)». Como fizemos acima, vejamos algumas das traduções propostas para esta expressão: «ad secundum philosophiam disciplinas» (Boécio), «ad disciplinas secundum philosophiam» (trad. anon.), «the philosophic sciences» (Forster), «les connaissances de caractère philosophique» (Brunschwig), «los conocimientos en filosofía» (Sanmartín), «für die philosophischen Wissenschaften» (Rolfes).

[168] V. Mesquita, *Introdução,* pp. 517-524.

[169] Alexandre de Afrodisíade, *o. c.,* p. 32 (o destacado é nosso).

cáveis», ou princípios classificatórios das premissas [170]*, através da combinação dos «predicáveis» e das «categorias», sem esquecer a investigação de aspectos práticos do comportamento da linguagem, tais como os termos polissémicos, opostos e contrários, a discussão do conceito de identidade, o estudo dos «lugares da argumentação»* (τόποι)*, etc., Aristóteles traça um panorama muito completo do modo como deve comportar-se a* linguagem científica*, e da atenção que tal estudo requer para a obtenção de conhecimentos, senão verídicos, pelo menos verosímeis.*

§ 46 *Vejamos ainda mais alguns aspectos da pragmática do debate dialéctico.*

Esquematicamente, o debate dialéctico pressupõe dois interlocutores, um tema em discussão, e, implicitamente, um público mais ou menos vasto que assista ao confronto.

Os dois interlocutores assumem no debate funções diferenciadas em relação ao tema que se vai discutir. Em geral, quer por iniciativa própria, quer para responder ao desafio do outro participante, um dos interlocutores propõe um determinado tema, ou seja, uma premissa, ou proposição, que pode assumir a forma de uma tese*, de uma* definição*, da proposta de solução para um problema, etc. Nesta função podemos chamar-lhe* o proponente*. O outro dialogante terá natural-*

---

[170] Προτάσεις, também traduzível por «proposições».

mente por objectivo contestar, refutar a «tese» proposta pelo seu oponente, *e para tanto vai submeter este a uma série de perguntas, cuja função é levar o oponente a concluir que a sua tese inicial estava errada, uma vez que se chegou a uma conclusão absurda ou impossível. Segundo este aspecto, um dos dialogantes, portanto, desempenha o papel de* ὁ ἐρωτῶν *«aquele que pergunta, o questionador», enquanto o papel do outro é ser* ὁ ἀποκρινόμενος *«o que dá as respostas, o interrogando»* [171]. *Finalmente, dado que o proponente da tese (que irá ser o «interrogando») procurará fazer valer o seu ponto de vista, isto é, comprovar a veracidade da sua tese, vai caber-lhe no debate um outro papel, o «daquele que quer comprovar»* (ὁ κατασκευάζων, *lit. «o comprovador»*), *enquanto o seu adversário fará tudo para o refutar, e daí a sua designação como «o refutador»* (ὁ ἀνασκευάζων).

---

[171] Ao longo dos *Tópicos* é bastante frequente o aparecimento destes dois particípios gregos, ὁ ἐρωτῶν «o que pergunta, o que interroga» e ὁ ἀποκρινόμενος «o que responde, o respondedor». Para verter de uma forma clara estes dois termos decidimos usar para o primeiro caso o vocábulo «interrogador»; por paralelismo deveríamos empregar para o segundo caso o nada estético termo de «respondedor». Como resultado desta falta de estética optámos por empregar dois termos provindos do mesmo radical, o do verbo «interrogar»: deste modo, «o que interroga» será naturalmente «o interrogador», enquanto o que responde, *i. e.*, aquele que é interrogado, passará a ser o «interrogando» (segundo o modelo existente largamente em português dos pares «educador» ↔ «educando», «examinador» ↔ «examinando», etc.).

§ 47 *Ilustremos, à boa maniera aristotélica, este esquema abstracto com um exemplo concreto; para tanto vamos recorrer a um dos diálogos platónicos da primeira fase, o* Laques, *ou «diálogo sobre a coragem».*

Como personagens do diálogo figuram dois pais de família, Lisímaco e Melésias acompanhados dos respectivos filhos, dois generais atenienses bem conhecidos, Nícias e Laques, e, um pouco mais tarde, Sócrates. A motivação para o diálogo é a vontade que os dois pais manifestam de proporcionar uma boa educação aos filhos, nomeadamente no que respeita à arte militar, donde o procurarem o conselho dos generais. E como o ponto fulcral respeita à arte militar, decorre daqui que o debate vai centrar-se sobre o problema da «coragem».

A repartição dos papéis no diálogo é a que segue. Como proponente figurará Nícias, pois é ele quem, em resposta à pergunta de Sócrates que inicia o debate: ἀνδρεία τί ποτ᾽ ἐστίν; *[«O que é a coragem?»] dá a primeira tentativa de definição do termo. Sócrates vai encarregar-se de colocar as questões que invalidarão essa tentativa de definição (e assim Sócrates é, de acordo com o esquema acima, ao mesmo tempo o «interrogador» e o «refutador»); Laques, ocasionalmente substituído por Nícias nas mesmas funções, terá as de «interrogando» e de (mal sucedido) «comprovador». Quanto aos outros participantes, ou seja, os dois pais de família e os dois filhos adolescentes, passada a intervenção inicial, ficam reduzidos à condição de «público».*

Muito resumidamente, o Laques *comporta as seguintes etapas, no seguimento da pergunta inicial de Sócrates: «O que é a coragem?»:*

A] 1.ª proposta de definição (dada por Laques): «a coragem consiste em: 1 — permanecer nas linhas de combate; 2 — enfrentar o inimigo; 3 — não fugir». Este conjunto de atitudes, segundo Laques, define o homem corajoso (= o hoplita ateniense, como modelo de coragem).

B] Sócrates contesta esta definição atacando os pontos 1 e 3, dado que «não permanecer nas linhas» e «fugir» pode não ser prova de falta de coragem, mas apenas táctica militar, praticada, por exemplo, pelos Citas. Logo, não pode tomar-se a «coragem» (ἀνδρεία) *como equivalente à «coragem dos hoplitas»* [172]. *Ora o que Sócrates pretende saber é o que é a «coragem em si»* (καθ᾽ αὐτό).

C] 2.ª proposta de definição (dada por Laques): «a coragem é uma certa forma de força da alma» (καρτερία τῆς ψυχῆς).

D] Sócrates contra-argumenta que «força» não implica necessariamente, ou nem sempre, «coragem física» (como a dos hoplitas), antes se conjuga com a inteligência, o saber, a experiência.

E] 3.ª proposta de definição (dada, desta vez, por Nícias): «a coragem é uma certa forma de sabedoria» (σοφία), i. e., *«é o conhecimento das coisas temerosas e das coisas tranquilizadoras, seja na guerra seja em outras situações».*

---

[172] De acordo com a teoria exposta nos *Tópicos*, esta, a coragem dos hoplitas, seria apenas uma *espécie* incluída no *género* «coragem».

F] Esta definição é atacada por Laques («a coragem não é *o conhecimento das coisas que causam medo», pois o homem corajoso não sente medo), e também por Sócrates, que levanta o problema de saber se «os animais corajosos possuem conhecimento»* [173]*. Nícias tem de reconhecer que «ser corajoso» não significa «não ter medo». E acrescenta que não pode ser corajoso quem padecer de falta de conhecimentos* [174].

G] Sócrates prossegue a refutação da definição de Nícias, desta vez recorrendo a uma argumentação lógica:

1) *A «coragem» é uma parte da «virtude»* [175]*, que inclui em si ainda a «sensatez»* [176]*, a «justiça»* [177]*, etc.*
2) *«Coisas temerosas» são aquelas que provocam medo; «coisas tranquilizadoras» são aquelas que não provocam medo;*
3) *Aquilo que provoca medo diz respeito ao futuro; aquilo que não provoca medo diz respeito ou ao passado ou ao presente;*

---

[173] Note-se que o vocábulo grego que aqui traduzimos por «conhecimento» não é outro senão ἐπιστήμη.

[174] Ἄγνοια, lit. «ignorância».

[175] Ἀρετή.

[176] Σωφροσύνη.

[177] Δικαιοσύνη. Tanto σωφροσύνη como δικαιοσύνη são apenas *espécies* que estão incluídas no *género* ἀρετή.

ORA
Nícias identificou «coragem» com «conhecimento». Mas o «conhecimento» diz respeito tanto ao passado, como ao presente, como ao futuro;
LOGO
«coragem» não pode definir-se como «conhecimento», uma vez que «coragem» é apenas uma fracção de «virtude» e é igualmente uma fracção (em rigor, um terço) de «conhecimento».

Em conclusão, verifica-se uma «aporia», a impossibilidade de definir univocamente «coragem» [178].

---

[178] A leitura dos livros IV e VI dos *Top.* (consagrados, respectivamente, ao estudo do *género* e da *definição)* poderiam ter ajudado Sócrates e os seus companheiros a explicarem a ocorrência da aporia. É que, embora, conforme vimos, a «coragem» seja uma «virtude», o facto é que ela não se confunde com a «virtude», dado que também a «sensatez» e a «justiça» são igualmente «virtudes». O que se passa, portanto, como acima notámos, é que a «coragem» é apenas uma *espécie,* entre várias, dentro do *género* «virtude», e essa é razão por que Sócrates diz que ela é uma fracção da «virtude. O mesmo se passa com «conhecimento»: se aceitarmos como objectos possíveis de «conhecimento» (entenda-se, no caso vertente, o conhecimento das coisas susceptíveis de causarem medo) o passado, o presente e o futuro, então «coragem» representa apenas um terço dos objectos possíveis do conhecimento, uma vez que o conhecimento de uma coisa susceptível de causar medo deve necessariamente reportar-se ao futuro.

Cap. 4: Os elementos do método dialéctico: proposições e problemas; os predicáveis: propriedade, definição, género e acidente.
Caps. 5 e 6: Definição dos quatro predicáveis e suas inter-relações.

§ 48 *Tendo a dialéctica como objectivo raciocinar a respeito de qualquer questão que seja proposta, e dado que toda e qualquer questão não pode ser apresentada senão sob a forma da estrutura linguística a que chamamos «frase», importa neste capítulo especificar que espécie de frases é que se encontram nos debates dialécticos. Aristóteles considera dois tipos: as «proposições»* [179]*, que exemplifica com a pergunta:* «Acaso animal terrestre bípede é definição de 'homem'?» [180]*, e os «problemas», exemplificados com outra pergunta, desta vez em forma disjuntiva:* «Animal terrestre bípede é, ou não é, a definição de 'homem'?» *Qualquer destas questões poderia ser-*

---

[179] Προτάσεις, termo que, no contexto da silogística, também é corrente traduzir por «premissa». Aqui parece-nos preferível empregar «proposição», porquanto o debate começa naturalmente com uma frase que um dos participantes «propõe» à consideração do outro.

[180] Num contexto de debate podíamos até dar uma tradução em linguagem mais «familiar», pondo a pergunta nestes termos: «Achas que X. é uma definição (adequada) de 'homem'?»

vir de ponto de partida para um debate, cujo propósito último fosse responder à questão, perfeitamente socrática, «O que é o homem?» Da forma como a pergunta estiver formulada concluir-se-á se se trata de uma proposição ou de um problema [181].

§ 49 *Segue-se a enumeração dos chamados «predicáveis», ou seja, dos modos como pode um atributo ser predicado do sujeito. Esses modos, segundo Aristóteles, são apenas quatro: propriedade, definição, género e acidente* [182]. *A sua importância para a dialéctica e a respectiva explicitação constituirão a matéria do cap. 5; a articulação dos vários predicáveis entre si será analisada no cap. 6.*

---

[181] A questão não é tão simples como pode parecer à primeira vista. No início do mesmo capítulo Aristóteles havia escrito que *«são iguais em número e em conteúdo* os elementos (lit. «as coisas») *de que debatem os argumentos e* as matérias (lit. «as coisas») *sobre que versam os raciocínios* («silogismos»). *Os argumentos nascem a partir de certas proposições; as matérias sobre que versam os raciocínios são os problemas*.» A julgar por este último passo parece que a distinção entre «proposições» e «problemas» consiste em que as «proposições» são a «tradução» em termos linguísticos de «problemas», ou seja, de factos do mundo real, ao passo que mais adiante a diferença é posta em termos de formulação linguística, simples pergunta: *«Isto é X?»*, ou pergunta em alternativa: *«Isto é X, ou não-X?»*

[182] Aristóteles distingue dois tipos de «propriedade» (ἴδιον), aquela que denota a essência do sujeito, à qual dá o nome de «definição», e aquela que não denota a essência, para a qual reserva o nome de «propriedade». Os quatro tipos de predicados aristotélicos são, portanto: ἴδιον (pro-

Caps. 7-12

§ 50 *Nos capítulos referidos Aristóteles passa em revista ainda toda uma série de questões preliminares à abordagem do estudo dos* τόποι, *os «lugares» da argumentação dialéctica. Fazem parte desses pontos preliminares: o problema da identidade (cap. 7), predicação e conversão (cap. 8), modos de predicação: as Categorias, e a respectiva relação com os predicáveis (cap. 9), a determinação do que é uma proposição dialéctica (cap. 10) e um problema dialéctico, incluindo a distinção entre as noções de «problema» e de» tese» (cap. 11), e a*

---

priedade), ὅρος (definição), γένος (género) e συμβεβηκός (acidente). Mas na sua Εἰσαγωγή (Introdução) às *Categorias,* Porfírio, comentador de Aristóteles do séc. II d. C., menciona o «género», a «diferença específica» (διαφορά), que Aristóteles apenas considerara como incluída no estudo do género, sem fazer dela um predicável independente, e, consequentemente, introduz na lista a «espécie» (εἶδος, que não figura na lista aristotélica, decerto por ser apenas um subconjunto do «género»), a propriedade» e o «acidente», cinco predicáveis, portanto, entre os quais se não encontra aquele que para o Filósofo era precisamente o mais importante, *i. e.,* a «definição». Esta, ao que parece, era encarada por Porfírio como o resultado obtido pela aplicação dos cinco predicáveis da sua lista. — Sobre esta matéria, v. o art. «Prédicable», in *VOC,* de A. de Libera, e, sobretudo, recomenda-se a leitura do importante trabalho de Rainer Thiel, 2004.

distinção entre as duas formas capitais de raciocínio, a «dedução» (συλλογισμός) *e a «indução»* (ἐπαγωγή).

Deste conjunto de capítulos merece talvez um destaque especial o cap. 9, onde se encontram expostos «os géneros das categorias».

Caps. 13-18

§ 51 *Neste conjunto de capítulos Aristóteles passa em revista o que ele chama «os instrumentos* (ὄργανα) *da dialéctica». São eles: o modo de estabelecimento das proposições ou premissas, a determinação dos vários sentidos possíveis de um dado termo, a determinação das diferenças* (διαφοραί) *e a determinação das semelhanças* (ὁμοιότητες) *(cap. 13); a cada um destes «instrumentos» será dedicado um dos quatro capítulos seguintes (caps. 14 a 17), sendo toda esta secção completada pela enunciação da utilidade dos três últimos* ὄργανα.

Esquema sumário dos restantes livros

§ 52 ***Livro II: «Lugares» relativos ao predicável «acidente»***

Cap. 1 — Preliminares.
2 — Verificação do carácter de «acidente».
3-6 — Casos de polissemia; relações semânticas.
7 — A utilização dos contrários.

8 — Formas de oposição.
9 — Termos compostos e termos flexionados.
10 — Igualdade e desigualdade; os graus «mais» e «menos».
11 — Os «acrescentos»; o grau «absoluto».

Livro III (continuação)

Cap. 1-5 — «Lugares» baseados na noção de «preferível».
6 — O acidente particular.

§ 53 ***Livro IV: «Lugares» relativos ao predicável «género»***

§ 54 ***Livro V: «Lugares» relativos ao predicável «propriedade»***

Cap. 1 — Preliminares.
2-3 — Sobre a forma correcta de atribuir a «propriedade».
4-5 — Determinação da validade da atribuição da «propriedade».

§ 55 ***Livro VI: «Lugares» relativos ao predicável «definição»***

Cap. 1 — Preliminares.
2-3 — Sobre a forma correcta da definição.
4-14 — Sobre a validade da definição.

Livro VII (continuação)

Cap. 1-2 — Identidade e diferença.
3-4 — Regras para a formulação de definições.
5 — Comparação entre as formas de comprovar e de refutar; facilidade e dificuldade relativas.

§ 56 ***Livro VIII: A prática da dialéctica — regras para uso dos praticantes***

Cap. 1-3 — Regras a observar pelo interrogador.
4-10 — Regras a observar pelo interrogando.
11 — Erros na argumentação.
12 — Falsidade na argumentação.
13 — Petição de princípio e petição de contrários.
14 — Regras práticas para a preparação do praticante da dialéctica.

O problema dos τόποι («lugares»)

§ 57 *Emprega-se actualmente a expressão «lugar-comum» para designar uma frase, um dito, uma ideia que, de tão usada, se banali-*

zou em extremo, a ponto de o seu emprego carecer de qualquer impacto como recurso retórico ou literário. Ora «lugar-comum» não é mais do que a tradução, para português ou qualquer outra língua moderna, do latim locus communis, *que por sua vez reproduz a expressão grega* κοινὸς τόπος [183]. *Deve notar-se, no entanto, que as expressões das línguas modernas possuem uma conotação negativa de «banalidade» ausente da expressão original grega. Na realidade, enquanto em «lugar-comum» o adjectivo «comum» equivale a «gasto», «banal», «mil vezes repetido»* [184], *em grego* κοινός *apenas denotava que um dado «esquema argumentativo» era* comum, *isto é, podia ser empregado em muitas situações discursivas diferentes* [185].

---

[183] Todas estas expressões recobrem-se literalmente uma às outras, como aliás sucede se à lista acrescentarmos ainda o inglês *commonplace,* o francês *lieu commun,* o alemão *Gemeinplatz,* o italiano *luogo comune,* o castelhano *lugar común,* o catalão *lloc comú,* talvez outras ainda.

[184] Cf. em polaco a expressão *utarty frazes* «lugar-comum», em que o adj. *utarty* significa à letra «moído, raspado, batido».

[185] Num sentido similar àquele em que dizemos que o teorema de Pitágoras é representável pela expressão $c^2 + c'^2 = h^2$ (em que c e c' representam os catetos de um triângulo rectângulo, cuja hipotenusa é representada pela letra h), a qual **é comum** a todos os casos em que as letras sejam substituídas por valores numéricos adequados (e que são, como é sabido, em número infinito).

§ 58 *Mas afinal o que é, para Aristóteles, um* τόπος*, com ou sem a companhia do adjectivo* κοινός? [186] *O facto é que o Filósofo, conquanto use o termo com relativa frequência, nunca dele dá qualquer definição, pelo que esta apenas poderá ser deduzida do uso que do termo é feito. Assim é que, apesar de haver algo de comum a diversas tentativas para o definir que ao longo do tempo têm sido propostas, há também uma certa margem de diferença entre elas, umas em nosso entender mais próximas da realidade textual, outras um tanto mais fantasiosas e/ou metafóricas* [187].

---

[186] Uma coisa devemos dizer desde já: *tópos* no contexto da dialéctica não corresponde ao que nós hoje entendemos por *tópico*, ou seja, «assunto, tema» (de um texto, de uma dissertação, de uma conversa ou discurso, etc.).

[187] Exemplificando com algumas tentativas concretas de definição começaremos por recordar a de Teofrasto, mencionada por Alexandre de Afrodisíade no seu comentário ao livro I dos *Tópicos:* «o *tópos* é um-ponto-de-partida, ou um elemento do qual qual nós tomamos os-pontos-de-partida referidos a toda e qualquer matéria, concentrando nele o nosso pensamento. [O *tópos*] é delimitado na sua abrangência […], mas ilimitado quanto ao número de casos individuais que possam nele caber» (p. 7 da versão inglesa). Nesta definição Alexandre (ou talvez Teofrasto, partindo do princípio de que aquele reproduziu também as palavras, e não apenas a ideia deste último) usa uma metáfora, o(s) «ponto(s) de partida», tirada do contexto desportivo das corridas de velocidade, em que os atletas ocupam a linha marcada numa das extremidades do estádio, de

Já Cícero emprega uma metáfora para tentar explicar aos seus leitores o que seja um locus (= τόπος): ut igitur earum rerum, quae absconditae sunt, demonstrato et notato loco facilis inuentio est, sic, cum peruestigare argumentum aliquod uolumus, locos nosse debemus; sic enim appellatae ab Aristotele sunt eae quasi sedes, e quibus argumenta promuntur [188]. *Outras metáforas têm ainda sido sugeridas, por exemplo,* pigeon-holes, *expressão cunhada por Foster no prefácio à sua edição dos* Top. [189]. *Mas metáforas não definem, conquanto possam ajudar de alguma forma a entender o que*

---

modo a que todos efectuem a partida em perfeita igualdade de condições; mas a metáfora não explica o que seja o *tópos*, já que se pode continuar a fazer uma pergunta: «O que é um ponto-de-partida referido a toda e qualquer matéria…?»

[188] Cícero, *Top.* 7: «Assim como se torna fácil encontrar coisas escondidas quando se indica e assinala o lugar delas, assim também, quando queremos analisar um argumento qualquer, devemos conhecer os 'lugares' deles, pois é este o nome que Aristóteles dá àquela espécie de 'esconderijos' [lit., «assentos, poisos, sedes»] donde são extraídos os argumentos.»

[189] Loeb Classical Library, pp. 268-269: «The term τόποι is somewhat difficult to define. They may be described as 'commonplaces' of argument or as general principles of probability which stand in the same relation to the dialectical syllogism as axioms stand to the demonstrative sylogism; […] they are the pigeon-holes from which dialectical reasoning is to draw its arguments.»

se pretende com o uso da palavra. Por isso parece sugestiva à primeira vista a tentativa de Brunschwig, ao apelar para a consideração da função que os tópoi *são chamados a desempenhar no contexto da dialéctica: «Pour définir la nature du lieu, tâche moins aisée qu'il n'y paraît, le plus expédient est de considérer la fonction qu'il est fait pour remplir, et les conditions dans lesquelles il doit la remplir.» Mas logo de imediato entra novamente no jogo da metáfora ao acrescentar: «Le dialecticien connaît la conclusion à laquelle il doit aboutir; il cherche les prémisses qui le lui permettront. Le lieu est donc* une machine à faire des prémisses à partir d'une conclusion donnée.» [190] *A pergunta é inevitável: mas que espécie de «máquina» é esta «de fazer premissas», de que «peças» é constituída, numa palavra, como funciona? Que espécie de premissas é que ela produz: verdadeiras, ou apenas verosímeis? E que tem uma tal máquina de comum, se é que tem algo de comum, com os «elementos»* [191] *das figuras do silogismo que Aristóteles emprega nos* Analíticos?

Afigura-se-nos mais clara, mais próxima da realidade dos factos, a tentativa de Sanmartín. Para o autor espanhol, Aristóteles, ao

---

[190] Brunschwig, p. XXXIX (nesta citação o destacado é do A.).

[191] O emprego da palavra «elemento» é intencional, e remete para *Rhet.* 1396b20-21, no qual Aristóteles escreve: **στοιχεῖον** δὲ λέγω καὶ **τόπον** ἐνθυμήματος τὸ αὐτό «entendo por elemento e tópico [do entimema] a mesma coisa» (trad. M. Alexandre Jr., *et al.*, p. 215).

empregar o vocábulo tópos *«simplemente se refiere a una proposición, o mejor, un esquema proposicional — cuyas variables están habitualmente representadas por formas pronominales* (esto, tal, tanto, etc.) *— que permite, rellenándolo con los términos de la proposición debatida, obtener una proposición cuya verdad o falsedad […] implica la verdad o falsedad, también, de la proposición debatida. El uso de la palavra 'lugar' tendería aqui la función de señalar el carácter* vacío, esquemático, *de ese enunciado-matriz. Y ahí precisamente, en ese carácter vacío, radica el aspecto lógico formal que cobra por primera vez la dialéctica de la mano de Aristóteles.»* [192]

§ 59 *Seguindo esta apresentação de Sanmartín,* esquema proposicional cujos termos são representados por varáveis (pro-

---

[192] Sanmartín, pp. 84-85. Recorde-se a propósito que para este autor «no es ninguna exageración decir que en los *Tópicos* está, *in nuce,* toda la lógica aristotélica» (*o. l.,* p. 81). Bastante mais complicado nos parece o *modus operandi* sugerido por Robin Smith, cap. «Logic», in *The Cambridge Companion to Aristotle,* p. 61: «Overall, the dialectical method of the *Topics* requires the joint application of the 'locations' and the inventories of opinions. To find my argument, I first look up a location appropriate to my desired conclusion and use it to discover premises that would be useful; then I consult the relevant inventory of opinions to see if those premises are found there. If they are, I have my argument; all that remains is to cast it into the form of questions and present them to my opponent.»

nominais, ou outras), *chamamos a atenção para o facto, aliás perfeitamente conhecido, de que para o Filósofo as proposições que interessam para a dialéctica são aquelas que representam juízos categóricos, ou seja, aqueles juízos representáveis com a estrutura* S (= sujeito) é P (= predicado), u. g., *para usar um exemplo frequentemente aduzido por Aristóteles:* «O homem (*i. e.*, todo o homem) é um animal terrestre bípede», *frase em que* S = homem *e* P = animal (P^1) + terrestre (P^2) + bípede (P^3).

§ 60 *Reparemos agora que Aristóteles distribui a análise dos seus* tópoi *em quatro classes, aquelas precisamente de que ele fala no livro* I, *introdução geral aos* Top., *e que são conhecidas como «os quatro predicáveis», definição, propriedade, género e acidente; conforme acima vimos, «os tópoi do acidente» são analisados nos livros* II *e* III, *«os tópoi do género» no livro* IV, *«os tópoi da propriedade» no livro* V, *e «os tópoi da definição» no livro* VI *e parte do livro* VII. *Quer isto dizer que cada instância do esquema proposicional* S é P, *dada a ambiguidade da cópula* é (ἐστίν), *deve ser entendida como representando sucessivamente cada um dos quatro predicáveis,* i. e., *o esquema* S é P *deve ser entendido como equivalente a:*

1) S é P = P é definição de S.
2) S é P = P é propriedade de S.
3) S é P = P é género de S.
4) S é P = P é acidente de S.

Em cada instância teremos assim três elementos a tomar em consideração: S, *um sujeito,* P, *um predicado (um atributo), e uma forma possível de predicar* P *de* S, *isto é, uma relação possível entre* P *e* S, *uma das quatro relações designadas por «predicáveis».*

§ 61 *Para esclarecer então o que nos parece ser a natureza do* tópos, *e seguindo neste caso a sugestão de Brunschwig — procurar qual a função que o* tópos *é chamado a desempenhar, e qual o modo como a desempenha —, vamos passar em revista, a título de exemplificação, alguns dos casos relativos ao «tópos do acidente» analisados nos livs.* II-III.

§ 62 Tópos n.º 1: *apresentar como sendo acidente um atributo que se dá sob outro ponto de vista, por exemplo, dizer:*

«*Cor*» (P) *é um acidente de «branco»* (S).

Ao analisar esta proposição, o questionador deve dirigir as suas perguntas no sentido de averiguar se a relação que existe entre S *e* P *é de facto uma relação de «acidente». Por definição, um acidente é um atributo que pode verificar-se ou não num determinado sujeito; ora dizer que «cor» é acidente de «branco» significa admitir que «branco» possa não ser uma cor, o que é absurdo. Chamando à colação outros atributos tais como «verde», «azul», «preto», amarelo», etc., o questionador poderia ir construindo várias proposições,* u. g., *«Cor» é acidente de «amarelo»; «Cor» é acidente de «preto»; «Cor» é aci-*

dente de «verde», mostrando sempre que «amarelo», «preto», «verde», etc., poderiam não ser «cores», o que, como já se viu, é absurdo. Ora como é do conhecimento geral que «branco», «amarelo», «verde», «azul», «preto», etc., são nomes de cores, só há uma maneira de resolver esta contradição: reconhecer que a relação predicativa entre «cor» e «branco» não é uma relação «acidental», ou seja, que «cor» não é acidente de «branco» (ou de outra cor qualquer). Resumindo, perante uma proposição do tipo «cor é acidente de branco», *a tarefa do questionador consiste em mostrar que a admissão desta proposição leva a uma contradição (a possibilidade de* branco *não ser uma cor), e assim fica refutada a proposição inicial. Por outras palavras, o «lugar» de que o questionador parte para a sua refutação consiste em contestar o elemento …* é acidente de … *como forma de relação entre* S (o branco) e P (cor).

O debate poderia prosseguir até se chegar à conclusão de que o «predicável» que se deve postular como relação entre o S (branco) *e o* P (cor) *deve ser antes …* é género de …, *ou seja, o termo «cor» é o género em que estão contidas todas as instâncias individuais de «cor», ou, dito por outras palavras, «branco», «verde», «amarelo», etc., são as diversas espécies existentes do mesmo género que é a «cor».*

§ 63 Tópos n.º 2: *apresentar um atributo que é afirmado ou negado universalmente. Exemplo:*

O conhecimento dos opostos (S) releva do mesmo saber (P).

Vejamos quais as variáveis que entram em jogo nesta proposição:

(S) — «o conhecimento dos opostos»;
(P) — «(releva) do mesmo saber»;
relação entre S e P:… é acidente de…

O que se postula na proposição inicial é, portanto, que um mesmo ramo do conhecimento é predicado de todos os possíveis pares de opostos, dado que quando se diz o conhecimento dos opostos *estamos a pressupor que este termo é tomado universalmente* — todos os opostos, *seja qual for o tipo de oposição. Ora é um facto que existem vários tipos de oposição: são casos de tipos de oposição a existente entre os termos relativos (senhor/escravo), a existente entre os termos contrários (rico/pobre), a que resulta da privação e da posse (cegueira/visão), ou a que se obtém por meio de uma negação (ser/não-ser). Será verdade que todos os casos de oposição, qualquer que ela seja, são objecto do mesmo ramo do saber? Ou não será antes de reservar para a ética a oposição* justiça/injustiça, *para a aritmética a oposição* duplo/metade, *para a medicina a oposição* cegueira/visão, *e para a ontologia a oposição* ser/não-ser? *Basta que um destes casos de oposição fique fora do ramo do saber que, eventualmente, dê conta de todos os outros para que fique refutada a proposição inicial.*

Qual então o tópos, *o «lugar» de que parte o questionador para a sua tentativa de refutação da proposição de base? Desta vez a variá-*

vel que vai ser objecto da contestação já não será a relação entre S *e* P, *mas sim a quantificação de* S: *como se viu, na proposição de base o sujeito* S *é tomado universalmente; pois vai ser essa quantificação universal a ser posta em causa. Esquematicamente, este «lugar» poderia ser representado assim:*

P é acidente de [todo ??? o] S,

ou

Será verdade que **todo o S** tem o predicado P?

É, por conseguinte, no quantificador que reside o ponto vulnerável da argumentação, e será sobre esse ponto que vão incidir as perguntas do interrogador: bastará um caso individual de opostos não abarcáveis pelo mesmo saber para refutar a proposição.

§ 64 Tópos n.º 3: *suscitar a definição dos termos que indicam o acidente e o sujeito de que ele é postulado (de ambos os termos, ou apenas de um deles), e verificar se tal definição revela a existência de uma impossibilidade de predicação, devido à natureza do sujeito e do predicado em jogo. Exemplo:*

É possível injuriar um deus.

Devemos começar por dar a esta proposição uma forma linguística equivalente mas mais favorável à análise tópica. Uma maneira

diferente de comunicar a mesma ideia seria, u. g., *esta:* Um deus (qualquer) está ao alcance da injúria (causada pelo homem). *Ou ainda de outra forma:* Receber injúria (do homem) (P) é acidente de um deus qualquer (S). *A questão que temos agora a resolver é distinta das precedentes: não é a quantificação do sujeito que está em causa* (*para o problema que aqui se põe é indiferente que o sujeito seja particular* — um deus — *ou universal* — todos os deuses), *nem o modo de predicação de* P *em relação a* S *(ou seja, é indiferente que «receber injúria» seja um acidente, ou seja outro qualquer dos quatro predicáveis); o problema que se coloca é saber se é possível* esta *predicação, sem mais,* deste *sujeito. O esquema seria pois:*

P (ser injuriado) é predicado possível de S (um deus)?

A definição dos termos «deus» e «injuriar» (de ambos ou só de um deles) levariam rapidamente à conclusão de que uma predicação destas é de todo impossível: o homem carece de poder para injuriar um deus. De novo, por conseguinte, a análise do questionador irá incidir sobre a relação… é acidente de…, *mas não sobre o tipo de predicável presente na relação, e sim sobre a possibilidade de existir essa relação entre* ***um tal*** *sujeito e* ***um tal*** *predicado* [193].

---

[193] Uma observação apenas: conforme referimos acima (v. § 15), Aristóteles chegou a alargar as suas investigações até à «lógica modal»,

§ 65 Tópos n.º 4: *distinguir os casos em que podemos, e aqueles em que não podemos usar um dado termo no sentido corrente do mesmo. Exemplo: enquanto podemos chamar «saudável» a tudo quanto «dá saúde», já não devemos atribuir este predicado a um produto individual de acordo com a opinião corrente, em vez de procurar seguir o parecer do médico.*

Esquematicamente, a questão põe-se, neste caso, deste modo:

S tem por acidente a qualidade P

a qual deve interpretar-se alternativamente:

1) S^1 (= tudo o que dá saúde).
2) S^2 (= um produto qualquer individual).
3) P^1 (= opinião corrente).
4) P^2 (= opinião do médico).

Se se interpretar S *como equivalente a* S^1 *podemos aceitar a opinião estabelecida, segundo a qual «saudável» se aplica a todas as coisas que «dão saúde». Diante de um produto individual, potencial-*

---

como se vê por este exemplo, em que a relação entre *S* e *P* não consiste num predicável, mas sim *na possibilidade de existir predicação* atendendo à natureza do sujeito e do predicado envolvidos.

mente desconhecido, ou num caso especial (por exemplo, no caso de um doente), dever-se-á procurar seguir a opinião de alguém competente na matéria, nomeadamente o médico.

O «lugar» em questão nestas circunstâncias diz respeito, por conseguinte, ao estatuto do «predicado», dado que, conforme as circunstâncias concretas, pode exigir-se que P *não reflicta a opinião corrente, mas sim a de um especialista (lembremos o caso de venenos cujo uso controlado pelo médico pode ser bom para a saúde dentro de determinados condicionalismos).*

§ 66 Tópos n.º 5: *casos em que* P *é um termo polissémico, e a questão está em saber se ele pode aplicar-se num caso concreto individual. Podem dar-se duas situações:*

1) *A polissemia passou despercebida; neste caso, se os vários sentidos não forem aplicáveis, deverá procurar-se:*

   — *para comprovar: mostrar que um dos sentidos, pelo menos, é aplicável;*
   — *para refutar: mostrar que um dos sentidos, pelo menos, não é aplicável.*

2) *A polissemia não passou despercebida; neste caso há que explicitar todos os sentidos possíveis do termo polissémico e tentar comprovar ou refutar todos eles em relação ao sujeito em debate.*

Esquema:

S tem por acidente P (termo polissémico).

O questionador deverá averiguar o que se passa com a aplicação de todos os sentidos de P *ao sujeito* S.

§ 67 Tópos n.º 6: *casos de ambiguidade não resultantes de homonímia.*

Exemplo:

Um mesmo ramo do saber abarca matérias diversas.

A questão, desta vez, tem a ver com o estatudo de S: *é que quando se fala em «ramo do saber» temos de distinguir se estamos a pensar nos fins a atingir pelo exercício desse saber, ou nos meios necessários para atingir esses fins: a medicina,* u. g., *não só tem por finalidade a obtenção da saúde, de um modo geral, mas cabe-lhe ainda a tarefa de destrinçar quais os melhores meios para atingir esse fim. Neste caso, portanto, a questão põe-se a nível de* S:

S^1 = saber dos fins a atingir.
S^2 = saber dos meios adequados para atingir esses fins.

Na mesma ordem de ideias vinca-se a necessidade de distinguir, na constituição dos elementos de cada componente da proposição [194], *aquilo que é essencial daquilo que é acessório. Exemplo:*

Os ângulos do triângulo equilátero (S) somam 180º (P).

Nesta proposição a relação entre S *e* P *não é acidental, isto é, o facto de a soma dos ângulos do triângulo equilátero ser igual a 180º não é um acidente, mas sim uma* propriedade. *Mas uma propriedade de* todos os triângulos, *e não apenas do triângulo equilátero; na proposição de base, portanto, a menção do tipo de triângulo* — equilátero — *não é essencial para a questão, pelo que a sua inclusão na frase apenas serve para perturbar o raciocínio.*

§ 68 Tópos n.º 7: *quando um dos termos possui grande variedade de sentidos é conveniente fazer todas as distinções semânticas — distinguindo todos os sentidos* úteis *para confirmar a proposição de base, e todos os sentidos* não admissíveis *nessa mesma proposição, quando o objectivo consistir em refutá-la.*

§ 69 Tópos n.º 8: *pode ser útil também ir subsituindo cada termo da proposição por outro(s) mais familiar(es), a fim de facilitar o*

---

[194] Em formulação linguística: os constituintes imediatos de cada sintagma.

raciocínio, por exemplo empregando «exacto» em vez de «claro», ou «pessoa ocupada» em vez de «pessoa activa».

§ 70 Tópos n.º 9: *para mostrar que de um sujeito* (S) *podem ser predicados atributos contrários* [195] *há que recorrer ao predicável «género». Exemplo: suponhamos que se pretende comprovar a proposição*

> Na percepção (S) podem verificar-se os atributos «correcto» e «incorrecto» (P)

equivalente a este par de proposições:

1) Toda a percepção (S) pode ser correcta (P^1).
2) Toda a percepção (S) pode ser incorrecta (P^2). [196]

A demonstração é fácil de fazer:

a) Toda a percepção é um juízo.
b) Todo o juízo pode ser correcto ou incorrecto.

---

[195] É óbvio que se um mesmo sujeito pode umas vezes ter um predicado P^1 e outras vezes um predicado P^2, a predicação em jogo é a predicação *acidental*, a única que pode verificar-se ou não no sujeito. Continuamos, portanto, a tratar de «*tópoi* do acidente».

[196] Abstraímos, como faz Aristóteles, do facto de nestes exemplos a predicação ser feita sob o modo da possibilidade.

c) LOGO, toda a percepção pode ser correcta ou incorrecta.

Esta dedução parte da consideração do género para a consideração da espécie, uma vez que todo o atributo do género pode ser atributo de alguma das suas espécies. «Juízo» *é o género de que* «percepção» *é uma espécie, pelo que alguns atributos possíveis de* «juízo» *podem ser também atributos possíveis de* «percepção».

A dedução pode partir da espécie para o género, atendendo a que todos os atributos da espécie são necessariamente atributos do respectivo género, por exemplo, de

Todo o homem (espécie — S) pode ser nobre (P)

deduz-se que

Todo o animal (género — S) pode ser nobre.

Mas não se esqueça que nem todo o atributo do género é atributo de todas as suas espécies: «animal» (género — S) pode ser P^1, P^2, P^n = alado, quadrúpede, etc. —, *mas* «homem» (espécie — S), *já não pode ter todos esses predicados.*

§ 71 *Até aqui temos estado a seguir sequencialmente os casos referidos por Aristóteles desde o início do livro* II. *Não podemos continuar a tarefa, porém, porque isso equivaleria a reescrever os* Top.

quase na íntegra. No entanto pensamos ser útil referir mais alguns exemplos.

Um outro tópos *ainda referente ao «acidente» entra em linha de conta com a noção do «tempo»* [197]*. Suponhamos a proposição*

Todos os entes que se alimentam [198] (S) crescem (P).

Ora podemos observar que todos os animais estão sempre *a alimentar-se ao longo da sua existência, mas não estão* sempre *a crescer. O crescimento, por conseguinte, é um atributo apenas* acidental *do* S (os entes que se alimentam) *e não uma* propriedade essencial *como a formulação linguística poderia dar a entender.*

---

[197] *Top.* 111b24 e segs.

[198] Linguisticamente, este caso é mais fácil de apreender em grego do que em português. No original lê-se, em função de sujeito, o particípio τὸ τρεφόμενον, lit. «aquilo-que-é-alimentado», ou seja, em grego o sujeito é uma única unidade linguística, ao passo que na tradução temos um sintagma nominal *(todos os entes)* acompanhado de uma oração relativa adjectiva *(que se alimentam).* A incompatibilidade temporal das duas formas verbais é, pois, mais evidente em grego: *«o-que-está-a-ser-alimentado **está simultaneamente a crescer»,*** o que não é verdade, dado que tanto os animais como as plantas apenas crescem durante uma certa fase da vida, conquanto se alimentem sempre ao longo dela.

§ 72 *Mais adiante* [199] *Aristóteles introduz um outro* tópos *derivado das noções de existência necessária, maioritária e casual, chamando a atenção para os erros que podem surgir da circunstância de se empregar como sendo* necessário *um atributo que é apenas de ocorrência* maioritária, *ou vice-versa, devido ao entendimento incorrecto de que o contrário de* ocorrência maioritária *é* ocorrência necessária. *Por exemplo, da proposição*

Os homens (S) são maioritariamente mesquinhos (P) [200]

pode concluir-se que

Os homens (S) raramente são bons (P)

mas não que o seu contrário é

Os homens (S) são necessariamente bons (P).

§ 73 *Também há que tomar cuidado em não empregar um termo como denotando um acidente de si mesmo* [201], *isto é, empregar*

---

[199] 112b1 e segs.

[200] Por definição, um predicado que ocorra maioritariamente não é um predicado essencial, dado que pode não ocorrer de todo.

[201] 112b21 e segs.

como semanticamente distintos termos que, na realidade, são sinónimos [202]. *Exemplo, a divisão que Pródico faz do* «prazer» *em* «alegria», «volúpia» *e* «satisfação», *quando, segundo Aristóteles, os três últimos termos não passam de nomes diferentes da mesma coisa, que é o* «prazer». *Assim, dizer que*

«Estar satisfeito» (S) é um acidente de «estar alegre» (P)

não é senão estar a empregar um termo — «estar alegre» *— como acidente de si mesmo, o que é, logicamente, um erro.*

§ 74 *Concluímos esta exposição dos «lugares» relativos ao acidente com a referência ao emprego de termos predicativos em que existem as noções de «mais» ou de «menos»* [203]*, ou de termos usados absolutamente* [204].

---

[202] «Sinónimos» é aqui empregado no sentido moderno, e não no sentido com que Aristóteles habitualmente o emprega.

[203] Em linguagem mais correcta do ponto de vista linguístico, falaríamos de termos usados no grau comparativo, de superioridade (mais) ou de inferioridade (menos).

[204] Ou seja, de termos empregados no chamado «grau normal».

Começando pelos tópoi *em que entram em jogo os graus «mais» e «menos», Aristóteles distingue quatro possibilidades:*

1) *Um termo no grau «mais» é consequência de outro grau «mais»; por exemplo:*

   Se «prazer» é um «bem», então «maior prazer» significa «maior bem»;

   ou:

   Se «injustiça» é um «mal», então «maior injustiça» significa «maior mal» [205].

2) *No caso de o mesmo atributo ser predicado de dois sujeitos, se ao sujeito de que esse atributo parece ser «mais próprio» não se lhe aplica, então ao outro sujeito, de que parece ser «menos próprio», também se não aplicará. Exemplo:*

   Dados um atributo (A) e dois sujeitos (S^1 e S^2),

---

[205] Como observa o Filósofo, «se o acréscimo do sujeito implica o acréscimo do atributo, isso prova que o atributo em causa é mesmo um acidente do sujeito» (e não um predicado essencial).

se A *parece «mais próprio» de* S^1 *mas não se lhe aplica, então também não se aplicará a* S^2.

3) *No caso de dois atributos serem predicados de um só sujeito, se o predicado «mais provável» não se aplica ao sujeito, então também não se lhe aplicará o «menos provável». Exemplo:*

> Dados dois atributos (A^1 e $A^{2)}$, e um sujeito (S),
>
> *se* A^1 *é «mais provável» como atributo de* S *mas não se lhe aplica, então também* A^2 *não se lhe aplicará;*

4) *No caso de dois atributos predicados de dois sujeitos, se o predicado «mais plausível» de um dos sujeitos não se lhe aplica, também o predicado «mais plausível» do outro sujeito não se lhe aplicará. Exemplo:*

> Dados dois atributos (A^1 e A^2) e dois sujeitos (S^1 e S^2),
> Se A^1 é «mais plausível» atributo de S^1 do que A^2 é atributo de S^2,
> Mas A^1 não se aplica a S^1, então também A^2 não se aplicará a S^2,
> Se A^2 é «menos plausível» atributo de S^2 do que A^1 é atributo de S^1,

Mas A^2 aplica-se a S^2, então também A^1 se aplicará a S^1.

§ 75 *Passando agora aos casos em que se trata de atributos no mesmo grau (normal), temos três possibilidades a considerar:*

1) *Um mesmo predicado parece aplicar-se em grau semelhante a dois sujeitos. Exemplo:*

Dados um atributo (A) e dois sujeitos (S^1 e S^2),

se A *se aplica a* S^1*, também se aplicará a* S^2*, e se* A *não se aplica a* S^1 *também não se aplicará a* S^2.

2) *Dois predicados são atribuídos em grau semelhante a um sujeito. Exemplo:*

Dados dois atributos (A^1 e A^2) e um sujeito (S),
Se A^1 não se aplica a S, então também A^2 não se lhe aplica;
Se A^1 se aplica a S, então também A^2 se lhe aplicará.

3) *Dois predicados atribuídos em grau semelhante a dois sujeitos. Exemplo:*

Dados dois atributos (A^1 e A^2) e dois sujeitos (S^1 e S^2),
Se A^1 não se aplica a S^1, também A^2 não se aplica a S^2;
Se A^1 se aplica a S^1, também A^2 se aplicará a S^2.

§ 76 *Resumindo tudo quanto acabamos de ver, poderemos dizer, portanto, que um* τόπος *é um esquema proposicional* [206] *com três elementos variáveis:*

Um sujeito S*;*
Um predicado P*;*
Uma relação, ou melhor, uma forma de predicação, um «predicável» que une P *a* S*.*

---

[206] A. Schopenhauer, *Die Welt als Wille und Vorstellung*, II, p. 57: «Ja sogar die Topi [Begriffe] des Aristoteles — ganz allgemein gefaßte, sehr abstrakte Grundsätze, die man zum pro-oder-contra-Disputieren auf die verschiedenartigsten Gegenständen anwenden und überall ins Feld stellen konnte — haben schon ihren Ursprung in jenem Mißbrauch allgemeiner Begriffe.»

Como os predicáveis são quatro (definição, propriedade, género e acidente), implicando, porém, um deles (o género) ainda a consideração das espécies contidas no género bem como a diferença específica que define cada uma destas, temos assim que, em primeiro lugar, o interrogador [207] *deve determinar qual a forma de predicação* [208] *presente na proposição de base sobre que vai incidir o debate, e verificar se essa forma de predicação, atendendo à natureza dos termos que denotam o sujeito e o predicado* [209]*, está correctamente assinalada, ou não. Os erros susceptíveis de ocorrer a este nível podem revestir numerosas formas,* u. g.*, predicar como «definição» o atributo que, na realidade, é género, acidente, ou qualquer outra coisa, predicar como «espécie» o que é género, predicar como «acidente» o que é propriedade, etc., etc.*

§ 77 *Ainda no domínio da forma de predicação temos a considerar a relação dos «predicáveis» com as «categorias», dado que cada*

---

[207] Entenda-se, aquele dos dois participantes do debate a quem compete conduzir o mesmo.

[208] Esse forma de predicação tem, recordemos, seis possibilidades: definição, propriedade, género (+espécie+diferença específica), e acidente.

[209] Por exemplo, se a predicação é feita universalmente ou não, se o proponente usa uma linguagem clara ou, pelo contrário, recorre a termos obscuros, ou usados em sentidos pouco usuais, se um dos termos, ou eventualmente ambos, sofrem de polissemia, etc.

categoria pode ser predicada de um sujeito sob a forma de um dos predicáveis [210]. *A título de exemplo, vejam-se os seguintes casos, extraídos da série dos* tópoi *relativos ao género.*

Um primeiro caso possível consiste em atribuir ao sujeito como sendo seu «género» um predicado que é outro predicável qualquer. Por exemplo, a proposição

«Branco» é o género de «neve»

é falsa, porquanto o termo «neve» não significa «aquilo que é branco»; sem dúvida que há uma relação entre «neve» e «branco», mas este termo não designa o género de «neve», mas sim uma sua qualidade acidental. Ora o género, pelo contrário, aponta para a essência do sujeito, logo, «branco» não é o género a que pertence «neve».

Por outro lado ainda, tanto o género como a espécie devem resultar «de uma mesma divisão», para usar as palavras de Aristóteles, isto é, devem ser predicadas segundo a mesma «categoria». Por isso mesmo uma proposição como

«Branco» é o género de «neve» e de «cisne»

---

[210] Cf. liv. I, cap. 9.

tem de ser falsa, já que «neve» ou «cisne» são termos predicados de um sujeito segundo a categoria da «substância» [211]*, ao passo que «branco» é predicado segundo a categoria da «qualidade»* [212]*, logo não pode significar o género nem de «neve» nem de «cisne».*

Outro caso possível consiste em empregar como significando o género a que pertence uma dada espécie um termo cuja abrangência é menor do que a do termo que designa a espécie, como seria o caso da proposição

«Opinável» é o género que abarca todos os entes [213],

quando, na realidade, «opinável» excede *o conjunto dos entes, uma vez que nós podemos emitir uma opinião sobre uma coisa não existente* [214]*, e se excede o conjunto dos entes isso significa que não pode ser «o género de todos os entes».*

§ 78 *Referimos acima que um dos erros susceptíveis de ocorrer na atribuição de algum predicado é o recurso a termos obscuros, ou*

---

[211] Οὐσία. Cf. *Top.* 120b36-121a9.

[212] Ποιόν.

[213] *I. e.*, é possível emitirmos opinião sobre toda e qualquer coisa existente.

[214] *U. g.*, o τραγέλαφος (animal fantástico, meio bode — τράγος —, meio veado — ἔλαφος, cf. *An. Pr.* 49a24, *An. Po.* 92b7), quanto mais não seja para declararmos a sua inexistência.

pelo menos tanto ou mais obscuros do que o termo que se procura esclarecer. Por exemplo, se quisermos enunciar as propriedades do «fogo» é fácil cair nessa armadilha. Suponhamos a proposição

> O «fogo» (S) tem a propriedade de ser a coisa mais parecida com a alma.

A função do predicável «propriedade» é, segundo as palavras do Filósofo, esclarecer o significado de um determinado termo: «é para ganharmos um conhecimento que estabelecemos uma propriedade» [215]. *Para alcançar essa finalidade é necessário que usemos termos* mais conhecidos *do que o termo que se pretende esclarecer, o que não sucede com a proposição apresentada, visto que o conceito de «alma» ainda é mais obscuro do que o conceito de «fogo». Logo, esta «propriedade» não se pode dizer que tenha sido correctamente apresentada.*

§ 79 *Outra fonte de erros, quer a nível do sujeito S quer ao nível do termo que exprime o predicado é, conforme referimos, a polissemia. Suponhamos esta proposição aduzida como exemplo por Aristóteles* [216]:

> Todo o animal nasce com a propriedade de «sentir».

---

[215] *Top.* 129b7-8.
[216] *Top.* 129b34-5.

Esta propriedade não está correctamente enunciada, porquanto «sentir» é um termo polissémico [217]*, e todo o termo polissémico torna obscura a linguagem usada* [218]*. Naturalmente o resultado é o mesmo se em vez de estarmos perante um termo polissémico estivermos diante de um enunciado em que a ambiguidade se distribui por todos os seus componentes.*

§ 80 *Há sobretudo que tomar especiais precauções com o predicável «definição», porque, sendo necessariamente um enunciado e não um termo único, oferece mais possibilidades de ser contestado com êxito* [219]*. Por outras palavras, os «lugares» relativos às definições oferecem fácil ataque no caso de tanto o termo sujeito* (S) *como o termo predicado* (P) *serem ambíguos, obscuros, usados metaforicamente (ou com outra figura retórica), usados em sentidos fora do seu sentido habitual, e ainda, como se isto não bastasse, se o enunciado for demasiado prolixo, o que multiplicará a possibilidade de ocorrerem ambiguidades ou outras causas de linguagem pouco clara.*

---

[217] De facto, «sentir» αἰσθάνεσθαι tanto pode ser equivalente de «ter sensações» (αἴσθησιν ἔχειν), como de «usar os órgãos dos sentidos» (αἰσθήσει χρῆσθαι); Aristóteles pensa, naturalmente, naqueles animais que carecem de algum dos órgãos sensoriais de que os humanos dispõem (vista, ouvido, etc.).

[218] *Top.* 130a3.

[219] *Top.* 111b15-16: πρὸς γὰρ τοὺς ὁρισμοὺς ῥάων ἡ ἐπιχείρησις «a refutação é mais fácil quando se trata de definições».

Apenas três exemplos, todos aduzidos pelo Filósofo.
Suponhamos estas duas definições:

A «geração» é a *passagem* em direcção ao ser;
A «saúde» é o *equilíbrio* entre o quente e o frio [220].

Dado que tanto «passagem» [221] *como* «equilíbrio» [222] *são palavras polissémicas, o resultado é que uma definição nestes termos não cumpre a sua função de esclarecer qual a essência da coisa a definir, neste exemplo, os termos «geração» e saúde».*

O segundo exemplo respeita ao uso metafórico da linguagem. Aristóteles aduz três proposições em que figuram termos com valor metafórico:

O «saber» é uma «(coisa) imutável» [223];
A «terra» é uma «ama» [224];
A «sensatez» é uma «sinfonia» [225].

---

[220] *Top.* 139b20-21.
[221] Ἀγωγή.
[222] Συμμετρία.
[223] Ἡ ἐπιστήμη ἀμετάπτωτον (ἐστίν).
[224] Ἡ γῆ τιθήνη (ἐστίν).
[225] Ἡ σωφροσύνη συμφωνία (ἐστίν).

Como definições, estas três tentativas são outros tantos fracassos, dado que «é obscuro tudo quanto se diz por meio de metáforas» [226]. *Por muito poéticas que estas metáforas possam ser, o certo é que não cumprem a missão esclarecedora de um termo difícil de entender.*

Terminamos estas considerações com o terceiro exemplo de definições incorrectas, desta vez por empregar-se nelas vocabulário com um sentido diferente do habitual. Aristóteles menciona três casos que, segundo ele, ocorrem em textos de Platão:

«Olho» é o que recebe a sombra da sobrancelha [227];
«Tarântula» é o que torna podre aquilo que morde [228];
«Medula» é o que nasce dos ossos [229].

«Amicus Plato, sed magis amica ueritas» [230]: *a verdade neste caso é que «toda a linguagem fora dos usos comuns resulta em obscuridade»* [231].

---

[226] *Top.* 139b34-35.

[227] Ὁ ὀφθαλμὸς ὀφρυόσκιόν (ἐστιν).

[228] Τὸ φαλάγγιον σηψιδακές (ἐστιν).

[229] Ou: nos ossos — ὁ μυελὸς ὀστεογενές (ἐστιν).

[230] «Devemos gostar de Platão, mas mais ainda da verdade» (provérbio romano).

[231] *Top.* 140a5.

Finalidade dos τόποι

§ 81 *Chegamos assim à conclusão de que os* «lugares» *servem fundamentalmente para* ***detectar*** *e, na medida do possível,* ***eliminar todo e qualquer erro de categorização,*** *pelo que não podemos esquecer que, além dos predicáveis que estruturam todo o tratado, e além das categorias que se distribuem, conforme vimos, pelos referidos predicáveis, há ainda a tomar em consideração outras modalidades de predicação, umas estudadas nas* Cat. *e mais ou menos desenvolvidas nos* Top., *outras referidas no primeiro texto mas não aproveitadas no segundo. Estão no primeiro caso os chamados* post-praedicamenta, *dos quais fazem parte a oposição, a privação, o movimento e a posse; no segundo, a prioridade, a simultaneidade, a negação e a afirmação* [232]. *Na realidade estes* pós-predicamentos *não são mais, em certa medida, do que comparações recíprocas entre as categorias, e daí que, conquanto implicitamente, não as possamos considerar arredadas dos* Top., *mesmo que não sejam referidas no texto de forma clara.*

---

[232] Não quer isto dizer que nos *Top.* não figurem referências, *u. g.*, à modalidade da negação, mas sim que estas modalidades não são objecto de tratamento razoavelmente sistemático, como é o caso dos pós-predicamentos. — Sobre os pós-predicamentos, assim chamados pelos escolásticos porque são analisados pelo Filósofo no fim das *Cat.*, ou seja, *depois* da análise das dez categorias, ou *predicamentos*, v. W.-M. Kneale, pp. 27-28.

§ 82 *Nos derradeiros capítulos das* Cat., *Aristóteles fala, sucessivamente, das várias formas de* oposição (ἀντικεῖσθαι), *de que reconhece quatro variedades: a oposição recíproca dos termos* relativos (τὰ πρός τι), *a oposição dos termos* contrários (τὰ ἐναντία), *a oposição mediante as noções de* privação (στέρησις) *e de* posse (ἕξις), *e a oposição entre o termo, ou a frase* afirmativa (κατάφασις) *e o termo, ou a frase* negativa (ἀπόφασις). *Qualquer destas oposições tem presença garantida no texto dos* Top., *apenas a título de exemplo, no livro* II, *caps. 7 e 8.*

§ 83 *Já o mesmo não pode dizer-se das modalidades* prioridade *e* simultaneidade, *que, a surgirem nos* Top., *fazem-no de forma tão diluída que praticamente se não dá pela sua presença. Em todo o caso não podemos deixar de considerar que qualquer delas daria azo ao estabelecimento de «lugares» cuja utilidade não seria de desprezar na discussão dialéctica. Pelo que toca à* prioridade, *distingue o Filósofo também quatro variedades: a prioridade* cronológica (κατὰ χρόνον); *a prioridade* de consequência (τὸ μὴ ἀντιστρέφον), *que Aristóteles exemplica com o caso da prioridade do «um» sobre o «dois», uma vez que, dadas «duas» coisas, segue-se que existe também «uma» só coisa, ao passo que da existência de «uma» não se segue necessariamente a existência de «duas»; a prioridade* de ordem (κατά τινα τάξιν), *que se refere à posição relativa de duas coisas numa série; e a prioridade conferida ao* valor *de uma certa coisa em relação a outra(s), por exemplo quando se diz que, de diversas coisas, uma delas é* melhor *ou* mais respeitável (τὸ βέλτιον καὶ τὸ τιμιώτερον). *As mesmas variedades são igualmente válidas para a questão da* simultaneidade.

§ 84 *Importante é também a questão daquilo a que o Filósofo chama* movimento (κίνησις), *e que melhor faríamos talvez em reproduzir pelo termo «mudança», já que, salvo a última das variedades consideradas por Aristóteles, nenhuma delas corresponde à noção que hoje temos do que seja «movimento». Efectivamente, são seis as variedades, ou «espécies»* (τὰ εἴδη), *de* κίνησις *consideradas nas* Cat.: *a «génese»* (γένεσις, *ou seja, a «emergência» para o ser, o «nascimento», o «aparecimento» no mundo dos entes*), *o «movimento» contrário a este que é a «destruição»* (φθορά), *ou a «desagregação», a «dissolução», o «desaparecimento»; temos em seguida um conjunto de três termos que conotam uma ideia geral de «alteração»* (ἀλλοίωσις), *a qual se pode traduzir num «acrescento»* (αὔξησις), *ou no seu contrário, que é a* μείωσις, *que podemos traduzir por «decréscimo», ou «diminuição»* [233]; *por fim, o último termo da série é aquele em que figura a noção de movimento propriamente dito:* a mudança de um lugar para outro (κατὰ τόπον μεταβολή).

§ 85 *O último capítulo das* Cat. *desenvolve a questão dos diversos sentidos possíveis do verbo* ἔχειν, *que é costume traduzir correntemente por «ter», mas que, como Aristóteles explicita, pode ter*

---

[233] Este par de contrários ocorre com razoável relevo no liv. II, caps. 10 e 11. Note-se, todavia, que os caps. 1 a 5 do liv. III são dedicados à análise de diversos «lugares» baseados na noção de «preferível» (αἱρετώτερον), que é uma das aplicações possíveis das noções de «mais» e de «menos».

uma grande variedade de aplicações, já que tanto serve para denotar a «posse» (ἕξις, *cf. supra, § 82*) *de uma dada qualidade, ou uma certa «disposição» para qualquer coisa ou actividade* (διάθεσις), *ou outra variável qualitativa, ou ainda de uma «quantidade» (como os termos que referem a altura de uma pessoa), ou então a circunstância de termos alguma coisa sobre o corpo* (u. g., *uma peça de vestuário*), *sobre uma parte do corpo* (u. g., *um anel no dedo*), *ou até uma parte do corpo (como uma mão ou um pé); também se emprega «ter» no sentido de «conter» (um vaso para líquidos, uma medida para cereais); ou a «posse» no sentido jurídico do termo como a posse de uma casa, de um terreno, ou como situação em direito de família (ter mulher, ter marido). A terminar o Filósofo nota que talvez o verbo «ter» possa empregar-se ainda em outros contextos, conquanto sejam estes os que lhe parecem ser os principais. De todos estes usos poder-se-iam formar múltiplos «lugares» de utilidade certa no debate dialéctico, o que podemos comprovar com mais uma referência, desta vez aos caps. 3 a 6 do livro* II *(análise de casos de polissemia) ou aos caps. 1 e 2 do livro* VII, *destinados ao problema da identidade e da diferença.*

Dialéctica e Retórica

§ 86 *Tivemos já ensejo de recordar o contraste entre o método de investigação preferido dos Sofistas, que consistia em compor um*

discurso de proporções convenientes no qual defendiam a tese que lhes parecia mais adequada, e esperar do oponente que lhe respondesse com um outro discurso de proporções equivalentes, e o método dialéctico de Sócrates, que preferia utilizar o jogo cerrado de perguntas e respostas, mais adequado a forçar o adversário ao reconhecimento das dificuldades insuperáveis a que o conduziu a ideia que lançou para iniciar o debate. Um bom exemplo ocorre em Platão, u. g. *no* Hípias Menor, *em que o diálogo entre Sócrates e o sofista Hípias parte da afirmação deste, de que Homero, nos seus poemas, pretendeu representar Aquiles como o «melhor»* [234] *dos heróis gregos presentes em Tróia, Nestor como «o mais sábio» e Ulisses como o «mais hábil»* [235]. *Em consequência dos dois epítetos que Homero atribui a Aquiles e a Ulisses, Hípias defende a superioridade do «honesto e franco» Aquiles sobre o «hipócrita e mentiroso» Ulisses. Após longa série de per-*

---

[234] ῞Αριστον: este adjectivo recobre aqui uma grande variedade de sentidos, desde «belo» a «nobre», «corajoso», «honesto», etc.

[235] Πολυτροπώτατον, lit. «o mais hábil», «o mais astuto», o que mais recursos possui para se livrar de situações difíceis, epíteto de Ulisses que, sem conotações pejorativas na *Odisseia* (basta recordar que em certas situações, como na aventura com o Ciclope, apenas a astúcia lhe permite levar de vencida um adversário impossível de vencer pela força), veio a ganhá-las posteriormente nas obras dos Trágicos, em que o rei de Ítaca é, em geral, representado como mentiroso, desonesto, enfim, de moralidade mais do que discutível.

guntas e de variados exemplos, Sócrates chega à conclusão de que «o melhor» numa determinada «arte» (suponhamos, a geometria) é igualmente aquele que tem mais facilidade em levar os outros a admitir como verdade uma proposição falsa sobre um tema dessa «arte», ou seja, o melhor numa arte (ὁ ἄριστος), *aquele que, na aparência, deveria ser o mais verdadeiro acerca dessa arte, é também o mais mentiroso acerca dela!*

Hípias não pode aceitar uma conclusão destas, e contesta o procedimento de Sócrates:

> *Sócrates, arranjas sempre umas conversas arrevezadas, agarras-te ao ponto mais rebarbativo da questão e fazes cavalo-de-batalha de um aspecto insignificante, em vez de tratares globalmente do problema que estamos a discutir; se quiseres, eu agora provar-te-ei, com um discurso sobre o conjunto da matéria, e recorrendo a múltiplas abonações, que Homero pretendeu representar Aquiles como superior a Ulisses, como um homem de palavra, enquanto de Ulisses fez um manhoso que mente a cada passo, logo inferior a Aquiles. Tu, se quiseres, opõe ao meu um outro discurso, composto por ti, em que demonstres qual dos dois heróis te parece ser superior.* [236]

---

[236] Platão, *Hípias Menor* 369b-c.

Sócrates não aceita o desafio, e prossegue o diálogo com perguntas sobre questões pontuais, até chegar à aporia com que finaliza o diálogo:

> *Em conclusão, o homem que engana deliberadamente, que pratica toda a casta de desonestidades e injustiças, esse homem, Hípias, se porventura uma tal criatura existe, não pode ser outro senão o homem de bem.* [237]

§ 87 *Temos, portanto, em confronto, dois modos de conduzir a argumentação.*

Em primeiro lugar o discurso contínuo, em que o orador vai apresentando um por um os seus argumentos, e os vai sustentando com as técnicas de que dispõe, tais como os testemunhos (por exemplo, nos discursos judiciais, volta e meia interrompidos com a nota

---

[237] Platão, *ibid.* 376b. — A aporia do diálogo — o homem «bom» (ἀγαθός) — é aquele que, se o quiser, saberá melhor fazer o «mal» — assenta na ambiguidade do adjectivo ἀγαθός «bom», que tanto pode ser entendido em sentido, digamos, «técnico» (bom, *i. e.*, hábil numa certa actividade, independentemente de conotações morais), ou em sentido ético, *i. e.*, «moralmente bom». Bastaria a Sócrates desfazer, ou a Hípias chamar a atenção para a ambiguidade para que toda a argumentação caísse por terra. Por isso também é que se pode dizer que os «lugares» de Aristóteles servem, entre outras coisas, para obviar aos sofismas de ordem linguística.

μάρτυρες», *lit.* «*testemunhas*», i. e., *audição de testemunhas), indícios de vária ordem* [238], *leitura de textos legais (também no caso de discursos judiciais), invocação de casos análogos, de exemplos, etc. Estamos no* ***domínio da Retórica***.

Em contrapartida temos o ***modelo da Dialéctica,*** *em que se emprega o sistema socrático das perguntas e respostas, baseado nos «lugares», nos «silogismos», nas frases assertivas encadeadas logicamente a partir de proposições (axiomas) dadas por indemonstráveis, ou aceites por ambos os oponentes sem demonstração, proposições que não reivindicam o estatuto de «verdadeiras» (embora o possam, naturalmente, ser), mas apenas o de «verosímeis», isto é, «comummente aceites»,* ἔνδοξοι.

§ 88 *Atendendo ao facto de o termo* τόποι [239], *ou* κοινοὶ τόποι [240], *ocorrer, ainda que só implicitamente, na* Rhet. *com alguma frequência, podemos colocar agora a questão das relações entre* Top. *e* Rhet., *e bem assim tentar averiguar se nos dois textos a mesma unidade linguística recobre a mesma unidade conceptual.*

---

[238] Hípias, no texto citado, propõe-se sustentar a sua tese com citações do texto homérico — ἐπὶ πολλῶν τεκμηρίων «com base em muitos testemunhos, ou indícios».

[239] Traduzido por «Tópicos, lugares» no «Índice de termos técnicos» da tradução portuguesa da *Retórica* (p. 304).

[240] Traduzido apenas por «Tópicos» (*o. c.*, p. 302).

A presença dos τόποι *faz-se sobretudo sentir nos caps. 23-25 do livro* II *da* Rhet., *intitulados, respectivamente, «O uso de entimemas: os tópicos», «O uso de entimemas aparentes» e «O uso de entimemas: a refutação».*

Começaremos por fazer uma enumeração dos enunciados por meio dos quais Aristóteles introduz, na Rhet., *a aparição de um* τόπος:

— *«Um dos tópicos dos entimemas demonstrativos é aquele que se tira dos seus contrários» (216)* [241];
— *«Outro tópico é o das flexões casuais semelhantes, porque semelhantemente deveriam compreender ou não os mesmo predicados» (217);*
— *«Outro é o que procede das relações recíprocas» (217);*
— *«Outro tópico é o do* mais *e o do* menos» *(218);*
— *«Outro tira-se da observação do tempo» (219);*
— *«Outro ainda consiste em agarrar nas palavras pronunciadas contra nós e voltá-las contra aquele que as pronunciou» (219);*
— *«Outro obtém-se partindo da definição» (220);*

---

[241] Utilizamos os passos pertinentes da tradução portuguesa; os números entre parênteses indicam as páginas dessa tradução.

— «*Outro obtém-se a partir dos diferentes sentidos de uma palavra, como vimos nos* Tópicos *sobre o uso correcto dos termos*» *(220);*
— «*Outro provém da divisão*» *(220);*
— «*Outro tópico retira-se da indução*» *(221);*
— «*Outro tópico obtém-se de um juízo sobre um caso idêntico, igual ou contrário*» *(222)* [242];
— «*Outro tópico tira-se das partes, como, por exemplo, nos* Tópicos*, quando se pergunta que espécie de movimento é a alma*» *(222);*
— «*Outro tópico retira-se […] das consequências*» *(223);*
— «*Outro tópico consiste, quando precisamos de aconselhar ou desaconselhar a propósito de duas coisas opostas, em utilizar, para ambas as coisas, o tópico anterior*» *(223);*
— «*Outro consiste em […] procurar deduzir o contrário a partir de uma destas afirmações*» *(223);*

---

[242] Este caso é especialmente interessante porque na sua formulação Aristóteles recorre à «opinião… se não de todos, pelo menos da maior parte; ou dos sábios, de todos, ou da maior parte», retomando uma linguagem que havia usado nos *Top.* para explicar o que é para si uma proposição ἔνδοξος.

— *«Outro consiste em retirar consequências por analogia» (223);*
— *«Outro tópico tira-se disto: se a consequência é a mesma, é porque também é a mesma a causa de que deriva» (224);*
— *«Outro provém do facto de que nem sempre se escolhe o mesmo depois e antes, mas ao invés» (224);*
— *«Outro tópico consiste em dizer que aquilo em virtude de que alguma coisa poderia ser ou poderia acontecer é a causa efectiva de que seja ou aconteça» (224);*
— *«Outro tópico, que é comum aos que litigam e aos que deliberam, consiste em examinar as razões que aconselham a fazer uma coisa e desaconselham a fazer a mesma e que razões levam as pessoas a praticar e a evitar tais actos» (225);*
— *«Outro tópico tira-se dos factos que se admite existirem, mesmo os inverosímeis» (225);*
— *«Outro tópico, peculiar à refutação, consiste em examinar os pontos contraditórios, ver se há alguma contradição entre os tópicos referentes a tempos, acções e discursos» (226);*
— *«Outro tópico, relacionado com homens e factos que foram ou parecem suspeitos, consiste em explicar a causa do que é estranho» (226);*

— *«Outro procede da causa: porque, se a causa existe, é que o efeito se produz; se não existe a causa, também não se produz o efeito» (226);*
— *«Outro tópico consiste em examinar se não seria ou não é possível fazer uma coisa melhor que aquela que se aconselha, ou que se faz, ou que já se fez» (226--227);*
— *«Outro consiste, quando se vai fazer algo contrário ao que já se fez, em examinar ambas as coisas ao mesmo tempo» (227);*
— *«Outro tópico consiste em acusar ou defender-se a partir dos erros da parte contrária» (227);*
— *«Outro tópico obtém-se do nome» (227).*

Passando depois aos entimemas aparentes, *encontramos os «tópicos» seguintes:*

— *«Um provém da expressão» (229);*
— *«Outro entimema aparente é o que procede da homonímia» (229);*
— *«Outro tópico consiste em argumentar combinando o que estava dividido ou dividindo o que estava combinado» (230);*
— *«Outro consiste em estabelecer ou refutar um argumento por meio do exagero» (231);*

— *«Outro tópico tira-se do signo; também aqui não há silogismo» (231);*
— *«Outro decorre do acidente» (232);*
— *«Outro tópico tira-se da consequência» (232);*
— *«Outro consiste em apresentar o que não é causa, como causa» (232);*
— *«Outro consiste na omissão do quando e do como» (233);*
— *«E ainda […] do facto de se poder considerar uma coisa absolutamente e não absolutamente» (233).*

Cf. ainda:

> *«As objecções tiram-se, como nos* Tópicos, *de quatro lugares: do próprio entimema, ou do seu semelhante, ou do seu contrário, ou de coisas já julgadas» (234);*
>
> *«Os entimemas formulam-se a partir de quatro tópicos e estes quatro são: a probabilidade, o exemplo, o* tekmérion *[«indício»], o sinal» (235).*

§ 89 *Que conclusões podemos tirar da observação desta lista de «tópicos» referidos na* Rhet.*? O termo grego é o mesmo, ou seja,* τόπος*; mas o* τόπος *da* Rhet. *será o mesmo dos* Top.*?*

Se observarmos os τόποι *da* Rhet. *verificamos que, na sua maior parte, há uma sobreposição entre as listas deste tratado e as listas dos*

Top.: *a título de exemplo, ambos os textos recorrem ao emprego de termos contrários, de palavras com flexões casuais semelhantes, de relações recíprocas, das noções de «mais» e de «menos»; ambos os textos recorrem à indução e ao método da divisão; em ambos tem importância determinante o predicável «definição»; etc. Mas outros casos há em que os* tópoi *referidos nos transportam para um outro universo, o dos processos judiciais: um «tópico», por exemplo, «consiste em agarrar nas palavras pronunciadas contra nós e voltá-las contra aquele que as pronunciou»; ora o que é este «tópico» senão o clássico argumento* ad hominem*, isto é, quando o adversário recorre ao insulto contra o orador, este retribui-lhe também com insultos? Outro exemplo é o do «tópico» que se obtém «de um juízo sobre um caso idêntico, igual ou contrário», ou seja, o procedimento tipicamente jurisprudencial de, no julgamento de um caso, se recorrer ao exemplo de casos análogos, ou de casos contrários, como forma de fundamentar o próprio julgamento* [243].

Pode suceder que Aristóteles enuncie um determinado «tópico», fazendo a propósito remissão directa para o texto dos Top.: *tal é o caso quando refere aquele que se obtém «a partir dos diferentes sen-*

---

[243] A presença da «analogia» no mundo jurídico está atestada, *u. g.*, no art. 10.º, n.º 1, do Código Civil português de 1966: «Os casos que a lei não preveja são regulados segundo a norma aplicável aos casos análogos.»

tidos de uma palavra, **como vimos nos** *Top.»; ou quando evoca o exemplo dos* Top. *para justificar a pergunta sobre «que espécie de movimento é a alma».*

Na sequência destas reflexões cremos poder reformular o problema das relações entre os Top. *e a* Rhet. *dizendo em primeiro lugar que, no essencial, se trata de dois métodos de argumentação que se servem basicamente dos mesmos «instrumentos», embora em contextos diferentes; em segundo lugar, que a diferença entre os respectivos contextos é a responsável pelas diferenças aparentes que se verificam entre os* τόποι *usados na* Rhet. *e os* τόποι *usados nos* Top. [244].

---

[244] Desta circunstância decorre igualmente a dificuldade de traduzir o termo grego quando o encontramos num ou noutro dos nossos dois textos. No caso dos *Top.*, depois de longa reflexão, acabámos por adoptar a versão «lugares», já que neste texto o «lugar» é aquela parte do juízo assertórico que vai ser discutida pelos dialogantes e, conforme o caso, comprovado ou refutado em função do predicável em causa, ou, por outro lado, da estrutura dos termos que servem de Sujeito e de Predicado, e de factores com estes relacionados, tais como, *u. g.*, a quantificação. Em contrapartida, os tradutores da *Rhet.* optaram pela tradução «tópico»; de facto, em muitos casos a palavra τόπος corresponde ao conceito de «tópico» tal como é usado nos estudos literários, ou seja, com o sentido de «tema», «assunto»; em outros, porém, o seu valor aproxima-se mais do que entendemos por «lugar». Talvez o ideal fosse «nacionalizar» a palavra, o que nos permitiria usar sempre o mesmo termo, *i. e.*, **tópos**, e deixar ao leitor o trabalho de decidir qual o valor a seleccionar em cada caso con-

§ 90 *Recordemos os contextos respectivos em que se enquadram as duas obras.*

No caso dos Top. *estamos no quadro de um debate dialéctico entre dois indivíduos apenas, embora o diálogo entre eles possa ser seguido por vários «espectadores»; o objectivo principal dos interlocutores consiste em demonstrar a sua habilidade técnica na condução do debate, não propriamente em realizarem uma investigação de natureza científica ou filosófica, sem prejuízo de uma vez ou outra isso poder suceder; ao contrário do que se verifica com outros tipos de investigação* [245]*, as premissas, ou proposições, de que se servem os interlocutores não precisam de ser sequer verdadeiras, para o diálogo basta que sejam apenas plausíveis e de geral aceitação* (ἔνδοξοι)*; formalmente, o raciocínio, quando dedutivo, apresenta-se sob a forma de «silogismo dialéctico», mas a par da dedução recorre com muita frequência também à indução* (ἐπαγωγή).

Em contrapartida, no caso da Rhet. *devemos notar que estamos a assistir a um confronto entre um orador individual e uma assem-*

---

creto (sem esquecer ainda que, além dos empregos referidos, τόπος é também o termo de que a língua grega dispõe para exprimir a noção abstracta de «espaço», cf. Arist., *Phys.* 209a6-7: ἀδύνατον δὲ σῶμα εἶναι τὸν τόπον· ἐν ταὐτῷ γὰρ ἂν εἴη δύο σώματα «é impossível o espaço ser um corpo, pois *se o fosse* teríamos dois corpos no mesmo *espaço*».

[245] As investigações propriamente lógicas dos *Analíticos.*

bleia deliberativa, ou um «duelo» entre dois oradores individuais diante de uma mesma assembleia que ajuizará da validade dos respectivos discursos [246]. *Quando se trata de oratória política o resultado do(s) discurso(s) pode ser da maior importância para a comunidade, já que as opções tomadas ou a tomar serão de incidência determinante para o* futuro *da* pólis. *No caso da oratória judicial, se na maioria dos casos os litígios versam sobre questões de direito civil*

---

[246] Recorde-se a tripartição da oratória nos três géneros básicos, deliberativo, judicial e epidíctico. Podemos de momento deixar de lado este último género, dada a sua função encomiástica, em que a assembleia que a ele assiste apenas tem de pronunciar-se sobre a habilidade técnica do orador, sem outras consequências que não sejam os aplausos mais ou menos calorosos, a adesão mais ou menos entusiástica (exactamente como se verifica com o público que assiste às representações trágicas ou cómicas, às sessões em que o escritor, *u. g.* Heródoto, faz uma leitura pública da sua obra, ou às conferências realizadas por um sofista sobre um tema de interesse geral). No caso dos outros dois géneros, no deliberativo estão em jogo as opções políticas a adoptar numa dada conjuntura histórica, no judicial pode estar em causa até a vida do orador envolvido no processo: lembremos o caso do orador Antifonte, cuja participação no golpe de Estado «dos Quatrocentos» em 411 a. C. lhe valeu ser condenado à morte após a restauração da democracia em Atenas; ou o processo da «mutilação dos Hermes» que por pouco não teve o mesmo resultado para o orador Andócides, que acabou por salvar-se, talvez menos graças à sua eloquência do que ao facto de ter denunciado alguns dos culpados.

(heranças, testamentos, e casos similares), em outros o julgamento de factos passados *pode determinar o* futuro *do orador envolvido no processo, inclusive pôr em jogo a própria vida. Ora o futuro nunca pode ser objecto de conhecimento (como é o caso das questões debatidas nos confrontos dialécticos), mas, na melhor das hipóteses, apenas* objecto de conjectura. *Este factor ocasiona, naturalmente, que o orador, mais, muito mais do que o dialéctico, tenha de recorrer a certos «instrumentos» que não terão lugar proeminente nos debates a dois: é o caso dos «predicados modais», do tipo* «a acção X é… possível/necessária/verosímil/inverosímil/impossível/contingente… etc.», *que, independentemente de poderem ocorrer num debate, são muito mais frequentes e importantes num discurso em que está em jogo um comportamento a assumir. Outro caso é o do recurso, na composição dos entimemas, aos «quatro tópicos» acima* (§ *88,* in fine) *mencionados (probabilidade, exemplo, indício e sinal) que, como é lógico, têm um papel de grande relevo na oratória judicial: com grande frequência, há que recorrer a essas noções como única maneira de pronunciar uma sentença minimamente justa, como podemos verificar na leitura de discursos apresentados em casos de homicídio (exemplo: os discursos de Antifonte, sobretudo a defesa no caso «do assassínio de Herodes»), ou em outras circunstâncias não menos graves* [247].

---

[247] V. o caso das «mutilações dos Hermes», n. precedente.

Unidade e diversidade dos *Top.*

§ 91 *A estrutura dos* Top., *nas suas linhas gerais é fácil de definir* [248]: *dois livros «periféricos», ou «exteriores», como lhes chama Brunschwig* [249], *enquadrando os livros que o mesmo autor chama «centrais»* [250], *os quais se distinguem pelo facto de os «periféricos» poderem ser lidos, respectivamente, como uma introdução geral à matéria dos* Top., *e uma conclusão centrada sobre os aspectos práticos da utilização dessa mesma matéria, enquanto os «centrais» desenvolvem de forma quase sistemática a análise dos diversos «lugares», distribuídos pelos quatro predicáveis identificados e explicitados no livro introdutório.*

Apesar desta estrutura aparentemente bem delimitada, vários indícios levantam a questão da unidade de composição dos Top., *e este problema, na opinião, algo discutível, de Brunschwig, «est peut-être le plus important, le plus difficile et le plus controversé de tous ceux que soulève cet ouvrage»* [251].

---

[248] Para este efeito consideraremos apenas os *Top.* formados pelos oito livros tradicionais, com exclusão das *SE,* dado que a sua classificação como livro IX dos *Top.* não é universalmente aceite.

[249] Brunschwig, p. LXII.

[250] *I. e.,* os livros II a VII.

[251] *O. c.,* p. LVI.

§ 92 *Uma classe de indícios denunciadores de uma certa falta de unidade na composição da obra, encontra-a Brunschwig no que ele chama as «reprises et retouches»* [252] *feitas pelo próprio Aristóteles a passos do seu texto. Vejamos um exemplo.*

No livro II*, depois de referir o caso dos predicados em que entram em jogo as noções de «privação» e de «posse»* (u. g., *«percepção» e «incapacidade de percepção»*), *e de declarar que «o mesmo procedimento usado no caso da posse e da privação… deve empregar-se também no caso dos predicados relativos», Aristóteles escreve: «A relação de consequência nestes casos* [i. e., *dos predicados relativos*] *segue também a ordem directa dos termos», que exemplifica de seguida com os relativos* triplo ↔ múltiplo, terço ↔ submúltiplo, conhecimento ↔ representação, *etc.*

Mas seguidamente coloca a si próprio uma objecção [253]:

> *Pode objectar-se que, no caso dos predicados relativos, a relação de consequência não se dá necessariamente do modo como ficou dito; o «sensível» é de facto «cognoscível», mas isso não quer dizer que a «sensação» seja um «conhecimento». Mas não se afigura que esta objecção tenha fun-*

---

[252] *O. c.*, pp. LVI-LVIII.

[253] Inserida entre parênteses na edição de Ross, exemplo que Brunschwig não segue.

damento, porquanto muitos não aceitam que existe um «conhecimento» das coisas sensíveis. [254]

Outras objecções encontram-se ainda em 115b14-35, 117a18-23, 117b14-19 e 21-27, 123b17-18, 27-30 e 34-37, 124b19-22 e 32-34 e 125a18-24. Deste facto Brunschwig tira a consequência «que le dossier ainsi constitué a été relu et retouché par son auteur», o que não tem em si nada de extraordinário, antes é o procedimento normal usado por qualquer autor, mesmo que não seja filósofo ou cientista [255]*. Não é, todavia, necessário concluir daqui que exista um grande afastamento temporal entre a redacção do passo original e a da objecção que lhe é aposta, como o próprio Brunschwig reconhece, aliás sem grande convicção: «(il n'est pas) impossible que ces objections aient été rédigées en même temps que les arguments qu'elles visent, soit qu'Aristote les ait signalées par scrupule d'honnêteté, soit qu'il ait pensé qu'elles pourraient être utiles au dialecticien dans son rôle de répondant.»* [256] *Mas Brunschwig parece atribuir maior importância*

---

[254] *Top.* 114a20-23.

[255] Recorde-se, para exemplo, o modo de composição usado por Virgílio na *Eneida:* primeiro um plano, talvez mesmo um rascunho, em prosa, depois, ao sabor da inspiração de momento, a versificação de um ou outro episódio, sem obedecer a nenhuma ordem determinada.

[256] *O. c.*, p. LVII.

a alguns casos, aliás pouco frequentes, em que Aristóteles não entra em linha de conta na sua argumentação com as objecções por ele próprio suscitadas em outro passo precedente [257]*, dos quais tira a conclusão de que «dans quelques cas au moins, l'existence d'un décalage temporel est démontrable»* [258]*: quanto a estes casos, e para empregar a própria linguagem de Brunschwig, diremos «que não é impossível» haver exemplos de retoques separados por algum lapso de tempo apreciável do texto original, eventualmente denotando contradições, mas igualmente «não é impossível» que tais contradições se devam a outros factores que não a «décalage temporel» entre os passos respectivos. De resto, Brunschwig não deixa, e com razão, de assinalar as palavras de* SE *184b1-3 em que o Filósofo relembra como, ao contrário de outras matérias em que dispunha de autores precedentes em cujas obras se podia apoiar, nos trabalhos de Lógica teve de criar o seu sistema a partir do nada, o que lhe custou enorme esforço e bastante tempo; mas daqui inferir que o modo de composição dos tratados do* Órganon*, e nomeadamente dos* Top.*, tenha sido «un mode de recherche empirique et tâtonnant, qui s'oppose à la démarche sûre et méthodique de la* τέχνη» [259] *parece-nos ir uma certa distância. Por outras palavras, sem negar que a «recherche empirique et*

---

[257] V. Brunschwig, *o. c.*, p. LVII, n. 4.
[258] *O. c.*, p. LVII.
[259] Brunschwig, *o. c.*, p. LVI, n. 2.

tâtonnant(e)» de Aristóteles tenha deixado um rasto aqui ou ali, tal não significa que esse procedimento possa ser invocado para caracterizar os Top. *na sua globalidade.*

§ 93 *Após a discussão destes problemas de incidência geral, Brunschwig centra-se na análise dos problemas de composição, primeiro do conjunto dos livros* II *e* III*, em seguida do conjunto dos livros VI e VII.*

No que respeita aos primeiros, o autor começa por chamar a atenção para o que ele designa «desenquadramento» dos caps. 1-3 do livro III*. Nestes capítulos são tratados os «lugares» em que se discutem as razões que tornam uma determinada coisa «preferível» a outra(s); ou seja, trata-se nestes três capítulos de um tipo específico de emprego dos predicados «acidentais»* [260]*, aqueles precisamente que denotam algo como «preferível ou melhor» de entre duas ou mais coisas* [261]*: «cette section ne se distingue pas seulement de celles qui l'entourent par le sujet qu'elle traite, mais aussi par son style, exceptionnellement elliptique et rapide»* [262]*. Nota ainda como o cap.* III*, 5, forma como que um apêndice, em que o predicado do tipo* αἱρετόν *«preferível» é alargado ao do tipo* τοιοῦτο *«tal ou tal», o que leva o autor a pensar «que les*

---

[260] Lembremos que o conjunto dos livros II e III é consagrado aos «lugares» derivados do predicado συμβεβηκός «acidente».

[261] *Top.* 116a3.

[262] Brunschwig, *o. c.*, p. LVIII.

lieux du préférable ont joui d'une existence autonome avant d'être insérés dans le tissu des Topiques» [263]. *Mas haverá algum texto, filosófico ou não, que tenha saído do cérebro do seu autor tão perfeito, no duplo sentido do termo, como saiu Atena da cabeça de Zeus?*

Outras anomalias são ainda postas em relevo por Brunschwig a propósito dos livros VI e VII (consagrados, em princípio, ao predicável «definição»), tais como o facto de o tratamento deste predicável parecer terminar no final do livro VI, dado que no início do livro VII é introduzido um tópico novo, a «identidade» e a «diferença», mas ir ser retomado nos caps. 3 e 4, já sem falar no isolamento do cap. 5 (dedicado à análise comparativa das formas de comprovar e de refutar).

§ 94 *Em suma, conforme notámos acima, a parte central dos* Top., *constituída pelos livros II-VII, apresentaria uma forma de composição «aditiva»,* i. e., *seria basicamente uma recolha de materiais sobre os diversos* τόποι, *agrupados segundo os quatro «predicáveis», e enquadrados por dois capítulos sistemáticos, o I e o VIII, o que deveria pressupor a existência de duas fases redaccionais, sendo os livros I e VIII posteriores aos livros ditos «centrais». Mais ainda, certos títulos presentes nas listas antigas das obras aristotélicas, nomeadamente a de Diógenes Laércio, parecem designar alguns dos livros dos* Top. *como objecto de circulação autónoma, por exemplo DL 31 —* περὶ εἰδῶν καὶ γενῶν α᾽, *identificado com o livro IV dos* Top., *ou*

---

[263] *O. c.*, p. LIX.

DL 32 — περὶ ἰδίων α᾽, identificado com o livro V da mesma obra, etc. [264] *Não é, evidentemente, impossível que os diversos livros dos* Top. *tenham gozado em certas alturas de uma certa independência de circulação, dada a organização global a que obedecem (*grosso modo *um «tópos» por livro), justificável por razões de ordem pedagógica ou editorial que não podemos passar em silêncio. Mas não nos parece que haja, como diz Brunschwig,* «(des) disparates de style très accentués»*, conquanto a questão do estilo seja em larga medida subjectiva, tanto mais que o editor francês se limita a afirmar essas divergências estilísticas sem as exemplificar nem dar qualquer indicação sobre a sua relevância estatística; e quanto à afirmação de que o livro V, pelo seu carácter «excepcionalmente formulário e mecânico», não foi* «certainement» *redigido entre o livro IV e o livro VI* [265] *assenta*

---

[264] V. Mesquita, 2005, pp. 540 e segs.

[265] Brunschwig, p. LXXIV. Confessamos não entender qual a «lei» que poderia ter impedido Arist. de escrever um texto «menos bom» no intervalo da redacção de dois textos superiores (partindo do princípio de que é esse o caso, já sem falar da hipótese sugerida de a autoria do liv. V ser distinta da dos outros): acaso o estilo de um autor não pode variar? A propósito desta tão cortante certeza só nos apetece recordar um passo de Corneille, o comentário de Curiace à dureza extrema revelada por Horace ao saber da sua nomeação para participar com os irmãos no duelo com os representantes de Alba Longa: «cette âpre vertu […]; Comme notre malheur elle est au plus haut point: Souffrez que je l'admire et ne l'imite point» (Corneille, *Horace,* acte II, scène III).

no pressuposto de que um autor está obrigado a uma invariância de qualidade estilística que no mínimo é excessivamente arrojada.

§ 95 *Com base na coincidência entre a definição de «silogismo» dada em* Top. *100a25-27* [266] *e em* An. Pr. *24b18-20* [267] *e também na circunstância de a palavra, e seus correlatos* [268]*, ser frequente nos livros «periféricos» mas quase ausente dos livros «centrais», H. Maier* [269] *formulou a hipótese de os textos em que ocorre o termo em causa deverem ter sido escritos posteriormente à descoberta do silogismo efectuada nos* An. Pr. *Seria esse o caso dos livros «periféricos» dos* Top.*, posteriores a tal descoberta, enquanto os livros «centrais» ainda lhe seriam anteriores. A este propósito Brunschwig objecta com razão que a posteridade redaccional dos livros periféricos em relação aos centrais não implica necessariamente que a descoberta do silogismo tenha ocorrido entre a redacção de uns e a dos outros, e*

---

[266] «Raciocínio dedutivo (= silogismo) é um discurso no qual, dadas certas premissas, alguma conclusão decorre delas necessariamente, diferente dessas premissas, mas nelas fundamentada.»

[267] «Raciocínio dedutivo (= silogismo) é um discurso no qual, dadas certas premissas algo delas decorre necessariamente pelo facto de elas serem como são.»

[268] *I. e.*, não só o nome «silogismo» mas também o verbo «silogizar» (συλλογίζεσθαι).

[269] H. Maier, *Die Syllogistik des Aristoteles* (que não nos foi possível consultar, cf. Brunschwig, pp. LXXIV-LXXV, e n. 2 e 3).

conclui, mais uma vez com razão: «tout au plus pourra-t-on reconnaître, dans le livre I*, les caractères classiques d'une introduction rédigée, comme le sont encore aujourd'hui bien des introductions, postérieuremente au corps de l'ouvrage»* [270].

§ 96 *Por nossa parte, conquanto não aceitemos a rigidez de certas teses sobre o tema «unidade e diversidade» nos* Top.*, estamos em crer que a obra deve ser encarada como um trabalho, no essencial, sistemático sobre o problema dos* τόποι*, e que, mais uma vez «no essencial», deve ter sido concebida e, na sua maior parte, realizada por Aristóteles no mesmo ambiente intelectual de trabalho sobre a dialéctica, a lógica e a linguagem em que foram concebidos e realizados os restantes tratados constitutivos do* Órganon*. Sem dúvida que existem discrepâncias, talvez mais aparentes do que reais, entre,* u. g.*, os* Top. *e os* Anal.*: mas talvez essas discrepâncias se devam mais à circunstância, bem vincada por Aristóteles, de que os* Top. *se ocupam do «silogismo dialéctico» enquanto os* Anal. *se ocupam do «silogismo apodíctico», ou seja, a diferença estará na natureza das premissas de que são compostos os dois tipos de silogismos, verosímeis no primeiro caso, verdadeiras no segundo. Entendemos, porém, que toda esta problemática relacionada com a articulação geral dos seis tratados do*

---

[270] *O. l.*, p. LXXV; esta conclusão, simultaneamente, refuta a referida tese de Maier e apoia a de E. Braun, que sustenta a «unidade fundamental» dos *Top.* (*l. c.*, e n. 2).

Órganon, *bem como a cronologia relativa de todos eles, ou mesmo de partes de cada um deles, é demasiado vasta e complexa para poder ser tratada no âmbito de uma mera introdução, como é o caso presente.*

Aristóteles e a linguagem

§ 97 *A reflexão filosófica iniciada com os fisiólogos da Jónia assenta na descoberta do conceito de* λόγος [271]*, o qual «in one sense, represented the laws and regularities governing all of nature. In another, it represented the process of reasoning by which these laws and regularities were to be discovered.»* [272] *Originado na física, este*

---

[271] Cf. Heraclito, fr. B 50 DK (= 196 Kirk-Raven-Schofield): «Dando ouvidos, não a mim, mas ao Logos, é avisado concordar em que todas as coisas são uma» (trad. de Louro da Fonseca); Parménides, fr. B 6 DK, vv. 1-2 (= 293 Kirk-Raven-Schofield): «Forçoso é que o que se pode dizer e pensar seja; pois lhe é dado ser, e não ao que nada é» (trad. de Louro da Fonseca), mas cf. a versão alemã de Ernst Heitsch: «Notwendigerweise gibt es Sagen und Erkennen von Seiendem. Denn Sein gibt es, Nichts aber gibt es nicht» (Parménides, 1974, p. 23).

[272] John Woods-Andrew Irvine, «Aristotle's Early Logic» (*in* D. M. Gabbay-J. Woods, *Handbook of the History of Logic*, 2004, pp. 27-99), p. 29.

conceito estendeu-se rapidamente a todos os ramos do conhecimento: «Eventually, however, it was to collapse into a kind of intelectual pathology, typified by the efforts of pre-Socratic philosophers such as Heraklitus and Parmenides. Pathological philosophy was logos run amok and, for all its quirk theoretical charm, logos was soon being regarded as an intelectual disgrace. Left to its own devises, it threatened to destroy science and common sense alike.» [273]

Segundo os autores acabados de citar, portanto, o «tomar demasiado a sério a linguagem» produz resultados por eles rotulados de «patológicos», e eventualmente responsáveis por quase todos os paralogismos em que abunda a história da filosofia. Exemplifiquemos com alguns fragmentos de Heraclito.

§ 98 *Um fragmento deste autor* [274] *afirma que «a doença torna a saúde agradável e boa»* [275]*. Ora, atendendo ao conteúdo semântico do vocábulo* νοῦσος *«doença», podemos postular uma proposição subjacente*

(1) Νοῦσος κακόν ἐστιν «a doença é uma coisa má»;

---

[273] Woods-Irvine, *ibid.*

[274] B 111 DK (= 201 Kirk-Raven-Schofield): Νοῦσος ὑγιείην ἐποίησεν ἡδὺ καὶ ἀγαθόν…

[275] Trad. de Louro da Fonseca. — O fragmento ainda comporta mais dois sintagmas, que omitimos para simplificar.

substituindo (1) *no texto de Heraclito obteremos*

> (2) Κακὸν ἐποίησε ὑγιείην (ἡδὺ καὶ) ἀγαθόν «uma coisa má torna a saúde uma coisa (agradável e) boa»,

o que em última análise acabará por dar como resultado

> (3) Κακὸν (νοῦσος) ἐποίησεν ἀγαθόν (ὑγιείην) «uma coisa má (a doença) produz uma coisa boa (a saúde)»,

ou seja,

> (4) Κακόν ἐστιν ἀγαθόν «uma coisa má *(acaba por ser)* uma coisa boa».

Num outro fragmento [276] *podemos ler o seguinte:*

> *A água do mar é a mais pura e a mais poluída; para os peixes é potável e salutar, mas para os homens é impotável e deletéria.* [277]

---

[276] B 61 DK (= 199 Kirk-Raven-Schofield).

[277] Θάλασσα ὕδωρ καθαρώτατον καὶ μιαρώτατον, ἰχθύσι μὲν πότιμον καὶ σωτήριον, ἀνθρώποις δὲ ἄποτον καὶ ὀλέθριον (trad. de Louro da Fonseca). Lit., a tradução seria: «o mar é a água mais pura e a mais poluída, etc.».

Se esquecermos por agora a segunda parte do fragmento e substituirmos por letras os termos que na primeira parte servem de sujeito e de predicados, obteremos:

(1) Θάλασσα (x) é a (água) mais pura (y — καθαρώτατον) e a (água) mais poluída (z — μιαρώτατον);

mas se repararmos que o adjectivo μιαρώτατον (z) *é antónimo de* καθαρώτατον (y)*, poderíamos representá-lo por* ~y (*em vez de* z)*, e assim a proposição* (1) *daria lugar a esta outra:*

(2) x (θάλασσα) é (simultaneamente) y e ~y [278].

É a resultados como o que acabámos de obter que Woods-Irvine chamam «usos patológicos» da linguagem. Tais «patologias» são facílimas de ocorrer quando nas proposições usadas o operador lógico empregado é o operador de negação [279]*, dada a tendência das línguas*

---

[278] É evidente que a anexação da segunda parte da frase desfaz a contradição que existe no facto de um dado sujeito ser dotado de dois atributos antónimos pelo motivo de esses atributos serem acidentais e de natureza relativa (um é válido para os peixes, o outro, para os homens), mas isso não invalida que o primeiro membro afirme exactamente o que dissemos: que «x é ao mesmo tempo y e ~y».

[279] V. para uma primeira abordagem Blanché, 1968, pp. 40-43.

naturais para colocá-lo junto do verbo; especialmente perigosa é a colocação junto de um atributo ou de um complemento directo, dada a ambiguidade da informação transmitida por esse uso linguístico [280]. *E dizemos «perigosa» porque pode dar, e fá-lo com frequência, a sensação de que os dois termos opostos pelo operador de negação têm o mesmo estatuto ontológico apenas pelo facto de terem o mesmo estatuto linguístico.*

---

[280] Isto não tem nada a ver com o «valor de verdade» da proposição em que essa negação figura; em termos simbólicos esse valor é o mais fácil de obter, dado que, logicamente, se uma proposição *p* é verdadeira, a negação de *p*, ou seja, *~p* (leia-se «não p»), é sempre falsa, e vice-versa. Note-se, no entanto, que em termos de informação uma proposição negativa é bastante parca: por exemplo, enquanto a proposição *Aristóteles é grego* transmite uma informação perfeitamente clara, a sua negação *Aristóteles não é grego* deixa-nos na ignorância quase total acerca da nacionalidade de Aristóteles. Por outro lado ainda temos a considerar aqueles casos em que a negação está linguisticamente representada por algum prefixo negativo, ainda que essa representação não seja explícita: pensemos naqueles casos, que Aristóteles analisa, de termos opostos segundo a «posse» (ἕξις) ou a «privação» (στέρησις) de um determinado atributo, como é o caso de τυφλότης «cegueira» que se opõe a ὄψις «visão» pelo facto de o primeiro denotar uma αἴθησις «sensação», enquanto o segundo denota uma «ausência de sensação», ἀναισθησία (com o prefixo negativo ἀν-).

§ 99 *Suponhamos agora, na sequência do que acabámos de ver, a oposição radical que Parménides estabelece entre «ser» e «não ser» (ou «nada»), por exemplo:*

1) ἔστι γὰρ εἶναι/μηδὲν δ᾽ οὐκ ἔστιν «existe (o) ser, mas não existe (o) nada» [281];
2) ἄκριτα φῦλα,/οἷς τὸ πέλειν τε καὶ οὐκ εἶναι ταὐτὸν νενόμισται/κοὐ ταὐτόν «hordas sem discernimento, que julgam que ser e não ser são e não são a mesma coisa» [282];
3) ταύτηι δ᾽ ἔπι σήματ᾽ ἔασι/πολλὰ μάλ᾽, ὡς ἀγένητον ἐὸν καὶ ἀνώλεθρόν ἐστιν,/οὖλον μουνογενές τε καὶ ἀτρεμὲς ἠδὲ τέλειον «neste caminho há indícios em grande número de que o que é ingénito e imperecível existe, por ser completo, de uma só espécie, inabalável e perfeito» [283].

---

[281] Fr. 6 DK, vv. 1-2, cf. n. 271.

[282] Fr. 6 DK, vv. 7-9 (= 293 Kirk-Raven-Schofield) (trad. de Louro da Fonseca).

[283] Fr. 8 DK, vv. 2-4 (= 295 Kirk-Raven-Schofield) (trad. Louro da Fonseca); cf. a trad. de E. Heitsch, *o. c.*, p. 25: «Und auf ihm (= o caminho do Ser) gibt es sehr viele Zeichen, sofern Seiendes ungeworden und ohne Vernichtung ist, ganz, einzig, ohne Schwanken und in sich vollendet.»

§ 100 *Da consideração em paralelo dos fragmentos citados de Heraclito, por um lado, de Parménides, por outro, depressa se conclui pela incompatibilidade entre o pensamento de um e o do outro filósofo. Segundo Cassirer, «a lógica inicia-se com a admiração, com o «espanto» filosófico perante a possibilidade de o pensamento puro ter a capacidade de estabelecer identidades e de se manter duradouramente agarrado a elas»* [284]*; ora, como compatibilizar um pensamento que afirma com a maior veemência a inconstância do mundo* [285] *e um outro, o de Parménides e Zenão de Eleia, que privilegia a permanência imutável do Ser? Ainda de acordo com Cassirer, o pensamento eleático surge para combater o «devir» heraclitiano, e ao fazê-lo constitui «o começo histórico e o tema sistemático da lógica». Para os Eleatas, o «Ser» coincide com o «Pensar», «na medida em que aquilo*

---

[284] Cassirer, *Wesen und Wirkung…*, p. 204.

[285] Recorde-se o famoso fr. 12 DK (= 214 Kirk-Raven-Schofield) de Heraclito: ποταμοῖσι τοῖσιν αὐτοῖσιν ἐμβαίνουσιν ἕτερα καὶ ἕτερα ὕδατα ἐπιρρεῖ «para os que entrarem nos mesmo rios, outras e outras são as águas que por eles correm…» (trad. de Louro da Fonseca), e os comentários de Platão («Heraclito diz algures que tudo está em mudança e nada permanece imóvel, e, ao comparar o que existe com a corrente de um rio, diz que se não poderia penetrar duas vezes no mesmo rio») e de Aristóteles («afirmam alguns, não que algumas coisas que existem estão em movimento, e outras não, mas que tudo está em constante movimento, se bem que tal facto escape à nossa percepção») a respeito dessa ideia heraclitiana (v. Kirk-Raven-Schofield, *o. c.*, p. 202; as traduções dos passos citados são de Louro da Fonseca).

que o Ser 'é', o que ele, segundo a sua essência, significa, unicamente é apreensível por meio do pensamento e apenas neste encontra a sua comprovação; inversamente, não pode haver pensamento que não se relacione com um ente, bem determinado e unívoco, que constitua o seu objecto»; mais, para os Eleatas «o pensar não foi feito para apreender o devir, não o pode sequer conceber, pelo contrário, tem de o negar e rejeitar como algo contraditório em si mesmo», sendo à luz deste facto que se deveriam entender os paradoxos de Zenão sobre o movimento, isto é, a finalidade destes consistiria em destruir de uma vez por todas a possibilidade de admitir «a ideia de uma 'verdade' do devir» [286].

§ 101 *A ideia do devir seria, também de acordo com Cassirer, inaceitável para Platão: admitir que nada permanece igual a si mesmo significa admitir também que não pode haver conhecimento* (ἐπιστήμη) *das coisas, mas apenas uma vaga impressão acerca delas, ou seja, o que Platão denomina como «opinião»* (δόξα) *ou «crença»* (πίστις) [287].

---

[286] Cassirer, *o. l., ibid.* Cf. a opinião de Woods-Irvine, *Handbook…*, p. 29: «For Heraclitus, the world turns out to be thoroughly inconsistent (or, as modern logicians would say, absolutely inconsistent) while for Parmenides the world turns out to be thoroughly indeterminate (or, as modern logicians would say, non-truth-valued).»

[287] V. Cassirer, *o. l.*, p. 205. A admissão do devir implicaria ainda, naturalmente, a impossibilidade para Platão de construir a «teoria das Formas», uma vez que todo o verdadeiro pensamento não é senão o pensamento das Formas, e estas são imutáveis e eternas.

§ 102 *Sendo estas duas «grandes metafísicas patológicas do mundo antigo», em última análise, consequência apenas (ou fundamentalmente) de um uso deficiente da linguagem, não é difícil compreender que, para ultrapassar a dicotomia* ser ↔ não ser *e tentar alcançar a «verdade», é imprescindível proceder a uma consideração atenta do funcionamento da linguagem, dado que sem conhecer correctamente as potencialidades do instrumento nunca será possível obviar às suas defeituosas utilizações. Chegamos, deste modo, a uma forma de pensamento, iniciada com Platão e Aristóteles mas que ganhou grande relevo no século passado, em que de alguma forma «filosofia» e «linguagem», consideradas em íntima correlação* [288]*, ocupam o centro das atenções.*

---

[288] A correlação entre filosofia e linguagem pode verificar-se segundo duas modalidades distintas, denominadas «filosofia linguística» e «filosofia da linguagem». Sobre as diferenças entre estes dois modos de encarar as relações entre filosofia e linguagem, v. J. Searle, *Speech Acts*, p. 4: «*Linguistic philosophy* is the attempt to solve particular philosophical problems by attending to the ordinary use of particular words or other elements in a particular language. *The philosophy of language* is the attempt to give philosophically illuminating descriptions of certain general features of language, such as reference, truth, meaning, and necessity […] 'Linguistic philosophy' is primarily the name of a *method;* 'the philosophy of language' is the name of a *subject*.»

§ 103 *Para além da Filosofia, e nomeadamente da Lógica, não podemos esquecer que outras disciplinas também se interessam pela questão do funcionamento da linguagem, como sejam a Retórica, a Epistemologia, a Gramática* [289]*, as quais, em conjunto, dão todas elas o seu contributo para o que M. Frede chama a «lógica estóica», que é a primeira grande corrente filosófica a interessar-se pela lógica depois de Aristóteles* [290]*. Frede, a quem se deve o mais importante estudo de conjunto sobre a obra lógica, em sentido muito lato* [291]*, de Zenão, Crisipo e dos outros estóicos, iniciou o seu trabalho por eliminar dos textos todos aqueles fragmentos cujo conteúdo diz respeito a essas outras áreas acima mencionadas. Após este procedimento obtém uma lista dos tópicos de tema estritamente lógico, que numeramos e reproduzimos:*

1) doutrina dos géneros e das espécies;
2) doutrina da diérese e da definição;

---

[289] Estas três disciplinas são referidas por M. Frede, *Die stoische Logik,* p. 10; com base na produção escrita de Aristóteles, deveríamos acrescentar à lista a Poética.

[290] V. M. Kneale-M. Kneale, *O Desenvolvimento da Lógica,* pp. 115 e segs.

[291] Neste sentido muito lato, a «lógica estóica» abrangia também, pelo menos, a gramática e a retórica, cf. Michael Frede, «Principles of Stoic Grammar», *in* J. M. Rist, *The Stoics,* 1978, pp. 27 e segs.; A. A. Long, «Dialectic and the Stoic Sage», *ibid.,* pp. 101 e segs.; A. A. Long, *Hellenistic Philosophy,* pp. 121 e segs.

3) investigação dos diversos tipos de expressão do sujeito e predicados;
4) teoria do significado das expressões linguísticas;
5) investigações sobre os tipos de polissemia nas expressões;
6) doutrina das diversas coisas que podem ser explicitadas por meio de frases (perguntas, desejos, suposições, ordens, juramentos, etc.);
7) doutrina da proposição, das suas espécies e das condições de verdade das diversas espécies de proposições;
8) teoria da conclusão, inserida numa teoria do silogismo;
9) investigações sobre as falsas conclusões [292].

§ 104 *Como podemos verificar, todos estes tópicos, com maior ou menor relevo, podem ser encontrados em um ou outro dos textos do* Órganon [293]. *Alguns deles são, de facto, de ordem especificamen-*

---

[292] M. Frede, *o. l.,* p. 11.

[293] M. Frede, *ibid.,* n. 1, chama a atenção para a falta, nesta lista, de qualquer referência às categorias, e explica essa falta pela circunstância de a inclusão no *Órganon* do opúsculo das *Categorias* somente ter sido feita pelos peripatéticos tardios (*i. e.,* pelos comentadores de Aristóteles, como

te lógica, como os pontos 1) e 2), de importância também dialéctica, que como tal recebem tratamento nos Top., *outros cabem melhor nas* SE *ou nos* Anal., *outros ainda, de ordem mais acentuadamente linguística, são referidos, dispersos, em vários dos textos do* Órganon. *Assim, por exemplo, os pontos 4) e 5) tratam de problemas que cabem na área da semântica ou, eventualmente, da pragmática, enquanto o ponto 6) tem tudo a ver com a teoria dos «actos de fala» estudados nas obras de J. L. Austin e de J. Searle.*

§ 105 *Um factor a ter em conta como possível causa de alguma perturbação é a necessidade de discernir cuidadosamente as situações em que Aristóteles fala de palavras e aquelas em que se refere às coisas denotadas pelas palavras. Tal é o caso, para que chamámos a atenção devida nas notas ao texto, da não coincidência entre o uso moderno de termos como* homonímia, sinonímia *e* paronímia *e o uso que Aristóteles deles faz* [294]: *enquanto hoje dize-*

Alexandre, Simplício, etc.). A verdade é que os Estóicos criaram uma teoria própria de «categorias», não em número de dez, como Aristóteles, mas de apenas quatro, v. Long, 1974, pp. 160 e segs., Rist, 1969, pp. 152 e segs. («Categories and their Use»); v. os textos pertinentes em *SVF*, II, frs. 376 e segs.; 399-404.

[294] Essa não coincidência é tanto mais de notar porquanto os termos portugueses não passam de decalques das formas gregas correspondentes.

mos, u. g., *que são «sinónimas» duas ou mais* palavras *que partilham a mesma referência, para Aristóteles são antes «sinónimas» duas ou mais* coisas *diferentes que partilham o mesmo nome e o mesmo enunciado explicativo (como «homem» e «boi», ambos compreendidos no mesmo termo «animal»; este caso é visível, conforme o exemplo, no caso dos termos que designam «espécies» constitutivas de um mesmo «género»).*

Analisarmos em pormenor todas as situações que ocorrem no texto de Aristóteles, nos Top., *obviamente, mas não apenas neles, em que de alguma forma são aflorados problemas que têm a ver com «filosofia linguística», em alguns casos, ou com «filosofia da linguagem», em outros, seria uma tarefa que alargaria até limites incomportáveis este texto. Limitar-nos-emos por conseguinte a uma enumeração dos diversos tópicos relacionados com a questão da linguagem que encontraram o seu lugar no texto aristotélico.*

Assim, e sem preocupações de sistematização, mencionaremos:

§ 106 — *a análise das classes gramaticais do nome e do verbo, com que se inicia o tratado* de int., *questão de fundamental importância para uma língua indo-europeia como o grego, em que existe uma nítida separação entre os paradigmas morfológicos do nome e do verbo; a separação não se limita ao facto de uma mesma categoria gramatical* (u. g., *a categoria de «número»*) *ter uma expressão diferente nos dois paradigmas, ou poder ter expressão num deles mas não no outro* (e. g., *a categoria de «género» tem em geral expressão morfológica no nome, ao passo que no verbo apenas se dá no caso dos parti-*

cípios), *mas verifica-se ainda a propósito de certos traços semânticos, como seja a ausência de expressão da categoria «tempo» no nome, em contraste com a sua presença no verbo* [295];

§ 107 — *a forma de predicação com um verbo flexionado, e a sua equiparação à predicação nominal com introdução da cópula verbal* «é», *à qual é cometida a tarefa de expressar as categorias de tempo, modo, e pessoa gramatical;*

§ 108 — *o problema da metáfora, uma fonte, segundo Aristóteles, de inúmeras ambiguidades linguísticas, independentemente do seu eventual valor poético, mas cujo emprego atravessa todos os níveis de língua, todas as situações de relacionação humana a ponto de poder dizer-se que sem a metáfora seria impossível a comunicação* [296];

---

[295] V. em *de int.* 16a19.21 a definição de «nome»: ὄνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην ἄνευ χρόνου, ἧς μηδὲν μέρος ἐστὶ σημαντικὸν κεχωρισμένον «o nome é uma voz [= uma expressão sonora feita com a voz] dotada de significação, de natureza convencional, sem expressão de tempo, e da qual nenhuma parte é, isoladamente, portadora de significado». Uma análise feita com este pormenor denota no seu autor grande capacidade de observação e de discernimento na detecção dos elementos fundamentais da estrutura linguística.

[296] A este propósito mereceria uma reflexão a leitura, em paralelo com a dos textos do Estagirita, do ensaio de Nietzsche intitulado «Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne» (in *Die Geburt der Tragödie u. s. w.*, pp. 873-890).

§ 109 — *a significação verbal e o problema da existência: ao referir a possibilidade de existirem na língua termos que não tenham qualquer referente no mundo real (o exemplo aduzido por Aristóteles é o do «animal» chamado* τραγέλαφος, *lit.* «bode-cervo», *criatura que apenas existe no mesmo mundo em que se encontram os Centauros, as Sereias, as Esfinges, e mil outras criaturas míticas de todos os tempos e lugares) o Filósofo levanta um dos problemas mais discutidos da teoria semântica, o conceito, precisamente, de significação, e a sua relação com o conceito de referência (ao mundo real)* [297];

§ 110 — *a estrutura da língua grega, as categorias aristotélicas e a sua relevância para a teoria da linguagem ou para a filosofia* [298];

---

[297] V. Charles Morris, 1964, cap. 1: «Signs and the Act» (pp. 1-15); como análise da linguagem a título de prática social encontram-se observações sobre aspectos da significação, da aquisição do significado das palavras por quem aprende uma língua (uma criança, um estrangeiro), em Quine, *Word and Object*, v. em especial os caps. I, II e IV.

[298] Já anteriormente, no § 9, tivemos ocasião de fazer algumas observações sobre a hipótese de a teoria das categorias ser um reflexo de aspectos estruturais da língua grega; às indicações bibliográficas então dadas, acrescente-se E. Cassirer, *Philosophie der symb. Formen*, pp. 66, 218--219. Quanto à relevância filosófica das «categorias», v. a sua contestação na *Logique de Port-Royal*, pp. 78-79: «Voilà les dix Catégories d'Aristote, dont on fait tant de mysteres, quoiqu'à dire le vrai ce sont une chose de soi très-peu utile, & qui non seulement ne sert guere à former le jugement, ce qui est le but de la vraie Logique, mais qui souvent y nuit beaucoup

§ 111 — *definição de* ὄνομα *em* de int. *16a19-21: «O nome é uma voz* [299] *com uma significação* [300] *convencional* [301]*, sem expressão do tempo* [302]*, e de que nenhuma parte isoladamente significa o que quer que seja», com a explicitação dada um pouco adiante (16a26-28) de que «o ser convencional* [303] *quer dizer que de entre os nomes ne-*

---

pour deux raisons qu'il est important de remarquer»; essas razões são, (1) o seu convencionalismo («c'est une chose tout arbitraire»), (2) o facto de que o estudo das Categorias «accoutume les hommes à se payer de mots, & à s'imaginer qu'ils savent toutes choses, lorsqu'ils ne connoissent que des noms arbitraires, qui n'en forment dans l'esprit aucune idée claire et distincte…»

[299] Φωνή, lit. «voz», ou seja, uma sequência de sons produzida pelos órgãos fonadores do homem (não esquecendo que os vários componentes do aparelho fonador são órgãos que têm por função primeira outra, que não a de servir para a produção da fala).

[300] Σημαντική.

[301] Κατὰ συνθήκην.

[302] Ao contrário do que sucede com o verbo.

[303] Τὸ δὲ κατὰ συνθήκην. A noção de «convenção» implica a ideia de que é o tácito acordo dado pela comunidade a um determinado significado linguístico que permite a comunicação; esta ideia corresponde, com algumas especificações, àquela que Stanley Fish designa por «comunidade interpretativa» e aplica à interpretação dos textos, literários, ou outros (v. S. Fish, *Is there a text in this class?*, especialmente os ensaios n.os 13 — «Is there a text in this class?» e 14 — «How to recognize a poem when you see one»).

nhum há que signifique alguma coisa por natureza [304]*, mas apenas quando é usado como símbolo»* [305]*, que antecipa notavelmente a conhecida ideia de Saussure sobre o que este chama* l'arbitraire du signe [306]*;*

§ 112 — *o conceito de* λόγος *«frase declarativa» e outros «actos de linguagem»; em* de int. *17a1-4 o Filósofo escreveu:* ἀποφαντικὸς (*scil.* λόγος) δὲ οὐ πᾶς, ἀλλ᾽ ἐν ᾧ τὸ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὑπάρχει· οὐκ ἐν ἅπασι δὲ ὑπάρχει, οἷον ἡ εὐχὴ λόγος μέν, ἀλλ᾽ οὔτ᾽ ἀληθὴς οὔτε ψευδής *«Nem toda a frase é declarativa, mas apenas aquela que pode dizer-se verdadeira ou falsa, coisa que não se verifica em todas elas, por exemplo, uma 'prece' é uma frase, mas não pode dizer-se nem verdadeira nem falsa.»* [307] *Esta observação basta para comprovar que alguns séculos antes de Austin, e outros, já Aristóteles se havia dado conta da existência de alguns verbos, a que*

---

[304] Φύσει.

[305] Ἀλλ᾽ ὅταν γένηται σύμβολον.

[306] Saussure, *Cours,* 1955, p. 100: «Le lien unissant le signifiant au signifié est arbitraire, ou encore, puisque nous entendons par signe le total résultant de l'association d'un signifiant à un signifié, nous pouvons dire plus simplement: *le signe linguistique est arbitraire.»*

[307] Isto é, uma «prece», tal como uma «ordem», uma «súplica», uma «pergunta», etc., embora sendo uma «frase», carece de «valor de verdade». Dito de outro modo, é uma daquelas «coisas» («things») que, segundo Austin, 1962, as pessoas podem «fazer» com as palavras.

hoje chamamos «performativos», que se distinguiam dos demais por um certo comportamento lógico-semântico;

§ 113 — *por outro lado a menção da «prece» como um tipo especial de frase, insusceptível de atribuição de valor de verdade, mostra que Aristóteles tinha perfeita consciência das diferentes funções que a linguagem pode ser chamada a desempenhar. Por isso mesmo limitou a sua análise às proposições declarativas, únicas que podem ser verdadeiras ou falsas, isto é, àquele tipo de frases que, na terminologia de Karl Bühler, têm uma função «representativa» da realidade, a par das duas outras funções, a «expressiva» (centrada sobre as emoções do emissor) e a «apelativa» (dirigida ao receptor, sob forma de apelo, ordem, etc., cujo comportamento se procura influenciar)* [308];

§ 114 — *conquanto Aristóteles não tenha feito nos* Top. *nenhuma descrição elaborada da sua concepção do «ser» como susceptível*

---

[308] Karl Bühler, *Teoría del lenguaje*, 1967, pp. 69 e segs. É bem conhecido o modo como Roman Jakobson («Closing Statement», 1966, pp. 350--377) ampliou este esquema, introduzindo a par das três funções de Bühler (a que chama «referencial», «emotiva» e «conativa», respectivamente) outras três, a «poética», centrada sobre o aspecto «estético» da mensagem, a «fáctica», em que inclui aquelas fórmulas, ou interjeições, por meio das quais os interlocutores asseguram a existência de contacto comunicacional entre si, e a «metalinguística», centrada sobre a estruturação do código empregado pelos falantes, ou seja, sobre as características da língua que utilizam no acto de comunicação.

de ser considerado sob duas modalidades, a de «ser em potência» (δυνάμει) *e a de «ser em acto»* (ἐνεργείᾳ), *não podemos negar que, quando os redigiu, já tinha delineada no espírito essa concepção, como podemos verificar em* Top. *146b13-19. Até que ponto teria o Filósofo reflectido sobre a possibilidade de aplicar essa sua ideia à natureza da linguagem? Não o poderemos saber de certeza certa, mas cremos que a oposição* δύναμις ↔ ἐνέργεια *pode dar correctamente conta da dicotomia saussuriana entre «langue» e «parole», a primeira entendida como «à la fois un produit social de la faculté du langage et un ensemble de conventions nécessaires, adoptées par le corps social pour permettre l'exercice de cette faculté chez les individus»* [309], *«un trésor déposé par la pratique de la parole dans les sujets appartenant à une même communauté, un système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau, ou plus exactement dans les cerveaux d'un ensemble d'individus; car la langue n'est complète dans aucun, elle n'existe parfaitement que dans la masse»* [310], *ou seja, a* língua *é um «ser em potência» que apenas se actualiza em virtude de «un acte individuel de volonté et d'intelligence»* [311], *que consiste na «somme de ce que les gens disent, et elle comprend: a) des combinaisons indi-*

---

[309] F. de Saussure, *Cours*, p. 25.
[310] *Id., o. l.*, p. 30.
[311] *Id., ibid.*

viduelles, dépendant de la volonté de ceux qui parlent, b) *des actes de phonation également volontaires, nécessaires pour l'exécution de ces combinaisons*» [312].

Uma distinção ao mesmo tempo diferente e similar é a que N. Chomsky estabeleceu entre a dupla estrutura de toda a frase de qualquer língua, uma estrutura «profunda», que corresponde, mutatis mutandis, *ao nível abstracto, virtual, da* «langue» *de Saussure, existente apenas na mente de cada falante da língua, e uma estrutura «superficial», concreta, realização fónica efectiva da frase pelo falante, semelhante à* «parole» *do linguista suíço* [313]; *a estrutura profunda situa-se ao nível do que o mesmo Chomsky apelida de* «compétence», *enquanto a superficial diz respeito à* «performance», *à realização concreta do acto de fala* [314];

§ 115 — *muito poderia dizer-se também acerca das relações entre análise da linguagem e dialéctica, por exemplo notar-se os limites da dialéctica como forma de atingir as* ἀρχαί, *os «princípios», aquelas*

---

[312] *Id., o. l.,* p. 38.

[313] V. Noam Chomsky, *Lingüística cartesiana,* pp. 75 e segs. («Estructura profunda y superficial»).

[314] N. Chomsky, *Aspects,* 1971, p.13: «Nous établissons […] une distinction fondamentale entre la *compétence* (la connaissance que le locuteur-auditeur a de sa langue) et la *performance* (l'emploi effectif de la langue dans des situations concrètes).» Sobre a semelhança entre as concepções de Chomsky relativamente às de Saussure, v. *o. c.,* p. 14.

proposições «verdadeiras e primordiais» que fazem de um «silogismo» uma «demonstração» (ἀπόδειξις) [315], *dado que, mais modestamente, a dialéctica aristotélica contenta-se com proposições apenas* ἔνδοξοι. *Pode argumentar-se, em sentido favorável, com J. Woods e A. Irvine* [316], *que a dialéctica «is an indispensable instrument of negative knowledge, of the discovery of what is not the truth», e nesta medida poderá ser aproximada do critério «negativo» proposto por Popper da «falsifiability» das teorias científicas* [317]. *Mas pode também argumentar-se, em sentido desfavorável, que, uma vez que nos debates dialécticos o diálogo entre os intervenientes está longe de ser travado em condições ideais* [318], *nada impede que o referido diálogo, em lugar de produzir resultados cientificamente correctos, seja afinal um meio de prosseguir inconfessáveis interesses pessoais, eticamente reprováveis, dando ilusoriamente a aparência de se movimentar na mais estrita*

---

[315] *Top.* 100a27-28.

[316] *Handbook of the History of Logic*, p. 33, n. 12.

[317] Karl R. Popper, *The Logic of Scientific Discovery*, p. 41: «I shall not require of a scientific system that it shall be capable of being singled out, once and for all, in a positive sense; but I shall require that its logical form shall be such that it can be singled out, by means of empirical tests, in a negative sense: it must be possible for an empirical scientific system to be refuted by experience» (v. ainda o cap. IV desta obra, intitulado «Falsifiability»).

[318] J. Habermas, citado em R. Bubner (v. n. seguinte), pp. 79-80.

racionalidade [319]. *É um risco que se corre sempre que se utiliza a linguagem; já Hesíodo, ao falar desse uso privilegiado das palavras que é a poesia, atribuía às Musas estes versos bem significativos:*

> ἴδμεν ψεύδεα πολλὰ λέγειν ἐτύμοισιν ὁμοῖα,
> ἴδμεν δ', εὖτ' ἐθέλωμεν, ἀληθέα γηρύσασθαι,

«sabemos dizer muitas mentiras parecidas com a realidade, mas sabemos também, se o quisermos, proclamar a verdade» [320].

---

[319] V. R. Bubner, *Modern German Philosophy*, pp. 79 e segs. (em especial pp. 82-83).

[320] Hesíodo, *Teogonia*, vv. 27-28 (citamos da ed. Merkelbach-West, dos Oxford Classical Texts). Mais perto de nós, e partindo da constatação de que «*from our first historical sources we discover that rhetoric* [o que se diz da retórica é aplicável à dialéctica, dado que ambas são duas faces da mesma moeda, *Rhet.* 1354a1] *has always been controversial, both as to what it really is and what values it serves*», Binder-Weisberg, *Literary Criticism of Law*, pp. 299 e segs., verificam que continua a fazer-se sentir a oposição entre a que poderíamos chamar a «boa retórica» e a que sem dúvida não pode deixar de ser vista como a «má retórica», sempre grave como forma de manipulação das massas, mas especialmente grave actualmente, se tivermos em conta o poder dos meios de comunicação social existentes, sem já falar na sua concentração num número cada vez mais restrito de grupos económicos também cada vez mais poderosos.

Tópica e Direito

§ 116 *Um aspecto interessante a referir, não pelo seu ineditismo, mas pelo facto de ter conhecido um grande desenvolvimento na segunda metade do século passado, diz respeito às relações da teoria dos* τόποι *com a teoria e a prática do Direito. Que tais relações não se iniciaram apenas no século* XX*, mostra-o a circunstância de no texto dos oradores áticos figurarem numerosos «tópicos», por vezes até com alguma ascendência considerável, que depois passaram para a oratória latina, medieval e moderna, além de terem sido detectados, comentados e classificados pelos mestres de retórica de todos os tempos. A título de exemplo recordamos o* τόπος *da «inexperiência» do orador como forma de captar a benevolência dos juízes a que fizemos referência no § 43.*

§ 117 *A «tópica» aristotélica veio a ser, depois de um longo período de esquecimento* [321]*, reivindicada por Theodor Viehweg como*

---

[321] Recorde-se que os *Top.* aristotélicos têm sido até há pouco tempo objecto de um certo menosprezo por parte de filósofos e historiadores da filosofia, por um lado por se contentar com a «verosimilhança», em vez de procurar alcançar a «verdade», por outro, por, embora fazendo parte dos textos lógicos de Aristóteles, não ter alcançado um grau de formalização da lógica similar ao que o Filósofo realizou nos *Anal.* Por outras palavras, independentemente da razão (ou da falta dela), os *Top.* são em geral tidos por uma obra menor do Estagirita e, consequentemente, relegados para segundo plano.

instrumento para contrabalançar o primado do direito positivo e da metodologia lógico-dedutiva da respectiva aplicação [322], *num movimento em que tem como associada a «nova retórica» de Ch. Perelman como reacção contra a presença excessiva da lógica na área do jurídico* [323]. *Antes, porém, de referirmos, com a concisão possível, em que consiste o que costuma chamar-se hoje a «tópica jurídica», necessitamos de esclarecer um ponto prévio: precisamente o que deve entender-se por «tópica», entendido este termo como significando «teoria dos* τόποι*».*

---

[322] Sobre as ideias de Viehweg, cf. infra §§ 123 e segs.

[323] Cf. Perelman, *Ética e Direito,* p. 424: «a obra de lógico empreendida por Aristóteles não se limita aos *Primeiros Analíticos,* e o *Organon* comporta, além das obras consagradas às provas analíticas, as que examinam longamente as provas dialécticas e que são da esfera de uma teoria da argumentação. Um bom número de historiadores da lógica, que este facto incomoda um pouco, usa a escapatória de considerar os *Tópicos* como uma obra de juventude, superada pelos trabalhos ulteriores de Aristóteles. Mas esta última afirmação nunca foi a do próprio Aristóteles, que concedia às provas dialécticas um papel específico que é impossível ser desempenhado apenas com a ajuda de provas analíticas.» Um pouco adiante o mesmo A. acrescenta: «Ao querer reduzir a lógica à lógica formal, tal como ela se apresenta nos raciocínios demonstrativos dos matemáticos, elabora-se uma disciplina de uma beleza e unidade inegáveis, mas menospreza-se inteiramente a maneira como os homens raciocinam para chegar a uma decisão individual ou colectiva» (*o. l.,* p. 425).

§ 118 *Quando se empregam hoje termos como* tópos, tópico, tópica *(no sentido do parágrafo anterior), e outros da mesma área vocabular, devemos ter presente que estes termos chegaram até nós a partir de duas classes de textos: por um lado os textos de Aristóteles (de natureza lógica, filosófica, e também retórica), por outro lado os textos de Cícero (em parte de natureza teórica, seja retórica ou filosófica, mas em parte também de natureza prática: os discursos por ele produzidos como político ou como advogado). Ao remetermos, portanto, para a Antiguidade Clássica a origem da teoria dos* τόποι *devemos ter em conta que estamos perante, não uma herança comum greco-latina, mas* duas heranças distintas, a grega (Aristóteles), *de que recebemos os termos acima mencionados* e a latina (Cícero), *de que subsiste no uso corrente a expressão, de conotação hoje negativa, «lugar-comum» (versão do latim* locus communis, *sem qualquer conotação pejorativa).*

Sobre o que significava para Aristóteles o vocábulo τόπος *já nos pronunciámos* [324]. *Vejamos agora como entende Cícero a expressão latina mencionada, e que é a tradução literal do grego* κοινὸς τόπος.

§ 119 *Num texto teórico oriundo da área da retórica, cujo título coincide em absoluto com o de Aristóteles,* Topica, *o orador, a pedido de um amigo em cuja companhia visita a biblioteca da sua*

---

[324] Para entender o que é para o Estagirita um τόπος recomenda-se a releitura do livro I dos *Top.* e dos §§ 40-51 da presente «Introdução».

casa de campo [325], *explica-lhe que nos* Top. *do Estagirita* disciplina[.] inueniendorum argumentorum, ut sine ullo errore ad ea ratione et uia perueniremus, ab Aristotele inuenta[.] illis libris contine[tur] [326]. *Um pouco adiante, já no contexto da exposição da matéria, Cícero recorre a uma metáfora para tornar claro o que são esses* loci, *ou* τόποι, *e qual a sua finalidade:* Vt igitur earum rerum quae absconditae sunt demonstrato et notato loco facilis inuentio est, sic, cum peruestigare argumentum aliquod uolumus, *locos nosse debemus;* sic enim, appellatae ab Aristotele sunt eae quasi sedes, e quibus argumenta promuntur [327].

§ 120 *Para entender convenientemente em que aspecto a concepção de Cícero se distingue da de Aristóteles é imprescindível relacionar as exposições do teórico com a prática do orador.*

---

[325] Curiosamente, esse amigo é um conhecido jurista, *C. Trebatius Testa*, cuja carreira profissional decorreu das últimas décadas do século I a. C. até à primeiras do século I da nossa era.

[326] Cícero, *Topica,* I/2: «Nestes livros está contida a teoria, concebida por Aristóteles, da descoberta dos argumentos, que nos permite chegarmos até eles por uma via racional sem o mímimo desvio.»

[327] Cícero, *Topica,* 2/7: «Assim como é fácil encontrar objectos enterrados desde que se assinale e identifique o lugar (onde estão), assim também, quando desejamos descobrir um argumento qualquer, devemos conhecer os seus 'lugares', já que foi este o nome que Aristóteles atribuiu a esses 'locais' donde são extraídos os argumentos.»

De uma forma sintética diremos que um discurso, u. g., *ciceroniano, obedece formalmente à seguinte estruturação:*

1) *um* exordium «*exórdio, proémio*» [328], *em que o orador procura captar a atenção do auditório;*
2) *a* narratio «*narração*», *ou exposição dos factos que se presumem ter acontecido;*
3) *a* diuisio «*divisão*», *parte em geral breve, em que o orador se limita a explicitar a planificação a que vai obedecer o discurso;*
4) *a* confirmatio «*comprovação*», *enumeração dos argumentos que sustentam a tese que o orador vai defender;*
5) *a* confutatio «*refutação*», *ou contestação dos argumentos aduzidos pelo adversário;*
6) *a* conclusio «*conclusão*», *também designada por* peroratio «*peroração*», *em que o orador resume as suas posições e termina com um apelo à benevolência dos juízes* [329].

---

[328] Termos sinónimos, no sentido actual do termo, que apenas se distinguem por o primeiro ser latino e o segundo ser grego (προοίμιον).

[329] Esta planificação encontra-se na chamada *Retórica a Herénio,* o primeiro tratado de retórica latino que chegou até nós, e que durante vários séculos correu como sendo da autoria de Cícero; o título em latim é *Ad C. Herennium de ratione dicendi* «Teoria da oratória, (dedicada) a Gaio

§ 121 *Em princípio qualquer destas partes pode ser objecto da inserção de* loci communes, *mas duas delas, o exórdio e a conclusão, são especialmente aptas para esse efeito.*

Consideremos como exemplo a conclusio [330], *a qual, segundo Cícero, pode revestir três modalidades:*

1) *a* enumeratio [331], *como que resumo da argumentação dispersa pelo conjunto do discurso; essa «enumeração» pode ser feita em seu nome pelo orador, mas pode igualmente ser atribuída a alguma personagem por ele introduzida para o efeito,* u. g., *o «legislador»:* si legis scriptor exsistat et quaerat… a nobis… *«se o legislador aparecer e… nos perguntar….»; pode ainda ser atribuída, sob a forma de «prosopopeia», a uma «coisa» (uma «lei», uma «cidade», um «monumento», etc.), recorde-se a «prosopopeia das leis» no final do* Críton [332];

Herénio.» Sobre o mesmo assunto, v. Aristóteles, *Retórica,* trad. de M. Alexandre Júnior *(et al.),* liv. III, caps. 13 (As partes do discurso) a 19 (O epílogo), pp. 277 e segs.

[330] A «conclusão» em si mesma, ou seja, o «tópico» de terminar o discurso sempre com um apanhado geral de toda a argumentação produzida, já é um *locus communis*.

[331] Cícero, *De inuentione,* I, 52/99-100.

[332] Platão, *Críton,* 50a e segs.

2) *a* indignatio «*indignação*», *definida por Cícero como uma* oratio, per quam conficitur ut in aliquem hominem magnum odium aut in rem grauis offensio concitetur [333]; *desta modalidade o orador enumera um elenco de 15* loci communes. *Por exemplo:*

> Quartus locus est, per quem demonstramus multos alacres exspectare, quid statuatur, ut ex eo, quod uni concessum sit, sibi quoque tali de re quid liceat, intellegere possint [334];
> Vndecimus locus est, per quem ostendimus ab eo factum, a quo minime oportuerit, et a quo, si alius faceret, prohiberi conuenerit [335];

---

[333] Cícero, *o. l.*, I, 53/100: «Um desenvolvimento oratório por meio do qual se desperta [no auditório] um grande ódio contra alguma pessoa ou uma séria rejeição de alguma coisa.»

[334] Cícero, *o. l.*, I, 53/102: «O quarto 'lugar(-comum)' é aquele que nos serve para mostrar como há muitos indivíduos ansiosamente à espera da sentença como forma de compreender, a partir do que foi decidido a propósito de outrem, qual o tratamento que podem esperar para si numa situação semelhante.»

[335] Cícero, *o. l.*, I, 54/104: «O undécimo 'lugar(-comum)' é aquele que nos serve para chamar a atenção para que o acto [que está a ser julgado] foi cometido por quem nós menos esperaríamos, por quem, se fosse cometido por outro, teria feito tudo para o impedir.»

3) *a* conquestio *«lamentação», que Cícero define como uma* oratio auditorum misericordiam captans [336]; *desta modalidade o orador enumera um elenco de 16* loci. *Por exemplo:*

> Quintus [locus est] per quem omnia ante oculos singillatim incommoda ponuntur, ut uideatur is, qui audit, uidere et re quoque ipsa, quasi adsit, non uerbis solum ad misericordiam ducatur [337];
>
> Nonus [locus est] per quem oratio ad mutas et expertes animi res referetur, ut si ad equum, domum, uestem, sermonem alicuius accomodes, quibus animus eorum, qui audiunt et aliquem dilexerunt, uehementer commouetur. [338]

---

[336] Cícero, *o. l.*, I, 55/106: «Um desenvolvimento oratório por meio do qual se procura obter a compaixão do auditório.»

[337] Cícero, *o. l.*, I, 55/107: «O quinto [«lugar-comum»] é aquele que nos serve para pôr individualmente o rol de todas as desgraças ante o olhar do auditório, de modo que este se não limite a ouvi-las, mas possa mesmo vê-las, e se deixe arrastar à compaixão pela própria situação, como se ela ali estivesse [à vista de todos].»

[338] Cícero, *o. l.*, I, 55/109: «O nono [«lugar-comum»] é aquele em que o discurso passa a ser assumido por entes inanimados e sem fala, como é

§ 122 *Desenvolvemos esta matéria com algum pormenor para deixar bem claro ao leitor como o «lugar-comum» ciceroniano, para além do termo que o designa, pouco ou nada tem de comum com o conceito aristotélico. Assim, enquanto o* τόπος *de Aristóteles é uma estrutura proposicional do tipo* S é P*, em que a cópula* é *representa as quatro formas de predicação estabelecidas pelo Filósofo, o* locus *ciceroniano corresponde na prática ao nosso conceito moderno de* tópico*, ou seja, «tema»,» motivo», embora tanto um como o outro mereçam a qualificação de* comum (communis, κοινός)*, o aristotélico por ser um esquema abstracto que pode servir para um número praticamente infinito de proposições, o ciceroniano porque pode ser utilizado num número indeterminado de casos susceptíveis de serem apresentados em tribunal.*

O locus communis *ciceroniano deve assim ser definido como um* desenvolvimento oratório*, uma* oratio*, e nunca uma simples proposição, e, menos ainda, um termo; aproxima-se do valor do* τόπος *aristotélico por ser um desenvolvimento que tem por base ideias gerais,* δόξαι*, que, precisamente por serem «gerais», podem entender-se como «geralmente aceites»* (ἔνδοξοι)*, como fórmulas que sintetizam* valores *característicos de uma certa comunidade. Essas ideias, além de serem «gerais» por serem de aceitação colectiva, são ainda empre-*

---

o caso quando se atribui a palavra a um cavalo, a uma casa, a um traje de alguém: por este meio consegue comover-se fortemente o espírito dos ouvintes que sabem o que significa gostar muito de alguma destas coisas.»

gadas em termos gerais, ou seja, numa grande diversidade de situações: sirva de exemplo um locus *usado por Cícero no discurso «em defesa da T. Ânio Milão», o desenvolvimento sobre o* direito de legítima defesa, *ou a justificação do assassínio político em circunstâncias particularmente graves no início da 1.ª Catilinária* [339].

§ 123 *Importa agora verificar se, quando nos anos 50 do século passado Theodor Viehweg advogou o emprego, pelos juristas, do que ele chama a «tópica jurídica», o que teve em vista foi a «tópica» aristotélica, a «tópica» ciceroniana, ou, eventualmente, um cruzamento das duas.*

Atentemos nas palavras de T. Viehweg:

> *O pensamento jurídico-dogmático tem principalmente uma* função social [340], *a qual deverá ser precisada, mas que é necessário nunca perder de vista quando se tratar de emitir algum juízo acerca dele. Tal função estrutura este pensamento e determina-o no seu desenvolvimento. Exige, além disto, por um lado* um núcleo conceptual estável e indiscutível *(dogma ou dogmas fundamentais) e, por ou-*

---

[339] Cícero, *Pro T. Annio Milone oratio*, 7-11; *in Catilinam oratio I*, 2-4. — Sobre os traços distintivos do «lugar-comum» segundo Cícero, v. F. Goyet, art. «Lieu commun», in *VOC*, pp. 723-724, que conclui a parte do artigo dedicada a Cícero dizendo que «*le* locus communis *cicéronien n'est en rien un synonyme du* topos *aristotélicien*» (p. 724).

[340] O destacado é da responsabilidade do A.

> *tro,* uma razoável flexibilidade de pensamento *(interpretabilidade, declinabilidade e discutibilidade) do núcleo conceptual a fim de* poder conservá-lo nas distintas e mutáveis situações. [341]

Parafraseando as palavras do jurista alemão, a filosofia do Direito, para além de fixar um conjunto de princípios de aceitação e validade geral, se possível, até, universal, deve mostrar uma capacidade de adaptação ao caso concreto, individual *ao qual é preciso «fazer justiça»: mais do que um direito codificado, quase poderia dizer-se, abstracto, Viehweg pronuncia-se por uma forma quase casuística do direito, um tanto à maneira daquele que os antigos Pretores romanos administravam.*

Para conseguir esse desiderato, Viehweg recorre ao conceito de «tópica», ou «pensamento tópico» [342]*, conforme pode ler-se um pouco adiante no mesmo volume:*

> *O sistema tópico está em permanente movimento. As suas respectivas formulações indicam meramente os está-*

---

[341] Traduzimos da versão espanhola de T. Viehweg, *Tópica y jurisprudencia,* pp. 101-102 (excepto o assinalado na nota precedente, todos os destacados são de nossa responsabilidade).

[342] Sobre a ligação da «tópica» de Viehweg à retórica, v. Perelman-Tyteca, *A Arte da Argumentação — A Nova Retórica,* bem como Ch. Perel-

> *dios progressivos da argumentação no tratamento dos problemas particulares. A este sistema pode chamar-se com certa razão um* sistema aberto, *já que a sua discussão, quer dizer, o modo de abordar um problema particular, está aberto a novos pontos de vista. Pelo que respeita ao seu conteúdo, ele renuncia à noção de um argumento final e definitivo, mas recomenda um método de argumentação que em vez de proceder dedutivamente, procede dialogicamente.* [343]

§ 124 *Seguindo a apreciação desta corrente de pensamento jurídico feita por Karl Larenz, poderíamos dizer que o estudo de T. Viehweg faz parte de uma série de obras cujo objectivo é chamar a atenção para as insuficiências do método de derivação dedutiva das normas jurídicas, insuficiências que o método dito «tópico» procuraria ultrapassar ao defender que a noção de «justo»,* e. g., *é uma noção que se vai construindo jurisprudencialmente em função de cada caso*

---

man, *Ética e Direito,* II parte, em especial os caps. 2 e 3; sobre as antigas e as novas orientações da retórica, v. Manuel Alexandre Júnior, *Hermenêutica Retórica,* Lisboa, 2004.

[343] T. Viehweg, *o. c.*, p. 127 (destacado nosso). — Em vez de «dialogicamente» (*i. e.,* através do diálogo), talvez pudéssemos escrever «dialecticamente», por equiparação ao método da dialéctica aristotélica nos *Top.*

em particular. Sucede, porém, que os τόποι *de Viehweg têm mais a ver com a interpretação de Cícero do que com a visão de Aristóteles: os seus «tópicos» são, antes de mais, uma colecção de pontos de vista, que se pretende sejam «pontos de vista jurídicos»* [344]*, como são, por exemplo, os tópicos* «declaração da vontade»*, ou* «parte integrante essencial»*, e tanto outros. Ainda seguindo Larenz, será de aceitar a ideia de que não deve perder-se de vista o caso concreto em juízo; mas já não será de admitir que o papel do juiz se limite a uma simples actuação casuística, desligada do «direito positivo»* [345]*, sem prejuízo de reconhecer-se a necessidade de este ser continuamente revisto e adequado às situações reais em permanente mutação* [346].

---

[344] Embora não seja tarefa fácil determinar quando um tópico é «jurídico» ou é de outra natureza qualquer (*u. g.,* ético, ou político, etc.).

[345] «O direito positivo é constituído pelo conjunto das normas jurídicas efectivamente em vigor, em dado momento e em dada comunidade» [Ana Prata, *Dicionário Jurídico,* Coimbra, Almedina, 2005 (4.ª ed.), *s. u.* «Direito positivo». Com o mesmo sentido pode usar-se também a expressão «direito objectivo»].

[346] V. Karl Larenz, *Metodologia…,* pp. 151-156. — As propostas de Viehweg foram objecto de reacções contraditórias, de aceitação nuns casos, de rejeição, em outros. Assim, a teoria da «tópica jurídica» foi bem acolhida por Franz Wieacker, *História do Direito Privado Moderno,* trad. de António Manuel Hespanha, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1993 [2.ª ed. al. 1967], v. pp. 689-691 (em especial a n. 48, em que critica as reticências de Larenz, Canaris, etc.). Em contrapartida, foi alvo de cerrada crítica por

§ 125 *Uma panorâmica muito completa do estado actual da «tópica jurídica» pode ler-se no conjunto de temas que compõem a* V *parte* [347], *da autoria de Francisco Puy Muñoz, do* Manual *cuja composição coordenou.*

Curiosamente, no elenco bibliográfico que inicia cada um dos seus capítulos, Puy Muñoz refere sempre os Tópicos *de Aristóteles, a quem alude como o criador da «tópica geral», de que a «tópica jurídica» seria apenas uma componente. Para este autor, a «tópica jurídica» apresenta quatro facetas distintas: 1 — um repositório de dados jurídicos, tais como normas, sentenças, doutrinas, conceitos, argumentos, temas, exemplos; concretamente, este repositório de dados pode revestir o aspecto de dicionário jurídico, enciclopédia, antologia de textos, reportório de legislação e jurisprudência; 2 — a prática da «arte» da discussão ou da argumentação de problemas jurídicos de modo a assegurar a fundamentação de uma decisão jurídica a partir*

---

parte de C. W. Canaris, *Pensamento Sistemático…*, § 7.º «Pensamento sistemático e tópica» (pp. 243-277). Ao referir a associação da «tópica» com a «retórica», Canaris observa que, embora admita a possibilidade de existir uma «boa retórica» e de se chegar à verdade através da dialéctica, «esse objectivo não pertence necessariamente à essência da retórica» (*o. c.*, p. 257), pelo que o papel fundamental deverá continuar a pertencer ao pensamento sistemático e ao direito positivo.

[347] Esta V parte é também a última, e ocupa as pp. 417 e segs.

de um «arsenal» [348] *de princípios aceites por todas as partes envolvidas; 3 — um método de desenvolvimento lógico de um pensamento jurídico completo, partindo da discussão de cada problema individual, em articulação com toda uma série de «postulados e directrizes» de aceitação geral, e tendo sempre em conta a experiência colhida em situações similares; 4 — um articulado de conhecimentos jurídicos — de «lugares-comuns» resultantes de múltiplas situações similares já passadas em julgado, e cristalizados sob a forma de aforismos ou máximas inteiramente* ἔνδοξοι, *de aceitação pacífica pela comunidade.*

Puy Muñoz reconhece que, em resultado destas quatro formas de entender a «tópica jurídica» pode afirmar-se que «el primer problema teórico que ella enfrenta» é o da sua definição [349]. *De facto, todos os quatro aspectos referidos têm, em maior ou menor grau, o seu lugar nesta «disciplina», e, como se tal não bastasse para uma certa confusão conceptual, ainda se pode assistir a uma profusão terminológica que só contribui para a acentuar ainda mais* [350]. *Além disso, como Puy Muñoz observa pertinentemente, «la experiencia práctica acredita que la veracidad depende mucho más que de la verdad de lo que se dice, de la autoridad que se concede a quien lo dice; y ahí intervienen muchos factores irracionales […]. Y eso es lo*

---

[348] Tal é o termo usado por Puy Muñoz (*o. c.*, p. 420).
[349] *O. c.*, p. 423.
[350] *O. c., ibid.*

que movió a los socráticos a decir que este conocimiento no garantizaba el conocimiento de la verdad real, sino de la opinión generalizada.» [351] *Dois mil e quatrocentos anos depois voltamos assim a encontrar o mesmo debate entre* saber (ἐπιστήμη) *e* opinião (δόξα) *que já formara o cerne do debate entre Sócrates e os opositores no* Górgias *de Platão.*

§ 126 *Mas afinal o que é um «tópico jurídico»?*

Segundo Puy Muñoz, numa primeira definição, «un tópico jurídico es en principio un lugar comun del lenguaje que interesa al jurista porque se lo encuentra repetidamente en su trabajo, y del que se tiene que hacer cargo la jurisprudencia por ese motivo» [352]*. Mas numa posterior definição torna mais explícita a ideia: «un tópico jurídico es una palabra, un principio, una argumentación donde el jurista puede encontrar los argumentos idóneos con los que convencer a sus adversarios en un litigio actual o previsible, para que acepten sus proprias propuestas, mandatos o reclamaciones, o para*

---

[351] *O. c.,* p. 425.

[352] *O. c.,* p. 429. — Três páginas adiante critica Viehweg por, na sua tentativa de «desarrollar una tópica jurídica especializada», não ter conseguido outro resultado senão ter tornado incompreensível a própria expressão «tópico jurídico». E comenta: «Yo creo que VIEHWG entendía que un tópico es una premisa fundamental que en un debate acepta el interlocutor en el enfrentamiento dialéctico» (*o. c.,* p. 432).

que se desdigan de las contrarias, y se comporten voluntariamente haciendo lo que se les pide, y no lo que tenían pensado hacer» [353]. *Talvez as ideias de Viehweg sobre o «tópico jurídico» sejam pouco claras, mas cremos que as do presente A. também carecem um tanto de transparência.*

Ao definir a expressão em causa como «uma palavra, um princípio (= uma máxima, um aforismo?), uma argumentação» Puy Muñoz dá a entender que o que lhe interessa realçar é o conteúdo semântico *de cada termo e não as* relações lógicas *que se estabelecem entre eles. Daí que privilegie, como vimos, os reportórios de máximas jurídicas* [354]*, o que leva a concluir que não terá entendido*

---

[353] *O. c.*, p. 437.

[354] Na antologia *Textos de derecho romano,* Pamplona, Aranzadi Editorial, 1998 (reimps. várias), dirigida por Rafael Domingo, encontram-se, a pp. 299-348, nada menos do que 800 máximas jurídicas, que poderiam ser usadas como outros tantos «tópicos» num número indeterminado de casos postos em tribunal, e que, em geral, poderão ser consideradas como «proposições geralmente aceites» (προτάσεις ἔνδοξοι), como as que servem de ponto de partida aos debates dialécticos descritos por Aristóteles. Vejam-se, a título de exemplo: *cuius commoda, eius incommoda* «quem tem as vantagens, deve arcar com os inconvenientes; *et non facere, facere est* «também a falta de acção é um forma de acção»; *de similibus idem est iudicium* «a casos semelhantes, sentença semelhante»; *factum lex, non sententiam notat* «a lei pune o acto, não a intenção»; *libertas ad tempus dari*

correctamente os propósitos da «tópica» aristotélica. De facto o A. volta a referir o nome de Aristóteles, mas só para notar que o Filósofo apenas analisou «los tópicos de la predicación» divididos em quatro grandes grupos de proposições «descriptivas» *(entenda-se, os quatro predicáveis de que temos falado), e também para criticá-lo porque ele* «deja fuera de consideración casi del todo los tópicos que se expresan con una sola palabra, *clase de ellos de especial relieve en la tópica jurídica*» [355]; *além de censurar que Aristóteles* «en

---

non potest «a liberdade não pode conceder-se a prazo»; *nemo sibi sit iudex* «ninguém seja juiz em causa própria». Também no vol. II do *Auxiliar Jurídico — Apêndice às Ordenações Filipinas,* Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1985 (reprodução fac-similada da 1.ª ed., Rio de Janeiro, 1870), a pp. 519 e segs., se encontra uma vasta série de «Axiomas e brocardos de direito extraidos da legislação brazileira antiga e moderna», de que damos também uma breve exemplificação: «Acto que no principio he nullo, não pode vir a ser valido pelo decurso do tempo»; «Nenhum (cidadão) pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei»; «Os principios do Direito Natural são o melhor commentario da jurisprudencia positiva»; «Não se deve (ouvir) uma parte sem tambem se ouvir a outra» (cf. Séneca, *Medea,* vv. 199-200: *qui statuit aliquid parte inaudita altera, aequum licet statuerit, haud aequus fuit* «quem emite uma sentença sem ouvir uma das partes, procede injustamente, ainda que julgando com justiça»).

[355] *O. c.*, p. 438 (o destacado é de nossa responsabilidade).

la *Tópica* sólo analiza los tópicos dialécticos, y deja los retóricos, *que son más jurídicos,* para la *Retórica*» [356].

§ 127 *Finalmente chamamos a atenção para o elenco de classes possíveis de tópicos jurídicos (no sentido da definição acima citada) que o A. estabelece e que compreende os seguintes grupos: 1 — tópicos jurisprudenciais/doutrinais; 2 — legais/codificados; 3 — judiciais/jurisdicionais; 4 — historiográficos; 5 — sagrados; 6 — literários; 7 — mediáticos* (i. e., *criados pelos* mass media); *8 — estritos (ou seja, os criados pelos dicionaristas, autores de bases de dados, ou similares)* [357].

§ 128 *Tal como Cícero, façamos uma* conclusio *deste discurso. É sem dúvida de realçar o interesse pelos* Tópicos *de Aristóteles que a emergência da «tópica jurídica» veio proporcionar. Deve salientar-se, contudo, que os juristas que sobre essa «tópica» se pronunciaram parecem não ter dado conta de que falam de* ***duas*** *coisas como se se tratasse de apenas uma. Na realidade, como cremos ter deixado suficientemente claro, uma coisa são os* τόποι *aristotélicos, entidade per-*

---

[356] *O. c.,* p. 439.

[357] O resto do livro dedica um «tema» (correspondente na prática a um capítulo) a cada uma destas classes de tópicos jurídicos (ao todo, portanto, oito temas = oito capítulos). Para o nosso propósito não é necessário referir em profundidade as observações de Puy Muñoz nesta série de capítulos.

tencente à lógica da predicação [358], *e outra coisa bem diferente os* κοινοὶ τόποι *da retórica, sobretudo com a estruturação e a função que, agora metamorfoseados em* loci communes, *lhes foram dadas por Cícero: o* locus communis *é uma ideia geral, um pensamento susceptível de cristalizar sob a forma de máxima, uma tese, que pode ser de ordem jurídica* [359], *ou de ordem ética, ou política, etc., numa palavra, trata-se de um «tópico», de um «motivo» com estatuto similar ao que encontramos na oratória ou, de um modo muito geral, na literatura. Quanto a este último aspecto veja-se o reportório de «tópi-*

---

[358] Embora, não é inútil repeti-lo, a lógica dos *Top.* seja uma lógica «aplicada» à linguagem da vida quotidiana, cuja finalidade é a prática da dialéctica, e que, a este título, contrasta com a «analítica», a lógica formal que Aristóteles desenvolveu nos *Anal.* (fundamentalmente nos *An. Pr.).*

[359] Veja-se por exemplo o passo seguinte de Cícero: *Cum autem de aequo et iniquo disseritur, aequitatis loci conligentur. Hi cernuntur bipertito, et natura et instituto. Natura partes habet duas, tributionem sui cuique et ulciscendi ius. Institutio autem aequitatis tripertita est: una pars legitima est, altera conueniens, tertia moris uetustate firmata* (*Topica,* XXIII/90) «Quando o que vai ser discutido é a conformidade ou a não conformidade ao direito há que coligir os 'lugares' (relativos) à equidade. Estes consideram-se agrupados em duas partes, o (direito) natural e o (direito) objectivo. O direito natural comporta dois aspectos, a repartição do que cabe a cada um e o direito à desforra. O direito objectivo comporta três partes: uma parte é constituída pelas leis, a segunda diz respeito aos contratos, a terceira assenta na antiguidade de algum costume.»

cos» da literatura mundial compilado por Elizabeth Frenzel [360]: *entre esses tópicos muitos há que não apenas figuram na literatura propriamente dita, mas que encontraram o seu lugar na obra de pensadores como Platão, Aristóteles, Cícero e são verdadeiros mananciais em que advogados e políticos podem colher grande abundância de matéria a desenvolver nos seus trabalhos* [361].

Devemos, ainda, assinalar a concluir que a Lógica, tal como a concebeu Aristóteles, com a criação do silogismo cuja originalidade ele reivindica nas últimas linhas das SE [362], *sobretudo se aceitarmos como correcta a ideia de J. Woods e A. Irvine de que uma das preocupações do Estagirita foi conceber esse instrumento de análise como aplicável a todas as esferas da vida real* [363], *não deveremos subscrever*

---

[360] Elizabeth Frenzel, *Motive der Weltliteratur,* Stuttgart, Alfred Kröner Verlag, 1980 (2. Aufl).

[361] V. no índice da obra de Frenzel citada na n. precedente as numerosas referências feitas a estes três autores.

[362] *SE* 183b34-36/184b3-8.

[363] «Our view is that the original contribution is the syllogism, developed in such a way as to elucidate the deductive substructure of real-life arguments in their everyday uses as disputes about received opinions, as arguments that refute an opponent's claim, and so on. If this is right, Aristotle lays claim to being the first systematic developer of *applied logic*.» (Woods-Irvine, «Aristotle's Early Logic», in *Handbook of the History of Logic,* p. 42; o itálico é dos AA.)

de ânimo leve a sua aplicabilidade, na vertente «tópica», exclusivamente numa delimitada área do conhecimento científico. Como diz O. Höffe, «one should be skeptical about suggestions that topics or dialectics are a regional logic with a competence for jurisprudence (Ch. Perelman, Th. Viehweg) or politics or practical philosophy (W. Hennis [364]*). In truth it is suitable for any kind of, and not just a particular, science»* [365]*, conforme o A. abona com as palavras iniciais da* Rhet. *(1354a1-3):* ἡ ῥητορικὴ ἐστιν ἀντίστροφος τῇ διαλεκτικῇ· ἀμφότεραι γὰρ περὶ τοιούτων τινῶν εἰσιν ἃ κοινὰ τρόπον τινὰ ἁπάντων ἐστὶ γνωρίζειν καὶ οὐδεμιᾶς ἐπιστήμης ἀφωρισμένης «*a retórica é a outra face da dialéctica; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular*» [366].

---

[364] *Sic.* Cremos que o apelido deste A. é Ennis.

[365] O. Höffe, *Aristotle,* 2003, p. 38 (cf. também p. 203).

[366] Trad. de Manuel Alexandre Jr., *et al.,* p. 89.

BIBLIOGRAFIA

A) Obras de Aristóteles

ARISTOTELIS

— 1958: *Topica et Sophistici Elenchi,* Recensuit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, Oxford Classical Texts, Oxford, Clarendon Press.

ARISTOTE

— 2002: *Topiques Livres I-IV,* texte établi et traduit par Jacques Brunschwig, Paris, Les Belles Lettres (1.ª ed., 1967).

— 1969: *Aristoteles Latinus, V, 1-3, Topica*, Translatio Boethii, Fragmentum recensionis alterius et Translatio Anonyma, Edidit L. Minio-Paluello, adiuuante Bernardo G. Dod, Bruxelles-Paris, Desclée de Brouwer.

ARISTOTLE

— 1997: *Posterior Analytics — Topics,* translated by H. Tredenick and E. S. Forster, Loeb Classical Library, Harvard University Press, Cambridge Mass.-London, England (1.ª ed., 1960).

ARISTOTELES

— 1995: *Philosophische Schriften,* 2 — *Topik — Sophistische Widerlegungen,* übersetzt von Eugen Rolfes, Darmstadt, Wissenschaftlische Buchgesellschaft.

ARISTOTELIS

— 1960: *Opera,* Ex recensione Immanuelis Bekkeri edidit Academis Regia Borussica, Editio altera quam curauit Olof Gigon, Berolini apud W. De Gruyter, (vol. I, pp. 314-338 — Περὶ γενέσεως καὶ φθορᾶς).

— 1965: *Aristoteles Latinus, II, 1-2* — De interpretatione uel Periermenias, translatio Boethii, etc., edidit L. Minio Paluello, Bruges-Paris, D. De Brouwer.
— 1975: *Aristoteles Latinus, VI, 1-3* — De sophisticis elenchis, translatio Boethii, etc., Edidit Bernardus G. Dod, Leiden, Brill-Bruxelles, de Brouwer.

ARISTOTE
— 2002: *Catégories,* texte établi et traduit par Richard Bodéüs, Paris, Les Belles Lettres.

ARISTOTELIS
— 1949: *Categoriae et liber de interpretatione,* recognouit breuique adnotatione instruxit L. Minio-Paluello, Oxford Classical Texts (rep. 1989).

ARISTOTELES
— 1997: *Kategorien,* Übersetzt und erläutert von Klaus Oehler, Darmstadt, Wissenschaftlische Buchgesellschaft (3e. Aufl.).
— 2002: *Peri Hermeneias,* Übersetzt und erläutert von Hermann Weidemann, Berlin, Akademie Verlag (2e. Aufl.).

ARISTOTELE
— 1992: *Della interpretazione,* Introduzione, traduzione e commento di Marcello Zanatta, Milano, BUR (Biblioteca Universale Rizolli) (5.ª ed., 2001).

ARISTOTELIS
— 1964: *Analytica priora et posteriora,* Recensuit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, praefatione et appendice auxit L. Minio-Paluello, Oxford Classical Texts (rep. 1982).

ARISTOTLE
— 1938: *Organon: Categories — On Interpretation — Prior Analytics,* translated by H. P. Cooke and H. Tredemick, Loeb Classical Library, London, Heinemann-Cambridge Mass., Harvard University Press (rep. 1955).

ARISTOTELES
— 1993: *Analytica posteriora,* Übersetzt und erläutert von Wolfgang Detel, Berlin, Akademie Verlag.

ARISTÓTELES
— 1994-1995: *Tratados de lógica (órganon),* I — *Categorías. Tópicos, Sobre las refutaciones sofísticas,* II — *Sobre la interpretación. Analíticos primeros. Analíticos segundos,* introducciones, traducciones y notas de Miguel C. Sanmartín, Madrid, Editorial Gredos (vol. I — 1.ª ed., 1982; vol. II — 1.ª ed., 1988).

ARISTOTELES
— 2003: *Organon,* a cura di Giorgio Coli, Milano, Adelphi Edizioni (1.ª ed., 1953).

ARISTOTELIS
— 1959: *Ars rhetorica,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, Oxford Classical Texts (rep. 1989).
ARISTÓTELES
— 2005: *Obras Completas,* vol. VIII, t. I: *Retórica,* prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior, trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
ARISTOTELIS
— 1957: *Politica,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, Oxford Classical Texts (rep.).
— 1950: *Physica,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, Oxford Classical Texts (rep.).
— 1957: *Metaphysica,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit W. Jaeger, Oxford Classical Texts (rep.).
— 1956: *De anima,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, Oxford Classical Texts (rep.).
ARISTOTELES
— 1994: *Über die Seele,* Übersetzt von Willy Theiler, Berlin, Akademie Verlag (7te Aufl.).
— 2005: *Protreptikos — Hinführung zur Philosophie,* Rekonstruiert, übersetzt und kommentiert von Gerhart Schneeweiss, Samml. Texte zur Forschung, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
ARISTOTELIS
— 1955: *Fragmenta selecta,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross, Oxford Classical Texts (rep.).
ARISTOTELE *e altri autori*
— 2005: *Divisioni,* presentazione di Enrico Berti, introduzione, traduzione, note e apparati di Cristina Rossitto, Milano, Bompiani (col. «Il Pensiero Occidentale»).

B) Obras de outros autores antigos

ALEXANDER OF APHRODISIAS
— 2001: *On Aristotle Topics 1*, Translated by Johannes M. Van Ophuijsen, The Ancient Commentators of Aristotle, General Editor: Richard Sorabji, London, Duckworth.
APVLEI PLATONICI MADAVRENSIS
— 1995: *Opera* quae supersunt, vol. III, *De philosophia libri,* Edidit C. Moreschini, Stutgardiae et Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri.

CICERO

— 1993: *Topica — Die Kunst, richtig zu Argumentieren,* Herausgegeben, übersetzt und erläutert von Karl Bayer, München, Artemis & Winkler Verlag.

— 1998: *De inuentione (Über die Auffindung des Stoffes) — De optimo genere oratorum (Über die beste Gattung von Rednern),* Herausgegeben und übersetzt von Theodor Nüsslein, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

— 1994: *Partitiones oratoriae (Rhetorik in Frage und Antwort),* Herausgegeben, übersetzt und erläutert von Karl und Gertrud Bayer, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

M. TULLI CICERONIS

— 1903: *Rhetorica,* t. II, *Brutus, Orator, De optimo genere oratorum, Partitiones oratoriae, Topica,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit A. S. Wilkins, Oxford Classical Texts (rep.).

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS

— 1986: *Critical Essays,* II, translated by Stephen Usher, Loeb Classical Library, Cambridge Mass, Harvard University Press, London, Heinemann.

INCERTI AVCTORIS

— 1993: *De ratione dicendi ad C. Herennium lib. IV* [M. Tulli Ciceronis ad Herennium, libri VI], Iterum recensuit Fridericus Marx, Editio stereotypa editionis secundae (MCMXXIII), Stutgardiae et Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri.

PARMENIDES

— 1974: *Die Anfänge der Ontologie, Logik und Naturwissenschaft, Die Fragmente,* herausgegeben, übersetzt und erläutert von Ernst Heitsch, München, Heimeran Verlag.

PLATO

— 1979: *Gorgias,* A Revised Text with Introduction and Commentary by E. R. Dodds, Oxford, at the Clarendon Press (1.ª ed., 1959).

PLATON

— 2005: *Werke in acht Bänden,* Griechisch und Deutsch, Herausgegeben von Gunther Eigler, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft (4. Aufl.).

PLATONIS

— 1907: *Opera,* recognouit breuique adnotatione critica instruxit Ioannes Burnet, Oxford Classical Texts, 1901-1903, 1907 (1.ª ed.; reimpr. várias).

— 1995: *Opera,* Tomus I — Tetralogias I-II continens, Recognouerunt breuique adnotatione critica instruxerunt E. A.

Duke, W. F., Hicken, W. S. M. Nicoll, D. B. Robinson et J. C. G. Strachan, Oxford Classical Texts.

— 2003: *Rempublicam,* Recognouit breuique adnotation e critica instruxit S. R. Slings, Oxford Classical Texts.

PSEUDO-ARISTOTE

— 2002: *Rhétorique à Alexandre,* texte établi et traduit par Pierre Chiron, Paris, Les Belles Lettres.

L. ANNAEI SENECAE

— 1995: *ad Lucilium Epistulae Morales,* Recognouit breuique adnotatione critica instruxit L. D. Reynolds, Oxford Classical Texts.

LÚCIO ANEU SÉNECA

— 2004: *Cartas a Lucílio,* trad. de J. A. Segurado e Campos, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (2.ª ed.).

Stoicorum Veterum Fragmenta

— 1964: Collegit Ioannes ab Arnim (= Hans von Arnim), Stuttgart, Teubner (rep.).

THOMAS VON AQUIN

— 2005: *Über das Sein und das Wesen (de ente et essentia),* Deutsche--lateinische Ausgabe, Übersetzt und erläutert von Rudolf Allers, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft (2. Aufl.; 1.ª ed., 1991).

C) Autores e estudos modernos

ACKEREN, Marcel van, e MÜLLER, Jörn (Hrsg.)

— 2006: *Antike Philosophie verstehem — Understanding Ancien Philosophie,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

ADJUKIEWICZ, Kazimierz

— 1973: P*roblems & Theories of Philosophy,* translated by H. Skolimowski & A. Quinton, Cambridge University Press.

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel

— 2004: *Hermenêutica Retórica,* Coll. Philologia, 2, Lisboa, Livraria Espanhola, L.da

ALEXY, Robert

— 2001: *Teoria da Argumentação Jurídica — A Teoria do Discurso Racional como Teoria da Argumentação Jurídica,* trad. bras., São Paulo, Landy Editora.

ALLWOOD, J., ANDERSSON, L.-G., e DAHL, O.

— 1977: *Logic in Linguistics,* Cambridge Textbooks in Linguistics, Cambridge University Press (1.ª ed., 1971).

ÁLVAREZ GÓMEZ, Ángel, e MARTÍNEZ CASTRO, Rafael (coord.)
— 1998: *En torno a Aristóteles — Homenaje al Profesor Pierre Aubenque,* Universidad de Santiago de Compostela.
ARNAULD, Antoine, e NICOLE, Pierre
— 1970: *La logique ou L'art de penser (Logique de Port-Royal),* introduction de Louis Marin, Paris, Flammarion.
AUBENQUE, Pierre
— 1962: *Le Problème de l'être chez Aristote*, Paris, PUF (rep.).
— 1980: *Concepts et catégories dans la pensée antique*, Études publiés sous la direction de…, Paris, Vrin.
AUSTIN, J. L.
— 1962: *How to do Things with Words,* Cambridge, Mass., Harvard University Press.
AUVRAY-ASSAYAS, Clara
— Art. «Traduire», in *VOC*, pp. 1305-1320.
BÄCK, Allan T.
— 2000: *Aristotle's Theory of Predication,* Leiden-Boston-Köln, Brill.
BALIBAR, Étienne
— Art. «Âme», in *VOC,* pp. 65-83.
— Art. «Sujet», in *VOC,* pp. 1233-1254.
BALIBAR, Françoise
— Art. «Force», in *VOC,* pp. 457-464.
BARATIN, Marc, *et al*.
— Art. «Mot», in *VOC,* pp. 830-844.
— Art. «Proposition», in *VOC,* pp. 1031-1047.
BARNES, Jonathan
— «Aristotle's Theory of Demonstration», *in* Barnes, *et al*., *Articles on Aristotle,* 1, pp. 65-87.
— «Aristotle», *in* Taylor, Haver e Barnes, *Greek Philosophers.*
BARNES, Jonathan (ed.)
— 1995: *The Cambridge Companion to Aristotle,* Cambridge University Press (rep. 1996).
BARNES, Jonathan, SCHOFIELD, M., e SORABJI, R. (eds.).
— 1975: *Articles on Aristotle,* vol. 1, *Science,* London, Duckworth.
BENMAKHLOUF, Ali
— Art. «Principe», in *VOC,* pp. 1022-1029.
BENVENISTE, Émile
— 1966: *Problèmes de linguistique générale,* Paris, Gallimard.
BINDER, Guyora, e WEISBERG, Robert
— 2000: *Literary Criticism of Law,* Princeton University Press.

BLANCHÉ, Robert
— 1968: *Introduction à la logique contemporaine,* Paris, Armand Colin (5.ª ed.).
BLOOMFIELD, Leonard
— 1967: *Language,* London, George Allen & Unwin (rep.; 1.ª ed., 1933).
BODÉÜS, Richard
— 2002: *Aristote — Une philosophie en quête de savoir,* Paris, Vrin.
BÖHME, Gernot
— 2000: *Platons theoretische Philosophie,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
BOLL, Marcel, e REINHART, Jacques
— 1970: *Histoire de la logique,* Paris, PUF (1.ª ed., 1946).
BRAGUE, Rémi
— Art. «Vérité», in *VOC,* pp. 1342-1364.
BRÉHIER, Èmile
— 1951: *Histoire de la philosophie,* tome premier, *L'Antiquité et le Moyen Âge,* I, *Introduction — Période Hellénique,* Paris, PUF.
BRENTANO, Franz
— 2005: *Aristote — Les diverses acceptions de l'être,* tr. fr. de Pascal David, Paris, Vrin (1.ª ed. al., 1892).
BRUUN, O., e CORTI, L. (éd.)
— 2005: *Les catégories et leur histoire,* Paris, J. Vrin.
BUBNER, Rüdiger
— 1981: *Modern German Philosophy,* translated by Eric Matthews, Cambridge University Press.
— 1992: *Antike Themen und ihre moderne Verwandlung,* Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag.
BUCHHEIM, T., FLESHAR, H., e KING, R. A. H. (hrsg.)
— 2003: *Kann man heute noch etwas anfangen mit Aristoteles?,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
BÜHLER, Karl
— 1967: *Teoria del lenguaje,* trad. de Julián Marías, Madrid, Selecta de Revista de Ocidente (3.ª ed.; 1.ª ed. al., 1934).
CANARIS, Claus-Wilhelm
— 1996: *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito,* trad. de A. Menezes Cordeiro, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (2.ª ed.).
CARNAP, Rudolf
— 1971: *The Logical Syntax of Language,* London, Routledge & Kegan Paul Ltd. (rep.).
CASSIN, Barbara
— 1995: *L'effet sophistique*, Paris, Gallimard.

CASSIN, Barbara (sous la direction de)
— 2004: *Vocabulaire européen des philosophies — Dictionnaire des intraduisibles,* Paris, Le Robert-Seuil.
— Art. «Esti», in *VOC,* pp. 418-429.
CASSIN, Barbara, e ROSIER-CATACH, Irène
— Art. «Homonyme», in *VOC,* pp. 569-579.
CASSIN, Barbara, *et al.*
— Art. «Acte de langage», in *VOC,* pp. 11-21.
— Art. «Sens», in *VOC,* pp. 1133-1152.
— Art. «Signe, Symbole», in *VOC,* pp. 1159-1175.
— Art. «Logos», in *VOC,* pp. 724-741.
CASSIRER, Ernst
— 1994: *Philosophie der symbolischen Formen — Erster Teil: Die Sprache* (Sonderausgabe), Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft (10. Aufl.).
— 1994: *Wesen und Wirkung des Symbolbegriffs* (Sonderausgabe), Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft (8. Aufl.).
CHAN, Wing-Tsit
— 1963: *A Source Book in Chinese Philosophy,* translated and compiled by…, Princeton New Jersey, Princeton University Press (rep. 1973).
CHATEAU, Dominique
— Art. «Art», in *VOC,* pp. 108-115.
CHAUVINEAU, Jean
— 1982: *La logique moderne,* Paris, PUF (1.ª ed., 1957).
CHICHI, Graciela M.
— 1996: «El concepto aristotélico de endoxon segun la técnica de composición de «Los Tópicos», *Synthesis,* 3, pp. 91--108.
CHOMSKY, Noam
— 1971: *Aspects de la théorie syntaxique,* trad. de J.-Claude Milner, Paris, Éd. du Seuil (1.ª ed. amer., 1965).
— 1969: *Lingüística cartesiana,* trad. de E. Wullf, Madrid, Editorial Gredos (1.ª ed. amer., 1966).
COLLI, Giorgio
— 1996: *Filosofía de la expression,* trad. de Miguel Morey, Madrid, Ediciones Siruela (1.ª ed. ital., 1969).
COULOUBARITSIS, Lambros
— Art. «Grec», in *VOC,* pp. 526-540.
COURTINE, Jean-François
— Art. «Essence», in *VOC,* pp. 400-414.
— Art. «Res», in *VOC,* pp. 1076-1087.

COURTINE, Jean-François, e RIJKSBARON, Albert
— Art. «Tó ti ên einai», in *VOC,* pp. 1298-1304.
COXITO, Amândio
— 2005: *Estudos sobre Filosofia em Portugal no Século XVI,* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
CRUBELLIER, Michel, e PELLEGRIN, Pierre
— 2002: *Aristote — Le philosophe et les savoirs,* Paris, Éditions du Seuil.
CUMMINGS, Louise
— 2005: *Pragmatics,* Edinburgh University Press.
DANCY, R. M.
— 1975: *Sense and Contradiction: A Study in Aristotle,* D. Reidel Publishing Compaby, Dordrecht-Boston-London.
DEPRAZ, Natalie
— Art. «Animal», in *VOC,* pp. 103-105.
DERRIDA, Jacques
— 1972: *Marges de la philosophie,* Paris, Les Éditions de Minuit.
DÜRING, Ingemar
— Art. «Aristoteles», *RE* (P. W.), Supplement Band XI, cols. 159-336.
— 2005: *Aristoteles — Darstellung und Interpretation seines Denkens,* Heidelberg, Universitätsverlag Winter (1.ª ed., 1966).
DWORKIN, Ronald
— 1994: *L'empire du droit,* trad. fr., Paris, PUF (1.ª ed. amer., 1986).
— 2002: *Levando os Direitos a Sério,* trad. bras., São Paulo, Martins Fontes (1.ª ed. amer., 1977).
ECO, Umberto
— 1990: *The Limits of Interpretation,* Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.
— 1999: *Kant y el ornitorrinco,* trad. de Helena L. Miralles, Barcelona, Editorial Lumen (1.ª ed. ital., 1997).
ENGISCH, Karl
— 2001: *Introdução ao Pensamento Jurídico,* trad. de J. Baptista Machado, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (8.ª ed.).
EVANS, J. D. G.
— 1977: *Aristotle's Concept of Dialectic,* Cambridge University Press.
FALCON, Andrea
— 2005: *Aristotle & the Science of Nature — Unity without Uniformity,* Cambridge University Press.
FINE, Gail
— 1993: *On Ideas — Aristotle's Criticism of Plato's Theory of Forms,* Oxford, Clarendon Press (rep. Clarendon Paperbacks 1995).

FISH, Stanley
— 1980: *Is There a Text in This Class? — The Authority of Interpretive Communities,* Harvard University Press.
— 1989: *Doing What Comes Naturally — Change, Rhetoric, and the Practice of Theory in Literary and Legal Studies,* Duke University Press.
FREDE, Michel
— 1974: *Die stoische Logik,* Göttingen, Vandenhoek & Ruprecht.
GABBAY, Dov M., e WOODS, John
— 2004: *Handbook of the History of Logic, vol 1: Greek, Indian and Arabic Logic,* Amsterdam-Boston-Heidelberg, etc., Elsevier B. V.
GERSON, Lloyd P.
— 2005: *Aristotle and Other Platonists,* Ithaca and London, Cornell University Press.
GIL, Francisco J. S.
— 2003: *Aristóteles en el mundo cuántico,* Granada, Editorial Comares.
GOMPERZ, Theodor
— s. d.: *Greek Thinkers — A History of Ancient Philosophy,* tr. ing. de G. G. Berry, London, J. Murray.
GOYET, François
— Art. «Lieu commun», in *VOC,* pp. 721-726.
GRAYEFF, Felix
— 1974: *Aristotle and his School — An Inquiry into the History of the Peripatos With a Commentary on* Metaphysics *Z, H, Λ and Θ,* London, Duckworth.
HALL, Edith
— 1996: «Lawcourt Dramas: the Power of Performance in Greek Forensic Oratory», *BICS,* pp. 39-58.
HODGES, Wilfrid
— 1978: *Logic,* Penguin Books (rep.).
HÖFFE, Ottfried
— 2003: *Aristotle*, trad. ing. de Christine Salazar, NY, State University of New York Press.
IRWIN, T. H.
— 1998: *Aristotle's First Principles,* Oxford, Clarendon Press (rep. Oxford Paperbacks, 2002).
JACOB, André
— 1976: *Introduction à la philosophie du langage,* Coll. Idées, Paris, Gallimard.
JAEGER, Werner
— 1962: *Aristotle — Fundamentals of the History of his Development,* trad. Richard Robinson, Oxford University Press (Oxford Paperbacks) (1.ª ed. al., 1923).

JAKOBSON, Roman
— 1966: «Closing Statement: Linguistics and Poetics», *in* Thomas A. Sebeok, pp. 350-377.
JARRATT, Susan C.
— 1991: *Rereading the Sophists — Classical Rhetoric Refigured,* Carbondale and Edwardsville, Southern Illinois University Press.
JASPERS, Karl
— 1991: *Von der Wahrheit,* München-Zürich, Piper (1.ª ed., 1947).
JAULIN, Armick, *et al.*
— 2003: *La philosophie d'Aristote,* Paris, PUF.
JESPERSEN, Otto
— 1924: *The Philosophy of Grammar,* London, George Allen & Unwin (rep. 1963).
KANT, Immanuel
— 1983: *Kritik der reinen Vernunft,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
KAPP, E.
— «Syllogistic», *in* Barnes, *et al., Articles on Aristotle,* 1, pp. 35--49.
KATZ, Jerrold J.
— 1971: *La philosophie du langage,* trad. par Janick Gazio, Paris, Payot.
KELSEN, Hans
— 1984: *Teoria Pura do Direito,* trad. port., Coimbra, Arménio Amado (6.ª ed.).
KEMPSON, Ruth M.
— 1977: *Semantic Theory,* Cambridge Textbooks in Linguistics, Cambridge University Press.
KIRK, G. S., RAVEN, J. E., e SCHOFIELD, M.
— 2005: *Os Filósofos Pré-Socráticos,* trad. de Carlos A. L. da Fonseca, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (5.ª ed.).
KNEALE, William, e KNEALE, Martha
— 1972: *O Desenvolvimento da Lógica,* trad. de M. S. Lourenço, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian (1.ª ed. ing., 1962).
LABARRIÈRE, Jean-louis
— Art. «Phantasia», in *VOC,* pp. 931-935.
— Art. «Phronêsis», in *VOC,* pp. 936-942.
LAMI, Alessandro
— 2000: *I presocratici — Testimonianze e frammenti da Talete a Empedocle,* a cura di…, BUR Classici greci e latini, Milano, Rizzoli (1.ª ed., 1991).

LARENZ, Karl
— 1980: *Metodología de la Ciencia del derecho,* trad. cast., Barcelona, Ariel (2.ª ed.).
LAUSBERG, Heinrich
— 1966: *Elementos de Retórica Literária,* trad. R. M. Rosado Fernandes, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian.
LEAR, Jonathan
— 2005: *Aristotle — The desire to understand,* Cambridge University Press (1.ª ed., 1988).
LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm
— 1966: *Nouveaux essais sur l'entendement humain,* Chronologie et introduction par Jacques Brunschwig, Paris, Garnier-Flammarion.
LESHER, James H.
— 2001: «On Aristotelian ἐπιστήμη as 'understanding'», *Anc. Phil.,* 21 (1), pp. 45-55.
LIBERA, Alain de
— Art. «Intention», in *VOC,* pp. 608-619.
— Art. «Paronyme», in *VOC,* pp. 896-901.
— Art. «Prédicable», in *VOC,* pp. 1003-1007.
— Art. «Prédication», in *VOC,* pp. 1008-1016.
— Art. «Syncatégorème», in *VOC,* pp. 1266-1271.
— Art. «Terme», in *VOC,* pp. 1284-1291.
— Art. «Implication», in *VOC,* pp. 583-588.
LICHTENSTEIN, Jacqueline, e DECULTOT, Élisabeth
— Art. «Mimêsis», in *VOC,* pp. 786-803.
LOHMAR, Dieter
— 2000: *Edmund Husserls «Formale und Transzendentale Logik»,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
LONG, A. A.
— 1974: *Hellenistic Philosophy,* London, Duckworth.
LYONS, John
— 1970: *Linguistique générale,* trad. fr. de F. Dubois-Charlier, D. Robinson, Paris, Larousse (coll. «Langue et langage») (1.ª ed. ing., 1968).
MCADON, Brad
— 2001: «Rhetoric is a counterpart of dialectic», *Ph. & Rh.,* 34 (2), pp. 113-150.
MARTÍNEZ MARZOA, Felipe
— «Comentario a Aristóteles: *De interpretatione,* 1-3», *in* Álvarez Gómez-Martínez Castro, *En torno a Aristóteles,* pp. 119-129.

MATTÉI, Jean-François (dir.)
— 2006: *La naissance de la raison en Grèce* (Actes du Congrès de Nice, Mai 1987), Paris, PUF, col. «Quadrige» (1.ª ed., 1990).
MESQUITA, António Pedro
— 2004: *Aspectos Disputados da Filosofia Aristotélica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
— 2004: «A dialéctica e o conhecimento em Aristóteles», *Revista Portuguesa de Filosofia,* 60 (1), pp. 9-29.
— 2005: *Aristóteles, Obras Completas, Introdução Geral,* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
— 2005: «Tipos de predicação em Aristóteles — Um ensaio de sistematização», *Philosophica,* 26, pp. 7-34.
MICHELSTAEDTER, Carlo
— 1995: *La persuasione e la retorica — Appendici critiche,* a cura di Sergio Campailla, Milano, Adelphi Edizioni.
MODRAK, Deborah K. W.
— 2001: *Aristotle's Theory of Language and Meaning,* Cambridge, University Press.
MORRIS, Charles
— 1964: *Signification and Significance,* Cambridge, Massachusetts, The M. I. T. Press.
MOUTSOPOULOS, Evanghélos
— 2004: *Filosofía de la cultura griega,* Prensas Universitarias de Zaragoza.
MUELLER-GOLDINGEN, C.
— 2003: *Aristoteles — Eine Einführung in sein philosophisches Werk,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
NAVARRETE, José F. L.
— 2003: *Temas de Teoría y Filosofia del Derecho,* Madrid, Ediciones Pirámide (rep.).
NEF, Frédéric
— Art. «Propriété», in *VOC,* pp. 1048-1049.
NIETZSCHE, Friedrich
— 2003: *Die Geburt der Tragödie — Unzeitgemäße Betrachtungen,* Kritische Ausgabe herausgegebeen von Giorgio Colli und Massimo Montinari, Berlin, de Gruyter (6. Ausgabe).
OÑATE, Y ZUBÍA Teresa.
— «Pierre Aubenque: Proximidad y distancia del Aristoteles dialéctico», *in* Álvarez Gómez-Martínez Castro, *En torno a Aristoteles,* pp. 67-117.
— 2001: *Para leer la* Metafísica *de Aristóteles en el Siglo XXI — Análisis crítico hermenéutico de los 14* lógoi *de Filosofía Primera,* Madrid, Dykinson.

PATTERSON, Dennis
— 2003: *An Anthology — Philosophy of Law and Legal Theory*, Blackwell Publishing Ltd.
PERELMAN, Chaïm
— 2002: *Ética e Direito*, trad. port. de João C. S. Duarte, Lisboa, Instituto Piaget.
PERELMAN, Chaïm, e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie
— 2002: *Tratado da Argumentação — A Nova Retórica*, trad. bras., São Paulo, Martins Fontes.
PIEPENBRINK, Karen (Hrsg.)
— 2003: *Philosophie und Lebenswelt in der Antike*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
PIMENTA, José da Costa
— 2003: *A Lógica da Sentença*, Lisboa, Livraria Petrony.
POHLENZ, Max
— 1949: *Die Stoa — Geschichte einer geistigen Bewegung*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht (4.te Aufl. 1970, 1972).
POPPER, Karl R.
— 1974: *Conjectures and Refutations — The Growth of Scientific Knowledge*, London, Routledge and Kegan Paul (5th. ed.).
— 1974: *The Open Society and its Enemies*, London, Routledge & Kegan Paul (rep.).
— 1980: *The Logic of Scientific Discovery*, London, Hutchinson (rep.).
PUY MUÑOZ, Francisco, *et al.*
— 2000: *Manual de Filosofía del Derecho*, Madrid, Editorial Colex.
QUINE, Willard V. O.
— 1972: *Méthodes de logique*, trad. fr., Paris, Armand Colin.
— 1972: *Logique élémentaire*, Paris, Armand Colin.
— 1975: *Word and Object*, Cambridge, Massachusetts, The M. I. T. Press (9.ª rep.).
REALE, Giovanni
— 1985: *Introducción a Aristóteles*, trad. cast., Barcelona, Herder Editorial (rep.).
REHN, Rudolf
— 2000: *Sprache und Dialektik in der Aristotelischen Philosophie*, Amsterdam/Philadelphia, B. R. Grüner.
RESE, Friederike
— 2003: *Praxis und Logos bei Aristoteles*, Philosophische Untersuchungen 10, Tübingen, Mohr Siebeck.
RICOEUR, Paul
— 1969: *Le conflit des interprétations — essais d'herméneutique*, Paris, Éditions du Seuil.

— 1978: «The Task of Hermeneutics», in *Heidegger & Modern Philosophy — Critical Essays,* edited by Michael Murray, New Haven and London, Yale University Press, pp. 141-160.

RIST, J. M.

— 1969: *Stoic Philosophy,* Cambridge University Press.

— 1978: *The Stoics,* edited by…, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

ROBIN, Léon

— 1973: *La pensée grecque et les origines de l'esprit scientifique,* Paris, Albin Michel (1.ª ed., 1923).

RODRIGO, Pierre

— «*Mimesis* et métaphore chez Aristote: Deux institutions paradoxales de la vérité», *in* Álvarez Gómez-Martínez Castro, *En torno a Aristóteles,* pp. 269-284.

RODRÍGUEZ, Ramón

— «ὄν ὡς ἀληθές y verdad antepredicativa», *in* Álvarez Gómez-Martínez Castro, *En torno a Aristóteles,* pp. 173-184.

ROOCHNIK, David

— 2004: *Retrieving the Ancients — An Introduction to Greek Philosophy,* Oxford, Blackwell Publishing, Ltd.

RORTY, Richard

— 1979: *Philosophy and the Mirror of Nature,* Princeton, New Jersey, Princeton University Press (rep. 1980).

— 1991: *Consequences of Pragmatism,* New York, etc., Harvester Wheatsheaf (1.ª ed., 1982).

ROURE, Marie-Louise

— 1967: *Éléments de logique contemporaine,* Paris, PUF.

ROUX, Sylvain

— 2004: *La recherche du principe chez Platon, Aristote et Plotin,* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.

SAUSSURE, Ferdinand de

— 1955: *Cours de linguistique générale,* publié par C. Bally et A. Sechehaye, coll. de A. Riedlinger, Paris, Payot (5ème éd.).

SCHAFF, Adam

— 1968: *Introduction à la sémantique,* trad. de G. Lisowski, Paris, Éditions Anthropos (1.ª ed. pol., 1960).

SCHOPENHAUER, Arthur

— *Die Welt als Wille und Vorstellung,* in *Sämtliche Werke,* textkritisch bearbeitet und herausgegeben von Wolfgang Frhr. von Löhneysen, Bde. I-II, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975 (Bd. I) — 1980 (Bd. II).

— 1989: *Parerga und Paralipomena,* in *Sämtliche Werke,* textkritisch bearbeitet und herausgegeben von Wolfgang Frhr. von Löhneysen, Bde. IV-V, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

SCHRAMM, Michael

— 2004: *Die Prinzipien der aristotelischen Topik,* München-Leipzig, K. G. Saur.

SCHREIBER, Scott G.

— 2003: *Aristotle on False Reasoning — Language and the World in the* Sophistical Refutations, State University of New York Press.

SEARLE, John

— 1974: *Speech Acts,* Cambridge University Press (repr., 1.ª ed., 1969).

SEBEOK, Thomas A.

— 1966: *Style in Language,* edited by…, Cambridge-Massachusetts, The MIT Press (1.ª ed., 1960).

SEDLEY, David

— 1998: «The Etymologies in Plato's *Cratylus*», *JHS,* 118, pp. 140--154.

SORABJI, Richard

— 2003: *Necesidad, causa y culpa,* México, Universidad Nacional Autónoma de México.

SORBI, Luca

— 1999: *Aristotele — La logica comparativa I,* Firenze, Leo S. Olschki.

— 2002: *Aristotele — La logica comparativa II: La distribuzione del bene negli enti,* Firenze, Leo S. Olschki.

STUHLMANN-LAEISZ, Rainer

— 1995: *Gottlob Freges «Logische Untersuchungen»,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

TARSKI, Alfred

— 1965: *Introduction to Logic and to the Methodology of Deductive Sciences,* A Galaxy Book, New York, Oxford University Press.

TAYLOR, C. C. W., HARE, R. M., e BARNES, Jonathan

— 1999: *Greek Philosophers — Socrates, Plato, and Aristotle,* Oxford University Press (rep., 2001).

THIEL, Rainer

— 2004: *Aristoteles' Kategorienschrift in ihrer antiken Kommentierung,* Philosophische Untersuchungen 11, Tübingen, Mohr Siebeck.

THOUARD, Denis

— Art. «Entendement», in *VOC,* pp. 349-353.

USCATESCU BARRÓN, Jorge
— 1998: *La teoría aristotélica de los temples,* Madrid, Sociedad Iberoamericana de Filosofía.
VIEHWEG, Theodor
— 1997: *Tópica y filosofía del derecho,* trad. cast. de Jorge M. Seña, Barcelona, Editorial Gedisa (2.ª ed.).
VIEIRA DE ALMEIDA, F.
— 1956: *Iniciação Lógica,* Lisboa, Europa-América.
— 1959: *Aspectos de Filosofia da Linguagem,* Coimbra, Arménio Amado.
— 1961: *Lógica Elementar,* Coimbra, Arménio Amado (2.ª ed.).
VIOLA, F., e ZACCARIA, G.
— 1999: *Diritto e interpretazione — Lineamenti di teoria ermeneutica del diritto,* Roma, Laterza.
VIRIEUX-RAYMOND, Antoinette
— 1967: *La logique formelle,* coll SUP: «Initiation Philosophique», Paris, PUF.
WAISMANN, Friedrich
— 1985: *Logik, Sprache und Philosophie,* Stuttgart, Ph. Reclam.
WALTON, Douglas N.
— 2001: «Enthymemes, common knowledge, and plausible inference», *Ph. & Rh.*, 34 (2), 99, 93-112.
WARDY, Robert
— 2000: *Aristotle in China — Language, Categories and Translation*, Cambridge University Press.
WEIL, E.
— «The Place of Logic in Aristotle's Thought», in *Articles on Aristotle,* 1, pp. 88-112.
WITTGENSTEIN, Ludwig
— 1995: *Werkausgabe Band 1 — Tractatus logico-philosophicus, Tagebücher 1914-1916, Philosophische Untersuchungen,* Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag (10. Aufl.).
ZILHÃO, António
— 2001: *Lógica — 40 Lições de Lógica Elementar,* Lisboa, Edições Colibri (col. «Cadernos Universitários»).

TÓPICOS

Livro I

1. O objectivo desta exposição [1] é encontrar um método 100a
que permita raciocinar [2], sobre todo e qualquer problema proposto, a partir de *proposições* geralmente aceites, e bem assim defender um argumento [3] sem nada dizermos de contraditório. Antes de mais, portanto, há que explicar o que é um raciocínio dedutivo [4] e quais as suas variedades, a fim de determinar o que é um raciocínio dialéctico, pois é este último o que estudamos na presente exposição.

Raciocínio dedutivo é um discurso no qual, dadas certas *premissas*, alguma conclusão decorre delas necessariamente, diferente dessas premissas, mas nelas fundamentada. Quando o raciocínio resulta de *proposições* primordiais e verdadeiras [5] ou de princípios cognitivos derivados de *proposições* primordiais e verdadeiras, diz-se que *temos uma* demonstração [6]; ao raciocínio obtido a partir de *proposições* geralmente aceites [7] chama-se silogismo dialéctico. | São verdadeiras e primordiais *aquelas pro-* 100b
posições que merecem crédito, não por recurso a outras *proposi-*

---

[1] Πραγματεία: outras traduções possíveis: «estudo, tratado».
[2] Συλλογίζεσθαι.
[3] Λόγος.
[4] Συλλογισμός.
[5] Ἀληθῆ καὶ πρῶτα.
[6] Ἀπόδειξις.
[7] Ἔνδοξοι, lit. «plausíveis, fundadas na opinião comum».

ções, mas sim por si mesmas (pois no que respeita aos princípios [8] científicos não é pertinente perguntar porque são credíveis, uma vez que cada um desses princípios em si e por si deve ser credível); são fundadas na opinião comum aquelas *proposições* que parecem credíveis a todos, ou à maioria, ou aos sábios; ou ainda, de entre estes, a todos, à maioria ou aos mais conhecedores e reputados. Diz-se raciocínio erístico [9] aquele que resulta de *proposições* que parecem geralmente aceites sem que o sejam, bem como o que decorre, ou parece decorrer, de proposições geralmente aceites, pois nem tudo o que parece fundado na opinião o é de facto. Nem todas as proposições tidas por geralmente aceites se apresentam [10] como perfeitamente evidentes, conforme sucede no caso das premissas de base [11] dos raciocínios erísticos; no caso destes, de facto, a sua natureza enganadora é imediatamente evidente quase sempre para quem é capaz de reparar mesmo em pequenos pormenores. | Portanto, à primeira variedade dos raciocínios erísticos po- 101a
demos chamar «raciocínio»; à segunda, chamaremos «raciocínio erístico», mas não «raciocínio», sem mais, porquanto apenas constitui um raciocínio na aparência, não na realidade.

Para além de todos os tipos referidos de raciocínios ainda há os raciocínios falaciosos [12], os quais assentam em proposições básicas de certas ciências, tais como os que se fazem no domínio da geometria, ou de ciências afins desta. Este modo de proceder parece ser diferente do dos raciocínios acima mencionados; de facto, quem desenha figuras falsas [13] não está a raciocinar a partir de *premissas* verdadeiras e primordiais, nem a partir de *premissas* geralmente aceites. Efectivamente, as premissas em que se baseia não satisfazem a definição de «premissas geralmente aceites», porquanto nem são aceites por todos, nem pela maioria, nem pelos sábios, nem, de entre estes,

---

[8] Αἱ ἀρχαί.

[9] Ἐριστικός… συλλογισμός lit. «silogismo contencioso».

[10] Lit., «têm uma aparência» (ἔχει… τὴν φαντασίαν).

[11] Ἀρχαί.

[12] Παραλογισμοί = «inferências falsas, raciocínios falsos, paralogismos».

[13] Ὁ ψευδογράφων.

por todos, ou pela maioria, ou pelos de maior reputação; pelo contrário, ele constrói o seu raciocínio a partir de premissas próprias da ciência referida, mas não verdadeiras; ou seja, constrói um *falso* raciocínio, ou porque não desenha os semicírculos de forma correcta, ou porque não traça algumas linhas tal como elas devem ser traçadas.

Tomemos o que ficou dito como uma descrição sumária dos *diferentes* tipos [14] de raciocínio. Em termos gerais, estas são as distinções que pretendemos estabelecer quanto ao que atrás ficou dito e quanto ao que diremos em seguida, porquanto não é nosso propósito fazer uma exposição exaustiva sobre nenhum desses tipos, mas apenas fazer-lhes referência de forma sumária; entendemos ser mais do que bastante, segundo o método proposto, sermos capazes de distinguir de algum modo cada um dos tipos *de raciocínio*.

2. No seguimento do que ficou dito, vejamos em relação a quantas, e a que tipo de actividades esta exposição poderá ser útil. São elas em número de três: o exercício mental, os encontros *com o público*, *a obtenção de* conhecimentos [15] de ordem filosófica. Que é útil para o exercício mental, é coisa só por si evidente: possuidores do método, poderemos argumentar com mais facilidade sobre alguma questão que nos seja colocada; quanto aos encontros com o público, *é útil* porque, depois de fazer uma enumeração das opiniões da maioria, poderemos debater com todos a partir dos seus próprios princípios, e não de princípios alheios, fazendo-os modificar aquilo que nos parecer que dizem de forma incorrecta; quanto, enfim, aos conhecimentos filosóficos, porque, sendo capazes de analisar qualquer dificuldade em ambos os sentidos possíveis, mais facilmente detectaremos em cada *questão* onde está a verdade e onde o erro. Além disso ajudar-nos-á a discernir os princípios básicos [16] de cada ramo do conhecimento. É que, partindo dos princípios próprios de uma determinada ciência, nada é possí-

---

[14] Εἴδη, lit. «espécies».

[15] Τὰς ἐπιστήμας (cf. ἐπιστήμη no Gloss.).

[16] Τὰ πρῶτα [lit.» os (princípios) primordiais»].

vel dizer acerca destes, já que os princípios têm precedência
101b absoluta sobre tudo. | Por isso mesmo, para podermos dizer alguma coisa sobre *esses princípios*, temos necessariamente de recorrer a *opiniões* geralmente aceites sobre cada um deles. Esta *actividade* é uma propriedade da dialéctica, ou, pelo menos, é a ela especialmente adequada, dado que, sendo uma actividade que tem por fim a investigação, fornece o caminho para atingir os princípios *comuns* a todos os métodos.

3. Estaremos plenamente na posse do método quando nos encontrarmos em situação similar à que se verifica no caso da retórica, da medicina, e de outras capacidades [17] semelhantes, isto é, quando formos capazes de atingir os nossos propósitos recorrendo a todos os meios ao nosso alcance [18]. De facto, nem o retor [19] persuadirá *o auditório*, nem o médico curará *o doente* em qualquer circunstância; apenas se não omitirem nenhum dos recursos à sua disposição diremos que eles dominam a sua ciência.

4. Primeiramente há que observar de que *elementos* consta o nosso método. Se tivermos presentes a quantidade e o tipo de coisas sobre que versam os debates dialécticos, de que elementos eles são constituídos, e quando é que nos podemos considerar aptos a usar todos os recursos, então teremos alcançado o nosso objectivo. São iguais em número e em conteúdo *os elementos* de que constam os debates [20] e *as matérias* sobre que versam os raciocínios [21]. Os debates nascem a partir de certas proposições [22]; as matérias sobre que versam os raciocínios são os problemas [23]. Toda a proposição e todo o problema aponta para uma propriedade [24], para um género [25], ou para um aci-

---

[17] Δυνάμεις.
[18] Sobre o sentido desta frase v. Brunschwig, 1967, p. 117, n. 3.
[19] Ὁ ῥητορικός «mestre de retórica, orador».
[20] Οἱ λόγοι.
[21] Συλλογισμοί.
[22] Αἱ προτάσεις.
[23] Τὰ προβλήματα, lit. «as matérias propostas para investigação».
[24] Ἴδιον.
[25] Γένος.

dente [26]; quanto à diferença específica [27], dado que diz respeito ao género, deve ser estudada juntamente com este. Uma vez que, das propriedades, umas explicitam o que uma coisa é [28], e outras não o explicitam, há que distinguir a «propriedade» nos dois sentidos referidos, chamando, à que explicita o que uma coisa é, «definição» [29], e dando às restantes a designação comum a todas, ou seja, chamando-lhes apenas «propriedades». É evidente a partir do que ficou dito que, de acordo com a distinção feita, há no total quatro termos possíveis a distinguir: «definição», «propriedade», «género» e «acidente». Não se imagine, contudo, ser nossa intenção dizer que cada um destes *termos*, tomado em si mesmo é, ou uma proposição, ou um problema, mas sim que é a partir deles que são formados quer os problemas, quer as proposições.

O problema e a proposição diferem entre si quanto ao modo. Assim, por exemplo, quando se diz: «Acaso 'animal terrestre bípede' é a definição de 'homem'?», ou então: «Acaso 'animal' é o género (a que pertence) o homem?», estamos perante proposições. Mas se dissermos: «'animal terrestre bípede' é a definição de 'homem', ou não?», já estamos perante um problema. E o mesmo se passa em relação aos outros *predicáveis*, de modo que é verosímil que sejam iguais em número os problemas e as proposições, dado que basta mudar o modo como uma proposição está formulada para, a partir dela, se obter um problema.

5. Vamos agora examinar o que é uma definição, uma propriedade, um género e um acidente.

---

[26] Συμβεβηκός.

[27] O texto grego tem apenas διαφορά «diferença»; em sentido técnico esta «diferença» é aquela que, dentro de um género, individualiza cada uma das espécies nele contidas, ou seja, a *diferença específica.*

[28] Τὸ τί ἦν εἶναι. Sobre o sentido desta expressão, difícil e imensas vezes discutida, v. «Introdução», §§ 27-32.

[29] Ὅρος. Neste desenvolvimento, Arist. aborda o problema daquilo a que os Escolásticos designavam com o termo latino *praedicabilia* «predicáveis». Não confundir com as «categorias», cf. Schramm, 2004, p. 45: «Os 'predicáveis' são classes de predicados em si, as 'categorias' são classes de predicados apenas na medida em que exprimem a essência de sujeitos determinados.»

«Definição» é um enunciado [30] que explicita o que cada
102a coisa é [31], o qual pode surgir como | um enunciado *usado* em lugar de um nome, ou um enunciado *usado* no lugar de outro *enunciado*, dado que é possível definir outras das coisas explicitadas por meio de um enunciado. Todos aqueles que, de alguma forma, se referem a uma coisa recorrendo a um nome, é evidente que não proporcionam uma definição [32] da coisa, uma vez que toda a definição deve ter a forma de um enunciado. Temos de admitir, no entanto, que é, de certo modo, definitória uma expressão como, por exemplo: «Belo é aquilo que é decoroso.» [33] O mesmo se passa quando pomos a pergunta se «sensação» [34] e «conhecimento» [35] são a mesma coisa, ou coisas diferentes, pois é um facto que a maioria das discussões travadas acerca das definições está em saber se estamos a falar da mesma coisa ou de coisas diferentes. Para simplificar [36], chamemos «*expressões* definitórias» a todas as expressões formadas segundo o mesmo método que as definições. É só por si evidente que os casos acabados de referir se enquadram dentro deste tipo. Se formos capazes de dilucidar se estamos a falar do mesmo ou de *coisas* diferentes, também poderemos ser capazes de argumentar acerca das definições, dado que, se demonstrarmos que as duas coisas não são idênticas estaremos a deitar por terra a definição *sujeita a debate*. Mas o que acabámos de dizer não é susceptível de inversão,

---

[30] Λόγος.

[31] Τὸ τί ἦν εἶναι. Sobre os problemas de interpretação (inclusive de ordem gramatical) levantados por esta expressão v. «Introdução», *l. c.*, e ainda Sanmartín, p. 94, n. 12, e, sobretudo, M. Schramm, *o. c.*, pp. 46 e segs.

[32] Ὁρισμός. Sobre a distinção a fazer entre os dois termos usados por Arist. para designar a «definição», ou seja, ὅρος e ὁρισμός, v. Schramm, *o. c.*, pp. 49 e segs.

[33] «Belo» traduz aqui o grego τὸ καλόν, que tanto pode significar «belo» como «bem»; por sua vez «decoroso» traduz o grego πρέπον, particípio de πρέπω «ser conveniente, ser adequado, ser próprio» (tanto em sentido físico como moral); neste contexto, «decoroso» deve entender-se em sentido moral.

[34] Αἴσθησις.

[35] Ἐπιστήμη.

[36] Ἁπλῶς.

isto é, para confirmar a justeza de uma definição não basta demonstrar que estamos a falar do mesmo; em contrapartida, para deitar por terra [37] *a definição* é suficiente demonstrar que não estamos a falar do mesmo.

«Propriedade» é um *predicável* que não explicita a essência de uma coisa, mas que lhe pertence em exclusivo e pode ser predicado convertivelmente acerca da coisa [38]. Por exemplo, é uma propriedade do homem a aptidão para a gramática [39]; portanto, se um certo ente é homem, então tem aptidão para a gramática, e se um ente tem aptidão para a gramática, então é porque se trata de um homem. Ninguém considera como propriedade aquilo que pode ser próprio de um outro ente qualquer; por exemplo, que dormir seja propriedade do homem, ainda que possa suceder que num certo momento seja um homem o único ente *que está a dormir*. Se alguém quiser chamar «propriedades» a predicados deste tipo, então terá de o fazer não de uma forma absoluta, mas sim falando apenas em relação a um dado momento ou circunstância: pode dar-se o caso de que «estar do lado direito» seja num dado momento uma propriedade, e também é possível dizer-se que «bípede» pode ser circunstancialmente uma propriedade, por exemplo se estivermos a falar do homem em comparação com o cavalo ou o cão. É evidente que não é possível fazer a conversão [40] de um predicado aplicável a mais do que uma coisa: pelo facto de um dado ente estar a dormir não se segue necessariamente que seja um homem.

---

[37] «Comprovar», «deitar por terra»: dois termos técnicos de enorme importância no contexto da dialéctica de Aristóteles. No debate dialéctico os dois intervenientes prosseguem objectivos diferentes e opostos, já que um deles pretende «comprovar» (κατασκευάζειν «confirmar, defender») uma determinada proposição (ou tese), enquanto o outro pretende «deitar por terra» (ἀνασκευάζειν «infirmar, destruir um argumento, refutar»).

[38] Ἀντικατηγορεῖσθαι.

[39] Τὸ γραμματικῆς εἶναι δεκτικόν, lit. «ser receptivo à gramática» (entendendo por «gramática» o conhecimento da leitura e da escrita, para além do que hoje entendemos pelo termo).

[40] Por ex., a proposição «todo o homem é um ente que dorme» não é convertível em «todo o ente que dorme é homem», ao contrário da proposição em que se afirma a aptidão do homem para a gramática.

«Género» é uma predicação feita *quanto à categoria da* essência [41] a propósito de um grande número de coisas que diferem entre si pela respectiva espécie. Diremos que se faz uma predicação quanto à categoria da essência quando se enuncia algo que convém ao objecto sobre o qual perguntamos: «O que é isto?» Por exemplo, se perguntarmos «O que é o homem?» [42] será adequado responder que é um «animal» [43]. Também é de natureza genérica a questão de saber se duas *ou mais* coisas pertencem ao mesmo género ou a géneros diferentes, já que responder a esta questão implica o recurso ao mesmo método que *usamos para investigar* o que é o género. Assim, argumentarmos que «animal» é o género a que pertence «homem», e igualmente aquele a que pertence «boi», equivale a argumentarmos que «*homem*» e «*boi*» pertencem ao mesmo género. |
102b Se, pelo contrário, demonstrarmos que uma coisa pertence a um género e outra coisa pertence a um *género* diferente, teremos concluído que não se incluem as duas no mesmo género.

«Acidente» é um *predicável* distinto dos precedentes, isto é, não é uma definição, nem uma propriedade, nem um género, conquanto possa pertencer à coisa. Pode também dizer-se um *predicável* que pode aplicar-se ou não a uma e à mesma coisa, qualquer que ela seja; por exemplo, «estar sentado» ora pode aplicar-se, ora pode não se aplicar a um certo ente, e o mesmo se pode dizer do facto de «ser branco», pois nada há que impeça uma coisa de umas vezes ser branca e outras não ser branca. Das duas definições que demos de «acidente» a segunda é a preferível [44]. Se alguém desejar concluir *o que é um acidente* a partir da primeira, deverá elucidar previamente o que é uma definição, um género, uma propriedade, ao passo que a

---

[41] Ἐν τῷ τί ἐστι.

[42] *I. e.,* se perguntarmos qual é a essência do «ser homem».

[43] Ζῷον «animal»; por vezes o contexto pode recomendar a tradução por «ser animado» (= dotado de alma), ou «ser vivo».

[44] *I. e.,* a definição pela negativa (o acidente não é definição, nem propriedade, nem género), e a definição pela positiva (o que caracteriza o acidente é a possibilidade de se aplicar umas vezes, e outras não, a um mesmo sujeito).

segunda *definição* chega só por si para esclarecer o que se entende *por acidente*. Incluam-se no domínio do acidente todos os juízos que exprimem uma qualquer comparação extraída de atributos ocasionais, por exemplo, «se é preferível optar pelo que é honesto [45] ou pelo que é útil», «se é mais agradável a vida guiada pela virtude ou pelo prazer», ou praticamente todas as questões deste tipo que se possam colocar, pois a respeito de todas elas o problema está em decidir a qual delas o acidente em questão se aplica melhor. Do que dissemos conclui-se com clareza que nada impede um acidente de se tornar uma propriedade ocasional e relativa: por exemplo, «a posição 'sentado'», que é um acidente, torna-se uma propriedade se, num dado momento, apenas um único indivíduo estiver sentado; mas se houver várias pessoas sentadas, então será uma propriedade *destas* em relação às que não estão sentadas. Ou seja, nada impede que um acidente se torne propriedade *de uma coisa* em termos relativos e momentâneos. O que ele não pode é ser uma propriedade em sentido absoluto.

6. Não deve escapar à nossa atenção que tudo quanto se pode dizer relativamente à propriedade, ao género e ao acidente pode também dizer-se adequadamente em relação às definições. De facto, se nós provarmos que um determinado atributo não pertence exclusivamente ao sujeito da definição, tal qual como sucede quando se trata de uma propriedade, ou se o que encontrarmos dado na definição não é o *verdadeiro* género, ou se na formulação do enunciado houver algum elemento desaquado, como igualmente poderá suceder na enunciação de um acidente, teremos refutado a definição; consequentemente, de acordo com o que atrás ficou dito, estas hipóteses acabadas de enumerar seriam *apenas*, em certo sentido, «definitórias». Mas nem por isto deveremos procurar encontrar um método válido

---

[45] Τὸ καλόν. O adjectivo καλός, aqui no género neutro substantivado, tem uma grande abrangência semântica, pois pode equivaler a «belo», «bonito», «bom» (especialmente em sentido moral), «nobre», «decente», etc. Neste caso optámos pela versão «honesto», com a conotação de «conforme ao bem moral», segundo o modelo do latim *honestum,* que é usado em filosofia para denotar precisamente o «bem moral».

para todas as situações, primeiro porque não seria nada fácil encontrá-lo, depois porque, se o encontrássemos, ele seria totalmente obscuro e de utilização difícil na presente exposição [46]. Se, em contrapartida, chegarmos a um método apropriado a cada um dos tipos de problemas que distinguimos, mais facil-
103a mente encontraremos | a saída para cada uma das questões com que nos defrontamos. Numa palavra, como já acima ficou dito, há que ir estabelecendo distinções *em termos gerais*, e inserindo nestas as questões mais adequadas a cada uma delas, construindo assim proposições que chamaremos «de tipo definitório» e «de tipo genérico». Assim, praticamente todos os casos serão tratados dentro do tipo que lhes é adequado.

7. Primeiro que tudo há que distinguir todos os sentidos em que se pode usar o *termo* «idêntico» [47]. Em termos gerais diríamos que «idêntico» pode entender-se em três acepções, já que habitualmente falamos de «identidade» [48] relativamente ao número, à espécie, ou ao género. Relativamente ao número: quando existem várias palavras para designar um único objecto, por exemplo λώπιον e ἱμάτιον [49]. Relativamente à espécie: quando existem muitas coisas diferentes mas que não se distinguem pela espécie *a que pertencem*, por exemplo, «este homem» e «aquele homem», «este cavalo» e «aquele cavalo»: neste caso diz-se que todos estes entes são «idênticos relativamente à espécie», uma vez que pertencem à mesma espécie. Do mesmo modo pode dizer-se que são «idênticas relativamente ao género» todas as coisas que se incluem dentro de um mesmo género, tais como «cavalo» e «homem». Poderia parecer que, ao dizermos que é sempre «idêntica» a água que corre de «uma mesma fonte», estaríamos a empregar «idêntico» num sentido diferente dos usados atrás. Apesar de tudo, este caso deve incluir-se entre aqueles em que, de certo modo, se fala de «coisas da mesma espécie». De facto, todas estas coisas pare-

---

[46] Πραγματεία.

[47] Τὸ αὐτό, lit. «o mesmo», cf. o lat. *ipsum.*

[48] Sobre a questão da «identidade», v. M. Mignucci, «Aristotle's Topics and Contingent Identity», in *Kann man heute…*, pp. 39-59.

[49] Ambas as palavras denotam uma espécie de capa, ou capote.

cem ter uma certa relação de parentesco entre si e serem praticamente idênticas umas às outras. Um certa porção de água diz-se que é especificamente idêntica a qualquer outra porção de água, porque *ambas* têm entre si uma determinada semelhança; a água que corre de uma fonte não se distingue de outra água qualquer senão pelo seu *eventual* maior grau de semelhança, por isso não a distinguimos das restantes coisas que dizemos serem idênticas relativamente à espécie. Parece que onde se encontra maior consenso é no emprego da expressão «idêntico» em relação com o número. Mesmo aqui, porém, a expressão pode empregar-se em mais do que um sentido. O primeiro e mais importante sentido ocorre quando usamos a palavra «idêntico» em relação a um nome ou a uma definição, por exemplo, quando dizemos que «capote» (ἱμάτιον) é idêntico a «capa» (λώπιον), ou quando dizemos «animal terrestre bípede» para significar «homem». O segundo *sentido* ocorre quando nos referimos a uma propriedade, por exemplo, quando identificamos o homem como «o que tem capacidade para o conhecimento» [50], ou o fogo como «aquilo que tem a tendência natural para se elevar». O terceiro *sentido ocorre* quando a identidade diz respeito a um acidente, por exemplo, se identificamos «o *homem* que está sentado» ou «o *homem* que percebe de música» com Sócrates. Todas estas expressões designam um ente numericamente uno. Que é verdade o que acabamos de dizer, qualquer *pessoa* pode compreendê-lo se reparar na variedade de maneiras que temos para designar alguém. Às vezes sucede que mandamos chamar uma das várias pessoas que se encontram sentadas dizendo apenas o nome da pessoa [51]; mas se, porventura, o encarregado de a chamar não identifica a pessoa pelo nome, nós mudamos a maneira de dizer, e aludimos a um qualquer acidente que dê a entender a quem nos referimos, dizendo, por exemplo, que vá chamar para o pé de nós «aquela pessoa que está sentada», ou «aquela pessoa que está a conversar»: é evidente que tanto ao empregar o nome próprio como ao aludirmos a um mero acidente estamos a referir-nos à mesma pessoa.

---

[50] Ἐπιστήμη.

[51] *I. e.,* sem especificar que a pessoa em causa está sentada.

103b **8.** | Quanto ao significado de «idêntico», como ficou dito, há que entendê-lo, portanto, em três acepções. Que os argumentos [52] são construídos com base nos elementos atrás indicados [53], por intermédio deles e em relação a eles, é coisa de que nos podemos persuadir pelo recurso à indução [54]; de facto, alguém que observe todas as proposições e todos os problemas um a um verificará que umas e outros são resultantes de uma definição, de uma propriedade, de um género ou de um acidente. Outra forma de nos podermos persuadir *do que dissemos* é recorrendo a um raciocínio dedutivo [55]. É que, necessariamente, tudo quanto seja predicado de uma coisa, ou pode, ou não pode ser objecto de conversão [56]. Se pode ser predicado por conversão é porque se trata de uma definição ou de uma propriedade (se indica qual é a essência da coisa é uma definição, se não indica, é uma propriedade; isto é, trata-se de uma propriedade sempre que a predicação resultante de conversão não indica a essência da coisa). Se o predicado atribuído à coisa não é convertível, *das duas uma*, ou algum dos termos predicados do sujeito está contido na definição, ou não está. Se *um desses termos* faz parte da definição, deverá tratar-se ou do género ou da diferença específica, já que toda a definição comporta a indicação de um género e de diferenças específicas. Se, porém, não fizer parte da definição, é evidente que se tratará de um acidente, porquanto dissemos acima que é «acidente» tudo quanto pertence à coisa, mas não é nem definição, nem propriedade, nem género.

9. Seguidamente devemos enumerar os tipos das «categorias» [57] dentro das quais cabem os quatro *predicáveis* de que

---

[52] Λόγοι.

[53] Ou seja, os quatro «predicáveis» enumerados no cap. 5.

[54] Ἐπαγωγή.

[55] Συλλογισμός.

[56] Ἀντικατηγοεῖσθαι, lit. «realizar a conversão do predicado», ou seja, inverter a posição do sujeito e do predicado dentro da proposição, passando o sujeito para predicado e o predicado para sujeito. Em linguagem simbólica, *S é P* «converte-se» em *P é S*.

[57] Κατηγορίαι, lit. «predicados, predicações». A este tema dedicou Arist. precisamente o estudo que tem por título *Categorias*, também ele parte do *Órganon*.

temos estado a falar [58]. São elas em número de dez: «essência» [59], «quantidade» [60], «qualidade» [61], «relação» [62], «lugar» [63], «tempo» [64], «posição» [65], «estado» [66], «acção» [67], «paixão» [68]. Quer o acidente, quer o género, a propriedade ou a definição situam-se sempre numa qualquer destas categorias; todas as proposições formadas a partir dos predicáveis denotam a essência, a quantidade, a qualidade ou qualquer outra das referidas categorias. É evidente pelo que ficou dito que *a expressão* que indica «o que uma coisa é» [69], umas vezes indica a «substância» [70], outras a «quantidade», outras a «qualidade», outras

---

[58] A relação entre os quatro «predicáveis» e as dez «categorias» está bastante bem explicada no Comentário de Alexandre de Afrodisíade, que traduzimos da versão inglesa indicada na Bibliografia, dada a impossibilidade que tivemos de consultar o texto grego: «Aristóteles acabou de mostrar que os problemas e as proposições se distribuem pelos quatro tipos *de predicáveis* acima mencionados. Mas como estes *predicáveis*, embora sendo géneros, não são os géneros mais elevados, mas estão eles mesmos contidos em outros *géneros* (pois eles contam-se entre as coisas que existem *em si mesmas*, das quais há dez géneros, os mais elevados *de todos,* que é habitual designar por um nome que lhes é particular, ou seja, «categorias»), Aristóteles afirma que nós devemos, de acordo com o que ficou dito anteriormente, determinar e fixar a lista dos tipos de categorias a que pertencem as quatro espécies mencionadas de problemas e de proposições» (*o. c.,* p. 70).

[59] Τί ἐστι, lit. «o que (qualquer coisa) é».

[60] Ποσόν, lit. «quanto, de que tamanho».

[61] Ποιόν, lit. «qual».

[62] Πρός τι, lit. «relativamente a quê».

[63] Ποῦ, lit. «onde».

[64] Ποτέ, lit. «quando».

[65] Κεῖσθαι, lit. «estar (nesta ou naquela posição)».

[66] Ἔχειν, lit. «encontrar-se (neste ou naquele estado)».

[67] Ποιεῖν, lit. «fazer (alguma coisa)».

[68] Πάσχειν, lit. «sofrer, *i. e.*, ser objecto de acção alheia». A tradução por «paixão» provém do latim *passione(m),* substantivo em que está presente o mesmo sentido que no verbo grego. Note-se que tanto «acção» como «paixão» são os termos usados por M. S. Lourenço na sua tradução de W. e M. Kneale *O Desenvolvimento da Lógica,* p. 25. No entanto, dado que os termos gregos correspondentes são infinitos verbais, a tradução poderia ser, respectivamente, «agir» e «sofrer uma acção».

[69] Τὸ τί ἐστι, a «essência».

[70] Οὐσία. Este termo também pode ser traduzido por «essência» (v. Mesquita, 2005, p. 480).

uma das restantes categorias. Quando, diante de um homem, se diz que o ser ali presente é um «homem» ou um «animal», está a indicar-se *não só* «o que a coisa é» [71] como também uma «substância» [72]; quando, em presença de *uma coisa* de cor branca se diz que o que temos presente é o «branco» ou é «uma cor», está a indicar-se tanto uma «essência» como uma «qualidade». Semelhantemente, se, diante de *um objecto* com um côvado de comprimento dissermos que estamos perante uma coisa do tamanho de um côvado, estaremos indicando tanto uma «essência» como uma «quantidade». Passa-se o mesmo com todos os demais *predicados*: cada um destes, quer afirme algo da coisa em si mesma, quer se refira ao género em que ela se insere, está a indicar uma «essência»; quando está a afirmar algo em relação a outro objecto qualquer, já não está a indicar uma «essência», mas sim uma «quantidade», uma «qualidade», ou alguma das restantes categorias. São, portanto, estas e apenas estas as matérias sobre que versam os argumentos [73], esta a natureza e o número dos elementos por que são constituídos. | Seguidamente iremos explicar como encontrar e como
104a dispor com facilidade de recursos argumentativos.

10. Comecemos por definir o que seja uma «proposição dialéctica» e um «problema dialéctico», dado que nem todas as proposições nem todos os problemas podem ser apresentados de forma dialéctica. De facto, ninguém de perfeito juízo formularia uma proposição que não merecesse crédito de ninguém, nem transformaria em problema uma coisa óbvia para toda, ou quase toda, a gente: nem um tal *problema* apresentaria a mínima dificuldade, nem ninguém formularia uma proposição semelhante.

Entende-se por «proposição dialéctica» [74] uma questão [75] conforme à opinião de todos, ou da maioria, ou dos conhece-

---

[71] Τί ἐστι = a essência.

[72] Οὐσία.

[73] Λόγοι.

[74] Πρότασις διαλεκτική; refira-se, no entanto, que πρότασις também pode traduzir-se por «premissa».

[75] Ἐρώτησις, «pergunta».

dores [76] e, de entre estes, ou de todos, ou da maioria, ou dos mais conceituados, e que, neste caso, não seja paradoxal [77]. Qualquer pessoa, de facto, aceitará como sua uma opinião do agrado dos conhecedores, desde que não seja contrária aos pontos de vista da maioria.

São assim «proposições dialécticas» as que se assemelham às proposições geralmente aceites [78], e bem assim as que são formuladas como refutação das proposições contrárias às geralmente aceites. São-no, além disso, as opiniões que resultam dos conhecimentos técnicos adquiridos.

Se for uma opinião geralmente aceite que o conhecimento dos contrários compete ao mesmo *ramo* do saber [79], então também será geralmente aceite que a sensação [80] dos contrários competirá ao mesmo *sentido*; se for plausível haver uma única arte da gramática, plausível será também haver uma única arte da flauta; mas se se admitir que há várias artes da gramática, também será admissível haver várias artes da flauta, dado que parece existir um certo grau de semelhança e afinidade entre ambas *as formulações.*

Pela mesma ordem de ideias, as opiniões que contradizem o contrário das opiniões geralmente aceites, devem ser *elas próprias* geralmente aceites. Por exemplo, se a proposição «devemos fazer bem aos amigos» for uma opinião geralmente aceite, então também será uma opinião geralmente aceite «que não devemos fazer-lhes mal». Afirmar que «devemos fazer mal aos amigos» é uma opinião contrária à geralmente aceite, e a opinião oposta a esta é que «não devemos fazer mal aos amigos». Do mesmo modo, se «devemos fazer bem aos amigos», *já* «não devemos fazê-lo aos inimigos». Esta última opinião é contrária aos pontos de vista geralmente aceites, dado que é contrária à opinião geralmente aceite «que devamos fazer bem aos inimigos». Passa-se o mesmo com os demais casos. Numa compara-

---

[76] Σοφοί, lit. «(os) sábios».

[77] Παράδοξος, lit. «contrária à opinião comum».

[78] Τὰ τοῖς ἐνδόξοις ὅμοια, lit. «que são semelhantes às fundadas na opinião comum».

[79] Ἐπιστήμη.

[80] Αἴσθησις.

ção apresenta-se como aceitável uma proposição contrária de outra que seja contrária ao que é geralmente aceite: por exemplo, se é aceitável «que devemos fazer bem aos amigos», também o é «que devemos fazer mal aos inimigos». Poderia parecer que fazer bem aos amigos é contrário de fazer mal aos inimigos; se na verdade o é ou não, discuti-lo-emos quando falarmos dos contrários [81].

É evidente que todas as opiniões que estão de acordo com as técnicas *em vigor* [82] são proposições dialécticas, porque qualquer pessoa deverá conformar-se com o parecer dos especialistas em cada matéria: por exemplo, no que respeita à medicina deve assumir-se o parecer do médico, no que respeita à geometria deve repetir-se o parecer do geómetra, e o mesmo em relação às outras artes.

104b **11.** | «Problema dialéctico» é uma tomada de posição que leva a decidir entre escolha e rejeição, ou entre verdade e conhecimento, tomada quer por si mesma, quer como auxiliar na procura da solução de outras questões similares; trata-se de questões acerca da qual as pessoas, ou não têm opinião definida, ou a maioria pensa de maneira oposta aos conhecedores, ou estes de maneira oposta à maioria, ou mesmo uns em oposição a outros. Conhecer alguns problemas é útil para nos facilitar a escolha ou a rejeição de *qualquer coisa*; por exemplo, se o prazer é, ou não é, uma coisa digna de escolha. Outros há, porém, que apenas têm interesse pelo gosto de conhecer, por exemplo, *saber* se o Universo é eterno ou não. Outros ainda não têm nenhuma destas finalidades, mas funcionam como auxiliares na resolução de algum problema semelhante: muitas questões, de facto, não as desejamos esclarecer por si mesmas, mas sim por algum outro motivo, ou seja, com o fim de por intermédio delas obtermos algum conhecimento *novo*. Existem ainda problemas que dão lugar a argumentos [83] contraditórios.

---

[81] V. infra, 112b e segs.

[82] Κατὰ τέχνας, *i. e.*, «de acordo com as artes (ciências, técnicas actualmente aceites)».

[83] Συλλογισμοί.

São casos em que é difícil discernir qual a posição que devemos tomar devido ao facto de se poderem construir argumentos [84] convincentes num sentido ou noutro [85]. Existem ainda outros de natureza tão complexa que não conseguimos descobrir para eles nenhuma solução adequada, como, por exemplo, *a questão de saber* se o Universo é eterno ou não; no entanto, são *problemas* que não podemos deixar de investigar.

Demos, então, por discriminado do modo como ficou dito o que são os problemas e as proposições.

Uma tese, por outro lado, é uma suposição [86] paradoxal proposta por algum filósofo famoso: por exemplo, que «não pode haver contradição», conforme defende Antístenes, ou que «tudo está em movimento», de acordo com Heraclito, ou que «o ser é uno», segundo diz Melisso. Seria falta de senso ligar importância a afirmações assim contrárias à opinião comum se o seu autor fosse um homem vulgar. *São teses* igualmente *aquelas suposições* contrárias às opiniões correntes que parecem possuir algum fundamento *sério*, por exemplo, que não é verdade que todos os entes, ou se tornaram *o que são*, ou são-no eternamente, conforme sustentam os sofistas: *a verdade é que o facto de* um músico ser *também* um letrado *não implica* que ele se tenha tornado tal, nem que o seja eternamente [87]. Talvez esta *conclusão* possa não ser clara para toda a gente, mas é uma suposição que *pelo menos* aparenta ter algum fundamento.

Uma tese, por conseguinte, é também um problema, embora nem todo o problema seja uma tese, dado haver certos problemas de natureza tal que não nos podemos pronunciar acerca deles nem num sentido nem noutro. Que uma tese é também um problema é evidente: do que ficou dito decorre necessariamente que, a propósito de uma tese, ou a maioria está em com-

---

[84] Λόγοι.

[85] Cf. o caso dos exercícios retóricos em que o mesmo candidato a orador produz discursos de acusação e de defesa na mesma situação judiciária (por ex., as «tetralogias» de Antifonte).

[86] Ὑπόληψις.

[87] Sobre a interpretação a dar a este passo, difícil de entender dada a extrema concisão com que Arist. se exprime, v. Brunschwig, pp. 128--129 (n. 2).

pleto desacordo [88] com os conhecedores, ou há desacordo até dentro de cada grupo, dado que uma tese é uma suposição contrária à opinião comum. Hoje em dia dá-se o nome de «teses» a praticamente todos os problemas dialécticos. É indiferente, porém, o nome que empreguemos, pois não estabelecemos esta distinção terminológica por interesse em inventar
105a novos nomes, | mas apenas para tomarmos consciência das eventuais diferenças existentes entre ambas *as designações*.

Não é necessário analisar todos os problemas nem todas as teses; só devemos fazê-lo quando o nosso interlocutor está em dificuldade em chegar a uma conclusão, sem que mereça qualquer censura, ou careça de afinar os sentidos. Por exemplo, quem hesita perante o problema *de saber* «se, sim ou não, é preciso honrar os deuses e amar os pais» merece ser corrigido, mas quem não destrinçar «se a neve é branca ou não» *precisa de afinar* a percepção. Também não devemos ocupar-nos com aqueles problemas cuja demonstração ou está demasiado à mão, ou é excessivamente demorada [89], dado que os primeiros não oferecem qualquer dificuldade, e os segundos exigem bastante mais do que um mero treino *dialéctico*.

12. Feitas estas distinções importa agora determinar quantas formas existem de argumentação dialéctica. Por um lado, temos a indução [90], por outro temos o raciocínio dedutivo [91]. Anteriormente já dissemos o que é um raciocínio *dedutivo* [92]. Quanto à indução é o método de raciocínio [93] que parte de um conjunto de coisas individuais para concluir acerca da totalidade; por exemplo, se o piloto é o mais sabedor *na arte de guiar um navio*, se o auriga [94] é *o mais sabedor na sua arte*, concluimos que, em geral, o melhor em cada arte é o mais sabe-

---

[88] Ἀμφισβητεῖν, lit. «disputar, contestar, discordar».

[89] Λίαν πόρρω, lit. «demasiado distante».

[90] Ἐπαγωγή (raciocínio indutivo, ou seja, através da observação de exemplos).

[91] Συλλογισμός, «silogismo», ou raciocínio através da dedução.

[92] V. supra, cap. 1 (100a25 e segs.).

[93] Ἔφοδος.

[94] Condutor de carros puxados por cavalos.

dor *nessa arte*. A indução é mais convincente, mais clara, mais apreensível pelos sentidos, e está ao alcance da maioria das pessoas, ao passo que o raciocínio dedutivo tem mais força demonstrativa e é mais eficaz para responder aos contraditores.

13. Demos, portanto, por adquiridas as matérias sobre as quais e a partir das quais construímos os nossos argumentos da maneira como ficou dito atrás [95]. Quanto aos instrumentos de que nos iremos servir para formar os argumentos, eles são em número de quatro: o primeiro consiste em formular proposições, o segundo em ser capaz de distinguir quantas as acepções possíveis dos termos que empregamos, o terceiro em descobrir as diferenças *entre eles*, o quarto em detectar as *respectivas* semelhanças. De certo modo os três últimos *instrumentos referidos* são também proposições. De facto, é possível construir uma proposição a partir de cada um deles, por exemplo: que devemos optar ou pelo bem *moral*, ou pelo agradável, ou pelo útil; que a sensação difere do conhecimento em que este, se o perdermos, poderemos recuperá-lo, o que é impossível no caso da sensação; que «estar são» está para «saúde» como «estar vigoroso» está para «vigor» [96]. A primeira destas proposições *diz respeito* à variedade de acepções *das palavras*, a segunda às diferenças, a terceira às semelhanças.

14. Quanto às proposições, devemos seleccioná-las segundo aquelas mesmas distinções que acima estabelecemos entre elas [97]: ou recorremos às opiniões de toda a gente, ou às da maioria, ou às dos sábios (e de entre estes, ou às de todos eles, ou às da maioria, ou às dos mais conceituados), ou às que não aparentam | ser contrárias à opinião geral; interessam tam- 105b
bém todas as que são confomes a um ramo *específico* do conhecimento [98]. Há que formular ainda proposições que sejam contraditórias daquelas que se apresentam como contrárias às

---

[95] V. supra, cap. 8 (103b1 e segs.).

[96] Relação etimológica entre os pares adjectivo/substantivo (são/saúde, vigoroso/vigor).

[97] V. supra, cap. 10 (104a3 e segs.).

[98] Lit. «todas as opiniões em consonância com as artes (técnicas)».

geralmente aceites [99], conforme dissemos acima [100]. É útil também formulá-las escolhendo não apenas as que são conformes à opinião geral [101], mas também as que se assemelham a estas, tal como que «sensações contrárias são apreendidas pelo mesmo sentido» (*dado que são objecto* do mesmo conhecimento), ou que «nós vemos alguma coisa porque recebemos algo, e não porque emitimos *algo a partir de nós*»; tudo se passa, aliás, do mesmo modo com os outros sentidos: ouvimos porque recebemos algo em nós, não porque emitimos, e o mesmo vale para o gosto, e para todos os outros.

As proposições que parecem verificar-se em todos, ou na maioria dos casos, devemos tomá-las como «princípio» [102] e como uma tese válida, dado que são propostas como tese por quem nunca observou uma circunstância em que as coisas se passassem de modo distinto.

Temos igualmente de as recolher nos textos *que circulam* escritos, elaborando listas separadas das hipóteses formuladas sobre cada assunto, por exemplo, sobre o «bem», ou sobre o «ser vivo» [103], ou, *no caso do «bem»,* sobre todas *as espécies possíveis* de «bem», começando *naturalmente por definir* a sua essência [104]. Convém igualmente referenciar as opiniões de cada *pensador individual, registando*, por exemplo que, segundo Empédocles, são quatro os elementos que compõem os corpos; qualquer pessoa pode, de facto, propor como tese a opinião expressa *por um pensador reputado.*

De uma forma geral podemos considerar que existem três classes de proposições e de problemas: umas proposições são *de natureza* ética, outras *de natureza* física, outras *de natureza* lógica. São de natureza ética, por exemplo, a questão *de saber* a quem devemos obedecer em caso de discrepância, se aos pais, se às leis; de natureza lógica, *a de saber* se é ou não a mesma

---

[99] Δεῖ δὲ προτείνειν καὶ τὰς ἐναντίας ταῖς φαινομέναις ἐνδόξοις κατ᾽ ἀντίφασιν.

[100] V. supra, 104a20-22.

[101] Ἔνδοξοι, que também traduzimos por «geralmente aceites».

[102] Ἀρχή.

[103] Lit. «sobre o animal».

[104] Ἀπὸ τοῦ τί ἐστιν.

ciência [105] que se ocupa dos contrários; de natureza física, *a de saber* se o mundo é ou não é eterno. Com os problemas as coisas passam-se da mesma maneira. Quais as *proposições* [106] que pertencem a cada classe, não é fácil determiná-lo por meio de uma definição; com a habituação resultante da prática da indução há que tentar discernir caso a caso, seguindo o modelo dos exemplos acima apresentados.

Ao trabalhar com estas questões tendo em vista a filosofia, devemos ter como critério a verdade; *ao fazê-lo* de forma dialéctica, temos em vista a opinião. Devemos formar todas as proposições, tanto quanto possível, em termos universais, e depois desdobrar cada uma em várias; por exemplo, partir de que é a mesma ciência que trata dos opostos, para depois afirmar o mesmo das *proposições* contrárias e das *proposições* relativas [107]. O mesmo processo aplica-se depois no desdobramento destas *novas proposições*, estabelecendo distinções enquanto for possível, por exemplo, entre *a ciência* «do bem e do mal», «do branco e do preto», «do frio e do quente», e assim por diante.

15. | Sobre a proposição é suficiente o que ficou dito. 106a
Quanto às várias acepções *das palavras*, devemos, não apenas explicitar quais as conotações que se verificam em contextos distintos, mas também tentar mostrar a razão de ser de todas elas: por exemplo, não basta dizer que, em certo sentido, a «justiça» e a «coragem» são um bem, e que noutro sentido também são um bem a «forma física» e a «saúde»; é preciso justificar que as primeiras o são por serem qualidades, enquanto as segundas o são porque permitem obter algum resultado, e não por serem em si qualidades. E assim por diante.

---

[105] Ἐπιστήμη: ramo do saber, do conhecimento.

[106] *Proposições* é uma palavra do género feminino em grego (προτάσεις) como em português; quanto a *problemas*, masculino em português, é neutro em grego (τὰ προβλήματα). Na expressão «quais as *proposições* que pertencem a cada classe», subentendemos *as proposições*, já que no original se lê apenas ποῖαι δ᾽ ἕκασται, lit. «quais aquelas que», no género feminino; mas devemos entender que a expessão é válida também para *os problemas*, pois Arist. disse atrás que são idênticas as classes tanto de proposições como de problemas.

[107] Τῶν πρός τι, lit. «das (proposições) em relação a algo».

Se um determinado termo se emprega relativamente à espécie em vários sentidos ou num único sentido, podemos verificá-lo do modo que segue. Em primeiro lugar vamos verificar se o seu contrário se exprime também de maneiras distintas, quer a discrepância esteja na espécie *da coisa*, quer no nome *que lhe damos*. Muitas coisas existem cuja distinção se exprime directamente nos termos empregados: por exemplo, falando da voz [108], o contrário de «agudo» [109] é «grave» [110], falando de um sólido é «amolgado» [111]. É evidente, portanto, que o contrário de «agudo» pode possuir vários sentidos, logo, também «agudo» pode ter vários sentidos, e conforme o sentido que tiver *em cada caso*, assim será o seu contrário. Não é o mesmo sentido de «agudo» que é contrário de «amolgado», *por um lado*, ou de «grave», *por outro*: cada um destes termos tem um «agudo» *distinto* por contrário. Voltemos a «grave»: falando da voz, o seu contrário é «agudo», mas se falarmos de um sólido *o seu contrário* será «leve» [112]. Conclusão: «grave» pode empregar-se em vários sentidos, uma vez que o mesmo sucede com o seu contrário. Similarmente, o contrário de «belo» falando de um ser vivo é «feio», falando de uma casa é «deteriorada» [113], donde se conclui que «belo» é uma palavra ambígua [114].

Certas coisas há em que são idênticos os termos com que nos referimos a elas, apesar de ser evidente que existe entre ambas uma nítida diferença específica: veja-se, por exemplo, o uso dos adjectivos «claro» e «escuro» [115]. Diz-se de um som que é «claro» ou «escuro» usando os mesmos termos que ao falar da cor *de um corpo.* Nas palavras não existe qualquer distinção,

---

[108] Ou: de um som (ἐν φωνῇ).

[109] Ὀξύς (cf. em port. palavra *oxítona* = palavra aguda).

[110] Βαρύς (cf. «barítono»).

[111] Ἀμβλύς «embotado» (cf. «amblíope» = que tem a visão confusa, pouco nítida).

[112] Ou «ligeiro». Note-se que em grego βαρύς tanto pode significar «grave», falando de um som, como «pesado», falando de um corpo sólido. Aliás, também o lat. *grauis* pode ter os mesmos dois sentidos, «grave» e «pesado» (cf. «gravidade»).

[113] Μοχθηρός, lit. «em mau estado, de má qualidade».

[114] Ὁμώνυμος.

[115] Lit. «branco» (λευκός) e «preto» (μέλας).

mas se atendermos à espécie *das coisas denotadas* é imediatamente evidente a diferença, dado que não tem o mesmo sentido empregar «branco» a propósito de um som ou de uma cor. É óbvio que assim é, basta repararmos no tipo de sensação *envolvido*: as coisas da mesma espécie são *por nós apreendidas* através do mesmo tipo de sensação; ora nós empregamos «claro» a respeito de um som ou de uma cor, *ou seja, de coisas apreendidas* através de sentidos diferentes, a vista no segundo caso, o ouvido no primeiro. O mesmo se passa com as sensações de «agudo» [116] e de «macio» [117] falando de sabores e de corpos sólidos, já que no segundo caso nos referimos ao tacto, e no primeiro ao paladar. Neste caso não há discrepância nem nos termos usados nem nos seus contrários, uma vez que ἀμβλύς é antónimo de ὀξύς nos dois casos [118].

Pode dar-se o caso de um termo possuir um contrário num dado sentido, e não possuir nenhum em outro sentido. Por exemplo, o «prazer» de beber tem por contrário o «sofrimento» da sede, ao passo que o «prazer» de verificar a incomensurabilidade da diagonal com o lado *de um quadrado* [119] não tem contrário algum; logo, o termo «prazer» pode usar-se em diversos sentidos. | Também «amar» como sentimento tem por 106b
contrário «odiar», enquanto «amar» como acto físico não tem nenhum contrário, logo, também «amar» é uma palavra ambígua. *Quanto à existência de graus intermédios entre contrários:* há termos que admitem graus intermédios, outros que os não admitem; outros ainda aceitam um grau intermédio, mas não o mesmo em todos os sentidos: por exemplo, «branco» e «preto»

---

116 Ὀξύς «agudo», aqui, falando de sabores, equivalente a «acre, picante».

117 Ἀμβλύς, que atrás encontrámos no sentido de «amolgado», mas que neste caso, a propósito de sabores, poderemos antes verter por «macio, suave».

118 Ou seja, num caso temos ἀμβλύς ↔ ὀξύς = *macio* ↔ *picante,* enquanto no outro temos ἀμβλύς ↔ ὀξύς = *amolgado* ↔ *agudo.*

119 Em virtude do teorema de Pitágoras: se um quadrado tiver 1cm de lado, a medida da diagonal será igual a $\sqrt{2}$ (que é um número irracional), ou seja, o lado e a diagonal não são susceptíveis de medida em simultâneo através de números racionais, por outras palavras, são incomensuráveis.

têm um termo intermédio quando se fala da cor *dos corpos*, o «cinzento», mas já não têm termo intermédio quando se trata do som, ou, quando muito, pode empregar-se «abafado» [120]; há pessoas que falam de uma voz «abafada» como grau intermédio *entre «clara» e «escura»*; conclusão, tanto «claro» como «escuro» [121] são palavras ambíguas. Outro caso possível é haver termos que admitem vários graus intermédios num *dado* sentido, mas apenas um em *outro sentido*, como sucede com «branco» e «preto», que admitem numerosos graus intermédios quando falamos de cores, mas admitem apenas um, o «abafado», quando se fala de som.

Igualmente temos de observar se um enunciado oposto *de outro* como contraditório pode admitir vários sentidos; se se verificar que pode admitir vários sentidos, então também o seu oposto admitirá vários sentidos. Exemplo: «não ver» pode ter vários significados, um, que «alguém não possui o sentido da vista»; outro, «que não se está servindo da visão». Ora, se «não ver» pode ter vários sentidos, necessariamente «ver» também se pode usar em vários sentidos, pois a cada um dos sentidos da expressão «não ver» pode opor-se uma *expressão* de sentido oposto; por exemplo, a «não possuir o sentido da vista» opõe-se «possuir o sentido da vista», a «não se servir da visão» opõe-se «servir-se da visão».

Devemos em seguida observar o que se passa com os termos em que intervêm *as noções de* privação [122] e de posse [123]; se um dos termos se empregar em variados sentidos, com o outro passar-se-á o mesmo. Por exemplo, se «apreender pelos sentidos» [124] se pode usar em diversos sentidos, por um lado em relação à alma, por outro em relação ao corpo, também «insensibilidade» [125] se poderá empregar em sentidos diversos, quer em relação à alma, quer em relação ao corpo. É um facto

---

[120] Σομφός, «pouco claro, abafado (falando de um som)».

[121] Recordemos que os adjectivos que traduzimos por «claro» e «escuro» significam literalmente «branco» e «preto».

[122] Στέρησις.

[123] Ἕξις (cf. ἔχω «ter, possuir»).

[124] Αἰσθάνεσθαι, lit. «ter sensações».

[125] Τὸ ἀναίσθητον (εἶναι), lit. «o estar desprovido de sensações».

evidente que os termos mencionados se opõem entre si como a privação *de um certo estado se opõe* à sua posse, uma vez que os seres animados [126] vêm dotados à nascença de capacidade sensorial, tanto em relação à alma como em relação ao corpo.

Passemos depois a analisar as palavras sob o ponto de vista das suas flexões [127]. Se *o advérbio* «justamente» [128] se pode empregar em vários sentidos, então também «justo» [129] se poderá empregar em vários sentidos, pois a respeito de cada coisa que suceda «justamente» pode dizer-se que estamos perante «o justo». Por exemplo, se usamos *o advérbio* «justamente» a propósito do que *nós* julgamos tal de acordo com o nosso entendimento, e igualmente do que julgamos conforme ao nosso dever, então o termo «justo» também pode ser empregado a esse respeito. Do mesmo modo, se o termo «saudável» [130] se usa em diversos sentidos, também *o advérbio* «saudavelmente» se empregará em diversos sentidos; por exemplo, se «saudável» significa «tudo aquilo que ocasiona, que preserva, ou que indica o meio de manter a saúde», também «saudavelmente» se empregará para indicar o «modo de ocasionar», o «modo de preservar» e o «modo de indicar o meio de manter» a saúde. Situação idêntica para todas as outras expressões *do mesmo tipo*: quando uma palavra se emprega em vários sentidos, | todas as 107a
formas [131] dela derivadas se poderão empregar em diversos sentidos, e reciprocamente.

Há que observar depois os tipos de predicação em que cada termo é empregado, para verificar se eles são os mesmos em todos os casos; se não forem os mesmos, então é óbvio que

---

[126] Τὰ ζῷα, lit. «os animais, os seres dotados de alma» (< lat. *anima* «princípio vital»).

[127] Ἐπὶ τῶν πτώσεων, lit. «de acordo com os casos (da declinação)»; πτῶσις, cujo sentido mais frequente é o de *caso* (= nominativo, acusativo, etc.) é aqui usado por Arist. num sentido muito mais amplo, já que engloba igualmente as formações adverbiais, os graus dos adjectivos, etc.

[128] Δικαίως.

[129] Τὸ δίκαιον, adjectivo neutro substantivado, lit. «aquilo que é justo, tudo quanto é justo, o justo (em si)».

[130] Τὸ ὑγιεινόν, também adjectivo neutro substantivado, lit. «aquilo que é saudável».

[131] Πτώσεις, lit. «casos» (v. n. 127).

a expressão linguística é ambígua. Por exemplo «bom» falando de comida significa «que causa prazer», falando de medicina significa «que faz bem à saúde», falando da alma denota alguma sua qualidade, tal como ser «prudente», «corajosa», ou «justa»; o mesmo se passa quando falamos de um homem. Por vezes, contudo, «bom» diz respeito ao tempo [132], ou seja, algo é «bom» numa dada circunstância: de facto, diz-se «boa» uma coisa quando ocorre na conjuntura adequada. Outras vezes pode dizer respeito à «quantidade» [133], por exemplo quando falamos na «justa medida» [134], dado que se diz ser «bom» algo que tenha a «justa medida». Em suma, o termo «bom» é uma palavra ambígua. Situação similar tem a palavra «claro» [135], que indica uma cor quando se fala de um corpo, mas significa «audível» a propósito de um som. O caso da palavra «agudo» [136] é também aproximado, já que não significa exactamente o mesmo em todas as circunstâncias: do som, diz-se que é «agudo» quando *uma nota* é «rápida», conforme afirmam os que estudam a harmonia em termos matemáticos, mas *falando de ângulos* diz-se que é «agudo» aquele que é menor do que um recto, e também é possível dizer que uma espada está «bem aguçada» [137].

Devemos examinar também o género [138] de cada uma das várias coisas designadas por uma mesma palavra, e verificar se *cada género* é *realmente* diferente dos outros, ou não. Suponhamos a palavra «burro» [139], no duplo sentido de «animal» e

---

[132] Τὸ ποτέ: a categoria do tempo (lit. «o quando»).

[133] Τὸ ποσόν: a categoria da quantidade (lit. «o quanto»).

[134] Τὸ μέτριον.

[135] Lit. «branco».

[136] Ὀξύς: v. n. 109 e 116.

[137] Ὀξυ-γώνιος: lit. «com o gume agudo».

[138] Notar que «género» denota aqui um dos quatro «predicáveis» enumerados por Arist. no cap. 4.

[139] Em grego, o nome ὄνος tanto designa o animal a que chamamos «burro» como um mecanismo utilizado para levantar grandes pesos («cabrestante»); também podia designar as pedras sobrepostas que formam a «mó», especialmente a superior. Na realidade, não se trata de uma palavra com dois (ou mais) sentidos totalmente distintos, mas sim do emprego metafórico, ou metonímico, do nome do animal. Um caso seme-

«máquina»: teremos duas definições distintas para uma só palavra, dado que num caso falamos dum certo tipo de animal, enquanto *no outro caso* estamos falando de um certo tipo de máquina. Ora quando, de dois géneros, um deles é subalterno do outro, as respectivas definições não são necessariamente diferentes. Por exemplo, do «corvo» dizemos que pertence ao género «animal» e também ao género «ave»; portanto, quando dizemos que o «corvo» é uma «ave», estamos a dizer que ele é «um determinado tipo de animal», de modo que ambos os géneros, *«animal»* e *«ave»*, podem ser predicados do «corvo». Semelhantemente, quando dizemos que o «corvo» é «um animal alado e bípede» estamos a dizer também que o corvo é uma «ave»; deste modo, ambos os géneros, podem ser predicados do «corvo», e bem assim os respectivos enunciados definitórios. Mas quando os géneros não estão subordinados um ao outro *(como sucede com «burro»)*, já as coisas se não passam assim, pois nem quando falamos na «máquina» nos estamos referindo ao animal, nem quando falamos em «animal» estamos pensando na máquina.

Temos de observar ainda a respeito do termo em questão não apenas se os seus géneros são diferentes e não estão subordinados entre si, mas também o que se passa com o seu contrário, dado que se o contrário se pode entender de muitas maneiras, é óbvio que também o termo em questão o deve poder.

É útil considerar também atentamente a definição relativa a uma expressão de que faz parte o termo em causa; por exemplo, *a definição* de «corpo claro» ou a de «voz clara» [140]: é necessário que, quando se retira o que é específico em cada ex-

---

lhante ocorre no latim com a palavra *aries*, que em sentido próprio significa «carneiro», mas se usa metonimicamente como designação de uma máquina de guerra com que se tenta abrir brecha nas muralhas sitiadas (o grosso tronco de madeira com que se martelavam os muros era armado na extremidade com uma pesada peça de bronze em forma de cabeça de carneiro, e daí a metonímia), em português «aríete».

[140] Em ambas as expressões o adjectivo usado é λευκός (masculino), λευκή (feminino), que, como já sucedeu acima, devemos traduzir por «claro» (e não por «branco») para o sintagma ser aceitável em português.

pressão, o que sobra tenha o mesmo significado. Ora isto não
107b se verifica no caso das palavras que têm vários sentidos, | como é o caso dos exemplos aduzidos: no primeiro caso temos «um corpo que possui uma determinada cor», no segundo temos «uma voz que é bem audível». Retirados, porém, os nomes «corpo» e «voz» *das expressões mencionadas,* aquilo que permanece não é idêntico; ora sê-lo-ia necessariamente se *o termo* «claro» tivesse o mesmo sentido em ambas.

Muitas vezes sucede que nas próprias definições se encontre escondida uma ambiguidade, e por isso também as definições devem ser atentamente observadas. Por exemplo, se o nosso oponente disser que tanto o que denota como o que causa a saúde é aquilo que se relaciona de forma equilibrada com a saúde, não devemos desistir de analisar o que ele quer dizer em cada caso *com a expressão* «de forma equilibrada»: pode suceder que no segundo caso faça referência ao que, do ponto de vista quantitativo, causa o estado saudável, enquanto no primeiro se refira ao que, do ponto de vista qualitativo, denota o estado actual da saúde.

Há ainda que ver se os termos não são comparáveis quanto à gradação de «mais» ou «igualmente», por exemplo, quando falamos de uma «voz clara» e de uma «capa clara», de um «sabor áspero» ou de uma «voz áspera»: as coisas a que se referem *os adjectivos* «claro» e «áspero» [141] nem são igualmente «claras» ou «ásperas», nem qualquer delas o é «mais» do que a outra. Logo, os adjectivos «claro» e «áspero» são ambíguos. Todos os termos, porém, que tiverem o mesmo significado são comparáveis, pois é possível dizer que uma coisa é «igualmente» ou é «mais» *isto ou aquilo do que outra.*

Ocorre também que, sendo diferentes os géneros e não subordinados entre si, também serão diferentes as respectivas diferenças específicas, por exemplo, quando falamos de um «animal» e de uma «ciência» (são, de facto, distintas as diferenças específicas de cada um destes termos); devemos verificar se as diferenças específicas referidas pela mesma palavra pertencem de facto a géneros diversos e não subordinados en-

---

[141] Λευκός e ὀξύς, respectivamente.

tre si, como por exemplo «áspero» a propósito de um som ou de um corpo; um som é diferente de outro pelo facto de ser áspero, e um corpo difere de outro corpo pelo mesmo motivo, logo, «áspero» é *um termo* ambíguo, pois refere-se a diferenças específicas de géneros diferentes e não subordinados entre si.

Também importa verificar se coisas designadas por um mesmo termo têm as mesmas diferenças específicas, por exemplo, quando usamos a palavra «cor» tanto a respeito de corpos, como de melodias; quando o termo se aplica a corpos está a referir-se à actividade dissociadora ou associadora efectuada pela vista [142], ao passo que falando de melodias as diferenças específicas não são as mesmas. Logo, o termo «cor» é ambíguo, já que quando as coisas são idênticas, idênticas são igualmente as diferenças específicas.

Mais ainda, uma vez que a espécie não é diferença específica de coisa nenhuma, temos de verificar se um mesmo termo não designa umas vezes uma espécie, outras vezes uma diferença específica. Por exemplo, «claro» falando de corpos indica uma espécie de cor, mas aplicado ao som constitui uma diferença específica, porque um som difere de outro *som* pelo facto de ser claro.

16. Em suma, os múltiplos significados das palavras devem ser observados a partir destes e de outros pontos de vista similares. Quanto às diferenças que distinguem umas coisas das outras devem ser tomadas em consideração dentro dos próprios géneros, | por exemplo, a distinção entre «justiça» [143] e 108a
«coragem» [144], ou entre «sensatez» [145] e «moderação» [146] (pois todas estas coisas pertencem ao mesmo género), ou mesmo de género para outro género, desde que estes não sejam demasiado discrepantes um do outro, por exemplo, a distinção entre

---

[142] Sobre a interpretação a dar a esta «actividade dissociadora ou associadora da visão» (derivada em última análise de uma teoria platónica), v. Brunschwig, p. 135, n. 3.

[143] Δικαιοσύνη.

[144] Ἀνδρεία.

[145] Φρόνησις.

[146] Σωφροσύνη.

«sensação» e «conhecimento». Quando se trata de géneros muito divergentes uns dos outros, as diferenças são perceptíveis com toda a facilidade.

17. É preciso verificar também as semelhanças existentes entre coisas que pertencem a géneros diferentes: uma dada coisa está para outra coisa diferente de si, na mesma relação em que uma *terceira* coisa está para outra ainda [147]; por exemplo, a relação entre «conhecimento» e «coisa conhecida» é semelhante à que existe entre «sensação» e «objecto da sensação». Ou então, assim como uma coisa está noutra diferente, também uma outra coisa se encontra ainda em outra coisa mais, por exemplo, «vista» reside nos «olhos» como «entendimento» [148] reside na «alma», ou, *outro exemplo,* «calmaria» está para «mar» como «ausência de vento» está para «ar». Há, sobretudo, que praticar a análise de termos muito diferenciados, pois assim conseguiremos detectar nos outros as semelhanças com maior facilidade. É preciso observar ainda, a respeito das coisas incluídas no mesmo género, se há algum *atributo* idêntico em todas elas, por exemplo, num homem, num cavalo e num cão, pois a semelhança entre estes entes consiste precisamente naquilo que é idêntico em todos.

18. É útil igualmente ter procedido ao exame da quantidade de sentidos que uma expressão pode ter, não só para falarmos com clareza (é mais fácil a qualquer pessoa saber entender correctamente uma expressão se estiver ciente da variedade de sentidos que ela pode ter), como também para raciocinarmos [149] em função das coisas e não em função das palavras. Se não for clara a quantidade de sentidos de uma expressão, torna-se possível que tanto o interrogando como o interrogador [150]

---

[147] Em linguagem simbólica: A está para B na mesma relação em que X está para Y.

[148] Νοῦς.

[149] Τὸ γίνεσθαι… τοὺς συλλογισμούς, lit. «para serem feitos os raciocínios».

[150] Τόν τε ἀποκρινόμενον καὶ τὸν ἐρωτῶντα, *i. e.*, ambos os participantes do debate dialéctico, lit. «o que responde e o que pergunta»; no segui-

não estejam a pensar na mesma coisa; sabendo em quantos sentidos se pode usar uma expressão e em qual deles *o proponente* [151] a está empregando, seria ridículo o interrogador argumentar atribuindo-lhe outro sentido qualquer. Isto [152] é útil ainda, tanto para não nos deixarmos enganar por raciocínios falaciosos, como para sabermos nós enganar outros com paralogismos [153]. Conhecendo nós todos os sentidos possíveis de uma expressão, não só não seremos levados por raciocínios falsos, como seremos capazes de detectar se o nosso interrogador não está argumentando na direcção correcta; e se formos nós os interrogadores seremos capazes de induzir em erro *o oponente*, caso suceda este não estar a par da variedade de sentidos de algum termo. Isto não é possível em todos os casos, mas somente quando das expressões que se empregam em vários sentidos umas são verdadeiras, e outras são falsas. Este modo de argumentar, *contudo*, não é peculiar da dialéctica, e por isso os dialécticos devem ter o máximo cuidado em evitar discutir sobre palavras [154], a menos que o oponente seja incapaz de determinar de outra maneira o objecto da discussão.

Detectar as diferenças específicas é útil para construir argumentos [155] a respeito do idêntico e do distinto, e também para | discernir o que cada coisa, de facto, é. A utilidade para 108b
a construção de argumentos sobre a identidade e a alteridade é evidente (pois, detectando nós alguma diferença entre as coi-

---

mento do texto usaremos, para traduzir os dois particípios gregos, as formas *interrogando* (o que é interrogado = o que responde) e *interrogador* (o que interroga, o que coloca as perguntas).

[151] «O proponente»: aqueles dos participantes no debate que enuncia uma proposição (uma definição, uma tese) que irá servir como ponto de partida para a discussão.

[152] *I. e.*, saber os múltiplos sentidos em que um termo pode ser usado.

[153] Arist. emprega em ambos os casos o verbo παραλογίζεσθαι «raciocinar por meio de falácias», primeiro na voz passiva («nós somos enganados»), depois na voz média («nós é que enganamos os outros»).

[154] Ou «entrar em logomaquias», para aproveitar o título de uma sátira menipeia de Varrão, em que este mete a ridículo aqueles falsos filósofos que se entretêm a fazer meros jogos de palavras, sem nada de importante discutirem.

[155] Συλλογισμοί.

sas sobre que discutimos, estaremos em posição de demonstrar que elas não são idênticas); igualmente para discernir o que cada coisa, de facto, é, porque assim nos habituamos a distinguir a essência de cada coisa através do recurso às diferenças específicas próprias de cada uma.

A observação do semelhante é útil tanto para a formulação de argumentos indutivos, como para os raciocínios hipotéticos, e bem assim para a determinação das definições. No que concerne aos argumentos indutivos, porque é recorrendo à indução a partir das semelhanças entre as coisas que somos capazes de inferir o universal do particular; ora não é fácil praticar a indução se não formos capazes de detectar as semelhanças. No que concerne aos raciocínios hipotéticos, porque é opinião geralmente aceite que o que se verifica com uma de várias coisas semelhantes deve passar-se do mesmo modo com as restantes. Assim, quando estamos aptos a discutir sobre alguma coisa deste tipo, como que acordamos previamente que, tal como as coisas se passaram uma vez com qualquer delas, assim se deverá passar com a coisa em discussão; por isso, mostrando a veracidade da primeira ocorrência, estaremos prontos a aceitar a veracidade da questão posta por hipótese; demonstramos assim, portanto, que o que se passou de certa maneira uma vez, se deverá passar igualmente no caso presente. É útil ainda para a apresentação de definições porque, se formos capazes de detectar o que é idêntico em diversas coisas, não teremos dificuldade em decidir o género em que devemos incluir cada uma delas, pois de entre os atributos comuns a todas, é a predicação da essência que determina a constituição do género. Do mesmo modo, também quanto àquelas coisas muito diferenciadas umas das outras a observação do semelhante é útil para as definições, por exemplo, que «a calmaria no mar é idêntica à ausência de vento no ar» (já que ambas têm como traço comum a «tranquilidade»), e que «o ponto numa linha corresponde à unidade nos números» [156] (uma vez que cada qual é o princípio [157] *do respectivo conjunto*).

---

[156] Ἐν ἀριθμῷ, lit. «no número».

[157] Ἀρχή.

Logo, basear a definição de género no que existe de comum a todos os seus elementos não parece ser um procedimento inadequado de definir. De um modo geral os autores de definições costumam apresentá-las deste modo: dizendo que a unidade é o princípio dos números e que o ponto é o princípio da linha. É óbvio, portanto, que eles consideram como género o que é comum a ambos.

Estes, pois, são os instrumentos [158] com que são construídos os raciocínios [159]. Quanto aos «lugares» [160] em que se verifica a utilidade do que dissemos, é o que veremos de seguida.

---

[158] Τα ὄργανα.

[159] Ou: «os argumentos» (συλλογισμοί).

[160] Τόποι = os «lugares», ou «esquemas argumentativos», comuns a uma grande variedade de argumentos. Como termo técnico da dialéctica poderia verter-se o termo τόποι por «tópicos», atendendo à proximidade morfológica dos dois termos, apesar de para Arist. «tópico» não corresponder ao sentido em que hoje é usual empregar a palavra. É preferível, no entanto, adoptar a tradução «lugares» (como fazem Brunschwig, Rolfes ou Sanmartín), primeiro porque está mais próximo do sentido próprio do vocábulo grego; segundo, porque nos parece que τόπος tem para Arist. também um certo valor metafórico decorrente do contexto próprio do debate dialéctico: os participantes nestes confrontos são como que equiparados a atletas alinhados na «linha de partida» (τόπος) a partir da qual iniciam a sua «corrida» em direcção à meta, ou seja, à solução do problema que vai ser objecto da discussão. A tradução por «lugar-comum» («commonplace», na versão inglesa de Forster), conquanto adequada ao sentido aristotélico (os «lugares» dialécticos são «comuns» a numerosas classes de problemas), não é aceitável atendendo à conotação negativa que a expressão veio a adquirir com o tempo (e que, obviamente, não tinha para o Estagirita). Para vincar que o termo está a ser usado em sentido técnico usamo-lo entre aspas («lugares»). Sobre o entendimento a fazer do que são os «lugares» na dialéctica, v. «Introdução», §§ 57-60.

Livro II

1. Pelo que toca aos problemas, uns são universais, outros, particulares. São universais, por exemplo, *as afirmações:* «todo o prazer é um bem» e «nenhum prazer é um bem»; são particulares, por exemplo, «algum prazer é um | bem» e «al- 109a
gum prazer não é um bem». São comuns a ambos os géneros de problemas as formas de os comprovar e de os refutar em termos universais; mostrando nós que algum predicado se aplica a todas as coisas *de uma classe* estaremos igualmente a comprovar que esse predicado se aplica a alguma coisa *dessa classe;* semelhantemente, no caso de mostrarmos que algum predicado não se aplica a coisa nenhuma *de uma classe*, também estaremos a mostrar que esse predicado não se aplica a todas as coisas *dessa classe*.

Comecemos então por falar dos argumentos para refutar em termos universais, por um lado porque eles são comuns aos universais e aos particulares, por outro lado porque são mais frequentes as teses que afirmam a existência de um predicado do que as que a negam; além de que o propósito dos litigantes é refutar a tese proposta. É extremamente difícil fazer a conversão [1] de uma proposição em que se dá como adequada *ao sujeito uma predicação* acidental [2]; isto porque apenas no caso dos

---

[1] Ἀντιστρέφειν «converter», no sentido explicitado por Sanmartín, p. 123, n. 48.

[2] Lit. «a predicação de um acidente» (συμβεβηκός).

acidentes sucede que um predicado se verifique só sob um certo ponto de vista, e não universalmente. No caso da definição, da propriedade e do género a conversão faz-se necessariamente. Por exemplo, se sucede que «animal terrestre bípede» existe como atributo em um ente qualquer, então será verdade dizer, efectuando a conversão, que «este ente é um animal terrestre bípede». Semelhante situação no caso do género: se se verifica num ente o atributo «animal», *então pode dizer-se* que «este ente é um animal»; o mesmo ainda se passa com a propriedade: se sucede a alguém «ser capaz de assimilar a gramática», então esse alguém «é receptivo à gramática» [3]. Em nenhum destes atributos é possível que eles se verifiquem, ou não se verifiquem só até certo ponto, mas apenas que eles se verifiquem ou não, em termos absolutos. No caso dos acidentes, porém, nada obsta a que um atributo se verifique só parcialmente, como sucede, por exemplo, com «brancura» ou «justiça», de modo que não basta mostrar que alguém tem como atributo «brancura» ou «justiça» para provar que esse alguém é «branco» ou é «justo»: é que pode discutir-se em relação a quê esse alguém é «branco» ou «justo»; logo, a conversão a partir dos acidentes não é necessária.

É preciso também discriminar os erros que podem ocorrer nos problemas, e que são de natureza dupla: ou consistem numa suposição errónea, ou no emprego inapropriado da linguagem comum. Faz uma suposição errónea quem afirma uma falsidade, ou diz que uma coisa possui um atributo que de facto não tem; erram igualmente aqueles que designam as coisas por meio de nomes inadequados, chamando, por exemplo, «homem» a um «plátano», e transgredindo assim o uso corrente da linguagem.

2. Um «lugar» [4] consiste em verificar se um atributo que ocorre sob um outro ponto de vista é apresentado *pelo oponente* como sendo um acidente. Este erro dá-se sobretudo no caso dos

---

[3] Γραμματικῆς δεκτικός, «susceptível de aprender a leitura e a escrita».

[4] Τόπος, «lugar, tópico, esquema argumentativo», cf. «Glossário» (e n. 160 ao livro I).

géneros, por exemplo, se alguém disser que «branco» tem como acidente o facto de ser uma cor; ora «ser uma cor» não é um acidente de «branco», dado que «branco» tem como género *precisamente* a «cor». É possível que o proponente de uma tese | explicite *o que pretende dizer* com a expressão usada, por exem- 109b
plo, «a justiça pode acidentalmente ser uma virtude» [5]; muitas vezes, porém, mesmo sem essa explicitação, é evidente que o género é apresentado como sendo um acidente, como é o caso de alguém que diga que a «brancura está colorida», ou que a «marcha *está em* movimento». De facto, um género não pode ser dado como predicado [6] de uma espécie através de uma palavra parónima [7], pois todos os géneros devem ser predicados inequivocamente das suas espécies; na realidade, as espécies recebem do respectivo género tanto o nome como a explicitação. Quem, portanto, disser que o «branco» é «colorido», nem o está a explicitar como género, porque emprega um vocábulo paronimamente [8], nem como propriedade, nem como definição; tanto a definição como a propriedade *de uma coisa* não pertencem como atributo senão a essa coisa; ora, «coloridas» são muitas outras coisas pertencentes a *géneros* diferentes, tais como «madeira», «pedra», «homem», «cavalo». É evidente, portanto, que a explicitação foi dada a título de acidente.

Outro «lugar» consiste em examinar os casos em que *o oponente* afirma ou nega um certo predicado em termos universais; tal verificação deve ser feita a partir das espécies, não das coisas uma a uma, pois o número destas é infinito; a observação, assim, faz-se mais metodicamente e em menor número de etapas. Deve proceder-se à observação começando pelas classes mais gerais [9], prosseguindo depois continuadamente até chegar às coisas individuais. Por exemplo: se *o nosso oponente*

---

[5] Com esta formulação ele está implicando a ideia de que *justiça* é aqui um acidente, e não um género.

[6] Κατηγορία.

[7] Παρωνύμως/συνωνύμως: sobre estas noções, cf. Arist., *Cat.* 1a12.

[8] Παρωνύμως, *i. e.*, usando o particípio κεχρωσμένον «colorido», derivado de χρῶμα «cor».

[9] Nomeadamente, os géneros, e as diferenças que distinguem as espécies.

tiver dito que «o *conhecimento* dos opostos releva do mesmo saber» [10], há que investigar se é também o mesmo saber que se ocupa dos *predicados* relativos [11], dos contrários, dos *opostos* por privação ou posse *de algum atributo*, e dos contraditórios. Se a este nível a situação não resultar inteiramente clara, há que ir fazendo sucessivas distinções até se chegar ao nível individual, por exemplo, *se é o mesmo saber que se ocupa* da divisão entre coisas justas e injustas, entre o dobro e a metade, entre a cegueira e a visão, ou entre o ser e o não ser. Se em algum nível ficar comprovado que não se trata do mesmo saber, teremos desmontado o problema. O procedimento é o mesmo quando *o predicado* não se aplica a coisa alguma *dentro de determinada classe*. Este «lugar» é convertível, isto é, tanto serve para refutar como para comprovar uma posição. Na realidade, se se verificar que neste processo de divisão o predicado é válido para todos, ou para a maioria dos casos, *o oponente* terá de admitir a sua validade universal, ou então objectar uma instância qualquer em que ele não seja aplicável; se não fizer nem uma coisa nem outra, ficará *na posição* absurda *de não assumir como sua* a tese que propusera.

Outro «lugar» consiste em estabelecer definições, tanto do acidente como do sujeito a que se aplica, ou de ambos individualmente, ou somente de um deles, e depois investigar se algo não verdadeiro se imiscuiu *na definição* como sendo verdadeiro. Por exemplo, se *se admitir como* possível injuriar [12] um deus, o que se entende aqui por «injuriar»? Se entendemos *o verbo no sentido de* «causar um prejuízo a alguém voluntariamente» é óbvio que um deus não pode ser vítima de uma injustiça, porque um deus não é susceptível de ser lesado *pelos homens*. Outro caso: se se quiser admitir que o homem de bem é «invejoso», tem de perguntar-se: o que é «ser invejoso», o que é «in-

---

[10] Ἐπιστήμη.

[11] Τῶν πρός τι.

[12] No sentido etimológico do lat. *iniuria*, antónimo de *ius* «direito»; «injúria» é, portanto, tudo quanto seja contrário ao direito, e «injuriar» tem o sentido de «lesar», «cometer uma injustiça» (para com alguém). O problema aqui em causa, por conseguinte, consiste em saber se um deus pode de alguma forma ser lesado pelo homem.

veja»? Se entendermos por «inveja» a «dor perante o sucesso visível de algum homem de bem», é claro que nenhum homem de bem pode ser invejoso, pois se o fosse seria um mau carácter. E se dissermos que um «censor irritável» [13] é «invejoso», o que significa cada um destes termos? Averiguando isto, tornar-se-á | evidente se a tese *proposta* é verdadeira ou é falsa. Por 110a
exemplo, se definirmos como «invejosa» a pessoa que sofre com o sucesso dos homens de bem, e como «censor irritável» a pessoa que sofre com o sucesso dos maus caracteres, é evidente que o «censor irritável» não é «invejoso». Deve recorrer-se também a enunciados explicativos dos termos usados nas definições, e não abandonar este procedimento até que se alcance terreno conhecido; muitas vezes sucede que, mesmo perante uma definição completa não analisada, ainda não está claro aquilo que procuramos investigar, mas que se tornará transparente se explicitarmos por uma frase clara algum dos termos que figuram na *definição inicial*.

Também podemos transformar o problema numa proposição, à qual procuramos nós mesmos levantar objecções, que funcionarão como contra-exemplos *para refutar* a tese. Este «lugar» é praticamente o mesmo que aquele em que se examina se um predicado foi afirmado de todas as coisas *de uma determinada classe*, ou *não o foi* de nenhuma delas; a diferença é meramente formal.

Também há que distinguir quais as coisas a que devemos dar o mesmo nome que o vulgo lhes dá, e quais aquelas em que não o devemos fazer. Esta distinção é útil tanto para comprovar como para refutar *um argumento*. Por exemplo, devemos utilizar a linguagem corrente para nos referirmos às coisas, mas já não devemos seguir o modo de dizer do vulgo quando se trata de determinar se certas coisas têm esta ou aquela nature-

---

[13] Νεμεσητικός, lit. «aquele que se indigna com o sucesso imerecido dos outros», v. Arist., *EN* 1108b3 e segs.; neste passo Arist. distingue três tipos de homens que sofrem com o sucesso alheio: o νεμεσητικός quando vê serem bem sucedidos indivíduos que o não merecem; o φθονερός quando vê o sucesso alheio, seja merecido, seja imerecido (é o que corresponde melhor ao nosso «invejoso»); enfim, o ἐπιχαρέκακος é o que, não só não sofre com o mal dos outros, como ainda se deleita com ele.

za. Por exemplo, devemos chamar «salutar» àquilo que produz saúde, tal como diz o vulgo; mas quando se trata de determinar se uma certa coisa é salutar ou não, já não devemos falar como toda a gente, mas sim recorrer à linguagem dos médicos.

3. Também, se um termo se usa em mais do que um sentido, e se no caso presente se discute se ele se aplica *a um dado sujeito*, ou não, devemos comprovar *que se aplica* num dos sentidos possíveis, caso seja impossível comprovar que se aplica em ambos. *Este método* é de seguir nos casos *em que a multiplicidade de sentidos* tenha passado despercebida; se não passou, *o oponente* poderá objectar que o termo não foi discutido no sentido que lhe causava embaraços, mas sim no outro. Este «lugar» é convertível, isto é, tanto serve para comprovar como para refutar *uma argumentação*. Se pretendemos comprovar, mostraremos que um dos sentidos é aplicável, caso não possamos demonstrar que ambos o são. Se pretendemos refutar, mostraremos que um dos sentidos não é aplicável, caso não possamos demonstrar que nenhum deles o é. Mas note-se que, se temos o propósito de refutar, não devemos iniciar a discussão a partir de um acordo prévio, ou seja, de acordar que um determinado atributo se aplica a todas as coisas, ou não se aplica a nenhuma; desde que consigamos mostrar que ele não se aplica a uma coisa determinada, teremos provado que não se pode aplicar a todas *sem excepção*; semelhantemente, se provarmos que ele se pode aplicar num único caso, estaremos a provar que é falso ele não se aplicar em nenhum. Nas argumentações positivas [14], pelo contrário, deve acordar-se previamente que, se um predicado pode aplicar-se a uma qualquer
110b coisa indeterminada, então poderá aplicar-se a todas, | desde que tal postulado seja digno de crédito. Não basta, de facto, para mostrar que um atributo se aplica universalmente, argumentar que ele se aplica num único caso; por exemplo, que, se a alma humana é imortal, então toda a alma é imortal. Por conseguinte, deveríamos admitir previamente que, se uma qual-

[14] *I. e.*, quando se pretende comprovar (κατασκευάζειν) uma proposição qualquer.

quer alma é imortal, então toda a alma é imortal. Não é preciso adoptar sempre este procedimento, mas apenas quando não temos possibilidade de formular um argumento de aplicação comum a todos os casos, conforme se passa, por exemplo, com o geómetra ao demonstrar que *a soma dos ângulos de* um triângulo *qualquer* equivale *sempre* a dois *ângulos* rectos.

Quando não passa despercebido que um dado termo possui vários sentidos devemos explicitar quais são todos esses sentidos, e só depois refutar [15] ou comprovar [16] *a tese em debate*. Por exemplo, *a questão de saber* se «o que é nosso dever fazer» [17] é «o útil» [18] ou «o bem» [19]: devemos tentar comprovar ou refutar a aplicação de ambos os sentidos *ao sujeito* em debate, isto é, mostrar que esse sujeito é bom e é útil, ou nem é bom nem é útil. Caso não sejam aceitáveis ambas as possibilidades, há que indicar uma delas, explicitando que uma é aceitável e a outra não. O mesmo se dirá quando for mais largo o campo das escolhas a fazer.

Há também casos de ambiguidade linguística resultantes, não da homonímia [20], mas de qualquer outro factor. Por exemplo, quando se diz que «um mesmo ramo do saber [21] abarca matérias diversas», estamos a pensar no conhecimento não só dos fins, mas também dos meios para atingir esses fins, como é o caso da medicina, que tanto se ocupa da preservação da saúde, como do estabelecimento de um regime *saudável* [22]; ou quando *está em causa* o conhecimento de duas finalidades, como sucede quando se diz que *o conhecimento* dos contrários pertence ao mesmo ramo do saber (pois nenhuma das duas finalidades é «mais finalidade» do que a outra), ou ainda quando está em questão o conhecimento do que é essencial [23]

---

[15] Ἀναιρεῖν, lit. «destruir».

[16] Κατασκευάζειν.

[17] Τὸ δέον, «o que se deve (fazer)», «o que é preciso (fazer)».

[18] Τὸ συμφέρον, «o vantajoso».

[19] Τὸ καλόν.

[20] Καθ᾽ ὁμωνυμίαν, lit. «segundo a homonímia», *i. e.*, o uso de um mesmo vocábulo em mais do que uma acepção.

[21] Ἐπιστήμη.

[22] Τοῦ διαιτῆσαι, lit. «de estabelecer um regime, uma dieta».

[23] Τοῦ καθ᾽ αὑτό, lit. «do que é em si mesmo».

e o daquilo que é acidental [24], do que é essencial como, por exemplo, o facto de *a soma dos ângulos de* um triângulo equivaler a dois rectos; do que é acidental, *o facto de o mesmo se verificar no caso do triângulo* equilátero: basta o facto de o *triângulo* equilátero ser um triângulo, para nós ficarmos a saber que *a soma dos seus ângulos* equivale a dois rectos. Assim, se não for aceitável em nenhuma circunstância [25] que um mesmo ramo do saber se ocupe de várias matérias, é evidente que também não será aceitável de um modo geral; mas se for aceitável em alguma circunstância, é evidente que será aceitável *em termos gerais*.

Devemos fazer todas as distinções de sentido que nos forem úteis. Por exemplo, se quisermos comprovar *uma proposição* devemos enumerar todos os sentidos nela admissíveis, e proceder à distinção apenas daqueles que forem úteis para a comprovação da nossa tese. Se, pelo contrário, o nosso fim for refutar *a argumentação do oponente*, devemos enumerar apenas aqueles que não forem admissíveis, e deixar de lado os restantes. Também devemos proceder deste modo naqueles casos em que passa despercebido o número de sentidos possíveis *de um termo*. Os mesmo «lugares» servem para comprovar que uma coisa depende ou não de uma outra coisa, por exemplo, que este ramo do saber diz respeito a esta ou àquela matéria, seja a título de finalidade, seja como meio para alcançar essa finalidade, seja como meio meramente circunstancial, ou, pelo contrário, que não diz respeito *a essa matéria* em nenhum dos sentidos indicados. O mesmo se pode dizer a respeito do «desejo», bem como de qualquer outro termo respeitante a uma multi-
111a plicidade de objectos. | O desejo de uma coisa, de facto, pode sê-lo a título de finalidade, como *o desejo de ter* saúde, ou de meio para alcançar essa finalidade, como *o desejo de* tomar medicamentos, ou de meio a título ocasional, como o desejo de vinho por parte de quem gosta de coisas doces, *ou seja,* não porque se trata de vinho, mas apenas porque o vinho é doce. O desejo de uma coisa doce é essencial, o *desejo* do vinho é

---

[24] Τοῦ κατὰ τοῦ συμβεβηκότος.

[25] Μηδαμῶς, lit. «de forma alguma, de nenhuma maneira».

apenas circunstancial; se *o vinho* for seco [26], o desejo não surgirá, logo, trata-se de um desejo circunstancial. Este «lugar» é útil com os termos ligados à categoria do relativo [27]; este tipo de polissemia surge, de facto, quase sempre no caso dos predicados relativos.

4. Também pode *ser útil* ir substituindo um termo por outro até chegar ao mais habitual [28], por exemplo, a propósito de uma noção [29], empregar «clara» [30] em vez de «exacta» [31], ou dizer «pessoa muito activa» em vez de «pessoa muito ocupada» [32]. Graças ao emprego de uma linguagem mais familiar torna-se mais fácil pôr à prova uma determinada tese. Este «lugar» é comum a ambos os tipos de argumentação, isto é, tanto serve para comprovar como para refutar uma tese.

A fim de mostrar que uma mesma coisa pode possuir atributos contrários devemos recorrer à observação do seu género; por exemplo, se quisermos provar que na percepção [33] podem coexistir os atributos «correcto» e «incorrecto» [34], diremos: «dado que ter uma percepção implica fazer um juízo, e dado que um juízo pode ser correcto ou incorrecto, então também da percepção se pode dizer que é correcta ou incorrecta». Neste caso, portanto, a demonstração parte do género para a espécie; ora, «fazer um juízo» é o género a que pertence «ter uma percepção», porque, quem tem uma percepção, está, de certo

---

[26] Αὐστηρός, lit. «áspero, amargo»; falando de vinho, é antónimo de γλυκύς «doce», daí que o tenhamos traduzido por «seco».

[27] Ἐν τοῖς πρός τι, lit. «nas (coisas que estão) em relação a algo».

[28] Τὸ γνωριμώτερον, lit. «(o) mais conhecido».

[29] Ὑπόληψις. Outras traduções possíveis: «representação», «concepção», «ponto de vista».

[30] Σαφές.

[31] Ἀκριβές.

[32] No original, em vez das expressões concretas que empregámos, Arist. serve-se dos nomes abstractos correspondentes: φιλοπραγμοσύνη «qualidade de quem sente prazer na acção, da pessoa que não consegue estar sem fazer nada», e πολυπραγμοσύνη «qualidade de quem tem muitas tarefas a cumprir, da pessoa que tem muitas ocupações».

[33] Αἴσθησις, lit. «sensação».

[34] Ὀρθότης καὶ ἁμαρτία, lit. «correcção e erro».

modo, a fazer um juízo. Pode partir-se, inversamente, da espécie para o género, porquanto tudo quanto pertence à espécie pertence também ao género; por exemplo, se existe um saber [35] honesto e *um saber* desonesto, então também há uma disposição *de espírito* [36] honesta e uma desonesta, visto que a disposição *de espírito* é o género a que pertence o saber. Com vista à comprovação de uma tese o primeiro «lugar» [37] é falso, o segundo [38] é verdadeiro. Não é, efectivamente, necessário que tudo quanto pertence ao género pertença também à espécie: um «animal», por exemplo, pode ser «alado» ou «quadrúpede», mas «homem» não pode. Todo o atributo da espécie, porém, pertence necessariamente ao género; se, portanto, um «homem» pode ser «nobre» [39], também um «animal» pode ser «nobre». Com vista à refutação de uma tese, pelo contrário, o primeiro «lugar» é verdadeiro, o segundo é falso, porque todo o atributo que não pertence ao género também não pertence à espécie, ao passo que todo o atributo que não pertence à espécie, não é necessário que não pertença também ao género.

Uma vez que necessariamente de todas as coisas de que é predicado o género é predicada também alguma das espécies, também *necessariamente* todas as coisas que pertencem a um género ou que são denominadas a partir do nome do género [40] *igualmente* pertencem a alguma das espécies, ou são denominadas a partir do nome de alguma das espécies (por exemplo, se de alguma coisa é predicado o «saber», também será seu predicado a «arte gramática», a «música», ou outro qualquer
111b saber; e se alguém possui | um saber, ou é designado por um

---

[35] Ἐπιστήμη.

[36] Διάθεσις.

[37] *I. e.*, partir do género para a espécie.

[38] *I. e.*, partir da espécie para o género.

[39] Σπουδαῖος, lit. «bom, excelente» (sobretudo moralmente); em português literário, contudo, é possível falar-se de um «nobre animal», por exemplo, a propósito de um leão, de um cavalo, etc.

[40] Παρωνύμως ἀπὸ τοῦ γένους (ou: τῶν εἰδῶν) λέγεται: lit. «é chamada *paronimicamente* a partir do género (ou das espécies)». A definição do que Arist. entende por palavras parónimas encontra-se em *Cat.* 1, 1a12-15.

derivado do nome «saber» [41], esse alguém possuirá a «arte gramática», a «música» ou qualquer outro dos vários saberes, ou será designado por um derivado [42] do nome destes saberes, por exemplo, «gramático», ou «músico»). Se, portanto, se fizer uma afirmação que tenha algo a ver com o género, tal como: «A alma move-se», teremos de verificar se sucede que a alma se mova segundo alguma das várias espécies de movimento [43], por exemplo, «aumentar» [44], «perecer» [45], «ser gerada» [46], ou qualquer outra das espécies de «movimento»; se não o faz segundo nenhuma *delas*, então é evidente que «a alma não se move». Este «lugar» é comum a ambos os tipos de argumentação, tanto para refutar como para comprovar uma tese; de facto, se *a alma* se move segundo alguma das espécies *de movimento* é evidente que ela é susceptível de movimento, se não se move segundo nenhuma dessas espécies, é evidente que não é susceptível de mover-se.

Quando não dispomos de argumentos sólidos para atacar uma tese, há que partir das definições do objecto da discussão, tanto das reais [47] como das aparentes [48], e se não for suficiente o recurso a uma, recorrer a várias. Será mais fácil *atacar uma tese* quando *o oponente* propõe definições, dado que é este *o predicável* mais fácil de atacar.

Sobre o objecto da discussão há que observar também, ou que coisa tem de existir para que o objecto da discussão exista, ou se há alguma coisa que exista necessariamente só pelo facto de ele existir. Quem quer comprovar, *deve observar* que coisa tem de existir para que o objecto da discussão exista (pois se com-

---

[41] Por exemplo, ἐπιστημονικός «que tem capacidade para o saber», ἐπιστήμων ou ἐπιστήμονος «aquele que possui saber, sabedor, sábio».

[42] *I. e.*, de um «parónimo» do nome desses saberes.

[43] Note-se que a ideia de «movimento» (κίνησις) implica sempre uma certa forma de «mudança, transformação», o que explica os exemplos a seguir dados por Arist.

[44] Αὔξεσθαι.

[45] Φθείρεσθαι, lit. «ser destruída».

[46] Γίνεσθαι, «nascer, passar a existir».

[47] *I. e.*, que são realmente definições.

[48] *I. e.*, as que aparentam ser definições, sem de facto o serem.

provar que essa coisa existe, também o objecto da discussão existirá). Quem quer refutar, *deve observar* que coisa existe pelo facto de o objecto da discussão existir. Isto porque, se demonstrarmos que nada existe que seja consequência do objecto da discussão, estaremos *automaticamente* a refutar o objecto da discussão.

É preciso dar atenção também ao que se passa com o tempo, e ver se este introduz alguma dissonância, por exemplo, se *o oponente* afirmar que «todos os entes que ingerem alimentos crescem necessariamente»; ora os animais estão sempre a ingerir alimentos, mas não estão sempre a crescer. O mesmo se passa quando *o oponente* afirma que «todo o saber é reminiscência» [49]: o facto é que *este termo* apenas se aplica em relação ao tempo passado [50], enquanto *o primeiro* [51] se aplica igualmente ao presente e ao futuro. Pode dizer-se que nós «conhecemos» o presente e o futuro (por exemplo, que vai haver um eclipse); «recordar», porém, apenas se emprega a propósito do passado.

5. Existe ainda o método sofístico de levar *o oponente* a fazer uma afirmação contra a qual dispomos de grande cópia de argumentos. Este método será necessário algumas vezes, outras aparentemente *necessário*, outras ainda nem aparente nem *realmente* necessário. Será necessário quando, tendo o interrogando [52] negado alguma das premissas úteis para a apre-

---

[49] Τὸ ἐπίστασθαι (ἐστὶν) μεμνῆσθαι «saber é ter guardado na memória», alusão à teoria platónica da reminiscência (ἀνάμνησις).

[50] Μεμνῆσθαι (n. precedente) é um infinitivo perfeito, forma verbal que, nos termos da gramática tradicional, denota um *estado* presente resultante de uma *acção* passada.

[51] *I. e.*, ἐπίστασθαι, que é um infinitivo presente (que pode remeter também para o futuro).

[52] Ὁ ἀποκρινόμενος, lit. «o que responde». — Os participantes do debate dialéctico, ou estão apenas subentendidos no texto de Arist., ou são expressos por dois particípios verbais: ὁ ἐρωτῶν «aquele que pergunta», e ὁ ἀποκρινόμενος «aquele que responde». Depois de várias tentativas de tradução que pouco nos agradaram, optámos por designar as duas funções por dois termos etimologicamente relacionados: o *interrogador* (= o que pergunta), e o *interrogando* (= aquele a quem são postas as perguntas, ou seja, o que responde), sem prejuízo de ocasionalmente, por razões de maior clareza, termos mantido os dois particípios originais.

ciação [53] da tese, o interrogador baseia a sua argumentação nesta premissa, no caso de verificar que ela pertence ao grupo daquelas contra as quais dispõe de grande cópia de argumentos. Do mesmo modo procederá *o interrogador* quando, | partin- 112a
do da tese inicial, chega por indução [54] a um certo resultado que em seguida tenta refutar: de facto, refutada a segunda *proposição*, fica *também* refutada a primeira. É aparentemente necessário *este método* quando o ponto contra que se dirige a argumentação se afigura útil e adequado à tese, sem de facto o ser, quer porque o interrogando negou esse ponto, quer porque *o interrogador* chegou a esse ponto por via de uma indução aceitável partindo da tese inicial e tenta depois refutá-lo. Resta o caso em que o método *em questão* nem é, nem sequer parece ser necessário, e o interrogando acaba por ser derrotado por outra via. É preciso, no entanto, ser prudente quanto a esta última versão, dado que ela é visivelmente apartada e alheia à dialéctica. Por isso é preciso também que o interrogando não se irrite, mas sim que admita certos pontos inúteis para a apreciação [55], apontando quais aqueles que aceita admitir, embora não os aceite *como válidos*. Os interrogadores vêem-se sobretudo em dificuldade quando, embora aceites pelos interrogandos todos os pontos deste tipo, não conseguem chegar a nenhuma conclusão.

Além disto, todo aquele que faz uma afirmação qualquer, seja de que tipo for, faz *ao mesmo tempo* muitas outras afirmações, porque cada uma *delas* traz consigo necessariamente várias consequências. Por exemplo, quem afirma: «Isto é um homem», afirma ao mesmo tempo que é «animal», que é «ani-

---

[53] O texto grego tem πρὸς τὴν θέσιν, que tanto pode ser traduzido «(argumentação) *contra* a tese», como «(argumentação) *relativa* (e eventualmente favorável) à tese», e como tal tem sido variamente entendida pelos comentadores. A tradução proposta mantém-se em terreno neutro, de acordo com a observação de Brunschwig, *o. c.*, pp. 144-145, n. 3 à p. 45.

[54] A tradução proposta baseia-se na lição aceite por Ross, ἐπαγωγήν «indução», embora achemos que têm alguma pertinência os argumentos aduzidos por Brunschwig (que adopta a conjectura de Pacius ἀπαγωγήν) para defender esta sua preferência textual.

[55] Cf. n. 53.

mado» [56], que é «bípede», que é «dotado de inteligência e capacidade cognitiva» [57]; logo, caso seja refutada alguma das consequências, será automaticamente refutada a afirmação inicial. Devemos ter cuidado em não operar a troca de uma asserção por uma outra mais difícil; às vezes é mais fácil refutar uma consequência, mas outras vezes é preferível refutar a proposição inicial.

6. Nos casos em que, necessariamente, de dois predicados apenas um pode ser verdadeiro [58], (por exemplo, um homem, ou está doente, ou está saudável), se em relação a um deles temos facilidade em argumentar que ele se aplica, ou que não se aplica, também em relação ao outro disporemos de argumentação abundante. Isto é válido em ambos os sentidos, isto é, se demonstrarmos que um *dos predicados* se aplica teremos *ao mesmo tempo* demonstrado que o outro não se aplica; se demonstrarmos que um deles não se aplica, teremos demonstrado que se aplica o outro. É evidente, portanto, que este «lugar» é útil quer num sentido quer noutro.

Também é possível efectuar a refutação reconduzindo um termo ao seu valor etimológico, no caso de ser mais favorável usar o termo assim do que no sentido corrente; por exemplo, empregando εὔψυχος não no sentido hoje corrente de «corajoso» [59], mas sim para significar «aquele que tem uma alma [60] em bom estado» [61], segundo o modelo do adjectivo εὔελπις [62] para caracterizar aquele que «espera coisas boas». Semelhantemente, chamaremos εὐδαίμων [63] «feliz» àquele cujo δαίμων [64] é benévo-

---

[56] Ἔμψυχον «dotado de alma».

[57] Νοῦ καὶ ἐπιστήμης δεκτικόν.

[58] É o caso de termos antónimos, em virtude da lei do terceiro excluído.

[59] Ἀνδρεῖος.

[60] De ψυχή «alma».

[61] Εὖ, lit. «bem» (advérbio), «em boas condições».

[62] Εὔελπις, lit. «que tem boas esperanças, esperançoso» (de εὖ+ἐλπίς «esperança»).

[63] Ευδαίμων «feliz, venturoso»

[64] Δαίμων, «divindade», não como designação de um *deus* determinado, mas como alusão ao *poder divino* (correspondente até certo ponto

lo, no sentido em que Xenócrates chama «feliz» [65] ao homem que possui uma «alma nobre», uma vez que o δαίμων de cada homem não é outro senão a sua alma. |

Como, de entre todas as coisas, umas há que ocorrem ne- 112b
cessariamente, outras que ocorrem na maior parte das vezes, e outras que só ocorrem por acaso, quem quer que apresente uma ocorrência necessária como sendo apenas maioritária, ou uma ocorrência maioritária como sendo necessária em absoluto, ou apenas para significar o oposto de «maioritário», está a dar azo à refutação. É evidente que apresentar o que ocorre necessariamente como só ocorrendo maioritariamente é o mesmo que declarar que um atributo *de aplicação* universal não se aplica em todos os casos, o que é uma afirmação errada. *Incorre também em erro* quem declara como de aplicação universal um atributo que só se aplica em diversos casos, pois isso equivale a afirmar que se aplica sempre um atributo que só ocorre às vezes. Erra ainda quem disser que o contrário de «ocorrência maioritária» é «ocorrência necessária», quando, na realidade, o contrário de «na maior parte das vezes» é «poucas vezes»: por exemplo, se na maior parte das vezes os homens são mesquinhos [66], apenas raramente serão bons, por conseguinte seria um enorme erro afirmar que os homens são necessariamente bons. Do mesmo modo *seria erro* afirmar que ocorre necessariamente ou a maior parte das vezes algo apenas ocasional, porquanto o que é apenas ocasional nem ocorre necessariamente, nem *sequer* a maior parte das vezes. Se *o oponente* fizer uma asserção sem distinguir se a ocorrência é habitual ou necessária, e se se verificar tratar-se de uma coisa de ocorrência habitual, é aceitável argumentar como se ele tivesse dito que a coisa ocorria necessariamente. Por exemplo, se ele afirmar que os indivíduos deserdados são todos gente mesquinha, sem estabelecer a mínima distinção entre eles, devemos argumentar como se ele houvesse dito que as coisas se passam necessariamente assim.

---

do que os Romanos chamavam *numen*). Neste caso também podíamos entendê-lo num sentido próximo do lat. *genius,* entidade divina que envolvia com a sua protecção e favor cada ser humano.

[65] Εὐδαίμων.

[66] Φαῦλοι, «vis, indignos».

Temos também de verificar se *o oponente* não fala como sendo duas coisas diferentes aquilo que não passa de um acidente da própria coisa só pelo facto de usarmos palavras diversas para cada ocorrência, como fez Pródico ao dividir os prazeres em «alegria» [67], «volúpia» [68] e «satisfação» [69], pois todos estes termos não passam de nomes diversos para uma única coisa, o «prazer» [70]. Portanto, se alguém disser que «estar alegre» [71] é um acidente de «estar satisfeito» [72], está a afirmar que uma coisa é acidente de si mesma.

7. Uma vez que coisas contrárias podem combinar-se entre si de seis modos diversos, mas somente quatro dessas combinações dão origem a pares de contrários [73], devemos recorrer a esses contrários na medida em que nos forem úteis, quer para refutar, quer para comprovar. É óbvio que existem seis modos diversos de combinação. Ou cada um dos termos contrários se combina com cada um dos outros contrários (o que pode dar-se de duas maneiras, por exemplo, «fazer bem aos nossos amigos»/«fazer mal aos nossos inimigos», ou, inversamente, «fazer mal aos nossos amigos»/«fazer bem aos nossos inimigos»); ou se predicam ambos os atributos de um dos termos (também isto de duas maneiras, por exemplo, «fazer bem aos amigos/fazer mal aos amigos», ou «fazer bem aos inimigos»/«fazer mal aos inimigos»); ou se predica um só atributo de ambos os termos (também isto de duas maneiras, por exemplo, «fazer bem aos amigos»/«fazer bem aos inimigos» ou «fazer mal aos amigos»/«fazer mal aos inimigos»). |

113a As duas primeiras combinações referidas não formam uma «contrariedade» [74]. Efectivamente «fazer bem aos amigos» não é contrário de «fazer mal aos inimigos»; ambas as atitudes são

---

[67] Χαρά.
[68] Τέρψις.
[69] Εὐφροσύνη.
[70] Ἡδονή.
[71] Χαίρειν (cf. χαρά).
[72] Εὐφραίνεσθαι (cf. εὐφροσύνη).
[73] Ἐναντιώσεις, lit. «contrariedades».
[74] Ἐναντίωσις, «par de contrários».

de adoptar e relevam dos mesmos costumes. Também não o são «fazer mal aos amigos» e «fazer bem aos inimigos», dado que ambas as atitudes são de rejeitar e igualmente relevam dos mesmos costumes: ora não parece que uma coisa de rejeitar seja contrária a outra coisa de rejeitar, a menos que um dos termos denote um excesso e o outro um defeito [75]; todavia, quer o excesso quer o defeito parecem pertencer ao número das coisas a rejeitar. Todos os restantes quatro modos constituem contrariedades *entre si*. «Fazer bem aos amigos» é contrário de «fazer mal aos amigos»; ambas as atitudes denotam costumes contrários *entre si*, dos quais um é de acolher e o outro de rejeitar. Exactamente o mesmo se passa com os restantes modos: em cada par *de contrários*, um deles é de acolher e o outro de rejeitar, um releva de um carácter digno, o outro de um carácter reprovável. Daquilo que ficou dito resulta com clareza que pode suceder o mesmo predicado ter vários contrários: «fazer bem aos amigos» tem por contrários tanto «fazer bem aos inimigos» como «fazer mal aos amigos»; e se observarmos com atenção os restantes pares veremos que cada membro tem igualmente dois contrários. Por conseguinte há que tomar, de entre os contrários, aquele que for útil para a apreciação da tese em debate.

Se um acidente tiver algum contrário há que verificar se este *último* se pode aplicar à coisa a que se aplica o acidente; se esse *contrário* puder aplicar-se, então *o acidente* não pode aplicar-se, porque é impossível que *atributos* contrários se apliquem simultaneamente à mesma coisa.

Há também que ver se se predica de uma coisa algo cuja existência implique necessariamente *atributos* contrários para essa coisa, por exemplo, se *o oponente* disser que as Ideias [76]

---

[75] Ou: «uma carência» (= ἔνδεια).

[76] Por «Ideias» (ἰδέαι) devem entender-se aqui as «Formas» da teoria platónica, e para deixar claro este entendimento escrevemos sempre com maiúscula. Nesta acepção o termo usado por Arist. é, geralmente, ἰδέα. Deste deve distinguir-se o termo εἶδος, que pode corresponder à «Forma» platónica enquanto entidade separada das coisas, mas que, na terminologia propriamente aristotélica deve traduzir-se por «espécie». Sobre este vocábulo, v. Mesquita, 2005, pp. 488-489.

existem em nós; se assim fosse, elas deveriam estar ao mesmo tempo em movimento e em repouso, ser de natureza sensível e de natureza inteligível. Ora, na opinião dos que defendem a existência das Ideias, estas estão em repouso e são de natureza intelegível; se, porém, elas existirem em nós é impossível estarem imóveis, porquanto, estando nós em movimento, tudo quanto está em nós move-se necessariamente connosco. É evidente também que *as Ideias*, se porventura estiverem em nós, devem ser de natureza sensível, dado que é por meio do sentido da visão que nós conhecemos a forma que cada coisa tem.

Também há que observar, quando existe um acidente que possui um contrário, se é possível que a coisa que admite esse acidente é susceptível de vir a admitir o *referido* contrário, já que é possível uma *mesma* coisa admitir predicações contrárias. Por exemplo, se *o oponente* afirmar que o ódio é consequência da cólera, então o ódio deverá existir na parte irascível *da*
113b *alma*, | já que é nesta que existe a cólera. Devemos, portanto, verificar se o contrário *do ódio, ou seja,* a amizade, existe também na parte irascível; se a amizade não existir aí, mas sim na parte concupiscível *da alma*, então é falso que o ódio seja consequência da cólera. O mesmo se passa se *o oponente* tiver afirmado que na parte concupiscível *da alma* reside a ignorância; ora, para esta ser susceptível de ignorância, teria também de ser susceptível de *possuir* o conhecimento; no entanto, a opinião corrente é que a parte concupiscível não possui capacidade de conhecimento. *Este «lugar»,* portanto, conforme ficou dito, é útil quando se pretende refutar um argumento; em contrapartida já não é útil quando se pretende provar que um *dado* acidente se aplica *ao sujeito,* embora seja útil para provar que talvez lhe possa ser aplicado. Ou seja, se demonstrarmos que *o sujeito* não aceita o contrário *de um dado acidente*, teremos demonstrado *ao mesmo tempo* que tal acidente nem se lhe aplica, nem é susceptível de se lhe aplicar. Se, contudo, demonstrarmos que o contrário *desse acidente* se aplica, ou é susceptível de se aplicar *ao sujeito*, não teremos de modo algum demonstrado que o acidente se lhe aplica, apenas teremos conseguido mostrar que é susceptível de lhe ser aplicado.

8. Uma vez que são quatro os tipos de oposição, há que observar as proposições contraditórias por ordem inversa par-

tindo da relação de consequência [77], quer para refutar quer para comprovar *um argumento*, recorrendo para tanto à indução. Por exemplo, se «homem» é «animal», então «não animal» não pode ser «homem»; passa-se o mesmo nos restantes casos. Aqui a relação de consequência implica a inversão dos termos [78], porque, se «animal» é consequência de «homem», «não animal» não é consequência de «não homem», pelo contrário, «não homem» é que é consequência de «não animal». Logo, deve postular-se o mesmo em todos os demais casos: por exemplo, se o que é «bom» [79] é «agradável», então o que não é agradável não é bom; se um destes *predicados* não é aplicável, o outro também não o é; do mesmo modo, se o que não é agradável não é bom, então o que é bom é agradável. É, assim, evidente que a relação de consequência resultante do emprego de *proposições* contraditórias é válida para ambos os termos [80], desde que usados por ordem inversa.

Há também que observar os *termos* contrários, para ver se de um contrário resulta *outro* contrário, seja na mesma ordem, seja na ordem inversa, e tanto para refutar como para comprovar *um argumento*. Também nestes casos as conclusões devem resultar do recurso à indução, na medida em que tal for útil *à argumentação*. Na relação de consequência os termos empregam-se pela mesma ordem, por exemplo, no caso da «coragem» [81] e da «cobardia» [82]: consequência da primeira é «valor» [83], da segunda «vileza» [84], da primeira a consequência é a «esco-

---

[77] Ou: de implicação.

[78] *I. e.*, a troca de lugar do sujeito e do predicado.

[79] Não esquecer a polissemia do grego καλόν [que aqui traduzimos por «bom», enquanto outros traduzem por «honroso» e outros ainda por «belo» (sentidos, aliás, em que Arist. também emprega muitas vezes o vocábulo)].

[80] Sujeito e predicado; outros traduzem «em ambos os sentidos» (Brunschwig, Sanmartín), seguindo o eixo das contraditórias, ou «para ambos os fins» (Foster, Colli), *i. e.*, para refutar ou comprovar.

[81] Ἀνδρία.

[82] Δειλία.

[83] Ἀρετή. Uma tradução frequente deste termo é «virtude», num sentido próximo do termo latino *uirtus*. Também poderíamos traduzir por «excelência».

[84] Κακία (de κακός «ruim, mau, vil»).

lha» [85], da segunda é a «rejeição» [86]. A relação de consequência faz-se, neste caso, seguindo a mesma ordem *no uso dos termos*, dado que «escolha» é o contrário de «rejeição». O mesmo se verifica também nos outros casos. A relação de consequência ocorre por ordem inversa, por exemplo, quando *se diz que* a «saúde» [87] é consequência da «boa forma física» [88]; mas a «doença» [89] *não é consequência* da «má forma física» [90], pelo contrário, a «má forma física» é que *é consequência* da «doença».
114a Vê-se claramente | que nestes casos a relação de consequência se dá usando *os termos* na ordem inversa. A relação de consequência, no entanto, no caso dos contrários verifica-se raramente por ordem inversa, ao passo que segue a mesma ordem na maioria dos casos. Se, portanto, um contrário não é consequência de outro contrário nem segundo a ordem directa nem segundo a ordem inversa, é claro que também a nível das coisas de que se fala uma não é consequência da outra; se, porém, no caso dos contrários, um termo é consequência de outro, então necessariamente uma das coisas de que se fala terá de ser consequência da outra.

O mesmo procedimento que usámos no caso dos contrários devemos empregar para analisar os casos de «privação» ou de «posse» *de um certo estado.* Nos casos de «privação» não é possível o emprego da ordem inversa; a relação de consequência deve fazer-se necessariamente empregando os termos por ordem directa, como sucede com «percepção» [91] em relação a «visão» e «incapacidade de percepção» [92] em relação a «cegueira». A oposição entre «percepção» e «incapacidade de percepção» é paralela à existente entre «posse» e «privação», pois o primeiro termo designa a «posse» da mesma faculdade de que o outro designa a «privação».

---

[85] Τὸ αἱρετόν, lit. «o que deve ser escolhido».
[86] Τὸ φευκτόν, lit. «o que deve ser evitado».
[87] Ὑγίεια.
[88] Εὐεξία.
[89] Νόσος.
[90] Καχεξία.
[91] Αἴσθησις.
[92] Ἀναισθησία.

O mesmo procedimento usado no caso da possessão e da privação *de um dado estado* deve empregar-se também no caso dos *predicados* relativos. A relação de consequência nestes casos segue também a ordem directa dos termos. Por exemplo, se «triplo» é «múltiplo», também «terço» é «submúltiplo»; diz-se efectivamente que «triplo» está para «terço», tal como «múltiplo» está para «submúltiplo». Também, se «conhecimento» [93] é uma *certa* «representação» [94] *das coisas*, também o «cognoscível» [95] é «representável» [96]; e, igualmente, se a «visão» [97] é uma «sensação» [98], também o «visível» [99] é «sensível» [100]. (Pode objectar-se que, no caso dos predicados relativos, a relação de consequência não se dá necessariamente do modo como ficou dito; o «sensível» é de facto «cognoscível», mas isso não quer dizer que a «sensação» seja um «conhecimento». Mas não se afigura que esta objecção tenha fundamento, porquanto muitos não aceitam que exista um «conhecimento» das coisas sensíveis.) O que dissemos, no entanto, nem por isso deixa de ser útil para provar um contrário, por exemplo, que o «sensível» não é «cognoscível» pela mesma razão que «sensação» não é «conhecimento».

9. Também *há que observar* os termos correlacionados [101] e as derivações de palavras [102], quer para refutar quer para comprovar *um argumento*. Dizem-se termos correlacionados, por exemplo, «(coisas) justas» [103], «(homem) justo» [104] em relação a

---

[93] Ἐπιστήμη.

[94] Ὑπόληψις.

[95] Ἐπιστητόν.

[96] Ὑπολῃπτόν.

[97] Ὅρασις.

[98] Αἴσθησις.

[99] Ὁρατόν.

[100] Αἰσθητόν.

[101] Ἐπὶ τῶν συστοίχων, lit. «(dar atenção aos termos) que ficam na mesma fila, ou na mesma coluna».

[102] Ἐπὶ τῶν πτώσεων, lit. «(dar atenção aos termos derivados) das flexões».

[103] Τὰ δίκαια (adjectivo no plural neutro substantivado com valor colectivo).

[104] Ὁ δίκαιος (adjectivo substantivado no masculino do singular).

«justiça» [105], ou «(actos) corajosos» [106], «(homem) corajoso» [107], em relação a «coragem» [108]. Do mesmo modo os termos relativos à obtenção ou à preservação da coisa que têm por objectivo obter ou preservar, por exemplo, as «coisas saudáveis» [109] em relação com a «saúde» [110], ou «as coisas que ocasionam boa forma física» [111] em relação com a «boa forma física» [112]; e do mesmo modo com respeito a outros *termos do mesmo tipo*. A estes termos costuma dar-se o nome de «termos correlacionados»; fala-se de «derivação de palavras» nos casos como os de «justamente», «corajosamente», «saudavelmente» [113], e todos os outros vocábulos formados do mesmo modo. É opinião corrente que também as palavras formadas por derivação constituem termos correlacionados, como sucede com «justamente» em relação a «justiça» e a «corajosamente» em relação a «coragem». Dizem-se então «termos correlacionados» todos quantos pertencem a uma mesma série *etimológica*, tais como «justiça», «(homem) justo», «o justo», «justamente» [114]. É evidente que, se um qualquer dos termos de uma mesma série é tomado como
114b sendo uma coisa boa | ou louvável, todos os restantes termos da mesma série também denotarão coisas boas e louváveis; por exemplo, se a «justiça» pertence ao número das coisas louváveis, também serão louváveis o «(homem) justo», o «justo (em si)», o «(acto cometido) justamente». Dir-se-á também que o *advérbio* «louvavelmente» está correlacionado com o *adjectivo* «louvável» segundo o mesmo paradigma como «justamente» *está correlacionado* com «justiça».

---

[105] Δικαιοσύνη.

[106] Τὰ ἀνδρεῖα (adjectivo no plural neutro substantivado com valor colectivo).

[107] Ὁ ἀνδρεῖος (adjectivo substantivado no masculino do singular).

[108] Ἀνδρία.

[109] Τὰ ὑγιεινά.

[110] Ὑγίεια.

[111] Τὰ εὐεκτικά.

[112] Εὐεξία.

[113] Δικαίως (justamente), ἀνδρείως (corajosamente), ὑγιεινῶς (saudavelmente).

[114] Δικαιοσύνη (nome), δίκαιος (adjectivo masculino substantivado), τὸ δίκαιον (adjectivo neutro substantivado = «o justo em si»), δικαίως (advérbio).

Devemos examinar não apenas a proposição que está a ser discutida mas também a sua contrária segundo *o ponto de vista* contrário, por exemplo, que «o bom não é necessariamente agradável», visto que também «o mau não *é necessariamente* doloroso»; ou então, que se esta *proposição* é verdadeira, a primeira também *o é* [115]. Do mesmo modo, se a «justiça» é um «saber», a «injustiça» denota «ignorância»; igualmente, se «(acto cometido) justamente» significa «(acto cometido) sábia e experientemente» [116], também «(acto cometido) injustamente», significa «(acto cometido) por ignorância e inexperiência» [117]. Se não se verificar esta hipótese, porém, também a primeira não

---

[115] O texto que damos é a tradução literal do original grego, pouco claro, como qualquer leitor pode verificar. Aparentemente Arist. está a considerar apenas a análise de duas proposições: τὸ ἀγαθὸν οὐκ ἐξ ἀνάγκης ἡδύ, lit. «o bem não é necessariamente agradável» e τὸ κακὸν (οὐκ ἐξ ἀνάγκης) λυπηρόν «o mal não é necessariamente doloroso». Para entender correctamente o passo parece-nos necessário: chamar a atenção para o facto de as duas proposições do texto terem não só sujeitos contrários, mas também predicados contrários: «bem»/«mal»; «agradável»/«doloroso». Assim, é necessário entender que no texto estão implícitas mais duas proposições: τὸ ἀγαθόν ἐξ ἀνάγκης ἡδύ «o bem é necessariamente agradável» e τὸ κακὸν ἐξ ἀνάγκης λυπηρόν «o mal é necessariamente doloroso». Consideremos então estas quatro frases: (1) «o bem não é necessariamente agradável» = «nem todo o bem é agradável» (proposição particular negativa — O); (2) «o mal não é necessariamente doloroso» = «nem todo o mal é doloroso» (proposição particular negativa — O); (3) «o bem é necessariamente agradável» = «todo o bem é agradável» (proposição universal afirmativa — A); (4) «o mal é necessariamente doloroso» (proposição universal afirmativa — A). Recorrendo ao quadritátero lógico poderemos verificar que são contraditórias as proposições (1) — (3) e (2) — (4). Pela lei das contraditórias, duas proposições contraditórias não podem ser simultaneamente nem verdadeiras nem falsas. Portanto, mau grado as aparências, o que prova a verdade da proposição (1) não é a verdade da proposição (2); o que Arist. pretende afirmar é apenas que a contradição entre (1) e (3) é paralela da contradição (2) e (4), ou seja, se (2) e (4) não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, o mesmo sucederá com (1) e (3).

[116] Ἐπιστημονικῶς καὶ ἐμπειρῶς, advérbios formados a partir dos adjectivos correspondentes, do mesmo modo que ἀδίκως «injustamente» é formado do adjectivo ἄδικος «injusto».

[117] Ἀγνοούντως καὶ ἀπείρως, lit. «ignorantemente e inexperientemente», advérbios, tal como os referidos na nota precedente.

se verificará; no exemplo aduzido, de facto, pareceria mais provável que o acto injusto resultasse da experiência e não da inexperiência. Este «lugar» já foi referido anteriormente ao falarmos das relações de consequência entre contrários [118]; por agora nada mais estamos a fazer do que a mostrar que o contrário é consequência do *seu* contrário.

Seguidamente temos o caso das géneses e das destruições das coisas, dos meios por que elas são originadas e destruídas, seja para refutar, seja para comprovar *um argumento*. Se uma coisa for originada por uma coisa boa, então também ela será boa, e se ela for boa, então também na sua origem estará uma coisa boa. Quanto às coisas que se originam de coisas más, são elas próprias coisas más, e se elas próprias forem coisas más, também as suas origens serão coisas más [119]. No que toca à destruição *das coisas* tudo se passa ao contrário: se se tratar da destruição de coisas boas, então *essa destruição* será uma coisa má, se tratar da destruição de coisas más, então *a destruição* será um coisa boa. O mesmo é válido para o caso dos meios por que as coisas são originadas e destruídas; se esses meios originarem coisas boas, então também serão eles mesmos bons; se, pelo contrário, causarem a destruição de coisas boas, então serão maus.

10. Observar também se coisas semelhantes se comportam de forma semelhante; por exemplo, se um saber pode abarcar muitas matérias, também uma opinião o poderá fazer; se possuir visão significa ver, também possuir audição significará ouvir. Identicamente a respeito das demais coisas, quer as que são *realmente semelhantes*, quer as que são tomadas *como tal*. Este «lugar» é útil nos dois sentidos, pois se as coisas se passam de uma dada maneira numa das coisas semelhantes, passar-se-ão da mesma maneira nas demais coisas semelhantes, e se não se passarem numa delas, também não se passarão nas demais. Observar também se as relações de semelhança que se verificam em relação a uma só coisa se verificam igualmente em

---

[118] V. supra, 113b.

[119] Texto conjectural, proposto por Wallies e aceite por Ross.

relação a muitas, já que por vezes pode surgir alguma discrepância. Por exemplo, se «saber» significa «pensar», «saber muitas coisas» significará «pensar muitas coisas». Ora isto não é verdade: é possível, de facto, «saber muitas coisas», mas não é possível «pensar *em todas ao mesmo tempo*». Portanto, se esta última proposição não é verdadeira, então a primeira, ou seja, que «saber» significa «pensar», não pode ser verdade, nem sequer em relação a uma só coisa.

Passemos agora ao uso dos graus «mais» e «menos». Há quatro «lugares» derivados do emprego de «mais» e «menos». Primeiro, se *um grau* «mais» é consequência de *outro grau* «mais»: verificar, por exemplo, *admitindo que* «o prazer é um bem», se também «*um maior grau* | de prazer» significará «um 115a
maior grau de bem»; ou, admitindo que «cometer uma injustiça é um mal», verificar se «cometer uma injustiça maior implicará um mal maior». Este «lugar» é útil nos dois sentidos: de facto, se do acréscimo do sujeito resulta um acréscimo do predicado, conforme o exemplo acima, é evidente que *este predicado* é um acidente *do sujeito*; se não resulta, é porque se não trata de um acidente. Este ponto deve ser tratado com recurso à indução.

Segundo, caso de o mesmo atributo ser predicado de dois sujeitos: se o *predicado* que pareceria mais provável ser próprio de um deles não o é, também o não é o menos provável; se o *predicado* que pareceria menos aplicável a um sujeito afinal se lhe aplica, então também se lhe aplicará o mais *provável.*

Terceiro, se dois atributos são predicados de um só sujeito, se o *predicado* que parece mais provável aplicar-se-lhe não se lhe aplica, também se lhe não aplica o que parecia menos provável; se o que parece menos provável aplicar-se-lhe, *afinal* se lhe aplica, também se lhe aplicará o que parecia mais provável.

Quarto, quando dois atributos são predicados de dois sujeitos, se o *predicado* que parece mais provável aplicar-se a um deles não se lhe aplica, também o outro *predicado* não se aplicará ao outro *sujeito;* e se o que parece menos provável aplicar-se a um dos sujeitos, afinal se lhe aplica, também o outro *predicado* se aplicará ao outro *sujeito.*

Outra questão ainda diz respeito à aplicação, real ou aparente, de predicados no mesmo grau. Esta questão resolve-se de três maneiras, do modo como ficou dito a propósito *do grau*

«mais» nos três últimos «lugares» mencionados. *Primeira,* caso de um predicado que se aplica, ou parece aplicar-se, a dois sujeitos em grau semelhante: se não se aplica a um deles, também não se aplicará ao outro; se se aplica a um deles, também se aplicará ao outro. *Segunda,* caso de dois predicados atribuídos em grau semelhante a um só sujeito: se um dos predicados não se lhe aplica, também o outro não se lhe aplicará; se um dos predicados se lhe aplica, também o outro se lhe aplicará. *Terceira,* passa-se o mesmo quando temos dois predicados atribuídos em graus semelhantes a dois sujeitos: se um dos predicados não se aplica a um dos sujeitos, também o outro predicado não se aplicará ao outro sujeito; se um dos predicados se aplicar a um dos sujeitos, também o outro *predicado* se aplicará ao outro *sujeito*.

11. Estes são por conseguinte os modos de tratar uma questão argumentando a partir das noções de «mais», de «menos» e de «no mesmo grau». É ainda possível a utilização de «acrescento» [120]: se uma coisa é acrescentada a outra e a torna «boa» ou «branca» quando anteriormente não era nem boa nem branca, a coisa acrescentada deverá ser «boa» ou «branca», isto é, deverá possuir a qualidade que transmite ao conjunto. Também se uma qualidade, acrescentada a uma coisa que já a possui, a torna mais dotada dessa qualidade já existente, *então o acrescento* deverá ser dotado dessa qualidade. Do mesmo modo se passam as coisas nos demais casos. Este «lugar», porém, não é útil em todas as situações, mas apenas naquelas em que ocorre um excesso do *que já existe no grau* «mais». Contudo, trata-se de um «lugar» insusceptível de inversão [121] com o fim de refutar *um argumento*. De facto, se aquilo que é acrescentado não produz uma coisa boa, isso não significa que a coisa que
115b recebe o acrescento não seja já de si uma coisa boa; | de resto, uma coisa boa acrescentada a uma má não tem como resultado necessário que o todo se torne uma coisa boa, tal como o branco adicionado ao preto não transforma o todo em branco.

---

[120] Πρόσθεσις, «adição (de características)».

[121] Οὐκ ἀντιστρέφει.

Mais, se um predicado é susceptível de grau maior ou menor, então é porque ele é aplicável, em valor absoluto [122], *ao sujeito*: uma coisa que não é nem boa nem branca não pode dizer-se que seja mais ou menos boa, ou branca; igualmente de uma coisa má não se pode dizer que seja mais ou menos boa *do que outra qualquer*, mas apenas que é mais, ou menos, má. Este «lugar» também não é susceptível de inversão com o fim de refutar *um argumento*. Muitos dos predicados em que não têm lugar *as noções* de «mais» ou de «menos» são aplicáveis em valor absoluto por si mesmos. «Homem», por exemplo, não se pode predicar de ninguém em maior ou menor grau, sem que por isso *o sujeito* deixe de ser «homem».

Uma análise nos mesmos moldes deve fazer-se dos predicados relativos a uma qualquer coisa, a um tempo, ou a um lugar [123]: se eles são aceitáveis em relação a qualquer coisa, então são aceitáveis em termos absolutos; o mesmo se dirá em relação ao tempo e ao lugar; mas o que é impossível em termos absolutos não é aceitável em termos relativos nem a outra coisa, nem a um tempo, nem a um lugar. (Pode objectar-se que certos homens são, por natureza, de bom carácter [124] sob um certo aspecto, por exemplo, magnânimos ou moderados, mas não se pode dizer que têm bom carácter por natureza em termos absolutos [125]. Semelhantemente, falando de coisas perecíveis, é aceitável dizer que em certas ocasiões elas não perecem, mas não é aceitável dizer que elas são, em absoluto, imperecíveis. Do mesmo modo é aceitável dizer que em certos locais é vantajoso seguir um determinado regime [126], por exemplo, em lugares doentios, mas não é vantajoso fazê-lo incondicionalmente. É igualmente possível que num dado local viva um úni-

---

122 Ἁπλῶς, lit «simplesmente».

123 Κατά τι καὶ ποτὲ καὶ ποῦ, lit. «em relação a algo, quando e onde».

124 Σπουδαῖοι, lit. «sérios, honestos, nobres».

125 Alguns mss. acrescentam a seguir a frase οὐδεὶς γὰρ φύσει φρόνιμος «pois ninguém é prudente por natureza»; esta lição não é recolhida nas edições de Ross e de Brunschwig, nem está na base da tradução de Sanmartín. É, porém, aceite no texto e traduzida por Foster, e está subjacente à tradução de Rolfes.

126 Aqui, no sentido de «dieta».

co ser humano, mas em termos absolutos não é possível dizer que apenas exista um homem vivo. Do mesmo modo, há certos lugares em que é uma boa acção [127] sacrificar o *próprio* pai, como sucede entre os Tribalos, mas não se pode dizer que isso seja uma boa acção em absoluto. Ou talvez o que se pretende aqui não seja propriamente indicar o lugar, mas sim o povo no seio do qual isto se verifica. De facto, é indiferente o lugar em que se encontrem, porque, onde quer que estejam, tal sacrifício é uma boa acção, na condição de os seus praticantes serem tribalos. Igualmente, é vantajoso em certas alturas tomar medicamentos, por exemplo, quando se está doente, mas já não é aceitável tomá-los a toda a hora. Também neste caso, aliás, parece estar em causa não o «quando» mas sim o «como» *está a pessoa,* pois é indiferente o momento desde que o estado seja o mencionado.) Emprega-se um predicado em termos absolutos quando se diz que algo é bom (ou o seu contrário) sem acrescentarmos mais especificações. Por exemplo, não se pode dizer que sacrificar o pai seja uma boa acção, mas somente que é uma boa acção para determinadas pessoas, ou seja, não é uma acção boa em termos absolutos. Mas já prestar honras aos deuses é uma nobre acção sem mais acrescentos, por isso se diz que, em sentido absoluto, é uma nobre acção. Por conseguinte, diz-se que são empregados em sentido absoluto todos aqueles predicados — «bom», «mau», ou qualquer outro similar — que se usam sem qualquer especificação.

---

[127] Καλόν; também seria possível traduzir por «aceitável», «admissível», ou mesmo «honroso».

Livro III

1. Qual, de entre duas ou várias coisas, deve ser considera- 116a
da a preferível ou a melhor, é o que devemos analisar a partir dos pontos que se seguem. Em primeiro lugar dê-se por estabelecido que não iremos analisar coisas muitos díspares, ou que apresentem grande discrepância entre si (ninguém, por exemplo, tem dificuldade em afirmar se é preferível a felicidade ou a riqueza), mas sim coisas muito próximas, e em relação às quais é discutível a qual delas se deve dar a preferência, dado que não é evidente a superioridade de uma sobre a outra. A respeito de coisas deste tipo, é óbvio que, caso se evidencie um, ou vários motivos de superioridade *de uma sobre a outra,* o nosso pensamento reconhecerá como preferível aquela que for na realidade superior.

Em primeiro lugar, portanto, merecerá ser escolhida uma coisa mais duradoura ou mais segura de preferência a uma que tenha estes atributos em menor grau; outro critério será ver o que escolheria um homem prudente, ou honesto, ou uma lei justa, ou os homens escolhidos como os mais capazes para certas tarefas, ou os mais conhecedores em cada matéria, ou os mais numerosos, ou todos eles; por exemplo, na medicina ou na carpintaria, ver o que escolheriam os médicos na sua maioria, ou na totalidade, ou ainda o que escolheria a maioria ou a totalidade das pessoas, ou até dos seres em geral [1], como, por

---

[1] Arist. escreveu πάντες (no masculino plural) — «todos (os seres racionais)» e πάντα (no neutro plural) — «todos (os seres, mesmo os irracionais)», o que se justifica por os animais também procurarem o que é para si o melhor, cf. Brunschwig, p. 62, n. 1.

exemplo, o «bem», já que todos os seres procuram o que é «bom» para si. Devemos orientar a discussão no sentido que for útil para a nossa argumentação; em termos gerais, o que estiver de acordo com o saber mais correcto, ou então com o saber mais adequado a cada caso pontual, isso será o melhor e o preferível.

Depois *será preferível* uma coisa que exprima a sua essência a uma que não esteja incluída no género *da primeira,* por exemplo *é preferível* a «justiça em si» ao «*homem* justo», pois aquela pertence ao género «bem», o que não sucede com este, aquela é por essência um «bem», este não [2]. De nenhuma coisa se diz que «exprime a essência» de um género se não estiver incluída nesse género, por exemplo, «homem branco» não «exprime a essência» de «cor». O mesmo é válido para os outros casos do mesmo tipo.

Uma coisa que é desejável em si mesma é preferível a uma que seja desejável por alguma outra razão: por exemplo, «gozar de saúde» é preferível a «fazer exercício físico», porque *a «saúde»* é desejável em si mesma, *o «exercício» só o é* pelo seu resultado. Também o que é desejável em si mesmo é preferível ao que é acidentalmente desejável: por exemplo, é preferível que sejam justos os nossos amigos aos nossos inimigos, porque no primeiro caso a coisa é desejável em si mesma, no segundo é-o apenas por acidente; de facto, nós desejamos que os nossos inimigos sejam justos apenas a título acidental, isto é, para que eles nos não causem qualquer dano. Este princípio é idêntico ao precedente, diferindo apenas no modo: ou seja, que os nossos amigos sejam justos é algo que desejamos por si mesmo, ainda que de tal não colhamos qualquer benefício, o que será o caso, por exemplo, se eles estiverem na Índia; que os nossos inimigos *sejam justos*, desejamo-lo apenas com uma finalidade: que eles não nos ocasionem qualquer dano. |

116b Aquilo que produz um bem por si mesmo *é preferível* ao que o produz por acidente, como sucede com a «virtude» em

---

[2] Dito de outra forma: a «justiça» em si pertence directamente, por essência, ao género «bem», ao passo que no caso de «homem justo», o atributo «justo» é acidental, não essencial.

relação à «sorte» (pois a primeira é desejável em si mesma como causadora do «bem», a segunda é-o apenas por acidente). O mesmo se diga de outra coisa qualquer do mesmo tipo. Situação similar ocorre no caso dos contrários: o que é em si mesmo causa de algum mal é mais de evitar do que aquilo que o é por acidente, como se passa com a «maldade» [3] e a «sorte», pois enquanto a primeira é essencialmente um mal, a segunda só o é acidentalmente.

O que é bom em sentido absoluto é preferível ao que é bom num caso particular: por exemplo, «curar-se» é preferível a «sofrer uma operação»; de facto, o estado saudável é um bem em si mesmo, a operação cirúrgica só é boa para o indivíduo que dela necessita. O que é bom por natureza é preferível ao que não é bom por natureza: por exemplo, a «justiça» é preferível ao «homem justo», porque, enquanto a primeira é um bem por natureza, ser um homem justo é *um estado que se adquire*. É preferível também *o predicado* que convém ao ente melhor e mais digno de honra: por exemplo, o *atributo* de um deus é preferível ao de um homem, o atributo da alma *é preferível* ao do corpo. Uma propriedade [4] de um ser superior é preferível à de um ser inferior: por exemplo, a *propriedade* de um deus é superior à de um homem. De facto, ao passo que não há diferença *entre deus e homem* no que toca aos traços comuns a ambos, já no que respeita às respectivas particularidades, um é superior ao outro. Também merece preferência aquilo que é próprio de estados melhores, mais básicos e mais apreciáveis. Por exemplo, a saúde *merece a preferência* sobre a força e a beleza, pois a primeira assenta nos *elementos* húmidos, secos, quentes e frios, numa palavra, nos elementos primordiais de que é feito o corpo dos animais, ao passo que as outras duas assentam em elementos secundários: a força tem lugar nos nervos e nos ossos, a beleza parece consistir num certo equilíbrio dos membros. Também a finalidade parece ser preferível aos meios para a atingir; de dois *destes meios, é preferível ainda* o

---

[3] Κακία, em termos gerais, é tudo quanto implique «baixeza moral».

[4] Ἴδιον, o estudo dos «lugares» relativos a este «predicável» será feito no livro V.

que estiver mais próximo da finalidade. De um modo geral, aquilo que é desejável como finalidade da vida é de longe preferível ao que tem qualquer outra finalidade: por exemplo, o que tem por fim a felicidade é preferível ao que tem por fim a prudência. Também o possível é mais desejável do que o impossível. De dois meios de alcançar um fim é preferível aquele cujo fim for superior. Quando se põe a questão de escolher entre um meio e um fim há que raciocinar a partir de uma proporção: ou seja, quando um fim é tão superior a outro fim, como este é *superior* ao meio que lhe permite ser atingido; por exemplo, se a felicidade é muito mais superior à saúde do que a saúde é superior ao meio de produzir saúde, então o meio de produzir felicidade é preferível à saúde. De facto, a felicidade supera tanto a saúde, quanto o meio de produzir felicidade supera *o meio* de produzir a saúde. Por outro lado, a saúde supera *o meio* de produzir saúde em menor grau, donde se conclui que o meio de produzir felicidade é «mais superior» em relação *ao meio* de produzir saúde do que a saúde é superior *ao meio de* produzir saúde. É, assim, evidente, que o meio de produzir felicidade é preferível à saúde, dado que tem uma maior superioridade em relação ao mesmo *termo de comparação* [5].

Também *é preferível* o que for em si mesmo melhor, mais honroso e mais louvável: por exemplo, a amizade é preferível à riqueza, e a justiça à força; *a amizade e a justiça* pertencem, de facto, ao número das coisas honrosas e louváveis em si mes-
117a mas, ao passo que as outras | não o são por si mesmas, mas só por qualquer outro motivo. Ninguém, em boa verdade, aprecia a riqueza por si mesma, mas apenas por algum outro motivo, ao passo que a amizade é desejável em si mesma, mesmo quando dela não esperamos nenhum proveito *adicional*.

2. Também há o caso de duas coisas serem praticamente idênticas e nós não podermos discernir nenhuma superioridade de uma sobre a outra: *neste caso* teremos de as avaliar

---

[5] Sobre a interpretação deste passo, v. Brunschwig, p. 156 (n. 2 à p. 64).

a partir das suas implicações: aquela coisa que implicar um bem superior, essa será a preferível. Se, porventura, as implicações forem más nos dois casos, então será preferível aquela que implicar um mal menor. Se, por outro lado, ambas as coisas forem desejáveis, nada obsta a que ocorra alguma consequência desagradável. A análise das implicações deve fazer-se em dois sentidos: a coisa implicada, de facto, pode ser anterior ou posterior à coisa em análise, por exemplo, a aprendizagem de alguma matéria implica um estado anterior de ignorância e um estado posterior de conhecimento. Na maioria dos casos é preferível a implicação posterior. Logo, das implicações envolvidas deveremos escolher aquela que se revelar mais útil.

Também os bens mais numerosos são preferíveis aos menos numerosos, ou em termos absolutos, ou quando um conjunto está incluído no outro, *ou seja,* os bens menos numerosos formam um subconjunto dos mais numerosos. (Uma objecção *possível: o caso de duas coisas* tais que uma delas *é desejável* por causa da outra. É que não vale de nada escolher as duas em vez de uma só, por exemplo, escolher *ao mesmo tempo* «ficar são» e «saúde», em vez de *simplesmente* «saúde», dado que nós só desejamos «ficar sãos» por causa da «saúde» *em si.* Também nada impede que *um conjunto* em que há coisas menos boas seja preferível a um *só* de coisas boas, por exemplo, «felicidade» mais uma coisa qualquer menos boa *pode ser preferível ao conjunto* «justiça e coragem». Além disso, escolher *qualquer* destas coisas acompanhadas de «prazer» é preferível a sem «prazer»; igualmente, quando elas não são acompanhadas de sofrimento a quando implicam sofrimento.

Também *é preferível escolher* cada coisa no momento em que o seu efeito é mais relevante: por exemplo, é mais relevante não sofrer na velhice do que na juventude, porque é na velhice que a ausência de sofrimento tem mais valor. Pelo mesmo motivo também a prudência é mais desejável na velhice; ninguém, de facto, escolhe jovens para lugares de chefia [6], por-

---

[6] Τοὺς νέους αἱρεῖται ἡγεμόνας, lit. (ninguém) «escolhe os jovens para chefes».

que ninguém os considera capazes de prudência. Com a coragem as coisas passam-se ao contrário, pois é na juventude que mais necessária se torna a energia decorrente da coragem. O mesmo se dirá a respeito do autodomínio [7], dado que os jovens são mais susceptíveis de deixar-se perturbar pelos desejos do que os mais velhos.

Também devemos preferir o que for mais útil em todas as ocasiões, ou na maioria delas: por exemplo, a «justiça» e «o autodomínio» em confronto com a «coragem», dado que as duas primeiras são sempre úteis, ao passo que a última só o é ocasionalmente. Também é possível haver duas coisas tais que, se todos possuíssemos uma delas, a outra seria inútil, pelo que a primeira será preferível à segunda; é o que sucede no caso
117b da «justiça» e da «coragem»: se todos | fôssemos justos, a «coragem» seria inútil, se todos fôssemos corajosos, nem por isso a «justiça» deixaria de ser útil.

Também *se podem usar argumentos* a partir da destruição [8] e da rejeição [9] *de certas coisas,* da geração [10] e da apropriação [11] *de outras,* e bem assim dos seus contrários. Aquelas cuja destruição é mais indesejável é, ela mesma, preferível. O mesmo se diga quanto à rejeição e ao seu contrário: se a rejeição, ou o contrário *de uma dada coisa* é mais indesejável, então a coisa em si será preferível. A situação é inversa no que respeita à geração ou à apropriação: as coisas cuja apropriação ou cuja geração é preferível são, elas mesmas, também preferíveis [12].

Outro «lugar» consiste em considerar como melhor, e portanto preferível, aquilo que está mais próximo do «bem»; o mesmo se passa com o que for mais semelhante ao bem:

---

[7] Σωφροσύνη, lit. «sensatez, moderação».

[8] Φθορά.

[9] Ἀποβολή.

[10] Γένεσις.

[11] Λῆψις.

[12] Note-se que todos estes termos (destruição, etc.) são usados por Arist. no plural; achámos preferível reservar o plural para o termo *coisas* (que não figura expressamente no texto grego), pois cada um dos outros refere apenas o acto (ou o estado) que leva à rejeição ou apropriação de algo.

por exemplo, a «justiça» *em si é preferível* ao «*acto* justo» [13]. Também *é preferível* o que se assemelhar mais a algo que lhe é superior; é o que sucede quando certos autores dizem que Ájax é superior a Ulisses pelo facto de ser mais parecido com Aquiles. (Uma objecção possível é que esta afirmação pode não corresponder à verdade: nada impede, de facto, que Ájax não se assemelhe a Aquiles naquele aspecto em que Aquiles é superior a todos, enquanto o outro, *Ulisses*, embora sendo bravo, não se lhe assemelha.) Há que verificar também se a semelhança não tende para o ridículo, como sucede com a do macaco relativamente ao homem, ao passo que o cavalo não tem semelhança alguma com o homem; ora é um facto que o macaco não é mais bonito *do que o cavalo*, conquanto seja mais parecido com o homem. Caso distinto sucede com duas coisas, uma das quais é mais parecida com outra melhor *do que ela*, e a segunda é mais parecida com uma pior: a melhor *das duas* é aquela que mais se assemelha ao melhor termo de comparação. (Também aqui se pode levantar uma objecção: nada impede que algo seja ligeiramente semelhante a outra coisa superior, enquanto outra coisa é muitíssimo semelhante a uma inferior: por exemplo, que, enquanto Ájax é ligeiramente *semelhante* a Aquiles, Ulisses seja muito semelhante a Nestor. Há ainda a possibilidade de uma coisa ser semelhante a outra superior mas pelo seu lado pior, e outra coisa ser semelhante a uma inferior mas pelo seu lado melhor: é o que sucede com o cavalo em relação ao burro, ou o macaco em relação ao homem.)

Outro «lugar»: aquilo que é mais vistoso *é preferível* ao que é menos, tal como o que é mais difícil *é preferível ao menos difícil*, como se vê pelo facto de sentirmos maior satisfação com o que não é fácil de obter. O mesmo se diga quanto ao que é mais particularmente nosso em confronto com o que é próprio de todos, e também quanto àquelas coisas que temos menos

---

[13] Ou: ao *homem* justo. O grego τοῦ δικαίου tanto pode ser entendido como um neutro (o que justifica a tradução do texto), como um masculino, o que permite esta segunda interpretação, que é a preferida por Colli.

em comum com o que vale menos do que nós [14]. É preferível, na verdade, aquilo que não acarreta, àquilo que acarreta algum inconveniente [15].

Se, em termos gerais, um conjunto de coisas é superior a outro, então o que há de melhor no primeiro conjunto é superior ao que há de melhor no segundo: por exemplo, se o homem é superior ao cavalo, então também o melhor dos homens é superior ao melhor dos cavalos. Inversamente, se o *elemento* melhor de um conjunto é superior ao elemento melhor do outro conjunto, então, *em termos gerais*, o primeiro conjunto será superior ao segundo: por exemplo, se o melhor dos homens é superior ao melhor dos cavalos, então, em termos gerais, todo o homem é superior a qualquer cavalo. |

118a Também aquilo de que é possível os nossos amigos partilharem é preferível àquilo de que eles não partilham. Também é mais desejável o que nós gostamos mais de fazer a um amigo do que a um desconhecido qualquer: por exemplo, agir com justiça e beneficiar *alguém* é preferível a apenas parecê-lo; ora, de facto, em relação aos amigos, preferimos beneficiá-los em vez de o parecer, enquanto em relação a um desconhecido qualquer é *exactamente* o contrário.

Também as coisas *de certo modo* supérfluas são mais interessantes [16] do que as *estritamente* necessárias, e, por vezes, podem mesmo ser preferíveis; é melhor «viver bem» do que meramente «estar vivo» [17]; ora «viver bem» pertence *ao domínio* do supérfluo, «estar vivo» ao da necessidade. Por vezes, porém, o que é melhor pode não ser o preferível, isto é, pelo facto de ser melhor não se segue necessariamente que o seja; filosofar, por exemplo, é melhor do que ganhar dinheiro, mas não é preferível para um indivíduo que careça das necessida-

---

[14] Tradução aproximada: o termo de comparação usado por Arist., τοῖς κακοῖς, tanto pode corresponder a um neutro («as coisas que não prestam») como a um masculino («as pessoas que não prestam»).

[15] Esta última frase é rejeitada por Brunschwig, que a interpreta como glosa da frase precedente (v. pp. 158-159, n. 1 à p. 68).

[16] Βελτίω, lit. «melhores».

[17] Tanto «viver» como «estar vivo» traduzem o infinito ζῆν. — Sobre a noção de εὖζῆν v., *u. g.*, *EN* 1140a24-28.

des básicas. Por «coisas supérfluas» entendemos aquela situação em que, dispondo já das necessidades básicas, procuramos obter alguns daqueles bens que dão valor à vida [18]. Podemos dizer talvez que, de um modo geral, é preferível aquilo que é *estritamente* necessário, mas que é mais interessante [19] o que é supérfluo.

Também é preferível o que obtemos sem precisar de recorrer a outrem, ao que também podemos obter com recurso a alguém: veja-se o que sucede com a «justiça» em comparação com a «coragem» [20]. Igualmente, se uma coisa é desejável *mesmo* sem uma outra, enquanto outra coisa não é *desejável* só por si [21], *é preferível a primeira:* por exemplo, a força não é desejável sem a prudência, enquanto a prudência é desejável mesmo sem a força. Outro caso: se de duas *qualidades* negamos ter uma delas para parecer possuir a outra, então é preferível a *qualidade* que desejamos parecer possuir: por exemplo, quando negamos ser muito esforçados para parecermos possuir muitos dotes naturais.

Merece também ser preferido aquilo cuja carência, caso a suportemos mal, não faz que mereçamos censura; e merece ser preferido aquilo cuja carência, caso a não suportemos mal, faz que mereçamos censura.

3. De *duas* coisas pertencentes à mesma espécie, aquela que possui a qualidade própria da espécie *é preferível* à que a não possui; se ambas a possuem *é preferível* a que a possui em maior grau.

---

[18] Tradução inspirada em Shakespeare, *King Lear,* act. II, sc. IV, vv. 264-265: *Allow not nature more than nature needs, / Man's life is cheap as beast's.* Note-se, portanto, que neste contexto o adjectivo *supérfluo* não tem qualquer conotação negativa.

[19] V. n. 16.

[20] Passo pouco claro, cf. Brunschwig, p. 159 (n. 4 à p. 69). — Note-se que a expressão grega que traduzimos por «(recorrer) a *outrem*», παρ᾽ ἄλλου, interpretando ἄλλου como um masculino, podia igualmente traduzir-se por «(recorrer) a outra coisa», interpretando ἄλλου como um neutro.

[21] Lit. «se isto é desejável sem aquilo, mas aquilo não (é desejável) sem isto»; ou seja, se uma coisa é desejável só por si, enquanto outra coisa, digamos X, só é desejável em associação com uma outra coisa Y.

Também se uma coisa produz um bom efeito no sujeito em que ocorre, enquanto outra não produz, é preferível a que produz *esse efeito:* por exemplo, é mais quente uma coisa que produz calor [22] do que uma que o não produz. Se ambas produzem efeito, *é preferível* a que produzir maior efeito; ou então *é preferível* a que produz um efeito melhor e mais importante: por exemplo, quando um efeito respeita à alma e o outro respeita ao corpo.

Há também que julgar cada termo comparando as suas flexões [23], bem como os empregos, as acções e os efeitos de cada coisa; e, *em sentido inverso,* os últimos termos com os primeiros, já que as implicações são válidas nos dois sentidos: por exemplo, se «(agir) justamente» [24] é preferível a «(agir) corajosamente» [25], então também a «justiça» [26] é preferível à «coragem» [27]; e se a «justiça» é preferível à «coragem», então também «*agir* justamente» é preferível a «*agir* corajosamente». O mesmo, aproximadamente, pode dizer-se a respeito de outros casos *semelhantes* [28]. |

118b Se, de uma mesma coisa, um termo denotar um bem superior e outro um bem inferior, é preferível o que denotar o bem superior; se, *de duas coisas em* comparação, uma coisa for um bem relativamente superior a outra coisa, a primeira será a

---

[22] Θερμαῖνον, lit. «(uma coisa) que aquece».

[23] Ou «casos» (v. no «Glossário» *s. u.* πτῶσις).

[24] Δικαίως (a comparação, em rigor, diz respeito ao advérbio; nos exemplos aduzidos por Arist. subentendemos o verbo «agir», mas é evidente que poderia subentender-se qualquer outro igualmente adequado).

[25] Ἀνδρείως (situação idêntica à da nota precedente).

[26] Δικαιοσύνη (recorde-se que, segundo Arist., tanto o advérbio como o nome são «flexões» de um mesmo termo).

[27] Ἀνδρεία.

[28] A ideia geral deste passo é que, para comparar duas coisas (dois termos) segundo o τόπος, o «lugar», do «preferível» deve fazer-se uma comparação, membro a membro, de duas listas de palavras derivadas que exprimem a mesma ideia básica (*u. g.,* as ideias de «justiça» e «coragem») segundo várias categorias gramaticais: nome com nome, adjectivo com adjectivo, verbo com verbo, advérbio com advérbio, etc., de acordo com as várias «flexões» (πτώσεις) que se podem fazer de uma palavra primitiva. Para além das palavras, porém, a comparação deve alargar-se também às noções que elas veiculam.

preferível [29]. Se duas coisas quaisquer, porém, forem *ambas* mais desejáveis do que uma terceira [30], então a que for mais desejável será preferível à menos desejável. Igualmente, se o incremento de uma dada coisa for preferível ao incremento *de uma outra*, a primeira coisa também será preferível à segunda: por exemplo, a amizade *em comparação com* o dinheiro, dado que o incremento da amizade é preferível ao incremento do dinheiro. Preferível será também aquilo que qualquer pessoa gostaria de obter por si mesmo, e não ficar a dever a outrem: por exemplo, os amigos, em comparação com o dinheiro.

A argumentação pode basear-se também na noção de acrescento, isto é, se quando se acrescenta uma coisa a outra, o conjunto se torna preferível *em comparação com outro acrescento anteriormente feito* [31]. Mas é preciso ter cuidado, e não usar este argumento naqueles casos em que o termo comum [32] implica uma serventia habitual, ou alguma forma de colaboração de uma das coisas acrescentadas, ao passo que não necessita da serventia nem da colaboração do outro «acrescento». Vejamos como exemplo a comparação entre a «serra» e a «foice» em relação com a arte da carpintaria: a serra é preferível tomada em conjunto *com essa arte*, mas já não é preferível em termos absolutos [33]. Também o «acrescento» de algo a uma coisa pe-

---

[29] Tradução apenas aproximada, dado que, conforme nota justamente Brunschwig, esta frase de Arist. é «excepcionalmente elíptica». A ideia parece ser a seguinte: se, dadas duas coisas, A e B, e dois termos de comparação, X e Y, a superioridade de A sobre X for maior do que a superioridade de B sobre Y, então A será preferível a B. Literalmente, a expressão que dá lugar a estas observações traduzir-se-ia: «ou *então* se a outra *coisa for* maior do que o maior *termo de comparação*». De facto, é difícil ser mais elíptico.

[30] Lit. «do que uma outra qualquer».

[31] Outra frase razoavelmente elíptica; todas as palavras em itálico assentam na interpretação global do passo, já que não têm correspondente preciso no texto original.

[32] *I. e.*, aquele termo a que é feito o «acrescento».

[33] Outro passo em que a prosa de Arist. não brilha pela clareza. A ideia é esta: o «acrescento» do nome «serra» à menção da arte da carpintaria tem vantagem sobre o «acrescento» do nome «foice» à menção dessa mesma arte (que é o termo comum), dado que a prática da carpintaria implica o uso da serra, ao passo que não necessita da foice para nada.

quena torna o conjunto maior. De modo semelhante *se passam as coisas* quando, *em vez de acrescentar,* se subtrai algo: de duas coisas subtraídas a uma terceira, é maior aquela que, ao ser subtraída, torna o conjunto resultante mais pequeno [34].

Também há que fazer a comparação entre uma coisa desejável por si mesma, com outra coisa *que é desejável* segundo a opinião comum: por exemplo, a saúde *é preferível* em comparação com a beleza. A definição de «coisa desejável segundo a opinião comum» é esta: uma coisa que ninguém se preocuparia em possuir se as outras pessoas não dessem por isso. Também pode acontecer que uma coisa seja desejável por si mesma e, ao mesmo tempo, segundo a opinião comum, enquanto outra coisa é desejável só por uma destas razões: *neste caso é preferível a primeira* [35]. Mas, de duas coisas, será melhor e preferível aquela que tiver maior valor por si mesma; e terá maior valor por si mesma aquela que nós escolheríamos, ainda que dela não tirássemos nenhum benefício adicional.

Devemos distinguir também em quantos sentidos, e com base em que critérios, se pode empregar *o adjectivo* «preferível», por exemplo, se é com base na utilidade, no valor ético [36], ou no prazer *causado;* é claro que uma coisa atraente sob todos estes pontos de vista, ou sob a maior parte deles, será mais desejável do que outra que o não seja na mesma medida. Quando ambas as coisas *a comparar* têm os mesmo predicados, há que observar qual delas os tem em maior grau, ou seja, qual delas dá mais prazer, tem maior valor ético, ou é mais útil. Também será preferível aquilo cujas conotações tiverem um nível superior: por exemplo, é preferível *o que implica* a virtude ao que *o que proporciona* prazer. O mesmo se passa com as coisas a evitar: devemos evitar preferentemente tudo quanto for impe-

---

[34] Novo exemplo de comparação, desta vez entre duas «coisas» subtraídas ambas de um comum termo de comparação: se a uma mesma coisa X forem subtraídas duas coisas A e B, se X–A for maior do que X–B, então A<B.

[35] Mesma observação que a feita na n. 31.

[36] Lit. «no belo» (τοῦ καλοῦ). Preferimos acentuar aqui a conotação ética, porquanto o aspecto estético (belo = bonito) está contemplado na referência ao prazer.

ditivo de coisas desejáveis: por exemplo, a doença *é mais prejudicial* do que a fealdade, dado que é a doença que mais obstáculos põe tanto ao prazer como à excelência [37].

A argumentação também pode partir do facto de o objecto do debate poder ser considerado por igual desejável e evitável; uma coisa *de natureza tal* que tanto merece ser escolhida como evitada é menos desejável do que outra apenas *merecedora* de escolha. |

4. *Sintetizando,* estes são os modos como devemos cons- 119a
truir os nossos juízos comparativos. Os mesmos «lugares», porém, são igualmente úteis para mostrar que uma coisa qualquer é, sem mais [38], desejável ou evitável; para tanto basta suprimir a noção de superioridade de uma coisa sobre outra. Na realidade, se uma coisa mais valiosa é mais desejável, também uma coisa valiosa é, em termos absolutos, desejável; e se uma coisa mais útil é mais desejável, também uma coisa útil é, em termos absolutos, desejável. O mesmo se passa com as demais coisas sobre que é possível formular uma comparação semelhante. Em certos casos, quando se faz uma comparação entre duas coisas, é possível dizer imediatamente se ambas, ou se alguma delas, são desejáveis: por exemplo, quando somos capazes de afirmar que uma coisa é boa por natureza enquanto a outra o não é por natureza; é evidente neste caso que é preferível aquela que for boa por natureza [39].

5. Convém utilizar os «lugares» referentes ao «mais» e ao «maior» [40] o mais possível de modo universal, pois se os empregarmos assim eles ser-nos-ão úteis para solucionar um

---

[37] «Excelência» σπουδαῖον εἶναι como valor ético ideal do homem grego (καλὸς καὶ ἀγαθός), que não deve confundir-se com «bondade» ao modo cristão. A noção de «excelência» também é frequentemente denotada pelo termo ἀρετή.

[38] *I. e.,* sem fazer comparação alguma.

[39] O que não significa que a outra coisa não possa ser boa por alguma outra razão.

[40] Ou seja, o recurso aos graus de comparação, nomeadamente o comparativo e o superlativo.

maior número de questões. A alguns dos exemplos apresentados acima é possível dar uma maior generalização apenas com um ligeira alteração da formulação linguística; por exemplo, aquilo que é «tal ou tal» [41] por natureza é mais «tal ou tal» do que o que não é «tal ou tal» por natureza. Se a presença numa coisa *de um dado atributo* lhe transmite uma *determinada* qualidade *que a presença de um outro atributo não transmite no mesmo grau,* então o primeiro *atributo exprime* melhor *essa qualidade* do que o segundo; e se ambos *os atributos a exprimem*, então *exprime-a* melhor o que a transmite em maior grau [42].

Temos também o caso de, em relação a um terceiro termo de comparação, uma dada coisa ter mais e outra menos uma certa qualidade [43] *do que esse termo*; e se, em relação a dois termos de comparação ambos denotando uma certa *qualidade*, uma coisa tiver *essa qualidade* em maior grau e outra em menor grau *do que o respectivo termo de comparação,* então a primeira tem essa qualidade *em termos absolutos* [44].

Relativamente à noção de «acrescento»: verificar se o acrescento feito comparativamente a uma mesma coisa *de duas outras coisas* dá ao total um valor mais ou menos acrescentado *em termos da qualidade adicionada* [45]. Semelhantemente com *a noção de* «subtracção»: se *a coisa* subtraída deixa o conjunto menos dotado *de tal ou tal qualidade,* é porque essa coisa é mais dotada de tal ou tal *qualidade*. Também as coisas menos misturadas com os seus contrários têm em maior grau *uma dada qualidade:* é mais branco, por exemplo, o que tem menos mistura com o preto. Mais ainda, independentemente do que ficou dito, tem em maior grau *uma dada qualidade* [46] a coisa a que melhor convenha à definição *do termo* sobre que versa a discussão: por

---

[41] Τοιοῦτο, lit. «que tem tal ou tal atributo», «que possui tal ou tal qualidade».

[42] Tradução aproximada (cf. n. 31). Sobre este passo, v. Brunschwig, p. 161 (n. 1 à p. 74).

[43] Τοιοῦτο (v. n. 41).

[44] Mesma observação que na n. 42.

[45] Ainda a mesma observação (aliás, válida para todo este desenvolvimento).

[46] Lit. «tem precedência quanto a essa qualidade».

exemplo, se se definir o «branco» como «uma cor que provoca uma dissociação na vista», então será mais branca a cor que provocar uma maior dissociação na vista [47].

6. Quando o problema colocado for de natureza particular e não universal, então os primeiros [48] «lugares» mencionados são todos eles úteis, tanto para comprovar como para refutar *uma argumentação*. De facto, quer quando refutamos quer quando comprovamos *uma proposição* universal, fazemos o mesmo à correspondente particular: na realidade, se um certo atributo se aplica a todos *os elementos de um conjunto*, aplica-se também a alguns deles, e se não se aplica a nenhum, também não se aplica a alguns [49]. Os «lugares» mais oportunos e mais gerais de todos são os que provêm dos termos contrários, coordenados ou flexionados. Assim, é tão correntemente aceitável [50] considerar que *a proposição* «todo o prazer é um bem» implica que «todo o sofrimento é um mal», | como que «algum 119b
prazer é um bem» implica que «algum sofrimento é um mal». Igualmente, se uma sensação [51] não é uma faculdade [52], também uma insensibilidade [53] não será uma incapacidade [54]. Também se uma *coisa* conjectural [55] é uma *coisa* cognoscível [56], en-

---

[47] Sobre as dificuldades deste passo, v. Brunschwig, p. 162 (n. 2 à p. 74).

[48] Tradução da variante πρῶτοι, preferida por Brunschwig, em vez de πρῶτον, dos mss., adoptado por Ross e outros. Para a justificação, v. Brunschwig, p. 162 (n. 3 à p. 74).

[49] Note-se que, segundo a lei das proposições subalternas, se a universal é verdadeira, a particular correspondente também é verdadeira (caso aqui contemplado por Arist.), mas se a universal for falsa, a particular poderá ser verdadeira ou falsa.

[50] Ἔνδοξον, «geralmente aceite», «conforme à opinião comum».

[51] Αἴσθησις, «sentido, capacidade de ter sensações».

[52] Δύναμις, «faculdade, capacidade».

[53] Ἀναισθησία, «incapacidade de sentir, de ter sensações» (> port. «anestesia»).

[54] Ἀδυναμία.

[55] Ὑπολῃπτόν, nome verbal neutro substantivado (de λαμβάνω «supor, conjecturar»).

[56] Ἐπιστητόν, idem (de ἐπίσταμαι «saber, conhecer»).

tão também uma conjectura [57] é um conhecimento [58]. E ainda, se alguma coisa injusta [59] for um bem, então também alguma coisa justa [60] será um mal; do mesmo modo, se um acto justo [61] for um mal, também um acto injusto [62] será um bem. Mais, se uma coisa agradável for de evitar, igualmente se deverá evitar o prazer. Pela mesma ordem de ideias, se alguma coisa agradável [63] for proveitosa [64], então também algum prazer será proveitoso. Outro tanto será de pensar acerca dos factores destrutivos [65], dos aparecimentos [66] e dos desaparecimentos [67] *das coisas*. Efectivamente, se um factor destrutivo do prazer ou do saber for um bem, segue-se que algum prazer ou algum saber devem ser um mal. Semelhantemente, se o desaparecimento do saber se incluir entre os bens ou o seu aparecimento *se incluir* entre os males, segue-se que algum saber pertence ao número dos males: por exemplo, se o esquecimento das indignidades cometidas por alguém for tido como um bem, ou a recordação delas for tido como um mal, segue-se que saber o que alguém fez de indigno deve ser tido como um mal. O mesmo se diga a respeito dos demais casos, pois a respeito de todos eles é idêntica a opinião corrente [68].

Vejamos agora o caso dos *argumentos tirados dos graus* «mais», «menos» e «igual». Se um termo pertencente a um género diferente *do termo em discussão tem uma dada qualidade* em grau superior a este, mas nenhum dos elementos *deste segundo género* possui essa qualidade, então também o termo em discussão não a possui: por exemplo, se um *certo* saber for um

---

[57] Ὑπόληψις.
[58] Ἐπιστήμη.
[59] Τι τῶν ἀδίκων, lit. «alguma das *coisas* injustas».
[60] Τῶν δικαίων τι, lit. «alguma das *coisas* justas».
[61] Τι τῶν δικαίως, lit. «algum dos *actos cometidos* justamente».
[62] Τῶν ἀδίκως τι, lit. «algum dos *actos cometidos* injustamente».
[63] Τι τῶν ἡδέων, lit. «alguma das *coisas* agradáveis».
[64] Ὠφέλιμον.
[65] Τῶν φθαρτικῶν, lit. «das *coisas* que destroem, que corrompem».
[66] Τῶν γενέσεων, lit. «das géneses, dos nascimentos».
[67] Τῶν φθορῶν, lit. «das destruições».
[68] Τὸ ἔνδοξον.

bem em grau superior a um prazer, mas nenhum saber for um bem, então também nenhum prazer será um bem. O mesmo se passa com as relações de «igual» e de «menor»: será possível usar *estes «lugares»* tanto para refutar como para comprovar, com uma excepção: a partir da relação «igual» podemos fazer ambas as coisas, ao passo que a partir da relação «menor» apenas se pode comprovar, mas não se pode refutar. De facto, se uma capacidade e um saber forem, por igual, um bem, então qualquer capacidade e qualquer saber serão um bem; mas se nenhuma capacidade for um bem, também nenhum saber o será. *Por outro lado,* se uma capacidade for um bem mas em menor grau do que um saber, segue-se que alguma capacidade é um bem e algum saber também o é. Mas se nenhuma capacidade for um bem, não se segue necessariamente daqui que nenhum saber é um bem. Por conseguinte, é óbvio que a partir da relação «menor» apenas se pode comprovar *uma proposição* [69].

Não é preciso recorrer a termos pertencentes a outro género para produzir uma refutação; pode recorrer-se *a um termo pertencente* ao mesmo género, desde que esse termo possua no mais alto grau a qualidade [70] *em discussão*: por exemplo, se se postular que algum saber é um bem, e se demonstrar que o «discernimento» [71] não é um bem, segue-se que nenhum saber é um bem, já que não o é aquele que pareceria sê-lo no mais alto grau. Também podemos argumentar partindo de uma hipótese, considerando em pé de igualdade que, se uma de várias coisas tem, ou não tem um dado atributo, então todas as outras o têm, ou não têm: por exemplo, se a alma do homem é

---

[69] Mas não refutar, como atrás ficara dito. Note-se que algumas das proposições formadas por Arist. para exemplificar estas questões podem parecer estranhas sob vários pontos de vista, umas vezes do ponto de vista ético, outras, do ponto de vista epistemológico. Esta «estranheza» deve-se ao facto de Arist., ao construir estas proposições, ter por finalidade ilustrar as relações entre as universais e as particulares correspondentes no que respeita ao respectivo valor de verdade, cf. supra, n. 49.

[70] Τὸ μάλιστα τοιοῦτον, lit. «o que é tal e tal maximamente, no mais alto grau».

[71] Φρόνησις «prudência, inteligência, sageza».

imortal, segue-se que todas as outras almas *serão imortais*, se a do homem não o for, segue-se que também as outras *não o serão*. Assim, se *o nosso oponente* postular que algum elemento *pertencente ao género em* questão *possui um dado predicado*, nós teremos de demonstrar que há algum *elemento do género* que não o possui, pois daqui seguir-se-á, de acordo com a hipótese inicial, que nenhum membro possui esse predicado. Se ele pos-
120a tular que o | predicado *em causa* não se aplica a nenhum elemento do género, então nós teremos de demonstrar que se aplica a algum, pois seguir-se-á daqui que *esse predicado* se aplica a todos os elementos do género. É, assim, evidente que o autor da hipótese *inicial* está a tratar como universal um problema posto como particular, postulando que quem admite a proposição particular dá o seu acordo à universal, pois tinha reclamado inicialmente que, se *um certo predicado* pertence a um *certo* elemento, então pertencerá a todos por igual.

Quando o problema é posto em termos indefinidos só existe uma maneira de o refutar; por exemplo, quando *o oponente* afirma que o prazer ou é, ou não é um bem, sem mais especificações [72]. Isto é, se *o oponente* defender que um determinado prazer é um bem e nós desejarmos refutar essa proposição, teremos de demonstrar que nenhum prazer, em termos universais, é um bem; do mesmo modo, se ele afirmar que um determinado prazer não é um bem, nós teremos de demonstrar, em termos universais, que todo o prazer é um bem. De outro modo não é possível a refutação: efectivamente, se nós provarmos que um certo prazer é, ou não é um bem, não estamos de modo nenhum a refutar *a tese do oponente*. Por conseguinte, é óbvio que, enquanto só há um modo de fazer a refutação, existem dois para produzir a comprovação: tanto se provarmos em termos universais que todo o prazer é um bem, como se provarmos que algum prazer particular é um bem, o resultado é a comprovação da proposição inicial. Semelhantemente, caso queiramos demonstrar que um certo prazer não é um bem, faremos uma de duas coisas, ou provamos que ne-

---

[72] Sobre os problemas postos por esta questão dos problemas «em termos indefinidos», v. Brunschwig, p. 163, n. 2 à p. 77.

nhum prazer é um bem, ou que um certo *prazer* não é um bem; a demonstração é feita nos dois sentidos, universal e particular, *com o mesmo resultado:* que há algum prazer que não é um bem. Se, contudo, a tese inicial for especificada, a refutação poderá ser feita de dois modos: por exemplo, postulando que há algum prazer a que é aplicável o predicado «bom», mas que há algum outro a que *tal predicado* não é aplicável; quer se demonstre que todo o prazer é um bem, quer *se prove* que nenhum o é, ficará refutada a tese inicial. Postulando, porém, que somente um prazer é um bem, a refutação pode fazer-se de três modos: de facto, daremos por refutada a proposição inicial quer demonstremos que todos os prazeres são um bem, que nenhum *prazer é um bem*, ou que há mais do que um *prazer* que é um bem. Se a tese inicial receber ainda mais especificações, por exemplo, se se postular que a «prudência» [73] é a única das virtudes que consiste num saber, a refutação pode fazer-se de quatro modos: ou se demonstra que toda a virtude é um saber, ou que nenhuma o é, ou que há outras *virtudes* que o são, (por exemplo, a justiça), ou que a prudência em si não é um saber; *em qualquer caso* a tese inicial ficará refutada.

Será útil também observar todas as coisas, uma por uma, às quais *segundo o nosso oponente* é ou não aplicável um dado predicado, conforme vimos ao tratar dos problemas colocados em termos universais. Também ao considerar os géneros temos de observar bem a distinção das espécies, até chegar aos *elementos* individuais [74], como já se disse anteriormente; assim, quer o predicado pareça ser aplicável a todas ou a nenhuma delas, *aquele dos adversários* [75] que acumular um grande número de exemplos deve forçar o outro a admitir que a sua proposição é universal, ou então a produzir um contra-exemplo em que se não aplique o predicado em causa. Nos casos em que é possível ir definindo o acidente ou quanto à espécie, ou quan-

---

[73] Φρόνησις. Recordemos, a propósito, que «virtude», ou «forma de excelência», tem um valor semelhante ao do lat. *virtus, i. e.,* o conjunto das qualidades superiores que o homem pode ter.

[74] Μέχρι τῶν ἀτόμων, lit. «até aos indivisíveis».

[75] *I. e.,* dos participantes no debate dialéctico.

to ao número, há que verificar se nenhum *dos predicados resultantes* destas divisões é aplicável *ao sujeito*: por exemplo, *se se*
120b *pretender mostrar* que o tempo não | se move, nem é um movimento, deve começar-se por enumerar todas as espécies de movimento, porque, se nenhuma delas for conveniente como predicado do tempo, seguir-se-á obviamente que nem o tempo se move nem é uma forma de movimento. Do mesmo modo, *se se pretender mostrar* que a alma não é um número, deve partir-se do facto de que todo o número é ímpar ou é par; se a alma não for nem ímpar nem par, é evidente que ela não é um número [76].

Em síntese, são estes os modos e os métodos *a usar* para tratar as questões relativas ao acidente.

---

[76] Alusão às teorias dos Eleatas (inexistência do movimento) e dos Pitagóricos (a alma como «número»).

Livro IV

1. Em seguida vamos dar a nossa atenção às questões relativas ao género [1] e à propriedade [2]. Ora tanto o primeiro como a segunda pertencem ao número dos elementos relativos às definições; no entanto, os participantes dos debates dialécticos raras vezes lhes concedem a atenção conveniente. Se se atribuir um género a um ente qualquer, a primeira coisa a fazer é passar em revista todos os entes afins do sujeito do debate, *para ver se* de algum deles não se pode predicar *o dito género,* conforme *fizemos* no caso do acidente: por exemplo, se se atribuir ao «prazer» como género o «bem», *ver* se há algum prazer que não *mereça ser considerado* um «bem»; se se verificar esta situação é óbvio que «bem» não é o género a que pertence o «prazer», uma vez que o género é predicável de todas as coisas pertencentes à mesma espécie. Em seguida há que ver se o que é predicado da coisa diz respeito à essência desta, ou não é antes um acidente, como sucede com «branco» em relação com «neve», ou «automover-se» em relação com a «alma»; de facto, a «neve» não é por essência «branca», e por isso o «branco» não pode ser o género de «neve», nem a «alma» tem por essência o «automover-se»: «mover-se» é apenas um acidente da alma, tal como um animal pode muitas vezes «mover-se»

---

[1] Γένος.

[2] Ἴδιον.

ou «estar em movimento». Além disto, «mover-se» parece referir-se, não a um predicado essencial, mas antes ao resultado de uma acção que se faz ou se sofre. Idêntica a situação observável quanto ao «branco», que não se refere àquilo que a neve «é» [3], mas sim a uma sua qualidade *acidental*. Logo, nenhum destes dois predicados [4] tem que ver com a essência, ao passo que o género é *sempre* predicado da essência da coisa [5].

Devemos dar a maior atenção à definição [6] de «acidente», e verificar se ela se ajusta ao que foi postulado como género, por exemplo nos casos mencionados: ora é possível uma mesma coisa «mover-se» ou «não se mover», tal como *uma mesma coisa* pode ser ou não ser «branca», por conseguinte nenhum destes predicados constitui um género, mas sim um acidente, uma vez que nós designamos como «acidente» aquele predicado que pode aplicar-se ou não a uma coisa qualquer.

É preciso evitar que suceda «género» e «espécie» não caberem na mesma divisão [7], ou seja, que um dos termos designe uma «substância» e o outro uma «qualidade» [8], ou que um denote uma «relação» e o outro uma «qualidade»: por exemplo, «neve» e «cisne» designam uma substância, ao passo que «branco» não é uma substância, e sim uma qualidade; por conseguinte, «branco» não é o género nem de «neve» nem de «cisne». |

121a Por outro lado, «saber» é uma «relação», «bom» e «belo» são «qualidades», logo, «bom» ou «belo» não são géneros de

---

[3] *I. e.*, à sua essência.

[4] *I. e.*, «branco» e «automover-se».

[5] «O género é *sempre* predicado da essência da coisa» corresponde à lição τὸ δὲ γένος ἐν τῷ τί ἐστι κατηγορεῖται que se encontra em alguns mss. e é aceite por Ross, mas é rejeitada por outros editores (como Brunschwig) e não tem correspondência, *u.g.*, na tradução latina de Boécio, nem na italiana de Colli.

[6] Ὁρισμός.

[7] Διαίρεσις, ou seja, a «divisão» de um género nas suas várias espécies em consequência da aplicação da «diferença específica» (cf. Platão, *Soph.* 267d).

[8] Respectivamente, οὐσία e ποιόν (lit. «qual»); Brunschwig traduz por «qualificação» (p. 81, n. 4), que nos parece um tanto rebuscado.

«saber». Os géneros de «relação» devem ser eles próprios relativos, como sucede, por exemplo, com «duplo»: efectivamente, «múltiplo», que é o género em que se inclui «duplo», indica ele próprio uma relação. Numa palavra, tanto o género como a espécie devem caber na mesma divisão: se a espécie designa uma substância, o mesmo deve fazer o género; se a espécie se refere a uma qualidade, o género também deve referir-se a uma qualidade, por exemplo, se «branco» é uma qualidade, também «cor» é uma qualidade. O mesmo é válido para os demais casos.

Há que observar também se é necessário, ou possível, que um género participe da descrição [9] dos entes nele contidos. A definição de «participar» é a seguinte: «uma coisa admitir a explicitação do *próprio* termo de que participa». Ora é evidente que as espécies participam da *descrição* dos géneros, mas os géneros *não participam da descrição* das espécies, ou seja, o enunciado explicativo do género é aplicável à espécie, o da espécie não é aplicável ao género [10]. Logo é preciso observar se o género postulado participa, ou é susceptível de participar *da descrição* da espécie; por exemplo, se alguém postulasse um género onde incluir «ente» e «uno»; *a haver esse género,* seria inevitável o género participar da espécie, visto que de todos e cada um dos entes poderá predicar-se tanto «ente» como «uno, e o mesmo se passará com as definições respectivas.

Há que verificar também se a espécie postulada *de alguma coisa* é verdadeira, mas o género respectivo não o é; por exemplo, se «ente» e «cognoscível» podem ser postulados como género de «opinável» [11]. Ora «opinável» pode ser predicado de algo não existente (é possível emitir muitas opiniões sobre coisas que não existem [12]), mas é evidente que «ente» e «cognos-

---

[9] Ou: da explicitação, do enunciado explicativo do género em causa.

[10] Não esquecer que o «enunciado explicativo» da espécie é igual ao «enunciado explicativo» do género MAIS a explicitação da «diferença específica» peculiar a cada espécie.

[11] Τοῦ δοξαστοῦ.

[12] Cf. a doutrina dos Estóicos, que dividiam todas as coisas em «corpóreas» (σώματα) e «incorpóreas» (ἀσώματα); destas últimas distinguiam apenas quatro, o «dito» (τὸ λεκτόν, *i. e.,* a expressão linguística, o «dizível», tudo quanto se pode dizer), o «vazio» (τὸ κενόν), o «espaço»

cível» não podem ser predicados de algo que não existe. Logo, nem «ente» nem «cognoscível» são géneros de «opinável»; em suma, daquilo de que é predicável a espécie, deve ser predicável também o género.

É preciso observar igualmente se as coisas incluídas num género podem não participar de nenhuma das suas espécies. Ora é impossível que participem num género coisas que não participam de nenhuma das suas espécies, a menos que se trate de espécies resultantes da primeira diferenciação [13], pois estas apenas participam do género. Assim, se «movimento» for postulado como género de «prazer», há que verificar se por «prazer» não se entende uma «mudança de lugar», uma «alteração *de características*», ou uma das restantes formas admissíveis de movimento, pois a ser assim o «prazer» não participaria de nenhuma espécie, e, portanto, também não participaria do género, uma vez que necessariamente o que participa do género participa também de uma das espécies. Logo, o prazer não é uma espécie de movimento, como também não o é nenhum dos elementos incluídos em alguma das espécies existentes de movimento; efectivamente, também os indivíduos participam quer do género, quer da espécie, por exemplo, o «homem» *individual* participa, quer *da espécie* «homem», quer *do género* «animal». |

121b Há que observar também se o termo que se postula como pertencente a um género não se usa com uma extensão maior do que esse género; por exemplo, as coisas que são *objecto* de opinião *excedem a abrangência das coisas* existentes, dado que tanto o que existe como o que não existe pode ser objecto de opinião; logo, aquilo que é objecto de opinião não pode ser uma espécie de «ente», porque o género tem sempre uma ex-

---

(ὁ τόπος) e o «tempo» (ὁ χρόνος), v. *SVF*, II, 331 e 332 = Séneca, *ad Luc.*, 58, 15: «Na natureza» — afirmam (alguns estóicos) — «há coisas que existem e coisas que não existem; ora mesmo estas estão compreendidas na natureza. É o caso dos produtos da imaginação, tal como os Centauros e os Gigantes, e tudo mais que, originado por falsos conceitos, acaba por obter uma certa imagem, embora desprovida de substância» (*Cartas a Lucílio*, F. C. Gulbenkian, p. 202).

[13] Τὴν πρώτην διαίρεσιν.

tensão maior do que a espécie. Também há que ver se tanto a espécie como o género se aplicam a um número idêntico de coisas, *ou seja, têm extensão idêntica*, por exemplo, se daqueles atributos que são comuns a todas as coisas um é usado como espécie e outro como género, como é *o caso dos predicados* «ente» e «uno»: toda e qualquer coisa é um «ente» e é «una», pelo que nenhum destes *predicados* pode ser género do outro, visto que têm idêntica extensão. O mesmo se passaria com os termos «princípio» e «começo» se os subordinássemos um ao outro: é que «começo» é também «princípio», e «princípio» é também «começo, de modo que ou ambos os termos significam o mesmo, ou nenhum deles pode ser tido como género do outro. Um elemento básico comum a todos os casos deste tipo é que o género tem sempre uma extensão maior do que a espécie mais a diferença específica; a diferença específica, também ela, tem uma extensão menor do que o género.

Observar também se, de entre um certo número de coisas especificamente indistintas, haverá alguma que não pertença, ou pareça não pertencer ao género postulado [14]; se o objectivo é comprovar *uma proposição* há que ver se algo está nas condições indicadas. De facto, o género em que se incluem todas as coisas não diferenciadas especificamente é o mesmo, logo, caso se demonstre que uma dessas coisas pertence a esse género, segue-se que todas as demais lhe pertencem, e caso se prove que uma delas não pertence *ao dito género*, segue-se que nenhuma delas lhe pertence. Por exemplo, se alguém, partindo do princípio de que há rectas «indivisíveis», postular como seu género a «indivisibilidade»: ora este termo não é aceitável como género das rectas susceptíveis de divisão, embora estas sejam especificamente indiferenciadas *das primeiras*, dado o facto de todas as linhas rectas serem indiferenciadas entre si quanto à espécie.

2. É preciso verificar também se a espécie em discussão pertence a algum outro género que nem contenha o género

---

[14] *I. e.*, como ponto de partida para o debate, como proposição (tese) sujeita a discussão.

inicialmente postulado, nem esteja contido nele. Por exemplo, se alguém postular o «saber» como género da «justiça»: indubitavelmente «virtude» [15] é *também* género de «justiça», mas nenhum destes dois géneros [16] contém em si o outro. Logo, o «saber» não pode ser tomado como o género de «justiça»; parece assim que, quando estamos perante uma só espécie inserida em dois géneros, um destes deverá estar englobado no outro. Em certos casos esta situação conduz a uma aporia: alguns entendem que a «prudência» é uma «virtude» e também um «saber», mas que nenhum destes termos está englobado no outro. Não é, contudo, de aceitação geral que a «prudência» seja um «saber». Se, apesar disso, alguém aceitasse que esta proposição era verdadeira, seria necessariamente evidente que um dos géneros estivesse subordinado ao outro, ou estivessem ambos subordinados a um terceiro, como se verifica no caso da «virtude» e do «saber: ambos estes *termos* devem estar subordinados ao mesmo género, uma vez que tanto um como o outro designam um certo estado [17] e uma certa disposição [18]. Logo, há que verificar com cuidado se nenhum dos dois ter-
122a mos pertence ao género *inicialmente* postulado, pois se | os dois géneros *depois admitidos,* nem estão subordinados um ao outro, nem estão ambos subordinados a um terceiro, é porque o primeiro género não era *o verdadeiro*.

É preciso observar também o género do género postulado [19], e assim sucessivamente até ao género mais elevado, a fim de verificar se todos eles podem ser predicados da espécie *considerada*, e se o são segundo a categoria da «essência»: isto porque cada género *sucessivamente* superior deve ser predicado da espécie segundo a categoria da «essência» [20]. Se em qualquer ponto houver alguma discrepância, é porque o género postulado não é o correcto. Verificar igualmente se o género *postulado* participa da espécie, ou ele mesmo, ou algum dos géneros su-

---

[15] Ἀρετή (cf. «Glossário»).
[16] *I. e.*, «saber» e «virtude».
[17] Ἕξις.
[18] Διάθεσις.
[19] *Sc.*, na proposição que serve de ponto de partida para o debate.
[20] Ἐν τῷ τί ἐστι.

periores; isto porque nenhum dos géneros superiores deve participar dos que lhe estão subordinados. Este o método a seguir quando se pretende refutar uma *proposição*. Se o fim é comprovar uma tese, parte-se do princípio de que o género postulado contém em si a espécie, e a discussão gira em torno de saber se a contém a título de género: bastará para tanto demonstrar que algum dos géneros superiores é predicado da espécie a nível da essência. De facto, se um deles for predicado *da espécie* a nível da essência, então todos os outros géneros, tanto os superiores como os inferiores, caso algum deles seja predicado da espécie, sê-lo-á a nível da essência; assim, também o género postulado será predicado a nível da essência [21]. Devemos aceitar por indução que, se um género for predicado *de alguma coisa* a nível da essência, todos os restantes, caso sejam predicados *dessa coisa*, também o serão a nível da essência. Se suceder que o que está em discussão é se o género postulado é simplesmente aplicável *à espécie*, já não basta demonstrar que algum dos géneros superiores é predicado da espécie a nível da essência. Por exemplo, se alguém postular a «mudança *de lugar*» [22] como o género da «marcha» [23], não basta demonstrar que a marcha é «movimento» [24] para demonstrar que é *também* «mudança *de lugar*», uma vez que há outras formas de movimento; pelo contrário, será preciso provar que a «marcha» não participa de nenhuma das espécies de «movimento» determinadas pela mesma divisão senão da «mudança»; é, efectivamente, necessário que uma coisa que participa de um género participe também de alguma das espécies resultantes da sua primeira divisão. Se, por conseguinte, a marcha não participa de «incremento» [25], nem de «diminuição» [26], nem das demais espécies de «movimento», é evidente que deverá participar de «mudança *de lugar*»; logo o género a que pertence a «marcha» será «mudança *de lugar*».

---

[21] Ou: «segundo a categoria da essência».

[22] Φορά, lit. «transporte, acto de levar uma coisa de um lado para o outro».

[23] Βάδισις.

[24] Κίνησις.

[25] Αὔξησις.

[26] Μείωσις.

Também em relação àquelas coisas de que a espécie postulada é predicada como género, há que verificar se o género considerado é predicado sob a categoria da essência daquelas mesmas coisas de que também é predicada a espécie, e se a mesma situação se observa com todos os termos superiores a este género. Se em qualquer lugar houver uma discrepância, é evidente que o género postulado não é o correcto, pois se esse género fosse o correcto, todos os termos superiores a ele, além dele mesmo, seriam predicados sob a categoria da essência daquelas coisas de que a espécie é predicada sob a categoria da essência. Para fins de refutação é, portanto, útil que o género não seja predicado sob a categoria da essência das mesmas coisas de que é predicada a espécie. Para fins de confirmação é
122b útil que *o género* | seja predicado sob a categoria da essência. Sucederá, assim, que tanto o género como a espécie são predicados da mesma coisa sob a categoria da essência, de modo que a mesma coisa se encontrará incluída em dois géneros. Mas esses géneros devem estar subordinados um ao outro. Assim, se for demonstrado que o *termo* que nós desejamos comprovar como género não se encontra subordinado à espécie, é evidente que a espécie deverá estar subordinada ao género, logo, ficará assim demonstrado que este será o género correcto.

Outra coisa a observar é se as definições [27] dos géneros são adequadas tanto à espécie postulada *pelo oponente* como às coisas que fazem parte dessa espécie, porquanto as definições dos géneros são necessariamente predicadas tanto da espécie como das coisas que dela fazem parte. Se, por conseguinte, se notar alguma discrepância é evidente que o género postulado *não é o correcto*.

Temos também o caso em que *o oponente* apresenta como género aquilo que é diferença específica [28], por exemplo, que «imortal» é o género *a que pertence* «deus»; ora, «imortal» é uma diferença específica do «ser vivo» [29], uma vez que de entre

---

[27] Λόγοι, lit. «discursos, enunciados *definitórios*».

[28] Διαφορά.

[29] Ζῷον «ser animado (= dotado de alma), animal».

os seres vivos, uns são mortais, outros são imortais. É claro, portanto, que *o oponente* cometeu um erro, pois uma diferença específica nunca pode ser género de coisa alguma. É evidente a veracidade desta afirmação: nenhuma diferença específica indica a essência [30] de uma coisa, mas antes uma sua qualidade [31], como sucede, por exemplo, com «terrestre» [32], ou com «bípede».

Também devemos observar se *o oponente* atribui como espécie a um género aquilo que é uma diferença específica, por exemplo, se afirmar que «ímpar» é uma espécie de «número», quando, na realidade, «ímpar» é uma diferença específica de número, e não uma espécie. Admite-se em geral que a diferença específica não participa do género, uma vez que tudo quanto participa de um género, ou é uma espécie, ou é um indivíduo, enquanto a diferença específica nem é uma espécie, nem é um indivíduo. É claro, portanto, que a diferença específica não participa do género, por conseguinte «ímpar» não deverá ser tido como uma espécie, mas sim como diferença específica, uma vez que não participa do género.

Há que ver ainda se *o oponente* inclui o género na espécie, por exemplo se entende «contacto» [33] como «continuidade» [34], «mistura» [35] como «amálgama» [36] ou, conforme a definição de Platão, «transporte» [37] como «mudança de lugar» [38]. Ora não é necessário que «contacto» implique «continuidade», pelo contrário, «continuidade» é que implica *haver* contacto; de facto nem tudo quanto está em contacto forma uma continuidade, mas tudo quanto forma uma continuidade está em contacto. O mesmo se passa com os restantes casos: nem toda a «mistu-

---

[30] Τί ἐστι, lit. «o que é», «que coisa é (isto)».

[31] Ποιόν τι.

[32] Τὸ πεζόν, lit. «pedestre», atributo dos animais que vivem em terra e caminham sobre os pés, por oposição aos que nadam ou voam.

[33] ῞Αψις, cf. , ἅπτω «ligar», ἅπτομαι «tocar».

[34] Συνοχή, cf. συνέχω «estar junto».

[35] Μεῖξις, cf. μίγνυμι «misturar»

[36] Κρᾶσις, κεράννυμι «misturar, combinar»

[37] Φορά, cf. Platão, *Teet.* 181d e *Parm.* 138b-c.

[38] Ἡ κατὰ τόπον κίνησις.

ra» é uma «amálgama» (a mistura de coisas secas nunca forma uma amálgama) nem toda a «mudança de lugar» constitui um «transporte», como sucede com a marcha, que não é habitual ser tida como um «transporte»; na linguagem quotidiana «transporte» emprega-se a propósito de coisas que são levadas involuntariamente de um lugar para outro, como é o caso das coisas inanimadas. Nos exemplos apresentados, além disso, a espécie é usada com uma extensão superior à do género, quando deveria passar-se *exactamente* o contrário.

Também há a possibilidade de *o oponente* incluir a diferença específica na espécie: por exemplo, entendendo «imortal» no sentido de «deus» [39]. O resultado disto seria a «espécie» [40] ter uma extensão igual ou superior *à da diferença*, quando o que sucede sempre é a diferença específica empregar-se com uma
123a extensão igual ou | superior à da espécie. Ou ainda de ele incluir o género na diferença específica, por exemplo, de tomar «cor» como aquilo que é «associador» [41] *da visão*, ou «número» como aquilo que é «ímpar». Ou ainda de ele apresentar o género como sendo diferença específica; é perfeitamente possível sustentar uma tese deste tipo, por exemplo, tomar «mistura» como diferença específica de «amálgama», ou «mudança de um lugar para outro» como *diferença específica* de «transporte». Estes tipos de casos devem ser tratados com recurso aos mesmos critérios, dado que estes «lugares» têm algo em comum: o género deve empregar-se com uma extensão superior ao da diferença e não deve participar da diferença; se, porém, *o género* for postulado como nos exemplos acima é impossível verificarem-se as condições referidas, porquanto o género está a ser empregado com uma extensão inferior, além de também participar da diferença específica.

---

[39] Como se verifica na linguagem poética, em que, desde Homero, é de uso constante a oposição entre οἱ ἀθάνατοι «os imortais = os deuses» e οἱ θνητοί «os mortais = os homens».

[40] Entenda-se: a espécie assim erroneamente imaginada pelo oponente (e daí as aspas). Sobre este passo, v. Brunschwig, pp. 167-168, n. 2 à p. 89).

[41] Συγκριτικόν (cf. supra, *Top.* c. 15, 107b27-32).

Mais ainda: se nenhuma das diferenças específicas do género é predicada da espécie tomada em consideração, então também o género não pode ser predicado dela; por exemplo, nem «ímpar» nem «par» podem ser predicados de «alma», logo também «número» o não pode. *Verificar* também se a espécie é anterior por natureza e implica a supressão do género, quando o que se admite é o contrário [42].

Ou ainda se é aceitável que o género postulado ou a diferença específica sejam desligados *da espécie*; por exemplo, se se desligar «alma» de «movimento» ou «verdade e mentira» de «opinião», então nenhum dos termos dados poderá ser tomado nem como género nem como diferença específica, uma vez que se aceita *correntemente* que tanto o género como a diferença permanecem ligados à espécie enquanto esta também permanecer.

3. É preciso também verificar se uma coisa incluída num género participa ou pode participar de algum contrário desse género: *a dar-se este caso*, a mesma coisa participaria simultaneamente de *dois* contrários, já que por um lado a coisa nunca deixaria de estar incluída no género, mas, por outro lado, estaria a participar, ou a poder participar, do seu contrário. Ver também se ocorre que a «espécie» participa de alguma coisa que é totalmente impossível de verificar-se nas espécies pertencentes a um dado género; por exemplo, se a «alma» participa da «vida», e se nenhum «número» é um «ser vivo», então a «alma» nunca pode ser uma espécie *do género* «número».

Verificar também se o termo designativo da espécie é «homónimo» [43] do *designativo* do género, e para isso usar os méto-

---

[42] Se se postulasse um termo que designa uma espécie como designando o género (ou seja, tomando a designação de uma espécie como logicamente anterior à designação do género), isso implicaria deixar de ser tomado em consideração algum termo que designasse o género onde a hipotética espécie se incluiria, quando o que na realidade sucede é que o termo designativo do género goza de anterioridade lógica em relação ao designativo da espécie.

[43] Ὁμώνυμος — συνώνυμος: v. *Cat.*, c. 1, e «Glossário», ὁμωνυμία e συνωνυμία.

dos atrás indicados quando tratámos dos termos «homónimos»; na realidade, o género e a espécie [44] devem ser «sinónimos».

Uma vez que todo o género é susceptível de conter muitas espécies, deve verificar-se se, na proposição em análise, o género postulado pode ou não conter uma segunda espécie; caso o não possa, é óbvio que o género postulado não pode absolutamente ser um género.

Verificar também se *o oponente* não apresenta como *designativo de* um género *um termo* usado metaforicamente: por exemplo, se chama «harmonia» [45] à «moderação» [46]. Ora todo o género é predicado das respectivas espécies em sentido próprio, enquanto «harmonia» não é predicado de «moderação» em sentido próprio, mas sim em sentido metafórico, porque «harmonia» diz respeito *propriamente* aos sons. |

123b Verificar também se porventura a espécie tem algum contrário. Esta verificação pode fazer-se de múltiplas maneiras. Em primeiro lugar ver se esse contrário *da espécie* está também contido no género, mas sem que este tenha algum contrário [47]; os termos contrários, de facto, estão necessariamente contidos no mesmo género, desde que este não tenha nenhum contrário. No caso de o género ter um contrário, observar se o contrário *da espécie* está *no género* contrário àquele, pois necessariamente o contrário *da espécie* deve estar contido no contrário *do género,* se se der o caso de este ter um contrário. Cada uma destas proposições é verificável indutivamente.

Em segundo lugar, *verificar* se o contrário da «espécie» não está contido em absolutamente nenhum género, mas é ele próprio um género, como por exemplo o «bem»; *tal sucederá* se este *contrário da «espécie»* não estiver contido num género, nem o seu contrário *estiver contido* em um outro género, mas for ele próprio um género, como sucede no caso de «bem» e de «mal»: nenhum destes termos está contido num género, pelo contrá-

---

[44] Entenda-se: os termos que designam o género e a espécie.

[45] Συμφωνία, lit. «acorde, sons em conjunto, formando coro».

[46] Σωφροσύνη.

[47] Μὴ ὄντος ἐναντίου τῷ γένει: lit. «não existindo um contrário do género». Não parece aceitável a tradução: «sem que (o termo designativo da espécie) seja o contrário do género» (como faz Sanmartín).

rio, cada um deles é um género. Verificar também se tanto o «género» como a «espécie» possuem algum contrário, e se entre um desses pares de contrários existe algo de intermédio, enquanto entre os *membros* do outro par não existe. Se existe algum intermédio entre os géneros também o haverá entre as espécies, e se existe *algum intermédio* entre as espécies também o haverá entre os géneros, como sucede no caso da «virtude» [48] e da «maldade» [49], da «justiça» [50] e da «injustiça» [51]: entre *os membros* de cada um destes pares existe, de facto, um grau intermédio. (Uma objecção possível a isto é que não há qualquer intermédio entre «saúde» e «doença», enquanto o há entre «mal» e «bem».) Ou então, se existe algum intermédio entre os membros de cada par, tanto das «espécies» como dos «géneros», mas não de natureza similar, isto é, se num dos casos *o termo intermédio* resulta de uma negação *dos termos extremos*, e no outro ocorre com valor positivo [52]. É, de facto, opinião corrente que o *termo* intermédio possui a mesma natureza nos dois casos, como sucede com «virtude» e «maldade», com «justiça» e «injustiça», uma vez que em ambos os casos o termo intermédio é definido por meio de uma negação *dos termos extremos*. No caso de o «género» *postulado* não possuir um contrário, verificar se tanto o contrário *da espécie* como o termo intermédio estão contidos no mesmo género; de facto, onde ocorre o grau mais alto *de alguma coisa*, aí estará também o grau intermédio, como sucede, por exemplo, com «branco» e com «preto», pois «cor» é o género a que pertencem não apenas estas duas, mas ainda todas as demais cores. (Uma objecção possível: tanto «carência» [53] como «excesso» [54] estão contidos no mesmo género — ambos *os termos* pertencem ao *género* «mal», ao passo que «justa medida» [55], que constitui um grau intermédio entre aqueles, pertence, não a «mal», mas sim a «bem».)

---

[48] Ἀρετή.
[49] Κακία.
[50] Δικαιοσύνη.
[51] Ἀδικία.
[52] Ὡς ὑποκείμενον, lit. «como sujeito (de uma afirmação)».
[53] Ἔνδεια.
[54] Ὑπερβολή.
[55] Μέτριον.

É preciso verificar ainda se o «género» *postulado* é contrário de algum outro, mas a espécie não. De facto, se um género é contrário de outro, a espécie também o será, como sucede com a «virtude» e a «maldade», a «justiça e a «injustiça». Quando se investigarem outros casos do mesmo modo, a mesma situação deve ser claramente evidente. (Pode opor-se uma objecção no caso dos termos «saúde» e «doença»: *toda a forma de* «saúde» é, de forma absoluta, o contrário de «doença», ao passo que «uma doença qualquer», sendo uma espécie de doença, não é contrária de coisa alguma, como é o caso, por exemplo, da «febre» [56], da «conjuntivite» [57], e de todas as demais doenças.) |

124a Quando a finalidade é a refutação, a pesquisa deve seguir os métodos indicados: desde que não se verifiquem as condições mencionadas, é evidente que o género postulado *pelo oponente* não é o correcto. Quando a finalidade é comprovar, há três caminhos a seguir. Primeiro, verificar se o contrário da «espécie» está contido no género postulado, mas não existe o contrário desse género: é evidente que, se neste estiver o contrário *da espécie*, nele estará também contida *a espécie* em discussão. Segundo, verificar se o termo intermédio *designativo da espécie e do seu contrário* está contido no género postulado, pois onde estiverem os termos extremos estarão também os intermédios. Terceiro, caso exista algum contrário do género *postulado*, verificar se o contrário *da espécie* está contido no contrário *do género*; se, porventura, estiver, é evidente que *a espécie* postulada está contida *no género* postulado.

Deve também *observar-se o que se passa* com as derivações e composições de palavras, *isto é*, se *o respectivo* comportamento é similar, quer *o propósito seja* refutar, quer *seja* confirmar, pois o que é válido para um membro *da série* [58] é válido para todos, ou então não é válido para nenhum. Concretizando [59]: se «jus-

---

[56] Πυρετός.

[57] Ὀφθαλμία.

[58] Da série de palavras formadas a partir de um étimo; sobre o sentido em que Arist. usa, neste contexto, os termos πτώσεις e σύστοιχα, v. supra, liv. II, c. 9.

[59] Οἷον = «por exemplo».

tiça» é uma forma de «saber», então também «comportamento justo» será uma forma de «comportamento sábio» e «homem justo» será um tipo de «homem sabedor»; se alguma destas proposições for falsa, todas as outras o serão [60].

4. Em seguida verifiquemos aqueles termos que se comportam de forma similar uns em relação aos outros; por exemplo, «agradável» tem a mesma relação com «prazer» que «útil» tem com «bem», dado que cada um dos termos não significa mais do que a realização do outro. Se, portanto, «prazer» for idêntico a «bem», então também «agradável» será idêntico a «útil», pois é claro que *uma coisa agradável* será um *agente* produtor de «bem», visto que se equiparou «prazer» a «bem». As coisas passam-se de modo similar com a «produção» ou a «destruição» *das coisas*: por exemplo, se «construir» é *uma forma de* «agir», também «ter concluído uma construção» é *uma forma* de «ter realizado uma acção»; se «estar a aprender» é *uma forma* de «recordar» também «ter concluído uma aprendizagem» é *uma forma* de «ter levado a termo uma recordação», se «dissolver-se» é «perecer», então também «estar dissolvido» é o mesmo que «ter perecido» e «dissolução» é o mesmo que «destruição» [61]. Passa-se o mesmo em relação aos «factores de

---

[60] Arist. exemplifica a sua ideia com duas séries de termos semanticamente paralelos, embora com diferenças de formação a nível morfológico:

δικαιοσύνη — ἐπιστήμη = «justiça» — «saber»
δικαίως — ἐπιστημόνως «justamente» — «sabiamente»
ὁ δίκαιος — ὁ ἐπιστήμων «(o) justo» — «(o) sábio»

[61] Novas séries de palavras com que Arist. pretende ilustrar o problema das flexões (πτώσεις) e respectivas relações semânticas. Os termos com que o filósofo exemplifica os factores de produção (γένεσις) e de destruição (φθορά) são, pela mesma ordem em que aparecem na tradução, os seguintes:

οἰκοδομεῖν ἐνεργεῖν
ᾠκοδομηκέναι ἐνεργηκέναι
μανθάνειν ἀναμιμνήσκεσθαι
μεμαθηκέναι ἀναμεμνῆσθαι

produção» e aos «factores de destruição» [62], bem como em relação com as «capacidades» e as «utilizações» [63], e de um modo geral com todos os termos que tenham entre si uma mesma razão de similitude: tanto para refutar como para comprovar há que proceder a uma análise semelhante à que fizemos no caso da «produção» e da «destruição». Pois se um «factor de destruição» é um «factor de dissolução», também «ser destruído» é o mesmo que «ser dissolvido»; e se um «factor de aparecimento» é um «factor de produção», também «nascer» é «ser produzido» e «nascimento» é *uma forma de* «produção». O mesmo se diga em relação às «capacidades» e às «utilizações»: se uma «capacidade» é uma certa «disposição», também «ter uma capacidade» é «estar disposto» *de certa maneira*, e se a «utilização» de alguma coisa é um «acto», também «utilizar» é uma forma de «agir» e «ter utilizado» é uma forma de «ter agido» [64].

διαλύεσθαι φθείρεσθαι
διαλελύσθαι ἐφθάρθαι
διάλυσις φθορά.

Salvo o último par, em que a oposição é entre dois nomes, a oposição em todos os outros exemplos é entre o infinitivo presente e o infinitivo perfeito (ou, em terminologia cientificamente mais adequada, entre o infinitivo verbal no aspecto imperfectivo e o infinitivo verbal no aspecto perfectivo).

[62] Τὰ γενητικά — τὰ φθαρτικά, respectivamente.

[63] Αἱ δυνάμεις — αἱ χρήσεις, respectivamente.

[64] Mais uma série de paralelismos verbais (morfológicos e/ou semânticos). A ordem corresponde àquela em que os termos aparecem na tradução:

τὸ φθαρτικόν διαλυτικόν
φθείρεσθαι διαλύεσθαι
τὸ γεννητικόν ποιητικόν
γίγνεσθαι ποιεῖσθαι
γένεσις ποίησις
δύναμις διάθεσις
δύνασθαι διακεῖσθαι
χρῆσις ἐνέργεια
χρῆσθαι ἐνεργεῖν
κεχρῆσθαι ἐνεργηκέναι.

Se o oposto de uma «espécie» consistir numa privação [65], a refutação *da proposição em debate* pode fazer-se de duas maneiras. Primeiro, verificando se esse oposto se encontra no «género» postulado *para a espécie em discussão*: *das duas uma*, ou simplesmente a privação [66] não se encontra de forma alguma contida no mesmo «género» *que o oposto*, ou não ocorre sequer no género mais próximo; por exemplo, se a «visão» [67] se encontra no género mais próximo, que é a sensação [68], então a cegueira [69] não pode ser uma sensação. Segundo, se a privação significa um oposto tanto em relação ao género | como em re- 124b
lação à espécie, mas *a espécie* oposta não está contida no *género* oposto, também *a «espécie»* postulada não está contida no *«género»* postulado. Para refutar *uma proposição*, portanto, há que proceder do modo como ficou dito. Para comprovar há apenas uma única via: se o oposto *da espécie* está contido no oposto *do género*, então a *espécie* postulada deve estar contida no *género* postulado, por exemplo, se a «cegueira» é a «privação de um sentido», então a «vista» é «um sentido».

Também é preciso dar atenção ao caso das negações em sentido inverso [70], conforme ficou dito para o caso dos acidentes; por exemplo, se «agradável» é também «bom», então o que não é bom não é agradável. [A não ser assim, poderia haver algo que, mesmo não sendo bom, fosse agradável;] [71] por outro lado é impossível, se «bom» for, de facto, o género de «agradável», haver algo que não seja bom, mas que seja agradável, porquanto daquelas coisas de que não é predicado o género, também não pode ser predicada nenhuma das suas espécies. Para comprovar, a verificação deve fazer-se do mesmo modo,

---

[65] Στέρησις.

[66] Melhor: o termo que indica a privação de alguma coisa.

[67] Ὄψις.

[68] Αἴσθησις.

[69] Τυφλότης.

[70] *I. e.*, se numa proposição se diz que «*a* implica *b*» (a → b), a «negação em sentido inverso» diz que «*não b* implica *não a*» (~b → ~a).

[71] A parte da frase que inserimos entre parênteses rectos é a lição aceite por Ross no seu texto, por Colli na sua tradução, mas rejeitada por Brunschwig (v. p. 170, n. 1).

pois se o que não é «bom» não é «agradável», então o que é «agradável» é «bom», por conseguinte «bom» será o género de «agradável».

Se a «espécie» é dada como um termo relativo, é necessário verificar se também o género é relativo, visto que, se a espécie pertence ao grupo dos predicados relativos, também o género pertencerá, conforme sucede com «duplo» e com «múltiplo», termos ambos de natureza relativa. Se, contudo, o género for de natureza relativa, a espécie já não o é necessariamente: enquanto, *por exemplo,* o «saber» é um termo relativo, já «ser letrado» não o é [72]. (É possível até que a primeira destas asserções [73] não seja aceite como verdadeira: a palavra ἀρετή significa «virtude», *ou «excelência»*, ou seja, denota um indivíduo «excelente» [74]; ora, *ao falar-se em* «excelência», está a referir-se uma relação [75], ao passo que ao dizer que «alguém é excelente», não se alude a uma relação, mas sim a uma qualidade.)

Há que verificar também se a «espécie» não tem o mesmo referente quando é tomada em si mesma, ou quando o é segundo o género [76], por exemplo, quando se diz que «duplo» significa «dobro da metade» [77] diz-se necessariamente também que *significa* «múltiplo» [78] da metade; de outro modo, «múltiplo» não poderia ser o género de «duplo».

---

[72] «Saber» («conhecer») pressupõe um «objecto do conhecimento», *i. e.*, «saber» é um «saber de qualquer coisa»; γραμματική, porém, designa um «estado», o estado de «ser letrado», e por isso Arist. não o considera um termo relativo.

[73] *I. e.*, que o «saber» («conhecer») é um termo relativo.

[74] Ἀρετή, lit. «excelência»; ← ὅπερ καλὸν καὶ ἀγαθόν, lit. «(aquele mesmo) que é nobre e bom», «(aquele mesmo) que é excelente» (ideal do homem grego); a tradução por «virtude» baseia-se no valor etimológico do termo (< lat. *uirtute-*, qualidade do homem *(uir)* superior, do verdadeiro cidadão romano).

[75] Dizemos, *u. g.*, que alguém é um «excelente músico», ou «pintor», ou «governante», etc., o que equivale a dizer que a «excelência» é relativa à música, à pintura, à política, etc.

[76] Cf. a tradução latina de Boécio: *si non ad idem dicitur species et secundum se et secundum genus* «se a espécie não é postulada do mesmo (referente) tanto em si mesma como em função do seu género».

[77] Διπλάσιον = «duplo» ou «dobro».

[78] Πολλαπλάσιον.

Há que ver também se *a «espécie»* não tem o mesmo referente quando é usada segundo o género, ou segundo cada um dos géneros contidos nesse género. É que se «duplo» for «múltiplo» de «metade», também poderá dizer-se que é «excedente» da «metade», ou, em geral, tudo quanto diga respeito à «metade» segundo cada um dos géneros superiores a ela. (Objecção possível: não é necessário que *a espécie* seja predicada da mesma coisa tanto segundo ela própria como segundo o género, porquanto, *por exemplo*, «saber» diz-se a respeito do que é «cognoscível» [79], ao passo que «condição» [80] e «disposição» [81] se dizem, não do «cognoscível», mas sim da «alma».)

Deve verificar-se também se o «género» e a «espécie» se empregam da mesma maneira em todos os casos *da declinação*, por exemplo, se se usam ambos com o dativo, ou com o genitivo, ou com outro tipo de flexões. Conforme for a construção *do termo que designa* a espécie, assim será a *do termo que designa* o género, conforme dissemos acerca de «duplo» e dos géneros superiores a este: tanto «duplo *de algo*» como «múltiplo *de algo*» se empregam com o genitivo. O mesmo se passa com o termo «saber»: | tanto ele como os seus géneros se dizem «de 125a
qualquer coisa», como sucede, por exemplo, com os termos «condição» e disposição» [82]. (Objecção possível: nem sempre as coisas se passam da mesma maneira: por exemplo, tanto «diferente» como «contrário» empregam-se com o dativo [83], mas

---

[79] Ἐπιστητοῦ.

[80] Ἕξις.

[81] Διάθεσις.

[82] Este parágrafo é praticamente impossível de ter uma tradução mais próxima da letra. De facto, Arist. limita-se a escrever que, por exemplo, «duplo» ou «múltiplo» se dizem «de algo» (τινός — genitivo), enquanto outros termos se dizem «a algo» (τινί — dativo). Ora as preposições que se usam em português para reproduzir os casos da declinação grega dificilmente permitem manter o paralelismo nas duas línguas: a preposição *de, u. g.*, usa-se em correspondência com o genitivo na expressão ἐπιστήμη τινός «saber *de* algo», mas já ἕξις («condição») ou διάθεσις («disposição») exigiriam em português o emprego de outras preposições, *e. g.*, «(disposição) *para* algo».

[83] Em português, em contrapartida, dizemos «*diferente* de» mas «*contrário* a (ou, em certos casos, *de*»).

«outro» [84], que é o género a que pertencem aqueles termos, já não se emprega com o dativo, mas sim com o genitivo, uma vez que se diz de uma coisa que ela é «outra *de* algo».

Também é preciso verificar se os termos relativos conservam, ou não, os mesmo casos quando usados em sentido inverso, conforme sucede com «duplo» e «múltiplo». Ambos os termos empregam-se com um complemento em genitivo, e o mesmo se passa quando eles são usados em sentido inverso, isto é, tanto «metade» como «submúltiplo» são acompanhados com um complemento em genitivo [85]. Uma situação aproximada verifica-se com os termos «saber» e «percepção» [86], já que ambos têm um complemento em genitivo; quanto aos seus correlatos, «cognoscível» e «perceptível» [87], ambos se empregam com um complemento em dativo. Se, portanto, se verificar que em alguns exemplos o uso dos termos inversos não conserva o paralelismo das construções sintácticas, torna-se evidente que um deles não pode ser o género do outro [88].

Há também que observar se os termos designativos da espécie e do género têm, ou não, o mesmo número de complementos. Parece consensual que ambos devem ter o mesmo tipo e o mesmo número de complementos, como sucede, por exemplo, com os termos «dádiva» [89] e «doação» [90]: diz-se, de facto, que se faz uma «dádiva» *de alguma coisa* [91] *a alguém* [92], tal como

---

[84] Ἕτερος «outro» (falando de duas coisas), o que permite o uso com o sentido de «diferente».

[85] Em português também se diz que «X é o dobro de Y» e, inversamente, que «Y é metade de X».

[86] Ἐπιστήμη e ὑπόληψις, respectivamente.

[87] Ἐπιστητόν e ὑποληπτόν, respectivamente.

[88] Observação válida não só para os parágrafos anteriores, mas também para alguns dos que se seguirão: muitos dos exemplos de Arist. estão de tal modo dependentes das características morfológicas e/ou sintácticas da língua grega que o tradutor mais não pode fazer do que propor uma versão tão *aproximada* quanto possível, pois uma versão literal necessitaria de uma nova «tradução» para ser inteligível.

[89] Δωρεά.

[90] Δόσις.

[91] Τινός «de algo» (genitivo).

[92] Τινί «a alguém» (dativo).

se faz uma «doação de alguma coisa a alguém». Ora «doação» é o género a que pertence «dádiva», pois «dádiva» é uma «doação» que não tem de ser restituída [93]. Mas há certos termos que não possuem o mesmo número de complementos: por exemplo, «duplo» é *apenas* «duplo de qualquer coisa» [94], ao passo que «excedente» e «maior» o são «de qualquer coisa» e «por algum aspecto» [95]; de facto, tudo quanto é «excedente» ou «maior» é excedente «em algum aspecto» [96] e é «excedente de alguma coisa» [97]. Logo, os termos acabados de mencionar não são géneros de «duplo», porque não se aplicam a título de espécie ao mesmo número de coisas. (Ou então não é universalmente verdade que a espécie e o género sejam relativos ao mesmo número de coisas.)

Há que ver também se o *termo* oposto de um género é ou não *o género da espécie* oposta, por exemplo, se «múltiplo» é o género de «duplo», então «submúltiplo» *deverá ser o género* de «metade», dado que o oposto do género deverá ser o género *da espécie* oposta. Portanto, se alguém defender que «saber» é o mesmo que «sensação», será necessário admitir que «cognoscível» é o mesmo que «sensível» [98]. Ora isto não é verdade, pois também não é verdade que todo o «cognoscível» seja também «sensível», dado que muitas coisas cognoscíveis pertencem ao domínio do «intelegível» [99], por conseguinte «sensível» não pode ser o género de «cognoscível» e, pela mesma razão, também «sensação» não é o género de «saber».

---

[93] Em português, nem o termo corrente «dádiva» (= presente, oferta), nem os termos mais técnicos «doação» (ou «dação», este exclusivo da linguagem jurídica), ou «prestação», implicam a ideia de «restituição» (o que em português só sucede com o «empréstimo»). Sanmartín traduz δόσις por «entrega», que tem a vantagem de ser passível de restituição (e assim respeita a definição de Arist.: «δόσις é uma doação que não tem de ser restituída»), mas oferece o inconveniente de não pertencer à mesma raiz de que são formados tanto δωρεά como δόσις, como o verbo διδόναι «dar», como os vocábulos latinos *dare, donum, donare, donatio,* etc.

[94] Τινός (genitivo).

[95] Τινὸς καὶ τινί (genitivo e dativo, respectivamente).

[96] Complemento em dativo.

[97] Complemento em genitivo.

[98] Ἐπιστητόν e αἰσθητόν, respectivamente.

[99] Τῶν νοητῶν lit. «(são algumas) das coisas inteligíveis».

De entre os termos relativos, alguns aplicam-se necessariamente àquelas, ou acerca daquelas coisas a respeito das quais sucede serem empregados (como, por exemplo, «disposição», «condição», «simetria» [100], pois de nenhuma outra coisa estes termos podem ser predicados senão das coisas em relação às quais são usados); outros há que não são necessariamente aplicáveis às coisas em relação às quais sucede serem usados, embora seja possível que se lhes apliquem (por exemplo, pode dizer-se que «alma é uma coisa cognoscível» [101]: nada impede, de facto, que a alma possua o saber de si mesma, embora tal
125b não seja forçoso, pois este mesmo saber | pode tê-lo um outro sujeito qualquer); *um terceiro grupo de termos é o daqueles* que não é de todo possível aplicarem-se àquelas coisas em relação às quais sucede serem usados (por exemplo, um contrário não pode existir no seu contrário, o «saber» não pode existir no «cognoscível» [102], a menos que suceda que esse objecto do saber seja «alma» ou «homem»); é necessário, portanto, verificar se *o oponente* atribui a um género deste tipo algum termo de tipo diferente, por exemplo, se ele afirma que «a memória é uma permanência do saber»; ora toda a permanência existe em, ou diz respeito àquilo em que permanece, por conseguinte a «permanência do saber» existiria no *próprio* saber. Isto é, a «memória» existiria no «saber», dado que consistiria na «permanência do saber». Só que isto é impossível: toda a memória existe na alma. O «lugar» acabado de referir é também comum ao acidente, pois não há qualquer diferença entre dizer que a «permanência» é o género da «memória», ou dizer que a primeira é um acidente da segunda; seja qual for a forma como se diga que a memória é a permanência do saber, o modo de argumentação conveniente será o mesmo.

5. Também há que observar se *o oponente* inclui um «estado» [103] no *género* «acto» [104], ou um «acto» no género «estado»,

---

[100] Ἕξις, διάθεσις, συμμετρία, respectivamente.

[101] Ou: «um objecto de conhecimento».

[102] Τὸ ἐπιστητόν «aquilo que é objecto do saber, do conhecimento».

[103] Ou: «condição» (ἕξις).

[104] Ἐνέργεια.

definindo, por exemplo, «sensação» como um «movimento através do corpo» [105], quando, na realidade, a sensação é um estado, enquanto o movimento é que é um acto. Do mesmo modo se ele afirma que «a memória é um estado capaz de reter [106] uma percepção», quando, na realidade, a memória nunca é um estado, mas sim um acto.

Cometem um erro aqueles que tratam um «estado» como sendo a «capacidade» [107] a ele associada, por exemplo quando interpretam «gentileza» como «domínio da cólera» [108], e «coragem e justiça» como «domínio do medo e da cupidez», respectivamente; na realidade chama-se «corajoso» e «gentil» o homem imune a tais sentimentos, ao passo que dizemos que «possui autodomínio» o homem que os sente mas não se deixa arrastar por eles. Ou talvez se deva dizer que o autodomínio é uma capacidade associada a ambas as virtudes referidas, de modo que a pessoa afectada pelos ditos impulsos não se deixa dominar por eles, antes os domina; não reside aqui, todavia, a essência de «ser corajoso» ou de «ser gentil», mas sim na capacidade de não se deixar afectar pelos impulsos acima mencionados.

Por vezes também sucede apresentar-se como género um termo que, de alguma forma, vem associado a uma espécie, por exemplo, quando alguns pretendem que «sofrimento» é género de «cólera» [109], ou que «noção» é género de «crença» [110]; ora ambos os termos mencionados [111] estão de alguma forma associados aos termos designativos das espécies [112], mas nenhum deles é o respectivo género. Um homem fica encolerizado porque previamente lhe sucedeu algo que o fez sofrer, mas não é a cólera a causa do sofrimento, o sofrimento é que é a causa da cólera, e por conseguinte a cólera não é, de forma alguma,

---

105 Κίνησις διὰ σώματος.

106 Ἕξις καθεκτική «estado com capacidade de retenção».

107 Δύναμις.

108 *I. e.*, «capacidade para dominar a própria cólera».

109 Λύπη — ὀργή.

110 Ὑπόληψις — πίστις.

111 *I. e.* sofrimento — noção.

112 *I. e.*, cólera — crença.

uma espécie de sofrimento. Segundo o mesmo *critério,* também «crença» não é *uma espécie* de «noção»: é possível ter-se uma mesma «noção» de uma coisa em que não se acredita, o que não será aceitável se «crença» for uma espécie de «noção». Não é, de facto, aceitável que uma coisa permaneça a mesma ainda que deixe por completo de pertencer à mesma espécie; por exemplo, não é possível que o mesmo «ser vivo» [113] umas vezes seja «homem» e outras vezes não o seja. Se alguém, porventura, afirmar que, necessariamente, quem tem uma «no-
126a ção» tem uma «crença», estará a dizer que | «noção» e «crença» têm uma idêntica extensão [114], de modo que nem assim a primeira poderia ser o género da segunda, uma vez que o género tem forçosamente de empregar-se com uma extensão maior *do que a espécie*.

Há que verificar ainda se, por natureza, num só e mesmo sujeito podem aplicar-se ambos os termos [115]. É que onde ocorrer a espécie, deve ocorrer também o género; por exemplo, na coisa a que se aplica o atributo «branco» aplica-se também «cor», onde existir «conhecimento das letras» existe também «saber». Assim, se alguém disser que «vergonha» é *uma espécie* de «medo» ou que «cólera» é *uma espécie* de «sofrimento», não se concluirá daqui que espécie e género coexistem na mesma coisa, porquanto a «vergonha» tem lugar na capacidade racional [116] *da alma*, enquanto o «medo» tem lugar na capacidade emocional [117]; por outro lado, o «sofrimento» tem lugar na capacidade concupiscível [118] (onde também tem o seu lugar o «prazer»), enquanto a «cólera» tem lugar na capacidade emocional. Os termos referidos, por conseguinte, não designam géneros, uma vez que não respeitam por natureza às mesmas capacidades que as espécies. Conclusão semelhante *deverá tirar-se* se *o oponente* disser que a «amizade» é uma espécie de

---

[113] Ζῷον «ser vivo = ser animado = animal».

[114] *I. e.,* que «noção» e «crença» são conceitos com a mesma extensão.

[115] *I. e.,* os termos que designam a espécie e o género.

[116] Τὸ λογιστικόν.

[117] Τὸ θυμοειδές lit. «o irascível».

[118] Τὸ ἐπιθυμητικόν.

«intenção» [119], porquanto toda a «intenção» reside na capacidade racional. Este «lugar» é útil *também* para resolver o problema do acidente, porque o acidente e o sujeito a que ele se aplica devem pertencer à mesma classe, logo, se ambos os termos não ocorrerem na mesma classe é evidente que *o primeiro termo* não se trata de um acidente.

Outra coisa a observar é se a espécie não participa do género postulado apenas em relação a algo, pois é consensual que o género não pode manifestar-se apenas em relação a algo: por exemplo, o «homem» não é «animal» relativamente a algo, nem o «conhecimento das letras» é um «saber» relativamente a algo. O mesmo se passa com os demais casos. Há, pois, que reparar se há algumas coisas em que o «género» somente se manifeste em relação a algo, por exemplo, se *o oponente* afirmar que todo o «animal» é uma «coisa perceptível» ou «visível» [120]. Todo o «animal é uma coisa perceptível, ou visível, mas apenas em relação a algo: é perceptível e visível quanto ao corpo, mas já não o é quanto à alma, donde se conclui que «visível» e «perceptível» não poderão designar o género de «animal».

Por vezes também há quem não se dê conta de que está incluindo o todo na parte, a saber, quando se define «animal» como um «corpo animado» [121]. A verdade é que a parte não pode de modo algum ser predicada do todo, donde se conclui que «corpo» não pode ser o género de «animal», uma vez que é apenas uma parte *dele*.

Há que observar ainda se *o oponente* inclui alguma coisa censurável ou digna de rejeição na classe das «capacidades» [122] ou do «possível» [123], por exemplo, ao descrever o «sofista» ou o «difamador», ou ao falar do «ladrão» [124] como alguém que tem a «capacidade» de roubar as coisas alheias sem ser sur-

---

[119] Φιλία — βούλησις respectivamente.
[120] Αἰσθητόν — ὁρατόν, respectivamente.
[121] Σῶμα ἔμψυχον, lit. «corpo dotado de alma».
[122] Δύναμις «potência, capacidade, força».
[123] Τὸ δυνατόν «o possível, o que pode ser feito».
[124] Ὁ σοφιστής, ὁ διάβολος, ὁ κλέπτης, respectivamente.

preendido [125]. A verdade é que nenhum dos indivíduos referidos é assim designado só pelo facto de ter uma determinada «capacidade». Também um deus ou um homem honesto têm a possibilidade de fazer uma coisa desonesta, mas nem por isso se diz que possuem uma tal «capacidade», visto que só chamamos «desonestos» aos que o são deliberadamente. Mais, só se usa o termo «capacidade» em relação a actos desejáveis [126]; assim, também as capacidades dos indivíduos desonestos passariam a ser desejáveis, logo, até um deus ou um homem honesto as possuiriam, já que acima dissemos que eles «têm a
126b possibilidade de cometer actos desonestos». Em vista disto, «capacidade» não pode ser o género daquilo que é reprovável, pois se o fosse teríamos de concluir que uma coisa reprovável poderia ser desejável, ou seja, que uma capacidade poderia ser algo de reprovável.

Ver também se *o oponente* insere alguma coisa honrosa e digna de escolha por si mesma no número das «capacidades», ou no «género» do «possível» ou «factível» [127], dado que toda a capacidade e tudo quanto é possível ou factível apenas são coisas dignas de escolha em função de algo diferente *de si mesmas*.

Verificar igualmente se ele não inclui apenas num género uma coisa que pertence de facto a dois ou mais géneros. Na realidade, há termos que não é possível inserir apenas num género, como, por exemplo, «impostor» ou «difamador»: não é impostor ou difamador quem gostaria de o ser mas carece de

---

[125] Neste passo Arist. acaba por definir apenas o «ladrão», esquecendo-se do «sofista» e do «difamador»; por isso alguns mss., desnecessariamente, aliás, fazem diversas tentativas de colmatar o «lapso» (cf. o aparato crítico da ed. Ross).

[126] Deve esclarecer-se que o termo grego δύναμις, traduzível por «capacidade» (= ser capaz *moralmente* de) ou «possibilidade» (= ser capaz *fisicamente* de), implica, conforme os casos, diferentes conotações: é claro que um homem honesto tem a capacidade física de cometer uma desonestidade, mas não possui a «capacidade» moral para o fazer. A falácia está precisamente aqui: para Arist. toda a capacidade é desejável, logo não pode ser um género onde se incluam actos censuráveis e dignos de rejeição.

[127] Τὸ δυνατὸν ἢ τὸ ποιητικόν, respectivamente.

habilidade para tal, nem quem teria habilidade mas carece de vontade; somente o é quem reúne as duas condições. Logo, nenhum destes termos pode ser incluído apenas num género, têm de sê-lo em dois.

Por vezes sucede que, *invertendo a ordem normal,* alguns indivíduos apresentam como «diferença específica» aquilo que é «género», e como «género» o que é «diferença específica», por exemplo, quando definem «estupefacção» como «excesso de admiração» e «crença» como «intensidade de opinião». Ora nem «excesso» nem «intensidade» são «géneros», mas sim «diferenças»: correntemente pensa-se que «estupefacção» é uma «admiração» muito forte, e que «crença» é uma «opinião» intensa, [logo, quer «admiração» quer «opinião» são géneros, «excesso» e «intensidade» são diferenças específicas] [128]. Se alguém postulasse como géneros o «excesso» e a «intensidade», então também os seres inanimados poderiam ter crenças ou ficar estupefactos. De facto, tanto «intensidade» como «excesso» de qualquer coisa estão presentes na coisa de que representam, precisamente, [a intensidade e o excesso] [129]. Logo, se «estupefacção» é «excesso de admiração» então a «estupefacção» estaria presente na «admiração», o que equivaleria a dizer que «a admiração estava estupefacta». Do mesmo modo também a «crença» estaria presente na «opinião», caso ela fosse uma «intensidade de opinião», logo, a «opinião» «seria crente». Além disto, quem assim argumentasse seria forçado a afirmar que a «intensidade» é «intensa» e que o «excesso» é «excessivo». Pode, é um facto, existir uma crença intensa [e uma estupefacção excessiva] [130]; se, portanto, uma crença é uma intensidade, então a intensidade terá de ser intensa. Do mesmo modo também uma estupefacção pode ser excessiva: se, portanto, a estupefacção for um excesso, então o excesso terá de ser excessivo.

---

[128] A frase entre parênteses rectos é rejeitada por Brunschwig, mas mantida por Ross.

[129] Expressão também eliminada por Brunschwig, mas mantida por Ross.

[130] καὶ ἔκπληξις ὑπερβάλλουσα é acrescento de alguns mss., em geral rejeitado pelos editores; Ross mantém estas palavras no texto, mas inserindo-as entre parênteses rectos.

Ora nenhuma destas conclusões é geralmente aceitável, tal como também não se aceita que o «saber» seja «uma coisa que sabe», nem o «movimento» uma «coisa que se move».

Por vezes também há quem cometa o erro de tomar como género da coisa afectada [131] precisamente aquilo que a afecta [132], como faz, por exemplo, quem define «imortalidade» como «vida eterna»: na realidade, parece que a imortalidade é uma «afectação» ou uma «alteração ocasional» de vida. Que o que dizemos é verdade tornar-se-á óbvio se se aceitar a hipótese de alguém se transformar de mortal em imortal: ninguém dirá que *tal indivíduo* recebeu uma outra vida, mas sim que a sua vida
127a sofreu uma certa alteração, | ou afectação. Logo, «vida» não pode ser o género de «imortalidade».

Também temos o caso de se postular como género de uma afectação o próprio termo que exprime essa afectação, por exemplo, quando se diz que «vento» [133] é «ar em movimento». A verdade é que o «vento» é antes o «movimento do ar», dado que o ar permanece *sempre* o mesmo, quer quando está em movimento, quer quando está imóvel; logo, o vento não pode, de modo algum, ser «ar», visto que, se tal fosse o caso, deveria haver vento mesmo que o ar não se movesse, dado que o ar continua a ser o mesmo que era quando era vento. A situação é semelhante com outros termos do mesmo tipo. Mas ainda que neste caso se devesse admitir que «vento» é «ar em movimento», tal não obriga a que se deva aceitar o mesmo em todos os casos semelhantes em que o género é falsamente predicado dos respectivos sujeitos, mas apenas naqueles casos em que o género postulado é predicado verdadeiramente dos seus sujeitos. Em certos casos parece não corresponder à verdade a atribuição de um dado predicado, por exemplo, nos casos da «lama» e da «neve». Diz-se que a neve é «água solidificada» e que a lama é «terra empapada em humidade», quando na realidade nem a neve é água, nem a lama é terra. Logo, nenhum dos termos postulados como género se lhes pode aplicar, uma vez que

---

131 Τὸ πεπονθός.

132 Πάθος.

133 Πνεῦμα.

o género deve predicar-se sempre com verdade acerca das suas espécies. Pela mesma ordem de ideias também o vinho não é «água alterada» [134], como diz Empédocles: «(o vinho) é água putrefacta [135] em *pipas de* madeira» [136], simplesmente porque *o vinho* não é água.

6. Também se pode dar o caso de o termo postulado como género não ser género de coisa nenhuma, porque, a ser assim, é evidente que também não poderá ser o género da espécie em discussão. Para tanto, deve verificar-se se, porventura, se apresentam como participando de um determinado género *coisas que* não se distinguem umas das outras quanto à espécie, como, por exemplo, «coisas brancas». Ora, por um lado, *as «coisas brancas»* não se distinguem umas das outras quanto à espécie; por outro, as espécies de todo e qualquer género devem ser distintas umas das outras, logo, «branco» não pode ser género de coisa nenhuma.

Há que ver ainda se *o oponente* apresenta um termo aplicável a todas as coisas como sendo um género ou uma diferença específica; é que são vários os atributos aplicáveis a todas as coisas, por exemplo, «ser» ou «uno», que são predicados aplicáveis a tudo. Se, portanto, *o oponente* dá o «ser» como sendo um género, é óbvio que ele será o género de todas as coisas, porquanto é predicável de tudo. Mas um género não pode ser predicado senão das suas espécies, por conseguinte «uno» também deveria ser uma espécie de «ser». Ora a consequência disto seria uma mesma espécie ser dada como predicado de todas as coisas de que é predicado o género, visto que tanto «ser» como «uno» são predicados absolutamente de todas as coisas, quando *sabemos que* a espécie deve ter uma extensão menor *do que o género*. Se, por outro lado, *o oponente* apresentar como diferença específica um atributo comum a todas as coisas, é evidente que essa «diferença» está a ser predicada de um

---

134 Σεσηπός, lit. «apodrecida».

135 Σαπέν.

136 Empedocle *Poema fisico e lustrale*, a cura di Carlo Gallavotti, Milano, Mondadori, 2004 (ristampa), p. 38 [= fr. 81 Diels-Kranz].

conjunto de coisas igual ou superior em número às contidas no género: se o género for predicável de todas as coisas, *género e diferença* terão igual *extensão*; se não for predicável de tudo, a diferença terá maior extensão do que o género. |

127b Verificar também se o *termo* que se postula como género não é antes algo de inerente à espécie tomada como sujeito, por exemplo, o «branco» no caso da neve; é evidente que não se trata de um género, porque o género apenas se diz de uma espécie a título de seu atributo [137].

Verificar também se *o oponente* não emprega sinonimamente [138] o mesmo termo do género e da espécie. Isto porque o termo que indica o género se emprega sinonimamente de todas as espécies.

Atender também aos casos em que, havendo um contrário tanto do género como da espécie, *o oponente* inclui *a espécie* contrária superior no género inferior; daqui resultaria que a outra *espécie* contrária estaria contida no outro género, uma vez que as *espécies* contrárias devem estar contidas em géneros contrários; por conseguinte, *a espécie* superior estaria no *género* inferior, e *a espécie* inferior *estaria no género* superior, quando o que se afigura aceitável é que o género superior contenha a espécie superior. *Ver também* se, quanto à relação de uma mesma espécie com dois géneros, *o oponente* não a inclui no género inferior em vez de a incluir no superior, por exemplo, se considerar a «alma» como um «movimento» ou como uma «coisa movível». A verdade é que *a alma* parece poder ser encarada como susceptível tanto de repouso como de movimento; por conseguinte, se se considerar que a situação «estática» é superior, será nesta que, como seu género, deve ser incluída *a alma*.

Agora quanto a termos que admitem os graus «mais» ou «menos». Para refutar *um argumento* tome-se atenção ao caso em que o género admite um grau «mais», mas a espécie não o

---

[137] Ou seja, «branco» é um atributo inerente à neve, não um atributo que lhe seja acidentalmente atribuível; como nota Brunschwig (p. 107, n. 1), a distinção assenta na diferença entre ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι «existir num sujeito» e καθ᾽ ὑποκειμένῳ λέγεσθαι «dizer-se de um sujeito».

[138] *I. e.*, univocamente (cf. a definição de «sinónimo» em *Cat.*, 1).

admite, nem ela mesma, nem nenhuma coisa que dela receba o nome. Por exemplo, se «virtude» admite um grau «mais», então também «justiça» e «homem justo» *o devem admitir*; e de facto diz-se que este homem é «mais justo» do que aquele outro. Se, porém, o género postulado *pelo oponente* admitir o grau «mais», mas a sua espécie não o admitir, nem ela mesma nem a coisa que dela receba o nome, então é porque o género postulado não é o verdadeiro género.

Também se um termo que parece susceptível dos graus «mais» ou «igual» não é um género, é evidente que também não o é o género postulado *pelo oponente*. Este «lugar» é útil sobretudo naqueles casos em que de uma mesma espécie podem ser predicados vários *atributos* segundo a categoria da «essência» [139], mas não é possível discriminar nem nos é possível dizer qual é o seu verdadeiro género. Por exemplo, parece que da «cólera» se podem predicar, sob a categoria da essência, quer «sofrimento» quer «suspeita de menosprezo»: de facto, o homem encolerizado, por um lado sofre, por outro pensa que está a ser menosprezado. A mesma observação é válida nos casos em que se compara uma espécie com outra coisa: se os termos que parecem admitir os graus «mais» ou «igual» dentro do género postulado *pelo oponente* não se verificam *de facto* nesse género, é evidente que também a espécie postulada não pode pertencer ao referido género.

Para refutar argumentos, este «lugar» pode ser utilizado do modo que ficou dito. Para comprovar, contudo, se tanto o género como a | espécie postulados admitem o grau «mais», já 128a
este «lugar» não tem utilidade. De facto, nada impede que, conquanto ambos os termos [140] admitam esse grau, nenhum deles seja o género do outro; por exemplo, tanto «belo» como «branco» admitem o grau «mais», mas nenhum destes termos é o género do outro. Em contrapartida, a comparação entre si tanto dos géneros como das espécies já é útil: por exemplo, caso haja as mesmas razões para considerar como género dois termos quaisquer, se um deles for um género, o outro também o

---

[139] Ἐν τῷ τί ἐστιν.

[140] *I. e.*, tanto o género como a espécie.

será. Do mesmo modo, se o termo que denota o «menos» for género, também o será o que denota o «mais»: por exemplo, se «capacidade» tem mais razões do que «virtude» para ser tomada como género de «autodomínio» [141], mas se «virtude» for um género, então também «capacidade» o é. O mesmo pode afirmar-se adequadamente a propósito da espécie: se há as mesmas razões para considerar dois termos determinados como designando a espécie *do objecto em discussão*, e se um deles for uma espécie, também o outro o será; e se o que menos o parece é uma espécie, também *o será aquele que* mais *parecer sê-lo*.

Para comprovar *uma dada tese* há também que observar se das coisas a que se atribui um certo género, caso para elas não haja apenas uma espécie postulada, mas sim várias e distintas entre si, esse género é predicado delas sob a categoria da essência: é evidente que é o mesmo o seu género. Caso tenha sido postulada apenas uma espécie, observar se o mesmo género é predicado sob a categoria da essência também a respeito de outras espécies; daqui resultará que o mesmo género pode ser predicado de muitas e distintas espécies.

Uma vez que é opinião de alguns que a diferença específica é predicada das espécies segundo a categoria da essência, há que separar o género da diferença específica, recorrendo aos elementos já referidos: primeiro, que o género é predicado de mais coisas do que a diferença específica; segundo, que para a discriminação da essência é mais adequado o género do que a diferença específica (por exemplo, quem definir «homem» como «animal» está a indicar melhor o que o homem é do que se o designar por «terrestre» [142]; terceiro, que a diferença específica indica sempre uma certa qualidade do género, coisa que o género não faz em relação à diferença: de facto, quem disser «terrestre» refere-se a um certo tipo de «animal», quem disser «animal» não está a referir um certo tipo de criaturas terrestres.

É deste modo, portanto, que devem ser distinguidos a diferença específica e o género. Além disto, é opinião corrente

---

[141] Ἐγκρατεία.

[142] Πεζόν «que anda a pé» (por oposição aos peixes e às aves), ou «que anda na terra» (= terrestre).

que a qualidade de ser «musical», pelo facto de ser musical, implica também uma certa forma de conhecimento, pelo que «música» deve designar também um certo «saber»; e igualmente que uma criatura «que marcha», pelo facto de «marchar», implica que está em movimento, pelo que a «marcha» deve ser uma forma de «movimento»; assim, deve seguir-se este modelo para determinar em que género se quer inserir *um certo* conceito, por exemplo, se *se quiser comprovar que* «saber» é o mesmo que «crença», deve verificar-se se o indivíduo «que sabe» é também, pelo próprio facto de «saber», «crente», pois neste caso todo o «saber» será obviamente um certo tipo de «crença». O mesmo método pode ser aplicado a outros casos similares.

Por outro lado, quando um atributo é aplicável sempre a um dado sujeito sem que o resultado da conversão dos dois termos seja verdadeira, é difícil justificar porque é que não estamos em presença de um género; *por outras palavras*, se o primeiro termo implica | sempre o segundo, mas não reciprocamente: por exemplo, «ausência de vento» implica «calmaria» e «número» implica «divisibilidade», mas o inverso já não se verifica (nem tudo o que é divisível é número, nem toda a calmaria consiste na ausência de vento). Assim sendo, se somos nós *a propor uma tese*, devemos associar sempre o mesmo atributo ao mesmo género, desde que o inverso não possa ocorrer; se, porém, for o oponente a propor o argumento, não devemos dar-lhe ouvidos em todos os casos. Uma objecção possível *a fazer-lhe* é que «não ser» [143] aplica-se a tudo quanto «está em processo» [144] (pois o que está em transformação ainda «não é»), mas o contrário não se verifica (pois nem tudo quanto ainda «não é» está em «processo de passar a ser»); de qualquer maneira «não ser» não é o género do que «está em processo»; simplesmente porque não há nenhumas espécies de «não ser». 128b

Este, portanto, é o método para lidar com as questões atinentes ao género.

---

[143] Τὸ μὴ ὄν, lit. «o que não é» (ou: «o não ente»).

[144] Τῷ γινομένῳ, lit. «o que está em devir», «o que está a passar a ser».

Livro V

1. Vamos agora considerar os meios de averiguar se *um atributo* atribuído *a uma coisa* é ou não uma propriedade [1] *dessa coisa.*

Uma «propriedade» é um atributo, ou «essencial e permanente», ou «relativo e temporário» de alguma coisa; por exemplo, pertence à essência do homem ser um «ente animado civilizado por natureza» [2]; temos *um atributo* relativo, por exemplo da alma em relação ao corpo, quando se diz que a primeira tem por função comandar, e o segundo obedecer; é permanente, por exemplo, o atributo da divindade «ente animado imortal»; é temporário, quando se diz de um certo homem que «anda de um lado para o outro [3] no ginásio».

Uma propriedade atribuída de forma relativa pode traduzir-se em dois, ou em quatro problemas. O mesmo atributo ser atribuído a um sujeito e negado a outro, dá lugar a apenas dois problemas; por exemplo, a propriedade do homem em relação ao cavalo *consistente* no facto de ser bípede. Se alguém, por hipótese, provasse que o homem não é bípede ou que o cavalo

---

[1] Ἴδιον.

[2] Ζῷον ἥμερον φύσει.

[3] Περιπατεῖν «andar de um lado para o outro»; deste verbo provém o adj. «peripatético» aplicado ao aristotelismo (por o Filósofo costumar andar de um lado para o outro discutindo com os seus discípulos).

é bípede, em ambos os casos considerar-se-ia como não verificada esta propriedade. Quando, porém, se afirmam ou se negam dois atributos de cada um de dois sujeitos, damos lugar a quatro problemas; por exemplo, sobre a propriedade relativa do homem ao cavalo, se dissermos que um é bípede e o outro é quadrúpede. Neste caso é possível argumentar, por exemplo, que o homem não nasceu bípede, mas sim quadrúpede, e que é possível a um cavalo andar sobre duas patas, e não sobre as quatro. Caso se consiga demonstrar alguma destas proposições, a proposição inicial ficará refutada.

É propriedade essencial de uma coisa aquilo que lhe é atribuído em exclusividade e a distingue das demais coisas; por exemplo, *se dissermos* que o homem é um «ente animado, mortal, e dotado para o saber». É propriedade relativa de uma coisa o *atributo* que não a opõe a tudo o mais, mas apenas a distingue de um objecto determinado. Por exemplo, *o que distingue* a «virtude» relativamente ao «saber» é que a primeira pode ocorrer em muitas faculdades *da alma*, enquanto o segundo apenas ocorre na faculdade racional, mais, verifica-se *apenas* nos seres dotados por natureza de faculdade racional. É permanente |
129a aquela *propriedade* que é verdadeira em toda e qualquer ocasião, e que nunca deixa *de pertencer ao sujeito;* por exemplo, o facto de todo o ente animado ser formado de alma e corpo. É temporária aquela que só é verdadeira em certas ocasiões e que não é necessariamente atributo do sujeito a toda a hora, como por exemplo, no caso do homem, o facto de andar a passear na ágora.

Apresentar uma propriedade de uma coisa relativamente a outra consiste em explicitar uma diferença *que a distinga das outras*, ou universalmente e sempre, ou na maior parte das vezes e na maior parte dos casos. Por exemplo, uma diferença que distingue o homem do cavalo universalmente e sempre é o facto de aquele ser bípede; todo o homem é, efectivamente, sempre bípede, enquanto um cavalo nunca é bípede. Uma diferença que surge habitualmente e na maioria dos casos é a que distingue a *faculdade* racional *da alma* das *faculdades* concupiscível e irascível, e que consiste em a primeira comandar e as outras obedecerem; de facto, a parte racional não comanda sempre, às vezes tem de obedecer, e as faculdades concupiscível e irascível não se limitam a obedecer, pelo con-

trário, às vezes são elas quem comanda, nomeadamente quando a alma humana é perversa [4].

De entre as propriedades, são sobretudo aptas para a argumentação as essenciais e permanentes, e *também* as relativas. De uma propriedade relativa podem derivar muitos problemas, conforme dissemos há pouco [5]: tais problemas são necessariamente *em número de* dois ou de quatro, e daí que nestes casos sejam várias as formas de argumentação. Quanto às essenciais e permanentes é possível discuti-las sob muitos pontos de vista, e analisá-las em relação a diversas ocasiões: as essenciais, discutimo-las sob muitos pontos de vista (pois é necessário que a propriedade seja postulada em comparação com todos os *outros* entes, de modo que, se ela não distinguir o *sujeito* de todos os *outros entes*, não será uma propriedade correctamente atribuída); as permanentes devem ser analisadas relativamente a muitas ocasiões: se não se verificam neste momento, ou não se verificaram no passado, ou não se verificarão no futuro, então é porque não se trata de propriedades. Quanto às *propriedades* temporárias, apenas as podemos observar em relação ao tempo presente; as proposições correspondentes não são, portanto, em grande número, ao passo que um problema apto para a argumentação é aquele que dá azo à elaboração de grande número de argumentos bem formados.

A propriedade dita relativa deve ser analisada a partir dos lugares respeitantes ao acidente, isto é, tem de verificar-se se um atributo é acidente de uma coisa, mas não é acidente de outra. Quanto às permanentes e essenciais devem ser estudadas segundo os processos que se seguem. |

2. Em primeiro lugar há que ver se a propriedade foi 129b
atribuída incorrecta ou correctamente. Um primeiro ponto a observar quanto à atribuição ser ou não correcta consiste em ver se a propriedade não foi estabelecida com recurso a termos mais conhecidos ou, pelo contrário, se o foi; quando se refuta, *verificando-se* se não foi *estabelecida* a partir de termos

---

[4] Racional = λογιστικόν *(rationabile),* concupiscível = ἐπιθυμητικόν *(concupiscibile),* irascível (emocional) = θυμικόν *(irascibile).*

[5] 128b22 e segs.

mais conhecidos; quando se comprova, se o foi a partir de termos mais conhecidos. Por um lado, é característico de uma propriedade que não recorre a termos mais conhecidos ser estabelecida de tal modo que ainda é menos compreensível do que *o sujeito* de que foi postulada ser propriedade; logo, uma tal propriedade não está estabelecida correctamente. O fim com que estabelecemos uma propriedade é o conhecimento de uma *dada* coisa, e por isso ela deve ser enunciada por meio de termos mais compreensíveis, pois só assim a coisa pode ser entendida com maior clareza. Por exemplo, se alguém indica como propriedade do fogo o ser «a coisa mais parecida com a alma», está a servir-se de um conceito, «alma», mais obscuro ainda que o de «fogo» (pois nós sabemos melhor o que é o fogo do que o que é a alma); logo, não será uma propriedade correctamente enunciada do fogo o ser «a coisa mais parecida com a alma». Por outro lado, também não está dada correctamente uma propriedade cuja pertença ao *sujeito* ainda é menos clara *do que o próprio sujeito*. Ora uma propriedade não só deve ser enunciada em termos mais claros do que o sujeito, mas ainda a sua pertença ao sujeito ser mais óbvia do que este: a pessoa que não saiba que «esta propriedade» pertence a «este sujeito» também não poderá saber se ela «pertence exclusivamente a este sujeito»; logo, desde que se dê uma destas duas circunstâncias, a propriedade *postulada* será tudo menos óbvia. Por exemplo, alguém que estabeleça como propriedade do «fogo» ser «aquilo em que primeiramente surgiu a alma» está a usar uma formulação ainda mais difícil de entender do que o próprio *termo* «fogo», já que levanta a questão de saber se neste existe alma, ou se é ele a coisa em que a alma surgiu primeiramente: deste modo, não é uma propriedade correctamente atribuída ao «fogo» dizer-se que ele é «a coisa em que a alma surgiu primeiramente». Para fins de confirmação [6] deve observar-se se a propriedade é explicitada por meio de termos mais conhecidos de ambos os modos possíveis [7]. A ser assim, a pro-

---

[6] Κατασκευάζοντα.

[7] *I. e.,* ou por o termo que denota a propriedade ser mais claro do que o termo que denota o sujeito, ou por a pertença ao sujeito da propriedade postulada ser mais óbvia do que a essência do referido sujeito.

priedade estará a ser correctamente explicitada, porquanto, de entre os lugares [8] que comprovam a correcta atribuição *de uma propriedade*, uns há que a comprovam apenas sob um dado ponto de vista, enquanto outros pretendem demonstrar a sua correcção em absoluto. Por exemplo, se alguém disser que a propriedade do «ente animado» consiste em «ter sensações» está a recorrer a termos mais conhecidos e a assinalar uma propriedade mais conhecida em ambos os sentidos, pelo que o facto de «possuir sensações» é uma propriedade correctamente atribuída, sob este ponto de vista, ao «ente animado».

Seguidamente, para fins de refutação [9] há que ver se algum dos nomes que são usados para exprimir a propriedade está empregado em mais do que um sentido, ou se o enunciado, no seu conjunto, possui mais do que um sentido; se for este o caso, a propriedade não estará correctamente formulada. Por exemplo, como «sentir» se emprega em mais do que um sentido, umas vezes para significar «ser dotado de sensações», outras *para significar* «servir-se de um sentido», não será correcto enunciar como propriedade do ente animado «ser por natureza dotado de sensações». Por este motivo, não deve empregar-se | para indicar uma propriedade nem um nome nem um 130a
enunciado que possam ter mais do que um sentido, porque o emprego de palavras ou expressões polissémicas torna o discurso obscuro, e assim o próximo argumentador tem dificuldade em saber com que significado *o proponente* usou esse termo polissémico; ora a função da propriedade é ajudar a tornar as coisas claras. A isto é ainda de acrescentar que, quando alguém enuncia uma propriedade de forma ambígua, está necessariamente sujeito a uma refutação, permitindo, por exemplo, que *o oponente* construa um raciocínio com base no sentido não relevante do termo polissémico. Quando, pelo contrário, se pretende confirmar um argumento, há que tomar cuidado em não empregar polissemicamente nem um termo, nem um enunciado inteiro; deste ponto de vista, a propriedade ficará correctamente estabelecida. Por exemplo, dado que nem a palavra «cor-

---

[8] Τόποι.

[9] Ἀνασκευάζοντα.

po», nem *a expressão* «a coisa mais dotada de movimento ascendente», nem o enunciado resultante da sua combinação sofrem de polissemia, seria correcto definir como propriedade do fogo o facto de «ser o corpo mais dotado de movimento ascendente».

Seguidamente, para refutar um argumento, há que ver se o sujeito a que *o oponente* atribui uma dada propriedade é um termo polissémico, *e se, caso o seja,* ele não distinguiu a qual dos vários sentidos convém a propriedade *enunciada,* pois, *se for este o caso,* a atribuição dessa propriedade não foi feita correctamente. Por que motivos, não é difícil de entender a partir do que atrás ficou dito, já que as consequências são exactamente as mesmas. Por exemplo, como a expressão «saber isto» pode empregar-se com vários sentidos (pois pode significar: 1) «esta coisa tem conhecimento»; 2) «esta coisa está exercendo um conhecimento»; 3) «alguém tem conhecimento desta coisa»; 4) «alguém está exercendo o conhecimento desta coisa»), não é possível atribuir correctamente a «saber isto» uma qualquer propriedade sem antes se ter explicitado a qual dos sentidos é atribuída essa propriedade [10]. Para confirmar um argumento, há que atentar se o sujeito a que se atribui uma dada propriedade não é um termo polissémico, mas tem apenas um único e bem definido significado, pois só neste caso a propriedade lhe será correctamente atribuída. Por exemplo, dado que o termo «homem» possui somente um sentido bem definido, estaremos a atribuir correctamente uma propriedade a «homem» dizendo que ele é «um ente animado, manso [11] por natureza».

Para fins de refutação, há também que ver se, ao enunciar uma propriedade, se emprega várias vezes o mesmo termo *no*

---

[10] Ἐπίστασθαι τοῦτο: a ambiguidade surge porque, nos casos 1 e 2 o pronome neutro τοῦτο «esta coisa, isto», é sujeito gramatical de ἐπίστασθαι «conhecer», enquanto nos casos 3 e 4 é objecto directo do mesmo verbo; além disso, as expressões ἔχειν ἐπιστήμην «ter, possuir conhecimento» e ἐπιστήμῃ χρῆσθαι, lit. «usar, servir-se do conhecimento» opõem-se entre si porque na primeira o «conhecimento» surge como *potência,* enquanto na segunda surge como *acto*.

[11] Ἥμερος; também pode significar «civilizado», sentido que aqui não se aplica, dado que ninguém é civilizado «por natureza».

mesmo enunciado; muitas vezes os *participantes do debate* fazem-no inconscientemente, tanto ao enunciar propriedades, como ao estabelecer definições. Ora uma propriedade estabelecida nestas condições não é enunciada correctamente, porquanto um termo muitas vezes repetido embaraça o ouvinte, causa necessariamente uma obscuridade, além de dar-se a impressão de falar por falar. Há duas maneiras por que pode ocorrer a repetição: uma, quando se emprega várias vezes a mesma palavra; por exemplo, quando *o oponente* atribui ao fogo a propriedade de ser «o corpo mais leve de *entre todos* os corpos» (pois utilizou mais do que uma vez a palavra «corpo»); outra, quando se emprega um enunciado em lugar de uma palavra, | por 130b
exemplo, se se enuncia como propriedade da terra «(ser) a substância [12] que, de *entre todos* os corpos, é por natureza mais atraída para baixo», e em seguida substitui a palavra «corpos» pela expressão «substâncias deste tipo» [13]. Ora, quer «corpo» quer «substância deste tipo» significam a mesma coisa, logo, é como se *o oponente* tivesse empregado várias vezes a palavra «substância». De qualquer das maneiras a propriedade não está enunciada correctamente. Quem confirma, por sua vez, deve ter cuidado em não empregar nenhuma palavra mais do que uma vez, pois procedendo assim enuncia a propriedade de forma correcta. Por exemplo, dando como propriedade do homem *ser* «um ente animado com capacidade para o saber» não está a empregar mais do que uma vez a mesma palavra, e portanto estará a enunciar correctamente uma propriedade de «homem».

Em seguida, quem refuta deve observar *se o oponente* emprega como denotando uma propriedade algum termo de aplicação universal, porque um termo que não sirva para distinguir *uma coisa* de outras é inútil [14]; ora é preciso distinguir com clareza o alcance dos termos relativos às propriedades, exactamente como no caso das definições, pois, *a não ser assim,* a propriedade não estará correctamente enunciada. Por exemplo, se

---

[12] Οὐσία.

[13] Οὐσιῶν τοιωνδί.

[14] Entenda-se: é inútil como denotação de uma propriedade.

o oponente afirmar como propriedade do «saber» o facto de ser «uma noção não susceptível de ser invalidada por alguma argumentação devido ao seu carácter uno» [15], está a empregar no enunciado de uma propriedade a noção de «uno», que é de aplicação universal, logo não está a enunciar correctamente uma propriedade do «saber». Quem confirma deve ter cuidado em não empregar nenhum termo de aplicação comum, mas sim um que sirva para discriminar, pois só neste caso estará bem enunciada a propriedade. Por exemplo, quem enuncia como propriedade do «ente animado» [16] o facto de «possuir alma», não está a usar nenhum termo de aplicação comum, logo, o facto de «possuir alma» é uma propriedade correctamente atribuída sob este ponto de vista ao «ente animado».

Seguidamente, quem refuta deve verificar se *o oponente* atribui muitas propriedades ao mesmo sujeito, sem explicitar que está enunciando várias; nestas circunstâncias a propriedade não é correctamente enunciada. Tal como no caso das definições não é necessário acrescentar mais nada ao enunciado da essência *do sujeito,* assim também no caso das propriedades não é preciso acrescentar mais nada ao termo que indica a propriedade, já que qualquer acrescento seria inútil. Por exemplo, quem diz que é propriedade do fogo ser «o mais subtil e o mais ligeiro dos corpos» está a enunciar mais do que uma propriedade (cada um destes atributos pode dizer-se com verdade do fogo), logo não se enuncia correctamente uma propriedade do «fogo» dizendo que ele é «o mais subtil e o mais ligeiro dos corpos». Quem confirma, por seu lado, deve verificar que não se atribuam muitas propriedades ao mesmo sujeito, mas apenas uma, pois nestas circunstâncias a propriedade estará correctamente atribuída. Por exemplo, quem indicar como propriedade do «líquido» ser «um corpo que pode ser levado a assumir qualquer forma» está a indicar somente uma propriedade, e não várias, e nestas condições a propriedade indicada como pertencente ao «líquido» está correctamente enunciada.

---

[15] Ἕν οὖσαν, lit. «que é *uma coisa* una».

[16] Ζῴου, «do animal, do ente animado, do ser vivo».

3. Seguidamente, quem está a refutar deve verificar se *o oponente* recorre à própria noção *da coisa* de que está enunciando a propriedade, ou de algumas *outras noções* naquela contidas, pois neste caso a propriedade não estará | correctamente 131a
enunciada. A função da propriedade consiste em tornar claro *o sujeito da discussão;* ora todo o sujeito é tão desconhecido quanto ele próprio, e tudo quanto esteja nele contido é-lhe posterior, logo nenhum destes termos torna o sujeito mais compreensível, isto é, de nenhum destes modos se ganha qualquer novo conhecimento [17]. Por exemplo, se *o oponente* dá como propriedade do «ente animado» ser «uma substância de que o homem é uma das espécies», está a servir-se de *uma noção contida no conceito* de «ente animado», e não a enunciar correctamente uma sua propriedade. Quem comprova, por seu lado, deve verificar que não se faça referência nem à noção de sujeito, nem a nada que nela esteja contido, pois deste modo a propriedade estará correctamente enunciada. Por exemplo, se se postular como propriedade do «ente animado» o ser «composto de alma e de corpo» não está a empregar *no enunciado da propriedade* nem o conceito *de «ente animado»,* nem nenhuma das noções nele contidas, e portanto *o enunciado referido* estará correctamente indicado como propriedade do «ente animado».

Do mesmo modo hão-de investigar-se os demais termos incapazes, ou capazes, de tornar mais claro o tema em debate. Quando se refuta, há que ver se *o oponente* emprega um termo contrário *ao sujeito*, ou simultâneo com ele por natureza, ou *logicamente* posterior a ele, pois nestes casos a propriedade não estará correctamente enunciada. O *termo* contrário *ao sujeito* é por natureza simultâneo *com ele;* além disso, tanto o que é simultâneo como o que é posterior *a um dado termo* não tornam este mais compreensível. Por exemplo, se se enunciar como propriedade do «bem» o facto de ser «a coisa mais oposta ao mal» está a recorrer-se ao *termo* oposto a «bem», pelo que não

---

[17] A expressão de Arist. é pouco clara; a ideia é que nada adianta para o conhecimento de uma coisa remeter para a própria coisa ou para alguma noção que esteja contida na definição da coisa (e, portanto, lhe seja logicamente posterior).

se enuncia correctamente uma propriedade do «bem». Quando se comprova, há que ver se não se usa de nenhum termo oposto ao sujeito, nem simultâneo com ele por natureza, nem *logicamente* posterior a ele, dado que nestas condições a propriedade estará enunciada correctamente. Por exemplo, se se enunciar como propriedade do «saber» ser «a noção, *de entre todas,* a mais digna de crédito», nem está a servir-se de nenhum termo oposto ao sujeito, nem *com ele* simultâneo por natureza, nem logicamente posterior *a ele*, logo a propriedade do «saber» está correctamente formulada, quanto a este ponto.

Em seguida, quando se refuta, deve verificar-se se *o oponente* não indica como propriedade *do sujeito* um atributo seu permanente, mas sim um que ocasionalmente pode deixar de ser sua propriedade: nestas condições a propriedade não estará enunciada correctamente. De facto, nem no sujeito em que nós entendemos que *a propriedade* se verifica se segue por isso necessariamente que o termo *que a designa* está correctamente aplicado, nem num sujeito em que se entende que ela se não verifica se segue por isso necessariamente que o termo não possa ser aplicado. A acrescentar a isto temos que nem quando *o oponente* atribui uma propriedade é evidente que ela pertença ao sujeito, se for *um atributo* de natureza a poder não ocorrer. Uma tal *atributo* não é claramente uma propriedade. Por exemplo, se for enunciada como propriedade do «ente animado» a faculdade «de mover-se umas vezes, e de estar parado *outras*», está a indicar-se uma propriedade que por vezes pode deixar de o ser, logo é uma propriedade não correctamente enunciada. Quando se comprova, por outro lado, deve verificar-se se porventura se enuncia como propriedade *um atributo* que necessariamente acompanha sempre o sujeito: nestas condições a
131b propriedade enunciada estará | assinalada correctamente. Por exemplo, ao enunciar-se como propriedade da «virtude» [18] ser «aquilo que confere dignidade ao seu possuidor» está a enunciar-se, de facto, uma propriedade que acompanha sempre o sujeito, logo está a enunciar-se correctamente, quanto a este ponto, uma propriedade da «virtude».

---

[18] Ἀρετή.

Em seguida, quando se refuta, há que verificar se *o oponente* enuncia uma propriedade válida de momento, sem explicitar que se trata de uma propriedade válida *apenas* de momento, pois neste caso a propriedade não está enunciada correctamente. Em primeiro lugar, porque tudo quanto se afasta do habitual carece de uma clara explicitação, já que toda a gente, na maioria dos casos, só concebe como propriedade um atributo permanente do sujeito. Em segundo lugar, porque quem não explicita se pretende referir-se a uma propriedade válida apenas de momento está a ser confuso, e não há qualquer vantagem em fornecer pretexto a críticas. Por exemplo, quem indicar como propriedade de um certo indivíduo o «estar sentado junto de alguém» — o que é, de momento, verdadeiro —, não enuncia correctamente uma propriedade se não explicitar *essa circunstância*. Quando se confirma, por outro lado, há que verificar se, ao indicar uma propriedade válida de momento, se explicita com clareza que se trata de uma propriedade momentânea: deste modo a propriedade estará, a este respeito, enunciada correctamente. Por exemplo, quando se diz que é propriedade de um certo indivíduo «andar neste momento a passear», explicitou-se com clareza esta circunstância, e, portanto, estamos perante uma propriedade enunciada correctamente.

Em seguida, quando se refuta, há que ver se *o oponente* enuncia como propriedade algo cuja realidade só pode ser validada por recurso aos sentidos, pois neste caso a propriedade não estará correctamente enunciada. O facto é que tudo quanto é objecto de sensação [19] se torna inverificável [20] desde que deixa de estar sob a alçada dos sentidos [21], pelo que passa a ser indecidível se a propriedade se mantém ou não, pelo próprio facto de só ser apreensível pelos sentidos. Isto é verdade em relação àquelas propriedades que não acompanham necessariamente o respectivo sujeito. Por exemplo, se se enunciar como propriedade do Sol ser «o astro mais brilhante que se

---

[19] Τὸ αἰσθητόν.

[20] Ἄδηλον, lit. «invisível, incerto».

[21] Ἔξω γινόμενον τῆς αἰσθήσεως.

move acima da Terra» está a empregar-se, na enunciação da propriedade, uma circunstância que só pode ser conhecida através da observação sensorial, logo não está a enunciar-se uma propriedade do Sol de forma correcta, uma vez que depois do pôr-do-sol é incerto se ele continua a mover-se acima da Terra, porquanto deixamos de poder recorrer à observação sensorial. Quando se confirma, por outro lado, importa ver se se enunciou como propriedade um atributo não verificável pelos sentidos, mas que, conquanto o seja, é evidente que acompanha necessariamente *sempre o sujeito*, pois neste caso a propriedade estará, sob este aspecto, correctamente enunciada. Por exemplo, se se enuncia como propriedade da «superfície *de um corpo*» o facto de ser «a parte *dele* que primeiro se torna colorida» [22] está a recorrer-se a um atributo, o «ser colorido», de natureza sensorial, mas que claramente pertence sempre *ao respectivo sujeito*, e portanto neste caso estará correctamente enunciada a propriedade da «superfície».

Em seguida, quando se refuta, há que verificar se *o oponente* apresenta como propriedade *de uma coisa* a sua definição, pois neste caso a propriedade não estará enunciada correctamente,
132a uma vez que a propriedade não tem por função | indicar o que uma coisa é [23]. Por exemplo, se se enunciar como propriedade do homem ser um «animal, terrestre, bípede», está a enunciar-se como propriedade do «homem» uma expressão que indica a sua essência, pelo que esta não é uma propriedade do «homem» correctamente enunciada. Quando se confirma, por outro lado, há que verificar se se enunciou como propriedade um predicado convertível do sujeito, mas que não indica a essência deste [24]; neste caso a propriedade está correctamente enunciada. Por exemplo, se se apresentar como propriedade de «homem» o predicado convertível «animal manso [25] por natureza», não está a indicar-se a essência do sujeito [26], portanto esta propriedade de «homem» está correctamente enunciada.

---

[22] Ὃ πρῶτον κέχρωσται.

[23] *I. e.*, a essência de uma coisa, τὸ τί ἦν εἶναι.

[24] Μὴ τὸ τί ἦν εἶναι δὲ δηλοῦν.

[25] Ἥμερον «dócil, manso, pacífico, civilizado».

[26] *I. e.*, de «homem».

Em seguida, quando se refuta, há que ver se *o oponente* enuncia uma propriedade sem situar o sujeito quanto à sua essência. No que respeita às propriedades, tal como no que respeita às definições, a primeira coisa a fazer é estabelecer o género *do sujeito*, e só depois acrescentar tudo o mais que serve para o distinguir *de outros sujeitos.* Uma propriedade não apresentada desta maneira não estará, portanto, correctamente enunciada. Por exemplo, se se enuncia como propriedade de «animal» o facto de «ter alma» [27], não está a integrar-se *este atributo* na essência de «animal» [28], logo, a propriedade do «animal» não está a ser correctamente enunciada. Quando se confirma, por outro lado, importa verificar se se situa quanto à essência o sujeito a quem se atribui uma dada propriedade, e se se refere tudo o mais de forma adequada; nestas condições a propriedade estará enunciada correctamente. Por exemplo, se alguém enunciar como propriedade de «homem» a circunstância de ser «um animal dotado para o saber», a propriedade de «homem» estará, sob este aspecto, correctamente enunciada.

4. Estes são, portanto, os critérios para verificar se uma propriedade foi ou não enunciada de forma correcta. Se um enunciado que se apresenta como sendo uma propriedade o é, absolutamente, será examinado a partir dos critérios que se seguem. Os «lugares» que servem para confirmar, em absoluto, que uma propriedade foi correctamente enunciada são idênticos aos que servem, em absoluto, para formular uma propriedade, e, portanto, serão referidos juntamente com estes.

Em primeiro lugar, quando se refuta, há que observar cada um dos sujeitos *abrangidos por um certo conceito* aos quais se atribui uma dada propriedade, para ver, por exemplo, se esta, ou não pertence a nenhum *desses sujeitos*, ou se não *predica deles* com verdade sob um certo aspecto, ou se não é propriedade de cada um dos sujeitos em relação ao aspecto sob o qual foi dita ser sua propriedade; em qualquer destes casos o que foi

---

[27] Τὸ ψυχὴν ἔχειν.

[28] A essência de «animal» não consiste em «ter alma», mas sim em ser um composto de «corpo» e de «alma».

postulado como propriedade não é propriedade nenhuma. Por exemplo, assim como, no caso do geómetra, não é verdade que ele não possa enganar-se no raciocínio (dado que o geómetra será induzido em erro se se enganar no desenho da figura), também não se pode postular como propriedade do homem de ciência a impossibilidade de enganar-se no raciocínio. Quando se confirma, por outro lado, há que ver se a propriedade *em discussão* é verdade a respeito de todos *os indivíduos abarcados pelo conceito* também por aquele aspecto que está em debate, pois se o for, *mesmo* aquilo que se apresenta como não sendo
132b propriedade será uma propriedade. Por exemplo, se ser | um «animal com capacidade para o saber» é verdade a respeito de todos os homens *exactamente* pela circunstância de serem homens, então *a expressão* «animal com capacidade para o saber» denota uma propriedade de «homem». [Este lugar é útil, por um lado, para quem refuta no caso de, em relação à mesma coisa, o nome *do sujeito* ser verdadeiro mas o enunciado da propriedade não ser correcto, ou de, também em relação à mesma coisa, o enunciado ser correcto mas o nome *do sujeito* não ser o verdadeiro; *é útil,* por outro lado, para quem confirma, no caso de, da coisa de que se predica o nome, também se predicar o enunciado *da propriedade*, ou se da coisa de que se predica o enunciado, também se predicar o nome.] [29]

Em seguida, quando se refuta, deve verificar-se se do mesmo sujeito de que se pode predicar o nome, não se pode predicar o enunciado *descritivo da propriedade*, e também se se pode predicar o enunciado, mas não se pode *predicar* o nome. Se isto ocorrer, a propriedade apresentada não é aceitável como propriedade. Por exemplo, se «ente animado dotado do saber» se diz com verdade a respeito de «deus», mas se *o termo* «homem» não pode ser predicado de «deus», então «ser animado dotado do saber» não poderá ser propriedade de «homem». Quando se confirma, por outro lado, deve verificar-se se *do sujeito* de que se predica o enunciado, se predica também o

---

[29] Este período é posto entre parênteses por Ross atendendo ao facto de ele não passar de uma redacção diversa, e menos clara, do desenvolvimento contido no parágrafo seguinte.

nome *correspondente*, e se *do sujeito* de que se predica o nome também se predica o enunciado *correspondente*: neste caso será propriedade mesmo aquilo que se diz não ser propriedade *desse sujeito*. Por exemplo, como do sujeito de quem se diz que «tem alma» é verdade dizer-se que se trata de um «ente animado», e de quem é «ente animado» é verdade dizer-se que «tem alma», conclui-se que «ter alma» é uma propriedade de «ente animado» [30].

Em seguida, quando se refuta, há que ver se *o oponente* apresenta *o próprio* sujeito como propriedade de um *atributo* que se diz existir no sujeito, pois neste caso não estaremos em presença de nenhuma propriedade. Por exemplo, se *o oponente* disser que «fogo» é uma propriedade de «corpo composto das mais diminutas partículas» está a apresentar como sujeito uma propriedade do seu predicado, logo, «fogo» não pode ser propriedade de «corpo composto das mais diminutas partículas» [31]. Por esta razão o sujeito não pode ser propriedade de uma coisa existente no sujeito: porque seria ao mesmo tempo propriedade de muitas coisas distintas especificamente entre si. De facto, de um mesmo sujeito são predicados vários atributos distintos como sendo *predicados* somente dele; logo, caso se estabelecesse a propriedade da maneira referida, o sujeito surgiria como uma propriedade de todos esses atributos [32]. Quando se confirma, por outro lado, há que ver se se apresentou como propriedade do sujeito um atributo que pertence de facto ao sujeito, porque neste caso será propriedade mesmo o que não se apresentou como propriedade, na condição de esta ser somente predicada daqueles sujeitos de que é dada como pro-

---

[30] «Ente animado» (ζῷον) = «ser animado», «ser vivo, animal».

[31] Por outras palavras, ser um «corpo composto de partículas muito diminutas» é que é predicado (propriedade) de «fogo», e não o contrário.

[32] Explicitando de forma mais clara: ser um «corpo composto das partículas mais diminutas» é uma propriedade de várias coisas, tais como o «fogo», o «éter», etc. Ora se se apresentassem as coisas ao contrário, isto é, se «fogo», *u. g.*, fosse a propriedade, e «corpo composto de partículas muito diminutas» fosse o sujeito, este (pseudo-)sujeito teria como propriedades muitas coisas especificamente diferentes entre si, tais como «fogo», «éter», «alma», etc. Aqui reside o erro detectado por Arist.

priedade. Por exemplo, quem disser que é especificamente próprio da terra ser «o mais pesado dos corpos» está a apresentar como propriedade do sujeito algo que se afirma unicamente da coisa referida [33], e que dela é predicada como sendo sua propriedade; logo, a propriedade da «terra» está correctamente enunciada.

Seguidamente, quem refuta deve verificar se *o oponente* apresenta como propriedade do sujeito algo de que ele apenas participa; neste caso, o que é apresentado como propriedade
133a não é propriedade alguma. De facto, | um atributo de que o sujeito participa [34] representa algo que se acrescenta à sua essência [35], logo seria uma diferença caracterizadora de uma dada espécie. Por exemplo, se ele referir como propriedade de «homem» ser «um bípede terrestre», está a enunciar uma propriedade partilhada *pelo sujeito*, logo, «bípede terrestre» não é uma propriedade de «homem». Quem confirma, por outro lado, tem de verificar se se apresentou uma propriedade sem explicitar que é partilhada e indicativa da essência do sujeito, apesar de este ser susceptível de aceitar a conversão; neste caso será propriedade mesmo o que não se apresenta como propriedade. Por exemplo, se se apresenta como propriedade de «animal» o facto de «ser dotado de sensações desde a nascença» [36], mas sem a explicitar nem como *propriedade* partilhada, nem indicativa da essência do sujeito, apesar de o sujeito admitir a conversão: neste caso, «ser dotado de sensações desde a nascença» será uma propriedade do «animal».

Em seguida, quem refuta deve verificar se a propriedade pode não existir no sujeito de uma certa denominação contem-

---

[33] *I. e.*, da «terra» (τοῦ πφάγματος).

[34] Κατὰ μέθεξιν, lit. «por participação», *i. e.*, algo que pertence ao sujeito mas de que outros indivíduos também partilham, ou seja, aqueles atributos que resultam da subordinação lógica dos vários subconjuntos incluídos dentro do mesmo género.

[35] Εἰς τὸ τί ἦν εἶναι συμβάλλεται, lit. «acrescenta (algo) à essência (do sujeito)».

[36] Τὸ αἰσθάνεσθαι πεφυκός, lit. «o ter nascido (com capacidade) para sentir, para ter sensações», «o ser dotado de sensação por natureza» (πεφυκός, part. de φύω «nascer», da mesma raiz que φύσις «natureza»).

poraneamente com esta, mas é anterior ou posterior a ela [37], pois, se assim for, o que é indicado como propriedade não é uma propriedade, dado que ou não *ocorre* nunca, ou, pelo menos, nem sempre. Por exemplo, o facto de um certo ente «andar a passear na ágora» tanto pode entender-se como anterior ou posterior à sua denominação como «homem», e por isso «andar a passear na ágora» não é propriedade de «homem», dado ser algo que pode nunca acontecer, ou, pelo menos, nem sempre. Quem confirma deve verificar se *um atributo* se verifica necessariamente *num dado sujeito* desde sempre, mas sem ser nem uma definição nem uma diferença específica: neste caso será propriedade *do sujeito* mesmo o que não é apresentado como sua propriedade. Por exemplo, uma vez que o conceito «ser animado dotado de capacidade para o saber» se verifica necessariamente em simultâneo com o conceito «homem», mas não é uma diferença específica nem uma definição, então ser «ser animado dotado de capacidade para o saber» será uma propriedade de «homem».

Em seguida, quem refuta deve verificar se de coisas idênticas, na medida em que são idênticas, a propriedade apresentada não é idêntica, pois neste caso o que é apresentado como propriedade não será propriedade alguma. Por exemplo, uma vez que «parecer a certas pessoas ser uma coisa boa» não é propriedade da «coisa desejável» [38], então «parecer a certas pessoas ser uma coisa boa» também não será propriedade da «coisa elegível» [39], dado que «ser desejável» e «ser elegível» *são expressões que* significam a mesma coisa. Quem confirma deve verificar se é dado como propriedade de uma coisa idêntica aquilo que a torna idêntica, pois neste caso será uma propriedade mesmo o que não é dado como propriedade. Por exemplo, uma vez que do «homem», enquanto «homem», se pode

---

[37] Anterior ou posterior do ponto de vista lógico: por exemplo, a noção de «animal» é logicamente anterior à de «homem», a de «Sócrates» é logicamente posterior, enquanto as de «homem» e «dotado para o saber» são logicamente contemporâneas.

[38] Διωκτοῦ, lit. «daquilo que deve ser procurado, daquilo que deve tentar alcançar-se».

[39] Αἱρετοῦ, lit. «daquilo que deve (merece) ser escolhido».

dizer que é sua propriedade «possuir uma alma tríplice» [40], também do «mortal», enquanto «mortal», será propriedade «possuir uma alma tríplice». Este lugar também é útil no caso do acidente, porquanto coisas idênticas, na medida em que são idênticas, devem ter, ou não ter, idênticos atributos.

Em seguida, quem refuta deve verificar se a propriedade de coisas idênticas quanto à espécie é dada como não sendo sempre a mesma quanto à espécie, pois neste caso o que é dado
133b como propriedade *do sujeito em questão* | não será sua propriedade. Por exemplo, uma vez que tanto «homem» como «cavalo» são idênticos quanto à espécie, mas nem sempre é propriedade do cavalo «estar parado por vontade própria», também não será propriedade do homem «mover-se por vontade própria», porquanto, em relação à espécie, significa o mesmo «mover-se por vontade própria» e «estar parado por vontade própria», coisas que se podem predicar *de um e de outro,* na medida em que *ambos* são «entes animados». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se a coisas especificamente idênticas é atribuída uma propriedade especificamente sempre idêntica, pois neste caso será propriedade mesmo o que não é apresentado como propriedade. Por exemplo, dado que é propriedade de «homem» ser um «bípede terrestre», será propriedade de «ave» ser um «bípede voador» [41]; cada um destes entes é idêntico enquanto espécie, na medida em que constituem espécies pertencentes ao mesmo género, isto é, pertencentes ao género «ente animado», e as propriedades referidas são diferenças específicas dentro do género «ente animado». Este lugar é inválido [42] quando uma das propriedades mencionadas pertence apenas a sujeitos incluídos numa dada espécie, enquanto a outra pertence a várias, como sucede com «quadrúpede terrestre» [43].

---

[40] Τριμερῆ, lit. «em três partes» (irascível, concupiscível e cognoscível, ou racional, cf. Platão, *Rep.* 435b e segs.).

[41] Πτηνόν, lit. «alado».

[42] Ψευδής.

[43] Só há um «bípede terrestre» (o «homem»), ao passo que são inúmeros os «quadrúpedes terrestres», distribuídos por diversas espécies.

Dado que «idêntico» e «diferente» são termos polissémicos, é muito difícil numa discussão sofística [44] conseguir especificar uma propriedade como pertencente a um único sujeito, e só a ele; de facto, o atributo de uma coisa a que se acrescenta um certo acidente será também atributo do conjunto do acidente com o termo que acompanha. Por exemplo, aquilo que for atributo de «homem» será também atributo de «homem branco», desde que exista algum «homem branco», e bem assim o que for atributo de «homem branco» será também atributo de «homem». Torna-se assim possível a alguém lançar a dúvida sobre a maioria das propriedades, alegando que uma coisa é o sujeito tomado em si mesmo, e outra se tomado em conjunto com o acidente, por exemplo, se argumentar que uma coisa é «homem» e outra coisa «homem branco», e estabelecendo além disso uma distinção entre o estado [45] de uma coisa e o que dela se diz de acordo com o seu estado [46]. Ora aquilo que pertence ao estado *do sujeito* pertencerá igualmente ao que se diz *dele* de acordo com o seu estado, e o que pertence ao que se diz *do sujeito* de acordo com o seu estado, igualmente pertencerá a esse estado. Por exemplo, uma vez que se defina o «homem sabedor» [47] de acordo com a sua «área do saber» [48], não se poderá considerar como propriedade do «saber» o «ser imune a todo o argumento» [49], porque, a ser assim, também o «ho-

---

[44] *I. e.*, quando se argumenta de forma sofística.

[45] Ἕξις.

[46] A título de curiosidade, refira-se o caso do filósofo chinês Kung-sun Lung (século IV a. C.) que escreveu um pequeno tratado (aliás, de muito difícil interpretação), em que procura demonstrar o paradoxo de que «cavalo-branco» não é «um cavalo» com base em que «'cavalo' denota uma forma, e 'branco' denota uma cor; ora, o que denota a cor não denota a forma, logo 'cavalo branco' não é um 'cavalo'» [v. Wing-tsit Chan, *A Source Book in Chinese Philosophy*, translated and compiled by…, Princeton University Press, 1963 (repr. 1969, 1973), pp. 232 e segs., em especial pp. 235-237].

[47] Ὁ ἐπιστήμων.

[48] Ἐπιστήμη.

[49] Τὸ ἀμετάπειστον (εἶναι) ὑπὸ λόγου, lit. «o (facto de) não ser suaceptível de mudar de opinião em resultado de algum argumento» (*i. e.*, «ser imune à dúvida suscitada por um argumento»).

mem sabedor» estaria sempre «imune a todo o argumento». Quem confirma, por outro lado, deverá afirmar que não são absolutamente diferentes a coisa a que pertence um dado acidente, e esse acidente tomado em conjunto com a coisa, mas que apenas se diz serem distintas pelo facto de terem uma modalidade diferente de ser [50]; efectivamente, para um «homem», o «ser homem» não é a mesma coisa que para um «homem branco» o ser um «homem branco». É preciso ainda tomar atenção às flexões *das palavras*, e não dizer, portanto, |
134a que «homem sabedor» [51] é «'aquilo' [52] que é imune a todo o argumento», mas sim «'aquele *homem*' [53] que é imune a todo o argumento», nem que «saber» [54] é «'aquilo' que é imune a todo o argumento» [55], mas sim «'aquela coisa' que é imune a todo o argumento» [56]: contra quem argumenta com todos os meios há que contra-argumentar *também* com todos os meios.

5. Em seguida, quem refuta deve verificar se *o oponente*, na intenção de referir um atributo natural de alguma coisa, se serve de uma formulação linguística que implica que esse atributo se verifica sempre, pois neste caso o que se dá como sendo uma propriedade parecerá ser rejeitável. Por exemplo, quem afirma que é propriedade de «homem» o ser «bípede» tem a intenção de aludir a um atributo natural, mas emprega uma linguagem que denota um atributo permanente, o que faria que «bípede» não fosse propriedade de «homem», dado que há homens que não têm os dois pés [57]. Quem confirma deve veri-

---

[50] Τῷ ἕτερον εἶναι αὐτοῖς τὸ εἶναι, lit. «por o ser, para eles, ser *uma coisa* distinta».

[51] Ὁ ἐπιστήμων, género masculino.

[52] Τὸ (género neutro) ἀμετάπειστον…

[53] Ὁ (género masculino) ἀμετάπειστος…

[54] Ἡ ἐπιστήμη (género feminino).

[55] Τὸ (género neutro) ἀμετάπειστον…

[56] Ἡ (género feminino) ἀμετάπειστος…

[57] Note-se a diferença entre um atributo «natural» e um atributo «permanente» (*i. e.*, que ocorre sempre): todo o homem é, quando nasce, naturalmente bípede, mas pode por acidente perder um, ou mesmo os dois pés, deixando, portanto, de ser bípede.

ficar se *o oponente* pretende apresentar como propriedade um atributo natural, e usa uma formulação linguística que vai nesse sentido, pois, a ser assim, a propriedade não pode ser rejeitada sob este ponto de vista. Por exemplo, quem apresenta como propriedade de «homem» ser um «animal capaz de conhecimento» pretende e consegue com a expressão usada referir uma propriedade que é um atributo natural; logo, a afirmação de que o «homem» é «um animal capaz de conhecimento» não poderá ser rejeitada como uma propriedade de «homem».

Também é tarefa difícil enunciar a propriedade daquelas coisas que, ou são referidas em função de outra coisa primeira, ou são elas próprias dadas como coisas primeiras. Se se enuncia uma propriedade *de uma coisa* referida *em função de outra coisa* primeira, então ela será válida também *como propriedade* da coisa primeira; se se enuncia *como propriedade* de uma coisa primeira, então também será válida *como primeira* de uma coisa que se refira em função daquela [58]. Por exemplo, se alguém apresentar como propriedade de «superfície» o facto de «ser colorida», então «ser colorido» também se predicará com verdade como propriedade de «corpo»; se se afirmar a «cor» como propriedade do «corpo», então poderemos também predicá-la da «superfície». Não se segue daqui, porém, que se prediquem com verdade o nome e o enunciado *da propriedade* de ambas as coisas *indiferentemente* [59].

Ocorre com frequência, em relação a muitas propriedades, o erro de não se distinguir claramente como, e a respeito de que coisas, se enuncia a propriedade. Todos procuram apresentar como propriedade, ou aquilo que é um atributo natural, por exemplo, no caso de «homem», o facto de ser «bípede»; ou um atributo casual, como, no caso de um homem qualquer, o facto

---

[58] Este período, mais do que tradução, é paráfrase do texto grego, dado que este é de uma tal concisão que uma versão mais literal seria praticamente incompreensível. De qualquer modo, só após a consideração dos exemplos é que se torna perfeitamente clara a intenção de Aristóteles.

[59] *I. e.,* o facto de tanto «corpo» como «superfície» (nomes) terem ambos a propriedade de «serem coloridos» (enunciado) não implica que «corpo» e «superfície» denotem uma e a mesma coisa.

de ter apenas quatro dedos; ou *a propriedade* da espécie, por exemplo, no caso do «fogo», o facto de ser «formado por partículas muito diminutas»; ou em termos absolutos, por exemplo a vida *como propriedade* do «ser vivo»; ou em função de alguma coisa outra, tal como a «prudência «*entendida* como propriedade da alma; ou a título de primazia, por exemplo a «prudência» entendida como «capacidade racional» [60]; ou a título de «situação num certo estado», por exemplo «ser imune a todo o argumento» entendido como propriedade do «homem sabedor» (já que o facto de «ser imune a todo o argumento» não é mais do que «encontrar-se alguém num determinado
134b estado»); ou como «posse de um determinado estado», | por exemplo, o «ser imune a todo o argumento» como propriedade do «saber»; ou a título de «propriedade partilhada», por exemplo «ser dotado de sensações» como propriedade de «animal» (pode dizer-se que há vários entes que têm sensações, como o «homem», mas têm-nas porque participam da propriedade de «animal»); ou a título de participação em algo, por exemplo, a «vida» *como propriedade* de todo o «ser vivo». Ao não acrescentar-se a expressão «por natureza» *à atribuição de um atributo* está a cometer-se um erro, porquanto é possível uma propriedade por natureza não se verificar num indivíduo de que é uma propriedade natural, por exemplo, no caso do «homem», *a propriedade* de ter dois pés [61]. *É erro também* não explicitar que *uma propriedade* é ocasional, porque pode ser que ela não se verifique sempre como se verifica num caso concreto, por exemplo, o facto de um homem ter quatro dedos. *É erro ainda* não indicar a quem se aplica *uma propriedade,* se a um sujeito primeiro, se *a um sujeito que é predicado* de alguma outra coisa, porque nem sempre o enunciado e o nome são válidos em simultâneo, como sucede com «ser colorido», *entendido* como propriedade

---

[60] A «capacidade racional (ou cognoscível)», τὸ λογιστικόν, uma das três partes da alma. Note-se a gradação: a «prudência» (τὸ φρόνιμον) é entendida não só como propriedade da alma, mas, mais ainda, como propriedade da «capacidade racional», a mais importante das três partes da alma.

[61] Cf. supra, n. 57.

de «superfície» ou de «corpo» [62]. *Erra ainda* quem não explicita previamente se a propriedade é de alguém que possui um estado, ou de um estado possuído por alguém, pois assim não estaremos perante uma propriedade. O que ocorrerá, de facto, é que, se se apresentar como propriedade um estado possuído por alguém, estaremos a atribuí-la também ao possuidor *desse estado*, se se apresentar como um estado que alguém possui, estaremos a atribuí-lo também ao estado possuído, por exemplo «ser imune a todo o argumento» postulado como propriedade tanto para «saber» como para «homem sabedor». *Erra ainda* quem não explicitar se se trata de *uma propriedade* de que um sujeito participa ou *de uma propriedade* que é partilhada, porquanto *uma tal propriedade* pertencerá a vários outros sujeitos: se se apresentar *como propriedade* algo que é partilhado, *ela ocorrerá nos outros indivíduos* que dela partilham, se como algo de que o sujeito partilha, ela ocorrerá *nas outras coisas* partilhadas pelo sujeito; por exemplo, se a propriedade de «estar vivo» se entende como pertencente a um certo «animal», ou ao «ser vivo», em geral. *Erra ainda* quem não distingue *a propriedade* como pertencente à espécie, porquanto a apresenta como propriedade de um só dos indivíduos abrangidos pelo termo a que se atribui essa propriedade; é o que sucede com os superlativos, que são propriedade de um só indivíduo, por exemplo, o «fogo», quando se diz que ele é «a mais leve das coisas». Por vezes também se erra quando se explicita uma só espécie, porquanto todos os termos que forem usados deverão pertencer a essa só e única espécie postulada, coisa que não se verifica em muitos casos, como, por exemplo, sucede com o «fogo». É que «fogo» não se inclui em uma única espécie: do ponto de vista da espécie, são coisas diferentes o «carvão em brasa», a «chama» e a «luminosidade», embora todas elas sejam *aspectos de* «fogo». Por este motivo é necessário que, quando se fala *da propriedade* de uma espécie, não se esteja a falar na realidade

---

[62] Como mostra o exemplo da propriedade «ser colorido», o erro consiste em não distinguir a sua aplicação fundamental a «corpo», e somente em função deste a sua aplicação também a «superfície», que não denota mais do que uma parte de «corpo».

de mais de uma espécie, pois isso pode ocasionar que a propriedade enunciada ocorra mais numas coisas e menos noutras, por exemplo, a propriedade atribuída ao fogo de ser «formado por partículas muito diminutas», dado que as partículas de que é formada a luz são mais diminutas do que as que formam o carvão em brasa, ou a chama. Ora isto não pode suceder, a menos que o nome possa ser «mais predicado» da coisa de que é «mais verdadeiro» o enunciado [63]; de outra maneira não se verificará que o enunciado e o nome se apliquem | ambos no
135a grau «mais». Acrescente-se a isto que o mesmo sucederá com a propriedade, tanto da coisa que a tem em termos absolutos, como da que a tem no mais alto grau de entre as que a têm em termos absolutos, por exemplo, *a propriedade* de o fogo ser «formado por partículas muito diminutas», dado que isto é propriedade também da «luz», só que as partículas da «luz» são mais diminutas ainda. Portanto, se o nosso oponente apresenta uma propriedade desta maneira, devemos contra-argumentar *segundo esta linha*, mas não devemos, por nossa parte, dar-lhe azo a que nos faça estas objecções; pelo contrário, assim que se falar de uma dada propriedade, devemos tratar imediatamente de definir o modo como essa propriedade é postulada.

Em seguida, quem refuta deve verificar se *o oponente* apresenta um dado termo como sendo propriedade de si mesmo, pois neste caso o que é dado como propriedade não é propriedade alguma. Toda a coisa, de facto, indica através do seu nome qual é a sua essência, mas o termo que indica a essência não é uma propriedade, e sim uma definição. Por exemplo, quem disser que «decoroso» [64] é propriedade de «belo» [65] está

---

[63] Clarificando: suponhamos o caso do elemento «fogo», em relação ao qual nos podemos referir através do nome («fogo») ou do enunciado («o ser formado pelas partículas mais diminutas»); como há várias espécies de «fogo» («brasa», «chama», «luz»), se empregarmos indiferentemente o nome e o enunciado, o resultado será a propriedade ser aplicada com mais verdade se usarmos o *nome* do que se usarmos *o enunciado,* ou vice-versa, o que é um resultado indesejável.

[64] Τὸ πρέπον («decente, conveniente, decoroso»).

[65] Τὸ καλόν («belo, bom, excelente»).

a apresentar uma coisa como propriedade de si mesma (já que «belo» e «decoroso» denotam a mesma coisa [66]), logo, «decoroso» não pode ser propriedade de «belo». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se, ainda que tenha formulado uma predicação convertível, não apresentou um termo como predicado de si mesmo, pois neste caso será propriedade mesmo o que se apresenta como não o sendo. Por exemplo, embora quem postular como propriedade do «animal» ser «uma substância [67] dotada de alma» não esteja a apresentar uma coisa como predicado de si mesma, está, no entanto, a formular uma predicação convertível, logo ser uma «substância dotada de alma» será uma propriedade de «animal».

Em seguida, no que respeita a coisas formadas por partes semelhantes, quem refuta deve verificar se aquilo que é propriedade do todo não é válido também em relação às partes, ou se o que é válido para uma parte não pode ser também predicado da totalidade, pois a ser assim o que se apresenta como propriedade não será propriedade nenhuma. Esta situação dá-se em vários casos: é possível que, a respeito de coisas formadas de partes semelhantes, alguém estabeleça uma propriedade dando umas vezes atenção ao todo, outras vezes generalizando ao todo aquilo que somente é predicado de uma parte. Em nenhum destes casos a propriedade estará correctamente enunciada. Exemplo de atenção dada ao todo ocorre quando alguém afirma como propriedade do mar ser «a maior quantidade de água salgada»: *ao fazê-lo,* está a referir-se a uma propriedade de um conjunto de partes semelhantes, mas a apresentar um atributo que não é válido para cada parte (pois este ou aquele «mar» *particular* não são «a maior quantidade de água salgada»), logo não pode tomar-se como propriedade de «mar» o ser «a maior quantidade de água salgada». Exemplo de dar atenção à parte ocorre quando alguém, dizendo que é propriedade do «ar» o «ser respirável», refere uma propriedade de um conjunto de partes semelhantes e válida para uma porção de ar determinada, mas

---

[66] Ταὐτὸν γάρ ἐστι τὸ καλὸν καὶ τὸ πρέπον, lit. «o belo e o decoroso são a mesma coisa».

[67] Οὐσία.

que já não é válida como propriedade do todo (uma vez que nem todo o ar é respirável); logo «ser respirável» não pode ser
135b considerado como propriedade do «ar». | Quem confirma, por outro lado, deve observar se *um atributo* é válido a respeito de cada uma das várias partes semelhantes e se é também *válido como* propriedade dessas *partes* em relação com o conjunto, porque neste caso será propriedade *do todo* mesmo o que não é apresentado como sua propriedade. Por exemplo, uma vez que é válido dizer-se a respeito de «toda a terra» que ela, por natureza, tende para baixo, e uma vez que isto é válido para qualquer porção de «terra», na medida em que é «terra», então será propriedade da «terra» tender, por natureza, para baixo.

6. Em seguida há que fazer a análise a partir dos *termos* opostos, começando em primeiro lugar pelos contrários. Quem refuta deve verificar se a propriedade de um *dos termos* contrários não é também um contrário, pois *neste caso* o contrário *do outro termo* contrário não será sua propriedade [68]. Por exemplo, dado que o contrário de «justiça» é «injustiça», e *que o contrário* de «o melhor bem» [69] é «o pior mal» [70], mas *dado também* que «o melhor bem» não é propriedade da «justiça», também «o pior mal» não poderá ser propriedade da «injustiça». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se a propriedade de um *dos termos* contrários é, de facto, um contrário, pois *nesse caso* o contrário *do outro termo* será sua propriedade. Por exemplo, dado que o contrário de «bem» [71] é «mal» [72], e *o contrário* de «desejável» [73] é «indesejável» [74], e dado que «desejável» é propriedade do «bem», então «indesejável» será propriedade do «mal».

---

[68] Recorde-se que, ao falar de opostos ou de contrários, temos de contar com *um par* de termos nessas condições, donde a necessidade de suprir na tradução a referência ao outro membro do par (referência que Arist. não precisa de fazer, porque o grego permite que tal referência seja facilmente subentendida).

[69] Τὸ βέλτιστον, lit. «a coisa melhor».

[70] Τὸ χείριστον, lit. «a coisa pior».

[71] Τὸ ἀγαθόν, lit. «a coisa boa».

[72] Τὸ κακόν, lit. «a coisa má».

[73] Τὸ αἱρετόν, lit. «a coisa desejável, aquilo que deve ser escolhido».

[74] Τὸ φευκτόν, lit. «a coisa indesejável, aquilo que deve ser evitado».

Em segundo lugar temos os termos relacionais [75]. Quem refuta deve verificar se um *dos termos* relacionais não tem como propriedade *outro termo* relacional, pois nesse caso o correlativo *do primeiro termo* não será propriedade do correlativo *do outro termo*. Por exemplo, «duplo» é termo relacional de «metade», «excedente» é termo relacional de «excedido» [76], mas como «excedente» não é propriedade de «duplo», «excedido» também não poderá ser propriedade de «metade». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se um *dos termos* relacionais tem como propriedade *outro termo* relacional, pois nesse caso o correlativo *do primeiro termo* será propriedade do correlativo *do outro termo*. Por exemplo, dado que se diz que *o termo* «duplo» se relaciona com «metade» e que *a proporção* «dois para um» se relaciona *com a proporção* «um para dois», e *tendo em conta* que a proporção «dois para um» é propriedade de «duplo», então também a proporção «um para dois» deverá ser propriedade de «metade».

Em terceiro lugar, quem refuta deve verificar se o que se afirma relativamente à «posse» *de um certo atributo* não é propriedade dessa «posse», pois *nesse caso também* o que se afirma relativamente à «privação» *de um certo atributo* [77] não será sua propriedade. Igualmente, se o que se afirma de uma coisa relativamente à «privação» não é sua propriedade, também o que se afirma de uma coisa relativamente à «posse» não será sua propriedade. Por exemplo, assim como não se diz que é pro-

---

[75] Τὰ πρός τι, lit. «as coisas que são relativas a algo». Note-se que também neste caso, tal como no dos termos contrários, temos de contar com um par de termos relacionados entre si.

[76] Τὸ ὑπερέχον «aquilo que excede» (particípio activo), τὸ ὑπερεχόμενον «aquilo que é excedido» (particípio passivo).

[77] Os termos opostos a que Arist. se refere neste passo são ἕξις «posse» e στέρησις «privação». Literalmente, ἕξις (do verbo ἔχω «ter, possuir») pode, de facto, significar «posse», mas é mais corrente traduzi-lo como «estado» (com base, *u. g.*, na expressão εὖ ἔχειν «estar bem», ou no lat. *habitus* «estado, maneira de ser», de *habere* «ter, possuir»). Assim, os termos ἕξις e στέρησις designariam a presença e a ausência, respectivamente, de um determinado estado. No entanto pareceu-nos que seria mais clara para um leitor de hoje a versão que elegemos: *posse/privação* de um determinado atributo ou (atendendo aos exemplos aduzidos por Arist.) de uma determinada faculdade (*u. g.*, de «ver», de «ouvir»).

priedade da «surdez» a «insensibilidade» [78], também não se dirá que é propriedade da audição a «sensibilidade» [79]. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se o que se afirma relativamente à «posse» é propriedade da «posse», pois se assim for também o que se afirma relativamente à «privação» será propriedade da «privação», e bem assim, se o que se afirma relativamente à «privação» é propriedade da «privação», então
136a também o que se afirma | relativamente à «posse» será propriedade da «posse». Por exemplo, dado que «ver» é propriedade da «vista», enquanto estamos dotados de visão, então «não ver» será propriedade da «cegueira», enquanto não estamos dotados da vista, embora por natureza o devêssemos estar.

Em seguida temos a argumentação que parte das afirmações e das negações [80], começando, *antes de mais, pela análise* destas *classes de* predicados. Este «lugar» é unicamente útil para quem refuta. Por exemplo, se a afirmação e o predicado atribuído afirmativamente são propriedade de uma dada coisa, então a negação e o predicado atribuído negativamente não serão propriedade dessa coisa. Se, *pelo contrário*, a negação e o predicado atribuído negativamente são propriedade da coisa, então nem a afirmação nem o predicado atribuído afirmativamente serão propriedade da coisa. Por exemplo, uma vez que *o predicado* «animado» [81] é propriedade de *todo* o «animal» [82], *o predicado* «não animado» [83] nunca poderá ser propriedade de «animal».

---

[78] Ἀναισθησία, lit. «ausência de sensação, incapacidade de sentir», cf. «anestesia».

[79] Αἰσθησις, lit. «sensação, sensibilidade, capacidade de sentir».

[80] Por «afirmação» (φάσις) e «negação» (ἀπόφασις) deverá entender-se, neste contexto, não, como é habitual, «enunciado (frase) afirmativo(a)» ou «negativo(a)», mas sim «termo afirmativo» (*u. g.*, «animado» ἔμψυχον, «que tem alma» e «termo negativo» (*u. g.*, «não-animado» μὴ ἔμψυχον, «que não tem alma»), cf. a observação de Sanmartín, p. 212, n. 92. A argumentação de Arist. gira à volta do problema de um termo afirmativo (*e. g.*, «homem») ser predicado de um outro termo afirmativo (*e. g.*, «animal»), ou de um termo negativo (*e. g.*, «não-homem») ser predicado de um outro termo negativo (*e. g.*, «não animado»), etc.

[81] Τὸ ἔμψυχον «o ente dotado de alma» (ψυχή).

[82] Τὸ ζῷον «animal, ser vivo».

[83] Τὸ μὴ ἔμψυχον «o ente não dotado de alma».

Em segundo lugar deve argumentar-se a partir das coisas que são ou não são predicadas, e dos sujeitos de que elas são ou não são predicadas. Quem refuta deve verificar se uma afirmação não é propriedade da outra afirmação [84], pois se o for, então a negação não pode ser propriedade da outra negação [85]. Por outro lado, se a negação não for propriedade da negação, também a afirmação não será propriedade da afirmação. Por exemplo, dado que «animado» não é propriedade de «homem», também «não-animado» não será propriedade de «não-homem»; e se, por outro lado, se verificar que «não-animado» não é propriedade de «não-homem», também «animado» não será propriedade de «homem». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se a afirmação é propriedade da afirmação, pois nesse caso também a negação será propriedade da negação [86]. E se, por outro lado, a negação for propriedade da negação, então a afirmação será propriedade da afirmação. Por exemplo, uma vez que «não-viver» é propriedade de «não-animado» [87], então «viver» seria propriedade do «animado»; e se se verificar que «viver» é propriedade de «animado», então o «não-viver» deverá considerar-se como propriedade de «não--animado».

Em terceiro lugar temos a argumentação a partir *da consideração* das *classes de* sujeitos. Quem refuta deve verificar se a propriedade postulada é propriedade do termo afirmativo [88], porque então essa *propriedade* não poderá ser propriedade do termo negativo. Por outro lado, se o predicado postulado for propriedade do termo negativo, não poderá ser propriedade do

---

[84] «Termo afirmativo», cf. supra, n. 80.

[85] «Termo negativo», cf. supra, n. 80. Sobre esta questão, v. Arist. *de inter.* (περὶ ἑρμενείας) 16a30-32, e o comentário de H. Weidemann, pp. 170-171.

[86] Tenha-se sempre presente, no que respeita a estas formulações, o que deixámos dito na n. 80.

[87] Τοῦ μὴ ζῴου, lit. «do não-animal» (ou: do «não-ser vivo»).

[88] No desenvolvimento que segue, e de acordo com o que ficou dito na n. 80, passamos a escrever «termo afirmativo» e «termo negativo» em vez de «afirmação» e «negação», que são a tradução literal dos vocábulos usados por Arist., φάσις e ἀπόφασις, respectivamente.

termo afirmativo. Por exemplo, uma vez que «ter-alma» é propriedade de «animado», «ter-alma» nunca poderá ser propriedade de «não-animado». Quem confirma, pelo contrário, deve verificar se o *predicado* postulado *como tal* não é propriedade do termo afirmativo, pois nesse caso sê-lo-á do termo negativo. Mas este lugar é enganador, porque um termo afirmativo nunca pode ser propriedade de um termo negativo, nem um termo negativo *ser propriedade* de um termo afirmativo, por-
136b quanto, por um lado, um termo afirmativo | nunca pode ser predicado de um termo negativo, ao passo que, por outro lado, um termo negativo pode ser predicado de um termo afirmativo, mas não a título de propriedade [89].

Em seguida *temos a argumentação* a partir *de duas séries de termos opostos* resultantes de divisão. Quem refuta deve verificar se, de entre os termos opostos *de uma série*, nenhum há que seja propriedade de algum dos *opostos da outra série*, pois a ser assim o termo em questão não será propriedade daquele *sujeito* de que se postula ser propriedade. Por exemplo, dado que «ente animado sensível» [90] não é propriedade de nenhum de entre os outros entes «animados», então «ente animado intelegível» [91] não poderá ser propriedade de «deus». Quem confirma deve verificar se, de entre os restantes opostos *de uma série* resultando da divisão, há algum que seja propriedade de cada um dos opostos *da outra série*, pois a ser assim o termo

---

[89] Por exemplo, um termo afirmativo como «animado» não pode ser *propriedade* de um termo negativo como «não-homem», e um termo negativo como «não-animado» não pode ser *propriedade* de um termo afirmativo como «homem»; por outro lado, se um termo afirmativo como «animado» não pode ser *predicado* de um termo negativo como «não-homem», já um termo negativo como «não-bípede» pode ser *predicado*, mas não pode ser *propriedade* de um termo afirmativo como «animado», ou «animal», dada a existência de alguns animais bípedes (o homem, as aves) a par de outros que são «não-bípedes».

[90] «Sensível», *i. e.*, objecto de conhecimento por via sensorial.

[91] *I. e.*, «objecto de conhecimento por via intelegível». Se tivermos como resultado de uma divisão os termos opostos *deus* ↔ *os outros entes animados*, e como resultado de outra divisão os termos *ente sensível* ↔ *ente inteligível*, para que este termo seja propriedade de *deus*, será necessário que *ente sensível* seja propriedade de algum dos *outros entes animados*.

restante seria propriedade daquele sujeito de que não se postula ele ser propriedade. Por exemplo, dado que é propriedade da «prudência» [92] «ser uma virtude, por natureza, característica da parte racional [93] *da alma*», então, se considerássemos individualmente cada uma das outras virtudes, veríamos que seria propriedade da «moderação» [94] «ser uma virtude, por natureza, característica da parte concupiscível *da alma*» [95].

7. Em seguida temos a argumentação a partir das flexões [96]. Quem refuta deve verificar se *o termo* numa *dada* flexão não é propriedade *do termo de mesmo radical* em outra flexão, pois *neste caso a base* de uma flexão não seria propriedade da outra flexão. Por exemplo, dado que «belamente» não é propriedade de «justamente», então também «belo» não será propriedade de «justo» [97]. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se uma flexão é uma propriedade de outra *flexão*, pois a ser assim a base da primeira será propriedade da base da outra [98]. Por exemplo, uma vez que é propriedade «do homem» [99] ser um «bípede terrestre», então poderia dizer-se *também* que essa propriedade existe tanto «para o homem» [100] como «para o bípede terrestre» [101]. Em relação ao termo que

---

[92] Φρόνησις.

[93] Τὸ λογιστικόν.

[94] Σωφροσύνη.

[95] Τὸ ἐπιθυμητικόν.

[96] Já assinalámos em outros passos o alcance mais vasto que tem para Arist. o termo πτώσεις (lit., no seu uso estritamente linguístico, os «casos» da flexão nominal).

[97] Καλῶς/δικαίως ↔ καλόν/δίκαιον. Se considerarmos um par de flexões καλόν/καλῶς e outro par δίκαιον/δικαίως, se καλῶς (acto belo) não é propriedade de δικαίως (acto justo), também o que é «belo» (καλόν) não será propriedade do «justo» (δίκαιον).

[98] Cf. n. precedente.

[99] Τοῦ ἀνθρώπου (genitivo).

[100] Τῷ ἀνθρώπῳ (dativo).

[101] Πεζῷ δίποδι (igualmente no dativo). Esta linguagem assaz retorcida visa simplesmente a afirmar que, se um determinado atributo é propriedade de um determinado termo, não deixará de o ser se tanto o atributo como o termo a que se refere forem declinados em outro caso qualquer.

está a ser objecto de discussão, há que observá-lo no que toca não apenas às suas flexões, mas também *às flexões* dos seus opostos, conforme já tivemos ocasião de dizer a propósito de outros lugares anteriores [102]. Quem refuta deve verificar se a flexão de um oposto não é uma propriedade de uma flexão do outro oposto, pois a ser assim a flexão do oposto não poderia ser propriedade da flexão do outro oposto. Por exemplo, se «bem» não é propriedade de «justamente», então também «mal» não poderá ser propriedade de «injustamente» [103]. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se a flexão de um oposto é propriedade de outra flexão desse oposto, pois a ser assim a flexão do oposto *do primeiro* será propriedade da flexão do oposto *do segundo*. Por exemplo, dado que «óptimo» é propriedade de «bom», também «péssimo» será propriedade de «mau» [104].

Em seguida temos a argumentação a partir daquelas coisas que se comportam de maneira similar. Quem refuta deve verificar se uma coisa que se comporta de modo semelhante *a outra* não é propriedade da coisa que se comporta semelhantemente a ela, pois a ser assim essa coisa de comportamento semelhante não seria propriedade da coisa que se comporta semelhantemente a ela. Por exemplo, dado que o construtor se comporta em relação à edificação de uma casa de forma semelhante ao médico em relação à obtenção da saúde, mas que não
137a é propriedade do médico a obtenção da saúde, | então também não será propriedade do construtor a edificação de uma casa. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se a coisa que tem comportamento semelhante *a outra* é propriedade dessa *outra* coisa que se comporta semelhantemente à primeira, pelo que, neste caso, essa tal coisa de comportamento semelhante será propriedade da *outra* coisa de comportamento semelhante.

---

[102] Cf. 114b6 e segs.

[103] Note-se que em grego estes quatro advérbios (ἀγαθῶς, δικαίως, κακῶς, ἀδίκως = bem, justamente, mal, injustamente) oferecem um paralelismo morfológico que não se verifica em português.

[104] Τὸ βέλτιστον «óptimo, o melhor» é superlativo de «bom» (τοῦ ἀγαθοῦ), tal como τὸ χείριστον «péssimo, o pior» é superlativo de «mau» (τοῦ κακοῦ).

Por exemplo, dado que têm um comportamento semelhante o médico em relação à obtenção da saúde e o treinador [105] em relação à obtenção de boa forma física [106], e dado que é propriedade do treinador a obtenção da boa forma física, então também será propriedade do médico a obtenção da saúde [107].

Em seguida temos a argumentação a partir daquelas coisas que se comportam de maneira idêntica. Quem refuta deve verificar se uma das coisas que se comportam de maneira idêntica não é propriedade da outra coisa que se comporta de maneira idêntica, pois, a ser assim, uma das coisas que se comportam de maneira idêntica não será propriedade da outra das coisas que se comportam de maneira idêntica. Mas se uma das coisas que se comportam de maneira idêntica é propriedade da outra coisa que se comporta de maneira idêntica, então a propriedade não pertencerá à coisa de que se postulou ela ser propriedade. Por exemplo, dado que é idêntico o comportamento da «prudência» tanto em relação ao «bem» como em relação ao «mal» [108], isto é, que ela é igualmente o saber tanto de um como do outro, e dado que não é propriedade da «prudência» ser o saber do «bem», então também não será propriedade da «prudência» ser o saber do «mal». [Se é propriedade da prudência ser o saber do bem, não será propriedade dela

---

[105] Γυμναστής (cf. port. «ginasta»).

[106] Εὐεξίας.

[107] Como sucede em outras circunstâncias ao longo deste desenvolvimento, o raciocínio de Arist. parece entrar aqui em contradição: na argumentação destinada a refutar declara «não ser propriedade do médico a obtenção da saúde», enquanto na argumentação destinada a confirmar declara «que é propriedade do médico a obtenção da saúde». Na realidade, a aparente contradição deriva do contexto dialéctico em que nos encontramos, no qual as proposições usadas no debate não são verdadeiras nem falsas, mas apenas plausíveis (ἔνδοξοι) ou não plausíveis (μὴ ἔνδοξοι), *i. e.*, aceitáveis ou não pelos participantes no debate. Logo, uma mesma proposição (*u. g.*, «ser propriedade do médico a obtenção da saúde») poderá ser tomada como aceitável num debate (e, portanto, também é aceitável «ser propriedade do treinador a obtenção da boa forma física»), mas não aceitável num outro debate (o que implica não ser também aceitável que «é propriedade do construtor a edificação de uma casa»).

[108] Ou: «tanto em relação ao «belo» como em relação ao «feio».

ser o saber do mal, uma vez que é impossível a mesma propriedade pertencer a várias coisas distintas.] [109] Para quem confirma, por outro lado, este lugar não tem nenhuma utilidade, pois em relação a coisas com idêntico comportamento *o que se passa na prática* é a comparação de uma só coisa com várias.

Em seguida, quem refuta deve verificar se o que se predica *de uma coisa* quanto ao ser não é propriedade da coisa que foi denominada quanto ao ser [110], pois neste caso também o «cessar de ser» [111] não será propriedade *da coisa denominada* quanto ao «cessar de ser», nem o «passar a ser» [112] será propriedade *da coisa denominada* quanto ao «passar a ser». Por exemplo, admitindo-se que «ser animado» não é propriedade de «homem», também «passar a ser animado» não será propriedade de «passar a ser homem», nem «cessar de ser animado» será propriedade de «cessar de ser homem». Deve fazer-se quando se parte do «passar a ser» para o «ser» e o «cessar de ser», ou quando se parte do «cessar de ser» para o «ser» e o «passar a ser», o mesmo raciocínio que acabámos de fazer ao partir do «ser» para o «passar a ser» e o «cessar de ser». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se é propriedade do sujeito denominado segundo o «ser» [113] o predicado que lhe é atribuído

---

[109] A formulação de Arist. quanto a este «lugar» é razoavelmente pouco clara, dado que parece entrar em linha de conta com dois termos (dois sujeitos) que têm um comportamente idêntico relativamente um ao outro. Na realidade, como o exemplo da «prudência» vem esclarecer, a comparação faz-se entre um predicado (*e. g.*, a «prudência») que pode ser atribuído de forma idêntica a dois sujeitos («saber do bem»/«saber do mal»): neste caso, se «prudência» for predicado do «saber do bem», não poderá ser propriedade do «saber do mal», e reciprocamente. O texto entre parênteses rectos é considerado por Ross como *manifeste corruptum;* para o substituir, Ross propõe um outro texto cuja tradução é a seguinte: «se é propriedade da 'prudência' ser o 'saber do bem', não poderá ser propriedade de nenhuma outra virtude ser o 'saber do mal', uma vez que é impossível o mesmo *atributo* ser propriedade de várias coisas *diferentes*».

[110] «Quanto ao ser»: κατὰ τὸ εἶναι.

[111] «Cessar de ser»: φθείρεσθαι (lit. «ser destruído»).

[112] «Passar a ser»: γίνεσθαι («nascer», «passar a existir», «tornar-se»).

[113] Τοῦ κατὰ τὸ εἶναι τεταγμένου, lit., «da coisa estabelecida (disposta, ordenada) segundo o ser».

«segundo o ser»; neste caso, também o «predicado segundo o passar a ser» será propriedade da coisa que se diz «passar a ser», e também o que for predicado segundo o «cessar de ser» será estabelecido de forma idêntica. Por exemplo, aceitando como propriedade de «homem» o *facto de* «ser mortal», também será propriedade de «passar a ser homem» o «passar a ser mortal», e será propriedade de «cessar de ser homem» o «cessar de ser mortal». O mesmo raciocínio deve empregar-se | quando 137b
se parte do «passar a ser» e do «cessar de ser» para o «ser», e para as consequências daqui derivadas, conforme dissemos acerca da argumentação para refutar.

Em seguida há que tomar em consideração a «ideia» [114] do sujeito *em discussão*. Quem refuta deve verificar se *a propriedade* não se aplica à «ideia», ou não se lhe aplica em virtude do factor que levou a estabelecer a propriedade; neste caso, o que se apresenta como sendo propriedade não será propriedade alguma. Por exemplo, dado que ao «homem ideal» [115] não se aplica o predicado de «estar em repouso» enquanto «homem» [116], mas sim enquanto «ideia de homem», segue-se que «estar em repouso» não pode ser considerado uma propriedade de «homem» [117]. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se *a propriedade* se aplica à «ideia», ou se se lhe aplica por aquele mesmo factor que faz que se diga que o *predicado* estabelecido não é propriedade da coisa, pois neste caso será propriedade o que se diz não ser propriedade. Por exemplo, dado que o «animal ideal» tem como predicado *o facto* de ser «composto de alma e de corpo», e se este *predicado* se lhe aplica enquanto «animal», então será propriedade de «animal» o ser «composto de alma e de corpo».

---

[114] Em sentido platónico, *i. e.,* a «Forma», conforme ao uso actual; no texto mantemos o termo «ideia» para acompanhar a forma usada por Arist., ἰδέα.

[115] Αὐτοάνθρωπος «o homem em si, a 'Forma' de homem».

[116] *I. e.,* enquanto homem real, concreto.

[117] Ou seja, na «ideia» de homem cabe tudo quanto possa ser dito de «homem», sem que por isso esses atributos possíveis devam ser considerados como propriedade (em sentido aristotélico).

8. Em seguida temos a argumentação a partir das noções de «mais» e de «menos». Em primeiro lugar, quem refuta deve verificar se *o predicado no grau* «mais» não é propriedade *de um sujeito* no grau «mais», pois neste caso também *o predicado no grau* «menos» não é propriedade *do sujeito no grau* «menos», nem *o predicado no grau* «o menos» *é propriedade do sujeito no grau* «o menos», nem *o predicado no grau* «o mais» *é propriedade do sujeito no grau* «o mais», nem *o predicado no grau* «em absoluto» *é propriedade do sujeito no grau* «em absoluto» [118].

Por exemplo, dado que «ser mais colorido» não é propriedade do que é «mais corpo», também «ser menos colorido» não será propriedade do que é «menos corpo», nem «ser colorido» será propriedade de «corpo», em geral. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se «mais» é propriedade de «mais» [119], pois neste caso também «menos» será propriedade de «menos», «o menos» *sê-lo-á* de «o menos», «o mais» de «o mais» e «em absoluto» de «em absoluto». Por exemplo, dado que é propriedade de «ter mais vida» o *facto de* «ter mais sentidos» [120], também o «ter menos sentidos» é propriedade do «ter menos vida», e o mesmo se passa com «o mais» em relação a «o mais», «o menos» em relação a «o menos», e «em absoluto» em relação a «em absoluto».

---

[118] Neste período, Arist. utiliza apenas as formas adverbiais μᾶλλον («mais», comparativo de superioridade), ἧττον («menos», comparativo de inferioridade), ἥκιστα («o menos», superlativo relativo de inferioridade), μάλιστα («o mais», superlativo relativo de superioridade), e ἁπλῶς («em absoluto», *i. e.*, sem gradação). O carácter sintético da língua grega, multiplicado pelo estilo elíptico de Arist. no presente livro, obriga o tradutor, se quiser produzir um texto inteligível, a recorrer a numerosos subentendidos. A tradução literal deste passo daria este resultado: «Em primeiro lugar quem refuta *deve verificar* se 'mais' não é propriedade de 'mais', porque então 'menos' não será propriedade de 'menos', nem 'o menos' de 'o menos', nem 'o mais' de 'o mais', nem 'absolutamente' de 'absolutamente'!»

[119] Dado o esclarecimento da nota precedente, o tradutor permite-se o direito a fazer, a partir daqui, a tradução (quase) literal do texto aristotélico.

[120] Entenda-se, os seres vivos superiores têm mais capacidades sensoriais do que os seres vivos inferiores, e por isso a sua vida também é superior qualitativamente.

Deve atentar-se na noção de «em absoluto» sob os mesmos pontos de vista. Quem refuta *deve verificar* se *um termo* «em absoluto» não é propriedade de *outro termo* «em absoluto», pois neste caso também «mais» não será propriedade de «mais», nem «menos» de «menos», nem «o mais» de «o mais», nem «o menos» de «o menos». Por exemplo, dado que «virtuoso» [121] não é uma propriedade de «homem», também «mais virtuoso» não será propriedade de «mais homem». Quem confirma, por outro lado, *deve verificar* se «em absoluto» é propriedade de «em absoluto», pois neste caso também «mais» será propriedade de «mais», «menos» *será propriedade de* «menos», *e bem assim* «o menos» de «o menos» e «o mais» de «o mais». Por exemplo, dado que é propriedade do fogo o «tender por natureza a elevar-se no ar», então será propriedade de um «mais | de fogo» [122] uma «tendência por natureza a elevar-se mais no 138a
ar». O mesmo procedimento deve ser alargado à análise dos restantes graus e respectivas relações.

Em segundo lugar, quem refuta deve verificar se «mais» não é propriedade do que é «mais», pois a ser assim também «menos» não será propriedade do que é «menos». Por exemplo, admitindo que o «ter sensações» é «mais» propriedade do «animal» do que «saber» é propriedade do «homem», e dado que «ter sensações» não é propriedade do «animal», então «saber» *também* não será propriedade do «homem». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se «menos» é propriedade do que é «menos», pois a ser assim também «mais» será propriedade do que é «mais». Por exemplo, admitindo que «ser manso [123] por natureza» é «menos» propriedade de «homem» do que «viver» é propriedade de «animal», e dado que é propriedade de «homem» ser «manso por natureza», então «viver» será propriedade de «animal».

Em terceiro lugar, quem refuta deve verificar se *um atributo qualquer* não é propriedade da coisa de que é mais próprio, pois neste caso também não será propriedade da coisa de

---

[121] Σπουδαῖος: «nobre, honesto, moralmente superior».
[122] Entenda-se: de um fogo mais intenso.
[123] Ἥμερος.

que é menos próprio. Por exemplo, admitindo que «ser colorido» é mais propriedade de «superfície» do que de «corpo», e admitindo que não é propriedade de «superfície», então «ser colorido» não será propriedade de «corpo». Se se admitir que é propriedade de «superfície», nem por isso será propriedade de «corpo». Para quem confirma, porém, este lugar não tem qualquer utilidade, pois é impossível o mesmo atributo ser propriedade de várias coisas.

Em quarto lugar, quem refuta deve verificar se o que é «mais próprio» *de uma coisa* não é propriedade dela, pois neste caso também o que é «menos próprio» de uma coisa não será propriedade sua. Por exemplo, admitindo que «sensível» [124] é mais próprio de «animal» do que «divisível», e admitindo que «sensível» não é propriedade de «animal», então também «divisível» não será propriedade de «animal». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se o que é «menos próprio» de uma coisa é propriedade dessa coisa, pois neste caso também o «mais próprio» da coisa será propriedade dela. Por exemplo, admitindo que é «menos próprio» de «animal» o «sentir» do que o «viver», e dado que «sentir» é propriedade do «animal», então também «viver» será propriedade de «animal».

Temos em seguida *a argumentação* a partir *de atributos que ocorrem* no mesmo grau [125]. Em primeiro lugar, quem refuta deve verificar se um *atributo* que é próprio de uma coisa em grau semelhante *ao de outro atributo em relação a outra coisa* não é propriedade dessa coisa; neste caso também o que é próprio em grau semelhante não será propriedade da coisa de que é própria em grau semelhante *ao do outro atributo*. Por exemplo, admitindo que «desejar» [126] é próprio da parte concupiscível *da alma* [127] no

---

[124] *I. e.*, dotado de sensações, de capacidades sensoriais.

[125] Ὁμοίως, lit. «de forma semelhante». Note-se que também neste caso devemos contar com dois pares de termos: o atributo A está para o sujeito B de forma semelhante àquela em que o atributo X está para o sujeito Y.

[126] Ἐπιθυμεῖν «desejar, sentir desejo (de algo)».

[127] Τοῦ ἐπιθυμητικοῦ «do concupiscível».

mesmo grau [128] em que «raciocinar» [129] é próprio da parte racional *da alma* [130], e admitindo que «desejar» não é propriedade da parte concupiscível, então também «raciocinar» não será propriedade da parte racional. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se o que é próprio em grau semelhante é propriedade da coisa de que é próprio em grau semelhante [131], pois neste caso também o que é próprio em grau semelhante | será 138b
propriedade da coisa de que é próprio em grau semelhante. Por exemplo, admitindo que o primeiro atributo da parte racional é a «prudência» no mesmo grau em que o primeiro atributo da parte concupiscível é a «moderação», e admitindo que o primeiro atributo da parte racional é a «prudência», então o primeiro atributo da parte concupiscível será a «moderação».

Em segundo lugar, quem refuta deve verificar se o que é próprio em grau semelhante *de um dado sujeito* não é *outra* propriedade desse *mesmo* sujeito, pois nesse caso o *atributo* que é próprio em grau semelhante *do mesmo sujeito* não será *sua* propriedade [132]. Por exemplo, admitindo que são próprios do homem, em grau semelhante, tanto a «visão» [133] como a «audição» [134], e admitindo que a «visão» não é propriedade do homem, então também a «audição» não será propriedade do homem. Quem confirma, por outro lado, deve verificar se o que é, em grau semelhante, próprio de um sujeito é mesmo sua propriedade, pois neste caso também *o outro atributo* próprio em grau semelhante desse sujeito será, de facto, propriedade dele. Por exemplo, admitindo que é próprio da alma uma dada parte dela ser primacialmente sede do concupiscível em grau

---

[128] Ὁμοίως «de forma semelhante, semelhantemente».

[129] Λογίζεσθαι «pensar, raciocinar».

[130] Τοῦ λογιστικοῦ «do racional, da parte racional da alma».

[131] Nesta formulação concisa devemos ter presente a circunstância referida na n. 125.

[132] Conforme o exemplo aduzido tornará claro, o que está em causa neste «lugar» é o caso de *dois atributos* que são próprios ambos de *um mesmo sujeito* em grau semelhante, sem que por isso devam ser considerados como propriedade desse sujeito.

[133] Τὸ ὁρᾶν, lit. «o ver».

[134] Τὸ ἀκούειν, lit. «o ouvir».

semelhante ao que outra parte é primacialmente sede do racional, e admitindo que é próprio da alma uma parte dela ser primacialmente sede do concupiscível, então será propriedade da alma uma parte dela ser primacialmente sede do racional.

Em terceiro lugar, quem refuta deve verificar se o que é próprio de um dado sujeito em grau semelhante não é propriedade desse sujeito, pois neste caso o que é próprio de outro *sujeito* em grau semelhante não será propriedade deste outro sujeito [135]. Se, pelo contrário, for propriedade do primeiro *sujeito*, não o será do segundo. Por exemplo, admitindo que «queimar» é próprio, em grau semelhante, tanto da «chama» como da «brasa», e admitindo que «queimar» não é propriedade da «chama», então «queimar» também não será propriedade da «brasa». Se, pelo contrário, for propriedade da «chama», então não poderá ser propriedade da «brasa». Para quem confirma, este lugar não tem qualquer utilidade.

A diferença entre o argumento extraído de sujeitos que se comportam de maneira semelhante [136] e o extraído de sujeitos a que convêm atributos semelhantes [137] está em que no primeiro caso se procede por analogia, sem atender à conveniência ou não dos atributos, enquanto no segundo caso se procede a partir da comparação dos atributos convenientes.

9. Em seguida, quem refuta deve verificar se, ao atribuir uma propriedade em potência, *o oponente* não está a atribuir essa propriedade em potência a algo não existente [138], já que *um atributo* em potência não pode predicar-se de algo não existente. Logo, uma propriedade atribuída deste modo não pode ser propriedade. Por exemplo, quando alguém diz que é propriedade do «ar» o «ser respirável», está a atribuir uma propriedade em potência (porquanto «respirável» significa «susceptível de ser respirado»), mas está a atribuir uma pro-

---

[135] Cf. n. 125 e 132. Neste caso a questão gira à volta de *um mesmo atributo* poder ser próprio de *dois sujeitos* em grau semelhante.

[136] Cf. 136b33.

[137] Cf. 138a30.

[138] Μὴ ὄν.

priedade relativamente a algo não existente (porquanto o «ar» continua a ser «ar» mesmo que não exista nenhum ser vivo que o possa respirar; mas é óbvio que não pode haver respiração sem que haja um ser vivo *que respire*; por conseguinte, «respirável» não pode ser propriedade do «ar» mesmo quando não exista nenhum ser vivo capaz de o respirar), logo, ser «respirável» não pode ser tido como propriedade do «ar». | Quem confirma, por outro lado, deve verificar se, ao atribuir 139a
uma propriedade em potência, o está a fazer em relação a algo existente ou a algo não existente, caso essa potencialidade seja admissível em algo não existente; neste caso será propriedade mesmo o que se apresentou como não o sendo. Por exemplo, quando alguém afirma como propriedade do «ente» [139] a capacidade para «sofrer» ou para «fazer» *alguma coisa* [140], está a atribuir uma propriedade em potência, mas está a atribuí-la a algo existente (porquanto desde que exista um «ente», ele terá a capacidade de «sofrer» ou de «fazer» *alguma coisa*); por conseguinte, será propriedade do «ente» a capacidade de sofrer ou de fazer alguma acção.

Em seguida, quem refuta deve verificar se se atribui uma propriedade no grau superlativo [141], pois neste caso não será propriedade aquilo que se apresenta como sendo propriedade. Aos que apresentam uma propriedade nestas condições pode suceder que o nome sobre que foi construído o argumento deixe de corresponder à verdade, conquanto o enunciado explicativo se mantenha válido: de facto, *o atributo postulado como propriedade* poderá continuar a aplicar-se superlativamente a um outro ente qualquer, mesmo que o *sujeito inicial* desapareça, isto é, *esse atributo* poderá continuar a aplicar-se no superlativo, mas a um outro ente qualquer. Por exemplo, suponhamos que alguém postula como propriedade para «fogo» *o atributo* de ser «o mais ligeiro de todos os corpos»: se o «fogo» se extinguir continuará a haver um corpo qualquer *que tenha como atributo* ser «o mais ligeiro de todos *os corpos*».

---

[139] Τοῦ ὄντος.

[140] *I. e.*, para ser *objecto* ou *sujeito* de alguma acção.

[141] Ὑπερβολῇ, lit. «no mais alto grau, em excesso, hiperbolicamente».

Logo, «o mais ligeiro de todos os corpos» não poderá ser tido como propriedade do «fogo». Quem confirma, por outro lado, deve verificar se não se atribui uma propriedade superlativamente, pois a ser assim a propriedade em causa estará correctamente atribuída. Por exemplo, se alguém disser que é propriedade do «homem» ser «um animal manso por natureza», mas sem colocar esta propriedade no superlativo; neste caso estará a atribuir a propriedade de uma forma correcta.

Livro VI

1. O estudo das definições [1] comporta cinco partes. De facto, *pode ter de* demonstrar-se:

1) Que *o oponente* não fez verdadeiramente a extensão *semântica* do nome [2] coincidir com a do conceito [3] (a título de exemplo, a definição [4] de «homem» deve poder aplicar-se validamente [5] a todo e qualquer homem);
2) Que, conquanto *o sujeito* pertença a um género, *o oponente* não o incluiu num género, ou, pelo menos, não o incluiu no género adequado (porque o conceito a definir deve ser inserido no seu género, e devem ser-lhe aplicadas em seguida as diferenças específicas; é consensual que, das coisas objecto da definição, é o género que melhor indica qual a essência da coisa);
3) Que o conceito não é propriedade *do sujeito* (dado que, conforme atrás já foi dito [6], a definição deve ser uma propriedade *do sujeito*);

---

[1] Ὅρος.
[2] Ὄνομα.
[3] Λόγος.
[4] Ὁρισμός.
[5] Ἀληθεύεσθαι, lit. «ser dito com verdade».
[6] 101b19.

4) Que *o oponente*, embora satisfazendo todas as condições enumeradas, não deu uma definição, nem indicou a essência *do sujeito* a definir; finalmente,
5) Que, para além do que ficou dito, *o oponente*, embora apresentando uma definição, não apresentou a definição correcta.

Para verificar se não é verdade que coincidem no mesmo sujeito o nome e o conceito, devemos partir dos lugares relativos ao acidente, pois também quanto a esta matéria toda a
139b questão consiste em saber se algo é ou não é verdade. | Quando, *nomeadamente,* afirmamos que um acidente convém *ao sujeito*, dizemos que ele é verdadeiro; quando não convém, dizemos que não é verdadeiro. Se *o oponente* não inseriu *o sujeito* no género adequado, ou se o conceito *formulado* não é uma sua propriedade, é matéria a estudar a partir dos «lugares», já mencionados, relativos ao género e à propriedade.

Resta apenas analisar o caso em que *o oponente*, ou não apresentou uma definição, ou apresentou uma definição incorrecta [7]. A primeira coisa a fazer é verificar se ele definiu *o sujeito* de forma incorrecta. É mais fácil, de facto, fazer alguma coisa *de qualquer maneira* do que fazê-la correctamente; é óbvio, por conseguinte, que o erro ocorre com mais frequência nesta segunda hipótese [8], porquanto mais trabalhosa, e por isso o tratamento da matéria será mais fácil neste caso [9] do que no da primeira hipótese [10].

---

[7] Trata-se da quinta e última das partes enumeradas no início deste livro.

[8] *I. e.,* quando se tenta dar uma definição, há mais probabilidades de errar do que quando não se faz sequer uma tentativa de definir o sujeito da discussão.

[9] Ou seja, no caso de o oponente tentar uma definição ainda que incorrecta.

[10] *I. e.,* quando ele nem sequer tenta dar uma definição, terá de ser o outro participante a fazê-lo: ora é mais fácil mostrar a incorrecção de uma definição do oponente do que construirmos nós uma definição absolutamente impecável.

Há duas vertentes na falta de correcção ao definir. A primeira consiste no uso de linguagem difícil de interpretar (para que uma definição seja aceitável deve usar-se uma linguagem o mais fácil de interpretar possível, atendendo a que a definição tem por fim facilitar o conhecimento das coisas); a segunda consiste em empregar um enunciado mais longo do que o necessário, pois numa definição tudo quanto seja de mais é supérfluo. Por sua vez, cada uma destas vertentes admite diversas divisões.

2. Um «lugar» respeitante à linguagem pouco clara ocorre quando o enunciado comporta alguma homonímia [11], por exemplo, se se define «geração» [12] como «a passagem em direcção ao ser» [13], ou «saúde» como «equilíbrio entre o quente e o frio» [14]: tanto «passagem» como «equilíbrio» são palavras ambíguas, logo é incerto o que *o oponente* pretende dizer ao empregar palavras com mais do que um sentido. O mesmo se passa quando o sujeito a definir é um termo polissémico e *o oponente* não distingue *qual dos sentidos convém à definição;* assim permanece incerto o que é que ele está a definir, e isto permite que argumentemos sofisticamente que a definição dada não se adequa a todos os sentidos possíveis do termo *a definir*. Esta situação dá-se, sobretudo, quando a ambiguidade não é detectada. É possível, por outro lado, distinguir em quantos sentidos pode ser usado o termo presente na definição *dada pelo oponente* e construir um raciocínio de acordo com um deles; quando o enunciado não é explícito em relação a nenhum deles, é evidente que a definição apresentada não é adequada a nenhum sentido.

Outro «lugar» *consiste em verificar* se *o oponente* emprega alguma metáfora, por exemplo, se define «saber» como «uma coisa inabalável» [15], a «terra» como uma «ama» [16] ou a «sensa-

---

[11] *I. e.*, ambiguidade, polissemia.

[12] Γένεσις, lit. «nascimento».

[13] Ἀγωγὴ εἰς οὐσίαν, lit. «condução até à essência, ou à substância».

[14] Συμμετρία θερμῶν καὶ ψυχρῶν.

[15] Ἀμετάπτωτον.

[16] Τιθήνη «ama de leite».

tez» como uma «sinfonia» [17], porque tudo quanto se diga por meio de metáforas é obscuro. O emprego de metáforas *por um dos adversários* permite *ao outro* argumentar falaciosamente como se ele tivesse empregado as palavras no sentido próprio; ora *a linguagem metafórica* não é adequada *à definição,* como sucede com «sensatez», dado que a palavra «sinfonia» se emprega sempre em relação a sons. Além disso, se «sinfonia» fosse o
140a género de «sensatez» sucederia que o mesmo conceito | pertencia a dois géneros que não se contêm reciprocamente, porque nem «sinfonia» inclui em si «virtude», nem «virtude» contém em si «sinfonia» [18].

Também *se deve verificar* se *o oponente* usa as palavras em algum sentido não usual, como faz Platão ao referir-se ao «olho» como «aquilo que é escurecido pelas sobrancelhas», à «tarântula» como «o que torna podre tudo quanto morde», ou à «medula» como o que «nasce dos ossos». Tudo quanto não seja o uso habitual torna obscura a linguagem.

Em certos casos a obscuridade não resulta nem da homonímia, nem do uso metafórico, nem do emprego em sentido próprio, por exemplo, *quando se diz* que a lei é a «medida» ou a «imagem» de tudo «quanto é naturalmente justo» [19]. Estes casos ainda são menos claros do que as metáforas. De facto, a metáfora torna, de alguma forma, conhecido o que pretende significar devido ao emprego de uma similitude (toda a gente que cria metáforas fá-lo por recurso a alguma semelhança *entre duas coisas que se comparam*), ao passo que os casos acima referidos não tornam claro *o que pretendem,* porquanto nem existe nenhuma similitude em virtude da qual a lei seja uma «medida» ou uma «imagem», nem habitualmente *se fala da lei* nestes termos. Por conseguinte, se é em sentido próprio que alguém diz que a lei é «medida» ou «imagem», isto é falso

---

[17] Συμφωνία, lit. «junção harmónica de sons, consonância, acorde».

[18] Por outras palavras, «sensatez» pertenceria a dois géneros, «sinfonia» e «virtude», que em nada se relacionam um com o outro, dado que um respeita à moral e o outro à acústica.

[19] Τῶν φύσει δικαίων, lit. «das coisas justas por natureza»; também não seria inexacto empregar na tradução o sintagma «direito natural».

(porque «imagem» é algo cuja génese está na «imitação» [20], coisa que não se verifica no caso da «lei»); se não é em sentido próprio, é evidente que a linguagem usada é obscura, pior mesmo de entender do que qualquer metáfora.

Importa também verificar os casos em que a definição do *termo* contrário *ao que é definido* não resulta com clareza do enunciado: quem define de forma correcta está *ao mesmo tempo* a definir os contrários *do que define*. Ou *verificar* também se uma definição, por si só, não indica claramente que coisa define, à maneira das antigas pinturas em que não é perceptível o que cada figura representa se não estiver lá escrito *o nome da personagem*.

3. Em suma, é a partir dos «lugares» referidos que deve investigar-se a obscuridade da linguagem nas definições *dadas pelo oponente*. Se, por outro lado, a definição é demasiado extensa, em primeiro lugar há que ver se *o oponente* menciona algum atributo comum a todas as coisas, isto é, ou globalmente a todos os entes, ou aos que estão contidos no mesmo género que o sujeito da definição, pois, se for este o caso, ela terá necessariamente uma abrangência excessiva. Na realidade, cada sujeito deve ser distinguido pelo seu género de todos os *sujeitos contidos nos* outros géneros, e pela sua diferença específica de todos os outros *sujeitos* pertencentes ao mesmo género. Ora o que é atributo de todos os entes pura e simplesmente não distingue *o sujeito em causa* dos outros; e o atributo de todos *os sujeitos* pertencentes ao mesmo género não distingue *o sujeito em causa* dos outros do mesmo género; logo, qualquer *atributo deste tipo* que se acrescente é *claramente* inútil.

Deve também *verificar-se* se *o atributo* acrescentado é próprio *do sujeito*, mas se, retirado ele, o que resta do enunciado *ainda* é próprio *do sujeito* e remete para a sua essência [21]. Por exemplo, na definição [22] de «homem» é supérfluo acrescentar «capaz de conhecimento», dado que, se eliminarmos este acrés-

---

[20] Μίμησις.
[21] Οὐσία.
[22] Ou «conceito» (λόγῳ).

cimo, o resto do enunciado é próprio e remete para a essência.
140b Numa palavra, diz-se supérfluo tudo quanto, | se for retirado, em nada altera a explicitação do sujeito da definição. Exemplo disto é a definição de «alma», se *de facto* esta é «o número que se move a si mesmo» [23], uma vez que, segundo a definição de Platão, a alma é «aquilo que se move a si mesmo» [24]. Ou então o enunciado acima é uma propriedade *da alma* mas, caso se suprima o termo «número», deixa de remeter para a sua essência. É difícil de decidir qual das duas situações é mais plausível; em todos os casos deste tipo a decisão a adoptar deve resultar do que for vantajoso *para o debate.* Por exemplo, tomemos como definição de «fleuma» [25] *a expressão* «o primeiro líquido não digerido resultante dos alimentos». Ora o que é «primeiro» é uno, não múltiplo, logo é supérfluo acrescentar «não digerido», pois se se eliminar esta expressão o que resta *do enunciado* é apropriado como definição, porquanto não é possível que dos alimentos resulte, não só este *humor,* mas ainda um outro que também seja «primeiro». Outra hipótese é a «fleuma» não ser «o primeiro humor resultante dos alimentos», mas sim o primeiro «dos não digeridos», pelo que «não digerido» deveria ser acrescentado à definição (pois o enunciado na sua primeira formulação não será verdadeiro se *o humor em questão* não for o primeiro de todos *os líquidos resultantes dos alimentos*).

Deve verificar-se também se algum *dos atributos* contidos na definição não se verifica em todas as coisas englobadas na mesma espécie; uma definição nestes termos é pior do que as que empregam atributos de aplicação universal. Da primeira maneira, se o resto do enunciado for apropriado, então também o enunciado total será apropriado, pois se for acrescentado algum *atributo* verídico à propriedade do sujeito, o total da definição *também* será apropriado. Se, pelo contrário, algum

---

[23] Arist., *de an.* 404b29: alguns filósofos afirmam «que a alma é um número que se move a si mesmo» (τὴν ψυχὴν ἀριθμὸν κινοῦνθ᾽ ἑαυτόν).

[24] Platão, *Phaedr.* 245e.

[25] Φλέγμα, um dos quatro «humores» que circulavam pelo corpo humano.

elemento contido no enunciado não for aplicável a todos os sujeitos englobados na mesma espécie, é impossível o enunciado total ser apropriado, porquanto *assim* a predicação não será convertível. Por exemplo, a definição «ser animado, terrestre, bípede, com quatro côvados *de altura*» [26]. É claro que esta expressão não é convertível com o sujeito [27], uma vez que *o atributo* «com quatro côvados *de* altura» não se aplica a todos os membros da mesma espécie.

Deve verificar-se também se o *oponente* não dá uma *definição* pleonástica, dizendo por exemplo que «desejo» é «apetite de algo agradável»; ora, todo o «desejo» *tem por objecto* alguma coisa agradável, ou seja, a noção de «agradável» já está contida na noção de «desejo». A definição acima seria, portanto, equivalente a dizer que «desejo» é o «apetite-de-algo-agradável de algo agradável» [28]; não há diferença alguma entre empregar «desejo» ou «apetite de algo agradável», porquanto ambas *as expressões* têm por objecto a obtenção de algo agradável. É possível, no entanto, que uma expressão destas não seja absurda. De facto, o «homem» é «bípede», logo, *uma expressão* que signifique o mesmo que «homem» também terá *como atributo* «bípede»; ora, «animal terrestre bípede» significa o mesmo que «homem», logo, «animal-terrestre-bípede» *também será* «bípede», sem que daqui resulte nada de absurdo: «bípede» não é predicado de «animal terrestre» (pois neste caso «bípede» seria predicado duas vezes do mesmo sujeito); «bípede» é predicado de «animal-terrestre-bípede», | logo, *o atributo* bípede» está a ser 141a
predicado apenas uma vez [29]. O mesmo se verifica a respeito de «desejo»: não é, de facto, apenas de «apetite» que se predica *como objecto* «algo de agradável», mas sim do sintagma completo, e assim a predicação pode entender-se como sendo feita

---

[26] *I. e.,* mais ou menos 1,70 m.

[27] *I. e.,* «homem».

[28] Em grego ficaria ὄρεξις+ἡδέος ἡδέος «[apetite do agradável] (do agradável), daqui a redundância.

[29] Tentemos uma representação formal deste raciocínio. Façamos X = «homem» e Y = «animal terrestre bípede». Atendendo a que X = Y, será lícito dizer, quer «X é bípede», quer «Y é bípede», logo, «bípede» é predicado apenas uma vez do respectivo sujeito.

apenas uma vez [30]. É que o absurdo não está em pronunciar duas vezes a mesma palavra, mas sim em atribuir um mesmo predicado a alguma coisa por mais do que uma vez, como fez, por exemplo, Xenócrates ao definir «prudência» como uma atitude «definitória e contemplativa» [31] das coisas que existem, porquanto uma atitude «definitória» é, de certo modo, uma atitude «contemplativa», logo, ao acrescentar o adjectivo «contemplativa» ele não fez mais do que dizer duas vezes o mesmo. A mesma coisa se passa quando alguns definem «resfriamento» como «privação do calor natural [32]», dado que toda a privação é sempre do que é natural, logo é supérfluo acrescentar «natural»; bastará dizer «privação do calor», uma vez que só por si o vocábulo «privação» já implica que se trata de algo «natural».

Deve verificar-se também se *o oponente*, após uma definição em termos universais, acrescenta que ela é válida igualmente para o particular, por exemplo, se definir «equidade» [33] como uma «restrição do que é conveniente e é justo»; ora o que é «justo» é sempre «conveniente», logo está contido na definição de «conveniente». É, portanto, supérfluo *acrescentar* «justo», já que *fazê-lo equivale* a dizer *a proposição* particular como *adição* à universal. O mesmo sucederia com a definição de «medicina» como sendo a «ciência do que é saudável para homens e animais», ou de «lei» como a «imagem do que é por natureza bom e justo»: como o «justo» é algo de «bom», a definição acima dada é redundante.

---

[30] O raciocínio é idêntico: X = «desejo», Y = «apetite de algo agradável». Como X = Y, é lícito dizer quer «X tem por objecto algo de agradável», quer «Y tem por objecto algo de agradável», pelo que também neste caso o atributo «ter por objecto algo de agradável» seria predicado uma única vez.

[31] Ὁριστικὴ καὶ θεωρητική.

[32] Στέρησις τοῦ κατὰ φύσιν θερμοῦ, lit. «privação do calor segundo a natureza».

[33] Ἐπιείκεια, na sua conotação jurídica, corresponde ao lat. *aequitas* «equidade» (em oposição à aplicação estrita da lei). Note-se, no entanto, que Boécio, na sua tradução latina, preferiu verter o termo grego por *clementia,* talvez inspirado pelo passo de Plutarco, *Caesar,* 57, 4, em que este se refere è edificação de um templo em honra da Clemência de Júlio César.

4. *Em suma,* se *o oponente* construiu correctamente ou não a sua definição, é questão a analisar pelos meios acima vistos, ou outros semelhantes; para ver se ele estabeleceu e definiu a essência do sujeito [34], ou não, há que *recorrer* aos métodos *que se seguem*.

Em primeiro lugar, *deve verificar-se* se a definição não foi construída a partir de noções prévias e mais bem conhecidas. Uma vez que uma definição tem por finalidade esclarecer o sentido de um dado termo, e como não ficamos a conhecer *esse sentido* a partir de palavras ao acaso, mas sim a partir de noções prévias e mais bem conhecidas, como sucede nas demonstrações (assim procede, de facto, todo o ensino e toda a aprendizagem), é claro que quem não constrói a definição a partir de tais *noções* não está a definir coisa alguma. De outra maneira haveria múltiplas definições para o mesmo sujeito: é evidente que quem parte de noções prévias e mais bem conhecidas está a definir melhor, pelo que ambas as definições [35] seriam referentes à mesma coisa. Não parece, contudo, que *esta opinião* seja aceitável: para cada coisa existente há apenas uma essência que lhe é própria; por conseguinte, havendo várias definições para o mesmo sujeito, a essência da coisa a definir seria aquela que é indicada por cada uma das definições; | mas como 141b
as várias definições são diferentes, as coisas definidas teriam de ser também elas diferentes. Logo, é evidente que quem não define a partir de noções prévias e mais conhecidas não está a definir coisa alguma.

Não apresentar uma definição a partir de termos mais conhecidos pode entender-se de duas maneiras: ou *o oponente* emprega termos em geral menos conhecidos, ou termos menos conhecidos para nós; ambos os casos são possíveis. Em geral, é mais conhecido o que é anterior do que o que é posterior, por exemplo, o ponto *relativamente* à linha, a linha *relativamente* à superfície, a superfície *relativamente* ao sólido, tal como sucede com a unidade *relativamente* ao número, dado que ela é ante-

---

[34] Τὸ τί ἦν εἶναι.

[35] *I. e.,* a definição que se baseia em termos pouco rigorosos, e aquela que assenta em «noções prévias e mais bem conhecidas».

rior, e é o princípio de todo o número. O mesmo se passa com a letra em relação à sílaba. Por vezes, todavia, sucede-nos o contrário: o sólido afecta mais imediatamente os nossos sentidos, e *também* a superfície os desperta mais do que a linha, ou a linha mais do que o ponto [36]. A maioria das pessoas apreende *estas noções* por esta sequência, mais fácil de reconhecer, enquanto *a sequência inversa* já exige uma aprendizagem resultante de reflexão mais atenta e apurada.

É, portanto, em geral preferível tentar conhecer as coisas partindo do anterior para o posterior, pois um tal procedimento é mais conforme com a ciência [37]. No confronto com os incapazes de apreender as coisas segundo o método indicado, será talvez necessário construir o enunciado [38] recorrendo a termos seus conhecidos. Pertencem a este tipo de definições as de ponto, linha e superfície, pois todas elas definem o anterior recorrendo ao posterior: *o ponto* como limite da linha, *a linha como limite* da superfície, *a superfície como limite* do sólido. Não devemos, porém, esquecer que quem define deste modo não consegue indicar a essência [39] da coisa a definir, salvo se suceder o que é mais conhecido para nós ser igualmente o mais conhecido em termos absolutos, atendendo a que para se dar uma definição correcta de um sujeito há que proceder a partir da indicação do género e das diferenças específicas, e estes *predicáveis* pertencem ao número dos que são, em termos absolutos, mais conhecidos do que a espécie e anteriores a ela. De facto, o género e a diferença específica, *se eliminados*, eliminam consigo a espécie, logo, um e outra são anteriores à espécie. São igualmente mais conhecidos: por um lado, porque, sendo conhecida a espécie, necessariamente se conhecerá o género e a diferença específica (quem conhecer *o sentido* de «homem» igualmente conhecerá o de «animal» e o de «terrestre»); por outro lado, porque, conhecendo o género ou a diferença espe-

---

[36] Nota-se, por vezes, da parte de Arist. uma certa fluidez terminológica: aqui, para significar «ponto», emprega o vocábulo σημεῖον, lit. «sinal», quando acima havia empregado στιγμή.

[37] Ἐπιστημονικώτερον, lit. «mais científico».

[38] Τὸν λόγον: «o discurso» (= a definição).

[39] Τὸ τί ἦν εἶναι.

cífica, não se conhece necessariamente a espécie; logo, a espécie é o *termo* menos conhecido. Além disto, segundo aqueles que afirmam serem conformes à verdade as definições construídas a partir dos conhecimentos individuais de cada um, teria de haver consequentemente muitas definições da mesma coisa, pois para cada indivíduo existem coisas que são mais conhecidas para ele só, e não para todos; logo, para uso de cada indivíduo | deveria ser estabelecida uma definição diferente, 142a
caso se admitisse ser preciso construir a definição a partir das noções mais conhecidas de cada um. Mais, para as mesmas pessoas não são sempre as mesmas coisas as mais conhecidas: a princípio são as que derivam das sensações, depois, quando *as pessoas* se tornam mais rigorosas *na análise*, sucede o inverso [40], logo, à mesma pessoa, nem sempre deveria ser apresentada a mesma definição por quem afirma que a definição a apresentar deve ser formada com base nas coisas mais conhecidas para cada indivíduo. É óbvio, portanto, que a definição não deve ser construída a partir de noções deste tipo, mas sim a partir daquelas noções que são as mais conhecidas em termos absolutos, pois só assim será possível dar uma definição que seja sempre uma e a mesma. Talvez se possa objectar que o que é conhecido em termos absolutos não é o que é conhecido por todos, mas o que o é apenas por aqueles cujo intelecto funciona perfeitamente, tal como o que é saudável em termos absolutos é o que se aplica àqueles indivíduos que gozam de boa forma física. Todas estas questões devem ser cuidadosamente analisadas, e usadas depois no debate da maneira que for adequada. O que parece ser consensual é a possibilidade de refutar uma definição se ela não for construída, nem a partir das coisas mais conhecidas em termos absolutos, nem a partir das coisas *eventualmente* mais conhecidas para cada um de nós.

Uma das maneiras de definir sem recorrer a termos mais conhecidos consiste em demonstrar o que é anterior recorrendo ao que é posterior, conforme atrás dissemos [41]. Outra, con-

---

[40] *I. e.*, «as coisas mais conhecidas» passam a ser as intelegíveis, em vez das sensíveis.

[41] V. supra, 141a26 e segs.

siste em definir uma coisa em repouso e bem delimitada recorrendo ao que é indeterminado e em movimento, pois uma coisa em repouso e bem determinada é anterior a uma coisa indefinida e em movimento.

Há três maneiras de definir sem ser a partir de noções prévias.

A primeira consiste em definir um *termo dotado de um* oposto recorrendo a esse oposto, por exemplo, «bem» a partir da noção de «mal», dado que os opostos são, por natureza, simultâneos [42]. Alguns, contudo, são de parecer que o mesmo ramo do conhecimento trata de ambos os opostos, de modo que nenhum deles é susceptível de ser mais conhecido do que o outro. É preciso, todavia, não esquecer que certos conceitos talvez não se possam definir de outra maneira, por exemplo, o de «duplo» sem recurso ao de «metade», ou *ainda* os predicados relativos *por natureza*. Nos predicados *relativos* sucede precisamente que a sua essência consiste em serem relativos a qualquer coisa, pelo que é impossível conhecer um dos termos da relação sem o outro. Por conseguinte, na definição de um deles deve necessariamente estar contida *a definição* do outro. É necessário conhecer bem todas estas questões, e servirmo-nos delas conforme parecer apropriado.

A segunda consiste em utilizar *na definição* o *próprio* termo a definir. *Este erro* pode passar despercebido quando não se emprega o nome mesmo da coisa que se quer definir, por
142b exemplo, quando | se define «sol» como «o astro que aparece durante o dia»: ora falar em «dia» implica referir «sol». Para pôr a descoberto este artifício bastará substituir o nome pela definição, por exemplo, *definir* «dia» como o «percurso do sol acima da terra»: é óbvio que falar «do percurso do sol acima da terra» é o mesmo que falar do «sol», logo, quem emprega o termo «dia» está a empregar também o termo «sol».

---

[42] Cf. *O Livro do Tao,* XLVI (II): «Quando se afirma a beleza de uma coisa afirma-se simultaneamente a fealdade de outra» (*LAO ZI — El libro del Tao,* trad., prólogo y notas de Juan Ignacio Preciado, Madrid, Ediciones Alfaguara S. A., 1981, pp. 92-93).

A terceira consiste em definir um dos termos de uma divisão por meio do outro termo *resultante* da mesma divisão [43], por exemplo, definir o conceito de «ímpar» como *o número* maior que o «par» por uma unidade. Por natureza, duas espécies resultantes da divisão de um género são simultâneas; «ímpar» e «par» são resultantes de uma mesma divisão, dado que um e outro são diferenças específicas de «número».

Situação semelhante quando se define um termo superior recorrendo a um menos elevado, por exemplo, quando se define «par» como «o que é divisível ao meio», ou «bem» como «a posse da virtude»; a expressão «ao meio» [44] é deduzida de «dois», que é número par, e quanto à «virtude», ela é um «bem», pelo que estamos a usar *na definição de um termo* termos que lhe estão subordinados. Quem emprega um termo subordinado *ao nome da coisa* está a usar também *implicitamente* o nome *da coisa*. Assim, quem emprega o termo «virtude» está *implicitamente* a usar o termo «bem», uma vez que a «virtude» é um «bem»; do mesmo modo, quem usa a expressão «divisível ao meio» está a usar *implicitamente* o termo «par», porquanto «dividir ao meio» é o mesmo que «dividir por dois», e «dois» é número par.

5. De um modo geral, podemos dizer que existe um «lugar» consistente em não se fazer uma definição a partir de termos prévios e mais conhecidos; as partes desse «lugar» foram explicitadas acima.

Um segundo «*lugar» consiste em verificar se,* embora o sujeito *em debate* pertença a um género, não lhe foi atribuído esse género. Ocorre um erro deste tipo nos casos em que a definição não começa por explicitar a essência [45] *do sujeito;* por exemplo, a definição de «corpo» como «aquilo que tem três dimensões», ou a definição de «homem» como «aquele *ente* que sabe contar» [46]. Não é explicitado qual o ente que «tem três dimen-

---

[43] V. supra, 136b3.

[44] Δίχα, lit. «em duas partes», cf. δύω «dois».

[45] Τὸ τί ἐστιν.

[46] Ou: «que conhece os números».

sões», ou que «sabe contar»; ora, ao género compete indicar a essência, e é ele a primeira expressão das que fazem parte da definição *de uma coisa*.

Outra coisa a fazer é verificar se *o oponente*, caso a definição seja aplicável a várias coisas, omitiu referi-las todas; por exemplo, se *definir* «arte gramática» como «saber escrever sob ditado»: seria necessário acrescentar que, nessa arte, cabe também a «leitura». Logo, não dá uma definição completa *de gramática* nem quem só fala em «escrever», nem quem só refere a «leitura», ou seja, nenhum deles isoladamente o faz, mas apenas aquele que mencionar as duas componentes, dado que não é aceitável haver várias definições da mesma coisa. Pode verificar-se em certos casos | ser verdade o que acima ficou dito, 143a
mas em outros casos não, como no caso de termos não aplicáveis a dois sujeitos *opostos*: por exemplo, ao falar da «medicina», defini-la como «o que produz a saúde e a doença»; a primeira afirmação [47] é relativa à essência, ao passo que a segunda é acidental, dado que é por completo estranho à medicina *o objectivo* de produzir a doença. Por conseguinte, quem toma em consideração ambos *os aspectos possíveis da medicina* não está a dar dela uma definição melhor do que quem considera apenas um deles, pelo contrário, até dará *uma definição* pior, porque qualquer indivíduo, *seja de que profissão for,* terá capacidade para provocar uma doença.

Outro ponto a verificar é se *o oponente,* quando são vários os usos possíveis de um termo, o define não em relação ao melhor *uso,* mas sim em relação ao pior, uma vez que toda a ciência e toda a capacidade parecem dever entender-se em referência ao melhor.

Por outro lado *ainda*, se o termo empregado não foi atribuído ao género conveniente, *há que* estudá-lo a partir dos elementos respeitantes aos géneros [48], conforme ficou dito anteriormente.

---

[47] *I. e.,* «a medicina produz a saúde».

[48] *I. e.,* as regras que definem o método de lidar com o género (cf. supra, 139b3).

Outra coisa a verificar é se *o oponente* enumera os géneros omitindo *alguns deles* [49]; por exemplo, «justiça» como *a arte* de «alcançar a igualdade», ou de «distribuir com equidade»; quem dá uma definição assim está a passar por cima da «virtude». Ou seja, ao não enunciar qual o género próximo da «justiça», não explicita qual é a sua essência [50], quando a essência [51] de cada coisa lhe é atribuída juntamente com o género. Este procedimento dá o mesmo resultado que a não inclusão *do sujeito* no género mais próximo, porque, quando se inclui *o sujeito* no género mais próximo, ele fica *automaticamente incluído* em todos os géneros superiores, dado que todos os géneros de nível mais alto são predicados dos de níveis mais baixos. Por conseguinte, ou se deve estabelecer qual o género mais próximo, ou acrescentar ao género de ordem superior todas as diferenças específicas pelas quais é definido o género mais próximo; deste modo nada ficará omitido, só que para expressar o género subordinado se recorre a uma definição em vez de a um nome. Em contrapartida, quem refere apenas o género superior não especifica qual o género subordinado, por exemplo, quem fala em «planta» não especifica que pretende dizer «árvore» [52].

6. Também deve verificar-se, de modo semelhante, no que respeita às diferenças específicas, se *o oponente* referiu as diferenças pertinentes para a delimitação do género em causa.

---

[49] Ὑπερβαίνων, lit. «passando por cima, ultrapassando (algum género)».

[50] Τὸ τί ἦν εἶναι.

[51] Οὐσία.

[52] Para ajuizar da importância que, para os Antigos, tinha a estrita observância do significado próprio das palavras, veja-se o caso seguinte, passado na Roma antiga, e recordado no *Manual de Direito Civil* do jurista Gaio: (Em Roma as acções executivas) «seguiam as palavras mesmas da lei» (com escrúpulo tal que) «um indivíduo que pôs uma acção para reclamar contra *um vizinho* que lhe cortara algumas videiras, e mencionou as «videiras» no decorrer da acção, foi sentenciado a perdê-la, uma vez que o autor desta deveria falar em «árvores», porque a Lei das XII Tábuas, nos termos da qual ele podia pôr a acção pelo «corte das videiras», apenas emprega a expressão genérica *pelo corte de árvores*» (Gaio, *Institutiones*, IV, 11).

Se ele não dá a sua definição por meio das diferenças particulares do sujeito em questão, ou se enuncia algum termo que não é diferença específica de coisa nenhuma, por exemplo, se mencionar «animal» ou «substância» [53], é claro que não está a definir nada, dado que os termos citados não são diferença específica de coisa nenhuma. Verificar também se existe algum *outro* membro *resultante* da mesma divisão que a diferença apresentada. Se não existe, é evidente que o termo *sugerido* não é uma diferença pertinente do género: todo o género é divisí-
143b vel | por meio de diferenças que se opõem entre si, por exemplo, «animal» é divisível em «terrestre», «alado» ou «aquático» [54]. *Também pode suceder* que a diferença seja resultante da divisão em opostos, mas não seja válida em relação ao género *em causa.* É evidente que nenhuma delas será específica do género, porque todas as diferenças resultantes de uma mesma divisão são verdadeiras em relação ao género apropriado. De modo semelhante pode ainda suceder que *uma diferença* seja verdadeira, mas que, acrescentada ao género, não dê lugar *à emergência* de uma espécie. É evidente neste caso que não estamos perante uma diferença específica do género *em causa,* uma vez que toda a diferença específica, ao juntar-se ao género, define uma espécie. Se, porém, esta última não for uma diferença específica, também a enunciada *pelo oponente* o não será, visto que ambas resultaram da mesma divisão.

Também *deve verificar-se* se *o oponente* opera uma divisão no género por meio de uma negação, como fazem, por exemplo, os que definem «linha» como um «comprimento sem largura» [55];

---

[53] Οὐσία; este vocábulo, conforme temos chamado a atenção, é frequentemente usado por Arist. também como equivalente de τὸ τί ἦν εἶναι, ou seja, «essência».

[54] Os mss. acrescentam ainda καὶ τῷ δίποδι «e bípede», lição que é eliminada por Ross e não é traduzida por Sanmartín nem Colli, mas é aceite e traduzida por Foster e Rolfes. Note-se que o texto latino de Boécio para este passo é: *gressibili et uolatili et bipedi* «(o género 'animal' divide-se) em *pedestre, volátil e bípede,* eliminando a referência aos animais que vivem em meio aquático».

[55] Μῆκος ἀπλατές, lit. «comprimento não-largo». A negação consiste, neste caso, no emprego de um termo com o prefixo privativo ἀ-, equivalente a *in-* em latim e a *un-* em alemão.

ora isto não significa senão que a linha não tem «largura». Daqui resulta que o género participaria da espécie e, deste modo, como a respeito de toda e qualquer coisa ou é verdade a afirmação ou é verdade a negação *de algo*, todo o comprimento ou é «sem largura», ou «com largura»; por conseguinte, o género da «linha», uma vez que é um «comprimento», ou é «sem largura», ou «com largura». «Comprimento sem largura» é a definição de uma espécie, e o mesmo sucede com «comprimento com largura». Os *predicados* «sem largura» e «com largura» constituem diferenças específicas; da conjugação da diferença com o género resulta a definição da espécie, por conseguinte o género admitiria a mesma definição que a espécie. Admitiria também a definição da diferença específica, uma vez que uma das diferenças enunciadas deve necessariamente predicar-se do género. O «lugar» acabado de referir é útil para os que defendem a existência das «formas» [56]. De facto, se existe o «comprimento em si» [57], como será possível predicar do género que ele tem largura ou que é sem largura? É que a respeito de todo e qualquer comprimento ou um ou outro destes predicados deve ser verdade, se é que se quer predicar algo de verdadeiro a respeito do género. Ora isto não se verifica, dado que há comprimentos sem largura, tal como há comprimentos com largura. Por conseguinte, este «lugar» apenas é útil contra aqueles que defendem que todo o género é, numericamente, uno, que é precisamente o que fazem os defensores da existência das «formas», ao afirmarem que «comprimento em si», tal como «animal em si», constituem géneros [58].

Talvez em certos casos seja necessário recorrer à negação para estabelecer uma definição, por exemplo, no caso das pri-

---

[56] Ἰδέας εἶναι (*formas esse,* na versão de Boécio); alusão à «teoria das formas» («Ideias»), de Platão.

[57] Αὐτὸ μῆκος («Länge an sich», na versão de Rolfes).

[58] Como se pode ver, estamos perante um argumento aduzido por Arist. contra a «teoria das Formas» de Platão: se se admitir a existência da «forma do comprimento» (ou, por outras palavras, o «comprimento em si»), o resultado será que dela serão predicados quer a existência quer a não existência de largura, o que é contraditório (cf. J. D. G. Evans, pp. 125-126).

vações: «ser cego» significa «estar privado da visão» quem por natureza deveria tê-la. É indiferente que se divida o género recorrendo a uma negação, ou que se recorra a uma afirmação
144a tal que necessariamente o seu contrário será | estabelecido por uma negação, por exemplo, quando se define «comprimento com largura»: o único contrário possível de «comprimento com largura» é «comprimento sem largura», por conseguinte esta nova divisão do género opera por meio de negação.

Deve verificar-se também se *o oponente* apresenta a espécie como sendo uma diferença específica, como sucede com aqueles que definem «insulto» como «insolência *combinada* com escárnio»; ora «escárnio» é uma forma de «insolência», por conseguinte «escárnio» não é uma diferença específica, mas sim uma espécie.

Deve verificar-se também se ele apresenta o género como sendo uma diferença específica, por exemplo definindo «virtude» como sendo «uma disposição [59] boa ou honesta», porquanto «bem» é o género a que pertence «virtude». Ou então «bem» não é um género, mas sim uma diferença específica, se é verdade não ser aceitável a mesma coisa estar contida em dois géneros que não se englobam um ao outro. De facto, nem «bem» engloba em si «disposição», nem «disposição» engloba em si «bem», porque nem toda a «disposição» é um «bem», nem todo o «bem» é uma «disposição»; logo, não podem ser ambos géneros *de virtude*. Se, portanto, «disposição» for o género de «virtude», é evidente que «bem» não será um género, mas uma diferença específica. Mais, «disposição» indica a essência de «virtude» [60], enquanto «bem» não indica uma essência, mas sim uma qualidade, e é consensual que a diferença específica indica uma qualidade.

Verificar também se a diferença apresentada *pelo oponente* indica, em vez de uma qualidade, um *sujeito* individual, pois segundo a opinião corrente toda a diferença específica indica uma qualidade.

---

[59] Ἕξις (lat. *habitus*).

[60] Lit. indica *o que é* — τί ἐστι — «virtude».

Investigar também se a diferença *proposta* convém a título de acidente ao sujeito a definir. É que nenhuma diferença específica pertence *ao número dos atributos* a título de acidente, como de resto sucede com o género, dado que não é possível uma diferença ou convir ou não convir a um mesmo sujeito [61].

Verificar também se se *apresenta* como predicado do género uma diferença específica, uma espécie, ou algum atributo de nível inferior à espécie, pois neste caso não estará a dar-se nenhuma definição. Nada do referido pode ser predicado do género, dado que o género é o termo que tem uma maior extensão. Inversamente, se se predica o género da diferença específica, pois neste caso é consensual que o género não pode ser predicado da diferença, mas sim dos sujeitos de que é predicada a diferença; por exemplo, «animal» é predicado de «homem», de «boi» e de outros animais terrestres, e não da diferença em si que é predicada da espécie. Se, de facto, se fizesse de «animal» o predicado de cada uma das diferenças, então a espécie teria muitos animais como predicados, | uma 144b
vez que todas as diferenças específicas são predicados da espécie. Mais ainda, todas as diferenças, se realmente são «animais», ou constituem espécies, ou denotam indivíduos, dado que *cada nome de animal* denota ou uma espécie ou um indivíduo.

Semelhantemente deve verificar-se se *o oponente* dá como predicado da diferença, ou a espécie, ou algum termo inferior à espécie; ora isto não é possível, porquanto a diferença tem uma extensão maior do que a da espécie. A ser assim [62], a diferença, além do mais, coincidirá com a espécie, se, de facto, se predicar dela alguma das espécies; por exemplo, se *da diferença* se predicasse «homem», é evidente que a diferença específica seria «homem». Igualmente *deve verificar-se* se a diferença espe-

---

[61] Recorde-se que o caracteriza os acidentes é precisamente o facto de poderem umas vezes aplicar-se e outras vezes não se aplicarem ao sujeito, ou seja, o facto de serem propriedades *ocasionais*. Em contrapartida, a diferença que determina a constituição de uma espécie aplica-se sempre aos sujeitos determinados por ela como membros da espécie.

[62] *I. e.*, se o oponente predicasse da diferença ou o termo designativo da espécie, ou algum outro termo de grau inferior à espécie.

cífica não é dada como anterior à espécie, *isto* porque a diferença específica tem de ser, por um lado, posterior ao género, mas por outro, deve ser anterior à espécie.

Deve verificar-se também se a diferença proposta é atribuída a um *outro* género que não engloba nem é englobado *pelo primeiro:* A opinião comum é que uma mesma diferença específica não pode pertencer a dois géneros que não se englobam mutuamente. A não ser assim [63], o resultado seria uma mesma espécie estar contida em dois géneros que não se englobam mutuamente. Na realidade, cada diferença específica implica [64] o seu próprio género, por exemplo, «terrestre» e «bípede» implicam «animal». Logo, do termo de que é predicada a diferença é predicado também cada um dos géneros, e obviamente a espécie pertenceria a dois géneros que não se englobam mutuamente. Ou *então digamos* que não é impossível uma mesma diferença ocorrer em dois géneros que não se englobam mutuamente: neste caso deveria acrescentar-se «desde que não estejam ambos num mesmo *género superior*». Por exemplo, «animal terrestre» e «animal alado» são dois géneros que não se englobam mutuamente, e a diferença específica entre ambos é «bípede»; logo, deveria acrescentar-se que não estão ambos englobados em outro género *superior*; ora o que sucede neste caso é que ambos estão englobados *no género* «animal». É, assim, evidente, que não é necessário a diferença específica remeter para o género adequado, dado que se viu ser possível a mesma diferença pertencer a dois géneros que não se englobam mutuamente; pelo contrário, é necessário que refira apenas um deles, bem como todos os outros que lhe forem superiores, como é o caso de «bípede», que implica, ou «*animal* alado», ou «*animal* terrestre».

Verificar ainda se se apresentou uma «localização espacial» [65] *como sendo* uma diferença *respeitante* à substância [66], dado que é consensual uma substância não diferir *de outra*

---

[63] *I. e.,* se não se der o caso de um dos géneros estar englobado no outro.

[64] Ἐπιφέρει, lit. «traz consigo, comporta».

[65] Τὸ ἔν τινι, lit. «o (estar) em algo».

[66] Οὐσία.

substância pela categoria de lugar [67]. Daqui deriva a crítica dirigida contra aqueles que dividem os animais em «terrestres» e «aquáticos», com a alegação de que «terrestre» e «aquático» remetem para *a categoria* de lugar. Ou talvez esta crítica não tenha fundamento, dado que «aquático» não significa «que está em algo», nem remete para *a categoria* de «lugar», mas sim para a de «qualidade» [68]. De facto, mesmo que o *animal «aquático»* esteja em seco, continua a ser «aquático»; igualmente um *animal* «terrestre» [69], se estiver num meio húmido, não deixa de ser | «terrestre» para passar a ser «aquático». Seja como for, se 145a
o oponente disser que a diferença específica consiste numa «localização espacial», é evidente que comete um erro.

Outra *coisa a ver* é se ele apresentou como diferença *a categoria de* «afecção» [70]; é que toda a afecção, levada ao extremo, implica o afastamento *do sujeito* da sua essência [71], coisa que a diferença específica não faz. Pelo contrário, a diferença parece antes preservar *a essência* do sujeito de que é diferença específica; além disso, é simplesmente impossível uma coisa existir sem a adequada diferença específica; por exemplo, se um ente não for «terrestre» não poderá ser «homem». De um modo geral, de todas as modificações sofridas *pelo sujeito,* nenhuma pode ser sua diferença específica, porquanto todas as modificações susceptíveis de serem levadas ao extremo implicam um afastamento da essência. Logo, se *o oponente* apresenta como diferença específica algo deste tipo, comete um erro, dado que as nossas modificações não se situam a nível das diferenças específicas.

---

[67] Τῷ ποῦ εἶναι, lit. «por estar algures»; sobre a «categoria de lugar» v. Arist., *Cat.* 1b26; 2a1-2.

[68] Ποιόν, lit. «qual»; v. Arist., *Cat.* 1b25 e segs.

[69] Χερσαῖον, lit. «(que está) em seco»; cf. o uso por Arist. de πεζόν (adjectivo), que pode ser traduzido por «pedestre», mas que, em geral, quando explícita ou implicitamente se opõe a «alado» ou a «aquático», traduzimos por «terrestre», cf. πεζόν (substantivo) «planície, local por onde se anda a pé».

[70] Πάθος (lat. *passio*), «paixão», *i. e.,* o facto de se sofrer uma acção, de se ser objecto de alguma acção por parte de outrem.

[71] Οὐσία; aqui não parece aceitável a tradução por «substância».

Também há que ver se *o oponente* não apresenta como diferença específica *de um sujeito denotado por* um termo relativo *uma diferença* relativa a outro termo qualquer; dado que as diferenças que consistem em *atributos* relativos são elas mesmas relativas, como sucede com o «saber». Este, de facto, pode ser «teorético», «prático» e «poético» [72]; ora cada um destes termos aponta para uma relação: *saber* teórico «de alguma coisa», *saber* poético «de alguma coisa», *saber* prático «de alguma coisa».

Investigar também se quem define em termos relativos faz a relação com o que por natureza corresponde *a cada termo*. Certos termos só se podem usar relativamente à sua finalidade natural, e não a outra qualquer; certos outros *podem usar-se relativamente a uma finalidade* diferente, por exemplo, a «vista» só se usa para «ver», o «raspador» pode usar-se também para vasar água [73]. No entanto, se alguém definisse «raspador» como «instrumento para vasar água» estaria cometendo um erro, porquanto não é este o uso natural do instrumento. A definição de «finalidade natural» poderá ser algo como isto: «a finalidade com que usa *um instrumento* o sabedor, na medida em que é sabedor, ou o saber respeitante a cada coisa».

Também, quando sucede um termo entrar em várias relações, importa ver se *o oponente* omitiu referir a relação principal, por exemplo, se definir «prudência» como virtude do «homem», ou da «alma», em vez de «da capacidade racional» [74]. Ora a «prudência» é, antes de mais, uma virtude da «capacidade racional *da alma*», e somente por referência a esta é que se pode dizer que a «alma», ou o «homem», são dotados de «prudência».

---

[72] Θεωρητική (sc. ἐπιστήμη), «saber teórico, corpo de conhecimentos científicos sobre alguma matéria»; πρακτική (*sc*. ἐπιστήμη) «saber prático, tecnologia, conhecimento dirigido para a realização/fabricação de alguma coisa (de πράττω «fazer, agir»); ποιητική (sc. ἐπιστήμη) «saber criativo, poético (de ποιέω «fazer, ficcionar», lat. *fingere*, cf. «ficção»).

[73] O «raspador» (στλεγγίς, donde foi tirado o lat. *strigillum*) era uma lâmina de metal, curva e côncava, usada pelos atletas para rasparem o óleo com que cobriam o corpo para os exercícios na palestra. Ocasionalmente podia ser utilizado, como se fosse uma colher, para tirar líquido de um recipiente (v. Aristófanes, *Tesmofor.*, 556).

[74] Τὸ λογιστικόν «a capacidade racional da alma».

Erra ainda quem atribui uma «paixão» [75], ou uma «disposição» [76], ou qualquer outro *atributo* similar a um sujeito não passível *de o receber*. Toda a «paixão», ou toda a «disposição», só podem dar-se naturalmente no sujeito de quem são «paixão» ou «disposição», como é o caso do «saber», que *existe* na alma, pelo facto de ser uma «disposição da alma». Cometem muitas vezes erros no uso deste tipo *de predicados*, por exemplo, aqueles que | definem «sono» como «»incapacidade de ter sensa- 145b
ções» [77], ou «impasse» [78] como «equilíbrio entre raciocínios contraditórios», ou «sofrimento» [79] como «deslocação violenta de partes *do corpo* naturalmente unidas». Na realidade, nem «sono» é atributo da «sensação» (e teria de sê-lo, para se admitir que consiste numa «incapacidade de sentir»), nem o «impasse» se encontra «nos raciocínios contraditórios», nem o «sofrimento» reside nas partes do corpo «naturalmente unidas», pois se o «sofrimento» estivesse nelas teríamos de admitir que entes inanimados são passíveis de sofrimento. Do mesmo tipo é a definição de «saúde» como «um equilíbrio entre o quente e o frio», pois a ser assim tanto o «quente» como o «frio» gozariam de saúde, dado que o equilíbrio entre dois contrários reside nos próprios contrários que estão em equilíbrio, o que daria como resultado que o sujeito de «saúde» seriam o «quente» e o «frio». Mais ainda, quem dá definições deste tipo confunde o efeito com a causa, ou vice-versa; ora, na realidade, «a deslocação das partes naturalmente unidas» não é o «sofrimento», mas sim a «causa do sofrimento». Nem o «sono» consiste na «incapacidade de sentir», mas sim cada um é causa do outro, pois ou dormimos por incapacidade *de sentir*, ou não sentimos porque estamos a dormir. Do mesmo modo será aceitável dizer-se que «o equilíbrio entre raciocínios contraditórios» é a «causa do impasse», pois, de facto, quando nós delibera-

---

[75] Πάθος (cf. n. 70).

[76] Διάθεσις.

[77] Ἀδυναμία αἰσθήσεως.

[78] Ἀπορία, lit. «situação sem saída» (como sucede com frequência nos primeiros diálogos platónicos), «aporia».

[79] Ἀλγηδών, lit. «dor física».

mos sobre duas condutas opostas e todas as razões num sentido ou noutro parecem equivaler-se, ficamos num impasse sem saber o que fazer.

Deve também verificar-se se, em relação à categoria «tempo», ocorre alguma discrepância, por exemplo, se se define «imortal» como sendo um «ser vivo presentemente imperecível [80]»; o ser vivo «imperecível presentemente» será, neste momento, na realidade, «imortal». Ou talvez as coisas não se passem assim?! É que «ser presentemente imperecível» é uma expressão ambígua, a qual tanto pode significar «que *uma coisa* neste momento *ainda* não está a perecer», como «que não pode perecer neste momento», como ainda «que é, neste momento, de natureza tal que nunca poderá perecer». Quando, porventura, dizemos que «um ser vivo é, neste momento, imperecível», o que pretendemos dizer é que ele, «neste momento, é de natureza tal que nunca poderá perecer»; mas isto equivale a dizer que é «imortal»; logo, daqui deve concluir-se que ele não é imortal só neste momento. Se, todavia, se verificar que a definição dada só convém *ao sujeito* no presente ou no passado, enquanto ao nome respectivo já isso não sucede, isso quer dizer que o sujeito não é o mesmo nos dois casos. Este «lugar», portanto, *só* deve ser utilizado do modo como ficou dito.

7. Importa observar também se o termo definido convém *ao sujeito* mais em relação a outro aspecto qualquer do que aquele que preside *à definição.* Por exemplo, se se define «justiça» como «o poder de distribuir o que é igual» [81]. «Justo», de facto, entende-se melhor «da pessoa que decide distribuir o que é igual», do que «de quem tem poder *para fazê-lo*». Logo não
146a será correcto definir | «justiça» como «o poder de distribuir o que é igual», pois, a ser assim, seguir-se-ia que o mais justo dos homens seria o que tivesse maior poder para distribuir o que é igual [82].

---

[80] Ἄφθαρτον, lit. «(fisicamente) indestrutível, incorruptível».

[81] Tradução literal; talvez por «igual» Arist. queira referir-se «a coisas que, por natureza, devem ser distribuídas equitativamente».

[82] Por outras palavras, a «justiça» depende mais da «vontade» do que da «possibilidade material» de realizar uma distribuição equitativa.

Deve verificar-se também se a coisa [83] admite o grau «mais», mas o enunciado da *respectiva* definição já não o admite, ou vice-versa, isto é, o enunciado da definição admite-o mas a coisa *propriamente dita* não o admite; de facto, importa que ou ambos, ou nenhum dos dois *o admita,* se, de facto, queremos que *o sujeito* da definição coincida com a coisa. Também há que ver se ambos [84] admitem o grau «mais», mas sem que simultaneamente admitam um acréscimo, por exemplo, se se definir «amor» [85] como «desejo de relações sexuais» [86]: o facto de alguém ter «mais amor» não implica que tenha «mais desejo de relações sexuais», logo, *a coisa e a sua definição* não admitem o grau «mais» em simultâneo, o que deveriam fazer se houvesse coincidência entre elas.

Importa verificar também se, dadas duas coisas quaisquer, a uma delas convém mais a designação, e à outra convém mais o enunciado da definição, por exemplo, *se se disser que* «o fogo é o corpo composto das partículas mais subtis» [87]; ora, «chama» é «mais fogo» do que «luz», ao passo que «corpo formado das partículas mais subtis» aplica-se mais a «luz» do que a «chama»; mas para haver identificação entre *as duas coisas,* ambas teriam de possuir o grau «mais» na mesma medida.

Deve verificar-se também se um termo convém por igual a ambas as coisas, enquanto o outro não convém por igual a ambas, mas convém mais a uma do que à outra.

Deve verificar-se também se *o oponente* define *algum termo* por meio de uma disjunção, por exemplo, se define «belo» como sendo «o que é agradável ou para a vista ou para o ouvido», ou se define «ente» como «o que é susceptível de sofrer ou de fazer *uma acção»;* o resultado será que uma mesma coisa será ao mesmo tempo «bela» e «não-bela», e será do mesmo

---

[83] Τὸ πρᾶγμα.

[84] *I. e.,* tanto a coisa propriamente dita, o objecto material, como a respectiva definição.

[85] Ἔρως.

[86] Ἐπιθυμία συνουσίας, lit. «desejo de união (carnal)».

[87] As «duas coisas quaisquer» a que se refere Arist. são, por um lado, «o fogo» (designação, nome da coisa), por outro, «corpo formado das partículas mais subtis» (definição).

modo um «ente» e um «não-ente». Aquilo que é agradável para o ouvido é também uma coisa bela, logo, o que não é agradável para o ouvido não é uma coisa bela; as expressões obtidas por conversão também serão as mesmas, já que os opostos de coisas idênticas são também idênticos: oposto de «belo» é «não-belo», oposto de «agradável para o ouvido» é «não-agradável para o ouvido». É evidente que há identidade entre «não-agradável para o ouvido» e «não-belo». Se, por outro lado, uma coisa for agradável para a vista mas não para o ouvido, o resultado será que uma mesma coisa é *em simultâneo* «bela» e «não-bela». Poderá dar-se a mesma demonstração ao caso do «ente» que, simultaneamente, é um «não-ente».

Há que ver ainda se, quando em vez dos nomes das coisas se recorre a enunciados explicativos em que entram géneros, diferenças específicas e todos os demais elementos de que são feitas as definições, não se verifica nenhuma discrepância.

8. Se o termo a definir é *um termo* relativo, ou por si mesmo, ou pelo género a que pertence, deve verificar-se se na de-
146b finição não ocorre a coisa de que é termo relativo, | ou por si mesma, ou pelo género a que pertence; por exemplo, se *o oponente* define «saber» [88] como uma «opinião credível» [89], ou «vontade» [90] como «desejo sem sofrimento» [91]. A substância de uma coisa relativa é também relativa a qualquer coisa outra, dado que o ser de uma coisa relativa não é mais do que estar numa relação qualquer [92]. Logo, seria necessário dizer que «saber» é uma «opinião» sobre alguma coisa cognoscível [93], tal como «vontade» é o desejo de alguma coisa boa. O mesmo se passa quando se define «gramática» como o «conhecimento das

---

[88] Ἐπιστήμη.

[89] Ὑπόληψις ἀμετάπειστος, lit. «uma concepção, uma representação (= Darstellung) inabalável (ἀμετάπειστος, «que é impossível convencer do contrário»).

[90] Βούλησις (cf. βούλομαι «querer»).

[91] Ὄρεξις ἄλυπος «apetite não doloroso».

[92] Cf. Arist., *Cat.* 8a31 e segs.

[93] Ἐπιστητόν «algo susceptível de ser 'sabido'».

letras». Necessário seria, portanto, introduzir na definição ou o termo de que a coisa é relativa, ou o género relativo a que a coisa pertence. Ou então deve verificar-se se um termo relativo não foi definido sem referência à sua finalidade. Entende-se por «finalidade» de qualquer coisa ou o seu grau superlativo, ou a coisa em função da qual *a primeira* ocorre. Importa, portanto, dizer qual *o termo de* grau mais elevado, ou qual o último; por exemplo, o desejo não visa «uma coisa agradável qualquer», mas sim «o prazer» [94], uma vez que é em função deste que nós desejamos as «coisas agradáveis».

Deve verificar-se também se o termo relativo enunciado é uma «geração» [95] ou um «acto» [96], pois nenhuma destas coisas pode ser tomada como «finalidade»; «ter agido» ou «ter gerado» serão mais adequados como finalidade do que «estar a gerar» ou «estar a agir» [97]. (Mas pode ser que esta observação não seja válida em todos os casos; de facto, a maioria das pessoas prefere «sentir prazer» [98] a «ter deixado de sentir prazer» [99], logo, para essas pessoas seria preferível como finalidade «agir» a «ter agido».

Em certos casos importa também observar se *o oponente* não explicitou bem na definição a quantidade, a qualidade, o lugar ou alguma das outras categorias [100]; por exemplo, para definir «ambicioso» [101] importa especificar a quantidade e a qualidade das honrarias que *o sujeito* deseja; é que «ambiciosas» todas as pessoas o são, e por isso não chega definir «am-

---

[94] Ἡδονή; entenda-se, o «prazer em si, o prazer em absoluto», o limite para que tende a sucessão das coisas agradáveis.

[95] Γένεσις «passagem à existência».

[96] Ἐνέργεια; na terminologia aristotélica opõe-se a δύναμις «potência».

[97] Ἐνεργηκέναι «ter agido», γεγενῆσθαι «ter gerado» são infinitos verbais no aspecto perfectivo, que denotam que a acção de agir ou de gerar já atingiu o seu termo, em oposição a ἐνεργεῖν «estar a agir» e γίνεσθαι estar a gerar, infinitos verbais no aspecto imperfectivo, o qual denota que a acção é concebida como ainda em processo.

[98] Ἥδεσθαι «estar a sentir prazer» (infinito presente).

[99] Πεπαῦσθαι ἡδόμενοι «terem cessado de estar a sentir prazer».

[100] Τὰς ἄλλας διαφοράς, lit. «as outras diferenças».

[101] Φιλότιμος «desejoso de honras» (de τιμή «honra, honraria»).

bicioso» como «aquele que tem desejo de honrarias» [102], é preciso determinar quais as categorias implicadas. Do mesmo modo, na definição de «avaro» *devemos incluir a menção* da quantidade de *numerário* que *o sujeito* ambiciona *possuir,* ou na definição de «imoderado» [103] a qualidade do prazer em que *o sujeito* é imoderado, já que não chamamos «imoderado» a quem se sujeita a vários tipos de prazer, mas sim ao *que é escravo* de um só. Igualmente com as definições seguintes: «a noite é a sombra da terra», «o sismo é o movimento da terra», «a nuvem é a condensação do ar», «o vento é o movimento do ar»: *em qualquer destes casos* deveria ter-se acrescentado a quantidade, a qualidade, o lugar e o agente *dos fenómenos indicados.* O mesmo se passa com outros casos semelhantes a estes: se se omite uma qualquer diferença específica não se está a indicar qual a essência [104] da coisa. É sempre necessário apontar o que falta especificar em cada caso: nem todos os movimentos da terra ou do ar são um sismo ou uma rajada de vento, independentemente da quantidade e da quantidade do movimento efectuado.

Também em relação aos «apetites», ou a todos os outros casos em que o mesmo se aplique, *é incorrecto* não acrescentar, *quando for caso disso,* a menção «aparente» [105], por exemplo ao
147a definir «vontade» | como «apetite do bem», ou «desejo» como «apetite do agradável», esquecendo acrescentar «do bom ou agradável aparentes». Muitas vezes as pessoas não se dão conta do que é o bem ou o prazer, e desejam apenas o que parece sê-lo; por conseguinte, não desejam necessariamente o bem ou o prazer, mas sim o que tomam como tal. Nestes casos seria preciso acrescentar a especificação *referida*. Mas acrescentada esta, os defensores da existência das «formas» ver-se-ão obrigados a recorrer às espécies, porquanto não existe nenhuma «forma» de uma coisa apenas aparente, além de que uma «forma» parece só poder relacionar-se com outra «forma», por

---

[102] Ὁ ὀρεγόμενος τιμῆς «o que está desejoso de honra(s)».
[103] Ἀκρατής, lit. «o que é incapaz de dominar-se».
[104] Τὸ τί ἦν εἶναι.
[105] Τὸ φαινόμενον.

exemplo, «o desejo-em-si do prazer-em-si», ou «a vontade-em-si do bem-em-si», mas nunca *vontade-em-si ou desejo-em-si* de «um bem aparente» ou de «um prazer aparente» [106]. É absurdo *pensar* que uma coisa possa ser um «bem aparente-em-si» ou um «prazer aparente-em-si».

9. Quando se tratar da definição de um «estado» [107] deve observar-se *o sujeito* desse estado [108], se *da definição* de uma coisa num certo estado [109], deve observar-se o *próprio* estado; e o mesmo se diga em relação a outros casos semelhantes. Por exemplo, se «prazer» é o mesmo que «utilidade», então também «quem sente prazer» será quem «usufrui de algo útil» [110]. De um modo geral pode dizer-se que quem dá definições deste tipo define algo mais do que o conceito a definir. Quem define «conhecimento» [111] define de algum modo também «ignorância», e de igual modo define «o que possui saber» e «o que não possui saber», «conhecer» e «ignorar»; se o primeiro dos termos for evidente, os restantes também o serão. Nos casos deste tipo há que tomar atenção a ver se não surge alguma discrepância, para o que há que recorrer a elementos *derivados da análise* de termos contrários e coordenados [112].

Quanto aos termos relativos deve verificar-se se, quando se predica de uma coisa qualquer um género relativo, também se predica dela uma espécie com idêntica relação. Por exem-

---

[106] *I. e.*, os defensores da existência das «formas» ver-se-iam confrontados, *u. g.*, com a *existência* da «vontade-em-si» («forma») de algo *inexistente* («o bem aparente»), que é como quem diz, uma «forma» estaria posta em relação com uma «não-forma».

[107] Ἕξις.

[108] Ὁ ἔχων, lit. «o sujeito que tem (um certo estado)».

[109] Τοῦ ἔχοντος, lit. «da coisa que tem (um certo estado»

[110] Τὸ ἡδύ «o agradável, o prazer» ↔ ὁ ἡδόμενος «aquele que sente prazer»; τὸ ὠφέλιμον «o útil» ↔ ὁ ὠφελούμενος «aquele que goza do que é útil»: note-se o paralelismo das expressões em grego, impossível de manter claramente na tradução.

[111] Ἐπιστήμη.

[112] Termos contrários, por exemplo, «conhecimento» — «ignorância»; termos coordenados, *i. e.*, formados a partir de um mesmo radical, por exemplo, «conhecer», «conhecimento», «cognoscível».

plo, se «representação» [113] é termo relativo a «objecto representado», também uma «representação concreta» é relativa a um «objecto representado concreto»; igualmente, se «múltiplo» é relativo a «fraccionário», também um «múltiplo concreto» é relativo a uma «fracção concreta». Se esta relação não se verificar, é evidente que algum erro foi cometido.

Observar também, no caso dos *termos* opostos, se a definição dada de um é o oposto da do outro, por exemplo, se a definição oposta à de «metade» é a definição de «duplo»; assim, se «duplo» é o «que excede em outro tanto», também «metade» será o «que é excedido em outro tanto». Nos termos contrários as coisas passam-se da mesma maneira: a definição de um *termo* contrário será contrária *da do outro* segundo um certo encadeamento de enunciados contrários. Por exemplo, se «útil» é aquilo que «produz o bem», «prejudicial» será aquilo que «produz o mal» ou que «elimina o bem»; necessariamente
147b uma destas duas equivalências há-de ser | contrária à definição dada inicialmente. Se nenhuma delas for contrária à dada inicialmente, é evidente que nem uma nem outra das definições enunciadas posteriormente será uma definição do *termo* contrário, logo, a que foi enunciada inicialmente não o foi de modo correcto. E como muitos dos termos contrários são denotados por *meio de* alguma privação relativamente aos *seus contrários*, por exemplo, a «desigualdade» parece ser a privação da «igualdade» (dado que se chamam «desiguais» às coisas que não são «iguais»), é evidente que o termo contrário *de outro* por privação tem necessariamente de ser definido por recurso ao primeiro, mas este já não precisa de ser definido por recurso ao que é obtido por privação, pois a ser assim cada um deles teria de ser definido a partir do outro. É preciso tomar atenção, pelo que toca aos termos contrários, e não cometer o erro que consistiria em, por exemplo, definir «igualdade» como o contrário de «desigualdade», porque isto seria definir um termo a partir de um outro que representa uma privação [114]. Além disto, que-

---

[113] Ὑπόληψις.

[114] Note-se que nos termos obtidos de outros por meio de privação verifica-se que o primeiro termo é linguisticamente básico, *e. g.*, ἰσότης

rer definir um termo deste modo necessita do recurso ao próprio termo que se pretende definir. Esta situação é evidente se em vez de um nome se empregar a sua definição, porque «desigualdade» em nada difere de «privação da igualdade». Logo, «igualdade» seria o contrário de «privação da igualdade», ou seja, estaríamos a empregar *na definição* o próprio termo a definir [115]. Se nenhum dos contrários é denotado por privação, mas o enunciado *da definição* é construído como se o fosse, por exemplo, dizendo que «bom» é o contrário de «mau», é evidente que também «mau» será o contrário de «bom». A definição de conceitos opostos está assim a ser dada como no exemplo anterior. Por conseguinte, estar-se-ia de novo a empregar na definição o termo a definir, dado que da definição de «mau» faz parte a noção de «bom». Logo, se «bom» é o contrário de «mau» não há qualquer diferença entre dizer «mau» ou «o contrário de bom», e portanto «bom» seria o contrário do «contrário de bom». É, assim, evidente, que se empregou na definição o termo a definir.

Também deve verificar-se se *o oponente,* ao definir um termo por privação, se esquece de dizer de que coisa ele denota a privação, por exemplo, se se trata da privação de um estado [116], de um contrário, ou da privação de outra coisa qualquer. Observar ainda se ele não explicou em que coisa é natural *essa privação* ocorrer de forma absoluta, ou em que coisa se verificou primeiro. Por exemplo, se ele define «ignorância» como

---

«igualdade», enquanto o outro é obtido pelo acrescento ao primeiro de um prefixo que denota, precisamente, privação, ἀν-ισότης «des-igualdade». Logo, quem quisesse definir o termo básico *igualdade* recorrendo à relação com o termo obtido por privação, *des-igualdade*, estaria a cometer o erro de definir um termo básico através de um termo linguisticamente derivado (*i. e.,* logicamente posterior) daquele.

[115] Costuma designar-se esta incorrecção por meio da expressão latina *petitio principii,* que o próprio Arist. define mais adiante (v. *Top.,* VIII, 162b34 e segs.) como aquilo que ocorre quando alguém postula na definição o termo que se trata de definir, o que, segundo ele, é especialmente frequente quando a mesma coisa é designada indiferentemente por um nome ou uma definição.

[116] Ἕξις.

uma privação sem mencionar que se trata de «privação do conhecimento», nem indicar em que sujeito ela se verificou, nem, se porventura o disse, não explicitou em que sujeito se verificou em primeiro lugar; por exemplo, se em vez de dizer que se verifica na «parte racional» *da alma*, diz apenas que se verificou no «homem», ou na «alma». Se ele fizer alguma destas coisas estará a cometer um erro. Situação semelhante verifica-se se ele não definir «cegueira» como «privação da visão ocor-
148a rida nos olhos». Para dar uma boa definição | do que é [117] uma coisa, é preciso dizer, não só em relação a que é que se entende a privação, como também qual a coisa que sofre essa privação.

Há que ver ainda se *o oponente* define por meio de uma privação uma coisa que não se denota por *meio de uma* privação. Por exemplo, com respeito a «ignorância», pode parecer que incorrem neste erro aqueles que não definem «ignorância» recorrendo ao uso da negação. É que «ignorância» parece não se aplicar tanto ao facto de não se possuir conhecimentos, como ao de ter-se enganado [118]; por isto não dizemos que os animais ou as crianças são ignorantes, logo, «ignorância» não é definível como «privação de conhecimento».

10. Seguidamente há que ver se as «flexões» [119] similares das definições se harmonizam bem com as flexões similares do nome, por exemplo, se se diz «útil» o que produz saúde, também *se dirá que agiu* «utilmente» quem agiu «de forma a produzir saúde» e «deu um resultado útil» aquilo que «teve por resultado a saúde» [120].

---

[117] Τί ἐστιν «o que (uma coisa) é»; por vezes é conveniente traduzir por «essência» (de uma coisa).

[118] Τὸ διηπατημένον.

[119] Não esquecer que para Arist. «flexões» (πτώσεις, lit. «casos») tem um uso mais lato do que na linguística.

[120] Note-se que as «flexões» do exemplo aduzido por Arist. são: ὠφέλιμον «o que é útil» (adjectivo neutro), ὠφελίμως «utilmente, beneficamente» (advérbio de modo), ὠφεληκός «o que foi útil» (particípio perfeito neutro), e, paralela e respectivamente, pela mesma ordem, ποιητικόν «o que produz», ποιητικῶς «produtivamente», πεποιηκός «o que acabou de produzir».

Deve também verificar-se se a definição dada se harmonizará com a ideia [121] *da coisa.* Em alguns casos isto não se verifica, como sucede quando Platão introduz o termo «mortal» nas suas definições dos seres vivos; ora uma «ideia» [122] não pode ser «mortal», por exemplo «a ideia de homem» [123], logo, a definição não se adapta à ideia. Isto ocorre simplesmente porque, desde que se introduzam as categorias de «activo» e de «passivo», necessariamente surgirá uma discrepância entre «definição» e «ideia»; para os que defendem a existência das «formas», estas apresentam-se como sendo «impassíveis» e «imóveis»; pelo que estes argumentos são úteis para rebater os que pensam deste modo.

Também *deve verificar-se*, nos casos de termos homónimos [124], se *o oponente* deu uma definição comum a todos os sentidos possíveis *do mesmo termo;* unívocas são apenas as coisas em que a um nome único corresponde uma definição única; logo, se foi dada uma definição que se adapta por igual a todos os sentidos possíveis, não se dá realmente a definição de nenhum dos sentidos possíveis *do termo*. Sofre deste defeito a definição de «vida» dada por Dionísio: «um movimento inato próprio de uma raça de seres que se alimentam». Ora esta definição aplica-se por igual tanto aos animais como às plantas; é, porém, consensual que «vida» se não deve definir em relação a uma única espécie, mas sim diferentemente conforme se trate de animais ou de plantas. É possível, sem dúvida, optar por dar uma definição ambígua, como se apenas houvesse uma única espécie de vida. E nada impede que alguém, embora dando-se conta da ambiguidade, prefira mesmo assim dar a definição de uma *espécie de vida* sem reparar que não está dando uma definição própria de uma delas, mas antes uma comum a ambas. De qualquer modo, seja qual for a opção,

---

[121] A ideia que correntemente se faz da coisa em questão (sem conotações platónicas).

[122] Aqui, não só no sentido corrente como na n. precedente, mas também no sentido técnico de «forma».

[123] Ou: o «homem em si» (a «Forma» de «homem»).

[124] *I. e.,* ambíguos, polissémicos.

estará cometendo um erro. Mas como, de facto, há equívocos
148b que passam despercebidos, | quem interroga deverá usar *os termos ambíguos* como se fossem unívocos (como a definição de um dos sentidos não será adequada ao outro, a definição dada nestas condições pelo *oponente* não será aceite como correcta, já que, para o ser, deveria ser adequada aos diversos sentidos do *termo* ambíguo), ao passo que quem responde tem de os distinguir. Sucede, porém, que muitos dos que têm o papel de responder dizem que o sinónimo é homónimo quando a definição dada não se adapta a todos os sentidos possíveis, e dizem que o homónimo é sinónimo no caso de se adaptar a ambos [125]; importa, portanto, ou obter um acordo prévio *com o oponente* sobre estes pontos, ou *fazê-lo* demonstrar previamente que o termo denota uma coisa ou outra, seja ela qual for, dado que é mais fácil o acordo quando é imprevisível o que vai resultar *do debate.* Mas se, sem acordo prévio, um dos contendores declarar que um sinónimo é homónimo por a definição dada não ser adequada ao uso feito *do termo,* importa verificar se essa definição é adequada aos outros usos, pois, se o for, é evidente que o termo, em relação aos restantes usos, não será ambíguo [126]. Se não for este o caso, terá de haver várias definições *correspondentes* a esses demais usos *do termo*; haverá neste caso duas definições do nome aplicáveis, a que foi dada primeiro e a que foi dada depois. Também deve verificar-se se, depois de dar a definição de um termo daqueles que têm vários sentidos, e *vendo* que essa definição não se ajusta a todos *os empregos do termo*, *o oponente* não reconhece que está usando um termo ambíguo, mas, pelo contrário, declara que o nome não se aplica a todos os casos porque a definição também não o faz: a isto há que retorquir que ele tem de usar o vocabulário usualmente aceite e seguido, sem baralhar os modos de falar, sem embargo de, em vários casos, se não dever empregar a linguagem comum da multidão.

---

[125] Entenda-se: ambos os sentidos de um termo ambíguo (que tenha apenas dois sentidos distintos).

[126] No texto: συνώνυμον ἂν εἴη, lit. «será sinónimo».

11. Se for enunciada a definição de um conceito complexo há que, extraindo a definição de um dos elementos do complexo, observar se o que resta *do enunciado é a definição* do que resta *do conceito complexo*; se não for, é evidente que o *enunciado* todo não poderá ser a definição do todo. Por exemplo, se *o oponente* definiu «segmento de recta» [127] como sendo «o limite de um plano limitado, cujo centro está alinhado com esses limites», se a definição de «linha limitada» for «limite de um plano limitado», então necessariamente o resto *do enunciado*, isto é, «*aquilo* cujo centro está alinhado com esses limites», será a definição de «recta». Mas uma *linha* ilimitada nem tem centro nem *tem* limites, embora seja «recta», logo, a parte restante *do enunciado* não é a definição da parte restante *do conceito*.

Deve *também verificar-se* se a definição proposta de um conceito complexo tem o mesmo número de membros que o *conceito complexo* a definir. Diz-se que tem o mesmo número de membros a frase em que são em número idêntico os elementos do conceito complexo por um lado, e os nomes e verbos que fazem parte da definição, por outro. É necessário que em casos deste tipo se possa fazer a substituição dos nomes que ocorrem, de todos, ou de alguns, desde que *a definição* não fique a conter mais | nomes agora do que anteriormente. É necessário, 149a
por outro lado, que quem define empregue, em vez dos nomes, o enunciado *correspondente* de todos eles [128], ou se não, pelo menos da maior parte. Deste modo, mesmo nos casos simples, bastaria substituir um nome *por outro* para se obter uma definição, por exemplo, substituindo «capote» por «manto».

Ocorre um erro maior se *o oponente* substitui uma expressão por outra ainda menos usual, por exemplo, se em vez de «um homem branco» disser «um mortal reluzente» [129]: além de não definir coisa nenhuma, está a empregar palavras *ainda* menos esclarecedoras.

---

[127] Lit., «uma linha recta limitada».

[128] *I. e.*, que seja capaz de substituir cada nome pela respectiva definição.

[129] Na sua tradução dos *Top*. para latim, Boécio substituiu o exemplo de Arist. por outro diferente, mas de igual sentido: *pro tunica nigra, colobium atrum,* em vez de «túnica negra», «dalmática preta».

Deve verificar-se também se, ao fazer-se a substituição dos nomes, já não se está a significar a mesma coisa, por exemplo, se se substituir «ciência contemplativa» por «concepção *contemplativa*» [130]. «Ciência» e «concepção» não são a mesma coisa; deveriam sê-lo, porém, caso se pretendesse que as duas expressões significassem o mesmo. É certo que o *adjectivo* «contemplativa» é comum a ambas, mas o resto é diferente.

Deve verificar-se ainda se *o oponente,* ao proceder à substituição de um dos nomes, obteve como resultado a substituição, não da diferença específica, mas sim do género, como no exemplo acabado de referir. O vocábulo «contemplativo» é menos conhecido do que «ciência», pois enquanto este designa um género, aquele designa uma diferença; ora o termo mais conhecido de todos é o que designa o género, pelo que a substituição não deve ser efectuada a nível do género, mas sim do da diferença, dado que este último termo é menos conhecido. (Pode ser que esta crítica seja ridícula, pois nada impede que a diferença específica, ao contrário do género, seja designada pelo termo mais conhecido; se tal for o caso, é evidente que a substituição dos nomes deve fazer-se a nível do género, e não ao da diferença.) Se em vez de substituir um nome por outro se substituir um nome por uma definição, é evidente que é preferível dar a definição da diferença a dar a do género, dado que a função da definição está na aquisição de um conhecimento, e a diferença específica é menos conhecida do que o género.

12. Se *o oponente* deu a definição de uma diferença específica, há que verificar se essa definição não é comum a mais algum outro termo. Por exemplo, se porventura definir «número ímpar» como «número que tem um ponto médio», há que esclarecer como funciona esse ponto médio. É que a palavra «número» ocorre em ambas as expressões, mas a segunda expressão aparece no lugar de «ímpar». Ora também uma linha ou um sólido [131] têm um ponto médio, sem por isso serem «ím-

---

[130] Θεωρητικὴ ἐπιστήμη «ciência/saber contemplativa(o)»; ὑπόληψις θεωρητική «representação/concepção contemplativa (teorética)».

[131] Σῶμα, lit. «um corpo».

pares». Logo, esta não é uma definição correcta do termo «ímpar». Se, por outro lado, «ter um ponto médio» é uma expressão que se pode usar com diferentes sentidos, então é preciso esclarecer em que sentido é que se diz «ter um ponto médio». Logo, ou esta expressão deve ser sujeita à crítica, ou deve demonstrar-se que não foi apresentada nenhuma definição.

Importa ainda verificar se a coisa que *o oponente* está a definir pertence ao número dos entes, mas há algum elemento contido na definição que não *pertence*, por exemplo, se ele definir | «branco» como «cor misturada com fogo»: é impossível 149b
uma coisa incorpórea misturar-se com uma corpórea [132], logo, não pode existir «uma cor misturada com fogo»; existe, porém, o «branco».

Outro caso é o dos que não explicitam, na definição dos termos relativos, qual a coisa em relação à qual eles *são relativos*, e, pelo contrário, dão a esses conceitos uma extensão excessiva; estes *dialécticos*, ou erram na totalidade, ou erram em parte, por exemplo, os que definem «medicina» como a «ciência do ente» [133]. Se a medicina não for a ciência de nenhuma coisa existente, é evidente que eles estão errados na totalidade; se for a ciência de umas coisas existentes mas não de outras, estarão errados em parte, porque a definição *de medicina* deve ser dada em relação a tudo quanto existe, se a intenção for defini-la por si mesma, e não em função de algum acidente, como é o caso de todos os termos relativos: tudo quanto é «cognoscível» é definido relativamente a um «ramo do conhecimento». Do mesmo modo se passam as coisas com os restantes termos relativos, dado que todos os relativos são convertíveis. Além disso, se se admitir que está a dar uma definição correcta quem define um termo, não em si mesmo, mas relati-

---

[132] O «fogo», ainda que, como Arist. diz em vários passos desta exposição, seja composto de «partículas muito subtis», é uma «coisa corpórea», ao passo que «branco», sendo um conceito e não um corpo, é uma «coisa incorpórea» (é um λεκτόν, um *dictum*, como diriam os Estóicos, v. *SVF*, II, fr. 132, 166, 168, 331), pelo que não pode haver uma combinação de «fogo» com «branco».

[133] Ἐπιστήμη τοῦ ὄντος «ciência daquilo que é (= do ente, do ser), daquilo que existe (= do existente)».

vamente a algum acidente, terá de admitir-se que *esse termo* não é relativo a uma só coisa, mas a cada uma das coisas de que se diz ele ser relativo. Nada impede, por exemplo, que a mesma coisa seja «um ente», «uma coisa branca», «uma coisa boa»; por conseguinte, se se admitir que quem define *um termo* em função de um acidente dá uma boa definição, deverá aceitar-se como correcta uma definição dada em relação com cada um daqueles termos. Por outro lado, é impossível que uma tal definição seja propriedade do termo definido: não é, de facto, apenas a «medicina», mas sim a maior parte das outras ciências que são relativas «ao existente», logo, cada ciência será «ciência da realidade» [134]. Assim, é evidente que uma definição nestes termos não é definição de ciência nenhuma, pois uma definição deve denotar uma propriedade particular *da coisa a definir*, e não comum a várias.

Por vezes, também, dão-se definições, não de uma coisa, em geral, mas sim de uma coisa referida ao seu estado, à sua perfeição. São deste tipo as definições de «orador» e de «ladrão», se se definir «orador» como «o homem capaz de considerar o que há de convincente em cada argumento, sem nada omitir», e «ladrão» como «o homem que rouba sem ser detectado»; é evidente que um e outro, para corresponderem a estas definições, devem ser «um exímio orador» e «um exímio ladrão», pois não é ladrão quem rouba alguma coisa sem ser detectado, mas apenas quem o faz deliberadamente.

Ainda há a considerar se *o oponente* definiu uma coisa desejável por si mesma tendo em atenção o facto de ela proporcionar algum resultado, ou permitir alguma actividade, ou por qualquer outro motivo que a torne desejável, por exemplo, se define «justiça» como «preservadora das leis», ou «sabedoria» como «produtora da felicidade», pois «produtora» ou «preservadora» implicam que não são desejáveis por si mesmas, mas por algum outro motivo. Por outro lado, nada impede que uma coisa seja desejável por si mesma, e também por algum outro motivo; mas mesmo assim deve sublinhar-se que esta é uma forma incorrecta de definir uma «coisa desejável por si

---

[134] *I. e.*, «ciência do existente» (cf. n. precedente).

mesma». De facto, o melhor de cada coisa está na sua substância [135]; além disso, uma coisa desejável por si mesma é superior a uma coisa desejável por outro motivo, logo, seria sobretudo este facto que a definição deveria acentuar. |

13. Há que verificar ainda se *o oponente,* ao definir uma 150a
coisa qualquer, a define assim: «isto e aquilo», ou «o que é composto disto e daquilo», ou ainda «isto *juntamente* com aquilo» [136]. Se define uma coisa *segundo o modelo* «isto e aquilo» o resultado será que *um tal termo,* ou convirá a ambas *as coisas* ou a nenhuma delas; por exemplo, se definir «justiça» como «sensatez mais coragem»: no caso de dois indivíduos, dos quais cada um tem um só destes atributos *(ou é sensato, ou é corajoso)*, sucede que, ou ambos são justos, ou nenhum o é, pois tomados em conjunto eles são possuidores de «justiça», mas cada um por si não o é. Se o que acabamos de dizer não parecer completamente absurdo, dado que circunstâncias similares podem dar-se em outras situações (nada impede, por exemplo, que dois indivíduos sejam, em conjunto, donos de uma mina [137], sem nenhum deles individualmente o ser), pareceria por completo aburdo que o resultado desta situação fosse a coexistência de atributos contrários nos mesmos sujeitos. Ora o resultado seria precisamente este, se se desse o caso de um dos indivíduos ter os atributos «sensatez» e «cobardia», e o outro, «coragem» e «imoderação»: em conjunto ambos teriam como atributos «justiça» e «injustiça», a ser verdade que «justiça» é igual a «sensatez e coragem» e «injustiça» é igual a «cobardia e imoderação». De um modo geral, todos os argumentos que demonstrem que as partes e o todo não são uma e a mesma

---

[135] Οὐσία.

[136] Neste passo, Arist. usa expressões comuns da linguagem quotidiana: τάδε, lit. «estas coisas», ou seja, «isto mais aquilo», «isto e aquilo», τὸ ἐκ τούτων «o que (é formado a partir) destas coisas», τόδε μετὰ τοῦδε «isto (juntamente) com aquilo». Em lingugem menos coloquial, diríamos que a definição referida constaria de uma possível combinação de elementos definitórios.

[137] Μνᾶ «mina» (nome de uma moeda ateniense, com o valor de cem dracmas).

coisa serão úteis para contestar o exemplo acabado de analisar: dado que quem dá uma definição nestes termos parece implicar que há identidade entre as partes e o todo. Estes argumentos são sobretudo adequados aos casos em que é óbvia a junção de partes distintas, como sucede com «casa», ou coisas similares: é evidente que nada impede que o todo não exista mesmo que existam as partes, donde se conclui que não é o mesmo falar das partes ou do todo.

Se *o oponente* não definiu a coisa como «isto e aquilo», mas sim como «o que é composto disto e daquilo», deve verificar-se em primeiro lugar se não é natural resultar alguma unidade *do agregado* dos elementos enunciados. Há certas coisas que se comportam reciprocamente de maneira tal, que da junção de ambas nada de uno pode resultar, como, por exemplo, de «linha» e de «número». Depois deve verificar-se se a coisa definida surge naturalmente e antes de mais num sujeito único, enquanto as coisas de que *o oponente diz que* aquela é composta não ocorrem primacialmente num sujeito único, mas surgem uma num *sujeito,* e outra noutro. É óbvio que, nestas condições, a coisa definida não poderá ser derivada das outras que foram mencionadas. É que aos sujeitos a que convêm *como predicados* as partes, necessariamente convém igualmente o todo, por conseguinte, o todo não surgirá antes de mais num sujeito único, mas sim em vários. Se, por outro lado, tanto as partes como o todo ocorrerem antes de mais num único sujeito, há que verificar se se trata *sempre* do mesmo sujeito, ou se ocorre antes o todo num sujeito e as partes noutro sujeito. Há também que investigar se, quando o todo desaparece, as partes desaparecem simultaneamente: *neste caso* deverá verificar-se inversamente que, desaparecidas as partes, desaparece também o todo, embora não seja necessário que, desaparecido o todo, desapareçam também as partes. Deve verificar-se ainda se, quando o todo é bom ou mau, as partes não são uma coisa nem outra, e inversamente, se, quando as partes são boas ou más, o todo não é uma coisa nem outra: de facto, nenhuma coisa boa ou má pode derivar de coisas que não são nem uma coisa nem
150b outra, | e, igualmente, de coisas más ou de coisas boas não pode derivar algo que não seja nem uma coisa nem outra. Ou se uma das coisas tende mais a ser boa do que a outra a ser má, a coisa delas derivada não tende mais a ser boa do que má, por exem-

plo, se se entender «desfaçatez» [138] como derivada de «coragem» e de «falsa opinião»: de facto, a «coragem» tende mais a ser uma coisa boa do que a «falsa opinião» tende a ser uma coisa má; seria, portanto, necessário que a coisa derivada destas componentes acompanhasse antes a tendência mais vincada, e fosse, ou simplesmente boa, ou *tendencialmente* mais boa do que má. Também é possível que isto não suceda necessariamente, caso nenhuma dessas coisas seja em si mesma uma coisa boa ou má; muitos dos agentes *que provocam* um dado efeito não são bons tomados em si mesmos, mas são-no em combinação com outros ou, inversamente, cada um deles é uma coisa boa, mas em conjunto são uma coisa má, ou nem uma coisa nem outra. Uma situação em que o que acabámos de dizer é particularmente visível é o que se refere aos agentes provocadores da saúde ou da doença: há muitos fármacos que, tomados isoladamente, fazem bem, mas que se tornam nocivos se tomados em simultâneo.

Deve verificar-se ainda se, quando um dos componentes é melhor e o outro é pior, o todo resultante não é pior que a parte melhor, mas é melhor do que a parte pior. (Ou nada disto ocorre necessariamente, a menos que os componentes de que resulta o conjunto sejam em si mesmos bons; nada, porém, impede que o conjunto resultante não seja bom, como sucede com o exemplo acima dado.)

Deve verificar-se também se o todo não é sinónimo de alguma das suas partes; não convém que isto aconteça, tal como sucede no caso das sílabas, porquanto a sílaba não é sinónima de nenhuma das letras de que é composta [139].

Deve verificar-se também se *o oponente* omitiu o modo de formação *do termo* complexo, pois para a definição ser esclarecedora não basta que se diga que é formado «disto e daquilo». Ou seja, não chega dizer de que elementos é formado, pois a

---

[138] Ἀναίδεια, lit. «falta de vergonha, descaramento».

[139] Dado o estatuto derivado da linguagem escrita em relação à falada, seria mais pertinente falar dos *fonemas* que compõem a sílaba, em lugar de privilegiar as letras. Para efeitos da presente argumentação, contudo, a distinção em causa não é relevante.

substância do todo não está em ser feito de tais e tais elementos, mas sim destes elementos combinados desta ou daquela maneira, como, por exemplo, sucede com uma «casa»: um amontoado desordenado de todos os seus componentes não chegaria para formar uma «casa».

Se *o oponente* define o termo segundo o modo «isto *juntamente* com aquilo», em primeiro lugar ele deverá explicitar se por «isto *juntamente* com aquilo» pretende significar o mesmo que quando diz «isto e aquilo» ou «isto é composto daquilo»: quem pronuncia a expressão «mel juntamente com água» ou quer significar «mel e água», ou um composto formado de «mel mais água». Por conseguinte, se ele reconhecer que o que pretendeu dizer com «isto *juntamente* com aquilo» é idêntico a alguma das outras expressões, será conveniente adaptar agora os argumentos que atrás foram usados a propósito de cada uma delas. Em seguida há que verificar em quantos sentidos *ele* emprega a expressão «esta coisa com aquela outra», e verificar se a expressão «isto com aquilo» não se pode usar em algum desses sentidos. Por exemplo, se se diz «esta coisa com esta outra» para significar que ambas estão contidas num mesmo «recipiente», tal como «justiça» e «coragem» têm *por recipiente* a «alma», ou que ambas se encontram no mesmo lugar, ou que sucedem ao mesmo tempo, e se em caso algum não for verdade o que se predicar de ambas [140], é evidente que a definição apresentada não é definição de coisa nenhuma, porquanto não é exemplo de «isto *juntamente* com | aquilo». Se, por 151a outro lado, feita a distinção entre ambas as coisas, resultar ser verdade que ambas se verificam ao mesmo tempo, deve verificar-se se é possível que ambas não digam respeito ao mesmo sujeito. Por exemplo, se *o oponente* tiver definido «coragem» como «audácia com pensamento justo» [141]: ora é possível um *mesmo* indivíduo ter «audácia» para roubar, e ter «pensamento justo» acerca do que faz bem à saúde, mas tal não implica que seja «corajoso» o homem dotado ao mesmo tempo destas duas qualidades. Deve ainda verificar-se se ambos os atributos po-

---

[140] Entenda-se, «de ambas tomadas conjuntamente».

[141] Τόλμαν μετὰ διανοίας.

dem ser relativos ao mesmo objecto, por exemplo, relativamente a questões de medicina: nada impede, com efeito, que um homem tenha «audácia» e «pensamento justo» em questões ligadas à medicina; mas isso não implicaria que o possuidor desses atributos devesse ser definido como «corajoso». De facto, nada obriga a que cada um destes atributos seja aplicado a objectos distintos nem a um mesmo objecto indiferente, mas sim àquilo que é a «finalidade» da «coragem», em relação, por exemplo, aos perigos da guerra, ou a outra situação em que a coragem seja ainda mais apropriada.

Muitas das definições apresentadas desta maneira não resultam da divisão acima indicada [142], como sucede quando se define «cólera» como sendo «um sofrimento combinado com a sensação de que se está a ser menosprezado» [143]. O que esta expressão pretende significar é que o referido sofrimento resulta da referida sensação; mas que uma coisa seja resultado de outra é algo diverso de qualquer das combinações atrás mencionadas de definição *segundo o modelo* «isto *juntamente* com aquilo».

14. Também no caso de *o oponente* ter declarado que um «todo» é a composição «deste *elemento* mais aquele», por exemplo, *se ele definir* «animal» como sendo «um composto de alma mais corpo», em primeiro lugar há que averiguar se ele não explicitou a qualidade desse composto, como deve fazer quem definir «carne» ou «osso» como sendo «um composto de fogo, terra e ar». É que não basta dizer que estamos diante de uma composição, é preciso também explicitar a qualidade dessa composição, porquanto nem toda a junção arbitrária dos elementos apontados dá como resultado «carne», apenas resulta «carne» quando a combinação é feita de determinada maneira, e o mesmo se passa com «osso». Não parece, contudo, de admitir que as substâncias em causa [144] sejam resultado de uma

---

[142] *I. e.*, da divisão enunciada supra (150a1 e segs.) e explicitada na n. 136.

[143] Λύπη μεθ᾽ ὑπολήψεως τοῦ ὀλιγορεῖσθαι «dor com suspeição de ser vítima de menosprezo».

[144] *I. e.*, «carne» e «osso».

composição, atendendo a que uma qualquer «composição» [145] tem *sempre* por contrário uma «dissolução» [146], o que não se verifica nos casos acima [147]. Além disto, se for igualmente aceitável que, ou todo o composto é uma composição, ou que nenhum o é, e se cada «animal», embora sendo um composto, nem por isso é uma composição *de elementos*, então também dos outros compostos nenhum deles será uma composição.

Deve verificar-se também se, quando é natural *dois atributos* contrários ocorrerem no mesmo sujeito de forma semelhante, *o oponente* definiu um deles por recurso ao outro: é evidente que assim não define coisa alguma. Se não o fez, então o resultado será que pode haver muitas definições da mesma coisa; com efeito, por que motivo haverá de definir melhor *o sujeito* quem se serve de um, e não *quem se serve* do outro *dos ditos contrários*, se é igualmente natural que eles se verifiquem na mesma
151b coisa? Será deste tipo | a definição de «alma» como «uma substância receptiva ao conhecimento» [148], dado que ela é igualmente «receptiva à ignorância» [149].

Ainda quando não estamos em posição de argumentar contra uma definição *dada pelo oponente* por a não conhecermos bem no seu todo, devemos, mesmo assim, argumentar contra alguma das suas partes, se esta nos for bem conhecida e se nos parecer que não foi correctamente empregada; isto porque, invalidada um parte da definição, toda ela ficará invalidada. Quando as definições são pouco claras, há que corrigi-las e adaptá-las de modo a esclarecer alguma das suas partes, e encontrar deste modo um ponto em que as possamos atacar; com efeito *aquele dos oponentes* a quem cabe responder deve necessariamente, ou aceitar a interpretação assumida pelo que faz as perguntas, ou então esclarecer ele próprio qual a sua ideia sobre a definição em causa. Mais — tal como é costume nas

---

[145] Σύνθεσις.

[146] Διάλυσις.

[147] *I. e.*, não é possível separar, *u. g.*, «osso» nos seus três alegados elementos de composição, «fogo», «terra» e «ar».

[148] Οὐσία ἐπιστήμης δεκτική.

[149] Ἀγνοίας δεκτική.

assembleias ao propor uma *nova* lei: se a lei proposta é melhor do que a que está *em vigor* esta é revogada —, o mesmo se deve fazer quanto às definições, propondo uma definição nova: se esta parecer ser superior e esclarecer melhor a coisa a definir, é evidente que deve ser eliminada a precedente, uma vez que a mesma coisa não pode ter várias definições.

Em relação a todas as definições, uma regra fundamental [150] é sermos capazes de definir adequadamente o objecto em causa para nós mesmos, ou então aceitar uma definição *alheia* correctamente estabelecida; é necessário que, tal como se estivermos a olhar para um modelo, nos dêmos conta do que há a menos na definição *dada pelo oponente*, e bem assim do que nela existe de desnecessário, de modo a dispormos de mais recursos para a pôr em causa.

Estas são, em suma, as considerações que importa fazer acerca das definições.

---

[150] Οὐκ ἐλάχιστον στοιχεῖον, lit. «não (é) o elemento menos importante».

Livro VII

1. Se uma coisa é «idêntica» ou é «diferente» de outra no sentido mais básico em que atrás utilizámos estes termos (dissemos então que o sentido mais básico de «identidade» é a identidade numérica [1]), é matéria a decidir a partir das flexões [2], dos *termos linguisticamente* coordenados [3] e dos opostos [4]. Assim, se «justiça» significar o mesmo que «coragem», também «*homem* justo» será o mesmo que «*homem* corajoso» e «justamente» quererá dizer o mesmo que «corajosamente». O mesmo se passa relativamente aos opostos: se duas coisas forem idênticas, também os respectivos opostos o serão, seja qual for o tipo da sua oposição; é indiferente que se considere o oposto de uma coisa ou o da outra, uma vez que são idênticos. Também o mesmo se passa no caso dos factores de produção, | ou 152a
de eliminação, de geração ou de destruição, ou, de um modo geral, em todas as oposições cujos membros têm um comportamento recíproco semelhante. Se duas coisas são, em termos absolutos [5], idênticas entre si, também as suas gerações e destruições serão idênticas, bem como os seus factores de produção e de eliminação.

---

[1] Cf. supra, 103a23 e segs.

[2] Πτώσεις (sempre no sentido alargado que Arist. dá ao termo).

[3] Σύστοιχοι.

[4] Ἀντικείμενα.

[5] Ἁπλῶς.

Deve examinar-se também se, quando se diz que uma de duas coisas possui um dado atributo em grau superlativo, se pode igualmente dizer da outra que também tem o mesmo atributo em grau superlativo segundo o mesmo ponto de vista. É o que sucede no caso de Xenócrates, que demonstra serem idênticas [6] as expressões «vida feliz» e «vida honesta», dado que, de todas as formas de vida, a preferível é a que for «feliz» e for «honesta»; ora a coisa «preferível» é, ao mesmo tempo, a que atinge o superlativo. O mesmo se pode dizer a propósito de todos os demais termos de tipo semelhante. É necessário, porém, que as duas coisas que se diz serem «a mais importante» e «a mais desejável» sejam numericamente uma só; de outra maneira será impossível demonstrar que elas são a mesma coisa. Se aceitarmos que «os mais corajosos dos Gregos são os Peloponésios e os Lacedemónios», não se segue necessariamente daqui que o conjunto dos Peloponésios é idêntico ao conjunto dos Lacedemónios, dado que nem «Peloponésio» nem «Lacedemónio» designa uma coisa numericamente una. É necessário, porém, que um dos conjuntos esteja contido no outro, como é o caso dos «Lacedemónios», que são um subconjunto dos «Peloponésios». Se não fosse assim, isto é, se um dos conjuntos não estivesse incluído no outro, o resultado seria que cada um deles seria superior ao outro: seria necessário que os «Peloponésios» fossem superiores aos «Lacedemónios», admitindo que um dos grupos não faz parte do outro, porque se disse que «os Peloponésios são superiores a todos os outros GREGOS»; do mesmo modo seria necessário que os «Lacedemónios» fossem superiores aos «Peloponésios», porque também deles se disse «que são superiores a todos os outros GREGOS». Logo, cada um dos conjuntos seria reciprocamente superior ao outro. É óbvio, por conseguinte, que aquilo que se diz ser «o melhor» e «o mais importante» deve ser numericamente uno, se se quer demonstrar que são a mesma coisa. Precisamente por isto Xenócrates não demonstrou o que pretendia: «vida feliz» e «vida honesta» não são numericamente uma só coisa, logo, não se segue

---

[6] *I. e.,* que significam a mesma coisa.

necessariamente que sejam a mesma coisa, dado que ambas as formas de vida são as mais desejáveis; segue-se, isso sim, que uma delas está contida na outra.

Deve averiguar-se também se, *de duas coisas,* quando uma é idêntica a uma terceira, a outra também o é, porque, se não forem ambas idênticas *a essa terceira*, é evidente que também não serão idênticas entre si.

Deve investigar-se também a partir dos acidentes *das duas coisas*, e ainda das coisas em que *aquelas* se verificam como acidentes, porque, *para duas coisas serem idênticas,* aquilo que é acidente de uma deve necessariamente ser acidente da outra, e se uma delas é acidente de uma terceira, também a outra deverá ser acidente desta. Se ocorrer alguma discrepância, isso significa que as coisas em questão não são idênticas.

Deve verificar-se também se ambas as coisas não pertencem ao mesmo tipo de predicação [7], mas pelo contrário, uma diz respeito à «qualidade», e outra à «quantidade», ou a alguma «relação». Do mesmo modo, ver se | o género de ambas as 152b
coisas não é o mesmo, mas um deles é «bem» e o outro «mal», ou um é «virtude» e o outro «saber». Ou então se o género *das coisas* é o mesmo, mas as diferenças específicas predicadas delas não são as mesmas, sendo a de uma um «saber teórico» [8], e a da outra um «*saber* prático» [9]. O mesmo em relação a outros casos *similares*.

Devem analisar-se *os termos* [10] também a partir do grau comparativo, se um deles admitir o comparativo e o outro não, ou se ambos o admitirem mas não simultaneamente, por

---

[7] Ἐν ἑνὶ γένει κατηγορίας; uma tradução equivalente seria: «não são predicadas segundo a mesma categoria».

[8] Ou: «ciência contemplativa» (θεωρητικὴ ἐπιστήμη).

[9] Πρακτικὴ (*scil*. ἐπιστήμη).

[10] Note-se que aquilo que umas vezes traduzimos por «coisas» e outras por «termos» não tem uma correspondência exacta no texto grego, *i. e.,* não existe no texto aristotélico nenhum *nome* que corresponda aos *nomes* que empregamos no texto português; o que lá existe são apenas *pronomes neutros*, que por motivos estilísticos não vertemos sempre de uma maneira unívoca. Uma justificação para este proceder resulta do facto de Arist. sobrepor as diversas noções, ou seja, de não distinguir clara-

exemplo, «quem mais ama» não é «quem mais deseja ter relações sexuais», logo, «amor» e «desejo sexual» não são a mesma coisa.

Deve verificar-se também, no caso dos acrescentos, se duas coisas adicionadas a uma mesma terceira dão, em cada caso, um todo idêntico. Ou se, pelo contrário, a cada uma delas for subtraída a mesma coisa, o que resta é idêntico em ambos os casos. Por exemplo, se *o oponente* disser que «o dobro da metade» e «o múltiplo da metade» são a mesma coisa. Se a cada uma *das coisas consideradas* se suprimir a metade, o resultado deverá ser idêntico nos dois casos, o que não se verifica [11]. Logo, «duplo» e «múltiplo» não têm o mesmo significado.

Deve também verificar-se, não apenas se da tese proposta resulta alguma impossibilidade, mas ainda se alguma impossibilidade está implícita na mera hipótese correspondente [12], como sucede quando se afirma que «vazio» e «*espaço* cheio de ar» significam o mesmo; é evidente que se se fizer o ar sair *desse espaço*, este não passará a estar menos, mas antes mais vazio, por deixar de estar «cheio de ar». Logo, em resultado desta hipótese [13] (e é indiferente que ela seja falsa ou verdadeira), um dos dois termos é eliminado, mas o outro não, o que quer dizer que não significam a mesma coisa.

Falando de um modo geral, há que verificar, a partir dos predicados atribuídos a cada uma das coisas *por hipótese, idênticas*, e também a partir de outras coisas de que estas sejam predicadas, se ocorre alguma discrepância, porquanto, *para que sejam idênticas*, é necessário que tudo quanto seja predicado de uma seja também predicado da outra, e que uma coisa que admita um predicado admita também o outro.

---

mente quando está a pensar, *u. g.*, na definição de um termo (*i. e.*, de uma palavra), de um conceito, ou do próprio objecto material denotado pela palavra.

[11] Ou melhor, não se verifica *sempre.* Mais exactamente deveria dizer-se, portanto, que «dobro» é somente um caso pontual de «múltiplo».

[12] Deve entender-se que tanto a *tese* como a *hipótese* se referem à identidade entre duas «coisas».

[13] A hipótese da equivalência «vazio» = «espaço cheio de ar».

Deve também averiguar-se, dado que «idêntico» se pode empregar em variados sentidos, se também se pode dizer que *duas coisas* são idênticas em outro sentido: duas coisas podem ser idênticas quanto à espécie e quanto ao género sem precisarem de ser numericamente idênticas, ou até sem poderem sê-lo; deve então investigar-se se elas são idênticas neste *último* sentido, mas já não o são em outro.

Há que ver ainda se é possível uma delas existir sem que exista a outra, pois neste caso não poderá tratar-se de coisas idênticas.

2. São estes, portanto, os «lugares» que respeitam à questão da «identidade» [14]. É evidente, a partir do que ficou dito, que todos os «lugares» de tipo «destrutivo» [15] respeitantes à identidade são úteis para a questão das definições, conforme já atrás dissemos [16]: se, com efeito, o nome e a descrição [17] não significarem a mesma coisa, | é evidente que a descrição pro- 153a
posta não é uma definição. De entre os «lugares» de tipo «construtivo» [18] nenhum deles é útil para a questão das definições; de facto, não basta demonstrar que tanto a descrição como o nome significam a mesma coisa para comprovar que se trata de uma definição, pelo contrário, é necessário, para ser uma definição, que contenha todos os demais elementos que foram prescritos [19].

3. Em suma, é deste modo e graças a estas técnicas que devemos sempre tentar refutar uma definição. Se a nossa intenção for antes comprovar uma, a primeira coisa a fazer é saber que nenhum, ou muito poucos dos participantes em

---

[14] Sobre esta matéria, v. M. Mignucci, «Aristotle's Topics and Contingent Identity», *in* T. Buchheim, H. Flashar e R. A. H. King, *Kann man heute noch etwas anfangen mit Aristoteles?,* pp. 39-59.

[15] *I. e.,* que servem para «refutar» (ἀνασκευάζειν) um argumento.

[16] Cf. supra, 102a11.

[17] Λόγος.

[18] *I. e.,* que servem para «comprovar» (κατασκευάζειν) um argumento.

[19] Cf. supra, 139a24 e segs.

debates dialécticos *conseguem* deduzir *logicamente* uma definição; pelo contrário, o que todos fazem é tomar alguma como princípio *de base,* como fazem os que se ocupam da geometria, da aritmética ou de outras áreas do saber afins. Digamos apenas que cabe a outra investigação [20] explicitar mais aprofundadamente o que é uma definição e de que forma se deve formulá-la; por agora limitar-nos-emos ao que é suficiente para o objectivo presente, ou seja, a dizer que é possível construir um raciocínio [21] que conduza a uma definição e à explicitação da essência [22] de uma coisa. Se se entende por «definição» um enunciado que explicite qual a essência de uma coisa, se é preciso que o que é predicado na definição seja o único predicado da coisa quanto à essência, e se se predica alguma coisa quanto à essência quando se indica o género e as diferenças específicas, é claro que, quando se toma em consideração apenas o que é predicado da coisa quanto à essência, o enunciado que contenha esses elementos será necessariamente uma definição; nenhum outro enunciado qualquer pode ser uma definição, porque nada mais há que seja predicado da coisa quanto à sua essência.

É, portanto, evidente que é possível chegar a uma definição por meio de um raciocínio. A partir de que elementos se deve construí-la, *é ponto* mais aprofundadamente explicitado noutro trabalho [23]; para o objectivo agora presente são úteis os mesmo «lugares». Há que proceder à análise dos contrários e das outras formas de oposição, há que observar os enunciados tanto no seu conjunto como nas suas partes; se de coisas opostas forem dadas definições opostas, então necessariamente a definição proposta será adequada ao tema da discussão. Mas dado que são muitas as conexões existentes entre contrários, há que recorrer na sua análise àquela que pareça mais adequada para tornar clara a definição do contrário. Devem analisar-se os enunciados no seu todo, conforme acabamos de dizer. Quan-

---

[20] V. Arist., *An. Po.* II, 3-13 (= 91a12 e segs.).

[21] Συλλογισμός.

[22] Τὸ τί ἦν εἶναι.

[23] V. *An. Po.,* II, 13-14.

to à análise por partes, deve proceder-se como segue. Primeiramente, verificar se o género proposto é o correcto. Isto porque, se o termo contrário deve estar incluído no género contrário, e se o termo em questão não está incluído no mesmo género, é óbvio que deveria estar no género contrário, porquanto, necessariamente, coisas contrárias ou estão incluídas no mesmo género, ou estão incluídas em géneros contrários. De coisas contrárias também devemos predicar diferenças específicas contrárias, por exemplo, de «branco» e de «preto»: o primeiro termo implica uma função dissociadora [24] da visão, o outro denota uma | função associadora [25]. Por conseguinte, se 153b
de coisas contrárias são predicadas diferenças contrárias, então do sujeito em questão devem ser predicadas as diferenças postuladas, logo, dado que tanto o género como as diferenças específicas foram correctamente estabelecidos, é óbvio que a definição proposta será uma definição correcta. Ou então não é necessário que de *termos* contrários sejam predicadas diferenças específicas contrárias, salvo se esses contrários estão inseridos no mesmo género; se, porém, os seus géneros forem contrários, nada impede que a mesma diferença específica seja predicada de ambos o sujeitos, como, por exemplo, é o caso de «justiça» e «injustiça»: enquanto o primeiro termo denota uma «virtude», o segundo denota uma «deficiência» da alma, por conseguinte, em ambos os casos a diferença enunciada diz respeito à «alma», uma vez que «virtude» e «deficiência» se aplicam também ao corpo. Pelo menos isto é verdade: que as diferenças específicas de coisas contrárias, ou são contrárias, ou são as mesmas. Se de um dos contrários é postulada uma diferença contrária, e do outro não, é evidente que a diferença enunciada deverá ser predicada também deste último. Falando de um modo geral, uma vez que a definição consiste na enunciação do género e das diferenças específicas, se a definição do conceito contrário está clara, também a definição do sujeito em questão estará clara. Uma vez que uma coisa contrária, ou está inserida no mesmo género *que o seu contrário*, ou está inserida

---

[24] Διακριτικόν.

[25] Συγκριτικόν.

no género contrário, e semelhantemente também as diferenças específicas predicadas dos contrários ou são contrárias, ou são as mesmas, é evidente que do sujeito em questão ou será predicado o mesmo género que foi *predicado* do seu contrário, e as diferenças serão as contrárias, todas ou apenas algumas, sendo as restantes as mesmas; ou, inversamente, as diferenças são as mesmas mas os géneros são contrários; ou ainda são contrários, tanto os géneros como as diferenças. O que não é aceitável é serem uns e outras [26] os mesmos, pois neste caso uma mesma definição aplicar-se-ia a dois sujeitos contrários.

Também se devem analisar as flexões das palavras e os *termos linguisticamente* coordenados *que fazem parte do enunciado,* pois é necessário que *a este respeito* tanto os géneros como as definições concordem entre si. Por exemplo, se «esquecimento» significa «perda de um conhecimento», então também «esquecer» significará «perder um conhecimento», e «ter-se esquecido» significará «ter perdido um conhecimento» [27]. Se, por conseguinte, se aceitar alguma destas expressões, terá necessariamente de aceitar-se as restantes. Similarmente, se «destruição» significa «dissolução da essência», então também «ser destruído» significa «ser dissolvido na (sua) essência» e «destrutivamente» significará «dissolutivamente»; se, por outro lado, «elemento destruidor da essência» é o mesmo que «elemento dissolutor *da essência*», também «destruição» será o mesmo que «dissolução *da essência*» [28]. O mesmo é válido para

---

[26] *I. e.,* tanto os géneros como as diferenças.

[27] As expressões usadas por Arist. no exemplo são rigorosamente paralelas: λήθη «esquecimento» (nome) ≡ ἐπιλανθάνεσθαι «esquecer(-se)» (verbo, infinito presente) ≡ ἐπιλελῆσθαι «ter-se esquecido» (verbo, infinito perfeito) ≡ ἀποβολὴ ἐπιστήμης «perda de um conhecimento» (sintagma nominal) ≡ ἀποβάλλειν ἐπιστήμην «perder um conhecimento» (sintagma verbal, verbo no infinito presente) ≡ ἀποβεβληκέναι ἐπιστήμην «ter perdido um conhecimento» (sintagma verbal, verbo no infinito perfeito).

[28] Idêntico paralelismo dos elementos linguísticos:

φθορά (≡) διάλυσις οὐσίας
φθείρεσθαι (≡) διαλύεσθαι οὐσίαν
φθαρτικῶς (≡) διαλυτικῶς
φθαρτικόν (οὐσίας) (≡) διαλυτικόν (οὐσίας)
φθορά (≡) διάλυσις (οὐσίας).

outros casos de natureza similar. Logo, aceitando como correcto um termo qualquer, todos os restantes têm de ser igualmente aceites.

Também se pode partir de termos que se comportam de forma semelhante uns em relação aos outros. *Por exemplo,* se «saudável» é aquilo «que produz saúde», também «revigorante» é aquilo «que produz vigor», e «útil» será aquilo «que produz um bem» [29]. É semelhante o comportamento | de cada 154a
um dos vocábulos dados em relação à sua finalidade particular [30], de modo que, se a definição de um deles é que «produz/realiza uma certa finalidade» [31], essa será também a definição de cada um dos restantes.

Deve partir-se também do emprego dos comparativos de superioridade e de igualdade, e verificar de quantas formas é possível comprovar *um argumento* por meio de uma comparação *de termos* dois a dois. Por exemplo, se esta definição é «mais» definição desta coisa do que a outra *definição* é *definição* da outra coisa, e se a que for de grau «menos» é definição, também a que for de grau «mais» o será. Se dois enunciados forem por igual definições, uma desta coisa, a outra daquela outra, aceitando uma delas como definição, tem de aceitar-se também a outra. Se, porém, se apresenta uma só definição, dada comparativamente de duas coisas, ou duas definições de uma só coisa, a análise a partir do emprego do grau «mais» não tem *qualquer* utilidade, dado que é impossível haver, quer uma só definição de duas coisas, quer duas definições para a mesma coisa.

---

[29] Novo paralelismo:

ὑγιεινόν (≡) (ποιητικὸν) ὑγιείας
εὐεκτικόν (≡) (ποιητικὸν) εὐεξίας
ὠφέλιμον (≡) (ποιητικὸν) ἀγαθοῦ.

Note-se apenas que neste último caso os vocábulos ὠφέλιμον e ἀγαθοῦ não se relacionam etimologicamente como fazem os dois primeiros.

[30] Τὸ οἰκεῖον τέλος.

[31] Ποιητικὸν τοῦ τέλους.

4. De entre todos os «lugares», os mais oportunos são estes que acabamos de mencionar, bem como os que resultam da composição dos vocábulos e das flexões *das palavras*. Por isso é necessário apreendê-los o melhor possível, e tê-los sempre prontos a serem utilizados, pois eles são os mais úteis para todo o tipo de situações. Quanto aos demais, importa conhecer bem os mais comuns de todos, já que são eles os mais operativos, por exemplo, analisar cada coisa individualmente, verificar se, no que toca às espécies, a definição é adequada, dado que a espécie é sinónima *dos seus elementos*. Este «lugar» é também útil para refutar os que defendem a existência das «formas» [32], conforme já atrás dissemos [33]. Deve verificar-se também se algum termo foi empregado metaforicamente, ou se alguma coisa foi predicada de si mesma como se se tratasse de uma coisa diferente. Em suma, se algum outro «lugar» se verificar ser de uso comum e eficaz, há que recorrer a ele.

5. Vamos tornar perfeitamente claro de seguida que é mais difícil comprovar do que refutar uma definição. De facto, não é tarefa fácil reconhecermos nós próprios, nem conseguirmos obter dos interrogandos proposições tais, por exemplo, que no enunciado da questão estejam presentes primeiro o género e depois a diferença específica, e também que quer o género quer as diferenças sejam predicadas segundo a categoria da «essência» [34]; sem estes elementos, porém, não é possível construir logicamente uma definição, porque, se for predicado do sujeito em questão mais qualquer coisa sob a categoria da «essência», não resulta claro se o que convém ao sujeito é a definição dada ou antes outra qualquer, já que por «definição» se entende um enunciado que indica a essência [35] da coisa. *Esta conclusão* é também evidente por este outro motivo: é mais fácil tirar uma só conclusão do que muitas. Ora a quem refuta basta argumentar apenas contra um ponto, porquanto se se

---

[32] Ἰδέας, «formas», «ideias» (em sentido platónico).
[33] Cf. supra, 148a14 e segs.
[34] Ἐν τῷ τί ἐστι.
[35] Τὸ τί ἦν εἶναι.

conseguir refutar um só elemento da definição, esta ficará toda ela refutada. Em contrapartida, quem comprova deve necessariamente provar que são aplicáveis todos os componentes *da definição*. Mais, quem confirma deve estabelecer o raciocínio em termos universais, porquanto é necessário que em relação | a 154b tudo de que «se predica» o nome, se predique também a definição; além disso deve ser possível inverter os termos, se de facto se pretende que a definição apresentada seja apropriada à coisa a definir. Quem refuta não precisa necessariamente de demonstrar *o raciocínio* em termos universais, bastará apenas demonstrar que a definição não é verdadeira a respeito de algum dos pontos contidos no enunciado. Se for preciso refutar o raciocínio universalmente, nem assim é necessária a conversão dos termos para fazer a refutação, pois para refutar um raciocínio universalmente basta provar que o enunciado *definitório* não é predicado de todas as coisas de que o nome é predicado. Em contrapartida, não é necessário recorrer à conversão para demonstrar que não é predicada a definição de todas as coisas de que é predicado o nome. Além disso, a definição ficará também refutada se for válida para todas as coisas implicadas pelo nome, mas não apenas para essas.

É similar a situação da propriedade e do género, isto é, em ambos os casos é mais fácil refutar do que comprovar. Pelo que respeita à propriedade, é evidente a partir do que acabámos de dizer: como na maioria dos casos a propriedade é enunciada através de uma frase complexa [36], para a refutar bastará impugnar um dos seus componentes, ao passo que para a confirmar é necessário demonstrar racionalmente todos eles. Além disto, praticamente tudo o que dissemos acerca da definição se pode dizer de forma adequada acerca da propriedade (pois quem confirma deve demonstrar que a propriedade se verifica em todas as coisas que cabem dentro da abrangência do nome, ao passo que para quem refuta basta mostrar que não se verifica numa coisa apenas; mais, a refutação pode ser obtida se

---

[36] Ἐν συμπλοκῇ, lit. «em combinação», ou seja, por meio de um conjunto de sintagmas variamente combinados, por uma combinação de proposições.

esse componente se verificar em todas as coisas *abrangidas pelo nome* mas não só a estas, conforme deixámos dito a propósito da definição). Pelo que respeita ao género, há somente uma forma possível de o confirmar: mostrar que *um dado componente* se verifica em todos os sujeitos; quem refuta, pelo contrário, tem duas formas de o conseguir: quer prove que *um componente* não se verifica em nenhuma coisa, ou não se verifica em alguma, fica refutada a proposição inicial [37]. Além disso, para quem confirma não basta mostrar *que o predicado se verifica na coisa*, é necessário demonstrar também que se verifica como género. Para quem refuta, em contrapartida, basta mostrar que *o predicado* não se verifica em algum caso, ou em todos [38]. Parece assim que, tal como em outras situações é mais fácil destruir do que edificar, também no caso das argumentações *é mais fácil* refutar do que comprovar.

A respeito do acidente, se universal, *também* é mais fácil refutá-lo do que comprová-lo. Quem comprova deve demonstrar que ele ocorre sempre, a quem refuta basta mostrar que há um caso em que não ocorre. Quanto ao particular, pelo contrário, é mais fácil comprová-lo do que refutá-lo: a quem com-
155a prova basta provar que ele ocorre | uma vez, quem refuta deve mostrar que ele nunca se verifica.

É evidente, também, que de todos *os predicáveis* o mais fácil de refutar é a definição. Como são muitos os elementos enunciados, são muito numerosos também os dados nela contidos, e quanto mais numerosos são os dados mais lesto vai correndo o raciocínio; ora é mais provável um erro decorrer da abundância do que da escassez *de dados*. Além disso, no caso da definição, é aceitável que se argumente recorrendo também aos outros predicáveis; quer, portanto, o enunciado não seja uma propriedade, quer o género postulado não seja o adequado, quer algum dos *outros elementos* presentes na definição não seja aplicável, esta ficará desde logo refutada. Em relação com

---

[37] Por outras palavras, para refutar uma proposição universal afirmativa (A) pode recorrer-se quer à universal negativa (E), quer à particular negativa (O).

[38] Situação similar à da nota precedente.

as demais situações, já não é aceitável recorrer nem aos elementos próprios das definições, nem a nenhum dos outros, porquanto apenas em relação ao acidente se verificam em comum todas as situações que dissemos. É, de facto, necessário que cada um dos *atributos* referidos seja aplicável *ao sujeito*. Se o género não se verifica *no sujeito* a título de propriedade, nem por isso fica refutado como género; igualmente não é necessário que a propriedade ocorra a título de género, nem o acidente a título de género ou de propriedade, basta apenas que ocorram. Por conseguinte, não é possível argumentar sobre *uns predicáveis* a partir de outros senão no caso da definição. É evidente, portanto, que de todos o mais fácil de refutar, e ao mesmo tempo o mais difícil de comprovar é a definição: todas as outras questões devem ser racionalmente demonstradas (nomeadamente, que os atributos das coisas são os referidos, isto é, que o género *respectivo* é o indicado, que a definição foi estabelecida a título de propriedade), a definição, além disto, deve ainda explicitar a essência [39] do sujeito, e tudo deve ser feito correctamente.

De todos os outros *predicáveis* o que mais se lhe aproxima é a propriedade: por um lado, é mais fácil de refutar, na medida em que, na maior parte dos casos, é composta de muitos elementos; por outro, é a mais difícil de comprovar, porque é preciso passar em revista numerosos componentes; há ainda que provar que *todos estes* somente pertencem à coisa em questão, além de que é *uma predicação susceptível da* conversão *com o nome* da coisa.

De todos, o mais fácil de comprovar é o acidente. No caso dos outros *predicáveis* há que provar não apenas que eles se verificam, mas ainda que se verificam do modo indicado; no caso do acidente, basta simplesmente provar que ele se verifica. Por outro lado, o acidente é o mais difícil de refutar, por serem em muito reduzido número os dados que fornece; de facto, ao postular-se um acidente não se especifica de que modo ele ocorre *no sujeito.* Por conseguinte, enquanto nos demais

---

[39] Τὸ τί ἦν εἶναι.

casos são dois os caminhos para a refutação, isto é, ou mostrar que *o atributo em questão* não se verifica, ou que não se verifica de um determinado modo, no caso do acidente não há outra maneira de refutar senão demonstrando que ele não se aplica *ao sujeito.*

Ficam assim enumerados de forma praticamente exaustiva os «lugares» que nos permitirão abordar e resolver *a contento* cada tipo de problemas.

Livro VIII

1. Seguidamente vamos falar da ordenação *dos argumentos* e do modo de colocar as perguntas. Quem se predispõe a assumir o papel de questionador deve, em primeiro lugar, encontrar o «lugar» a partir do qual vai conduzir a argumentação; em segundo lugar, imaginar as perguntas e ordená-las devidamente para si próprio; em terceiro e último lugar, pôr essas perguntas ao oponente. Até à descoberta [1] do «lugar» *de partida,* a tarefa do dialéctico é idêntica à do filósofo, ordenar as perguntas e colocá-las *ao oponente* é peculiar ao dialéctico, já que este actua tendo pela frente um adversário. Para o filósofo, para o homem que pratica a investigação a título pessoal, desde que sejam verdadeiras e do conhecimento geral as premissas sobre que constrói o seu raciocínio, é indiferente que o interlocutor não as admita por as achar demasiado próximas da premissa inicial, e por prever qual vai ser a conclusão; de qualquer modo esforçar-se-á por que elas sejam o mais possível do conhecimento geral e próximas *do ponto de partida,* dado que é de tais postulados que decorre o raciocínio científico. 155b

Já foram indicados *nos livros precedentes* quais os «lugares» de que convém partir para a argumentação. Agora vamos falar

---

[1] Μέχρι τοῦ εὑρεῖν, lit. «até ao descobrir»; anote-se a correspondência em latim, *inuentio,* lit. «invenção», que tão largo espaço veio a encontrar na teoria retórica (v. M. Alexandre Júnior, *Hermenêutica Retórica,* pp. 38 e segs.).

da ordenação e da composição das perguntas, distinguindo as proposições que se deverão utilizar para além das necessárias; por «necessárias» entendem-se aquelas sobre as quais se fundamenta o raciocínio. Para além destas, há quatro tipos de proposições a utilizar: primeiro, as obtidas por indução de forma a obter-se *uma proposição* universal; segundo, as que servem para dar amplidão ao discurso; terceiro, *as que visam* tornar oculta a conclusão *do raciocínio;* quarto, as que têm por função tornar mais claro o raciocínio [2]. Além destes, não deverão utilizar-se mais nenhuns tipos, pelo contrário, há que tentar ampliar a discussão e compor as perguntas com recurso apenas a estes quatro. As *proposições destinada*s a ocultar *a conclusão resultam* do carácter competitivo *dos debates dialécticos;* dado que toda esta «arte» [3] assenta na relação com um oponente, é necessário recorrer também a este tipo de proposições.

Quanto às *proposições* necessárias, aquelas sobre que *se fundamenta* o raciocínio, não devemos apresentá-las imediatamente, mas sim partir de conceitos mais remotos; por exemplo, se se quiser provar que é a mesma a ciência que se ocupa dos contrários, não deve sustentar-se logo esta afirmação, mas sim começar *por estabelecer a identidade da ciência* dos opostos; *se o oponente* aceitar este ponto, então argumentar-se-á concluindo que é a mesma *a ciência* dos contrários, uma vez que *todos* os contrários são opostos; se não aceitar, há que levá-lo por indução a generalizar as conclusões tiradas da análise de contrários particulares. Deve forçar-se a aceitação das *proposições* necessárias, ou por raciocínio [4] ou por indução [5], ou então umas por indução e outras por raciocínio, e quanto às que forem, sem *qualquer* dúvida, evidentes há que dá-las por aceites *desde logo;* isto porque é sempre menos evidente um resultado ainda |
156a distante e obtido por indução; ao mesmo tempo, caso não seja possível fazê-las aceitar do modo acima dito [6], está sempre à

---

[2] Sobre estes pontos, v. «Introdução», §§ 57-85.

[3] Πᾶσα ἡ τοιαύτη πραγματεία, lit. «todo este tipo de actividade», *i. e.,* a «arte» do debate dialéctico como forma de competição «intelectual».

[4] Διὰ συλλογισμοῦ; também poderíamos dizer «por dedução».

[5] Δι᾽ ἐπαγωγῆς.

[6] *I. e.,* ou por raciocínio, ou por indução.

mão recorrer a *proposições* directamente úteis. Além destas últimas, as proposições dos tipos referidos devem ser empregadas no interesse das *necessárias*, e cada uma deve ser usada de modo a induzir do particular para o universal, e do conhecido para o desconhecido; as coisas mais conhecidas são as que resultam de dados sensoriais, em absoluto ou, pelo menos, para a maioria das pessoas. Para ocultar *a conclusão* convém recorrer a raciocínios prévios provenientes das premissas em que se fundamenta a conclusão à qual se pretende chegar desde o início, e quantos mais eles forem, melhor [7]. Isto é possível de conseguir se basearmos o raciocínio, não apenas nas proposições necessárias, mas também em algumas das que são apenas úteis para comprovar aquelas. Convém também não ir enunciando as conclusões *parciais*, mas guardá-las para as apresentar todas de uma vez apenas no fim do raciocínio: deste modo a conclusão última surgirá o mais longe possível da tese inicialmente proposta. Para falar em termo gerais, é deste modo sub-reptício que convém conduzir o interrogatório, de modo que, após terem sido colocadas perguntas sobre cada ponto do argumento, e após se ter enunciado a conclusão, *o oponente* ainda pergunte como é que se chegou até ela. Este resultado é sobretudo conseguido do modo como ficou dito atrás: enunciando somente a conclusão no final, permanece obscuro o modo como se chegou lá, pelo facto de *o oponente* não prever em que premissas assenta a conclusão simplesmente por não terem sido articuladas num todo as conclusões dos raciocínios prévios. Por outro lado, o raciocínio menos pormenorizado deve ser o da conclusão, dado que nós não apresentámos todas as suas premissas, mas somente aquelas através das quais o raciocínio foi conduzido.

É útil também não apresentar uns atrás dos outros quais os axiomas em que se baseia o raciocínio, mas apontar alternadamente ora para uma, ora para outra conclusão; apresentando paralelamente os argumentos adequados a cada passo do raciocínio será mais evidente a conclusão a extrair deles.

---

[7] *I. e.,* quanto mais numerosos forem os ditos «raciocínios prévios», porquanto desviam a atenção do ponto a que se quer chegar.

É necessário ainda, quando tal for possível, recorrer a uma definição para comprovar a proposição universal quando esta não se baseia nos termos em análise, mas sim em *termos linguisticamente* coordenados. É que as pessoas costumam cair no erro quando uma definição é formulada sobre um termo linguisticamente coordenado, como se a conclusão que são levados a aceitar não fosse universal; por exemplo, se se quiser comprovar que «o *homem* irado está desejoso de vingança devido a um aparente menosprezo por si», deverá aceitar-se que «a ira é um desejo de vingança resultante de um aparente menosprezo»; ora é evidente que, fazendo aceitar como válida esta premissa, teremos obtido a proposição universal que desejávamos. Por outro lado, quando se apresentam argumentos baseados nos próprios termos, sucede muitas vezes que o oponente [8] se recusa a aceitá-los por lhe ser mais fácil neste caso opor uma negação, por exemplo, contrapondo a proposição «o *homem* irado não está desejoso de vingança», com a justificação de que nós podemos estar irados contra os nossos pais sem por isso desejarmos tirar deles vingança. Talvez esta negação não corresponda à verdade, uma vez que em alguns casos é vin-
156b gança bastante que o outro sofra e | se arrependa do que fez; no entanto, a negação contraposta parece, apesar de tudo, ter alguma lógica. Em contrapartida, na definição de «ira» já não é tão fácil descobrir uma objecção [9].

É conveniente também apresentar a proposição *inicial* dando a impressão de não a apresentar por si mesma, mas com vista a outro fim qualquer, porque *os interrogandos* estão à espreita de tudo quanto seja relevante para a discussão da tese. De um modo geral, pode dizer-se que é sobremaneira útil este deixar por clarificar se o que se pretende é mesmo tornar aceite uma dada proposição, ou antes o seu contrário; se permanecerem na dúvida sobre qual é o ponto útil para a argumentação, é mais provável *os interrogandos* exporem a sua própria opinião *sobre o tema*.

---

[8] Τὸν ἀποκρινόμενον, lit. «o que responde».

[9] Note-se o contraste entre a diferente aceitação da definição de um termo isolado, «ira», com a de um sintagma como «homem irado».

É também conveniente conduzir o interrogatório com base na semelhança, pois assim não só *o raciocínio* é mais convincente, como *a proposição* universal passa mais despercebida. Por exemplo, *a afirmação* de que, tal como o conhecimento e a ignorância dos contrários são coisas idênticas, assim também será idêntica a percepção dos contrários; ou inversamente, se a percepção é idêntica, também o conhecimento o é. Esta conclusão assemelha-se a uma indução, conquanto não seja exactamente o mesmo: no caso da indução conclui-se do particular para o universal, no caso das coisas semelhantes o termo de comparação proposto não é um universal no qual todos *os sujeitos* semelhantes estejam compreendidos.

É necessário também que *o próprio proponente* se coloque a si mesmo objecções, dado que os oponentes [10] em geral não se mostram desconfiados com quem lhes parece estar a argumentar de forma leal [11]. É útil também *para o proponente* declarar que a *linguagem* usada *por si* é a habitual [12], uma vez que *os oponentes* têm relutância em recusar uma maneira de ver habitual sem terem algum motivo forte para tanto; além de que, pelo facto de eles próprios usarem a mesma linguagem [13], também se mostram cautelosos em contestá-la. Também convém não mostrar pressa, ainda que isso seja inteiramente vantajoso *para o proponente*, porque, quando este se mostra apressado, *os oponentes* tendem a opor mais resistência. Conveniente também apresentar os factos sob forma de comparação [14], porque, quando *o proponente* expõe uma certa ideia através de outra, e não directamente, *os oponentes* tendem a aceitá-la mais facilmente. Também é conveniente não apresentar *directamente* a proposição que se quer fazer aceitar *pelo oponente*, mas sim alguma outra de que aquela seja a consequência necessária, pois *assim* é mais fácil que ele a aceite, por a partir dela não ser tão claro aonde se quer chegar; e deste modo, se ele aceitar *esta*, será

---

[10] Οἱ ἀποκρινόμενοι, lit. «os que respondem».

[11] Δικαίως, lit. «justamente, com imparcialidade, sem batota».

[12] Σύνηθες καὶ λεγόμενον, lit. «(é) de uso geral o que foi dito».

[13] Ou: «partilharem o mesmo ponto de vista».

[14] Ἐν παραβολῇ «em comparação, sob forma de símile, de analogia».

forçoso que aceite também *aquela*. *O proponente* deve também guardar para o fim as questões em que mais deseja obter o assentimento do adversário, porque *os oponentes* tendem a responder negativamente às primeiras questões no convencimento de que a maioria dos interrogadores falam em primeiro lugar dos pontos para eles mais importantes. Com alguns oponentes, porém, é preferível apresentar desde logo estas questões; de facto, os mais difíceis de convencer [15] aceitam sobretudo os primeiros argumentos, a menos que seja por completo evidente onde se quer chegar, e, pelo contrário, tendem a ficar mais renitentes no fim. Do mesmo modo se deve proceder em relação *aos oponentes* que se julgam mais argutos nas respostas: estes, *depois de* aceitarem *tudo* a princípio, usam no fim de toda a energia para *não reconhecerem* a conclusão *como consequência* das premissas, ou seja, aceitam tudo prontamente *a princípio*, convencidos da sua habilidade, e pressupondo que não serão
157a forçados | a reconhecer a argumentação *do proponente*. Também pode ser conveniente alargar a argumentação, ou introduzir *nela* certos pontos irrelevantes, a exemplo dos que desenham *figuras geométricas erradas* [16]: se forem abundantes *estes passos*, será obscuro *para o oponente* onde é que reside o engano. Por isso também muitas vezes passam despercebidos os interrogadores que introduzem sem função aparente *muitas* proposições que, se *colocadas de maneira* destacada, *o oponente* nunca aceitaria.

Em suma, para disfarçar *a articulação dos argumentos* são estes os recursos de que *o proponente* deve lançar mão [17]; para

---

[15] Οἱ δύσκολοι, lit. «os mal-humorados, os de mau feitio».

[16] Entenda-se: deliberadamente erradas. Recordar que, segundo a argumentação paradoxal de Sócrates, o melhor conhecedor da geometria seria o mais hábil em construir figuras erradas para enganar os outros (cf. Platão, *Hípias Menor* 376c: «Em conclusão, Hípias, o indivíduo que engane deliberadamente, que cometa delitos e injustiças, se tal homem existir não pode ser outro senão o homem de bem.»)

[17] Não nos esqueçamos de que a finalidade de um debate dialéctico é obter a vitória na discussão de uma tese, e para tanto é de toda a utilidade que quem conduz o debate (o *questionador, interrogador*) lance mão de todos os recursos retóricos que lhe permitam atingir o seu

adornar *o discurso* deverá recorrer-se à indução e à distinção entre coisas pertencentes ao mesmo género. É perfeitamente claro que qualidade de operação é a indução. A distinção *de coisas do mesmo género* consiste, por exemplo, em mostrar que uma ciência é superior a outra por os seus métodos de investigação serem mais rigorosos, ou por as matérias de que trata serem de interesse superior; ou ainda que, de entre as várias ciências, umas são «teoréticas», outras «práticas», outras ainda «poéticas» [18]. Cada uma destas distinções contribui para a ornamentação do discurso, embora de nada sirva para a conclusão *do raciocínio*.

Para a clareza *do discurso* contribuem os exemplos e as comparações; os exemplos devem ser adequados e extraídos de situações bem conhecidas, segundo o modelo de Homero [19], não segundo o de Quérilo [20]; o seu uso torna a exposição bastante mais clara.

2. Nos debates, deve empregar-se o raciocínio [21], de preferência, *ao discutir com* os dialécticos [22], não com a multidão; com esta, pelo contrário, deve recorrer-se de preferência à indução. Mas sobre esta matéria já falámos anteriormente [23]. Em certos casos é possível fazer a indução a partir de interrogações sobre o universal; em outros, porém, isso não é fácil pelo facto de não existir um nome comum a todas as coisas simila-

---

objectivo: levar o adversário (o *oponente*) a ter de aceitar uma conclusão contrária à posição que a princípio defendia (v., a título de exemplo, o modo como Sócrates, no diálogo citado na nota precedente, levou Hípias a ter de reconhecer que o homem mais capaz de enganar os outros é necessariamente o melhor e mais conhecedor no seu domínio).

[18] Θεωρητικαί, πρακτικαί, ποιητικαί: πᾶσα διάνοια ἢ πρακτικὴ ἢ ποιητικὴ ἢ θεωρητική «todo o pensamento ou é prático, ou poético (= criativo), ou teorético» (Arist., *Met.* 1025b25).

[19] Trata-se dos «símiles» homéricos, v. H. Lausberg, *Elementos de Retórica Literária,* §§ 400 e segs.

[20] V. «Índice onomástico».

[21] Συλλογγισμός.

[22] Praticantes, quase poderíamos dizer «profissionais», da dialéctica, ou «arte da discussão».

[23] Cf. supra, 105a16 e segs.

res, por isso, quando se pretende extrapolar para o universal, diz-se, por exemplo: «e assim se passa com todas as outras coisas do mesmo tipo». Uma das tarefas mais difíceis que há é, precisamente, a de decidir quais das coisas enumeradas são do mesmo tipo e quais as que não o são. Além disto, muitas vezes sucede nos debates as pessoas confundirem-se mutuamente, umas afirmando serem semelhantes *coisas* que não são semelhantes, outras contestando que *coisas* semelhantes sejam de facto semelhantes. Assim, o que há a fazer é tentar criar um neologismo que abarque todos os casos do mesmo tipo, de modo que nem ao que responde seja possível contestar que as coisas em discussão oferecem semelhanças, nem ao que pergunta afirmar falaciosamente que é semelhante o que não o é, dado que muitos termos existem que significam *coisas* distintas, mas aparentam significar o mesmo.

Quando, no termo de uma indução tirada a partir de muitos casos, *o oponente* não concluir com *uma proposição* universal, é justo reclamar dele *que explicite* a sua recusa. Mas se *o interrogador* não esclarecer quais os casos em que as coisas se passam assim, não é justo reclamar *do oponente* que explicite em que casos não se passam assim [24]: *o interrogador* deve primeiro desenvolver a indução, e só depois reclamar do outro que formule a sua objecção. É de exigir que as objecções não sejam feitas em relação à própria coisa em discussão, a menos que ela seja a única da sua classe, como é o caso de «dois» [25], que
157b é, de entre *os números* pares, o único | número primo: o contra-exemplo deve ser outra coisa qualquer, ou então *o oponente* deve declarar que o exemplo proposto é o único da sua classe. Contra os que objectam a uma conclusão universal, mas não referem a sua objecção a esse universal, e sim a um seu homónimo, argumentando, por exemplo, que alguém pode ter uma «cor», um «pé» ou uma «mão» que não sejam seus (pois é

---

[24] Por outras palavras, se o interrogador não enumerar os exemplos em que se baseia uma determinada indução, não é justo exigir do seu oponente que diga qual, ou quais os contra-exemplos que provam a invalidade da indução estabelecida por ele.

[25] Ἡ δυάς, lit. «a díade» (o conjunto de duas coisas quaisquer).

possível um pintor ter uma «cor» ou um talhante ter um «pé» que não sejam seus), *o interrogador deve* fazer as perguntas após introduzir as distinções entre as coisas deste tipo, porquanto, se deixar permanecer indetectada a homonímia, pode parecer que a objecção feita à sua proposição é válida. Se *o oponente* objectar, não a um homónimo, mas sim à coisa mesma, e assim impedir as perguntas *do interrogador*, então este tem de eliminar primeiro o ponto objectado, e apresentar depois o que resta *da conclusão* sob forma universal, até se obter o que for útil *para a argumentação*. Por exemplo, se se fala do «esquecimento» [26] e do «ter-se esquecido» [27]: *em geral,* as pessoas não admitem que «ter perdido o conhecimento *de uma coisa*» seja o mesmo que «tê-la esquecido», porque, se a coisa se altera, pode perder-se o conhecimento dela, mas não se pode falar em «esquecimento». O interrogador deve, portanto, retirar o ponto sobre que incide a objecção, e afirmar o restante, dizendo, por exemplo, que, caso a coisa permaneça sempre a mesma, se se «perdeu o conhecimento» dela é porque houve «esquecimento». As coisas passam-se de modo semelhante com quem contesta que a um bem superior se opõe um mal superior; quem assim faz dá como contra-exemplo que à «saúde», que é um bem inferior à «boa forma física», se opõe um mal maior, uma vez que a «doença» é um mal maior do que a «má forma física». Neste caso há, pois, que eliminar o ponto sobre que versa a objecção, e, eliminado ele, *o oponente* aceitará a tese, por exemplo, «que a um bem maior se opõe um mal maior», desde que um dos termos em causa não implique consigo o outro, como sucede com «boa forma física» em relação a «saúde». Este procedimento deve adoptar-se, não apenas no caso *de o oponente* fazer alguma objecção, mas ainda quando, mesmo sem objectar nada, ele se recusa *a responder* por prever que o resultado vai ser qualquer coisa deste género. Eliminado o ponto sobre que versa a objecção, *o oponente* será forçado a concordar com o resto por não prever, quanto a este, onde é que lhe será possível introduzir outra objecção; se não concordar, ser-lhe-á exi-

---

[26] Λήθη (nome).

[27] Ἐπιλελῆσθαι (verbo, infinito perfeito).

gido que explicite a sua objecção, coisa que ele não conseguirá fazer. São deste tipo as proposições parcialmente falsas e parcialmente verdadeiras: nelas, desde que se elimine algum ponto *controverso*, o resto será verdadeiro. Se, depois de *o interrogador* apresentar uma proposição baseada em muitos casos, *o oponente* não levanta nenhuma objecção, supõe-se que lhe dará a sua concordância: uma proposição dialéctica é, *precisamente,* aquela que se apoia em muitos *casos* e contra a qual não é *possível levantar nenhuma* objecção.

Quando é aceitável argumentar sobre alguma coisa, quer sem recorrer à *noção de* impossibilidade, quer recorrendo a ela, é indiferente, tanto para demonstrar como para debater, que se construa a argumentação de uma forma ou da outra; ao debater com um oponente, em contrapartida, não se deve argumentar com recurso à noção de impossibilidade. A quem argumenta sem recorrer à noção de impossibilidade não é possível, de facto, opor nenhuma contestação; quando, pelo contrário, se
158a argumenta com base na impossibilidade, | a menos que a falsidade seja demasiado evidente, *os oponentes* limitam-se a negar que haja impossibilidade, e, por conseguinte, os interrogadores não obtêm o resultado desejado.

Convém, pois, estabelecer todas as proposições *que sejam válidas* no maior número *possível de casos,* e a que não seja possível de todo opor contestação, ou que, pelo menos, não seja à primeira vista detectável como *fazê-lo;* se *os oponentes* não conseguirem descobrir casos em que elas não sejam válidas, terão de aceitá-las como verdadeiras.

Não é conveniente apresentar a conclusão sob a forma de pergunta; caso contrário, se *o oponente* der uma resposta negativa, parecerá que o raciocínio não chegou ao fim. Sucede com frequência que, mesmo sem *o proponente* concluir por uma pergunta, antes enunciando a conclusão lógica do que foi dito, os oponentes se recusam a aceitá-la, dando assim aos circunstantes, que não se apercebem da necessidade lógica da conclusão apresentada, a falsa impressão de não terem sido derrotados no debate. *Por maioria de razões,* se *o interrogador* faz uma pergunta sem especificar que ela é a conclusão *lógica do que ficou dito* e o *opositor* se nega a *aceitá-lo como tal,* a impressão resultante é que o raciocínio se saldou por um completo fracasso.

Parece consensual que nem toda a proposição universal é uma proposição dialéctica, por exemplo: «O que é o homem?», ou «Em quantos sentidos é que se fala de bem?» Proposição dialéctica é aquela à qual se pode responder «sim» ou «não», o que não sucede nos casos acabados de referir. Por conseguinte, as perguntas do género das exemplificadas não são de natureza dialéctica, a menos que nós façamos uma distinção ou ponhamos uma alternativa, por exemplo: «O termo «bem» está usado neste sentido, ou naquele?» A uma pergunta como esta a resposta é fácil, quer se responda afirmativa, quer negativamente. Por isso deve fazer-se o possível por apresentar desta forma as perguntas deste tipo. Também se afigura justo perguntar ao oponente em quantos sentidos se pode empregar o termo «bem» sempre que, depois de termos feito e apresentado as distinções semânticas pertinentes, ele não dá o seu acordo a nenhuma delas.

Quem leva muito tempo a interrogar sobre uma única questão é um deficiente inquiridor. De facto, se o interrogando lhe vai sempre respondendo às perguntas, é evidente que *o interrogador* ou lhe vai sempre fazendo mais perguntas *sobre o mesmo,* ou repete muitas vezes a mesma pergunta, isto é, ou fala por falar, ou então não tem conclusão nenhuma [28] a propor (pois todo o raciocínio [29] deve decorrer de poucas premissas). *É deficiente também* se, caso *o oponente* não responda, ele nem o censura, nem dá por findo o interrogatório.

3. Pode dar-se o caso de as mesmas hipóteses serem difíceis de contestar, mas fáceis de defender. Pertencem a este tipo as que versam sobre coisas que, por natureza, ou são as primeiras, ou as últimas. As primeiras porque carecem de definição, as últimas porque as obtemos através de muitas etapas, procurando sempre deduzi-las a partir dos primeiros *princípios*; *a não ser assim,* as tentativas de prova tornar-se-iam de natureza sofística. O facto é que é impossível demonstrar o que quer que seja sem ser a partir dos princípios adequados [30] e

---

[28] Συλλογισμός.

[29] Συλλογισμός.

[30] Ἀπὸ τῶν οἰκείων ἀρχῶν.

sem ir sempre assim encadeando *as proposições* até ao fim. Pelo que toca às definições, nem os que respondem se preocupam em fazê-las, nem prestam qualquer atenção quando o interrogador as faz; por outro lado, quando não é perfeitamente claro o assunto | a discutir, não é nada fácil argumentar. Isto 158b verifica-se, sobretudo, quando o que está em causa são os princípios [31], porquanto, ao passo que as demais proposições são demonstradas a partir deles, estes não são dedutíveis de nenhumas outras *proposições*, pelo que é necessário que cada um deles seja obtido por meio de uma definição.

São, por outro lado, difíceis de refutar as proposições que se situam demasiado perto dos princípios [32]; e isto sucede por não ser possível recorrer a muitos argumentos para as combater, dado que entre elas e os próprios princípios poucos são os intermediários através dos quais necessariamente se procede à demonstração das proposições subsequentes.

Quanto às definições, as mais difíceis de refutar são as que empregam um tipo de termos que, antes de mais, não é claro se se usam só num sentido, ou se são polissémicos, e além disto não é transparente se quem enuncia a definição os está empregando em sentido próprio ou em sentido metafórico. Assim, pelo próprio facto de serem termos obscuros, não facilitam a refutação, e, pelo facto de se não perceber bem se essa obscuridade resulta de serem usados metaforicamente, conseguem escapar à crítica.

De um modo geral, todo o problema difícil de abordar deve considerar-se que, ou carece de definição; ou está exposto por meio de termos polissémicos ou empregados metaforicamente; ou está ainda muito próximo dos princípios; ou não é claro para nós qual dos motivos enunciados é aquele que ocasiona a dificuldade [33]; quando não há dúvida quanto ao motivo, é evidente que *o problema* carece de uma definição, exige uma distinção dos vários significados, ou precisa de que

---

[31] ᾽Αρχαί. Sobre a natureza e a importância para Arist. dos «primeiros princípios» deve ver-se o trabalho de T. H. Irwin.

[32] Λίαν ἐγγὺς τῆς ἀρχῆς, lit. «… do princípio».

[33] ᾽Απορία.

se explicitem as proposições intermédias, já que é através destas que se demonstram as proposições finais.

Em muitas teses, quando não é enunciada claramente a definição, torna-se difícil discutir e argumentar, por exemplo, a questão de saber se um termo tem apenas um contrário, ou tem vários; quando são dadas de forma correcta as definições dos contrários, é fácil concluir se um mesmo termo tem vários contrários ou não. Do mesmo modo há que proceder em relação a todos os termos carecentes de definição. Também no caso das matemáticas parece que certas figuras não são fáceis de desenhar por algum defeito na definição, por exemplo, que num *triângulo* a perpendicular a um lado e ao plano *adjacente a este* divide proporcionalmente tanto o lado como o plano. Mas se a definição for dada devidamente logo se torna claro o que queremos dizer, isto é, que uma mesma proporção afecta tanto os planos como os segmentos *de recta:* ora não é outra a definição correcta de «na mesma proporção». De um modo geral, desde que sejam dadas as definições, por exemplo, do que é uma recta ou uma circunferência, é facílimo passar à explicação dos princípios elementares (com a ressalva de que não é possível argumentar em relação a cada um dos passos, por não haver muitas proposições intermédias); se, porém, não forem dadas as definições dos princípios de base, *a tarefa* torna-se difícil, quando não de todo | impossível. Situação semelhante a esta [34] 159a
é a que se observa também no caso das proposições *dialécticas*.

Devemos ter bem presente que, quando uma certa tese é difícil de contestar, é porque sofre de algum dos inconvenientes acima apontados [35]. Além disso, se suceder ser mais complicado argumentar contra algum princípio ou proposição de base [36] do que contra a própria tese, põe-se a questão de decidir se deverá ou não *passar-se à discussão* da tese. Se *não se chegar a acordo* quanto à tese, mas se aceitar colocar em debate

---

[34] *I. e.,* a que se verifica nas demonstrações geométricas.

[35] Cf. supra, 158b16-21: carência de definição, polissemia, linguagem metafórica, proximidade dos princípios.

[36] Πρὸς τὸ ἀξίωμα καὶ τὴν πρότασιν, lit. «contra o axioma e a premissa» (= contra o princípio de base que forma a premissa de que se parte).

antes os referidos *princípios de base,* exige-se *do oponente* uma tarefa mais árdua do que discutir a proposta inicial; se se *aceitar discutir* a tese, terá de confiar-se em proposições menos credíveis. Se, por conseguinte, não se pretender tornar o problema ainda mais difícil, deve propor-se *a tese*; se se pretender chegar a uma conclusão recorrendo a proposições mais conhecidas, não se deve propô-la. Ou, *dito de outro modo:* a quem pretende adquirir conhecimentos não se deve propô-la, a menos que as *noções envolvidas* sejam mais conhecidas; a quem pretende apenas exercitar-se, deve-se propô-la, desde que ela aparente ser verdadeira. Logo, é evidente que as questões não podem ser colocadas da mesma maneira por quem actua como «questionador» [37] e por quem tem por finalidade ensinar.

4. Quanto ao modo de colocar e de ordenar as perguntas deve ter-se por suficiente quanto ficou dito. Vejamos agora as respostas. Em primeiro lugar há que distinguir em que consiste a tarefa de um bom interrogando, e também a de um bom interrogador. Cabe ao interrogador conduzir a discussão de modo a levar o interrogando a declarar as coisas menos prováveis como decorrentes necessariamente da tese proposta; cabe ao interrogando dar a entender que não é por erro seu que a conclusão se apresenta como impossível ou paradoxal, mas sim por deficiência da tese proposta; de facto, parece não ser o mesmo erro propor à partida uma tese inconcebível ou não ser capaz de defender convenientemente uma *tese* proposta.

5. Uma vez que não há princípios estabelecidos para aqueles que argumentam sem outra finalidade que não seja o exercício ou a experimentação *de uma tese* [38] (deve notar-se que não são idênticos os objectivos dos que ensinam ou aprendem, por um lado, e dos que travam um debate *dialéctico,* por outro;

---

[37] Τῷ ἐρωτῶντι (dat.) «àquele que faz (as) pergunta»s» no debate dialéctico.

[38] Arist. interrompe aqui a frase com o longo parêntese que se segue, só a retomando no termo deste com a repetição da conjunção causal ἐπεί (= uma vez que).

nem é ainda o mesmo objectivo o destes últimos e o dos que conversam apenas para investigar algo; de facto, quem está a aprender deve sempre declarar o que lhe parece *ser verdade,* até porque ninguém desejará ensinar-lhe falsidades; quanto aos que travam um debate *dialéctico,* o interrogador deve dar a aparência de estar a pôr *o antagonista* em dificuldade, enquanto o interrogando deve aparentar não sofrer nenhum desaire; para aqueles que argumentam nas reuniões dialécticas, não a título de debate, mas sim com o objectivo de experimentar ou de investigar, não está especificada qual a finalidade a que deve visar o interrogando, quais os argumentos que deve e quais os que não deve aceitar a fim de defender de modo adequado a sua posição), uma vez que, *como estávamos a dizer*, não possuímos nenhuns princípios transmitidos por outros, iremos nós por nossa parte tentar dizer alguma coisa sobre este assunto.

O interrogando deve necessariamente sustentar um argumento postulando uma tese admissível [39], ou inadmissível [40], ou nem uma coisa nem outra, ou ainda | admissível ou inadmissí- 159b
vel em termos absolutos, ou em termos relativos, por exemplo *aceitável ou inaceitável* para este indivíduo *concreto*, seja ele mesmo ou outro qualquer. É indiferente a razão que torna a tese admissível ou não admissível, porquanto é idêntico o modo correcto de responder, quer se aceite, quer se rejeite a pergunta feita. Se a tese for inadmissível, a conclusão terá necessariamente de ser admissível, e *se a tese for* admissível *a conclusão terá de ser* inadmissível, porquanto o interrogador deve tirar sempre como conclusão o oposto da tese. Se o proposto não for nem inadmissível nem admissível, a conclusão será do mesmo tipo. Como um indivíduo que argumente correctamente demonstrará a proposta *em causa* a partir de proposições mais admissíveis e mais conhecidas, é claro que se o proposto for absolutamente inadmissível não será aceite pelo interrogando, nem o que parece sê-lo em termos absolutos, nem o que

---

[39] Ἔνδοξος «fundada na opinião comum».

[40] Ἄδοξος «não fundada na opinião comum»; este valor dos adjectivos ἔνδοξος e ἄδοξος prevalece ao longo de toda a argumentação subsequente.

parece sê-lo apenas em menor grau do que a conclusão. Se a tese for inadmissível, a conclusão deve ser admissível, e por conseguinte todas as *premissas* aceites devem ser não só admissíveis, mas ainda mais admissíveis do que a tese inicial, se é que, de facto, se pretende atingir o menos conhecido através do que é mais conhecido. Logo, se das proposições questionadas alguma não for do presente tipo, o interrogando não dará o seu assentimento.

Se a tese for admissível em termos absolutos é evidente que a conclusão será inadmissível em termos absolutos. Portanto, o interrogando deve aceitar tudo aquilo que parece *admissível* e, das *proposições* que o não pareçam ser, *deve aceitar* as que forem menos inadmissíveis do que a conclusão, uma vez que *assim o assunto* parecerá ter sido suficientemente debatido.

De modo semelhante *se deve proceder* se a tese não for nem inadmissível nem admissível; neste caso *o interrogando* deve aceitar tudo quanto pareça *admissível* e, daquilo que não pareça sê-lo, *deve aceitar* o que for mais admissível do que a conclusão; deste modo os raciocínios tornar-se-ão mais admissíveis. Se *o tema* proposto for admissível ou inadmissível em termos absolutos, deve responder-se por comparação com *algo* que pareça ser *uma coisa ou outra* em termos absolutos. Se o tema proposto não for admissível ou inadmissível em termos absolutos, mas *o for apenas* para o interrogando, este deverá aceitá-lo, ou não, por comparação com o que lhe parece, ou não parece, *ser correcto*. Se, porém, o interrogando sustentar uma opinião alheia, é evidente que deverá aceitar ou rejeitar cada proposição de acordo com o pensamento dessa pessoa. Por este motivo, aqueles que transmitem opiniões alheias, por exemplo, que «bem e mal são uma e a mesma coisa», conforme dizia Heraclito [41], não aceitam como impossível que *atributos* contrários se verifiquem simultaneamente no mesmo sujeito, não porque a eles mesmos lhes pareça ser assim, mas porque têm de se expressar de acordo com o que diz Heraclito. Do mesmo modo

---

[41] B58DK (cf. Kirk, Raven e Schofield, *Os Filósofos Pré-Socráticos*, p. 192).

procedem aqueles que retomam por sua conta teses propostas por outros, pois se esforçam por falar como o fariam os autores dessas teses.

6. Está, portanto, claro qual deve ser o objectivo do interrogando, quer *o tema* proposto seja admissível em termos absolutos, quer o seja *apenas* para alguém. Necessariamente, tudo o que for perguntado ou é admissível, ou inadmissível, ou nem uma coisa nem outra, e além disso toda a pergunta ou diz respeito à argumentação ou não tem nada a ver com ela; | caso seja 160a
admissível mas não diga respeito à argumentação, *o interrogando* deve aceitá-la e declará-la admissível; se ela não for admissível nem disser respeito à argumentação, deve aceitá-la, mas dar claramente a entender que não a considera admissível, *apenas para se* precaver *de ser tomado como* ingénuo. Se for pertinente para a argumentação e admissível, *o interrogando* deve dizer que ela é plausível, mas que está demasiado perto da proposição inicial, e portanto, caso seja aceite, esta perde toda a razão de ser [42]. Se o axioma proposto, embora pertinente para a argumentação, for demasiado inverosímil, *o interrogando* deve declarar que, a ser aceite, a consequência *dele derivada* é inegável, mas demasiado simplista. Se não for inadmissível nem admissível, no caso de ser irrelevante para a argumentação, *o interrogando* deve dá-la por aceite sem mais considerações; se for relevante para a argumentação, deve assinalar que a sua aceitação implica a eliminação da proposição inicial. Agindo deste modo, isto é, mostrando prever antecipadamente as consequências da sua aceitação, o interrogando não parecerá sofrer qualquer desaire por sua culpa, e quanto ao interrogador, conseguirá concluir o raciocínio através de um encadeamento de proposições todas elas mais plausíveis do que a própria conclusão. Todos quantos, todavia, se propõem conduzir uma argumentação a partir de proposições menos plausíveis do que a conclusão, é evidente que não argumentam correctamente; por este motivo não se deve dar resposta a quem interroga *desta maneira*.

---

[42] *I. e.*, esta nova questão, por estar demasiado perto da proposição inicial, pode substituir-se a esta, que deste modo se torna inútil.

7. Há também que oferecer idêntica resistência às questões postas em linguagem obscura ou polissémica. Dado que o interrogando, quando não compreende *a pergunta,* tem sempre o direito de dizer: «Não estou entendendo!»; e dado que, quando a pergunta é feita com termos polissémicos, não é forçoso que ele manifeste concordância ou discordância, é evidente, em primeiro lugar, que, caso a pergunta seja obscura, não deve hesitar em dizer que não percebe; muitas vezes sucede, na verdade, que se cai em dificuldades por aceder a responder a quem não formula as perguntas com clareza. Por outro lado, se os termos usados *pelo interrogador* são conhecidos mas têm mais do que um sentido, e se em todos os sentidos possíveis a frase resulta verdadeira ou falsa, *o interrogando* deverá aceitá-la ou rejeitá-la em absoluto; se for falsa em um dos sentidos mas verdadeira em algum outro, deve chamar-se *logo* a atenção para a polissemia, e *também* para que a frase fica falsa num sentido, mas é verdadeira em outro; quando só mais tarde se assinala a distinção de sentidos, não fica transparente se *o interrogando* deu pela ambiguidade logo de início. Se este, sem se ter apercebido da ambiguidade, aceitar a proposição entendendo-a apenas num dos sentidos, então deverá, quando o oponente o arrastar para o outro sentido, declarar que «não aceitou a proposição tomando-a nesse sentido, mas sim no outro»: a discordância é, de facto, muito fácil de ocorrer quando são muitas as acepções de um mesmo nome ou de um mesmo enunciado. Quando, por outro lado, a pergunta é feita com clareza e em termos simples [43], a resposta terá de ser ou «sim» ou «não».

8. Uma vez que toda a proposição argumentativa, ou é uma daquelas em que assenta a argumentação, ou surge na discussão para esclarecer alguma destas (é óbvio quando *uma proposição* surge para esclarecer alguma outra pelo facto de *o interrogador* fazer muitas perguntas semelhantes: na maior parte dos casos chega-se a uma proposição universal, ou por indução, ou por similitude), todas as proposições particulares
160b devem ser admitidas, se | forem verdadeiras e *conformes* à opi-

[43] *I. e.,* não polissémicos, não ambíguos.

nião geral; em relação à *proposição* universal, porém, deve tentar-se levantar alguma objecção; de facto, recusar a conclusão sem ter feito *a mínima* objecção, real ou aparente, só denota que se está de má fé. Ou seja, se *o interrogando* não aceita a *proposição* universal que resulta de muitas particulares sem ter levantado qualquer objecção, é evidente que está agindo de má fé. Mais, se nem sequer consegue contra-argumentar e demonstrar que a conclusão não é verdadeira, ainda mais dará a aparência de actuar de má fé. (*Reconheça-se,* no entanto, que só isto não chega: conhecemos muitos argumentos contrários às opiniões correntes que são difíceis de contrariar, como é o caso *dos paradoxos* de Zenão: «que não existe o movimento, que não é possível *os atletas* percorrerem o estádio» [44], mas nem por isso devem deixar de aceitar-se as proposições contrárias a estas.) Se, por conseguinte, *o interrogando*, sem encontrar contra-argumentos e sem apresentar objecções, não aceitar *a conclusão do interrogador*, é evidente que está agindo de má fé: usar de má fé na argumentação consiste em responder com desrespeito pelas regras convencionadas, *apenas com a finalidade* de destruir o raciocínio.

9. Devemos defender uma tese ou uma definição só depois de as termos discutido *mentalmente* connosco mesmos, pois é óbvio que temos de fazer frente aos argumentos empregados pelos interrogadores para pôr em causa a tese proposta.

Devemos *tomar* precauções para não sustentar uma hipótese contrária à opinião *comum*. *Uma hipótese* pode ser inverosímil de duas maneiras [45]: ou porque dela resulta alguma afirmação absurda, por exemplo, «que tudo se move», ou «que nada se move»; ou porque são afirmações que denotam um carácter perverso e são contrárias a uma moralidade sadia [46], como, por exemplo, identificar-se o «bem» com o «prazer», ou

---

[44] Os atletas no estádio: um dos argumentos aduzidos por Zenão de Eleia para provar a inexistência do movimento (v. Zenão, fr. A28DK (= Arist., *Phys.* 239b33 e segs.; cf. Kirk-Raven-Schofield, *o. c.,* pp. 286-289).

[45] Na tradução de Boécio: «de muitas maneiras».

[46] Lit. «(são) contrárias aos nossos desejos».

defender que «é preferível causar uma injustiça a sofrê-la» [47]: *o comum das pessoas* detesta quem assim se pronuncia, imaginando que, mais do que sustentar um argumento, está a reflectir o que na realidade pensa.

10. Aqueles raciocínios que levam a uma *conclusão* falsa devem ser solucionados pela eliminação [48] daquilo *precisamente* que os torna falsos, pois não é solução *correcta* eliminar um ponto arbitrário *da argumentação*, ainda que esse ponto eliminado seja falso. Pode dar-se o caso de o argumento conter várias falsidades, por exemplo, se se tomarem como premissas: «O homem sentado está a escrever», e «Sócrates está sentado», para daqui concluir que «Sócrates está a escrever». Ora, se se provar que é falsa a premissa «Sócrates está sentado», isso não demonstra *a falsidade* da conclusão; e, no entanto, o argumento é falso. Não é *esta premissa*, porém, que torna o argumento falso: se de facto sucedesse que algum homem sentado não estivesse a escrever, já a solução sugerida seria inadequada. Logo, a premissa a eliminar não é a acima dada [49], mas sim: «Quem está sentado, está a escrever», uma vez que nem todos os homens sentados estão a escrever [50]. Soluciona por completo esta

---

[47] Ao contrário do que defende Sócrates, em Platão, *Górgias*, 469b-c: «sucede que o maior dos males é cometer uma injustiça; se tivesse de optar entre cometer ou sofrer uma injustiça, eu (= Sócrates) preferia sofrer a cometer injustiça».

[48] Talvez fosse possível recorrer a uma linguagem mais actual, e falar em «desconstrução».

[49] *I. e.*, «Sócrates está sentado».

[50] Este silogismo é, evidentemente, defeituoso, porquanto para a conclusão «Sócrates está a escrever» ser válida nem sequer chegaria a identificação entre «O homem que está sentado» e «Sócrates», isto é, que há apenas um homem que está sentado e esse homem é Sócrates: com identificação ou sem ela, o caso é que estas duas premissas são particulares, e de duas particulares não é possível tirar qualquer conclusão. O defeito do silogismo consiste assim em tomar como universal uma premissa particular, ou seja, interpretar o silogismo como se fosse equivalente a: TODO o homem sentado escreve; Sócrates está sentado; logo, Sócrates escreve. Se, de facto, o silogismo tivesse esta forma bastaria, para provar a sua falsidade, demonstrar a falsidade da primeira premissa.

questão quem eliminar o ponto onde se situa a falsidade, conhece a solução quem conhece o ponto em que o argumento claudica, como *sucede também no caso dos* que desenham *figuras geométricas* erradas. Não basta, portanto, pôr uma objecção, ainda que o ponto eliminado seja falso, mas há que mostrar qual a causa donde surge a falsidade: deste modo tornar-se-á claro se *o interrogando* levanta a objecção por já prever as consequências, ou não. |

Há quatro maneiras de impedir que um argumento che- 161a
gue a uma conclusão. Uma é eliminar o ponto de que resulta uma falsidade. Outra, apresentar uma objecção ao interrogador: sucede muitas vezes que *o interrogando* não obtém uma solução, mas consegue impedir o interrogador de prosseguir o seu raciocínio. Uma terceira, consiste em atacar as perguntas colocadas *pelo interrogador,* pois pode suceder que este não consiga tirar das perguntas a conclusão pretendida pelo facto de fazer as perguntas mal, e depois, ao acrescentar mais alguma coisa, salta, *por assim dizer,* a conclusão. Se, portanto, o interrogador não consegue prosseguir a sua tarefa, a objecção *do interrogando* dirigir-se-á contra a pessoa do interrogador, se consegue, dirigir-se-á contra as próprias perguntas. A quarta e a pior das formas de objecção é a que tem por objecto o tempo: muitos, efectivamente, objectam levantando certas questões cujo debate exigiria mais tempo do que o atribuído à presente discussão [51].

Estas são, portanto, as quatro formas de objecções que acima mencionámos: das referidas apenas a primeira constitui uma solução, já que as restantes não passam de impedimentos e entraves à obtenção de conclusões.

---

[51] A julgar por esta informação de Arist., os debates dialécticos, pelo menos alguns deles, devem ter sido objecto de regulamentação quanto ao tempo, *i. e.,* a sua duração devia ser marcada pela clépsidra, à maneira do que sucedia nos tribunais com o tempo de que dispunham os oradores intervenientes no processo; era possível até, quando a importância do julgamento o requeria, que as duas partes se comprometessem por acordo sobre a duração dos discursos, convencionando que cada orador podia dispor, por exemplo, de «duas clépsidras». V. Aristóf., *Vespas,* 93; Arist., *Ath. Pol.,* 67, 2 e segs.

11. A crítica de uma sequência argumentativa [52] não é idêntica se *visa o desenrolar* da argumentação, ou *se dirige contra um raciocínio desenvolvido* por meio de perguntas. Muitas vezes a culpa de um argumento não ser correctamente conduzido pertence ao interrogando [53], devido ao facto de não ter dado o seu assentimento às premissas a partir das quais o debate poderia ser conduzido correctamente até à demonstração da tese; na realidade, o trabalho de levar até ao fim um argumento é comum, e não apenas da responsabilidade de um dos dialogantes. Com frequência é necessário argumentar contra a pessoa [54] e não contra a tese, *o que sucede* sempre que *o interrogando* contraria sistematicamente o interrogador, recorrendo mesmo ao insulto. Os que assim agem de má fé transformam os debates em conflitos *de palavras,* em vez de *discussões* dialécticas. Temos de pensar ainda que os debates deste tipo se fazem como forma de exercício e de experiência, e não para transmitir conhecimentos; por isso é óbvio que na argumentação se tenta provar uma conclusão, *umas vezes* verdadeira, falsa *outras*, para o que se recorre não só a *proposições* verdadeiras mas também a falsas; muitas vezes, após ter sido afirmada uma coisa verdadeira, o dialéctico tem de a eliminar, e, consequentemente, tem de apoiar-se em *proposições* falsas [55]. Por vezes, após ter sido afirmada uma coisa falsa, é necessário recorrer a *proposições* falsas para eliminar *essa falsidade*; nada impede, de facto, que alguém ache mais plausíveis *certas* coisas inexistentes do que *outras que são* verdadeiras, desde que, prosseguindo o argumento a partir dessas falsas aparências, ele acabe por ficar mais convencido ou mais disposto a aceitar a *verdade*. É conveniente também que, quem pretende fazer correctamente uma

---

[52] Λόγος.

[53] Aqui: ὁ ἐρωτώμενος, lit. «o que é interrogado».

[54] A essa prática se chama «o argumento *ad hominem*», razoavelmente frequente nos discursos dos oradores áticos (e não só).

[55] Confronte-se a prática dos διττοί λόγοι (teses opostas, das quais, necessariamente, uma é verdadeira, outra é falsa), dos exercícios oratórios (em que o mesmo orador deve treinar-se atacando e defendendo a mesma causa), do debate entre o δίκαιος λόγος e o ἄδικος λόγος nas *Nuvens* de Aristófanes, etc.

inferência, o faça de forma dialéctica [56], e não de forma contenciosa [57], tal como o geómetra deve servir-se *de argumentos* de ordem geométrica [58], quer a conclusão a que chegue seja falsa ou verdadeira.

De que tipo são os raciocínios dialécticos, é assunto já anteriormente exposto [59]. É um mau associado aquele que impede *a realização* do trabalho comum; *o mesmo se passa,* evidentemente, *no caso da* argumentação. Aqui há também um objectivo comum *a atingir*, a menos que *os participantes* estejam meramente em competição; se for este o caso é impossível ambos conseguirem o seu fim, pois não poderá haver | mais 161b
do que um vencedor. É indiferente que o vencedor seja o que dá as respostas ou o que faz as perguntas; quem faz as perguntas de forma contenciosa é um mau dialéctico, tal como o é o interrogando que não reconhece as consequências do que se vai dizendo, ou não consente em responder às perguntas que lhe vão sendo feitas. Do que dissemos, resulta assim evidente que não se pode criticar de forma semelhante o argumento em si, por um lado, o procedimento do interrogador, por outro. De facto, nada impede que o argumento *em si* seja deficiente, mas que o interrogador debata com o interrogando, na medida do possível, de forma excelente. Quando se está argumentando contra oponentes de má fé, não é talvez possível construir o raciocínio como se desejaria, mas apenas como se pode.

Como é impossível determinar quando os dialogantes ora passam a defender uma opinião contrária, ora defendem o mesmo que *defendiam* desde o princípio (muitas vezes as pessoas, até dialogando consigo mesmas, dizem o contrário do que diziam antes, e aceitam mais tarde o que rejeitavam a princípio; esta a razão por que os interrogandos, muitas vezes, aceitam o contrário do que haviam respondido a princípio), os debates tornam-se necessariamente deficientes. O culpado é o interrogando, ora rejeitando certas *proposições*, ora aceitando

---

[56] Διαλεκτικῶς.
[57] Ἐριστικῶς.
[58] Γεωμετρικῶς.
[59] V. supra, 100a22 e segs.

outras *contrárias às que de início admitira*. Por conseguinte, é evidente que não se pode aplicar a mesma crítica aos interrogadores e às formas de argumentação.

São cinco os tipos de crítica que se podem fazer ao argumento *em si*. O primeiro ocorre quando das premissas postas sob forma interrogativa não resulta nenhuma conclusão, nem a tese inicial, nem outra coisa qualquer, por serem falsas ou inverosímeis, todas ou na maior parte, *as premissas* em que assenta a conclusão, conclusão essa que *também* não surge se se eliminarem algumas *premissas*, nem se acrescentarem *outras*, nem se *em simultâneo* se eliminarem umas e se acrescentarem outras. O segundo tem lugar quando o raciocínio, *construído* a partir de proposições do tipo e segundo as normas anteriormente indicadas, não resulta adequado à tese. O terceiro, se o raciocínio resulta do acrescentamento de algumas *premissas*, mas estas são de tipo inferior às inicialmente questionadas, e menos aceitáveis do que a conclusão. *O quarto,* quando se eliminam algumas *premissas;* por vezes utilizam-se mais do que as necessárias, e por conseguinte o raciocínio não é o resultado da sua presença. *Finalmente, o quinto* dá-se se o argumento *resulta* de premissas menos fundadas na opinião comum, menos convincentes do que a conclusão, ou *se resultam* de premissas verdadeiras, mas mais trabalhosas de demonstrar do que o próprio problema.

Não se deve pensar que os raciocínios aplicáveis a toda a casta de problemas sejam igualmente verosímeis e convincentes; por natureza, há questões mais simples de investigar e outras mais difíceis, de modo que, se se tirar uma conclusão daquelas *premissas* que se afiguram ser as mais de acordo com a opinião geral, o debate dialéctico será correcto. É evidente, portanto, que a crítica a aplicar ao argumento *em si* não é a mesma que se aplica em relação ao problema proposto; nada impede, na verdade, que, tomado em si mesmo, o argumento
162a mereça censura, mas já seja | recomendável como solução para o problema *em causa,* ou então inversamente, que seja recomendável em si mesmo, mas criticável como solução do problema *em causa,* quando se verificar ser mais fácil tirar uma conclusão de muitas premissas verosímeis e verdadeiras. Pode suceder por vezes que um raciocínio conclusivo seja inferior a um não conclusivo, no caso de o primeiro extrair a conclusão de *pre-*

missas irrelevantes quando o problema não é irrelevante, e de o segundo carecer de algumas premissas que sejam verosímeis e verdadeiras, mas das quais não está dependente a condução do raciocínio. Não é justo, por outro lado, criticar *aqueles argumentos* em que se chega a uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas, porque, se a falsidade é a conclusão necessária de premissas falsas, a verdade pode também resultar de uma série de premissas falsas. Este facto resulta claramente do que dissemos nos *Analíticos* [60].

Quando um determinado enunciado constituir a demonstração de uma *questão* qualquer, se ele contiver alguma matéria irrelevante para a conclusão, a conclusão do argumento não deverá referir-se a essa matéria; se esta parecer *ser tomada em conta,* estaremos perante um sofisma, não perante uma demonstração. Um «filosofema» é um silogismo apodíctico [61], um «epiquirema» [62] é um silogismo dialéctico, um «sofisma» é um silogismo contencioso [63], um «aporema» [64] é um silogismo dialéctico *que conduz a* uma contradição.

Se se apresentar uma demonstração a partir de duas premissas que sejam ambas verosímeis, mas não igualmente verosímeis, nada impede que a coisa demonstrada seja mais verosímil que cada uma das premissas. Mas se uma *das premissas* for verosímil e a segunda for neutra [65], ou se uma for verosímil e a segunda não, se *ambas forem uma coisa ou outra* em grau semelhante, *a conclusão* será igualmente verosímil, ou não *verosímil*; se uma delas for mais *verosímil ou inverosímil* do que a outra, *a conclusão* acompanhará *a premissa que apresentar* o grau superior.

Há ainda um outro erro que se verifica nos raciocínios, o qual consiste em fazer a demonstração recorrendo a *meios* mais longos *do que o necessário*, quando era possível fazê-la por *meios* mais breves e todos contidos no argumento; se, por exemplo, *a*

---

[60] *An. Pr.* 53b26 e segs.

[61] Ἀποδεικτικός «demonstrativo», cf. ἀπόδειξις «demonstração».

[62] Ἐπιχείρημα, lit. «tentativa de demonstração».

[63] Ἐριστικός.

[64] Ἀπόρημα «dificuldade, impasse» (cf. ἀπορία).

[65] *I. e.,* nem especialmente verosímil, nem especialmente inverosímil.

fim de demonstrar que, de duas opiniões, uma é mais *opinião* do que a outra, alguém argumentar, por um lado, que *uma coisa é tanto mais* ela mesma *quando o é* no mais alto grau; por outro, que existe verdadeiramente o «opinável em si», logo, o opinável em si é mais opinável do que qualquer outro; e *prosseguir* dizendo que a uma coisa que admite o grau superior corresponde algo também no grau superior; e ainda que um «opinável *em si*» verdadeiro é mais verdadeiro do que qualquer outro *opinável*; continuar, recordando que existe o «opinável em si» verdadeiro e que *uma coisa* é tanto mais ela mesma quanto o for no mais alto grau: logo, a opinião em si mesma é a mais exacta. Em que é que consiste aqui o vício de raciocínio? Não será *precisamente* em que fica na obscuridade o fundamento de todo o raciocínio?

12. Uma argumentação é clara, antes de mais, e esse é o motivo mais corrente, quando chega a uma conclusão tão óbvia que já não há mais perguntas a fazer. Outro motivo, o que é mais vezes alegado, acontece quando a conclusão é obtida a partir de proposições de que decorre necessariamente, *ou seja*,
162b quando a conclusão vai sendo obtida | a partir de conclusões *parciais*. Enfim, *um terceiro motivo* dá-se quando não se recorre a opiniões demasiado evidentes [66].

Um argumento [67] diz-se falso [68] em quatro sentidos. Em primeiro lugar, quando aparenta chegar-se a uma conclusão sem de facto se concluir nada: a este chama-se um «raciocínio [69] erístico» [70]. Em segundo lugar, quando se chega a uma conclusão, mas não àquela *a que se propusera* chegar (isto sucede so-

---

[66] Σφόδρα ἐνδόξων, lit. «*a partir de premissas* imediatamente plausíveis».

[67] Ou: raciocínio (λόγος).

[68] Ou: falacioso (ψευδής).

[69] Ou: argumento, silogismo (συλλογισμός).

[70] Ἐριστικός «contencioso» (cf. supra, 100b23-25: «Diz-se raciocínio erístico aquele que resulta de proposições que parecem geralmente aceites sem que o sejam, bem como o que parece decorrer de proposições geralmente aceites, ou que o parecem ser, pois nem tudo o que parece geralmente aceite o é de facto.»)

bretudo nas demonstrações pelo absurdo). Em terceiro lugar, quando a conclusão *decorre do tema* proposto, mas não foi obtida pelo método *a ele* adequado. Esta situação verifica-se quando o argumento parece ser de ordem médica sem ser médica, de ordem geométrica sem ser geométrica, de ordem dialéctica sem ser dialéctica, e isto independentemente de a conclusão ser falsa ou verdadeira. *Um quarto* sentido *verifica-se* quando se obtém uma conclusão através de premissas falsas. Neste caso a conclusão às vezes pode ser falsa, mas outras pode ser verdadeira; uma *conclusão* falsa decorre sempre do recurso a premissas falsas, mas pode obter-se uma *conclusão* verdadeira mesmo sem ser através de premissas verdadeiras, conforme já anteriormente referimos [71].

Do facto de um argumento ser falso, a culpa cabe mais ao seu autor do que ao argumento *em si*; o autor, porém, não é culpado sempre, mas apenas quando não dá *pela falácia*; isto porque nós preferimos, a um argumento baseado em premissas verdadeiras, um argumento que refute alguma *premissa* verdadeira graças ao recurso a outras que pareçam *ser generalizadamente* aceitáveis. Um argumento deste tipo proporciona a demonstração da verdade de outras premissas estabelecendo que algum dos factos dados como aceitáveis o não é, e deste modo conseguindo a demonstração da tese proposta [72]. Se uma conclusão verdadeira for obtida através de *premissas* falsas e demasiado irrelevantes, este argumento será inferior a muitos que obtêm como conclusão uma falsidade; ao mesmo tipo pertencerá *um argumento* que conclua por uma falsidade. Por conseguinte, é óbvio que a primeira coisa a investigar em relação a um argumento, tomado em si mesmo, é ver se ele chega a alguma conclusão; a segunda, é verificar se *essa conclusão* é verdadeira ou falsa; a terceira, de que tipo de premissas decorre. Se *decorrer de premissas* falsas mas plausíveis, trata-se de *um raciocínio* dialéctico [73]; se *decorrer de premissas*

---

[71] V. supra, 162a10 e segs. (cf. *An. Pr.* 53b4 e segs.).

[72] Trata-se do argumento conhecido por «redução ao absurdo», ou seja, a demonstração da verdade de uma tese pela falsidade (ou impossibilidade) decorrente da sua não aceitação.

[73] Λογικός, lit. «discursivo».

reais [74], mas inverosímeis, é *um raciocínio* vicioso [75]; e se *as suas premissas* forem falsas, além de excessivamente inverosímeis, é evidente que *se trata* de um raciocínio deficiente, ou em absoluto, ou *em relação à* coisa *analisada* [76].

13. O modo como o interrogador realiza a chamada «petição de princípio», e como faz a petição dos contrários, já foi exposto nos *Analíticos* [77] sob o ponto de vista da verdade; sê-lo-á agora *sob o ponto de vista* da opinião *geral*.

Segundo parece, há cinco modos possíveis de fazer a «petição de princípio». O primeiro e mais evidente consiste em postular-se aquele mesmo ponto que está por demonstrar. Não é fácil este *vício de raciocínio* passar despercebido quando se emprega o termo apropriado, mas quando se trata de sinónimos [78], ou naqueles casos em que tanto o nome como a descrição *associada*
163a designam | o mesmo objecto, *já é* mais *fácil não se dar por ele*.

O segundo modo verifica-se quando alguém, devendo demonstrar um caso particular, postula a sua demonstração em termos universais, por exemplo, se alguém, querendo mostrar que um mesmo ramo do conhecimento abarca os casos contrários [79], postula que uma única ciência dá conta de todos os opostos, em geral. O que parece suceder é que, para demonstrar um caso particular, se faz apelo a muitos outros casos.

---

[74] ὄντων, lit. «existentes» (*i. e.*, se as premissas se referirem a coisas realmente existentes).

[75] Φαῦλος.

[76] Φαῦλος ἢ ἁπλῶς ἢ τοῦ πράγματος «deficiente absolutamente, ou *por causa da* coisa».

[77] «Petição de princípio», tradução da expressão latina *petitio principii*, que por sua vez traduz o grego τὸ δὲ ἐν ἀρχῇ… αἰτεῖται, lit. «aquilo que é postulado no início»; Arist., em *An. Pr.* 64b36 e segs., define esta falácia como ocorrendo «quando alguém tenta provar por ela mesma uma proposição que não pode ser demonstrada senão por recurso a outra [lit., «que não pode ser demonstrada por ela mesma»]; a isto chama-se a 'petição de princípio'».

[78] Segundo o uso aristotélico, «termos ambíguos, polissémicos».

[79] *I. e.*, um mesmo ramo do conhecimento contempla simultaneamente uma dada coisa e o seu contrário, por exemplo, o «bem» e o «mal» (ética), o «belo» e o «feio» (estética), etc.

O terceiro modo verifica-se quando alguém postula a veracidade de um caso particular, quando o que se propunha era uma demonstração universal, por exemplo, se, para mostrar que há um único *ramo de conhecimento* de todos os opostos, postulasse a *veracidade de um par particular* de *contrários*. Este argumento, por seu lado, consiste em postular a verdade de um caso particular quando se pretende demonstrar a verdade do universal correspondente.

Outro modo ainda ocorre quando alguém, depois de estabelecer uma divisão no problema, o postula em seguida na sua totalidade, por exemplo, se, devendo demonstrar que a medicina se ocupa tanto da saúde como da doença, se propõe demonstrar cada uma destas coisas separadamente.

O quinto e último modo dá-se quando alguém postula apenas uma de duas coisas que decorrem necessariamente uma da outra, por exemplo, se postular que o lado *de um rectângulo* é incomensurável com a diagonal [80], quando se tinha proposto demonstrar que a diagonal *é incomensurável* com o lado.

A «petição dos contrários» faz-se do mesmo número de modos que *a petição* do princípio. Em primeiro lugar quando se faz a petição dos contrários sob a forma de afirmação e de negação. Em segundo, quando se faz *a petição* dos termos contrários presentes numa antítese, por exemplo, *quando se postula que* o «bem» e o «mal» são a mesma coisa. Em terceiro quando, depois de se aceitar uma proposição universal, se postula o seu contrário sob forma particular, por exemplo, quando, depois de se admitir que uma única e mesma ciência dá conta dos contrários, se defende que há uma ciência para a saúde e outra para a doença; ou então, *em quarto lugar*, quando, depois de se aceitar esta última proposição, se tenta demonstrar a sua contradição sob forma universal [81]. Outro *modo* ainda, *o quinto*, ocorre quando se postula o contrário *de uma proposição* que

---

[80] Dado que a diagonal de um rectângulo o divide em dois triângulos rectângulos iguais, a incomensurabilidade do lado e da diagonal não passa do resultado da aplicação do teorema de Pitágoras.

[81] *I. e.*, se depois de aceitar que há uma «ciência da saúde» e uma «ciência da doença», se postula que um única ciência trata em simultâneo da saúde e da doença.

decorre necessariamente das premissas; mesmo se, embora não postulando nenhuns contrários, postula duas proposições opostas tais que delas se segue uma contradição. A «petição dos contrários» difere da «petição de princípio» em que nesta *última* o erro diz respeito à conclusão (pois, como dissemos, a «petição de princípio» faz-se tomando como premissa a conclusão), ao passo que a petição dos contrários reside nas premissas e no modo como estas se relacionam umas com as outras.

14. Tendo em vista a exercitação e a prática deste tipo de argumentos é preciso habituarmo-nos a fazer a conversão dos ditos argumentos, pois deste modo teremos mais facilidade em tratar do tema em questão e em, a partir de uns poucos *modelos,* ficarmos a conhecer grande número de argumentos. Fazer a conversão consiste em, tomando a inversa da conclusão juntamente com as interrogações precedentes, conseguir eliminar uma das concessões então feitas *ao interrogador*; de facto, se a conclusão for falsa, tem necessariamente de refutar-se uma das premissas, se na realidade a conclusão derivou necessariamente de todas elas serem admitidas [82]. Em relação a qualquer tese tem de começar-se por procurar o argumento adequado para mostrar, tanto que as coisas se passam desta maneira, como que não se passam
163b desta maneira [83], | e, achado esse argumento, procurar de imediato a conclusão a tirar. O resultado deste procedimento será ficarmos treinados tanto no perguntar como no responder. E se não tivermos ninguém com quem discutir, discutamos *mentalmente* connosco mesmos.

Devemos ainda comparar várias alternativas argumentativas para contrariar a mesma tese, pois este procedimento dá grande destreza no forçar *das conclusões*, além de ser de uma grande ajuda nas refutações, quando *o que se pretende é ter muitas provas* a favor ou contra a tese em questão, pois assim estaremos sempre defendidos contra os argumentos em ambos os sentidos. Ter a capacidade de apreender e de usar essa

---

[82] Sobre este ponto, cf. *An. Pr.* 59b1 e segs.

[83] *I. e.,* da maneira como as coisas são apresentadas na tese.

apreensão global [84] das consequências decorrentes de cada hipótese não é pequeno auxiliar [85] do conhecimento e da perspicácia filosófica; *para lá disto,* nada mais resta fazer senão escolher acertadamente uma linha *de argumentação*. Deve acrescentar-se ainda a posse de boas qualidades naturais para uma actividade deste tipo, entendendo por «boa qualidade natural» a predisposição para a verdade, a capacidade de escolher correctamente a verdade e evitar a falsidade, coisa que as pessoas naturalmente bem dotadas são capazes de fazer, pois sabem escolher o melhor de entre o que lhes é proposto por discernirem o que devem eleger e o que devem rejeitar [86].

Convém ainda conhecer os argumentos adequados aos problemas mais frequentes, sobretudo os que dizem respeito às proposições fundamentais, pois é em relação a estas que os interrogandos mais frequentemente se sentem desencorajados [87]. Deve também ter-se à mão uma boa quantidade de definições, tanto as geralmente aceites, como as primordiais [88], dado que é com base nelas que são construídos os raciocínios dedutivos. Deve também fazer-se o possível por interiorizar os argumentos sobre aqueles temas que frequentemente são objecto de discussão. Assim como na geometria, antes de passar à prática, se deve exercitar o conhecimento dos elementos [89], e

---

[84] Συνορᾶν καὶ συνεωρακέναι, lit. «ver em conjunto e ter visto em conjunto» (mais um exemplo do contraste entre os valores do infinitivo presente e do infinitivo perfeito).

[85] Οὐ μικρὸν ὄργανον.

[86] Φιλοῦντες καὶ μισοῦντες τὸ προσφερόμενον, lit. «amando e odiando o que lhes é proposto».

[87] Ἀποδυσπετοῦσιν, lit. «mostram vontade de desistir».

[88] Καὶ τῶν ἐνδόξων τε καὶ τῶν πρώτων, lit. «não só das aceitáveis como das primordiais».

[89] Τὰ στοιχεῖα, cf. *Greek Mathematical Works, i. e., Selections illustrating the history of Greek Mathematics,* with an English translation by Ivor Thomas, vol. I, *From Thales to Euclid,* London, Heinemann — Cambridge (Mass.) Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1957 p. 154: οὐ πολὺ δὲ τούτων νεώτερός ἐστιν Εὐκλείδης ὁ τὰ στοιχεῖα συναγαγών… «não muito mais recente do que estes (autores) foi Euclides, o autor dos 'Elementos'…». No mesmo volume podem ler-se algumas das definições elementares de Euclides, por exemplo: σημεῖόν ἐστιν, οὗ μέρος οὐθέν «ponto

como na aritmética é da maior relevância dominar o conhecimento dos dígitos [90] a fim de se saber calcular o resultado de uma multiplicação deles por outros números, assim também nos argumentos é útil estar à vontade na discussão dos princípios e saber de cor as proposições *pertinentes*. Tal como ao perito em mnemónica basta recordar os tópicos [91] para de imediato lhe acudir à memória tudo o mais, assim também estas regras, dando a possibilidade de recorrer a uma série de definições numericamente *ordenadas,* tornam um homem mais apto para argumentar. Deve confiar-se à memória uma premissa comum *a vários argumentos* de preferência a um argumento *completo*, dado que não é excepcionalmente difícil dispor *de um certo número* de princípios e de hipóteses.

Devemos também acostumarmo-nos a de um só argumento extrair uma série deles, mas mantendo o processo tão oculto quanto possível. Isto pode conseguir-se se nos apartarmos o mais possível das circunstâncias concretas do tema sobre que se dirige a argumentação. Os argumentos mais aptos para se conseguir isto são os que versam sobre as coisas mais gerais,
164a como por exemplo que | «não existe uma só ciência para uma multiplicidade *de matérias*»; em termos gerais, esta proposição pode aplicar-se ao caso dos termos relativos, ao dos contrários e ao dos coordenados.

É também de toda a conveniência conservar na memória os argumentos sob forma universal, ainda que a discussão seja feita sobre alguma *questão* particular; deste modo será possível de um só *argumento* extrair uma série deles. Do mesmo modo se procede na retórica em relação aos entimemas [92]. Mas *quando somos nós a apresentar* os argumentos devemos quanto possí-

---

é aquilo que não tem nenhuma parte»; γράμμη δὲ μῆκος ἀπλατές «linha é um comprimento sem largura»; γραμμῆς δὲ πέρατα σημεῖα «os limites da linha são pontos», etc. (*o. c.,* pp. 436 e segs.).

[90] Τοὺς κεφαλισμούς (*sc*. ἀριθμοὺς) «os (números) capitais (cf. κεφαλή «cabeça»), *i. e.,* principais».

[91] Οἱ τόποι «os lugares», aqui no sentido moderno de «tópicos», *i. e.,* aqueles indicadores que, por associação de ideias, permitem a recordação de conjuntos de coisas armazenadas na memória.

[92] Sobre o uso dos «entimemas», v. Arist., *Rhet.,* liv. II, caps. 22-25.

vel evitar recorrer à generalização [93]. Além disso devemos estar sempre atentos aos *nossos* argumentos para ver se eles estão apoiados em princípios gerais: é que todos os debates sobre questões particulares são susceptíveis de generalização, em toda a questão particular está presente uma demonstração universal pelo simples facto de não ser possível raciocinar sobre nada sem recorrer ao universal.

A exercitação do raciocínio indutivo é conveniente ser posta em prática em debates com jovens, a do *raciocínio* dedutivo, em debates com indivíduos já experientes. Devemos fazer aceitar pelos praticantes da dedução a apresentação de premissas, pelos que praticam a indução *a apresentação* de exemplos [94], pois cada um dos grupos está treinado numa coisa ou noutra, respectivamente. De um modo geral deve tentar-se que da prática da dialéctica se extraia um argumento acerca de qualquer coisa, ou uma solução *para um problema*, ou uma proposição, ou uma objecção, ou a verificação de que a pergunta foi ou não feita correctamente, quer pelo próprio *interrogador*, quer por outro participante, e qual o motivo por que cada caso sucedeu. | É destes pormenores que resulta a capacidade *dialéctica*, e é 164b
para obter *essa* capacidade que as pessoas se treinam, sobretudo no manejo das proposições e das objecções; numa palavra, o dialéctico é um construtor de proposições e objecções. Apresentar uma proposição consiste em reduzir à unidade um grande número de elementos (pois necessariamente um argumento deve consistir na consideração de um único ponto global), apresentar uma objecção consiste em dividir um todo nos seus vários componentes, dissociando uns, eliminando outros, aceitando alguns e rejeitando outros dos tópicos propostos.

Não se deve debater com toda a gente, não se deve exercitar *a dialéctica* com o primeiro que aparecer. Com certos indivíduos o debate será necessariamente vicioso: com um homem que procure de todo o modo possível fugir *ao debate*, é justo tentar por todas as formas conseguir finalizar o raciocínio, mas o resultado nunca será famoso. Por esta razão não devemos pa-

---

[93] Ἐπὶ τὸ καθόλου «sob forma universal».

[94] Παραβολάς «exemplos, símiles, comparações».

rar a dialogar sem hesitação com quem nos aparecer pela frente, pois isso redundará fatalmente numa conversa penosa; além disso, quem ainda está a praticar não é capaz de evitar que o diálogo se torne contencioso.

Convém ainda possuir alguns argumentos já prontos para aplicar àquela classe de problemas nos quais, conquanto dispondo de muito poucos argumentos, os de que dispomos são úteis para a maioria deles; são estes, os *argumentos* de natureza universal, e bem assim aqueles que não é fácil encontrar em abundância a propósito das coisas que ocorrem a cada passo.

GLOSSÁRIO E ÍNDICES

GLOSSÁRIO

ἀγαθός — bom; τὸ ἀγαθόν o bem; ἀγαθά coisas boas (cf. καλός).
ἄγνοια — ignorância.
ἀγορά — praça pública, mercado (lat. *forum*).
ἀγωγή — condução.
ἀδικία — injustiça (opõe-se tanto a → δίκη como a → δικαιοσύνη).
ἄδοξος — inadmissível (ant. de ἔνδοξος).
ἀδυναμία — incapacidade (cf. δύναμις).
αἰσθάνεσθαι — sentir, ter sensações.
αἴσθησις — sensação, sentido.
ἀκολούθησις — (relação de) consequência.
ἀκρατής — que não tem autodomínio (cf. ἐγκρατεία).
ἀλήθεια — verdade.
ἀληθεύεσθαι — ser verdade(iro).
ἀληθής — verdadeiro, verídico.
ἄλλος — outro (falando de mais de duas coisas), cf. ἕτερος.
ἀμετάπειστος — que não se deixa convencer a mudar de opinião.
ἀμφισβητεῖν — estar em desacordo, discutir, disputar.
ἀναιρεῖν — eliminar, destruir (sin. de → ἀνασκευάζειν).
ἀναισθησία — insensibilidade, incapacidade de ter sensações.
ἀναίσθητος — aquele que não tem sensações, que não sente.
ἀνασκευάζειν — refutar, invalidar (um argumento, uma proposição); opõe-se a κατασκευάζειν comprovar a validade (de um argumento, uma proposição); cf. ὁ ἀνασκευάζων ↔ ὁ κατασκευάζων o que refuta ↔ o que comprova; ἀνασκευαστικά ↔ κατασκευαστικά (argumentos) destinados a refutar ↔ a comprovar.
ἄνθρωπος — homem, ser humano.
ἀντικατηγορεῖσθαι — ser convertível (LSJ), operação lógica que consiste em trocar de posição o Sujeito (S) e o Predicado (P) de uma proposição sem lhe alterar o significado, nem o valor de verdade [se *S é P*, então também *P é S*]; interpretação diferente em Brunschwig (pp. 6 e 122e n. 1 à p. 7).
ἀντικείμενα — opostos.
ἀντίφασις — contradição.
ἀξίωμα — princípio auto-evidente, «axioma».

ἀπαγωγή — mudança de direcção, desvio.
ἁπλῶς — lit., simplesmente; em termos absolutos, sem mais, sem gradação.
ἀποβολή — rejeição (*i. e.*, a coisa continua a existir mas deixa de estar na nossa posse).
ἀπόδειξις — demonstração (cf. Arist., *Rhet.* III, 17), dedução por meio de silogismo (v. Mesquita, 2005, pp. 507 e segs.).
ἀπόρημα — dificuldade, impasse; cf. ἀπορία, ἀπορέω, e também, com sentido contrário, εὐπορέω, διαπορέω.
ἀπόφασις — negação.
ἀρετή — virtude (= excelência, qualidade de alto nível que nada tem a ver com as «virtudes» cristãs).
ἀριθμός — número.
ἀρχή — princípio (v. Arist., *Rhet.*, trad. M. Alexandre, p. 118, n. 59, e *Met.* 1025b1 e segs.; (ἐν) ταῖς ἐπιστημονικαῖς ἀρχαῖς nos princípios científicos.
ἀσώματος — incorpóreo, sem corpo; ἀσώματα — coisas incorpóreas.
αὔξησις — incremento.
αὐτός — o próprio (lat. *ipse*); o «em-si» (ex. ὁ αὐτοάνθρωπος «o homem em si»).
ἅψις — contacto.

βάδισις — marcha.
βελτίω (< βελτίονα) «melhor» *comparat.* de ἀγαθός.
βούλησις — vontade, desejo.

γένεσις — geração, nascimento, passagem da «não-existência» à «existência».
γένος — género (lat. *genus*), um dos quatro «predicáveis» estabelecidos por Arist.
γίνεσθαι — acontecer, surgir, nascer, tornar-se.
γινόμενον — aquilo que está em processo de.
γνώριμος — conhecido, habitual (comp. γνωριμώτερος).
γραμματική (sc. τέχνη) – conhecimento das letras (escrita e leitura), cultura literária.
γραμματικός — letrado.

δαίμων — divindade, poder divino (cf. lat. *numen*).
δεκτικός — que aceita, que é receptivo a.
δέον (τὸ) — o que é preciso, necessário; o que se deve fazer.
διάθεσις — disposição.
διαίρεσις — divisão, partição.
διακριτικός — dissociador.
διαλέγειν — dialogar.
διαλεκτική (sc. τέχνη) — (arte) dialéctica.
διαλεκτικός — (adj.) dialéctico (relativo à dialéctica); (sub.) dialéctico (homem que participa habitualmente em debates dialécticos).
διάλογος — diálogo.
διάλυσις — dissolução.
διαφορά — diferença; nos *Top.*, como termo técnico, «diferença específica», *i. e.*, aquela que determina a constituição das várias «espécies» pertencentes a um mesmo «género».
δίκαιος — justo.
δικαιοσύνη — espírito de justiça.
δικαίως — justamente.
δίκη — justiça, julgamento.
διπλάσιος — duplo.
δίχα — em duas partes; ao meio.
δοκεῖν — parecer; δοκεῖ (3.ª pessoa sing.) «parece que…», introduz uma opinião corrente (δόξα), ou uma proposição ἔνδοξος.

δόξα — opinião.
δοξαστός — que é objecto de uma opinião (δόξα).
δόσις — acção de dar, doação, entrega, dação.
δύναμις — força, capacidade; potência (em oposição a ἐνέργεια acto).
δυνατός — possível.
δωρεά — dádiva.

ἐγκρατεία — autodomínio (cf. σωφροσύνη).
εἶδος — espécie (explicitada dentro do γένος pela διαφορά, diferença específica).
εἰκών — imagem.
ἔνδεια — carência (cf. δέον).
ἔνδοξοι (sc. προτάσεις) — (premissas, proposições) geralmente aceites, *i. e.*, credíveis, verosímeis, plausíveis, por oposição a ἀληθεῖς (προτάσεις), *i. e.*, proposições verdadeiras; de δόξα «opinião», cf. Platão, *Gorgias, passim*, sobre a oposição entre «saber» e «opinião», entre o conhecimento da verdade (saber/ἐπιστήμη) e a mera aparência de saber ornada pela retórica (opinião/δόξα); a conotação inteiramente negativa que Platão dá a δόξα esvai-se nos *Top.* de Arist. ao fazer das «opiniões verosímeis» a base dos debates dialécticos.
ἐνέργεια — «acto» (por oposição a δύναμις «potência»).
ἐνθύμημα — silogismo condensado; «entimema».
ἐνίστασθαι — objectar.
ἔνστασις — objecção.
ἔντευξις — encontro (que dá lugar a debates, conversas, troca de impressões).
ἕξις — estado, condição maneira de ser (lat. *habitus*).
ἐπαγωγή — indução, raciocínio indutivo.
ἕπεσθαι — seguir, ir atrás de; τὰ ἑπόμενα, lit. as (coisas) que se seguem (a algo), *i. e.*, as consequências; implicação.
ἐπιεικής — adequado, razoável.
ἐπιθυμητικός — afectivo; τὸ ἐπιθυμητικόν a parte concupiscível da alma.
ἐπιθυμία — desejo.
ἐπίστασθαι — saber, conhecer.
ἐπιστήμη — saber, conhecimento, ciência; ramo do saber; opõe-se a δόξα opinião; Arist. distingue três tipos de «ciências»: «teoréticas», «práticas» e «poéticas».
ἐπιστημονικός — científico.
ἐπιχείρημα — prova dialéctica.
ἐριστικός (de ἔρις discórdia, querela) — contencioso, «erístico» (*i. e.*, que tende para a discussão), em sentido pejorativo «capcioso»; *silogismo erístico*, o silogismo baseado em proposições que parecem credíveis sem o serem, por oposição ao *silogismo dialéctico*, que se baseia em proposições credíveis, geralmente aceites.
ἐρώτησις — pergunta.
ἕτερος — outro (falando de duas coisas), cf. ἄλλος; diferente, distinto.
εὖ — (adv.) bem, em bom estado, em boa situação.
εὐεξία — boa condição física (cf. καχεξία).
ἔφοδος — método de raciocínio.
ἔχειν — (1) ter, possuir, segurar; estar [de um modo determinado, *u. g.*, εὖ ἔχω — «estou bem (de saúde)]. (2) a categoria de «estado».

ζῷον — ser animado (= dotado de alma, lat. *anima*), ser vivo, animal.

ἡδονή — prazer.
ἥκιστα — (adv.) o menos *(superlativo)*.
ἧττον — (adv.) menos *(comparativo)*.

θέσις — ideia que se propõe à discussão; «tese».
θεωρητική (→ ἐπιστήμη) — cf. πρακτική, ποιητική.
θυμοειδής — emocional; τὸ θυμοειδές — a parte irascível da alma.

ἰατρική (sc. τέχνη) – medicina («arte médica»).
ἰδέα/ἰδέαι — «ideias», Formas.
ἴδιον — propriedade (nt. do adj. ἴδιος «próprio), um dos quatro «predicáveis» dos *Top*.
ἱμάτιον — capa.

καθόλου — universal(mente).
κακὸν (τὸ) — o mal.
κακά — coisas más.
κακία — maldade.
κακός — (adj.) mau.
καλόν (τὸ) — o belo, o bom, o bem.
κατὰ μέρος — particular(mente).
κατασκευάζειν — → ἀνασκευάζειν.
κατηγορεῖσθαι — ser predicado…
κατηγορία — predicado; «categoria».
κείμενον (τὸ) — κείμενον — κείμενα (τὰ) — part. de κεῖσθαι estar estendido, jazer; aquilo que é exposto, que é tomado como ponto de partida (cf. ὑποκείμενον); pode ser usado no sentido de «proposição», «premissa» (cf. *Top.* 159b6).
κεῖσθαι — a categoria de «posição».
κενόν (τὸ) — o vazio.
κίνησις — movimento.
κρᾶσις — amálgama, mistura (cf. → μῖξις).

λεκτόν (τὸ) — o dito, expressão linguística.
λῆψις — apropriação.
λίαν πόρρω — demasiado distante (*sc*. das proposições primordiais).
λογικός — relativo ao λόγος; discursivo, dialéctico.
λογιστικός — racional (τὸ λογιστικόν a parte racional da alma).
λόγος — argumento, enunciado; definição; discurso, descrição; sequência argumentativa.
λύπη — dor, sofrimento.
λώπιον — capote.

μάλιστα (superlativo de εὖ) — o mais possível, no mais alto grau.
μάλιστα τοιοῦτο (τὸ) — o que é tal ou tal no mais alto grau.
μᾶλλον (adv.) mais *(comparativo)*.
μέθοδος — método (1) usado por Platão no sentido de «processo», conjunto de actos necessários para atingir um determinado fim (v. *Soph.* 227a, *Pol.* 286d, *Rep.* 510c, 531d, 533c); (2) autonomizado como termo técnico da epistemologia por Arist. (*Top.* 100a18, *EN* 1094a1, *An. Pr.* 46a32, 53a2, *Rhet.* 1355a4), v. R. Bubner, *Antike Themen…*, pp. 111--112.
μείωσις — diminuição; opõe-se a αὔξησις.
μίμησις — imitação.
μῖξις — mistura (cf. κρᾶσις).

νοῦς — entendimento (v. Mesquita, 2005, pp. 515 e segs.).

οἷον — por exemplo.
ὅμοιος — semelhante.
ὁμοίως — de forma semelhante, semelhantemente.
ὁμωνυμία — homonímia (= ambi-

guidade, dá-se quando um mesmo voc. pode referir-se a entes de estatuto ontológico diferente, *u. g.*, «homem» referindo-se a um homem concreto ou à figura representada numa pintura).

ὄν (part. nt. de εἶναι «ser») — τὸ ὄν, τά ὄντα «o(s) ser(es), o(s) ente(s)».

ὄνομα — nome (em oposição a ῥῆμα «verbo»).

ὀργή — cólera, ira.

ὄρεξις — apetite, desejo.

ὅρος, ὁρισμός — definição (um dos quatro predicáveis dos *Top.*, cf. ὁρίσασθαι «definir, delimitar», ὁρίζειν, cf. horizonte). *VOC, s. u.* «terme» e «principe I B».

οὐσία — substância; essência (v. Mesquita, 2005, pp. 480-487).

πάθος — afectação, paixão [de πάσχειν «sofrer (uma acção)].

παραβολή — exemplo, símile.

παράδοξος — contrário à opinião comum, paradoxal.

παραλογισμός — raciocínio falacioso, «paralogismo».

παρωνυμία — paronímia (diz-se quando um certo número de vocábulos apenas diferem uns dos outros pela sua «flexão», no sentido alargado que Arist. dá a esta palavra → πτῶσις, *u. g.*, ἀνδρεία e ἀνδρεῖος «coragem» e «corajoso», respectivamente).

πάσχειν — categoria da «paixão» (lit., «sofrer»).

πεζόν (τὸ) — (animal) terrestre (ou: pedestre), por oposição a peixes e a aves (*Top.* 143b1).

πίστις — convicção, crença.

πνεῦμα — vento.

ποιεῖν — categoria da «acção» (lit., «fazer»); fazer, produzir.

ποιητικός — produtivo, criativo; ποιητικὴ ἐπιστήμη «ciência criativa, «poética» (cf. ἐπιστήμη, e também θεωρητικός, πρακτικός).

ποιόν — categoria da «qualidade» (lit., «qual»).

πολλαπλάσιος — múltiplo.

ποσόν — categoria da «quantidade» (lit., «quanto»).

ποτέ — categoria do «tempo» (lit., «quando»).

ποῦ — categoria do «lugar» (lit., «onde»).

πρᾶγμα — coisa (em geral; cf. lat., *res*).

πραγματεία — tratamento de um assunto, tema (cf. πρᾶγμα «coisa»); argumento filosófico, tratado (sistemático, científico); como designação técnica de uma obra como os *Top.*, é variamente traduzido: *negotium* (Boécio, trad. anón.), *traité* (Brunschwig), *treatise* (Forster), *Arbeit* (Rolfes), *estudio* (Sanmartín)… Uma tradução possível seria ainda *ensaio* (para vincar o carácter algo experimental da obra), mas as suas conotações demasiado modernas levaram-nos a preferir *exposição.* Usa-se ainda no sentido de «actividade».

πρακτικός — prático, relativo à acção; πρακτικὴ ἐπιστήμη «ciência prática, aplicada», por oposição às «ciências teoréticas» (→ θεωρητικός) e «poéticas» (→ ποιητικός).

πράσσειν — fazer, realizar, agir.

πρέπον (τὸ) — o que é decoroso, conveniente, decente, adequado.

πρόβλημα, προβλήματα — problema(s).

προκείμενον → κείμενον, ὑποκείμενον.
πρός τι — categoria da «relação» (lit., «em relação a algo»).
πρόσθεσις — acrescento.
πρότασις — proposição, premissa.
προτείνειν — propor, sustentar (uma tese).
πρῶτα (τὰ) — princípios, (proposições) primordiais.
πτῶσις — caso, flexão.

ῥητορικός — (mestre) de retórica.

σόφισμα — raciocínio falacioso, «sofisma».
σοφός, σοφοί — conhecedor(es), sábio(s).
στέρησις — privação.
στοιχεῖον, στοιχεῖα — elemento(s).
συγκριτικός — associador, por oposição a → διακριτικός.
συλλογίζεσθαι — racionar dedutivamente.
συλλογισμός — raciocínio dedutivo, «silogismo»; conclusão lógica.
συμβεβηκός (τὸ) — o acidente (um dos quatro «predicáveis»).
συμμετρία — equilíbrio.
συμπέρασμα — conclusão (de um silogismo).
σύμπτωμα — propriedade, atributo, «sintoma».
συμφέρον (τὸ) — aquilo que é vantajoso.
συμφωνία — acorde; conjunto harmónico de sons.
σύνθεσις — composição, combinação, «síntese».
συνωνυμία — sinonímia (diz-se quando um termo e a sua definição são genéricos e se aplicam a todas as espécies contidas no «género», *u. g.*, «animal», que denota um «género», e se aplica a todas as espécies que ele contém, tais como «homem» ou «boi»).
σύστοιχα — (termos) coordenados, *i. e.*, que se encaixam no mesmo paradigma.
σῶμα, σώματα — corpo(s), coisa(s) corpórea(s).
σωφροσύνη — autodomínio; moderação.

τέλος — fim, finalidade.
τέχνη — arte (conjunto de regras), técnica, saber prático.
τί ἐστι — categoria da «essência» («aquilo que [uma coisa] é»).
τό ἐστιν — «o que (uma coisa) é» (= a essência da coisa).
τὸ τί ἐστιν — *idem*.
τὸ τί ἦν εἶναι — o que uma coisa é essencialmente (o «essencial da essência», na expressão de Brunschwig); a título de sugestão, «essencialidade» (s. esta expressão, v. supra, «Introdução», §§ 27-32).
τοιοῦτο — tal (*i. e.*, que tem tal ou tal atributo, que é dotado de tal ou tal qualidade).
(1) τόπος — espaço;
(2) τόπος, τόποι — «lugar», «lugares» — esquemas gerais de argumentos, tipos de argumentos; lugares-comuns (κοινοὶ τόποι) «esquemas comuns a várias situações distintas; tópicos» (v. supra, «Introdução», §§ 57 e segs.).
τριμερής — tríplice, tripartido.

ὑπερβολή — excesso, exagero, «hipérbole».
ὑποκείμενον — sujeito (lat. *subiectum*, donde veio a palavra portuguesa, não é mais do que o decalque do termo grego: ὑπο-/sub- «sob» + √κεῖσθαι/iacere «jazer»).
ὑπόληψις — concepção; suposição; hipótese filosófico-científica

aventada por algum pensador; percepção; representação.

φαίνειν — aparecer, parecer.
φαινόμενον (τὸ) — o que é aparente, «fenómeno».
φαντασία — aparência.
φάσις — afirmação (cf. ἀπόφασις).
φθορά — destruição (a coisa deixa de existir como tal).
φιλία — amizade.
φίλος — amigo; que gosta de..
φιλοσόφημα — «filosofema»; «silogismo demonstrativo» (*Top.* 162a15).
φορά — transporte (φέρειν «levar, transportar»), *i. e.,* mudança de uma coisa de um lado para o outro (a coisa permanece como tal).
φρόνησις — sensatez, discernimento, prudência.
φύσις — natureza.

χρόνος — tempo.

ψευδής — enganador, mentiroso, falacioso; falso (ant. de verdadeiro).
ψυχή — alma, princípio vital (lat. *anima*).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Ájax (Αἴας), herói homérico [Homero, *Ilíada, Odisseia*] — 117b16.

Analíticos [Ἀναλυτικά (τὰ)], obra de Aristóteles — 162a11; 162b32.

Antístenes (Ἀντισθένης), filósofo cínico, amigo e discípulo de Sócrates; entre outros assuntos tinha também interesse pela dialéctica — 104b21.

Aquiles (Ἀχιλλεύς), herói homérico [*Ilíada, Odisseia*] — 117b14.

Dionísio (Διονύσιος), sofista (?) — 148a27.

Empédocles (Ἐμπεδοκλῆς) de Agrigento, filósofo pré-socrático [Kirk-Raven-Schofield, pp. 275--293; A. Lami, *Presocratici*, pp. 327-425] — 105b16; 127a18.

Helenos (Ἕλληνες) = os Gregos — 152a13.

Heraclito (Ἡράκλειτος) de Éfeso, filósofo pré-socrático [Kirk-Raven-Schofield, pp. 187-221; A. Lami, *Presocratici*, pp. 198--237 e 574-579] — 104b22; 159b31, 33.

Homero (Ὅμηρος), poeta, autor presumível da *Ilíada* e da *Odisseia* — 157a15.

Indianos (Ἰνδοί), povo da Índia; ἐν Ἰνδοῖς «entre os Indianos = na Índia» — 116a38.

Lacedemónios (Λακεδαιμόνιοι) = os Espartanos — 152a14.

Melisso (Μέλισσος) de Samos, filósofo pré-socrático [Kirk-Raven-Schofield, pp. 411-423; A. Lami, *Presocratici*, pp. 312--325] — 104b22.

Nestor (Νέστωρ), herói homérico *(Ilíada, Odisseia)* — 117b24.

Peloponésios (Πελοποννήσιοι), habitantes do Peloponeso — 152a14.

Platão (Πλάτων), filósofo, discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles, fundador da Academia — 122b26; 140a3, b4; 148a15 (e cf. 113a25; 139b33; 143b24; 147a6; 148a20; 154a19).

Pródico (Πρόδικος) de Ceos, sofista; pode ler-se uma paráfrase do seu apólogo «Héracles entre o Vício e a Virtude» em Xenofonte, *Memórias Socráticas*, II, 1. 21 e segs. — 112b22.

Quérilo (Χοιρίλος) *a*) de Samos (?), ou *b*) de Iaso (?):
a) Quérilo de Samos, poeta épico, viveu por altura das Guerras Pérsicas, que lhe serviram de tema para a sua epopeia. A (hipotética) referência de Arist. a este poeta é aceite por A. Bernabé, *Poetae epici graeci — Testimonia et fragmenta,* pars I, Leipzig, Teubner, 1987, que inclui o passo dos *Top.*, com o n.º 7, entre os *testimonia* que aludem a Quérilo. O próprio Bernabé, porém, refere que B. Snell, *Trag. Graec. Frag.*, 2 T 9, põe em dúvida se Arist. se refere a este Quérilo, ou a outro, poeta também, mas trágico e não épico;
b) Dadas as relações de Arist. com a corte da Macedónia, nomeadamente com Alexandre, parece-nos preferível entender que Arist. deve antes estar a referir-se ainda a um outro Quérilo, um poeta épico que acompanhou Alexandre quando este partiu à conquista do Império Persa, com o propósito de lhe cantar as façanhas. Este poeta, Quérilo de Iaso, a julgar pelo que dele diz Horácio (*Ep.*, 2.1.232--234, e *A. P.*, 357-359), teria passado à história como exemplo de mau poeta. Reforça a nossa preferência por esta identificação o facto de no passo mencionado da *A. P.* Horácio estabelecer uma comparação entre o «hábil Homero» e o «desastrado Quérilo» equivalente à de Arist., o que faz pensar que o paralelismo entre os dois poetas se tenha, entre o tempo de Arist. e o de Horácio, transformado num verdadeiro τόπος literário, no sentido moderno do termo — 157a16.

Sócrates (Σωκράτης) de Atenas, filósofo, mestre de Platão, Xenofonte, etc.; condenado à morte e executado em 399 a. C. — 103a30; 160b27.

Tribalos (Τριβάλλοι), povo da Trácia setentrional; Isócrates, no *Discurso sobre a Paz,* 50, cita-os como exemplo de povo grosseiro e de costumes bárbaros, no que coincide com Arist. — 115b23, 26.

Ulisses (Ὀδυσσεύς), herói homérico (*Ilíada, Odisseia*) — 117b13.

Xenócrates (Ξενοκράτης), discípulo de Platão, director da Academia entre 339 e 314 a. C. — 112a37; 141a6; 152a7, 27.

Zenão (Ζήνων) de Eleia, filósofo pré-socrático [Kirk-Raven--Schofield, pp. 275-292; A. Lami, *Presocratici,* pp. 294-311] — 160b.

ÍNDICE GERAL

Nota prévia 9

Abreviaturas 11

Introdução
por J. A. SEGURADO E CAMPOS 13

Os *Tópicos* na obra de Aristóteles 15

O *Órganon* [§ 1] 15

As *Categorias* e os *Tópicos* [§§ 2-11] 19

O *Da Interpretação* e os *Tópicos* [§§ 12-15] 37

As *Refutações Sofísticas* e os *Tópicos* [§§ 16-32] 44

Os *Analíticos* e os *Tópicos* [§§ 33-39] 71

Sumário e estrutura dos *Tópicos* 83

Livro I (Introdução geral) 83
Caps. 1-3: Objectivos da obra; o método dialéctico; tipos de raciocínio («silogismo»); utilidade e finalidade da dialéctica [§§ 40-47] 83
Cap. 4: Os elementos do método dialéctico: proposições e problemas; os predicáveis; propriedade, definição, género e acidente 103
Caps. 5-6: Definição dos quatro predicáveis e suas inter-relações [§§ 48-49] 103
Caps. 7-12 [§ 50] 105
Caps. 13-18 [§ 51] 106

Esquema sumário dos restantes livros 106

Livro II: «Lugares» relativos ao predicável «acidente» [§ 52] 106
Livro III (continuação) 107
Livro IV: «Lugares» relativos ao predicável «género» [§ 53] 107
Livro V: «Lugares» relativos ao predicável «propriedade» [§ 54] 107
Livro VI: «Lugares» relativos ao predicável «definição» [§ 55] 107
Livro VII (continuação) 108
Livro VIII: A prática da dialéctica — regras para uso dos praticantes [§ 56] 108

O problema dos τόποι «lugares» [§§ 57-80] 108

Finalidade dos τόποι [§§ 81-85] 140

Dialéctica e Retórica [§§ 86-90] 143

Unidade e diversidade dos *Top.* [§§ 91-96] 158

Aristóteles e a linguagem [§§ 97-115] 167

Tópica e Direito [§§ 116-128] 189

Bibliografia 211

TÓPICOS

LIVRO I 231
LIVRO II 267
LIVRO III 297
LIVRO IV 319
LIVRO V 355
LIVRO VI 399
LIVRO VII 447
LIVRO VIII 463

*

Glossário 501
Índice onomástico 507

COLABORADORES

I. Coordenador

António Pedro Mesquita (Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa).

II. Investigadores

Abel do Nascimento Pena, Doutor em Filologia Clássica, professor auxiliar do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

Adriana Nogueira, Doutora em Filologia Clássica, professora auxiliar do Departamento de Letras Clássicas e Modernas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

Ana Alexandra Alves de Sousa, Doutora em Filologia Clássica, professora auxiliar do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

Ana Maria Lóio, licenciada em Estudos Clássicos pela Universidade de Lisboa.

António Campelo Amaral, Mestre em Filosofia, assistente do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

António Manuel Martins, Doutor em Filosofia, professor catedrático do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e director do Centro de Linguagem, Interpretação e Filosofia da Universidade de Coimbra.

António Manuel Rebelo, Doutor em Filologia Clássica, professor associado do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

António Pedro Mesquita, Doutor em Filosofia, professor auxiliar do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Carlos Silva, licenciado em Filosofia, professor associado convidado do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Carmen Soares, Doutora em Filologia Clássica, professora associada do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

Delfim Leão, Doutor em Filologia Clássica, professor associado do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

Francisco Chorão, Mestre em Filosofia, investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Hiteshkumar Parmar, licenciado em Estudos Clássicos pela Universidade de Lisboa.

José Pedro Serra, Doutor em Filologia Clássica, professor auxiliar do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

José Segurado e Campos, Doutor em Filologia Clássica, professor catedrático jubilado do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

Manuel Alexandre Júnior, Doutor em Filologia Clássica, professor catedrático do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

Maria de Fátima Sousa e Silva, Doutora em Filologia Clássica, professora catedrática do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

Maria do Céu Fialho, Doutora em Filologia Clássica, professora catedrática do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e directora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

Maria José Vaz Pinto, Doutora em Filosofia, professora auxiliar do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa.

Paulo Farmhouse Alberto, Doutor em Filologia Clássica, professor auxiliar do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

Pedro Falcão, licenciado em Estudos Clássicos pela Universidade de Lisboa.

Ricardo Santos, Doutor em Filosofia, investigador do Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa.

III. Consultores científicos

1. *Filosofia*

José Barata-Moura, professor catedrático do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2. *Filosofia Antiga*

José Gabriel Trindade Santos, professor catedrático do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

3. ***Língua e Cultura Clássica***

Maria Helena da Rocha Pereira, professora catedrática jubilada do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

4. ***História e Sociedade Gregas***

José Ribeiro Ferreira, professor catedrático do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

5. ***Língua e Cultura Árabe***

António Dias Farinha, professor catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e director do Instituto David Lopes de Estudos Árabes e Islâmicos.

6. ***Lógica***

João Branquinho, professor associado com agregação do Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

7. ***Biologia e História da Biologia***

Carlos Almaça, professor catedrático jubilado do Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

8. ***Teoria Jurídico-Constitucional e Filosofia do Direito***

José de Sousa e Brito, juiz jubilado do Tribunal Constitucional e professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

9. ***Aristotelismo Tardio***

Mário Santiago de Carvalho, Doutor em Filosofia, professor catedrático do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Linguagem, Interpretação e Filosofia da Universidade de Coimbra.

Acabou de imprimir-se
em Março de dois mil e sete.

Edição n.º 1014045

www.incm.pt
E-mail: dco@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br